

PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RODRIGO DAL FORNO

**“COMO SE EM POLÍTICA FOSSE POSSÍVEL AGIR SEM MANHA,
SEM O SENSO DE OPORTUNIDADE”:** O PROCESSO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO
PARTIDO LIBERTADOR E SUAS LIDERANÇAS NO BRASIL REPUBLICANO (1922-1933)

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

RODRIGO DAL FORNO

“Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade”: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre

2020

Ficha Catalográfica

D136c Dal Forno, Rodrigo

“Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade” : o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933) / Rodrigo Dal Forno . – 2020.

303 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Partido Libertador. 2. Brasil Primeira República. 3. Joaquim Francisco de Assis Brasil. 4. Raul Pilla. 5. João Baptista Lusardo. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

RODRIGO DAL FORNO

“Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade”: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (PUCRS)

Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (PUCRS)

Profa. Dra. Surama Condé Sá Pinto (UFRRJ)

Porto Alegre
2020

À minha Melina,
com a esperança de que ela possa
crescer em um Brasil mais justo, democrático e tolerante.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas e instituições que contribuíram ao longo desta jornada de quatro anos e que merecem minha gratidão. Para algumas delas gostaria de deixar uma mensagem especial.

À minha família, mãe, pai e irmãos, por todo o apoio e afeto durante os diversos momentos desta trajetória.

Ao querido orientador Prof. Luciano, pela enorme paciência, disponibilidade, contribuições e leituras sempre criteriosas do trabalho.

Aos professores que aceitaram a empreitada de participar da banca examinadora. Prof. Luiz Alberto Grijó, estimado orientador de mestrado e de participação especial na construção do projeto de pesquisa que originou essa tese, assim como membro da banca de qualificação e defesa final. À Prof. Surama pelas contribuições na qualificação que foram extremamente valiosas na definição dos rumos da pesquisa. À Prof. Cláudia Viscardi e ao Prof. René Gertz pelo aceite em participar da banca final e oferecer sua preciosa leitura.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual este doutorado não seria possível.

Ao professores, funcionários e colegas discentes do PPGH da PUCRS, por todo suporte e aprendizado ao longo destes quatro anos de imensurável crescimento profissional e pessoal.

Aos profissionais e instituições que me acolheram durante a realização das pesquisas, especialmente, ao NPH/UFRGS (aos queridos Chico e Nina), NUPERGS/UFRGS, Biblioteca da PUCRS e CPDOC/FGV.

Aos amigos da graduação que levo com carinho para toda a vida: Aline, Mari, Pablo e Vitinho.

Aos queridos amigos de longa data, Guedes, Nessa e Roberta, por todos os memoráveis encontros, conversas e alegrias proporcionadas.

Aos amigos e companheiros de moradias em Porto Alegre, Dani, Faisson, Juarês, Ricardo, Rômulo e Silvana, por todos os bons momentos compartilhados.

À todos os demais amigos e familiares, meu carinhoso muito obrigado por tudo.

À Micheli, minha companheira e meu amor, pela paciência, o companheirismo e tudo que já vivemos juntos. Sem ti esta jornada teria sido muito mais penosa. Te amo! E, finalmente, à Melina, que ainda prestes à chegar, já mudou completamente nossas vidas.

Porto Alegre, 25 de janeiro de 2020

Rodrigo Dal Forno

RESUMO

A tese versa sobre o processo de formação e atuação do Partido Libertador (PL) e suas principais lideranças durante os anos de 1922-1933 no Brasil Republicano, com destaque para a participação de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo. O ponto de partida para a investigação situa-se em duas preocupações historiográficas: a predominância de determinadas linhas argumentativas, principalmente, o enfoque no elemento ideológico; e as poucas análises aprofundadas sobre as oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. A partir disto, o estudo se propõe a responder alguns questionamentos: tendo em vista a frente unificada que originou o PL ser composta por indivíduos provenientes de diferentes setores e facções políticas e com, segundo diversos estudiosos, “orientações político-ideológicas antagônicas e irreconciliáveis”, como é possível explicar sua articulação em um partido único? Quais elementos auxiliam na compreensão dos vínculos, práticas e recursos destes agentes? Da mesma forma, como explicar que os projetos ditos tão antagônicos e de histórica rivalidade entre oposições e Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) estivessem reunidos em uma “Frente Única” (FU)? Enquanto hipótese, trabalha-se com o entendimento de que os interesses e as alianças conjunturais, os comportamentos pragmáticos, os capitais, vínculos socioeconômicos, familiares e profissionais das lideranças e a busca pelo poder do aparelho do estado, emergem como centrais para o entendimento da política partidária e, conseqüentemente, dos libertadores e da FU. Na análise foram consultados acervos pessoais de lideranças políticas, livros de memórias e biografias de contemporâneos e jornais da época. A tese foi estruturada em três capítulos. O primeiro deles apresenta uma problematização das principais linhas argumentativas apresentadas pela historiografia sobre o sistema político, com destaque para os argumentos em torno da formação do PL e da FU. O capítulo dois realiza uma prosopografia do núcleo de poder dos libertadores e examina a trajetória de três das suas principais lideranças. O último capítulo analisa a política libertadora em suas diferentes nuances: congressos partidários; a acomodação e dissidência de ideias e chefias na agremiação; a participação nos pleitos eleitorais; as alianças com outros grupos; e a atuação nos principais eventos e problemas políticos da época. No mesmo tópico e como encerramento da obra, analisa-se os aspectos, significados e conseqüências da aliança com os até então adversários do PRR.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Libertador. Brasil Primeira República. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Raul Pilla. João Baptista Lusardo. História Social da Política.

ABSTRACT

The thesis deals with the process of formation and action of the Liberator Party (PL) and its foremost leaders during the years 1922-1933 in Republican Brazil, with emphasis on the participation of Joaquim Francisco de Assis Brasil, Raul Pilla, and João Baptista Lusardo. The starting point for the investigation is placed in two historiographical concerns: the predominance of certain lines of argument, mainly, the focus on the ideological element, and the few in-depth analyses of political party oppositions in Rio Grande do Sul during the First Republic. Based on this, the study aims to answer some questions: considering the unified front that originated the PL to be composed of individuals from different political sectors and factions and with, according to several studies, "antagonistic and irreconcilable political-ideological orientations", how is it possible to explain its articulation in a single party? What elements help to understand the connections, practices, and resources of these agents? Likewise, how can we demonstrate that the so-called antagonistic and historic rivalry projects between oppositions and the Republican Party of Rio Grande do Sul were brought together in a united front (FU)? As a hypothesis, we work with the understanding that the interests and conjuncture alliances, pragmatic behaviors, capitals, socioeconomic, family and professional ties of the leaders and the search for the power of the state apparatus, emerge as central to the understanding of party politics and, consequently, libertadores and FU. In the analysis, personal collections of political leaders were consulted, memoirs and biographies of contemporaries, and newspapers of the time. The structure of the thesis follows three chapters. The first of them presents a problematization of the main lines of argument by historiography about the political system, with emphasis on the arguments surrounding the formation of PL and FU. Chapter two performs a prosopography of the libertadores power nucleus and examines the trajectories of three of their main leaders. The last chapter analyzes the libertadores politics in different nuances: party congresses; accommodation and dissent of ideas and leadership in the organization; participation in elections; alliances with other groups; and the performance in the main events and political problems of the time. In the same topic closing of the work, we present the aspects, meanings, and consequences of the alliance with the hitherto PRR opponents.

KEYWORDS: Liberator Party. Brazil First Republic. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Raul Pilla. João Baptista Lusardo. Social History of Politics.

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
Capítulo 1. História e historiografia da política partidária sul rio-grandense da Primeira República ao Estado Novo.....	27
1.1. Entre ideologias, partidos e lideranças: a análise do sistema político pela historiografia.....	30
1.1.1. Positivistas e liberais: o fator ideológico como elemento determinante	30
1.1.2. Partidos, agentes, relações e recursos de poder	60
1.2. As oposições político-partidárias em análise: do processo de unificação a formação da Frente Única.....	73
1.2.1. A atuação oposicionista durante a década de 1920	74
1.2.2. A Frente Única e a aliança entre republicanos e libertadores	87
Capítulo 2. O Partido Libertador e suas lideranças: perfil coletivo e estudo de trajetórias	97
2.1. Uma análise prosopográfica do Partido Libertador: gerações, origens sociais e geográficas, formação estudantil, ocupação socioprofissional, experiências e atividades político-partidárias.....	98
2.2. Os libertadores em três trajetórias: Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo.....	128
2.2.1. As múltiplas facetas de um político: Joaquim Francisco de Assis Brasil, pecuarista, doutrinador, líder partidário, diplomata, parlamentar, ministro... ..	129
2.2.2. “Difícultoso, senão impossível, seria cindir o médico e o professor do político”: a trajetória de Raul Pilla	146
2.2.3. Entre conspirações e revoltas armadas: o deputado libertador Joao Baptista Lusardo	162
Capítulo 3. A política libertadora em análise: mobilização, ideais, acordos e pragmatismos....	180
3.1. Os bastidores da política libertadora: congressos, programa e pleitos eleitorais	181
3.1.1. “Um verdadeiro Partido ou um simples ajuntamento eleitoral?”: congressos, reuniões e disciplina partidária	189
3.1.2. Representação, Justiça e o “guarda-chuva Liberal”: o programa e os posicionamentos político-ideológicos do Partido Libertador.....	206
3.1.3. Os libertadores vão às urnas: da escolha de candidaturas às estratégias e mecanismos de atuação eleitoral.....	221
3.2. O “milagre da união sagrada”: a aliança com o Partido Republicano Rio-Grandense e a atuação da Frente Única	234
3.2.1. Costurando acordos e contornando dissídios: novas alianças e velhas divergências em Frente Única	237
3.2.3. Justificando e reatualizando compromissos: a retórica de legitimação da FU e sua continuidade no pós-1930	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
Referências Bibliográficas	286
ANEXOS	303
Anexo A – Ficha biográfica de Raul Pilla	303

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A década de 1920 caracterizou-se como um período de intensa agitação na política brasileira, sobretudo, em decorrência da eclosão de uma série de revoltas e conflitos que auxiliaram na ruína da chamada “República Velha” (LOVE, 1971, p. 215). No estado do Rio Grande do Sul, o contexto foi demarcado pela mobilização dos grupos e lideranças contrários à hegemonia de quase trinta anos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na presidência estadual. A conjuntura representou uma ocasião peculiar em que, após diversas tentativas frustradas¹, foi enfim possível ensejar uma união entre as diferentes lideranças e tendências com o objetivo de enfrentar Borges de Medeiros e seu partido (TRINDADE, 1979, p. 159-163). No ano de 1922, os oposicionistas² alinharam-se em um agrupamento provisório em favor da candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil nas eleições para o governo do estado. Após a derrota nas urnas, sob protestos de fraude e invalidade dos resultados oficiais, os mesmos grupos mobilizaram-se na deflagração de um movimento armado, durante o episódio que ficou conhecido como “Revolução de 1923”, guerra civil encerrada em dezembro do mesmo ano através da assinatura de um acordo de paz³ mediado pelo governo federal de Arthur Bernardes.

O pacto, para além de resultar na alteração de pontos importantes da constituição estadual, reequilibrou o jogo de forças políticas e inaugurou um novo período na trajetória das oposições político-partidárias sul-rio-grandenses. Durante os anos seguintes, o projeto de unificação teve continuidade com a busca pela formação de um partido único, capaz de congrega os diferentes adeptos e estar mobilizado politicamente. A construção desta união⁴

¹ As tentativas de aproximação entre líderes e grupos de oposição ocorreram, pelo menos, em dois outros momentos significativos: com a proposta de Silveira Martins em fundir o Partido Federalista (PF) com o Partido Republicano Liberal em 1897; e na conjuntura de 1907-1908, com a aproximação de Fernando Abbot, dissidente do PRR, com segmentos federalistas, união repelida pela facção liderada por Francisco Antunes Maciel (TRINDADE, 1979, p. 154-163).

² De maneira geral, a frente unificada formada em 1922/1923 era composta por três setores oposicionistas: seguidores de Assis Brasil e Fernando Abbot (também conhecidos como “assisistas” ou “democratas republicanos”); facções federalistas; e diversos dissidentes do PRR de um período mais recente (famílias Pinheiro Machado, Menna Barreto e outros).

³ A guerra civil de 1923 ocorreu de janeiro à dezembro daquele ano e se encerrou através de um acordo mediado pessoalmente pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e chamado de “Pacto de Pedras Altas”. Em linhas gerais, o acordo vedava a reeleição para presidente do estado e para intendentes municipais, previa a adequação das eleições estaduais à legislação federal, garantia a representação das minorias na Assembleia, concedia anistia aos revolucionários etc. (ANTONACCI, 1981, p. 110). A modificação de pontos estratégicos do documento significou uma pequena vitória aos rebeldes, tendo em vista que o principal objetivo perseguido, a deposição imediata de Borges de Medeiros, acabou não sendo alcançado. Sobre às negociações da pacificação e minutas do acordo, ver (FRANCO, 1996).

⁴ Em minha dissertação de mestrado analisei o processo de construção e divulgação de uma ideia de coesão e união entre estes diversos e fragmentados setores oposicionistas através da publicação de um álbum fotográfico em homenagem aos rebeldes da guerra civil de 1923 (DAL FORNO, 2015).

envolveu um complexo processo percorrido pelos libertadores⁵ ao longo de praticamente toda a década de 1920, caracterizado por aproximações, rupturas, avanços e dissídios.

A presente investigação concentra-se na análise do processo de formação e mobilização dos libertadores na política republicana brasileira entre os anos de 1922 à 1933⁶. O recorte justifica-se pelo fato de que o ano de 1922 representa o movimento inicial de composição da frente de oposição no Rio Grande do Sul. Por sua vez, 1933 trata-se da data em que após as tentativas frustradas de levante armado do ano anterior, as principais lideranças retornaram do exílio para participar novamente do jogo político, embora já sem a mesma força dos anos anteriores. Este período de onze anos permite aprofundar o conhecimento sobre o partido e seus líderes, tendo em vista a diversidade de aspectos e acontecimentos vividos.

Enquanto objetivo de estudo principal, interessa refletir sobre duas frentes de análise fundamentais e interligadas. Em primeiro lugar, a esfera institucional do partido, com seu movimento de constituição através da unificação e acomodação de diferentes tendências, facções e lideranças no interior de uma agremiação única, bem como sua organização e participação nos principais eventos e problemas políticos, tanto no âmbito regional quanto nacional. Em segundo lugar, a atuação e trajetória de suas principais lideranças⁷, ponderando sobre seus itinerários sociais, concepções, tomadas de posição, práticas, recursos e relações no e com o mundo político.

Como objetivo secundário, pretendo compreender pontualmente um dos episódios mais instigantes desta conjuntura: a união entre os históricos adversários de situação e oposição no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, PRR e PL, através da formação da Frente

⁵ Apelido pelo qual ficaram conhecidos os oposicionistas a partir de 1923, inspirador das alcunhas das agremiações e que será utilizado ao longo desse texto. O termo era uma referência ao objetivo de “libertar” o estado de uma suposta “ditadura borgista” denunciada pelos oposicionistas e, segundo Kieling, tinha como intuito principal produzir uma generalização que abarcasse seus diferentes adeptos (KIELING, 1984, p. 18). Optei por utilizar a nomenclatura sem o uso de aspas, guiado pelo entendimento de que se trata de um termo cunhado e utilizado na e pela época e por mim apropriado sem a intenção de produzir qualquer juízo de valor ou adjetivação sobre os grupos e disputas político-partidárias daquele contexto.

⁶ O PL possui duas fases em sua trajetória: a primeira encontra-se relacionada com o período de formação do partido, do início dos anos 1920 até o seu fechamento por decreto do Estado Novo em 1937; a segunda, trata-se de uma refundação organizada no ano de 1945 por iniciativa de Raul Pilla e que se prolongou até a sua extinção definitiva em março de 1966 como consequência da ditadura civil-militar instaurada no país. Sobre esta última, ver (TAUFER, 2008).

⁷ Compreendo por principais lideranças aqueles responsáveis pela organização, mobilização e principais tomadas de decisão do grupo. Neste sentido, optei pela seleção e enfoque em três agentes que emergem, tanto nas fontes analisadas quanto nas contribuições bibliográficas pertinentes, como principais nomes. São eles: Assis Brasil, principal referência partidária nos anos de 1920 e presidente fundador da agremiação; Raul Pilla, sucessor na presidência, diretor do órgão de imprensa oficial do partido e principal figura de chefia e mediação no âmbito regional; e Baptista Lusardo, deputado e destacado representante na capital federal, assim como um dos principais responsáveis pela organização de levantes armados protagonizados pelos libertadores ao longo do período.

Única (FU)⁸ durante e após o contexto da campanha eleitoral da Aliança Liberal e da chamada “Revolução de 1930”.

Os pontos de partida para a investigação desta conjuntura encontram-se relacionados com determinados questionamentos historiográficos presentes em minha trajetória de estudos⁹. Estas preocupações podem ser resumidas em dois eixos principais: a percepção e problematização acerca da recorrência e predominância de determinadas linhas argumentativas assumidas e reproduzidas pela maioria dos estudos históricos produzidos sobre o tema; e a identificação sobre poucos estudos aprofundados sobre as oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, objeto de análise geralmente ignorado ou tangenciado em favor de pesquisas sobre temas correlatos ao PRR.

Na leitura da literatura sobre o tema é perceptível que grande parte dos autores assumiram como um dos principais fatores para compreender e explicar a atuação das lideranças, grupos e disputas, o componente ideológico e sua preponderância e determinação no sistema político-partidário¹⁰. Esta ênfase é visível nos usos e abusos em torno de algumas noções, tais como, positivismo, conservadores-autoritários, liberalismo, autoritarismo, doutrinas, princípios, ideias, entre outras. Os argumentos em torno destas concepções tornaram-se dados inquestionáveis na historiografia sobre o assunto, influenciando sucessivas gerações de estudiosos que acabaram por assimilar e reproduzir determinadas interpretações e explicações sem proceder uma análise crítica ou confrontação empírica acerca da validade destes dados para a compreensão da realidade histórica em foco.

Além deste aspecto, aqui considerado como parte de uma sobrevalorização da dimensão ideológica nos estudos sobre o sistema político no Rio Grande do Sul, igualmente é possível

⁸ Apesar de grande parte dos estudiosos optarem pela nomenclatura de “Frente Única Gaúcha”, utilizo aqui o termo de “Frente Única”, por ser aquele presente na documentação consultada. O adicional “Gaúcha” surgiu posteriormente, com o objetivo de diferenciar o movimento de outra frente similar surgida entre os partidos de São Paulo.

⁹ Estes aspectos são temas presentes desde meu trabalho de conclusão de curso de graduação em História na Universidade Federal de Pelotas sob orientação da Prof. Dra. Elisabete Leal, e no qual analisei a trajetória de Leonel Rocha, uma das principais lideranças rebeldes da guerra civil de 1923 (DAL FORNO, 2012). Da mesma maneira, estiveram presentes no horizonte analítico de dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação do Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (DAL FORNO, 2015).

¹⁰ Este tópico encontra-se debatido de maneira aprofundada no primeiro capítulo. Com vistas a ilustrar inicialmente o debate, cabe destacar apenas um exemplo. O estudo do cientista político Helgio Trindade propôs explicar o Rio Grande do Sul republicano através da identificação de uma cisão na oligarquia regional no plano político-ideológico em duas grandes famílias extremamente fiéis aos seus ideais: os “conservadores-autoritários” do PRR e os “conservadores-liberais” vinculados aos federalistas e, mais tarde, libertadores. Embora ambos estivessem assentados em modelos conservadores, os grupos possuíam posturas “antagônicas” e “irreconciliáveis” sobre a forma de organização do Estado e o seu relacionamento com a sociedade civil. Segundo Trindade, esta cisão e antagonismo ideológico teria sido a principal responsável pelo estabelecimento de um padrão de polaridade partidária, pela tradição de embates na Assembleia e pela deflagração de duas guerras civis e diversos enfrentamentos no âmbito local (TRINDADE, 1979a).

identificar outro problema recorrente: os grupos oposicionistas, enquanto objeto de análise principal, foram alvos de poucos estudos, sendo constantemente preteridos em favor de abordagens sobre o partido situacionista. A listagem de estudos que se detiveram a analisar tópicos relativos ao PRR é bastante extensa e diversificada¹¹, na medida em que as investigações que analisaram aspectos relacionados ao PF e PL, são relativamente poucos. Dentre estes últimos, é possível destacar alguns¹², como por exemplo, as pesquisas de Luiza Kliemann (1981), José Fernando Kieling (1984), Eduardo Rouston Jr (2012) e Rodrigo Dal Forno (2015). Apesar da presença destas investigações atentas ao processo vivido pelos grupos políticos de oposição no Rio Grande do Sul, o recorte específico em torno da atuação dos libertadores e sua relação e atuação conjunta com o PRR na FU, foi alvo de pouquíssimas investigações, permanecendo como uma lacuna a ser preenchida e com diversas questões a serem respondidas.

Diante desse panorama, o presente estudo propõe responder alguns questionamentos principais. O primeiro deles, tendo em vista a frente unificada de oposicionistas que originou o PL ser composta por indivíduos provenientes de diferentes setores e facções (dissidentes do PRR, alas do PF e seguidores de lideranças como Assis Brasil, Abbot e outros) e com, segundo as diversas e repetidas análises historiográficas, “orientações político-ideológicas antagônicas e irreconciliáveis”, como é possível explicar sua formação e articulação em um partido único? Quais elementos auxiliam na compreensão e explicação dos vínculos, práticas e recursos políticos destes agentes? Percorrendo esta mesma lógica, como explicar que os projetos ditos tão divergentes, antagônicos e de histórica rivalidade entre oposições e PRR estivessem reunidos em uma mesma coalizão partidária, a Frente Única, no contexto de 1930? Estas questões, apesar de estarem presentes em muitos estudos sobre o tema, permanecem como pouco aprofundadas ou com respostas insatisfatórias.

Ao propor esta discussão parto de algumas hipóteses de análise. Em primeiro lugar, acredito na necessidade de buscar explicações para as articulações e disputas políticas através do exame das relações e práticas entre lideranças e seus partidos. Obviamente, esta escolha não significa negar a importância do plano das ideias e das doutrinas na composição e tomadas de posição do PL ao longo do período, muito menos invalidar tantas profícuas investigações construídas a partir deste elemento. Mas sim, em buscar perceber outras possibilidades

¹¹ Para mencionar apenas alguns: Franco (1968), Love (1971), Rodriguez (1980), Pesavento (1980), Pinto (1986), Félix (1987), Bakos (1996), Abreu (1997), Grijó (1998), Axt (2011), etc.

¹² Cabe mencionar ainda as contribuições de Sérgio da Costa Franco sobre o Partido Federalista (2006; 2007); a dissertação de Antônio Bueno sobre a trajetória de Raul Pilla (2006); a tese de Carmen Aita sobre o pensamento político de Assis Brasil (2007); e a dissertação de Ericson Flores sobre a participação política do jornal “*O Estado do Rio Grande*” nos anos de 1929-1932 (2009).

explicativas sobre o tema, investindo em aspectos até então pouco explorados pela historiografia. Neste sentido, sugiro a hipótese principal de que os interesses e as alianças conjunturais, as práticas e comportamentos pragmáticos, os capitais das lideranças, as origens e vínculos socioeconômicos, familiares e profissionais e a busca pelo poder do aparelho do estado, necessitam ser considerados como centrais para a compreensão da política partidária no contexto em evidência. E, desta forma, fundamentais para a compreensão da formação e atuação dos libertadores durante as décadas de 1920 e 1930. Com isto, considera-se aqui que o plano ideológico, aspecto já ampla e repetidamente visitado pelos autores, foi apenas um, entre diversos outros elementos presentes e determinantes no jogo político-partidário brasileiro durante as primeiras décadas do regime republicano.

Nesta ótica, tanto o processo de unificação no PL, bem como sua aliança com o adversários da véspera, devem ser vistos a partir de um olhar alternativo e que privilegie outros elementos para além dos já amplamente sugeridos. A realização desta mirada alternativa encontra-se em sintonia com os postulados de uma História Social da Política, linha de estudos inserida na perspectiva de análise em História Política. Embora determinados autores e abordagens¹³ utilizem o termo ou advoguem este posicionamento, ainda são relativamente escassas as definições em torno de seus conceitos centrais, métodos de análise, possibilidades de abordagens, dificuldades e limitações. Em meu entendimento, esta postura advoga um olhar mais atento aos grupos e agentes que compuseram e atuaram na política partidária, fornecendo especial atenção para alguns fatores específicos, como por exemplo, origens e trajetórias sociais, grupos e vínculos familiares e profissionais, interesses e atividades econômicas, laços e lealdades pessoais, etc. Dessa forma, trata-se de problematizar que estes elementos possuem importância primordial no interior dos partidos e sistemas políticos, permeando e influenciando instituições oficiais, alianças partidárias, disputas eleitorais, ocupação de cargos, acesso a determinadas posições e defesa de diferentes pautas e projetos.

Neste quadro, algumas pesquisas serviram como fonte de inspiração para a construção da problemática de análise e das opções teóricas assumidas pela pesquisa, com destaque para os estudos de Odaci Coradini (1995; 1999), Mário Grynszpan (1990), Luiz Alberto Grijó (1998; 2002; 2008) e Jonas Vargas (2010).

Os estudos de Coradini analisaram a trajetória dos componentes da elite médica brasileira durante os séculos XIX e XX. Segundo o autor, no Brasil Republicano, a lógica

¹³ É possível sugerir alguns estudos inseridos ou em sintonia com esta proposta de estudo, como por exemplo, as contribuições Luiz Alberto Grijó (1998; 2017), Maria Fernanda Vieira Martins (2006), Jonas Vargas (2010), entre outros.

acadêmica e dos preceitos científicos acabou subordinada à estruturas de poder respaldadas por relações de reciprocidade, aspectos que por consequência tornaram as tomadas de posição influenciadas por “afiliações pessoais”. Neste sentido, o capital social foi decisivo, e elementos como parentesco, amizade e patronagem exerceram cada vez mais importância na ascensão social dos agentes (CORADINI, 1995, p. 2-3, p. 16-25). Da mesma maneira, ao investigar a composição da elite médica sul-rio-grandense, o autor destacou que a definição destes indivíduos enquanto “elite” derivou da “notabilidade” proveniente de determinados recursos sociais, tais como, a militância político-partidária, o desempenho de cargos nas burocracias públicas, a condição de professor da Faculdade de Medicina, a participação em instituições culturais ou literárias e entre outros aspectos (CORADINI, 1997, p. 270-273).

A análise de Mario Grynszpan igualmente assinalou para a importância das relações e recursos sociais nas filiações e atuações políticas. Ao examinar a trajetória de Tenório Cavalcanti Albuquerque, o autor identificou seus capitais, trunfos, estratégias, deslocamentos e a maneira como acumulou prestígio, poder e uma rede própria de relações pessoais, concluindo que o predominante “ao invés da opção por um partido e sua proposta” era “uma adesão a um grupo formado por seu círculo de relações pessoais, parentes e patrão” (GRYNSZPAN, 1990, p. 4-12). Diante disto, sugeriu que as filiações partidárias e institucionais se encontravam imbuídas de laços sociais e, desta forma, “pessoalizadas”, ou seja, perpassadas por critérios e visões da política caracterizadas pela divisão entre amigos e inimigos, troca de favores e compromissos, apoios e auxílios mútuos, clientelas etc. Além disto, Grynszpan também assinalou para importância, para o sucesso ou fracasso no jogo político republicano, do domínio e manipulação de códigos diversos, dentre eles, a violência, o direito e o jornalismo.

Os estudos de Luiz Alberto Grijó sobre a política partidária do Rio Grande do Sul da Primeira República destacaram a necessidade de tomar cuidado com a sobrevalorização da dimensão ideológica como um elemento catalisador das posições e disposições para o enfrentamento bélico entre PRR e os grupos oposicionistas (GRIJÓ, 2008, p. 166). Segundo o autor, ainda que se possa verificar nos discursos formais dos agentes algumas “divergência em termos de filiações explícitas a correntes ideológicas”, os dirigentes desses grupos possuíam uma “visão de mundo baseada em princípios comuns e que se traduzia em práticas políticas nas quais os princípios ideológicos contavam pouco ou quase nada”, ou seja, tratavam-se de princípios de classificação do mundo social, formas de exercício do mando e valores e concepções de política e sociedade universalmente aceitos como legítimos, tanto por parte das elites governistas quanto pelos oposicionistas (GRIJÓ, 2002, p. 140-141). Dessa forma, o autor defende a importância de atentar para a influência de múltiplos fatores atuantes e permeando o

jogo político, como por exemplo, as trocas de favores e amizades, o grupo profissional e familiar e as origens e interesses socioeconômicos.

A investigação de Jonas Vargas analisou a trajetórias dos membros da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889) e sua atuação como mediadores políticos entre o espaço local/regional e nacional, objetivando compreender quem eram estes homens, como conquistaram seus postos de poder, o que definia o sucesso e fracasso no empreendimento político, suas estratégias, origens e comportamento social e familiar¹⁴. Ao refletir sobre a literatura política que versou sobre o período imperial, Vargas destacou que estas análises parecem ter realizado uma desvinculação entre os conflitos políticos e os aspectos socioeconômicos, na maioria das vezes realizando uma análise de discursos parlamentares e editoriais de jornais sem a reflexão aprofundada sobre quem discursava e quem escrevia, impedindo uma melhor percepção sobre como estes homens agiam e articulavam suas forças e redes políticas¹⁵ (VARGAS, 2010, p. 27-30).

Além destes estudos, alguns conceitos igualmente foram fundamentais para o desenvolvimento da discussão, com destaque para as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu, principalmente, através das noções de capital¹⁶ e *habitus*¹⁷, bem como suas considerações sobre a lógica e os mecanismos de funcionamento do mundo político¹⁸.

A noção de capital pode ser compreendida como uma série de recursos cuja posse por parte dos agentes indica o acesso a determinadas vantagens e posições. Estes recursos se apresentam, principalmente, através de algumas espécies fundamentais, tais como, capital cultural, econômico, político, social, simbólico e outros (BOURDIEU, 1995, p. 150-177). Para o caso de estudo em evidência, é fundamental considerar dois exemplares desses trunfos e seus vínculos com a política: o capital escolar e o capital social. Em primeiro lugar, o capital escolar, na figura do diploma de ensino superior (principalmente o de bacharel em direito) e a sua importância social, essencial para a projeção da carreira de lideranças político-partidárias, assim como no acesso a determinadas vantagens e cargos de poder¹⁹. Contudo, conforme alertado por

¹⁴ Com abordagem similar, Maria Fernanda Vieira Martins alertou para a importância das famílias dos membros da elite política no Brasil Imperial e suas redes de relações que ultrapassavam as rivalidades partidárias (MARTINS, 2006).

¹⁵ Conforme encontra-se debatido no capítulo 1, guardadas algumas diferenças, leitura similar pode ser realizada sobre os estudos políticos da Primeira República e a identificação de uma sobrevalorização da dimensão ideológica pela historiografia.

¹⁶ Sobre o conceito de capital, ver (BOURDIEU & WACQUANT, 1995; BOURDIEU, 1998).

¹⁷ Sobre a ideia de *habitus*, ver (BOURDIEU, 1984; 1995).

¹⁸ Sobre considerações do autor sobre o mundo político, destacam-se dois textos fundamentais (BOURDIEU, 1988; 2015).

¹⁹ Tomando como objeto o caso da França na segunda metade do século XX, Bourdieu afirma que o capital escolar é tido como essencial no recrutamento e promoção na área da política. Segundo o autor, as oportunidades de

Bourdieu, um título por si só não explica tudo. É preciso considera-lo em paralelo à outros elementos, tendo em vista que o valor de um diploma escolar e a sua relação com o mundo social variam consideravelmente segundo diferentes fatores, como por exemplo, a “idade de seu titular” (oportunidades de possuir esse diploma são bastante desiguais para diferentes gerações), a “origem social” (capital social herdado, nome, relações familiares, entre outros aspectos sociais que comandam o seu *rendimento real*), a “origem geográfica” (por intermédio de práticas incorporadas, como o sotaque) e segundo o “sexo” (ser homem ou mulher) (BOURDIEU, 2015, p. 410, grifo do autor). Segundo Coradini, o valor de um título escolar se encontra subordinado às possibilidades de inserção de seu portador nas “redes” de relações personificadas que garantem o seu valor não apenas como atestado de capital escolar, mas como consagração de uma posição social (CORADINI, 1995, p. 13).

O capital social trata-se do conjunto de relações e rede de amigos, colegas de profissão, correligionários e familiares, o qual determinado agente é capaz de acionar e mobilizar para atingir objetivos e resultados diversos. Este tipo de trunfo surge como vital para mobilizações diversas, seja de eleitores e apoiadores em períodos eleitorais, seja de homens armados em conflitos, dois movimentos constantes na trajetória dos libertadores. Este tipo de recurso é definido por Bourdieu como um

conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que [...] são unidos por ligações permanentes e úteis. [...] **O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar** (BOURDIEU, 1998, p. 67, grifos meus).

De acordo com Luiz Alberto Grijó, um dos principais trunfos políticos dos agentes na Primeira República residiu no “capital de relações sociais herdado, entretido e estendido pelo grupo familiar” ou pelo próprio agente. O gerenciamento deste capital foi recurso fundamental na “abertura de portas” e no “atingir posições importantes”, o que poderia “se materializar em termos de cargos, de espaços na imprensa, de obtenção de informações privilegiadas, de oportunidades de destaque em termos de liderança político-partidária, empresarial ou militar” (GRIJÓ, 1998, p. 50, P. 95-96). No mesmo sentido, Mario Grynszpan sugeriu a importância da “densa rede de relações pessoais, de amizade, parentesco e patronagem, trançada pela

participar ativamente da política e ocupar funções importantes em um partido são, incomparavelmente, maiores quando se é homem e se dispõem de um capital escolar relevante (BOURDIEU, 2015, p. 379-380). Para o caso do Brasil durante o final do Império e ao longo da Primeira República, é perceptível o predomínio dos “bacharéis” na política partidária e nos postos de poder do aparelho do Estado, aspecto já amplamente reconhecido e explorado pela historiografia (CARVALHO, 2012; CORADINI, 1995; 1997; 1998).

reciprocidade, a dependência, a lealdade e a deferência, tendo no líder seu fio central” (GRYNSZPAN, 1990, p. 12). Por sua vez, Aspásia Camargo destacou a importância da “teia de relações pessoais, lealdades e compromissos (implícitos e explícitos)” criados entre os membros das elites políticas e que garantiam “nos bastidores das instituições formais de governo, a coesão necessária para a permanência, o controle e a continuidade do poder” (CAMARGO, 1983, p. 16). Neste cenário, valores como “amizade, lealdade e fidelidade, além do empenho à palavra firmada” (PINTO, 2011, p. 235), eram fundamentais.

Os capitais encontram-se vinculados à determinadas disposições adquiridas pelos agentes para obter e manter competências e habilidades necessárias na reprodução deste recurso. Neste sentido, outro conceito de enorme valia para a compreensão das concepções e práticas, trata-se da ideia de *habitus*. Segundo Bourdieu, o termo corresponde a um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações (BOURDIEU, 1984, p. 65). Estas disposições seguem uma lógica própria, que é ao mesmo tempo condicionada e condicionante, estruturada e estruturante, tendo em vista que geram e organizam as práticas e representações dos agentes ao passo que são igualmente construídas por elas²⁰ (BOURDIEU, 1995, p. 87).

Conforme argumenta Ortiz, o *habitus* tende a conformar e orientar a ação, através do qual, cada agente, quer saiba ou não, produz suas ações a partir de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente. Isto ocorre através da interiorização de valores, normas, princípios sociais e sistemas de classificações que presidem as escolhas e ações (ORTIZ, 1994, p. 15). O conceito aponta para os esquemas de percepção e apreciação, possibilidades, limites, condições e necessidades que norteiam os modos dos agentes em perceber e agir no e sobre o mundo, auxiliando na compreensão daquilo que pode ser entendido como uma lógica prática, envolvendo estratégias e representações que orientam as práticas e concepções de determinadas lideranças sobre o espaço político, além de permitir a reflexão sobre as regras e recursos socialmente legítimos e aceitos para atuar neste mundo, ou seja, fornecendo um melhor entendimento sobre os critérios de sucesso ou fracasso para a ascensão no jogo político-partidário do Brasil durante as décadas de 1920 e 1930. A noção serviu aqui como pano de fundo para refletir e problematizar uma série de aspectos relevantes

²⁰ De acordo com Renato Ortiz, o problema teórico central da obra do sociólogo francês residia na busca por encontrar uma mediação entre os agentes sociais e a sociedade, articulando dialeticamente indivíduo e estrutura. Esta mediação foi instrumentalizada através da noção de *habitus*, um dos principais conceitos trabalhados na obra bourdiana (ORTIZ, 1994, p. 8).

ao problema de pesquisa: de que forma os líderes libertadores percebiam a política e o jogo político de seu tempo? Através de quais critérios estabeleciam suas representações e práticas sobre este mundo político? Quais concepções carregaram consigo? Se avançarmos em uma reflexão nestes termos, seriam os históricos adversários de situação (PRR) e oposição (PL), enquanto membros de uma mesma elite oligárquica regional e com origens, experiências e percursos sociais aproximados, tão diferentes em seus princípios de visão de mundo, conforme defendido por boa parte da historiografia? Ou seriam parecidos, portadores de um conjunto de disposições, de um *modus operandi* similar? O que o estudo sobre o PL e a trajetórias de alguns de seus agentes podem nos ensinar sobre esta problemática? A partir da reflexão sobre estas questões é possível explorar diversos aspectos pertinente ao estudo do tema.

Em sintonia com este debate, outro conceito fundamental para a compreensão das condutas e posicionamentos das elites políticas foi o de pragmatismo político. Segundo Aspásia Camargo, os políticos dos anos de 1930 possuíam “um *estilo* de política maleável, integrativo, artiloso, de raízes tradicionais (personalistas, clientelísticas), que consolidam lealdades e garantem a longevidade do poder”, caracterizado essencialmente pela “*versatilidade*”, na qual o “pragmatismo e a instrumentalidade – a capacidade de composição – convertem-se em valor inestimável como instrumento de coesão das elites no poder” (CAMARGO, 1983, p. 13, grifo da autora). Em sentido similar, Surama Pinto propôs o termo de “**pragmatismo oportunista**”, com o intuito de refletir sobre as diferentes estratégias de sobrevivência das elites políticas do Rio de Janeiro e suas ambiguidades de comportamento. Este atributo diz respeito ao firmamento de alianças e compromissos afim de garantir melhores espaços de atuação (PINTO, 2011, p. 180, p. 234-235, grifo meu). Da mesma maneira, o exemplo do político Augusto de Vasconcelos, investigado por Américo Freire, aponta para uma “tradição constitutiva da política formal” caracterizada pela arte de “conciliar, sem grandes embaraços, a política clientelista e a estruturação partidária”. (FREIRE, 2011, p. 242). Estas características indicam a existência de uma lógica de comportamento e atuação, de um “*modus operandi*”, caracterizado por “mecanismos menos aos mais coercitivos, **adaptando-se a distintas conjunturas e situações**”, conforme o percebido por Edson Fanaia na elite política do Mato Grosso (FANAIA, 2010, p. 12-15, grifo meu).

Em termos metodológicos, dois instrumentos de análise foram utilizados na pesquisa: a prosopografia e o estudo de trajetórias. A utilização do método prosopográfico, ou biografias coletivas, teve como objetivo delimitar e problematizar um perfil coletivo das principais

lideranças partidárias. De acordo com Lawrence Stone, a prosopografia²¹ deve ser entendida como uma técnica para a “investigação das características comuns de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”, realizada através da definição de um “universo a ser estudado” e de “questões uniformes” para combinar e examinar os dados em busca de variáveis significativas, “testadas com o objetivo de encontrar tanto correlações internas” quanto em relação a outras “formas de comportamento e ação”. Sua utilização serve, principalmente, para a análise das “origens da ação política”, na compreensão dos interesses por detrás das retóricas políticas, na “análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos”, na revelação do funcionamento de uma máquina política e na identificação daqueles que “manipulam os controles” (STONE, 2011, p. 115-116).

Na leitura de Flávio Heinz, o método encontra sua proficuidade na elaboração de perfis sociais de determinadas coletividades históricas, fornecendo destaque aos “mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais dos indivíduos”, auxiliando a conhecer as propriedades sociais mais valorizadas ou desvalorizadas em cada grupo e a composição dos capitais, atributos, modelos e estratégias empregados (HEINZ, 2006, p. 9). Nesse sentido, uma de suas principais finalidades está na identificação de que “tipo de recurso social confere poder ao grupo” e de onde vem o seu prestígio e unidade (CODATO, 2015, p. 20-22). Apesar das contribuições e da potencialidade, o seu êxito depende das perguntas realizadas pelo pesquisador, assim como da disponibilidade e qualidade das fontes na coleta dos dados (FERRARI, 2010, p. 544), tendo em vista que o método exige do pesquisador uma peregrinação por diferentes tipos de documentos e arquivos, assim como a utilização de diversas estratégias com o intuito de capturar as especificidades e singularidades da biografia coletiva de um grupo (HEINZ & CODATO, 2015, p. 265).

De maneira resumida, o método demanda algumas etapas de investigação²²: seleção do grupo a ser estudado; delimitação das questões e variáveis sociológicas do questionário biográfico; realização de uma ampla e diversa coleta de dados em múltiplas fontes; a construção de um banco de dados reunindo informações sobre cada um dos membros; e a quantificação,

²¹ Alguns autores foram fundamentais na construção da proposta, dentre eles, Lawrence Stone (1971; 2011), Christophe Charle (1996), Flávio Heinz (2006; 2011) e Marcela Ferrari (2006; 2010). No mesmo sentido, situam-se estudos que utilizaram do método para a compreensão das elites políticas brasileiras: José Murilo de Carvalho (1996), Joseph Love (1982), Jonas Vargas (2010), Adriano Codato (2010; 2015) e Sandra Amaral (2013). Além destes, cabe destacar novas interpretações sobre a política na Primeira República que tem se apoiado, em diferentes medidas, nas biografias coletivas como forma de problematizar os partidos e lideranças políticas: o estudo de João Fanaia e as elites no Mato Grosso (2010), de Surama Pinto sobre a política no Rio de Janeiro (2011) e Vitor Figueiredo sobre a política mineira (2017).

²² Um importante guia sobre as etapas do desenvolvimento do método prosopográfico pode ser encontrado na obra organizada por Renato Perinissoto e Adriano Codato (2015).

análise e problematização dos dados obtidos. Os procedimentos, dificuldades, méritos e resultados da aplicação em torno dos libertadores encontram-se discutidos no capítulo II.

Em paralelo, realizei o estudo de determinadas trajetórias, guiado pelo entendimento de que a “análise dos diferentes caminhos” assumidos na carreira de um político “é tão importante para entender a elite política quanto o estudo das características fornecidas pela biografia coletiva” (LOVE, 1982, p. 234). Além disto, conhecer as características e atributos de um grupo é importante apenas se entendemos o modo que determinada sociedade os valorizava e as maneiras como eram utilizados no nutrimento de um determinado capital político, ou seja, a relevância de conhecermos, os laços sociais e as práticas vinculadas a posse de determinados atributos pelos atores políticos (FERRARI, 2010, p. 547).

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, para compreender a trajetória de um indivíduo, ou seja, as posições dos agentes no espaço social, suas diferentes opiniões políticas e tomadas de posição ao longo do percurso de vida, é necessário atentar para o “volume e estrutura do capital” e a “evolução destas propriedades no tempo”, investigando “a trajetória social do grupo em seu conjunto” ou do “indivíduo considerado” (BOURDIEU, 2015, p. 424). Nesta perspectiva, a análise de uma trajetória social encontra-se intimamente relacionada com os espaços sociais percorridos (ambiente familiar, instituição escolar, partido político, local de trabalho, clubes e associações, redação de um jornal, etc.) e pelos recursos e atributos que foi capaz de adquirir, reproduzir, ampliar e acionar durante esta trajetória (capital cultural, econômico, intelectual, social, etc.). Dessa maneira, na leitura de Bourdieu, uma trajetória deve ser compreendida através da investigação dos campos²³ (político, cultural, intelectual, etc.) e das posições em que o agente se inseriu e ocupou neste espaço, assim como o conjunto de relações objetivas travadas com outros agentes e os atributos, recursos e atribuições adquiridos e acionados por este indivíduo (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Em sentido similar, Mario Grynszpan argumenta que o estudo de trajetórias permite avaliar as estratégias e ações dos atores em diferentes situações, suas posições sociais, movimentos, recursos e suas redes de relações, como se estruturam, as acionam e nelas se locomovem ou as abandonam, com isto, permitindo refletir sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos (GRYNSZPAN, 1990, p. 74). Para Grijó, a trajetória de um indivíduo só tem

²³ Cabe um parêntese sobre minha apropriação das contribuições de Pierre Bourdieu. Considero importante destacar que não pretendo aqui entrar na discussão sobre a (não)existência de campos, essencialmente, o político, na história do Brasil da Primeira República. Trata-se de uma discussão ampla, complexa e que extrapolaria os limites propostos por esta tese. Todavia, para além da aceitação, ou refutação, da ideia de “campo”, acredito ser possível aproveitar determinados subsídios bourdieanos sobre o tema, principalmente, no sentido de problematizar trajetórias, agentes, *habitus* e capitais. As discussões em torno destes aportes serviram como norte para o estudo de trajetórias aqui empreendidos.

sentido sociológico se entendida como a estreita relação entre as ações e representações de um agente (ou grupo) inseridas em posições relativas a outros agentes (ou grupos) que igualmente agem e portam representações do mundo e de seus lugares neste mundo em contextos concorrenciais por posições e por definições no e do mundo (GRIJÓ, 1998, p. 9).

O estudo de trajetórias apresenta algumas dificuldades inerentes a sua realização. De acordo com Pierre Bourdieu, é preciso atentar para os riscos da “ilusão biográfica”, tendo em vista a impossibilidade de conceber uma vida enquanto um caminho ou percurso linear, coerente e orientado, que possuí um começo, meio e fim (BOURDIEU, 2001, p. 74). A mesma preocupação é compartilhada por Jean-François Sirinelli que adverte sobre a consideração de “que a maioria dos caminhos nos percursos de uma vida seguem linhas fragmentadas”, sendo assim, os “itinerários de uma trajetória” apresentam problemas de reconstituição e de interpretação, cabendo ao pesquisador tanto evitar “generalizações apressadas e aproximações duvidosas” como fugir de “uma visão teleológica da história” (SIRINELLI, 1998a, p. 247-248). Ciente destes aspectos, investiguei as trajetórias de Assis Brasil, Raul Pilla e Baptista Lusardo, análise apresentada no segundo capítulo.

As fontes consultadas para o desenvolvimento do estudo foram analisadas de forma qualitativa e no sentido de obter dados e problematizações em duas frentes principais. Em primeiro lugar, atentando para os bastidores do processo de formação, unificação e atuação do Partido Libertador durante as décadas de 1920 e 1930, problematizando as tomadas de posição e envolvimento do partido com os principais eventos e problemas políticos do seu tempo. Em segundo lugar, avaliando a trajetória e atuação das lideranças partidárias neste contexto, compreendendo seu conjunto de relações pessoais, a utilização e importância de diferentes tipos de capitais, ponderando sobre suas percepções e concepções sobre o mundo político, suas tomadas de posição e estratégias de atuação.

De maneira geral, o olhar para as fontes direcionou-se para aquilo que o político mineiro Antônio Carlos classificou como “subterrâneo da política”, espaço que escapa da “percepção pública” e que exigia dos seus participantes “segurança de estratégia” e “habilidade da tática”, principalmente no sentido de “formular iniciativas, conciliar opiniões, agremiar forças, suscitar e corporificar ideias, conter e serenar paixões”, assim como “remover dificuldades, acomodar competições, desmanchar equívocos, compor divergências, unir, orientar e conduzir homens (ANDRADA, 1932, p. 2).

Com este entendimento, investiguei o seguinte conjunto de fontes²⁴: a) documentos existentes nos acervos pessoais das lideranças partidárias em análise (correspondências, bilhetes, telegramas, relatórios, atas de reuniões, anotações pessoais, manifesto, artigos, etc.); b) relatos de memórias e biografias produzidas por ou à respeito de determinados agentes com envolvimento destacado no contexto histórico em estudo; c) jornais da época (de vínculo partidário ou não, atentando especialmente para os artigos editoriais e as notícias publicadas).

De caráter proeminente para a análise das discussões, estratégias, alianças e rompimentos no interior da política partidária, encontram-se os acervos pessoais. Conforme argumenta Ângela de Castro Gomes, se por um lado os documentos pessoais permitem uma valorização da dimensão humana no processo histórico, das experiências e escolhas dos agentes, assim como apresentam um vasto potencial a ser explorado, por constituírem-se como “lugar de sociabilidade” e de “troca de ideias, de construção de projetos, de amores e de ódios”. Por outro lado, seus papéis representam tentações em “cair nas malhas do feitiço”. Este feitiço possui duas faces principais: a possibilidade de naufragar sem rumo em um mar de documentos, caso o pesquisador não seja capaz de fazer escolhas e descartes; e a “ilusão de verdade”, ocasionando em uma visão de seu conteúdo como “espontâneo”, “autêntico” e “verdadeiro”, o qual demanda uma ainda maior reflexão e problematização (GOMES, 1998, p. 124-126). Estas foram algumas das dificuldades enfrentadas ao longo da pesquisa, superadas através do processo de crítica às fontes, continuamente cotejadas com outros documentos e selecionadas e filtradas sob um olhar atento.

Dois arquivos foram o centro da pesquisa²⁵: Arquivo Assis Brasil e Arquivo Raul Pilla, ambos mantidos pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), localizados em Porto Alegre/RS. Por se tratar de arquivos extensos, procedi uma filtragem e seleção dos documentos, os quais foram divididos em grupos temáticos e analisados de forma qualitativa.

O Arquivo Assis Brasil encontra-se disponível no formato de microfimes. O acervo foi constituído através de um projeto desenvolvido pelo pesquisador Helgio Trindade durante a

²⁴ Infelizmente não foi possível contar com o acervo oficial do Partido Libertador, tendo em vista que toda sua documentação acabou sendo destruída, juntamente com a sede do partido (localizada na Rua dos Andradas em Porto Alegre), por um incêndio ocorrido na manhã de 24 de agosto de 1954 em decorrência da revolta de populares com o suicídio de Getúlio Vargas (FONTOURA, 1963, p. 303-304; SÁ, 1973, p. 83).

²⁵ Além destes, realizei consultas online ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) no Rio de Janeiro/RJ, responsável pela guarda de um vasto acervo de troca de correspondências entre diversas lideranças das primeiras décadas do regime republicano, com destaque para o Arquivo Antunes Maciel e Arquivo Getúlio Vargas. Boa parte desta documentação encontra-se disponível para a pesquisa no formato digital e on-line. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>. Acessado em 20 jan. 2019.

década de 1970 e conta a com documentação pessoal guardada pelo líder político no Castelo de Pedras Altas, no interior do Rio Grande do Sul, residência ao longo de boa parte de sua vida. Os documentos foram organizados e microfilmados originando sete rolos de microfilmes com mais de dez mil documentos de caráter diverso. A documentação abrange desde correspondências pessoais (ativas e passivas), ofícios, atas e circulares partidárias, anotações, rascunhos, artigos, manifestos, recortes de jornais etc. O seu conteúdo temático também é bastante eclético: documentos com questões familiares e profissionais; papéis de cunho político-partidário; correspondências com militares; papéis referentes a atuação como Ministro e Embaixador; textos produzidos ao longo de sua vida (originais e rascunhos): leis e documentos oficiais do Rio Grande do Sul e do Brasil; recortes de jornais colecionados; entre outros. Desta vasta documentação, selecionei 1182 documentos que guardavam relações e eram pertinentes ao recorte e ao problema de pesquisa perseguido.

O Arquivo Raul Pilla está disponível no formato de microfilmes e com cópias impressas, contando com aproximadamente quatorze mil documentos. Nos últimos anos, a documentação passou por um processo de digitalização e está disponível para o acesso online²⁶. O acervo compreende uma variada gama de papéis: correspondências pessoais; documentos oficiais do Partido Federalista e Partido Libertador; troca de mensagens com lideranças partidárias; correspondências com militares, principalmente, em relação a organização da Revolta de 1932; documentos sobre e durante o seu exílio nos anos de 1930; documentos relativos a atuação na área da medicina; recortes de jornais e a coleção completa de seus artigos publicados na imprensa pós década de 1940; entre outros.

Sobre o acervo é importante destacar algumas peculiaridades. São escassos os documentos que versam sobre os anos de 1924-1929, período fundamental no processo de fundação do PL. A grande maioria da documentação diz respeito a década de 1930, principalmente, da atuação de Pilla no exílio. Esta peculiaridade pode ser explicada pelo papel exercido pelo líder no diretório do partidário, ou seja, seu conjunto de correspondências pessoais possivelmente ficou armazenado na sede partidária e acabou perdido. Se por um lado, este fato limitou o conhecimento das articulações do político nos anos 1920, por outro, proporcionou um entendimento mais aprofundado sobre sua participação nos anos de 1930, principalmente, no que tange a Frente Única.

A consulta aos textos memorialísticos e biográficos teve como intuito localizar dados sobre a trajetórias das lideranças, suas origens, vínculos, itinerários, relações e origens sociais,

²⁶ Disponível em: <https://cedap.ufrgs.br/jspui/handle/20.500.11959/462>. Acessado em 7 jun. 2019.

assim como informações acerca dos bastidores institucionais do partido, seus processos de mobilizações, reuniões, congressos, campanhas eleitorais, levantes armados, combinações e alianças intrapartidárias. De acordo com Vitor Figueiredo, a utilização das memórias daqueles envolvidos no funcionamento do sistema político permite obter uma “visão de quem esteve envolvido no processo, além de transmitir informações que nem sempre se tornaram públicas”, tendo em vista que “boa parte das relações políticas se dava nos bastidores, cercadas de sigilo, e o que era publicado pela imprensa oficial, de certo modo, era apenas o resultado das articulações acordadas previamente.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 23)

Dentre as diversas obras analisadas destacam-se algumas: a biografia sobre a vida de João Baptista Lusardo, produzida por Glauco Carneiro em parceria com o próprio biografado, contendo relatos, entrevistas e documentos fornecidos por ele (CARNEIRO, 1977; 1978); os relatos de memórias escritos por contemporâneos aos fatos, como por exemplo, aqueles produzidos por Raul Pilla (PILLA, 1949), João Neves da Fontoura (FONTOURA, 1933; 1958; 1963), Mem de Sá (SÁ, 1973; 1981), Zeca Netto (NETTO, 1983) e Antero Marques (MARQUES, 2005). Apesar da riqueza de informações contidas nestas obras, foi de vital importância considerá-las como carregadas de intencionalidade, pontos de vista pessoais e parciais dos fatos, de visão de si e dos adversários e de busca por construir determinadas representações. Além disto, cada uma delas apresentou peculiaridades diversas: algumas foram produzidas no calor dos acontecimentos; outras anos depois através de uma visão contemplativa do passado; algumas foram elaboradas com o suporte de documentos, outras apenas com as lembranças do narrador. Todas estas características e problemas exigiram cuidados pontuais ao longo da análise, sendo as informações constantemente cruzadas com outras fontes e relatos.

A imprensa político-partidária foi consultada com o intuito de avaliar manifestos e artigos das lideranças libertadoras, os discursos e retóricas oficiais das agremiações e notícias e informes institucionais diversos: manifestos e circulares; convocatórias e realização de congressos; organização de chapas, campanhas e disputas eleitorais; mobilizações e movimentos armados; além de oferecer elementos sobre a trajetória dos agentes analisados. Em relação aos dados colhidos na imprensa diária, cabe também destacar a importância de determinados cuidados metodológicos²⁷, tendo em vista sua inserção como parte e instrumento do jogo político-partidário da época, principalmente, no sentido de examinar o contexto por de trás do produto final publicado (linha editorial do jornal, simpatias políticas, interesses

²⁷ Sobre a utilização dos jornais como fonte histórica, ver (ELMIR, 1995; BARBOSA, 2007; LUCA, 2008).

socioeconômicos, quem eram os redatores e diretores responsáveis, público alvo, tiragem e circulação dos exemplares, relação com anunciantes etc.).

Três jornais foram analisados: o “*Estado do Rio Grande*” (ERG)²⁸, órgão de imprensa oficial dos libertadores, vinculado ao diretório central do partido, com sede na capital sul rio-grandense e dirigido pessoalmente por Raul Pilla; o “*Correio do Povo*” (CP)²⁹, produzido e impresso na cidade de Porto Alegre/RS e com ampla circulação pelo interior do estado, sua linha editorial dizia-se apartidária mas constantemente demonstrou simpatia e concedeu espaços em suas edições para os libertadores; e, por fim, “*A Federação*”³⁰, também da capital gaúcha, órgão oficial do PRR e, posteriormente, do PRL, e que ao longo do contexto em análise transitou de principal adversária e aliada dos libertadores.

Por se tratar de um dos principais jornais produzidos pelos libertadores, o *ERG* teve uma atenção aprofundada e leitura minuciosa durante a pesquisa. O jornal, fundado em 14 de outubro de 1929, circulou até julho de 1932 (período consultado), voltando a funcionar em 1935 e deixando de existir com o golpe do Estado Novo. Possuía um caráter vespertino, no formato de tabloide, com circulação diária, composto geralmente por cerca de 12 páginas e com seus editoriais escritos costumeiramente por Raul Pilla, Mem de Sá ou Waldemar Ripoll; abordava com grande ênfase os eventos políticos nacionais e possuía características gráficas bastante simples com poucas fotografias (KANAN, 1980, p. 358).

A tese foi estruturada em três capítulos. No primeiro deles, procedo uma reflexão e problematização acerca da historiografia que abordou a história política da Primeira República ao Estado Novo no Rio Grande do Sul. A escolha desta discussão enquanto primeiro capítulo de tese justifica-se pela relevância de alguns aspectos centrais. Em primeiro lugar, conforme destacado anteriormente, foi o incômodo historiográfico de questionamento e crítica à determinadas linhas argumentativas que serviram como ponto de partida para a construção de um projeto de pesquisa sobre a formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças, bem como para a construção das hipóteses de pesquisa. Em meu entendimento inicial, parecia extremamente necessário uma proposta crítica acerca de interpretações sugeridas décadas atrás e amplamente naturalizadas e reproduzidas por sucessivas gerações de pesquisadores. Por outro lado, a escolha desta discussão tem igualmente como intuito levantar questões e abrir caminhos

²⁸ Disponível no formato de microfílm referente aos anos de (1929-1932) no acervo do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS) em Porto Alegre/RS.

²⁹ Sua coleção completa, que abarca todo o período em estudo, encontra-se disponível para a pesquisa no formato de microfílm no acervo do NPH/UFRGS.

³⁰ Disponível para a consulta online e gratuita em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 13 jan. 2020.

para a análise e os argumentos desenvolvidos nos próximos capítulos. Neste sentido, parte-se do entendimento de que, para uma compreensão mais profícua acerca da formação e atuação do PL e da FU, se faz necessário perceber as propostas e classificações apresentadas por diferentes estudos históricos sobre os grupos político-partidários e suas lideranças, bem como suas avaliações e explicações sobre o sistema político-partidário maneira geral.

O segundo capítulo, identifica e explora o perfil coletivo do núcleo de poder central dos libertadores, problematizando dados sobre as origens socioeconômicas, familiares, regionais e geracionais, assim como os percursos escolares, profissionais e político-partidários dos quarenta e quatro membros selecionados pela metodologia aplicada. No mesmo tópico, investigo a trajetória de três libertadores com maior destaque: Joaquim Francisco de Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo. O exame de suas respectivas trajetórias direciona-se para o processo de edificação destas lideranças (itinerários sociais, obtenção, acúmulo e utilização de capitais, estratégias, vínculos, relações e posições conquistadas etc.) e sua participação na política durante décadas de 1920 e 1930 junto ao Partido Libertador.

O terceiro e último capítulo propõem uma análise dos bastidores da política libertadora, atentando para os diferentes aspectos presentes na formação e atuação do PL: seus congressos partidários; a acomodação de diferentes ideias e chefias no interior da agremiação; as participação nos pleitos eleitorais; as dissidências internas, os programa e ideias defendidas; as alianças com outros grupos; e a participação nos principais eventos e problemas políticas da época. Como encerramento do capítulo e da obra, analiso as nuances, significados e consequências da aliança estabelecida com os até então adversários do PRR no ano de 1929.

As páginas que seguem correspondem a um esforço em superar as questões, hipóteses e objetivos apresentados, fornecendo caminhos alternativos aos até então visitados pela historiografia e apresentando novos elementos sobre o processo de formação e atuação do Partido Libertador e da Frente Única, bem como a respeito do sistema político do Brasil Republicano de maneira geral.

Capítulo 1. História e historiografia da política partidária sul rio-grandense da Primeira República ao Estado Novo

A história política das primeiras décadas do regime republicano no estado do Rio Grande do Sul foi alvo de múltiplas e diferentes abordagens que se propuseram a analisar ou descrever os principais acontecimentos, grupos, lideranças e ideias do período. Muitos dos seus argumentos tornaram-se alvo de sucessivas citações e reproduções pela literatura, sem receber, contudo, a crítica e o questionamento sobre sua validade para a compreensão da realidade histórica em foco.

Diante do amplo quadro de contribuições, é possível identificar dois tipos de produções relevantes ao debate a ser desenvolvido ao longo desse capítulo³¹: a) obras produzidas por historiadores “não acadêmicos” e que se alvitram narrar ou analisar o contexto histórico em evidência, sendo que nesse grupo encontram-se textos produzidos tanto por escritores contemporâneos aos episódios, partidários ou simpatizantes dos grupos em disputa, quanto por investigadores com relativo afastamento do objeto³²; b) obras e contribuições como resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico³³ e que objetivaram realizar uma análise do contexto político-partidário em evidência.

Para a realização da discussão parti da análise sobre as nuances, convergências e divergências presentes em torno de algumas contribuições historiográficas³⁴ previamente

³¹ Cabe ressaltar que se trata apenas de uma divisão a fim de organizar a discussão proposta e sem qualquer juízo e atribuição de valor. Esta operação tem o intuito de auxiliar na identificação de aproximações, distanciamentos, semelhanças e diferenças entre as diferentes contribuições apresentadas pela historiografia.

³² Estas obras foram classificadas aqui como “historiadores não acadêmicos” e dizem respeito as contribuições fornecidas por autores contemporâneos aos episódios, ou seja, com proximidade e envolvimento com o objeto, assim como por jornalistas, literatos e advogados de um período posterior.

³³ Compreende-se aqui por “estudos acadêmicos” a gama de análises elaboradas de acordo com os critérios, métodos e regras de pesquisas delimitados e vinculados às universidades. A profissionalização da atividade de pesquisa em História ocorreu através formação de mestres e doutores historiadores e cientistas sociais a partir dos anos de 1970, em um movimento caracterizado pela especialização de professores sul rio-grandenses em programas de pós-graduação de fora no estado, a fundação de programas de pós-graduação na PUCRS e UFRGS e a presença de pesquisadores que passaram a publicar os resultados de seus estudos sobre temáticas regionais (PEZAT, 2006, p. 264-265; ELMIR, 2011, p. 279-285). Boa parte das teses e dissertações produzidas neste contexto resultaram em textos referenciais no estudo da História Política da Primeira República no Rio Grande do Sul. Cabe destacar que este grupo é destacadamente maior em número de autores e obras, sendo natural o maior volume de discussão em seu entorno. Ademais, se trata de um grupo heterogêneo acerca de áreas acadêmicas (História, Sociologia, Ciência Política e Filosofia) e, portanto, metodologias e conceitos diferentes.

³⁴ Com objetivo de facilitar a exposição dos argumentos, os diferentes tipos de abordagem e autores serão tratados como “historiografia” ou “estudos históricos”. Ciente dos riscos e peculiaridades de cada área e obra, o uso do termo serve apenas como aglutinador de um conjunto de estudos que versaram sobre o contexto histórico em análise. Cabe esclarecer que a temática da “historiografia” se tornou um campo de investigação específico dentro da História, linha de investigação que não pretendo seguir na análise proposta. Sobre o tema, ver: MALERBA, Jurandir (Org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

selecionadas³⁵. No primeiro conjunto encontram-se as obras de envolvimento direto com o ambiente político da época, os ditos “partidários” (de oposição ou situação), classificados como “não acadêmicos”, com destaque para os escritos de Wenceslau Escobar (1920; 1922), Joaquim Luís Osório (1930), Victor Russomano (1932), Flores da Cunha (1942), João Neves da Fontoura (1958; 1963), Mem de Sá (1973), Arthur Ferreira Filho (1973; 1974), José Antônio Netto (1983) e Antero Marques (2005). Além destes, situam-se autores com relativo distanciamento ao tema, em termos políticos ou cronológicos, tais como, as contribuições de Sérgio da Costa Franco (1967), Riograndino da Costa e Silva (1968), José do Patrocínio Motta (1989) e Mozart Pereira Soares (1997).

Por fim, em um segundo segmento destacam-se as pesquisas acadêmicas³⁶ de Joseph Love (1975), Carlos Cortés (1974; 2007), Helgio Trindade (1979a; 1979b), Sandra Pesavento (1979; 1980), Ricardo Veléz Rodríguez (1980), Nelson Boeira (1980), Maria Izabel Noll (1980), Maria Antonacci (1979; 1980), Céli Regina Jardim Pinto (1986) e Loiva Otero Félix (1987).

O capítulo possui como fio condutor dois conjuntos de “temas-problemas” assumidos como guias da investigação de tese e amplamente identificados na literatura. O primeiro diz respeito a uma avaliação do esquema interpretativo proposto por esta gama de contribuições bibliográficas para definir o sistema político-partidário no Rio Grande do Sul, da Primeira República ao advento do Estado Novo, refletindo sobre questões, tais como: quais foram os principais fatores e elementos identificados pelos pesquisadores como determinantes na política? A partir de que aspectos os partidos e suas lideranças foram caracterizados? Qual a relevância dos aspectos ideológicos ou doutrinários nestes argumentos? Que outros fatores foram sugeridos? Qual o peso atribuído a atuação das lideranças e seu espaço de agência? De que forma as investigações compreenderam aspectos como clientelismo, coronelismo e a relevância das relações pessoais na política partidária? Por sua vez, no segundo conjunto atentei para dois aspectos específicos e diretamente vinculados ao objeto em estudo: a unificação dos grupos oposicionistas, sua trajetória e dinâmica histórica; e a aliança entre PL e PRR na formação da Frente Única. Através destes temas, refleti sobre: de que forma os analistas

³⁵ O mapeamento identificou uma bibliografia muito mais ampla da discutida pontualmente aqui. As obras escolhidas para a exposição fazem parte de uma seleção, ou seja, uma opção subjetiva, parcial e ciente do risco de deixar de lado contribuições importantes. Por motivos de limite de páginas e dos objetivos de tese, não seria possível englobar toda a literatura, com isto realizei recortes a partir de alguns critérios, tais como, a relevância do texto para a análise proposta, a proeminência do autor nos estudos sobre o tema, a relação da obra com objeto de tese, a participação do autor memorialista na política do período, etc.

³⁶ Alguns destes textos recentemente foram republicados através de uma coletânea organizada por mim e Rafael Lapuente (DAL FORNO; LAPUENTE, 2019).

abordaram a questão de unificação das oposições na composição do PL? Quais motivos foram sugeridos para compreender o êxito do processo de aliança entre diferentes setores e lideranças oposicionistas durante a conjuntura dos anos de 1920? Através de que elementos estudiosos compreenderam o processo de coligação entre os históricos adversários de republicanos e libertadores?

Antes de adentrar nesta discussão, cabe realizar alguns esclarecimentos gerais sobre as referências bibliográficas utilizadas. A maioria delas tiveram como objeto de análise principal o PRR, grupo que monopolizou o poder estadual durante praticamente todo o período. Deste fato, decorreram duas problemáticas salientes nas obras analisadas. Primeiro, uma concepção de que o partido situacionista pode ser compreendido como o centro político, ou até mesmo confundido com o sistema político em si, e a partir do qual seria possível compreender toda a política partidária regional, inclusive a atuação dos diversos grupos oposicionistas (republicanos dissidentes, democratas republicanos, federalistas e libertadores). Estes últimos, na maioria das vezes, acabaram sendo lidos exclusivamente em referência à hegemonia de seus rivais e não através de suas características e dinâmicas históricas próprias.

Em segundo lugar, é perceptível a pouca quantidade de estudos aprofundados sobre os grupos e lideranças oposicionistas, quando comparada às vastas e diversas investigações sobre o situacionismo. A nítida preferência historiográfica pelo PRR pode ser justificada pela quantidade de fontes disponíveis³⁷, em contraste ao reduzido número de documentos preservados sobre seus adversários. Além disto, algo que me parece ainda mais determinante, trata-se de uma visão, em partes construída e reforçada pela própria historiografia, de que o PRR seria um tema supostamente “mais nobre de ser estudado”³⁸ em decorrência das diversas características identificadas pelos analistas: a existência de um projeto político duradouro, o “brilhantismo” de lideranças como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, a “consistência e embasamento doutrinário-ideológico”, a “disciplina, coesão e hierarquia partidária”; e entre outros aspectos que tornariam o partido “singular” ou “superior”, tanto em relação aos seus adversários regionais, quanto aos demais partidos e lideranças brasileiras do período.

³⁷ Dentre os diversos acervos com documentações relativa ao PRR e suas lideranças destaca-se o Arquivo Borges de Medeiros mantido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre/RS. O acervo foi analisado por diversos pesquisadores ao longo das últimas décadas, com destaque para os estudos de Joseph Love e Loiva Otero Félix.

³⁸ Ao problematizar a ausência de estudos sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul, Félix identificou a existência de “temas nobres” que “refletiam a visão que a classe dominante tinha de si e do mundo”: a glorificação do gaúcho, a democracia sulina, a Revolução Farroupilha, o sentimento de nacionalidade do gaúcho, o espírito do partido, etc. Segundo ela, a historiografia serviu como reforço ao sentimento de superioridade do estado rio-grandense, sua “força, bravura e originalidade” e “estabilidade política”, “resultado do republicanismo castilhista-borgista” (FÉLIX, 1987, p. 9-10).

Para compreender estes aspectos o capítulo foi estruturado em duas partes principais. A primeira parte discute às contribuições historiográficas relativas ao sistema político de maneira geral, problematizando de que forma aspectos relativos aos partidos, ideologias e lideranças foram abordados por diferentes pesquisadores e tendências analíticas. No segundo momento, reflito sobre as explicações acerca de um contexto histórico delimitado: o processo de unificação dos setores oposicionistas durante a década de 1920 e a formação e atuação da FU.

1.1. Entre ideologias, partidos e lideranças: a análise do sistema político pela historiografia

Tentativas de análise histográfica³⁹ não são tarefas fáceis de serem empreendidas, tendo em vista o risco iminente de deixar de fora contribuições importantes ou falhar em classificações estanques que não deem conta da diversidade de cada texto. Todavia, sua realização é de vital importância para a compreensão dos problemas outrora colocados e que continuam relevantes para novos estudos, além de permitir uma visão mais ampla daquilo que já foi produzido e o que ainda se apresenta como lacuna a ser superada e argumentos a serem revisitados.

Ao analisar as diferentes obras sobre a política partidária da Primeira República e início dos anos de 1930 é saliente a ênfase e recorrência em torno de alguns elementos e explicações centrais. Para identificar e debater estas questões, procurei sintetizar os argumentos de alguns autores sobre o sistema político, problematizando e assinalando para as convergências e divergências existentes entre diferentes propostas interpretativas. Com isto, o debate dessa primeira parte do capítulo foi organizado em torno de três eixos de discussão: a) o fator ideológico como determinante na política partidária; b) o papel das lideranças e sua centralidade nas explicações sobre o tema; c) a percepção de outros recursos e relações na atuação dos partidos e agentes.

1.1.1. Positivistas e liberais: o fator ideológico como elemento determinante

Na tradição de contribuições sobre tema, dentre os principais fatores identificados, destaca-se o papel assumido pela dimensão ideológica. Na grande maioria das abordagens

³⁹ Durante os últimos anos, alguns autores realizaram iniciativas interessantes sobre temas aproximados (GUTFREIND, 1992; PESAVENTO, 1998; AXT, 2002; 2011; BOEIRA, 2002; PEZAT, 2006).

buscou-se em noções como “ideologia”⁴⁰, “doutrina”, “famílias ideológicas”, “positivismo”, “autoritarismo positivista”, “liberalismo”, as principais fontes de compreensão e explicação para os diferentes problemas políticos, em uma percepção de que estes elementos seriam a resposta para quase todas as perguntas colocadas⁴¹.

A percepção da centralidade deste fator, principalmente do fenômeno do positivismo⁴², não é uma novidade no debate historiográfico. Ainda no início dos anos 1980, Helga Piccolo destacou ser um traço comum dos estudos, “sejam eles numa linha puramente descritiva ou se constituído em análises”, de “salientar a influência positivista” (PICCOLO, 1982, p. 234). Da mesma forma, Sandra Pesavento assinalou a “extrema relevância” da doutrina, encarada como “elemento chave para o entendimento da realidade local, porque ancorada no âmago da elite política” parecia impregnar “todos os setores da vida”, com isto “delimitando especificidades e individualizando, regionalmente, um ‘modo de ser’ e uma história sul rio-grandense” (PESAVENTO, 1998, p. 60-61). Por outro lado, analistas também indicaram os perigos em determinados excessos interpretativos: Pesavento alertou sobre o “cuidado para não transformar o **positivismo num marco redutor e explicativo de toda uma realidade**”, tendo em vista que “nem tudo foi positivismo no Rio Grande” (PESAVENTO, 1998, p. 64, grifo meu). Por sua vez, Nelson Boeira argumentou que esta ênfase dominante

funcionou **como um engodo e como camisa-de-força para os pesquisadores**. A esse defeito correspondeu [...] uma **reação de sobrevalorização indevida do positivismo rio-grandense, com frequência apresentado como doutrina coesa**, largamente distribuído entre setores da elite local e **fonte de orientação para condutas políticas e políticas públicas** (BOEIRA, 2002, p. 240, grifo meu).

Para o autor, na grande maioria dos estudos, o positivismo foi apresentado como um corpo constante de ideias, supondo-se a existência de uma “doutrina mais ou menos identificável, que corresponderia às crenças da maior parte dos positivistas gaúchos”, assumindo-se como definitivo que aqueles “que expressaram tais ideias também as utilizaram orientar suas práticas”, restringindo a “dimensão retórica e legitimadora do positivismo em

⁴⁰ Embora não seja objetivo entrar em análises conceituais, cabe assinalar que a noção de ideologia possui variados significados e acepções, com uma larga tradição de reflexão nas ciências sociais e humanas. Uma síntese do problema pode ser encontrada em: MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972; THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

⁴¹ Ao colocar em evidência este debate, não se pretende negar a importância do plano ideológico na formação e atuação das lideranças e partidos políticos. O que se propõem é revisitar o problema, rediscutindo interpretações e apresentando fatores alternativos aos até então reiteradamente enfatizados pela historiografia.

⁴² O historiador Paulo Pezat realizou um levantamento sobre a quantidade de produções em torno do tema, concluindo sobre a centralidade que este assumiu para sucessivas gerações de pesquisadores na segunda metade do século XX (PEZAT, 2006, p. 259).

favor de sua dimensão de orientação efetiva das ações”⁴³ (BOEIRA, 2002, p. 241). Os usos retóricos do elemento ideológico também foram alvo de discussão por Luiz Aberto Grijó. Segundo o autor, boa parte das análises tenderam a salientar uma divisão entre “republicanos positivistas” e “oposições liberais”. Contudo, mesmo que se possa verificar divergências “em termos de filiações explícitas a correntes ideológicas, principalmente no plano dos discursos formais”, os dirigentes desses grupos não apresentaram “sérias discordâncias quanto a uma visão de mundo baseada em princípios comuns e que se traduzia em práticas políticas nas quais os princípios ideológicos contavam pouco ou quase nada” (GRIJÓ, 2002, p. 140-142).

Diante destas avaliações, interessa analisar como diferentes autores compreenderam e caracterizaram o sistema político-partidário. Os primeiros a se debruçarem sobre estas questões, assim como a destacar de maneira pioneira a preponderância de determinados fatores em detrimento de outros, foram aqueles que vivenciaram o período e reproduziram suas opiniões em escritos. Wenceslau Escobar⁴⁴ propôs discutir a política regional e contestar às versões difundidas pelo situacionismo sobre tema. Neste sentido, analisou a Revolta de 1893⁴⁵, buscando “trazer à tona as atrocidades” e denunciar o partido que “engendrou uma máquina constitucional para uso e gozo exclusivo dos seus”. Segundo ele, a constituição castilhista, principal alvo de sua crítica, consagrou uma “ditadura *científica*” baseada nos “princípios da política positiva de Comte” e fruto da “natureza autoritária do Dr. Castilhos”, “homem intolerante, autoritário e tenaz” (ESCOBAR, 1920, p. 4, p. 23-30). Neste quadro, criticou a “ortodoxia positivista comtiana”, responsável por “abastardar o caráter rio-grandense” de “altivez e segurança da consciência de homem livre” através da opressão, obediência e predomínio de um só homem (ESCOBAR, 1922, p. 287-301).

Segundo o autor, um dos fatores responsáveis pela eclosão da guerra civil de 1893 seria a “extremada paixão política” (ESCOBAR, 1920, p. 84), além do caráter de liberdade política dos rio-grandenses e a opressão praticada pelo PRR. Para ele, os republicanos buscavam apenas “o poder”, entrando as ideias “como elemento de ordem secundária”, guiando-se por “conveniências” e “interesses pessoais” em restrição “dos princípios, das coerências e do

⁴³ O estudo de Gunter Axt igualmente alertou sobre a visão construída por estudiosos que “amparando-se exclusivamente no discurso doutrinário de *A Federação*”, esqueceram de “processar a dívida crítica” ou excluíram fontes que indicavam os limites dessas teses. Dessa forma, esvaziou-se “o conteúdo econômico da quizila partidária”, considerando o PRR como “promotor do progresso, da modernidade e do bem comum, em um projeto coletivo e funcional”, possível graças ao positivismo. Com isto, tomou-se a ideologia como “instrumento analítico próprio para a explicação dos objetivos almejados como uma dada política pública” e não como “discurso de justificativa oficial da mesma” (AXT, 2011, p. 26-28, p. 34).

⁴⁴ Foi bacharel em direito, redator de jornais oposicionistas e deputado federal pelo PF e AL (1906-1908; 1924-1926). Além das obras em destaque, publicou outros textos sobre o tema. Faleceu no ano de 1938.

⁴⁵ Diversos outros oposicionistas contemporâneos forneceram relatos sobre estes episódios, entre eles, Ângelo Dourado (1896), Olympio Duarte (1933) e Gustavo Moritz (1939).

altruísmo pelos benefícios da coletividade” (ESCOBAR, 1922, p. 17, p. 290-302). Por outro lado, ao olhar para seu próprio partido, classificou-o como proveniente de uma “consequência natural de comunhão de ideias”, enquanto Castilhos foi vinculado a práticas de troca de favores e vantagens, Silveira Martins era exaltado como homem de “preponderante ideal político” (ESCOBAR, 1920, p. 22, p. 34-35).

Com crítica similar situa-se a investigação de Joaquim Luís Osório⁴⁶. Em sua narrativa, reproduziu ataques similares aos de Escobar, apenas alterando o alvo das acusações: Silveira Martins “não possuía convicções estáveis”⁴⁷, ignorava a importância das formas de governo, tendo se colocado durante o Império como contrário ao regime parlamentarista e na República defendido estas ideias como arma de combate (OSÓRIO, 1930, p. 59). Neste sentido, enfatiza a “doutrina da escola positivista” princípios presentes no programa do PRR, “conservador, ao mesmo tempo que progressista, capaz de conduzir o Estado a uma perfeita organização social” e que influenciaram na constituição estadual, “obra prima de Júlio de Castilhos, monumento de sabedoria política”, através de temas como “governo federativo”, “equilíbrio orçamentário” e a “questão social”, esta última resolvida “sem choques ou perturbações, tal como predisse Augusto Comte, pela incorporação do proletariado à sociedade moderna”⁴⁸ (OSÓRIO, 1930, p. 9-10, p. 21-25). Sobre os grupos opositores, o autor considerou o PF como um “partido com ideias retrogradadas, inaplicáveis ao Brasil”, tendo em vista que os “partidos políticos não dependem do querer dos homens”, “podem manter-se transitariamente quando servidos por falsas ideias, sob o influxo e ação persuasiva de líderes eminentes”, “seduzidos pela magia do homem” e o “poder pessoal” de Silveira Martins e não por “crenças partidárias”, por este motivo fadados ao desaparecimento. Em relação aos libertadores, questiona a possibilidade de este ser o continuador das “tradições rio-grandenses de justiça e de liberdade do glorioso movimento farroupilha”, tendo em vista ser “composto heterogêneo de elementos de todos os matizes políticos, de convicções doutrinárias antagônicas”. A divisão do partido entre “parlamentaristas e presidencialistas” demonstraria a ausência daquilo “que é substancial à existência de um partido – a identidade de pensamento, de convicções comuns” (OSÓRIO, 1930, p. 162-171).

⁴⁶ Foi bacharel em direito, redator de jornais situacionistas, deputado estadual (1909-1912) e federal (1913-1915; 1915-1917; 1921-1923; 1924-1926) pelo PRR. Além da obra em destaque, publicou outros textos sobre temas aproximados. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1949.

⁴⁷ No mesmo sentido, Victor Russomano defendeu a supremacia dos republicanos ao se apresentarem na arena política, diferentemente dos seus opositores, “com um corpo de doutrinas, isto é, com o seu projeto de Constituição” (RUSSOMANO, 1932, p. 188).

⁴⁸ As interpretações da historiografia acadêmica sobre o programa do PRR e seu embasamento doutrinário, situam-se extremamente próximas aos tópicos de autores como Osório, Russomano e Ferreira Filho, principalmente, nas análises sobre a questão social (ver páginas 35-36).

Outro tema fundamental na análise de Osório trata-se de uma visão sobre a “superioridade da política rio-grandense”. Para o autor, diferentemente das demais regiões, no estado não havia “oligarquias a combater”, devido à situação construída “pela competência, pela responsabilidade, pela moralidade política e administrativa, pelo cumprimento da lei e acatamento do mérito” dos governos do PRR. A política estadual contava com a singularidade democrática de possuir “partidos organizados” adeptos que “orgulhosos” que “ostentam os símbolos de seus partidos, gozando como gozam das maiores garantias individuais” (OSÓRIO, 1930, p. 224, p. 205).

A obra de Victor Russomano⁴⁹ propôs analisar as constituições republicanas elaboradas no âmbito estadual, com destaque para a produzida durante a Revolução Farroupilha, tida como berço do direito constitucional republicano, e a escrita por Júlio de Castilhos, continuadora desta tradição. Seu argumento central reside em demonstrar a “forte mentalidade constitucional” do povo rio-grandense, “tendências inatas” e com fundas raízes históricas. Para o autor, o caráter da “superioridade” da política regional encontrava-se na preocupação com o tema constitucional, sendo o estado “uma verdadeira oficina de ideias republicanas, forjadas no mais puro fogo das suas tradições de guerras pela liberdade” (RUSSOMANO, 1932, p. 14-16, p. 153). Um aspecto interessante da sua argumentação reside na percepção sobre a ausência de antagonismo entre liberalismo e positivismo, divergências político-ideológicas que serviram como base explicativa de grande parte da historiografia. Para ele, ambas se encontravam presente nas tradições republicanas constitucionais, tendo Castilhos, através da carta de 1891, construído “um monumento de sabedoria política” no qual “não se formularam princípios vagos, ideias sem contato com a realidade”, mas “dentro dos limites da ciência social” em um “equilíbrio da liberdade com autoridade” (RUSSOMANO, 1932, p. 248), sendo seu grande mérito ter mesclado a influência do positivismo com a herança liberal dos farrapos.

Outra contribuição importante veio de João Neves da Fontoura⁵⁰. O autor caracterizou a política concentrando-se, principalmente, no papel das lideranças e na virtude das ideias. Neste sentido, destacou que através da influência de Castilhos, o Rio Grande do Sul foi demarcado pela “**rigidez dos princípios**”, se afastando das grandes manobras nacionais, principalmente, em decorrência da “formulação filosófica e objetiva da forma de governo [...]”

⁴⁹ Foi médico, advogado, jornalista, escritor e deputado na Assembleia Constituinte federal (1933) e deputado federal (1935) pelo PRR. Faleceu no final da década de 1930.

⁵⁰ Foi importante líder do PRR, membro da chamada “geração de 1907”, deputado federal (1928-1930; 1935-1937) e participante das revoltas de 1930 e 1932. Suas memórias foram publicadas em dois volumes: “Borges de Medeiros e seu tempo” e “Aliança Liberal e a Revolução de 1930”. Além destes, publicou a obra “Acuso!” (1933) na qual traça um panorama sobre o governo provisório de Vargas e uma visão pejorativa sobre Flores da Cunha na interventoria estadual.

convictamente partidário das soluções da política positiva”, no qual o PRR parecia “menos um partido político do que uma **escola filosófica, uma religião**. Se quiserem, diminuindo-o: **uma seita**. Mas era assim” (FONTOURA, 1958, p. 14-15, p. 34-35, grifos meus). Sobre os adversários reconhece como feitos da “mesma matéria prima”, “**inflexível, quanto aos princípios e aos homens**” e “**governados pelo exemplo, pela firmeza, pelo idealismo**”. Nesta lógica, compreendeu o funcionamento da política regional “dentro das coordenadas estritamente partidárias”, “era assim, de pais a filhos”, o “**partido, como a religião, não admitia transigências**”⁵¹ (FONTOURA, 1958, p. 35, p. 28, p. 82, grifos meus).

Além disto⁵², expõem uma ideia de diferenciação entre a política praticada no estado e no restante do país. Os rio-grandenses com “**convicções acima dos interesses**”, sendo que, mesmo o mais rude homem do campo “tinha opiniões”. Os partidos de outras regiões, “**não se constituíam em torno de diretrizes ou tendências doutrinárias**, salvo exceções [...] **não passavam de indecisos contingentes pessoais ou grupos sem conteúdo de princípios**”. Já o seu estado “constituía uma das poucas exceções à regra”, onde os partidos ostentavam “marca de velhas divergências históricas, até **os animava o contraste de ideias**”: de um lado, PRR, “presidencialista intransigente” e, de outro, o PF, “batendo-se desde Gaspar Martins, pela implantação do parlamentarismo”, guiados pela “**fidelidade a muitas das ideias fundamentais**, sempre por nós sustentadas, até pelas armas”⁵³ (FONTOURA, 1958, p. 22, p. 231-233, p. 349, grifos meus).

⁵¹ Apesar da visão sobre a intransigência quanto a princípios, o autor chama atenção para algumas inconsistências da época, por exemplo: a inserção, devido ao embasamento doutrinário, na Constituição da proibição das loterias e com a legalização da prática no Uruguai e a perda de rendas locais, “a realidade superou a ficção da doutrina: não tardou que o Governo do Estado passasse a ter a sua loteria”; assim como, as dissidências partidárias e a “luta entre a corrente ortodoxa, inspirada nas diretrizes da Política Positiva, e a que desejava marchar para caminhos diversos, embora sob a mesma bandeira política” (FONTOURA, 1958, p. 75, p. 181).

⁵² O autor também aponta para a relevância de outros aspectos, tais como, a formação histórica do estado, na qual “sua posição geográfica impusera aos habitantes o exercício da política como variante da conscrição militar”. Desta condição de “insularidade política”, resultaram os “hábitos da campanha” e a “necessidade de auxílio entre o fazendeiro e o peão, a fraternidade das urnas e das armas”, fazendo do “Rio Grande um reino da igualdade”, “terra da hospitalidade, da igualdade, do espírito de cooperação, sem discriminação nem de Nação, nem de raças, nem de crenças, nem de cores” (FONTOURA, 1958, p. 32-33, p. 50, p. 318-319). Esta mesma visão está presente nas contribuições de Mem de Sá (1973) e Antero Marques (2005). Este último destaca o “temperamento democrático que é nato do gaúcho” e a ausência de desigualdade sociais na relação entre estancieiros e peões, um “modo de tratar e de conviver mais ameno, cordial e democrático” (SÁ, 1973, p. 101-102), sugerindo uma, entre as diversas facetas da suposta “superioridade” do Rio Grande do Sul frente ao panorama geral brasileiro.

⁵³ Os termos utilizados pelo autor (“seita”, “idealismo”, “contraste de ideias”, “inflexível, quanto aos princípios e aos homens”, etc.) apontam para a sobrevalorização da dimensão ideológica e indicam a caracterização que se tornaria vital na historiografia das próximas décadas, fundamentalmente, concentrada nos “conflitos de ideias” e nas “grandes lideranças”.

A narrativa de Flores da Cunha⁵⁴ objetivou relatar seu envolvimento com a revolta de 1923. A obra destaca que o movimento, na leitura dos situacionistas, se tratou de uma disputa entre “**dois princípios**”, “**organização política e constitucional castilhistas versus parlamentarista**”. Os opositoristas defendiam a tese da “bandeira das **reivindicações liberais**” contra os “mesquinhos interesses partidários ou egoísmos pessoais”, combatendo a “ditadura” (FLORES DA CUNHA, 1979, p. 144-146, grifos meus). Um dos principais pontos do texto trata da afirmação sobre “o amor ao partido e seus ideais”. Neste sentido, destaca “**ardor cívico**” que dedicou aos “**ideais republicanos**” e o fizera “de corpo e alma, a **defender o meu partido**”, “tão-somente pelo **amor aos ideais**”. Nesta ótica, o apego e a defesa dos “ideais” surgem como principal fonte de explicação para seguir um partido e aderir uma luta armada. Na mesma linha, incluiu os adversários que também se postavam “no serviço e na defesa das ideias de toda sua vida”. Nesta lógica, relatou um diálogo travado com Honório Lemes, um de seus principais rivais no campo de batalhas: “- Então amigo é nessa situação que o venho encontrar? Respondeu-me: - **Que quer, doutor, são ideias!**” (FLORES DA CUNHA, 1979, p. 12, p. 32, 120, p. 136, grifos meus).

Igualmente produzida por um veterano de 1923, as memórias de Antero Marques⁵⁵, discutem os motivos das divisões partidárias e das guerras civis, com ênfase para o conflito de 1923, lida como resultado direto da “doutrina filosófica” e da carta constitucional estadual. Para o autor, o “comtismo” foi uma reação contra a “índole liberal” e em antagonismo com os princípios básicos desta tradição. Estas duas posturas estiveram representadas nas figuras de Castilhos e Assis Brasil, “**dois mundos, duas orientações**, duas maneiras de ser, símbolos e filosofias diversas no trato e no governo dos homens”, na qual o último significou a libertação “pelo exemplo, pela pregação, pelas ideias” incorporando “a tradição e o espírito liberal” (MARQUES, 2005, p. 23-29; p. 363-366, grifo meu). Em sua leitura, o cerne da política encontrava-se nos antagonismos irreduzíveis entre liberalismo e positivismo: o primeiro, vinculado às tradições e lutas, repleto de aspectos positivos; o segundo, de conotação pejorativa e introduzido pelo PRR, “uma seita partidária e filosófica” que interferiu na “índole liberal da nossa história”. Segundo Marques, a “ditadura científica” e o “servilismo do partido” iam contra

⁵⁴ Foi uma das principais lideranças do PRR. Atuou como deputado estadual e federal, combateu nas revoltas de 1923 e 1930 e governou o estado durante a década de 1930. O livro “A Campanha de 1923” foi escrito durante sua prisão pelo Estado Novo no Rio de Janeiro. Sua primeira edição data de 1942, posteriormente, após a morte do autor, foi reeditada pelo filho em 1979, versão utilizada como referência nesta análise.

⁵⁵ Antero Marques aderiu as tropas rebeldes de Honório Lemes quando estudante de Medicina, abandonando luta armada durante o seu andamento. Participou também da revolta de 1930. Ao que tudo indica não teve maiores envolvimento com a política partidária. A obra em análise foi editada originalmente em 1964 e no ano de 2005 recebeu uma reedição, versão utilizada nessa análise.

o caráter e ideal de liberdade do gaúcho, características ancoradas no liberalismo do século XIX e nas “façanhas da revolta de 1835”. Neste contexto, durante os anos de 1893 e 1930 teria ocorrido um período de “apatia de consciência” e “falta de energia cívica” resultado do “predomínio excrescente de um partido desfechando na ditadura” e o “excesso de disciplina partidária, patronizando a mentalidade dos homens”⁵⁶ (MARQUES, 2005, p. 302, p. 30-31).

Além disto, Marques aponta para classificações pejorativas em torno dos adversários. Segundo ele, “**os cargos, as honras e os lugares**” dependiam da vontade de Borges de Medeiros e “seu capricho de indicação”, “camuflado “com a **aparência de rigidez de princípios**”. Da mesma maneira, criticou a “paixão partidária”, na qual “**não se cultivam ideias**”, mas, sim “**o jogo pessoal provocando as dissidências prejudiciais aos interesses da coletividade**” (MARQUES, 2005, p. 37, p. 348-349, grifos meus). Outro tema recorrente trata-se de uma percepção sobre a oposição entre o “doutor” e o “gaúcho rude”. Estes dois seriam os principais substratos sociais das guerras civis: o primeiro, “elemento moço, saído das escolas, culto ou com as tintas de cultura, campeirou ou citadinos” de onde eram “recrutados os diretores locais do partido”, possuíam “um plano traçado: tinham adotado, convictos, sinceros [...] sobre parlamentarismo e presidencialismo”, eram “pessoas que gostam muito de pregar ideias, desde que os outros sejam capazes de se sacrificar por elas”; já o “gaúcho”, guiava-se por um idealismo “por vezes mal definido”, pelo instinto das lutas, sem “noção perfeita e clara da ideia política ou do sistema governamental”, era “filiado a um partido mais por tradição que por ideias bem compreendidas” (MARQUES, 2005, p. 345, p. 56-58).

Nas contribuições de Mem de Sá⁵⁷ destacam-se três temas interligados: o papel das ideias e suas respectivas divisões político-partidárias, a centralidade das lideranças e o sentimento de “politização do gaúcho”. Esta última, vista como “bem superior aos demais estados” tinha como primeira causa, as características de formação histórica do estado e da “gente gaúcha”, vinculadas ao período de guerras no espaço fronteiriço, com destaque para o caudilho rio-grandense” (SÁ, 1973, p. 15-17). O segundo fator, estava em “dois gigantes” decisivos: Silveira Martins e Castilhos. Estes “encarnaram e dirigiram **duas correntes opostas de pensamento, de ideologia e de posições cívicas**”, em torno deles, agruparam-se “**dois Rio Grandes intransigentes, obstinados, radicalizados**, que se conservaram ou em luta aberta ou em choque partidário”, “leste e oeste jamais se encontrariam”: Gaspar, “**o protótipo do liberal,**

⁵⁶ Esta opinião encontra-se bastante próxima, a visão de Wenceslau Escobar sobre os malefícios e problemas identificados no PRR.

⁵⁷ Importante membro do PL durante os anos de 1920 e 1930. É autor de duas obras relevantes ao debate proposto: “A politização do Rio Grande” (1973) e “Tempo de Lembrar” (1981).

“parlamentarista, defensor do sistema de governo de gabinete”; Castilhos, “**positivista integral e apaixonado**”, “preconizador do presidencialismo e [...] da ditadura científica” (SÁ, 1973, p. 23-27, grifos meus).

A capacidade de liderança destas personalidades foi responsável pelo “surgimento, a estruturação e a persistência de dois partidos políticos”, “**fortemente organizados, de programação nítida e flagrantemente opostas**, que se caracterizaram sobretudo, pela fabulosa combatividade, pela bravura cívica e até pelo heroísmo de seus adeptos **na luta constante pela defesa de seus ideários**” (SÁ, 1973, p. 30, p. 42, grifos meus). O fator ideológico permanece como elemento central na narrativa em diversos momentos: na descrição do processo de fundação do PL e o “impasse em torno das ideias”; na personalidade e atuação de Raul Pilla, “inteiramente devotado aos princípios do parlamentarismo”, de “fidelidade às ideias”, “intransigência quanto a princípios”, “um liberal convicto e fervoroso”; ou a personalidade de Assis Brasil que “não foi jamais um **político no sentido vulgar** do vocábulo” e sim “**um predicador de princípios e um idealista que só por ideias se movia**”⁵⁸ (SÁ, 1973, p. 68, p. 110, p. 131-142). Em suma, a “politização do Rio Grande” devia-se fundamentalmente “à criação e existência de dois Partidos, **antagônicos e nitidamente diferenciados**”. Desta forma, algumas características seriam centrais: a importância, influência e o apego em torno das ideias e das lideranças, assim como o suposto “dogma da fidelidade partidária”⁵⁹ (SÁ, 1973, p. 69, p. 100, grifo meu).

O republicano Arthur Ferreira Filho⁶⁰ elaborou uma síntese sobre a história do Rio Grande do Sul, colocando em evidência as “diferenças programáticas” entre o PRR e os demais partidos republicanos estaduais, fruto da orientação na “doutrina política de Augusto Comte”, enquanto os outros “apenas seguiam o federalismo presidencialista dos Estados Unidos”. Esta diferenciação acentuou-se com projeto constitucional que defendeu a “harmonização do executivo forte com as tradições liberais criadas pelos lutadores de 1835”, “inspirada no Sistema de Política Positivista”. Em sintonia com Russomano, o autor defende ser “insofismável que o castilhismo se quis manter ligado à tradição liberal”, combinando-a com

⁵⁸ Assim como Fontoura, Mem de Sá aponta para um aspecto central: a percepção sobre a divisão entre dois diferentes e antagônicos tipos de conceber e fazer política: a “política vulgar” relativa aos interesses pessoais e a política “pura” que se move apenas pelas ideias. Esta linha divisória entre “duas políticas” constantemente foi utilizada para diferenciar “os gaúchos dos demais brasileiros” ou “os correligionários dos adversários”.

⁵⁹ E possível supor que a dita politização sugerida pelo autor, nada mais é do que uma partidarização, fidelidade e adesão irrestrita a um partido, fenômeno fundamentalmente identificada pelos analistas e cronistas como característica central da política durante a Primeira República.

⁶⁰ Foi engenheiro e membro do PRR. Além das obras em discussão, publicou um livro de relatos biográficos sobre as lideranças político-militares regionais (1983) e uma obra de memórias (1999). Sua “História Geral do Rio Grande do Sul”, originalmente lançada em 1950, recebeu diversas reedições ao longo dos anos, sendo a última revisão publicada em 1974, versão utilizada em minha discussão.

contribuições dos “ideais sociais florescentes na Europa industrializada”. Com este embasamento, Castilhos organizou sua cúpula administrativa, recrutando os correligionários mais identificados com sua ideologia (FERREIRA FILHO, 1974, p. 151-152, p. 185).

Um dos principais pontos de sua interpretação reside na revolta de 1893. Para o autor, aquela fora “um dos raros casos de guerra civil onde não entrou qualquer motivo de natureza econômica”, tendo sido “exclusivamente políticos”, aspectos que estiveram aliados aos “ressentimentos entre homens que, na disputa do poder no Estado, haviam recebido recíprocos agravos”, acrescidos dos **“adversários ideológicos da Constituição [...] Silveira Martins e outros antigos chefes liberais, declarados parlamentaristas”**⁶¹ (FERREIRA FILHO, 1974, p. 181-182, grifos meus). Em sentido similar, compreende a revolta de 1923 como resultado da luta anterior e de “ordem ideológica”, dada a persistência da inconformidade com o regime instituído pela constituição de “nítida inspiração positivista”, os ressentimentos com 1893 e as “violências com requintes de crueldade” (FERREIRA FILHO, 1973, p. 22).

conforme exposto até aqui, no conjunto de “historiadores não acadêmicos” de envolvimento partidário percebe-se que alguns temas aparecem de maneira enfática e repetida⁶², através do uso de alguns termos, tais como, “partidos e política das ideias e doutrinas”, “inflexibilidade de princípios”, “amor e luta pelos ideais”, “conflitos ideológicos”, “a determinação e definição da política partidária através dos antagonismos entre positivismo e liberalismo”, “politização acentuada”, etc. Para estes autores, tudo aquilo que diz respeito ao mundo político parece ter girado em torno das ideias e das doutrinas, como, por exemplo, nas avaliações sobre as causas das guerras civis de 1893 e 1923, lidas como, principalmente, em decorrência de “rivalidades e incompatibilidades doutrinárias”. Não obstante, os autores oscilaram na explicação sobre o centro do antagonismo e dos conflitos ideológicos, ora apontando para as diferenças entre “positivistas” e “liberais”, ora destacando as divergências entre as propostas de presidencialismo e parlamentarismo. Da mesma forma, a ênfase no elemento ideológico permaneceu presente por detrás da identificação acerca da existência de uma suposta “política pura ou singular” e o sentimento de superioridade dos sul-rio-grandenses em relação aos demais estados do Brasil. Em sentido aproximado se concentrou a crítica aos

⁶¹ Nessa ótica, o autor exclui qualquer motivação que estivesse fora da esfera político-ideológica ou dos ressentimentos pessoais, explicação que se tornou cada vez mais hegemônica nos estudos posteriores.

⁶² Em sua análise historiográfica, Axt chegou a conclusões similares. Segundo ele, é possível destacar alguns temas dominantes nos escritores contemporâneos, como por exemplo, “a glorificação do gaúcho, a chamada ‘democracia sulina’, o alto nível do debate político, a firmeza doutrinária, a disciplina partidária, a honra dos políticos e guerreiros e a violência político-partidária”. Nesta ótica, o Rio Grande do Sul foi apresentado como “um ante a parte dentro do Brasil”, “como encarnação de uma cidadania superior, produto de uma politização mais sólida do que a dos demais brasileiros”, estes “entregue a corrupção e a confusão de princípios em detrimento do bem comum” (AXT, 2002, p. 18).

adversários regionais, demarcando a diferença entre aqueles que eram detentores de “projetos” e “doutrinas” e os que eram guiados apenas pela ambição e busca de interesses pessoais.

Além disto, é possível destacar que a maioria destes autores, embora reivindicassem uma suposta neutralidade, basearam sua argumentação em fontes repletas de cores partidárias, principalmente, nos editoriais dos jornais político-partidários. Estes dados acabaram sendo reproduzidos sem maiores cuidados e a devida crítica sobre sua relação circunstancial com os jogos de poder da época⁶³. Diante disso, é possível indicar este fator como uma das explicações possíveis para a ênfase e sobrevalorização de determinados elementos, observando-se que a temática ideológica, inicialmente utilizada como justificativa de si e crítica do outro como estratégia de legitimação política, posteriormente, acabou sendo naturalizada e reproduzida por diferentes matrizes historiográficas. Estas tendências discursivas mantiveram-se presente no repertório de autores, aspecto perceptível através da utilização de noções, tais como, partido detentor de “virtuosa coerência doutrinária” e de “princípios estabelecidos” ou de “ideias retrogradadas”, “ausência de crenças partidárias e de identidade de pensamento”, “política dos interesses pessoais” etc.⁶⁴

Por outro lado, através desta discussão é possível identificar uma lógica de percepção do mundo político, oriunda dos contemporâneos àqueles episódios: a divisão entre a política do plano das ideias, aquela vista como positiva e correta; e a política dos interesses, influências e favores entre amigos e correligionários, de cunho essencialmente pejorativo. Esta característica parece ter sido assumida e veiculada pelos estudos históricos, na reprodução de uma concepção de antagonismo entre dois “tipos de política” e a consideração de que ambas seriam incompatíveis e completamente distantes uma da outra, quando na realidade, ao analisarmos o contexto histórico em foco, é possível perceber que coexistiram e auxiliaram a moldar jogo político no Brasil republicano. Voltarei a este tema nos próximos capítulos.

Além dos escritores envolvidos com a política partidária do período, “historiadores não acadêmicos” também realizaram análises ou sínteses sobre o tema. O pesquisador Sérgio da Costa Franco produziu importante contribuição através da biografia de Júlio de Castilhos. De

⁶³ Ao analisar as contribuições historiográficas acerca dos projetos e grupos em disputa na Primeira República, Maria de Lurdes Janotti concluiu que, “apesar do discurso historiográfico revestir-se de estilo próprio, acabou por utilizar os mesmos argumentos levantados por homens da época”, fazendo com que “as visões dos testemunhos entrelaçaram-se as narrativas dos historiadores na constituição do próprio discurso histórico” e, com isto, valorizando determinadas versões e grupos em detrimento de outros (JANOTTI, 2001, p. 141, p. 125).

⁶⁴ Um dos principais alertas sobre este problema foi realizado por Axt. Segundo ele, construíram-se determinadas místicas acerca do PRR e da política estadual, as quais, na prática, se colocavam de maneira bem mais complexas. Á nível de discurso, o PRR esforçou-se por diferenciar-se do restante do país, “insistindo na política doutrinária, hierarquizada e disciplinada”; por outro lado, os opositoristas insistiram no caráter de ditadura e no mito da “obediência cega das chefias municipais” a Borges de Medeiros (AXT, 2011, p. 101, p. 131).

acordo com ele, Castilhos foi um “presidencialista convicto, *fiel a orientação de Augusto Comte*”. Embora não tenha formado uma “agremiação de positivistas convictos e sectários”, moldou um partido “de considerável duração histórica” com “*um corpo de princípios, como raros partidos brasileiros terão possuído*”⁶⁵ (FRANCO, 2013, p. 114-115, grifos meus). Apesar disto, Franco destaca que as críticas feitas por Castilhos aos rivais, “além das razões doutrinárias” eram “*instrumentos práticos de ação* para resistir a onda hostil da oposição”. Nesta lógica insere sua discussão sobre a revolta federalista de 1893. Segundo ele, os interpretes buscaram explicar o episódio à luz de “uma irreduzível incompatibilidade ideológica entre o grupo federalista, **de tendência liberal e parlamentarista**, e o grupos dos partidários de Castilhos, **presidencialista e autoritário**”, aspecto que, segundo seu entendimento, é falso, tendo em vista que entre os rebeldes encontravam-se numerosos republicanos históricos, assim como as “divergências ideológicas podem explicar debates acadêmicos, entrechoques parlamentares ou polêmicas de imprensa, porém nunca uma guerra de caudilhos”. No discurso e “nas representações mentais dos rebeldes a luta era justificada pela liberdade contra a opressão e pelos princípios liberais contra o autoritarismo”. Todavia, os motivos se explicariam muito mais pelo ressentimento do grupo excluído do poder, ocasionando um sentimento de “ódio” que “continuará por muito tempo a dividir o povo em duas frações irreconciliáveis (FRANCO, 2013, p. 209, p. 165-166, p. 177, grifos meus).

O interessante no argumento do autor, para além de negar o exclusivismo da motivação ideológica, trata-se de sua identificação sobre a aceitação, por parte dos estudiosos, do discurso proveniente do jogo político, em sentido similar aquilo que venho apontando ao longo do texto. De acordo com o Franco, os discursos eram “instrumentos práticos de ação”, “justificativas” para legitimar determinadas posições e divisões. No entanto, o problema reside em que, ao invés de esmiuçar as possíveis causas do episódio, o autor apenas substitui o dito discurso ideológico de justificação dos rebeldes pela alegação do lado legalista, ou seja, não se tratava de conflitos de ideias, mas sim, de “ressentimento por perda de poder”. Dessa forma, seu argumento permanece refém das justificativas dos grupos em análise.

Outro ponto de vista interessante trazido por Franco, trata-se de seu entendimento de que o PRR representou uma “modificação na hierarquia social e tinha boa parte de seu eleitorado nas classes médias”, representando “novas camadas sociais” que encontraram

⁶⁵ Franco também aponta para questões ambivalentes presentes nos posicionamentos de Castilhos, como por exemplo, sua postura de abolicionista na imprensa e na tribuna, enquanto possuía escravos. Da mesma forma, questiona se a orientação sectária frente aos adversários derivou da “irreduzibilidade programática ideológica” ou de “simples receio” de perder o comando estadual, acabando por aceitar esta última versão, tendo em vista a situação do PRR de “facção minoritária, alçada ao poder por um golpe militar” (FRANCO, 2013, p. 42, p. 74-75).

“expressão política” no partido “contra as elites tradicionais”. Deste conteúdo classista derivou a preocupação com a autonomia municipal e seu controle pelo executivo através da criação “de uma figura nova e desconhecida na sociologia política brasileira: o ‘coronel’ burocrata, chefe municipal as vezes sem fortuna e raízes locais, porem armado de extraordinários poderes de coerção” (FRANCO, 2013, p. 179, p. 216)⁶⁶.

A obra de Riograndino da Costa e Silva, militar e membro do IHGRGS⁶⁷, buscou narrar dois séculos de história do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de encontrar uma explicação para as divergências políticas e revoltas armadas do período, o autor reproduziu a argumentação de Moyses Vellinho e outros escritores, na explicação de que “parece fora de dúvida que as raízes mais profundas, ou as causas mais remotas dos movimentos revolucionário [...] podem ser encontradas no sistema político administrativo consagrado pela Carta Constituição de 14 de Julho de 1891”. Nesta lógica, a “revolução de 1923, mais ainda que a de 1893”, foi de “ordem essencialmente política” e teve como principal conquista, “a reforma da Constituição Estadual nos pontos que eram considerados atentórios e infringentes ao perfeito sistema democrático de governo” (COSTA E SILVA, 1968, p. 6, p. 144-146).

Com objetivo de estudo similar, José do Patrocínio Motta analisou as revoltas riograndenses entre os anos de 1835-1932. Apesar do seu distanciamento temporal em relação ao objeto, o autor demonstrou simpatia aos opositoristas, com objetivo de confrontar “versões parciais e tendenciosas” que enalteciam figuras situacionistas e foram desfavoráveis aos grupos rebeldes (MOTTA, 1989, p. 44, p. 256). O estudo defende que as causas do conflito de 1893 deveram-se às perseguições, prisões e exílios das lideranças “liberais”, tendo a revolta sido feita “para regenerar a República que não correspondia aos ideais libertários dos republicanos gaúchos”. Um dos principais pontos de divergência entre os partidos residiu na “imposição da Constituição Positivista”, diante da qual, republicanos dissidentes e os federalistas não podiam aceitar o instrumento “**Comteano e positivista**” que não correspondia as “**aspirações liberais**”⁶⁸ (MOTTA, 1989, p. 47-50, p. 64, p. 111, grifos meus). Já o conflito

⁶⁶ Esta linha argumentativa do PRR como representante de classes sociais alternativas aos setores tradicionais influenciou amplamente diversos estudos, principalmente, a análise de Céli Pinto. O termo de “coronel burocrata” foi reproduzido por Joseph Love, Carlos Cortés e Helgio Trindade. Posteriormente, a pesquisa de Félix questionou sua validade, tendo em vista que ele pressupõe “uma situação de subalternidade hierárquica”, de “empregados do governo, com funções públicas rotineiras” de “vínculos impessoais características de uma ordem burocráticas e racional”. Para a autora, o acatamento das decisões pelos coronéis vinculava-se a opção partidária e interesses pessoais específicos e se fossem meros burocratas, Borges não precisaria estar constante preocupado com os assuntos municipais, buscando conquistar o apoio das chefias locais (FÉLIX, 1987, p. 22, p. 117).

⁶⁷ As obras e autores vinculados ao instituto foram mapeadas e analisadas pela pesquisadora Ieda Gutfreind (1992).

⁶⁸ Percebe-se aqui a sintonia com as interpretações de liberalismo e positivismo apresentadas por Antero Marques e destacadas anteriormente. Além disto, o autor e retoma os argumentos de Mem de Sá e complementa com outros

de 1923 representou uma continuação dessa luta e evidenciou a irreduzível divisão e **“polarização entre dois modos de concepção político-partidário”**. Segundo o autor, o histórico de conflitos resultou em um padrão de polaridade entre lados cindidos ideologicamente e no qual **“tese e antítese lutaram por predominar”**, sendo apenas na década de 1930 com a Frente Única, possível de alcançar uma **“síntese entre aquelas duas tendências, opostas de pensamento e de ação”**⁶⁹ (MOTTA, 1989, p. 94-97, p. 213, grifos meus).

Na ótica de Motta, a ideia de uma suposta “pureza político-ideológica”, percebida pela maioria dos autores como qualidade irreduzível do PRR, é vislumbrada nos oposicionistas. Neste sentido, denunciou as incoerências do grupo governista, **“as ligações ideológicas** dos antigos correligionários do Dr. Borges tinham muito de **vínculo empregatício** e os tornava solidários com os detentores do poder”. De acordo com o autor, “a adoção da ideologia autoritária por Castilhos derivou das ideias positivistas de Augusto Comte”, no qual **“na teoria, ideologia pregada aos eleitores seria um corpo de doutrina, conjunto de medidas de caráter social, econômico e político** exposto ao espírito e críticas populares”, mas o que se observa na realidade é uma **“política da clientela partidária”**, onde “as facções políticas” procuravam “se assenhorar do poder, das rédeas do governo, da posse dos empregos a serem distribuídos”, com esse objetivo “Castilhos buscou, com verdadeira obsessão, **a posse do poder, para impor a ideologia”** (MOTTA, 1989, p. 103-115, grifos meus).

O estudo de Mozart Pereira Soares⁷⁰ debruçou-se sobre a vida e obra de Augusto Comte, destacando sua penetração e difusão no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul, região onde “atingiu seu mais expressivo desenvolvimento através da política, ciência, religião e estética”. Sob a ótica do positivismo, ou de reação a ele, o autor procurou compreender os episódios políticos, expondo o argumento de que **“liberais e republicanos militavam em polos opostos** e o confronto entre eles pela posse do poder seria inevitável” (SOARES, 1997, p. 126, p. 135, grifos meus). De acordo com o autor, as bases programáticas do PRR foram de “inspiração claramente positivista”, tendo o principal aspecto desta influência se concentrado na constituição castilhista, “sectária, agnóstica, presidencialista”, como o próprio “Castilhos, sua Constituição apaixonou e dividiu” rendendo “adesões entusiásticas” e “adversários

aspectos responsáveis pela dita politização, tais como, a “influência dos lusos açorianos afeitos ao liberalismo” e a “situação de fronteira, terreno tão caracteristicamente politizado” (MOTTA, 1989, p. 111-116).

⁶⁹ Não obstante toda a construção argumentativa sobre o antagonismo entre estes dois polos, o autor apresenta uma comparação entre Silveira Martins e Castilhos que revela aspectos interessantes. Segundo ele, os dois líderes não foram “sempre antagônicos”, apesar de suas posturas ideológicas, o primeiro “liberal pela origem e formação política” e o segundo “sectário positivista ortodoxo”, ambos “tinham em comum sua origem rural, o seu liberalismo em economia, além do seu acendrado amor ao torrão natal” (MOTTA, 1989, p. 125-127), ou seja, assinalando para características que permitem refletir sobre a irreduzibilidade da divisão.

⁷⁰ O autor também publicou uma biografia sobre Júlio de Castilhos (SOARES, 1999).

rancorosas”. Sobre os oposicionistas, classificou-os como “donos de sólidos haveres, de várias circunscrições rurais, adeptos da filosofia política do liberalismo” e que se posicionavam em “defesa da propriedade que deitava suas garras até sobre seres humanos, dos interesses materiais, dos terrenos bem havidos, em contraposição à orientação socializante do Positivismo” (SOARES, 1997, p. 141-146 p. 162-163). Na leitura do autor, o cerne da divisão partidária e dos conflitos armados estava nos diferentes projetos político-ideológicos. Segundo ele, durante o império, havia “dois partidos [que] disputavam as benesses do poder junto ao Imperador: os Conservadores e os Liberais”, entre eles não havia “**grande diferença programática**” e seus adeptos eram “quase da mesma origem: a aristocracia rural, classe dominante incontestável”. Durante a República, o quadro “polarizou-se em duas forças arregimentadas e tensas” que representavam “**duas mentalidades e duas épocas**”, tendo o PRR atuado “arregimentando a burguesia urbana, composta de burocratas, comerciantes e militares, intelectuais e a massa pobre, de semianalfabetos sem organização de classe, dos trabalhadores em geral contra a poderosa aristocracia de grandes latifundiários” (SOARES, 1997, p. 147-152, grifos meus)⁷¹.

Como foi possível perceber, o grupo de historiadores não acadêmicos, apesar de seu relativo distanciamento temporal e de vínculo partidário com o objeto de estudo, igualmente investiu na valorização da peculiaridade estadual através de elementos como a “politização do povo gaúcho”, a “fidelidade ao partido e a liderança”, “a defesa e luta por determinados ideais”, etc. Da mesma forma, a questão da polarização ideológica persistiu como centro do debate e das explicações sobre o tema. Para a maioria dos autores, a luta entre oposição e situação caracterizou-se pela completa “oposição de pensamento e ação”, “polarização entre duas mentalidades”, disputas ideológicas envolvendo contrários e favoráveis a constituição castilhistas e ao “governo positivista”. Todavia, novos elementos foram adicionados à discussão: as interpretações de Costa Franco sobre as motivações das guerras civis, o fenômeno do caudilhismo e a questão de classe, temas que seriam amplamente visitados pela historiografia de cunho acadêmico.

Dentre as obras desenvolvidas nas universidades e que vislumbraram no elemento ideológico um instrumento explicativo central, duas importantes contribuições vieram dos

⁷¹ De maneira próxima ao sugerido por Franco, Soares vislumbra no PRR a representação de outros interesses e setores sociais, diferentemente dos liberais, estritamente vinculados a classe oligárquica dominante. Por outro lado, igualmente reforça as atenuantes clivagens ideológicas como determinantes nos rumos políticos.

“brasilianistas”⁷² Joseph Love e Carlos Cortés. O estudo de Love⁷³, considerado um marco nas análises sobre o tema, debruçou-se, principalmente, sobre o caso do PRR, caracterizado pela presença de um grupo de jovens unidos entre si pela idade, pela educação, pelos negócios familiares e por “traços ideológicos” que os diferenciava dos demais: a defesa do federalismo, a opinião coesa e radical sobre a abolição da escravidão e a afinidade com a filosofia comteana. Neste sentido, a coesão do grupo se vinculou à disciplina “**em termos de ideologia**” e de “**lideranças**” (LOVE, 1975, p. 29-30, p. 53, grifos meus). De maneira pioneira, o autor se preocupou em resgatar os fatores relativos às origens sociais e trajetória das principais lideranças do partido. Contudo, identificou no positivismo o seu principal elemento constituidor. Para ele, o PRR “aderiu fielmente”⁷⁴ às propostas de Comte que serviram tanto como base doutrinária da agremiação quanto um elemento de distinção, aspectos possíveis de serem percebidos na “política financeira conservadora de Borges”, na forma de tratar do tema operariado sob uma “ótica paternalista positivista”, na defesa da “liberdade de ensino”, etc.⁷⁵ (LOVE, 1975, p. 39, p. 163, p. 192, p. 180).

Na interpretação de Love, a revolta federalista significou o ápice das paixões políticas e resultou em um “ódio permanente” que desempenhou um “papel na política rio-grandense quase até o fim da República Velha”:

Um dos resultados mais importantes da guerra consistiu na **polarização política mais extrema no Rio Grande. Contrastando com o amorfo sistema de governo da maioria dos demais Estados [...] dois bem organizados partidos [...] ambos tinham uma orientação mais ideológica** (presidencialismo ditatorial versus parlamentarismo) **do que os partidos de outras regiões brasileiras. A família e a posição social, tidas muito em conta nas outras partes do país, representavam relativamente menos** (LOVE, 1975, p. 77-78, grifos meus).

⁷² Diversos estudiosos de fora do Brasil se interessaram pelo tema. Alguns deles, sequer receberam tradução ou publicação no país, como os estudos Richard Kornweibel (1971), Joan Bak (1977) e Silvio Duncan Barreta (1991), este último brasileiro, mas com o estudo desenvolvido no exterior. Mais recentemente, o historiador alemão Jens Hentschke publicou sua pesquisa sobre o impacto do positivismo na geração de políticos herdeiros de Castilhos, entre eles, Getúlio Vargas. A obra indica a persistência de estudos de “brasilianistas” sobre a política do Rio Grande do Sul, bem como a permanência de com instrumentos explicativos voltados para o componente ideológico (HENTSCHKE, 2015).

⁷³ O estudo foi originalmente defendido como tese de doutorado na Universidade de Columbia (1967), publicado em inglês sob o título de “Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism 1882-1930” (1971) e, posteriormente traduzido e lançado no Brasil (1975). A experiência de estudo do autor foi relatada em entrevista concedida ao pesquisador Flavio Heinz (HEINZ, 2003).

⁷⁴ Não obstante, Love alerta que “para a maioria dos elementos do PRR”, o positivismo foi “um enfeite ideológico de pouco significado” e com diversas incoerências, como por exemplo, adeptos que buscaram em Comte a justificativa do federalismo, enquanto este defendia o Estado centralizado como característica dos tempos modernos (LOVE, 1975, p. 110-111).

⁷⁵ Apesar da tentativa de localizar os elementos da doutrina no partido, Love foi criticado por Maria Antonacci por não ter analisado “como a ideologia positivista interferiu nas ações do PRR” se limitando a apenas a indicar supostos atos que teriam sido influenciados pela doutrina (ANTONACCI, 1981, p. 9).

A partir desta passagem é possível refletir sobre argumentos amplamente enraizados nas explicações historiográficas, como a visão de uma acentuada polarização e politização dos rio-grandenses e o elemento ideológico como peça central desta especificidade. Além disto, no trecho destacado subentende-se que elementos como “posição social” e “papel das famílias” não foram tão relevantes naquele contexto, sugerindo a fraca influência das relações “coronelistas” diante de um sistema político centralizado e controlado pelo poder estadual⁷⁶ (LOVE, 1975, p. 78-80).

Ao analisar a atuação de Getúlio Vargas, Love critica o exagero de alguns autores sobre sua herança positivista⁷⁷, segundo ele, “na condição de político ambicioso e ascendente, num partido que tomava as obras de Comte e Castilhos por dogmas, Vargas sabia como oferecer as libações necessárias”, quando na realidade “tinha pouco interesse pelas doutrinas rígidas”. Sobre seu “estilo político”⁷⁸, destaca a preferência em “governar mais pela conciliação do que pelo domínio”, possuía uma “habilidade em reconhecer e utilizar combinações políticas vitoriosas (**indiferente às incoerências doutrinarias**)”, desenvolvendo um novo tipo de relação com os adversários, assumindo que “a batalha ideológica” deveria ser “abandonada no interesse da paz com os libertadores” e “após, 1930, Vargas não prestou mais homenagens a Castilhos ou ao positivismo” (LOVE, 1975, p. 235-236, grifo meu).

A tese de doutorado de Cortés⁷⁹ retomou o tema do protagonismo sul rio-grandense na política nacional entre os anos de 1930 a 1964. De acordo com o autor, esta presença dominante foi reflexo da influência da herança de violência e dos conflitos militares, legado que gerou

⁷⁶ Esta linha argumentativa encontra-se debatida com mais afinco no próximo subtítulo. Todavia, é perceptível ao longo da obra de Love, uma relativa oscilação em identificar a presença e impacto de um “padrão político nacional” no Rio Grande do Sul, com elementos aproximativos entre PRR e os demais partidos e lideranças brasileiras (clientelismo, barganhas eleitorais, uso das fraudes, etc.), ou defender uma espécie de “pureza política” e “particularidade” do estado. Esta característica pode ser percebida nos momentos em que sugere às singularidades decorrentes da orientação positivista e quando aponta para constituição do PRR por uma “elite conservadora, cujos valores não eram diferentes daquelas de outros Estados” ou a relação de Borges com o governo federal que “não se diferenciava de qualquer governador de outra região: estava interessado no patronato federal” (LOVE, 1975, p. 144, p. 166).

⁷⁷ A ótica de Vargas “castilhista e positivista” foi amplamente debatida por diferentes estudos: Céli Pinto refutou a explicação de que o líder representou uma nova geração afastada da doutrina, sendo igualmente marcado por ela (PINTO, 1986, p. 96); em contraposição, Soares afirma que Vargas foi um “antipositivista” e “centralizador” que “extinguiu a influência política do positivismo no Estado” (SOARES, 1998, p. 177); já Henstschke defendeu a herança da doutrina nos governos nacionais varguistas (HENSTSCHE, 2015).

⁷⁸ A análise do perfil de Vargas pelo autor é repleta de elementos instigantes: a habilidade em conciliar interesses, aproximar-se de inimigos diante de determinadas oportunidades, o abandono ou o apego circunstancial a determinadas justificativas ideológicas etc. Estes aspectos insinuam um padrão de práticas e comportamentos das elites políticas e que parece ter sido pouco debatido pela historiografia.

⁷⁹ A obra foi publicada originalmente no México no ano de 1974, sob o título de “Gaucho Politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964)”. Embora o estudo tenha recebido ampla atenção de estudiosos brasileiros, a primeira edição em português foi lançada apenas no ano de 2007, versão aqui utilizada. O autor comentou sua experiência de pesquisa em entrevista à Rafael Lapuente (LAPUENTE, 2015).

rejeição às imposições nacionais e o convencimento sobre uma posição especial de autonomia e defesa do federalismo. Sobre a política interna estadual, destacou a constituição castilhistas e seu “compromisso doutrinário com o positivismo de Augusto Comte” e um conflito do “parlamentarismo e o liberalismo contra o presidencialismo e o autoritarismo”. Nesta leitura, destacou o impacto da revolta de 1893 no estabelecimento de padrões que dividiram a política em “dois campos irreconciliáveis” em uma “rígida polarização” que refletiu na “duradoura estrutura bipartidária do estado”. Apesar deste entendimento, Cortés advertiu que o confronto doutrinário “representava apenas **uma camuflagem retórica para a luta pelo poder**” sendo “a violência, mais do que as palavras, a principal arma política” (CORTÉS, 2007, p. 20-30, grifo meu).

Outra linha de argumentos, centrada fundamentalmente na análise do positivismo, encontra-se nas obras dos filósofos Ricardo Veléz Rodríguez⁸⁰ e Nelson Boeira. O primeiro propôs analisar o pensamento de Castilhos e sua influência na formação daquilo que classificou como “castilhismo”, doutrina embasada pelo positivismo, mas que não correspondeu a uma transposição mecânica, e sim uma adaptação às condições históricas locais, inspirando “um governo autoritário, não representativo, que pospõem as liberdades individuais ante o interesse da segurança do Estado, assumindo forte caráter tutelar-moralista e conservador”. Para Rodríguez, existiram diferenças fundamentais entre castilhismo e comtismo: o primeiro, propagou a presença dominante do Estado nos diferentes espaços da vida social e criou “uma infraestrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas”, tendo sido essencialmente mais “totalitário”⁸¹ que o segundo (RODRÍGUEZ, 2000, p. 14, p. 271-275).

O autor analisou a doutrina presente no pensamento de líderes do PRR, buscando considerar “vida e ação política”, diante do entendimento de que estes “mais do que teóricos políticos, foram homens de ação”⁸². Neste sentido, alertou sobre a complexidade em aproximar-se do pensamento de Castilhos, “um político responsável pela constituição de um *modus agendi* e uma conceituação muito pessoal sobre o exercício do poder”, no qual seus escritos na imprensa, constituição e obra legislativa são insuficientes sem a referência ao contexto de ação política. Além disto, destacou o cuidado em não cair no extremo de “considerar a filosofia de

⁸⁰ A obra original data de 1980. O estudo foi revisado e ampliado em publicação do Senado Federal brasileiro no ano de 2000, edição aqui utilizada.

⁸¹ A classificação do regime castilhistas enquanto “totalitário” me parece um pouco desproporcional aos aspectos identificados no sistema político da Primeira República em comparação a outros regimes usualmente considerados como totalitários. Sobre o tema, ver: ARENDT, Hannah. **Os Origens do Totalitarismo**. Lisboa: Dom Quixote, 2006; ZIZEK, Slavoj. **O Totalitarismo**. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁸² O autor destaca a resistência e carência destas lideranças em teorizar a política, devendo ser considerados antes “homens de ação” do que “doutrinadores” (RODRÍGUEZ, 2000, p. 159).

Comte como a única responsável pela implementação do regime”, tendo o comtismo apenas “servido de fundamentação doutrinária a uma facção política conservadora” (RODRÍGUEZ, 2000, p. 26-27, p. 39, grifo meu). Sobre a inspiração positivista⁸³, o autor aponta para temas como “pureza de intenções e moralidade do governante”, “o bem público e o reino da virtude” e “o exercício da tutela moralizadora do Estado sobre a sociedade”. Além disto, destaca os elementos autoritários enraizado nas convicções de Borges de Medeiros e manifestados através do desprezo pelo sistema representativo de governo e o culto às formas não-representativas de exercício de poder⁸⁴ (RODRÍGUEZ, 2000, p. 105, p. 136-139). Sobre os grupos oposicionistas, assinalou para o embasamento liberal nas ideias de representação, papel do legislativo e finalidade do governo, aspectos básicos para compreender as críticas de Silveira Martins e Assis Brasil. Este último, direcionou seus argumentos na concentração de poderes no presidente, uma “anomalia constitucional como a consagração da ditadura” na qual o executivo exercia as funções do legislativo e dominava o judiciário (RODRÍGUEZ, 2000, p. 167, p. 195-198).

Ao refletir sobre as tomadas de posição ideológica dos políticos rio-grandenses, Rodríguez tece considerações relevantes ao debate proposto. Segundo ele⁸⁵, os gaúchos, quando na oposição, aderiram sempre às reivindicações liberais, e quando sediados no poder, tenderam costumeiramente ao centralismo autoritário. Esta postura é perceptível na primeira e segunda geração de castilhistas: a primeira, aderiu a pregação liberal e republicana em oposição à Monarquia e quando no poder ensejou uma “ditadura científica” pautada pelos moldes positivistas; a segunda (Vargas, Collor e outros) apresentou amplas reivindicações liberais e, no poder, realizou um movimento centralizador e autoritário, inclusive perseguindo seus próprios correligionários; no mesmo contexto, Borges de Medeiros, na medida que perdia chances de retornar ao poder, transformou-se de positivista em liberal (RODRÍGUEZ, 2000, p. 210-211). Nesta mesma linha, refletiu sobre os posicionamentos de Vargas: enquanto deputado federal defendeu o federalismo, em uma “**posição tácita**, mais do que como convicção”, atendendo aos interesses estaduais no parlamento; quando na chefia do executivo nacional, passou a propugnar pelo centralismo (RODRÍGUEZ, 2000, p. 238-239, grifo meu). A postura “antagônica” de Vargas sobre um mesmo tema em um intervalo de pouco mais de dez anos

⁸³ De acordo com Pezat, um dos pontos fundamentais da obra de Rodríguez é o fato de apoiar-se em leituras diretamente de Comte, aspecto nem sempre respeitado pelos demais analistas (PEZAT, 2006, p. 265-266).

⁸⁴ Na leitura do texto é possível identificar um juízo de valor sobre o PRR através de algumas afirmações: “agressivo ciclo castilhista”, “herança negativa”, “hipertrofia do Executivo e o desvirtuamento da representação”, “um passo atrás no esclarecimento alcançado pela consciência brasileira” etc. (RODRÍGUEZ, 2000, p. 275).

⁸⁵ Esta percepção encontra-se apoiada, fundamentalmente, nos argumentos de Simon Schwartzman sobre o tema (SCHWARTZMAN, 1982). No mesmo sentido, anteriormente e de maneira pioneira, Raymundo Faoro já havia alertado sobre a importância de considerar e refletir sobre o descompasso existente entre o discurso e a prática apresentado pelas elites políticas brasileiras (FAORO, 1958).

sugere a relação entre ideias e oportunidades, aspectos também identificado por Nelson Boeira e sua constatação de que “a **conveniência política** serve como melhor índice da absorção ou da recusa do positivismo”⁸⁶ (BOEIRA, 1980, p. 41, grifo meu).

O estudo de Boeira⁸⁷ examinou os diferentes aspectos da doutrina positivista no Rio Grande do Sul, propondo uma leitura múltipla sobre o fenômeno e sua influência em termos de conteúdo, funções, periodizações, longevidades e públicos variáveis⁸⁸. Neste sentido, reconheceu “três tipos de positivismo” atuando na vida política e cultural entre os anos de 1870 e 1930: o “político” (que interessa pontualmente a discussão proposta), “difuso” e “religioso”. Esta multiplicidade indica que a doutrina atuou por vezes como “modismo ou como um vocabulário útil, outras como uma autoridade intelectual ou justificação do autoritarismo, outras ainda como religião ou heresia a extirpar”. O autor criticou os historiadores que “não percebem as flutuações da moralidade e consideram princípios como elementos de frequência e inércia”, sendo necessário avaliar que os políticos facilmente “**abandonavam o que não servia ou acatavam aquilo que parecia útil**”. Os republicanos, quando no poder “defendiam o comitismo” e fora dele “voltavam-se contra os malefícios reais ou presumidos da doutrina”, e a oposição “quando cooptada, elogiava aspectos do positivismo”. Na sua visão, a doutrina esteve sujeita a “omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de sentido e ênfase”, em movimentos regidos “de um lado pelas variações dos **interesses materiais e políticos de seus usuários** e, de outro, pelos **modismos intelectuais** e pelo **confronto com seus concorrentes ideológicos**”. Além disto, este embasamento foi regulado pela concorrência com doutrinas opostas, a luta com a oposição “serviu para reforçar a unidade ideológica” e “aderir as posições doutrinárias do partido tornou-se uma forma de definir a identidade política” (BOEIRA, 1980, p. 54, p. 34-37, grifos meus).

⁸⁶ Através destas considerações, os autores apontam para a importância de considerar as mudanças de posições que caracterizaram os agentes políticos, sugerindo uma maior problematização sobre esta determinação, combinando-as com as ações e conjunturas de poder. Em sentido aproximado, Grijó alertou que as lideranças do PRR, no âmbito estadual, valiam-se de “referências a Júlio de Castilhos e a sua ‘obra política’”, enquanto, nas campanhas nacionais excluíam-se estas referências em favor dos motes de “voto secreto”, “verdade das urnas”, “desmandos do governo” etc. (GRIJÓ, 1998, p. 209). Por sua vez, Surama Pinto, analisando as elites políticas do Rio de Janeiro, apresentou a noção de “pragmatismo oportunista” para refletir sobre as diferentes estratégias de sobrevivências destes grupos e suas ambiguidades de comportamento (PINTO, 2011, p. 180).

⁸⁷ Tese de doutorado defendida na Universidade de Yale (Estados Unidos) sob o título de “Comte in Exile, The Origins of Political Positivism in Rio Grande do Sul” e jamais traduzida para o português. Uma síntese do estudo foi publicada como capítulo de livro, texto utilizado em minha análise (BOEIRA, 1980).

⁸⁸ Para compreender sua linha de argumentos, o autor expõe alguns esclarecimentos fundamentais: 1) o entendimento de que “o positivismo somente teve impacto sobre parcela restrita da elite”, sua decorreu do fato de que esta concentrou grande poder político e seus membros eram dotados de cultura e educação formal; 2) apesar de burocratizado, não significa que o PRR não estivesse comprometido com o coronelismo, embora seja notório a “utilização de uma ideologia com certa estabilidade” e que apesar de ser “incompreendida” por grande parte dos adeptos, “era um critério (entre outros) para o acesso e o avanço na estrutura partidária” (BOEIRA, 1980, p. 34-35).

De acordo com Boeira, seria possível perceber diferentes graus de intensidade e influência doutrinária, como por exemplo, a reativação do seu potencial até 1925, fruto dos conflitos ideológicos decorrentes das lutas eleitorais e militares e dos debates sobre as reformas constitucionais. Nesta conjuntura, a adesão ao comtismo deveu-se mais a “necessidade de manter intacta e coesa a estrutura partidária para poder justificar mais eficazmente a manutenção das posições de poder do que outros fatores”. Da mesma forma, a progressiva diminuição de influência, desde o final de 1927, em um “abrandamento doutrinário” e dos “compromissos ideológicos”. Para o autor, o comtismo acabou tendo um “papel acessório, contribuindo apenas com seus lemas, clichês, frases de efeito e ocasionalmente com sua respeitabilidade intelectual”. Para os políticos republicanos, Comte e outros autores eram citados para justificar qualidades “superiores”, sem “muito apego pela coerência ou pela compatibilidade política das doutrinas”. Um autor interessava quando podia “ser citado com autoridade”, “de acordo **com a necessidade** ou de acordo com um modismo cultural, quase sempre tendo em vista **um uso retórico**” (BOEIRA, 1980, p. 38-43, grifos meus).

O fenômeno do positivismo também aparece como aspecto central nas análises de três historiadoras: Sandra Pesavento⁸⁹, Maria Antonacci e Céli Pinto. A primeira, propôs explicar o sistema político através da relação entre o Estado, de “feição positivista e cunho autoritário”, e a economia “de base predominantemente agropecuária”, em um contexto de estruturação das bases do capitalismo e de transformação do setor pecuarista. Sua argumentação demarca que o Rio Grande do Sul foi o único estado que se “**orientou politicamente segundo uma linha de pensamento de uma ideologia determinada**”. A doutrina comtiana, com “conotações de autoritarismo”, atuou como a “ideologia inspiradora da organização administrativa e das diretrizes políticas”, sendo adaptada às condições locais e servindo como um “reforço na justificativa do autoritarismo vigente”. Esta singularidade não significou que o estado tenha sido “positivista ‘*in totum*’”, mas que foi onde as ideias encontraram maior eco e exequibilidade (PESAVENTO, 1979, p. 194-196, p. 205, grifo meu).

Segundo a autora, a exigência de modernização da economia periférica, de incorporação de setores sociais emergentes e a busca de renovação política-administrativa encontraram resposta na “importação e adaptação de um aparato político-ideológico de cunho autoritário, progressista e conservador” (PESAVENTO, 1980, p. 68). O positivismo serviu na defesa da

⁸⁹ Da vasta obra bibliográfica da autora, dois textos são fundamentais para a reflexão proposta: o capítulo “República Velha gaúcha: Estado Autoritário e Economia” (1979) e o livro “História do Rio Grande do Sul” (1980). Recentemente seu acervo pessoal e produção bibliográfica foram organizadas e disponibilizadas gratuitamente na internet. Ver: <http://www.sandrapesavento.org/>. Acesso em 12 jul. 2017.

“propriedade, o latifúndio, a modernização da pecuária e o aparelhamento dos meios de transporte como forma eficaz e completa de obter um capitalismo multilateral”, tendo a “construção de um Estado autoritário” sido “embasado na ideologia positivista” (PESAVENTO, 1979, p. 220-228). Além disto, a ideologia “oferecia um padrão de moralidade política e austeridade do governo, tão caro ao universo ideológico das camadas médias urbanas”, a noção de “viver as claras” permitia a prática da fraude eleitoral e a “constituição positivista” assegurava a supremacia do executivo sobre o legislativo e a sucessiva reeleição do governante (PESAVENTO, 1980, p. 66-68). Não obstante, a autora reconhece que o positivismo também serviu como reforço no discurso oficial, oferecendo um “projeto social” que mesmo “respondendo aos interesses de uma classe social determinada, se apresentava como abrangente de todo o corpo social” (PESAVENTO, 1979, p. 205).

Apesar de reconhecer um amplo peso⁹⁰, a autora atenta para os níveis de influência doutrinária. Segundo ela, durante o final do governo Borges e início do mandato de Vargas ocorreu um recuo na orientação positivista do processo econômico e na forma autoritária de governo, embora sem abandonar suas raízes, aspecto perceptível no tratamento da questão do operariado. Se na greve geral de 1917⁹¹, Borges atuou de forma conciliadora e protetora, tendo o positivismo “mascarado a exclusão do trabalhador”, em 1918 atuou repressivamente diante da ameaça da ordem vigente, abandonando o “paternalismo positivista para submeter, através da violência, o trabalho ao capital”. Dessa forma, o respaldo ideológico poderia ser compreendido como “**posicionamento tático**”, “enquadrado dentro de condições históricas específicas” e na defesa dos interesses da classe dominante. Além disto, um dos pontos importantes da abordagem é de que, diferentemente da maioria dos estudiosos, a historiadora investe em uma discussão conceitual sobre autoritarismo⁹², ideologia e positivismo. Sobre este último, é possível perceber diferenças de interpretação com outros autores: enquanto Rodríguez evidenciou os elementos conservadores da doutrina, Pesavento defendeu seu caráter “reformista, com inegável cunho progressista”, principalmente, em relação à economia como

⁹⁰ Na caracterização geral proposta pela autora é possível destacar alguns aspectos fundamentais: a centralidade do positivismo e autoritarismo, assumidos, juntamente ao elemento econômico, como principal fator explicativo; a presença da visão, geralmente difundida pela historiografia, sobre a especificidade do Rio Grande do Sul frente a tendência nacional, resultado da difusão das ideias positivistas.

⁹¹ A análise de Céli Pinto partilha da mesma opinião, defendendo que “a posição do governo estadual em relação as greves estiveram totalmente calcada na doutrina positivista” (PINTO, 1986, p. 65).

⁹² Embora não seja meu objetivo debater a noção de autoritarismo, é importante ter conhecimento de suas definições. Para isto, duas leituras são fundamentais: LINZ, Juan. **Autoritarismo e Democracia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015; SCHWARTZAMN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

“incentivador de melhoramento da atividade criatória” (PESAVENTO, 1979, p. 222-228, p. 212-216, grifo meu).

A análise de Maria Antonacci⁹³ debruçou-se sobre o contexto da década de 1920, discutindo a relação entre crise econômica, oposições e guerra civil. Sua investigação parte de uma crítica historiográfica basilar: a ênfase da existência de organizações partidárias oponentes em um quadro nacional de partidos únicos, com explicações voltadas para a composição destas forças e suas consequências, mas sem compreender sua singularidade⁹⁴. Apoiada nas contribuições de Geraldo Muller⁹⁵, a autora propôs compreender o problema como fruto da “luta no interior da classe dominante”, cabendo analisar a formação social rio-grandense, as formulações políticas das frações da classe dominante e as conjunturas de determinados conflitos (ANTONACCI, 1981, p. 9-10). Neste quadro, o positivismo foi a ideologia responsável por inspirar o grupo no poder, presente na conciliação entre “ordem e progresso”, no “livre desenvolvimento da iniciativa individual”, na ação reguladora do estado sobre as classes sociais conforme às necessidades do bem público etc. Assim como os demais autores, Antonacci reconhece pontos de inconsistência, como na dissidência de Fernando Abbot⁹⁶ e a existência de uma tensão entre diferentes correntes no interior do PRR: uma ditatorial positivista e outra liberal. Além disto, argumenta que o partido, para manter-se hegemônico, contou com diferentes fatores, tais como, o apoio do governo federal, o respaldo da política dos governadores, a utilização Brigada Militar e a capacidade de mobilização dos “coronéis” (ANTONACCI, 1981, p. 20-26, p. 33).

De acordo com sua interpretação, a luta no interior da classe dominante atingiu sua culminância nos anos de 1920, revelando o choque entre “projetos distintos”, liderados por Borges de Medeiros e Assis Brasil, sobre a organização do estado e a forma de conformar a sociedade e atender seus interesses (ANTONACCI, 1981, p. 11). Segundo a autora, enquanto

⁹³ A pesquisa de mestrado em História Econômica pela USP defendida em 1978 resultou na publicação de um capítulo de livro (1979), posteriormente ampliado e publicado em livro (1981).

⁹⁴ Segundo a autora, destacam-se duas tendências de estudos que simplificaram o processo social e não foram capazes de explicar as lutas políticas: a primeira, enfatizou as disputas entre lideranças que agem com uma “vontade autodeterminadora”, com brilhantismo que mantinha grupos e indivíduos ao seu redor (Ferreira Filho, Othelo Rosa e outros); a segunda, “objetivou compreender o político como parte do todo social” e apesar de construir avanços, contraiu “débito com o quadro geográfico” já que explicou o tema através da divisão de “duas regiões econômico-geográficas que se confrontaram”, elite estancieira da campanha versus a burguesia emergente das cidades e da serra (Franco, Love, etc.) (ANTONACCI, 1981, p. 9-10).

⁹⁵ A dissertação de mestrado de Muller (1972) propôs explicar a política em decorrência de uma “cisão no interior da classe dominante gaúcha”, enfatizando os interesses econômicos e a interação desses com o poder político, tendo influenciado as análises de Antonacci, Helgio Trindade, Céli Pinto, Paulo Vizentini e Sandra Pesavento (AXT, 2011, p. 23).

⁹⁶ O estudo de Grijó, por exemplo, discorda do argumento de que o grupo de Abbot formou uma “espécie de frente ideológica ‘anti-positivista’”, na realidade constituiu-se de uma “facção política *ad hoc* formada para barrar as pretensões de Borges de Medeiros de controlar o partido e o governo do Estado” (GRIJÓ, 1998, p. 102).

nos demais prevaleceu o partido único⁹⁷ como expressão das necessidades das classes produtoras exportadoras, no Sul, o fracionamento adquiriu expressão na presença de partidos com projetos divergentes, assumido a forma de disputa entre princípios e ideias, “nucleados, porém, pela procura da maior participação na orientação estatal”. Apesar deste entendimento sobre a luta pelo poder, quando propõem analisar a crise econômica e política do período, a autora recai na preponderância do componente ideológico, sugerindo que enquanto as condições internas e externas permitiram um desenvolvimento contínuo das forças de produção, o projeto político-ideológico do PRR não sofreu maiores questionamentos. O novo panorama dos anos de 1920 trouxe situações que exigiram novas respostas e que **“transcenderam a ideologia ‘positivista’ que cimentava e orientava”** os governistas, abrindo espaço para a adesão à estratégia oposicionista e seu projeto liberal-democrático (ANTONACCI, 1981, p. 113-116, p. 92, grifo meu).

O estudo de Pinto⁹⁸ analisou a doutrina comtiana enquanto projeto implementado pelo PRR, aspecto que tornou o movimento republicano singular. Sua hipótese é de que o partido desenvolveu um “projeto não oligárquico” na medida em que se apresentou como executor de políticas que “respondiam aos interesses do estado como um todo”, construindo uma base de apoio que lhe deu condições de manter-se hegemônico no governo estadual e de liderar a campanha de 1930 à frente dos grupos de oposição, tendo em vistas a limitação destes em incorporar demandas diversificadas, fruto de suas posições liberais. Segundo a autora, o PRR se diferenciou pela preocupação com a questão ideológica e a disciplina, apresentando-se como defensor de um conjunto de princípios coerentes, perceptíveis “claramente em todas as suas manifestações”, tanto no “proselitismo político de *A Federação*”, quanto “nas declarações oficiais do governo” (PINTO, 1986, p. 12-13, p. 24). Dentre as características percebidas nos fundadores do grupo, a autora destaca que eram “distintas das elites políticas da época”, “jovens, com instrução superior e sem experiência partidária anterior”. Apesar de fazerem parte da elite econômica regional, não eram pecuaristas da campanha e em grande maioria provinham da região norte do estado, “se eram estancieiros, não eram membros da oligarquia política” e o partido encontrava-se “desligado dos interesses econômicos mais significativos”. Ademais, não compartilhavam com os demais republicanos da “visão liberal”, possuíam uma “excepcional

⁹⁷ A ideia de bipartidarismo parece ser mais uma peça no quadro da “especificidade sul rio-grandense” reproduzida pela historiografia. O tema é passível de discussão, já que, para citar apenas alguns exemplos, em São Paulo (LOVE, 1982), Minas Gerais (FIGUEIREDO, 2017) e Rio de Janeiro (PINTO, 2011), também é possível identificar níveis de competição partidária.

⁹⁸ Além da tese citada, a autora produziu uma dissertação de mestrado sobre o processo de formação do PRR (PINTO, 1979).

organização e disciplina doutrinária”, “não era formado pelo conjunto de interesses de chefes políticos locais” e “tampouco sua elite dirigente mudava ao sabor do equilíbrio das forças locais”⁹⁹ (PINTO, 1986, p. 9-10, p. 104).

Analisando as greves de 1917, a autora defende que o tratamento sobre o assunto, “revelam a base doutrinária do partido” e “demonstram que a doutrina positivista não foi um modismo passageiro ou apenas uma justificativa para o poder exercido através da violência”. O partido, ao contrário dos grupos oligárquicos, **“governava a partir de princípios ideológicos definidos e que serviam realmente como base para a tomada de decisões”**. Não obstante, a autora alertou sobre as mudanças de posicionamentos, como em decorrência da aproximação com grupos liberais durante a “Reação Republicana”, quando o positivismo cedeu lugar “aos princípios liberais correntes”. Segundo ela, estas **“adequações conjunturais das ideias”** estavam relacionadas com a “existência de um ciclo no discurso” diante das fases específicas da luta política (PINTO, 1986, p. 67-68, p. 76-84, p. 101, grifos meus).

Outra tendência analítica pode ser visualizada na ênfase sobre a divisão entre “conservadores-autoritários” e “conservadores-liberais” proposta pelo cientista político Helgio Trindade¹⁰⁰. O autor apostou na defesa da “singularidade do sistema político rio-grandense” fruto da “presença hegemônica do PRR, de forte disciplina hierárquica e ideológica e pela constituição de uma oposição política de tradição liberal”. Dessa forma, identificou a característica básica da classe dirigente na cisão por radicalismos ideológicos, em uma “tradição política” de polarização vivida desde os tempos imperiais¹⁰¹ e que persistiu no período republicano (TRINDADE, 1979b, p. 15-18). Esta polarização deveu-se a existência de partidos “bem organizados” e com “nítida orientação ideológica (presidencialismo ditatorial versus parlamentarismo)” (TRINDADE, 1979a, p. 143). Para o autor, caberia responder a questão fundamental de como explicar a dicotomização das forças políticas e sua expressão através de diferentes partidos¹⁰² e sua resposta é construída em torno de alguns elementos centrais.

⁹⁹ De maneira similar ao percebido em outros autores, a autora identifica uma espécie “pureza político-ideológica” no PRR, fruto da uma suposta consistência de princípios, disciplina e fidelidade partidária. Por outro lado, também dialoga com a visão de Franco e Soares de que partido representou interesses e setores sociais diferentes daqueles dos partidos tradicionais.

¹⁰⁰ O autor desenvolveu sua pesquisa durante a década de 1970. Ao lado de seus colaboradores, foi o responsável pela organização da documentação depositada no NUPERGS. Dentre suas diversas publicações sobre o tema destacam-se algumas (TRINDADE, 1979a; 1979b; 1980).

¹⁰¹ O estudo de Helga Piccolo indicou similar relevância na cisão político-ideológica durante o período imperial, onde seria possível encontrar as raízes da bipolarização do período republicano (PICCOLO, 1974). De acordo com ela, a revolta federalista, por exemplo, tratou-se de um “choque entre dois projetos políticos distintos, entre duas maneiras de pensar a organização política da república” (PICCOLO, 1982, p. 127).

¹⁰² Em sintonia com Antonacci, Trindade identificou duas respostas historiográficas, ambas insuficientes, sobre o problema: uma delas, aposta para a decorrência dos conflitos pessoais pelo poder; outra, compreende como diferenciações na estrutura social que se manifestariam em contradições políticas (TRINDADE, 1979a, p. 122).

O primeiro deles é a relevância da “persistência de uma **clivagem ideológica entre duas famílias políticas**” que se confrontam através de diferentes movimentos e estruturas partidárias”, os “conversadores-autoritários e conservadores-liberais”¹⁰³, vinculados, respectivamente, ao PRR e PF/PL, como resultado de uma divisão no interior da oligarquia regional baseada no setor rural de grande propriedade e de economia agropecuarista. Nesta divisão reside o principal argumento do autor: a percepção de que, por um lado, existe um fosso ideológico que dividiu a classe dominante em grupos incompatíveis e antagônicos em torno do tema da “organização do Estado” e o “relacionamento deste com a sociedade civil” (TRINDADE, 1979a, p. 119, p. 187, grifos meus); por outro lado, sugere a origem de ambos em uma mesma composição socioeconômica¹⁰⁴. Um segundo elemento destacado é o processo de progressiva legitimação da “oposição política conservadora-liberal” e seus espaços conquistados através da via revolucionária ou parlamentar. Segundo o autor, a questão da ascensão de uma oposição estável aponta para fatores que vão além das divergências pessoais e do antagonismo político-ideológico (TRINDADE, 1979a, p. 120), como por exemplo, a existência de uma relação de forças sem a dominação absoluta pelo grupo situacionista e na qual os opositores dispõem de recursos para enfrentar a disposição em domestica-los ou elimina-los (TRINDADE, 1979b, p. 16-17).

Seguindo na trilha das divisões ideológicas¹⁰⁵, o autor caracterizou os “conservadores-autoritários” a partir do ideário positivista, presente no programa do PRR e na Constituição castilhistas. Sobre os “conservadores-liberais”, destacou a formação do PF e sua “acentuada tendência liberal” em defesa do sistema parlamentarista e representativo, no qual “sua

¹⁰³ Alguns autores, apesar de concordarem com esta divisão, sugerem maiores cuidados com o tema: Abreu demarcou a relevância de considerar que doutrina não foi tão marcante para as tomadas de posição da “geração de 1907”, o que permitiu um melhor relacionamento com os oposicionistas (ABREU, 1996, p. 31-33); Grijó questionou a tese da “clivagem ideológica”, argumentando que as referências ao “castilhismo positivismo” ou “liberalismo” podem ser facilmente identificados nas “manifestações públicas” (jornais ou pronunciamentos) em espaços “institucionalizados e pretensamente ‘cultos’ e/ou ‘doutos’” e onde o jogo político assumia a forma de “disputa retórico-oratória pontuadas por citações dos grandes mestres” (GRIJÓ, 1998, p. 100-101); Axt criticou a insistência em explicar a questão através desta clivagem, já que “reproduz a ideia de cizânia entre gasparistas e castilhistas, não acrescentando novos elementos a explicação” e na qual “permanece a crença na superioridade política em relação ao restante do Brasil” (AXT, 2011, p. 24-25).

¹⁰⁴ Esta constatação permite levantar questionamentos que permeiam a minha hipótese de estudo: seriam estes agentes de PRR e PL tão diferentes em suas concepções políticas? Se problematizarmos sociologicamente suas origens, experiências e formações, assim como apreciarmos suas tomadas de posição, percepções e visões de mundo, não veríamos que se trata de grupos e lideranças similares? Diante deste olhar, a divisão em duas famílias político-ideológicas estanques e sectariamente divididas, ainda assim se sustentaria?

¹⁰⁵ Embora assumindo o ideológico como fator explicativo central, o autor reconhece a relevância de considerar subsídios alternativos. Segundo ele, é preciso creditar aos indivíduos que fundaram e trabalharam a “capacidade de organização e firmeza ideológica”, destacando a importância em considerar o estabelecimento de bases locais para a ascensão do grupo (TRINDADE, 1979a, p. 123-125). Da mesma maneira, destacou as diferenças entre aquilo que era proposto no programa partidário e o que era colocado em prática, como por exemplo, o discurso de defesa do “sufrágio popular” e a utilização da coerção eleitoral por parte dos “coronéis burocratas”.

ideologia política e sua concepção de mundo expressavam a defesa de seus interesses sociais e econômicos". Neste sentido, é possível refletir que, se ambos os grupos faziam parte de uma mesma oligarquia, "conservadora, de origem rural e baseada na economia agropecuária de grande propriedade", como aceitar que a ideologia e concepção de mundo dos federalistas "expressava seus interesses sociais e econômicos" e ainda assim era diferente daquela do PRR? Nesta lógica, não seria mais adequado encontrar, ao invés de rupturas e diferenças, continuidades e aproximações?

O esquema interpretativo apresenta outras limitações na medida em que procura explicar as dissidências e formações de novos partidos, por exemplo, no caso de Demétrio Ribeiro, um dos "principais expoentes do pensamento positivista no partido" e típico exemplar de "conservador-autoritário" que ao romper com o PRR funda uma nova agremiação, de "ideário liberal" e propondo a "revisão da constituição". Em movimento similar, Assis Brasil tornou-se um dos principais polos do "pensamento político conservador-liberal", servindo como aglutinador das oposições, "se colocando acima de eventuais discordâncias doutrinárias e convergindo com as ideias liberais, embora parlamentarista, do PF" (TRINDADE, 1979a, p. 133-141; p. 152). Como poderíamos explicar o fato de que um "conservador-autoritário-positivista" tão rapidamente muda-se para o lado "conservador-liberal"? Que elementos auxiliam a entender as "contradições ideológicas" e mudanças de posições destes agentes? Não seria, talvez, a relevância de outros aspectos e recursos igualmente influentes no jogo político-partidário e pouco considerados pelos analistas?

A linha argumentativa proposta por Trindade influenciou diversos estudos¹⁰⁶, dentre elas, a pesquisa de Maria Izabel Noll¹⁰⁷. A autora considerou o "conteúdo ideológico dos partidos, nem sempre coerente e geralmente difuso" e constatou que o "**acesso diferencial aos recursos de poder**" moldou e redefiniu "**muitos dos princípios partidários**", com isto, a "inconsistência ideológica" se explicaria mais por estes fatores do que pela "alienação das suas bases sociais". O estudo debruçou-se sobre o contexto de "consolidação e superação da clivagem entre republicanos *versus* libertadores através do surgimento da Frente Única". (NOLL, 1980a, p. 10-15, grifo meu). Segundo Noll, estes grupos eram

¹⁰⁶ Para além dos pontos questionados, o estudo do autor possui méritos e contribuições inegáveis para o avanço na compreensão do sistema político-partidário. Sua argumentação influenciou as pesquisas de Paulo Vizentini (1982; 1983), Ledit de Paula Pereira (2000; 2015) e outros. Além destes, Félix (1987), apesar de atentar para aspectos alternativos (papel do coronelismo e as relações entre poder local e poder estadual), igualmente aceitou e reproduziu a divisão entre as famílias político-ideológicas (FÉLIX, 1987, p. 19).

¹⁰⁷ A obra em análise trata-se da dissertação de mestrado da autora defendida sob orientação de Trindade (NOLL, 1980). Em parceria, os autores também organizaram outros estudos (TRINDADE & NOLL, 1991; 2005).

extremamente fiéis aos pressupostos ideológicos de suas agremiações partidárias, as duas correntes antagônicas dentro da política gaúcha [...] traziam ao debate, por um lado, o dogmatismo positivista de Júlio de Castilhos e o autoritarismo pragmático de Borges de Medeiros e, por outro, a retórica liberal parlamentarista de Gaspar Silveira Martins e o republicanismo liberal presidencialista de Assis Brasil (NOLL, 1980a, p. 16, grifo meu).

Para a autora, estas divisões vinculam-se ao rompimento entre as classes dominantes, com raízes no período imperial e recrudescimento na República. Os grupos tenderam a apresentar um corpo de projetos conservadores, divergindo apenas na forma de organização do sistema: o PRR com uma visão mais autoritária e a oposição com uma concepção mais liberal, de caráter parlamentarista ou presidencialista. As lideranças e grupos permaneceram “**extremamente fiéis**” a estes princípios e “**radicalmente polarizados** até a ascensão de Vargas ao poder”. Não obstante, Noll reconhece uma maior complexidade na classificação dos “conservadores-autoritários”, chamando atenção para a coesão e hierarquia interna do PRR e a busca pela conquista de legitimidade, tendo a “concepção política-ideológica positivista” oferecido “um instrumento político mais eficaz para impor sua dominação”, assim como destacando a existência de facções internas divergentes, uma, de tradição autoritária, com o conservadorismo de lideranças contrárias a qualquer mudança nas regras do jogo político, e outra, mais combativa e de estreitos laços com tenentes e políticos mineiros (NOLL, 1980, p. 16-17, p. 31-32, grifos meus).

O fator ideológico adquire destaque em suas explicações na medida em que procura compreender determinadas condutas. Ao abordar o caso das Legiões Revolucionárias, órgãos criados pelo governo provisório pós-1930 e de fracassada implementação no Rio Grande do Sul, Noll surpreende-se com a reação dos libertadores, tendo em vista os objetivos legionários em orientar a “opinião do povo dentro dos princípios liberais”, postura também defendida pelo PL. Mesmo assim, Raul Pilla rejeitou sua criação, acusando sua inutilidade frente a existência de partidos tradicionais. A mesma opinião foi partilhada por Borges de Medeiros, apesar da sua formação republicana autoritária. Desta argumentação é possível sugerir dois pontos centrais: as posturas ideológicas como fatores centrais na compreensão das ações dos partidos e lideranças; e a sugestão de que os “conservadores-autoritários” e “conservadores-liberais”, para além das suas divergências em determinados assuntos, possuíam formas aproximadas de conceber e atuar no mundo político. Este último argumento pode ser visualizado na reconstitucionalização que as manteve unidas: “se por um lado, as duas agremiações partidárias se afastavam no campo das ideologias”, se aproximavam na “postura de seus chefes na

intepretação do momento político” e “no campo do conservadorismo socioeconômico”¹⁰⁸ (NOLL, 1980, p. 61, p. 70-80).

De maneira geral, cabe destacar alguns tópicos centrais sobre o conjunto de estudos elaborados no âmbito acadêmico ao longo da segunda metade do século XX. Em primeiro lugar, a existência de duas tendências inseridas em um quadro de valorização e predominância da dimensão ideológica¹⁰⁹: a ênfase no positivismo como elemento determinante; e a centralidade da polaridade entre projetos ideológicos ditos divergentes. Assim como os demais tipos de produções, percebe-se que o cerne das interpretações permaneceu marcado pela temática das ideias e pela utilização dos discursos político-ideológicos da época. Neste quadro, destacam-se algumas questões relevantes de serem discutidas. É possível perceber que grande parte da literatura se encontra de acordo sobre os determinados “preceitos positivistas” identificados no projeto do PRR. Todavia, existem discordâncias pontuais sobre esta influência: Rodríguez e outros consideram que a doutrina influenciou na defesa de um executivo extremamente forte, já Antonacci percebeu a “pouca intervenção do estado” como fruto da mesma determinação; a mesma autora argumentou que a taxação de impostos no setor pecuarista, defendida por Love como uma “discriminação regional contra a campanha”, na verdade fazia parte do “projeto positivista”. Outro exemplo, encontra-se nas interpretações sobre a obra escrita por Borges de Medeiros nos anos de 1930¹¹⁰: para Noll e Cortés, esta significou uma “transformação ideológica” e atualização de opiniões sobre o sistema político, aproximando-se das lideranças libertadoras ao reconhecer a importância dos governos de gabinetes tão caros a tradição parlamentar (NOLL, 1980, p. 140; CORTÉS, 2007, p. 100); por sua vez, Rodríguez defendeu que a obra “não passa de uma confirmação das ideias autoritárias” e longe de ser um rompimento com Comte, deixa ver a posição “de um velho inimigo do sistema representativo” (RODRÍGUEZ, 2000, p. 144). Ao que tudo indica, muitos autores partiram de um mesmo dado

¹⁰⁸ Segundo Noll, estes fatores se tornariam ainda mais evidentes no decorrer da década de 1930 a partir da reação similar assumida diante da ascensão dos movimentos fascistas e comunistas (NOLL, 1980, p.143, p. 170). Da mesma forma, Cortés apontou para esta “fortificação dos laços entre PRR e PL” diante do “aparecimento de um inimigo comum” que contribuiu para superar “anos de inimizade pessoal e ideológica” (CORTÉS, 2007, p. 90). Estes tópicos encontram-se analisados no terceiro capítulo.

¹⁰⁹ Neste sentido, sobressaem-se alguns termos: “orientações ideológicas superiores”, “polarização ideológica”, “justificativa e legitimação”, “projetos distintos e divergentes”, “coerência e disciplina de princípios”, “radicalismos entre projetos ideológicos”, “castilhisismo positivista”, “liberalismo”, “singularidade”, “padrão nacional versus especificidade regional”, “bipartidarismo”, “etc.

¹¹⁰ Obra escrita durante sua prisão, pelo governo de Vargas, na cidade de Recife, Pernambuco. Ver: MEDEIROS, Borges de. **O Poder Moderador na República Presidencial**. Recife: S. A. Diário de Pernambuco, 1933.

inquestionável, a influência e determinação do embasamento ideológico nas condutas políticas, mas acabaram chegando a conclusões diferentes e, por vezes, até mesmo antagônicas¹¹¹.

Em segundo lugar, é possível notar, apesar da ênfase e sobrevalorização do elemento ideológico, a percepção por parte dos estudiosos sobre as incoerências e inconsistências percebidas nas tão propagadas visões de “fidelidade”, “disciplina” e “coesão ideológica”¹¹². Estas considerações aparecem nos textos através de passagens que destacam os “posicionamentos tácitos”, as “adequações conjunturais das ideias”, o “poder moldando a ideologia”, a “camuflagem retórica na luta pelo poder”, a “flutuações das ideias”, os “ciclos do discurso diante das fases da luta política” e as “conveniências políticas”. Através disto, pode-se sugerir que muitos autores se preocuparam em apresentar episódios e conjunturas que demonstrassem os diferentes tipos de incoerências, divergências e mudanças de posicionamentos, com isto, abrindo possibilidades de pensar outros elementos e recursos para além da determinação ideológica.

Um terceiro ponto, diz respeito a manutenção de uma ótica sobre a “especificidade” ou “superioridade” dos quadros políticos regionais frente ao demais entes da federação. Esta linha de argumentos, fruto dos argumentos políticos daquela época, permaneceu contaminando as impressões historiográficas desde os escritos de contemporâneos, “historiadores não acadêmicos” e, por fim, foi, em partes, reforçada e reproduzida pelos estudos acadêmicos. Esta visão aparece através de um entendimento de que determinados aspectos sul-rio-grandenses foram “diferentes” ou até mesmo “melhores” frente ao panorama geral identificado na história política brasileira, como, por exemplo, na ideia da “tradição de bipartidarismo”: enquanto nas demais regiões vivia-se o “marasmo” dos partidos únicos, no estado sobressaiu a prática democrática de organização e disputa entre grupos divergentes¹¹³.

Por último, cabe destacar que este conjunto de autores acadêmicos foi o principal responsável por inserir diversos novos elementos ao debate, bem como ampliar a compreensão de muitos aspectos fundamentais sobre o assunto, tais como: a discussão sobre a ideia de cisão e fração da classe dominante; o exame das diferentes estratégias empenhadas pelos agentes e

¹¹¹ Esse problema pode de ser entendido à luz da crítica de Boeira de que o positivismo, em alguns casos, atuou como uma “camisa de força” levando pesquisadores a encaixá-lo de diferentes formas (BOEIRA, 2002, p. 240).

¹¹² Neste sentido, principalmente, Rodríguez e Boeira demonstraram maiores cuidados com a influência das premissas ideológicas na política partidária, atentando para leituras múltiplas e conjunturais do fenômeno, destacando a diversidade de ideias, suas diferentes apropriações e a existência de ciclos no discurso.

¹¹³ Esta dita “especificidade” figurou constantemente no órgão de imprensa libertador. Em artigo editorial, o jornal destacou o fato de o estado sulino ser o único da federação a apresentar duas agremiações distintas, cada qual com seu programa definido (ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 16, 8 nov. 1929, p. 2). A colaboração de outro artigo, escrito pelo correligionário Adolpho Pena, evidenciou a singularidade do estado e “seus partidos políticos devidamente organizados, com programas em que se plasmavam ideias perfeitamente definidas e doutrinas orientadoras de seus propósitos” (ERG, Porto Alegre, Ano II, n 582. 15 set. 1931, p. 3.).

grupos na luta pelo poder; as relações com outros níveis de poder, como a esfera federal e a importância das bases locais; a presença e influência do coronelismo e aspectos correlatos ao seu funcionamento; o papel desempenhado por determinadas lideranças; a construção do regime republicano no âmbito regional; a participação do PRR na política dos governadores; e entre diversos outros tópicos instigantes.

1.1.2. Partidos, agentes, relações e recursos de poder

Se nem tudo foi “positivismo” ou “liberalismo” na política rio-grandense, da mesma maneira, nem tudo foi ideologia nas explicações e descrições historiográficas. Nas narrativas e análises dos diferentes contribuições, é possível identificar dois outros temas centrais: o papel e espaço de ação dos agentes; e a importância dos recursos e das relações pessoais de poder, como por exemplo, os aspectos relativos ao clientelismo¹¹⁴ e coronelismo¹¹⁵ na formação e atuação dos partidos e lideranças, bem como no sistema político de maneira geral.

Um aspecto recorrente nas análises sobre o sistema político partidário, e de profunda ligação com o elemento ideológico, trata-se das considerações sobre o papel das lideranças e sua atuação determinante no mundo político. No tema, é perceptível um consenso historiográfico sobre o protagonismo em torno de determinadas personalidades, tidas como “excepcionais” ou “superiores” em relação ao restante do corpo social e responsáveis pela definição do rumo dos acontecimentos.

Nas contribuições de “historiadores não acadêmicos” estes elementos são predominantes. Na leitura de Fontoura, o “patriarca” Castilhos concentrou todas as “responsabilidades dos destinos do Rio Grande: as do Governo, e as da liderança partidária”, Da mesma maneira, Borges de Medeiros se converteu em “algo exclusivo”, polarizando “todos os ataques” e respondendo por “todas as falhas”, sendo “**para acompanha-lo nos lances de sua política ou combate-la, que milhares e milhares dos nossos conterrâneos mobilizaram suas energias**”, ele “era o centro de todas as rotações pessoais e cívicas”. Na mesma lógica, sugere que as disputas partidárias se concentraram em torno de Silveira Martins e Castilhos: “grandes figuras, porém **irreconciliáveis nos domínios da filosofia política**”, deste conflito

¹¹⁴ Sobre o tema, algumas referências bibliográficas são fundamentais: o estudo de Richard Graham sobre o papel do clientelismo no Brasil Imperial (1997); as discussões teórico-metodológicas propostas por Carl Landé (1977a; 1977b) e a revisão dos usos do conceito elaborada por Alexandre Cunha (2006).

¹¹⁵ O fenômeno é tema antigo e recorrente nas análises historiográficas. Cabe destacar duas referências clássicas ao seu estudo: Victor Nunes Leal (1948) e Maria de Lurdes Janotti (1981). Além disto, destaca-se a discussão conceitual proposta por José Murilo de Carvalho (1997). Para o caso sul rio-grandense, um dos principais trabalhos a aprofundarem o tema e inaugurar um novo campo de estudos foi produzido por Félix (1987).

resultou “a primeira guerra civil de 93”, assim como a de 1923, mesmo quando os dois líderes já “havia desaparecido [...] **o choque das ideias continuava**” (FONTOURA, 1958, p. 10-12, p. 102-130, p. 293-294, grifos meus). A mesma percepção de proeminência destas figuras¹¹⁶ pode ser encontrada na consideração de Mem de Sá sobre os “dois gigantes que concentraram duas correntes políticas e moldaram a politização do gaúcho” (SÁ, 1973, p. 23); ou ainda, na leitura de Costa Franco que considerou a polarização como derivada do conflito entre estas duas “personalidades dominadoras” e “irreconciliáveis” (FRANCO, 2013, p. 150-151).

Aliada à centralidade, encontra-se a visão sobre a “excepcionalidade”¹¹⁷. Zeca Netto destaca os “homens eminentes”¹¹⁸ do Rio Grande do Sul, “verdadeiros e diretos herdeiros da honra, altivez, honestidade e altruísmo dos heróis farroupilhas” (NETTO, 1983, p. 167-168). No mesmo sentido, situa-se o exame de outros autores: Victor Russomano evidenciou Castilhos e “sua cultura, combatividade e inteligência [...] **qualidades superiores** que havia de fazê-lo chefe, na extensão da palavra”, de “incomparável influência” e com a “chama das mais ardentes convicções políticas” (RUSSOMANO, 1932, p. 158, p. 290, grifo meu); Ferreira Filho apresentou “Júlio de Castilhos, como administrador e como político, um papel impar entre os que governaram”, pelas suas qualidades “foi, possivelmente, **o político mais completo** que o Brasil Republicano produziu” (FERREIRA FILHO, 1974, p. 189, grifo meu); Franco forneceu múltiplas adjetivações ao mesmo líder: “firmeza das convicções e da determinação”, “arejada e penetrante visão dos fatos”, “fidelidade partidária [...] espírito humanista e por temperamento reformador coerente e honesto” (FRANCO, 2013, p. 32-42).

Entre as abordagens acadêmicas, embora com tom de adjetivos mais ameno, a visão sobre o tema, em alguma medida, manteve-se. Para Joseph Love¹¹⁹, Castilhos e sua “**personalidade e ideologia**” desempenharam um papel fundamental nos “acontecimentos subsequentes da história do Rio Grande do Sul” através do seu “poder de mando”, “capacidade de inspirar devoção e lealdade”, “disposição em sacrificar sua saúde e fortuna pela causa” (LOVE, 1975, p. 35-37, grifo meu). Hélgio Trindade, embora critique a vertente de estudos que depositou nas lideranças a explicação para os acontecimentos, identificou consideráveis

¹¹⁶ Alguns autores, como por exemplo, Antero Marques, identificaram em Assis Brasil e Júlio de Castilhos o antagonismo e centro político do período (MARQUES, 2005, p. 22-23).

¹¹⁷ Embora o tom elogioso seja mais constante em relação aos principais líderes do PRR, ele também aparece nas avaliações de opositoristas, com destaque para Silveira Martins e Assis Brasil.

¹¹⁸ Entre os personagens destacados por Netto encontram-se Castilhos, Fernando Abbot, Borges de Medeiros e outros. Segundo a nota do editor da obra, um fato curioso é de que no manuscrito original, o nome de Assis Brasil também se encontra listado, mas fora “riscado a tinta da mesma cor” e excluído da lista (NETTO, 1983, p. 167).

¹¹⁹ Neste assunto é perceptível a influência exercida pelo estudo de Sergio da Costa Franco (1967) nas interpretações de Love. Segundo revelou o próprio autor, Franco foi “uma influência decisiva” em sua forma de entender a “história da República Velha no Rio Grande” (HEINZ, 2003, p. 168).

protagonismos em determinadas personalidades: Borges de Medeiros e sua “eficácia organizatória”, “sobriedade na condução política”, “liderança incontestada” ou Getúlio Vargas e sua “capacidade conciliatória”, construtor de “um novo período na política rio-grandense” (TRINDADE, 1979a, p. 121, p. 146-148, p. 166-169). No mesmo sentido, Maria Antonacci, embora igualmente alerte para a tensão entre indivíduo-estrutura e critique a tendência historiográfica de valoração de líderes descolados do ambiente social, acabou incidindo no excesso de agência em Assis Brasil, considerando-o responsável por esboçar “uma nova forma de atuação política” e conduzir “as oposições, de uma coalizão heterogênea e transitória para uma identificação e fusão em um partido novo”, tendo o Pacto de Pedras Altas sido resultado de sua “habilidade” e “visão política” (ANTONACCI, 1981, p. 11, p. 30-32, p. 110). Por sua vez, Vélez Rodriguez salientou o estilo autoritário de Castilhos como responsável pelas inimizades e dissidências partidárias, bem como o papel de Borges de Medeiros e sua “honestidade, eficiência e dedicação ao positivismo” e sua “indiscutível moralidade” (RODRÍGUEZ, 2000, p. 34-35, p. 84).

Sobre estes argumentos é possível destacar alguns tópicos fundamentais. Em primeiro lugar, o excesso de personalismos e a centralidade adquirida por “personagens brilhantes” nas explicações sobre os acontecimentos, grupos e problemas políticos. Este aspecto, já amplamente visitado e debatido pela historiografia¹²⁰, também pode ser apreendido através do elevado número de biografias ou estudos produzidos em torno de determinadas personalidades, como por exemplo, para citar apenas alguns: sobre Júlio de Castilhos (CAMPOS, 1903; BRITTO, 1908; ROSA, 1928; FRANCO, 1967; WERNECK, 1978; SOARES, 1991; AXT, 2005; BAKOS, 2006); Borges de Medeiros (MIRANDA, 1923; ALMEIDA, 1928; MEDEIROS, 1961; CIVITA, 1970; LESSA, 1985; PESAVENTO, 1990; REZENDE, 2010); Silveira Martins (PORTO, 1891; MARTINS, 1929; DUARTE, 1933; ORICO, 1935; JACQUES, 1960; ALVES, 2001; ROSSATO, 2014; ASSÉMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, 2013); e Assis Brasil (SOUZA, 1958; BROSSARD, 1989; OSORIO, 1986; ROCHA, 1995; REVERBEL, 1990; AITA, 2006; SACCOL, 2013). Neste sentido, é possível afirmar que, em paralelo ao fator ideológico, os personalismos e as explicações voltadas para os conflitos pessoais parecem ter sido as principais fontes de argumentos dos estudiosos, principalmente

¹²⁰ Conforme destacado anteriormente, Trindade e Antonacci criticaram esta vertente de estudos históricos. Gunter Axt também problematizou aquilo que chamou como uma versão “biográfico-institucional” e sua ênfase personalista. Para ele, estes estudos consideraram as disputas políticas como “produto dos desentendimentos entre lideranças pessoais, cujas motivações voluntaristas são apresentadas de forma desconecta de injunções de caráter social” e condensaram-se “na evolução das ideias políticas dos líderes e na sua obra institucional”, tomando como referências a ação de Castilhos e Borges (AXT, 2011, p. 18).

entre os “historiadores não acadêmicos”, mas, ainda relativamente presente nas abordagens desenvolvidas nas universidades.

Um segundo aspecto possível de ser destacado trata-se da relação, extremamente constante na literatura, entre lideranças e ideologias. Estes aspectos aparecem conectados nas interpretações propostas, sendo os líderes, na maioria das vezes, descritos enquanto “brilhantes” e “superiores” justamente em decorrência de sua capacidade de “doutrinação” e de embasamento e atuação fiel e coerente com as ideias. Afastados dos interesses materiais e ambições pessoais de poder, estes agentes seriam “homens de princípios”, guiados por uma constelação de ideias definida e coerentes ao longo de sua trajetória de vida. Esta visão de excepcionalidade sobre o ideário de determinados líderes sul rio-grandenses, pode igualmente ser vinculada à concepção de “pureza” e “superioridade” supostamente existente e praticada na política partidária regional. Por outro lado, estes aspectos permitem refletir sobre a relação entre os políticos e o plano teórico das doutrinas. De maneira geral, ao analisarmos a historiografia, tem-se a impressão de que todos aqueles agentes dominavam amplamente estes códigos e teorias. Obviamente, estas concepções encontravam-se presentes em políticos como Assis Brasil, Júlio de Castilhos e outros, que inclusive materializaram suas ideias através de publicações (programas partidários, artigos, livros, projeto de constituição e manifestos). Mas, seria possível aplicar esta mesma percepção a todos? Todos aqueles inseridos no mundo político eram leitores, pensadores e possuíam o domínio das teses liberais ou positivistas como parecem crer as análises historiográficas? Ademais, esta consideração sugere a impressão de uma inércia das ideias nos agentes, crítica feita por Nelson Boeira e destacada anteriormente. Da mesma forma, é possível identificar a “ilusão biográfica”, tal qual denunciada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, segundo a qual uma trajetória poderia ser lida como um projeto definido e inteligível, com início, meio e fim coerente e linear (BOURDIEU, 2001, p. 185-190), como por exemplo, na figura de Castilhos, reiteradamente descrita como condutora de determinados posicionamentos desde jovem nos bancos acadêmicos até sua ascensão política e partidária, sempre fiel a doutrina que empolgava suas tomadas de decisões.

Em paralelo ao tema das ideologias e personalismos, despontam outros elementos na literatura sobre o tema. Embora não apareçam como centrais ou de maior relevância em grande parte das análises, auxiliam a pensar caminhos alternativos para a compreensão do sistema político, bem como para a análise da formação e atuação dos libertadores. Neste sentido, destaca-se o papel das relações e vínculos sociais na política partidária.

Os “historiadores não acadêmicos”, apesar de não fornecerem grande importância ou aprofundamento desta discussão, apresentam múltiplas informações sobre o seu papel. Em suas

memórias, Zeca Netto¹²¹ argumentou sobre seu rompimento com PRR a partir da candidatura independente de Fernando Abbot ao governo estadual em 1907. Segundo o autor, como “amigo e admirador que era do Dr. Fernando Abbot, vendo-o lançado em uma campanha política onde fatalmente seria derrotado, **por generosidade** acompanhei-o”, destacando sua relação de amizade e admiração pessoal como motivo de dissidência e aderência partidária. Além disto, o autor relata suas excursões em movimentos armados, salientando a composição de sua coluna por seus “correligionários”, no qual sua possível deserção, acarretaria na desorganização e dissolução da tropa, dado seu papel de mando e relações com os comandados (NETTO, 1983, p. 60-61, p. 46, grifo meu). No mesmo sentido, Flores da Cunha destacou a composição das suas tropas por lideranças partidárias e seus seguidores: filhos, irmãos, sobrinhos, amigos etc. (FLORES DA CUNHA, 1979, p. 19, p. 55). Ademais, ambos os autores apontam para a íntima ligação existente entre as relações e origens de parentesco com os vínculos e pertencimentos partidários: Netto narra um caso curioso, quando ainda vinculado ao PRR em 1893, foi confundido como membro do grupo rival em decorrência do seu sobrenome, “Netto é federalista!” (NETTO, 1983, p. 49); por sua vez, Flores evidencia o “holocausto” que sua família “devia aos ideais de sua fervorosa afeição” (FLORES DA CUNHA, 1979, p. 58).

As narrativas de Mem de Sá e de Antero Marques também apontam para a complexa teia de relações sociais no interior dos grupos políticos. De acordo com Sá, o recrutamento de seguidores para os partidos e conflitos armados ocorria nas regiões em que “projetava o prestígio de determinados caudilhos”, baseados fundamentalmente nas relações estabelecidas entre estancieiros, peões e sua “solidariedade política” (SÁ, 1973, p. 39, p. 102-103). Na compreensão de Marques, “o coronel estava para o chefe do Partido, como o peão e o capanga para o coronel”. Os peões, gaúchos de origem humilde e campeira, constituíam a força do eleitorado rural e do recrutamento para os conflitos, embora não tivessem clareza suficiente sobre ideias políticas, eram apenas guiados e “pela ‘**fé nos amigos, nos caudilhos, nos leaders e condutores, e também por dedicação e amizade aos patrões e superiores**” (MARQUES, 2005, p. 53-58, grifos meus).

O relato de Fontoura é o mais proeminente na sugestão sobre a influência destes fatores. Refletindo sobre suas relações com Borges de Medeiros, destacou que o líder do PRR era amigo de seu pai e ambos estavam inseridos em um mesmo “**círculo de relações no mundo da**

¹²¹ José Antônio Netto, popularmente conhecido como Zeca Netto, foi membro do PRR e participou da guerra civil de 1893 pelo partido. Posteriormente tornou-se oposicionista e foi um dos principais líderes da revolta de 1923. A obra de suas memórias, com texto de apresentação de Sérgio da Costa Fraco e do filho do autor, Ruy Castro Netto, é fruto de manuscritos escritos à mão pelo autor durante sua velhice, baseado exclusivamente em sua memória. Foi originalmente publicada no ano de 1983.

amizade e da política”¹²² diante do qual “**se misturavam os deveres da política com os da família**”. A política partidária contaminava as relações familiares e de amizade¹²³ e vice-versa: “absorvia quase tudo, definia os homens, invadia os lares, apaixonava as famílias”, da mesma forma, as “amizades tinham a solidez do carvalho. Transmitiam-se de pais a filhos. Herdava-se o amigo do pai como se herdava a fazenda” (FONTOURA, 1958, p. 24-45, p. 150, p. 165, p. 190, grifo meu). Nesta lógica, descreve as nuances cotidianas da política nos municípios do interior e o papel das chefias locais em “despender horas a debater, com ‘os companheiros’, questões sem o mínimo encanto ou o menor interesse coletivo”, apenas “**meras tricas distritais ou detestáveis brigas de família. Porque, nos lugares pequenos, o chefe do partido fazia tudo. Até casamentos e reconciliações conjugais!**” (FONTOURA, 1958, p. 306, grifo meu). Além disto, cita exemplos de lideranças que ilustram o funcionamento de diferentes tipos de recursos, como por exemplo, do chefe Horácio Borges, o qual seu “prestígio que não provinha de posições políticas”, mas, sim da “**sua excepcional bondade, de ter a bolsa sempre à disposição dos que precisavam de auxílio**, sobretudo os desafortunados, os doentes, a peonada”, conquistando o “**título de protetor das gentes daquela cercania, que o seguiam e respeitavam**” (FONTOURA, 1958, p. 196-197, grifos meus).

Por outro lado, os elementos vinculados a estas práticas e concepções aparecem, em outros autores, por vezes carregados de tons pejorativos com o intuito de denunciar o adversário¹²⁴. Wenceslau Escobar denunciou que no governo Júlio de Castilhos: “**garantir, pela dádiva do emprego, um ou mais eleitores [...]** a torto e a direito nomeavam-se empregados e criavam-se empregos”. Enquanto aos adversários “negava todas as liberdades políticas, até a própria justiça [...] aos amigos e partidários tudo lhes facilitava de alma aberta”¹²⁵ (ESCOBAR, 1920, p. 20-26, grifo meu).

Através dos trechos destacados é possível apreender importância de determinados elementos no sistema político-partidário: as relações entre as esferas familiares e das relações pessoais com o mundo partidário e de que forma ambas estavam conectadas e mutuamente influenciavam-se; as relações de apoio e troca de favores entre os ditos “patrões” e “peões”,

¹²² Conforme veremos no próximo capítulo, estes aspectos aparecem claramente na composição do Partido Libertador, por exemplo, no círculo de relações de Assis Brasil.

¹²³ Nesta mesma lógica, outro exemplo interessante trazido pelo autor trata-se das relações entre o direito, a política e as relações pessoais. Segundo ele, “na província, a política, as amizades, o prestígio dos advogados”, acabavam, muitas vezes, decidindo a “sorte dos réus” (FONTOURA, 1958, p. 117).

¹²⁴ O tema segue a lógica já sugerida: aspectos relativos à patronagem, clientelismo e troca de favores são lidos como “condenáveis”, “pejorativos” e “nocivos à boa política” e são usualmente atribuídos aos adversários.

¹²⁵ Esta lógica de “aos amigos, tudo, aos inimigos, o rigor das leis”, trata-se de uma das máximas da época, na qual o conhecimento das regras legais era outro recurso importante para triunfar sobre os adversários (GRIJÓ, 1998, p. 131-132).

caracterizadas pela solidariedade política e pelo auxílio mútuo, tanto em períodos de contendas eleitorais quando de conflitos armados; a identificação da obtenção de prestígio e posições de poder através do uso de recursos alternativos, como por exemplo, o auxílio e proteção entre os indivíduos de diferentes esferas sociais, etc.

No âmbito dos estudos acadêmicos, estas questões receberam um tratamento, relativamente, mais atencioso e aprofundado. Estes estudiosos, em grande maioria, valeram-se da discussão sobre o fenômeno do coronelismo e/ou do clientelismo para refletir sobre tema. Uma das contribuições pioneiras veio de Joseph Love e seu esforço em construir uma explicação que abarcasse todo o sistema político nacional e compreendesse os diversos níveis de poder do jogo republicano¹²⁶. Segundo ele, um dos fatores fundamentais deste contexto foi o domínio dos chefes locais, vinculados ao partido oficial e que aliciavam seus eleitores mediante o uso de favores pessoais, da violência e da fraude, do controle do patronato local e dos cargos do funcionalismo público, em um esquema baseado em “dependências e obrigações mútuas” que envolviam desde o Presidente da República, os Partidos Republicanos estaduais, os coronéis e os eleitores no município. Refletindo sobre este esquema, o autor identificou as possibilidades de “homens jovens e politicamente ambiciosos” em “atingir posições elevadas juntando-se a facção dominante” a partir de “protetores poderosos” ou “casando-se com a filha de um chefe”. Para a ascensão na carreira, o grau de ensino superior era fundamental e o bacharel em direito com as ligações certas, acima de tudo o casamento certo, poderia chegar ao topo dos cargos (LOVE, 1975, p. 126-128, p. 145-146).

Sobre o caso do Rio Grande do Sul, o autor considerou que, apesar da existência de “coronéis locais e regionais detendo poder pessoal”, havia a “impossibilidade, em face de um PRR hermeticamente disciplinado, de uma revolta” ou de um “pacto de coronéis, independente do Executivo Estadual”. Apesar do poder de alguns líderes locais, “nenhum deles atingiu a autonomia de certos coronéis de outras partes do Brasil e quando decidiram opor-se a máquina republicana tiveram seu poder amputado” (LOVE, 1975, p. 78-79). Dessa forma, considera que os coronéis sul-rio-grandenses eram proprietários rurais igualmente aos dos demais estados, o que os distinguia era o papel na estrutura partidária: em outras regiões, o chefe possuía uma posição partidária em decorrência do seu poder econômico e prestígio social; no sul, apesar

¹²⁶ Nesta lógica, Love desconstruiu a tradicional explicação sobre a “política do café com leite” e a alternância no poder entre mineiros e paulistas, segundo ele, uma explicação demasiada simplista e que representou apenas uma tendência e não a regra dos processos sucessórios. Na sua interpretação, o jogo era mais complexo e baseava-se em uma disputa “pela conquista de patronato e privilégio econômico”, em um sistema de fraude que se estendia do nível local ao Congresso e possuía no federalismo, na política dos governadores e no papel aos coronéis os seus pilares (LOVE, 1975, p. 264-265). Posteriormente, o tema foi revisitado por Claudia Viscardi através do destaque para a instabilidade das alianças políticas como fator fundamental do sistema político (2012; 2017).

destes fatores possuírem significado, existia uma “qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima; daí o nome *coronel burocrata*” (LOVE, 1975, p. 10). Apesar de relativizar predominância do tema no âmbito regional¹²⁷, Love destaca a importância do controle dos assuntos partidários municipais via coronéis, a capacidade das chefias locais em mobilizar votos através da fraude e da violência e os casos de insubordinação de “coronéis rebeldes” que acabaram sendo expulsos do partido (LOVE, 1975, p. 86).

O estudo de Carlos Cortés destacou outra característica fundamental naquele contexto: a predominância de uma visão vigente na qual “guerra e política são a mesma coisa” e ambas as esferas percebidas como um confronto entre “nós e eles” e a violência e a força como métodos para resolver problemas políticos. Nesta lógica, os partidos eram organizados segundo padrões militares, de rígida hierarquia e sob comando de um chefe, reforçando o caciquismo e tornando a política pessoal e polarizada em torno de personalidades dominantes e nas quais a lealdade era considerada sagrada e seu rompimento uma traição. Além disto, considera que a base de apoio do PRR procedia, principalmente, de seguidores vinculados a “lealdade pessoal” ou por “benefícios que provinham da filiação ao partido” (CORTÉS, 2007, p. 30-31, p. 84-85).

Por sua vez, Maria Antonacci considerou a importância dos chefes de clientelas locais, os “coronéis”, que mantinham sob seu controle as massas rurais. A adesão e o apoio eleitoral a determinadas estratégias políticas dependiam dos interesses conjunturais, auxiliando a renovar ou esgotar as possibilidades de viabilidade do projeto que orientava o estado, em um “sistema de dominação” baseado na “estrutura de poder coronelista” no qual lideranças surgiram com caráter personalista. Neste sentido destaca um efeito de reação em cadeia: “chefes locais concederam apoio de seus seguidores a chefes regionais e assim por diante”. Estas “práticas eleitorais coronelistas” de “chefes regionais entrando em contato com seus seguidores para dar instruções sobre procedimentos eleitorais” podem ser percebidas, por exemplo, no caso das correspondências enviadas por Fernando Abbot aos seus correligionários, concitando-os a votarem em Assis Brasil durante as eleições de 1922 (ANTONACCI, 1981, p. 12, p. 28, p. 75).

Para alguns autores, o fator ideológico abafou este tipo de relação e recurso. De acordo com Céli Pinto, as “eleições do período eram ganhas através do domínio das redes de relações pessoais”, contudo, estas foram, fundamentalmente, utilizadas pelos grupos oposicionistas,

¹²⁷ O autor afirma, por exemplo, que “o coronelismo parece ter sido abafado nas áreas habitadas por colonos” (LOVE, 1975, p. 143). Nos últimos anos uma série de estudos tem se detido a discutir a temática das relações coronelísticas no interior do Rio Grande do Sul, principalmente, em zonas coloniais de imigração italiana e alemã, como por exemplo, as investigações de Márcio Biavaschi (2009; 2011).

tendo o PRR “revertido para si parte dela” e não “criado um grupo de apoio próprio”, utilizando-se de outras forças e mecanismos na luta política, essencialmente concentrados no discurso ideológico. O caráter “não-oligárquico” do grupo tornou necessário a criação de uma base “fora das relações coronelistas”, tendo em vista que ele “não desfrutava da rede de relações coronelistas do poder dos partidos republicanos de outros estados” (PINTO, 1986, p. 16-17, p. 68, p. 104). Em sentido similar, Nelson Boeira, apesar de considerar que o PRR esteve comprometido com o coronelismo, argumenta que grupo estabeleceu regras para o ingresso e avanço na estrutura partidária e organizou-se em um quadro permanente “caracterizado pela fidelidade a organização política e não as chefias locais” (BOEIRA, 1980, p. 41-42).

Uma das peculiaridades de diversos estudiosos é a identificação das práticas e recursos do clientelismo como prerrogativa da formação e atuação do Partido Republicano Liberal (PRL)¹²⁸ liderado por Flores da Cunha. O estudo de Helgio Trindade argumentou que a agremiação surgiu como um partido governista e com objetivo de manter-se no poder, construindo uma base política e um programa amplo, tendo como essência “**o poder e não a ideologia**” (TRINDADE, 1979a, p. 182-184, grifo meu). No mesmo sentido, Maria Noll destacou que o partido nasceu “sem preocupações ideológicas definidas” e com o objetivo de captar os segmentos moderados e integrar as duas famílias político-ideológicas do republicanismo do PRR e o liberalismo do PL. Dessa forma, o seu recrutamento inicial baseou-se na máquina administrativa e no mandonismo local, contando com a solidariedade dos cargos nomeados e com a atuação de nomes como Antunes Maciel, Osvaldo Aranha, Zeca Netto e Gaspar Saldanha¹²⁹. Segundo a autora, “**a possibilidade de concessão de favores e ganhos políticos acabou definindo a posição de muitos líderes municipais**” (NOLL, 1980a, p. 263, p. 234-235, grifo meu).

Diante destas características, autora caracteriza um “modelo cooptativo de Flores”, constituído pela utilização de práticas baseadas no amplo serviço de alistamento eleitoral, uso da violência durante as eleições e concessão de favores através da nomeação de funcionários e de benefícios econômicos (“recurso mais utilizado” para a “atração de líderes e cabos

¹²⁸ Partido criado no ano de 1932, sob liderança do então interventor estadual Flores da Cunha para suprir o vazio político-partidário deixado pelo PRR e PL em decorrência do seu exílio pós revolta de 1932. Sobre o tema, ver as contribuições de Noll (1980), Elbio Júnior (2006) e Rafael Lapuente (2017).

¹²⁹ O caso do PRL é curioso em diversos sentidos e mereceria um estudo a parte. É possível identificar uma característica do partido que vai contra o argumento historiográfico recorrente sobre a acentuada “fidelidade e lealdade partidária” da política e políticos do contexto. O PRL foi composto por nomes extremamente divergentes e de origens partidárias diversas, como por exemplo, Zeca Netto, rebelde em 1923, e Vazulmiro Dutra e Victor Dummoncel, dois baluartes do PRR e protagonistas da mesma luta armada, ou ainda, Gaspar Saldanha, federalista que recusou a aliança com Assis Brasil na década de 1920. Estas questões permanecem em aberto na historiografia e os argumentos sugeridos ao longo desta pesquisa talvez auxiliem a compreender os motivos e ambições que fizeram com que lideranças de trajetórias tão antagônicas se agrupassem em um mesmo e novo partido.

eleitorais”). Neste quadro, concluí que o PRL desenvolveu um **“padrão clientelístico, cooptativo, beneficiando-se de um Estado** em processo de expansão” em uma “política partidária **um pouco diversa da realizada, tradicionalmente, pelos partidos no Rio Grande do Sul**” (NOLL, 1980a, p. 277, p. 236-238, grifos meus). Desta análise é possível levantar reflexões importantes: o argumento de que a essência do PRL era a busca pelo poder e não o embasamento ideológico não serviria, em alguma medida, para compreender também os demais partidos? No que PL ou PRR se distinguem nesta lógica? A questão “poder” e “ideologia” eram assim tão antagônicas e uma excludente à outra? Ou conviveram e faziam parte da política partidária? Não seria possível encontrar um ponto intermediário entre uma explicação do “partido de ideias coesas”, como o PRR, e uma visão do “partido pelo poder” e de “padrão clientelístico, cooptativo”, como o PRL? No entendimento aqui proposto, os elementos de “concessão de favores e ganhos políticos”, “recrutamento coronelístico”, “cooptação de lideranças”, “usos da coerção e violências”, “busca pelo poder”, parecem aplicáveis para formação e atuação dos demais partidos do período. Embora, o PRL possa ter representado o caso extremo de um estilo, ainda assim insere-se dentro de um padrão de concepções e práticas político-partidárias assumidos pelas agremiações e lideranças durante a Primeira República até o advento do Estado Novo, no qual, em meu entendimento, é possível inserir ao agremiação dos libertadores.

Importantes contribuições e avanços neste debate vieram de estudos que colocaram no centro de sua análise estes elementos, como por exemplo, nas contribuições de Loiva Otero Félix (1987), Luiz Alberto Grijó (1998) e Gunter Axt (2011). Atentando para o tema das relações coronelísticas, Félix objetivou abrir uma “nova linha de pesquisa sobre o poder local no Rio Grande do Sul”¹³⁰. Com este intuito, problematizou o coronelismo no âmbito regional (até então rejeitado ou não aprofundado por boa parte da historiografia), através da análise da atuação dos chefes Victor Dumoncel e Vazulmiro Dutra nos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões (FÉLIX, 1987, p. 15-17). Em sua análise, embora concorde com a relevância do fator ideológico¹³¹, considera que “a maioria dos estudos reconhece a importância do

¹³⁰ O objetivo parece ter sido alcançado, dado o elevado número de estudos surgidos posteriormente e com o objetivo de pensar questões correlatas, como por exemplo, Elmir (1993; 2009), Grijó (1998), Ardenghi (2003), Martiny (2010), Silva (2011; 2012), entre muitos outros.

¹³¹ O estudo não problematiza a ênfase ideológica, a reconhece e assume, apenas apontando para outras questões em paralelo. De acordo com a autora, a doutrina positivista regulou o discurso e a prática do PRR, fornecendo uma roupagem para os temas da lealdade partidária, respeito a hierarquia do partido, obediência ao chefe do Estado, assim como construindo um “alicerce teórico” para a relação entre “poder local e poder estadual”. Na ligação entre “coronelismo” e “ideologia-positivismo” a doutrina se ajustou a prática e ao prazer das “situações municipais”, “sem escrúpulos de contradições teóricas” (FÉLIX, 1987, p. 32, p. 73-81, p. 116). Apesar desse posicionamento, a autora discorda dos argumentos tradicionais sobre a revolta de 1893, destacando a importância do jogo de interesses “capaz de mobilizar os grupos para a ação em uma luta armada”, (FÉLIX, 1987, p. 58).

positivismo, mas nenhum aborda as relações de compatibilidade e incompatibilidade com o coronelismo”. Neste sentido, propôs compreender as etapas de desenvolvimento de um “coronelismo de modelo borgista”¹³² em consonância com o desenvolvimento do PRR, concluindo que o fenômeno atuou como fator de legitimação do sistema político-autoritário, em um processo gradativo e com diferentes estratégias. Diante desta consideração, Félix evidenciou que o coronelismo sul rio-grandense possuiu características gerais, igualmente identificadas em outras localidades (caráter de benfeitor social, a aceitação da autoridade, papel de intermediário do governo estadual, reconhecimento social e aliciamento eleitoral), assim como apresentou elementos particulares, resultado de fatores regionais, tais como, a estrutura econômica pecuarista, o histórico de conflitos, o carisma do caudilho, a valorização da lealdade e obediência e sua canalização em prol do PRR e do Estado e a peculiaridade da integração dos coronéis ao partido a partir da incorporação da ideologia positivista e da intermediação entre poder local e estadual pelos subchefes de polícia (FÉLIX, 1987, p. 62-72, p. 175-176).

Com o objetivo de propor elementos alternativos para pensar o tema em discussão, o estudo de Luiz Alberto Grijó analisou a trajetória dos membros da chamada “geração de 1907”¹³³, discutindo de que forma, contando com quais recursos e em quais condições estes agentes lograram atingir posições importantes na política municipal, estadual e nacional, bem como percebendo quais práticas, regras e recursos eram consideradas válidos no jogo político da época (GRIJÓ, 1998, p. 6-7). Neste sentido, indicou o Estado e os partidos foram atravessados por redes de relações como forma de atendimento de demandas, com isto, a importância do capital social herdado, ampliado e reproduzido para obter sucesso no meio partidário, atingir e manter posições ou cargos políticos, através de fatores que se encontravam além ou aquém de instâncias ou instituições formais, como por exemplo, as relações de reciprocidade, a importância dos grupos familiares, a tradição militar, o peso do diploma em Direito e as relações de patronagem e clientela (GRIJÓ, 1998, p. 101, p. 16-22).

Ao debater estas questões, o autor problematizou as relações entre patrões e clientes¹³⁴, laços que se estendiam desde os planos locais até o nacional e envolviam recursos variados,

¹³² O conceito de “coronel borgista” é proposto em substituição ao de “coronel burocrata”. Além disso, a autora destaca que vislumbra a questão basicamente do ângulo dos coronéis situacionistas, dado sua concentração de poder político, mas reconhece a necessidade de estudos que investiguem os coronéis opositoristas e “suas bases e mecanismos de manutenção local numa política estadual adversa” (FÉLIX, 1987, p. 12).

¹³³ Também chamada como “segunda geração de republicanos” foi composta por lideranças do PRR como Vargas, Flores da Cunha, Fontoura e outros. O termo foi cunhado por Joseph Love e assumidos por diversos autores.

¹³⁴ O clientelismo como característica chave para compreender a política e sociedade brasileira foi amplamente explorado no estudo de Richard Graham. Para o autor, “o clientelismo constituía a trama de ligação política do Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo o ato político”, em uma lógica de relações pessoais baseadas na proteção, cargos públicos e favores (pelo patrão) em troca de lealdade pessoal e política (do cliente) (GRAHAM, 1997, p. 88-90). O estudo de Jonas Vargas aplicou esta discussão para a compreensão da política do Rio Grande

desde monetários (auxílio direto a um necessitado), de relações sociais ou de parentela (acionar amigos, parentes ou clientes para resolver alguma demanda), a prestação de um serviço técnico (apoio jurídico ou médico), ou ainda a utilização de recursos públicos, vinculados a ocupação de cargo ou influência que poderia exercer sobre um ocupante (concessão de emprego, promoções, aumentos salariais, facilidades e desembaraços burocráticos, soltar pessoas da prisão, etc.). Os “patrões” eram filiados a partidos e sua inserção e poder nesse meio não ocorria por “ocupar um cargo partidário ou por uma fidelidade doutrinária aos princípios explícitos formais”, mas sim pela “**capacidade de relação com os demais membros** do mesmo [partido] a partir da notoriedade adquirida em ações militares e do **acumulo de um capital de relações sociais**”. O gerenciamento deste capital tratava-se de um “**recurso fundamental para a ‘abertura de portas’, ou seja, para as possibilidades de atingir posições importantes**” e que se materializava através de “cargos, de espaços na imprensa, de obtenção de informações privilegiadas, de oportunidades de destaque em termos de liderança político-partidária, empresarial ou militar” (GRIJÓ, 1998, p. 43-49, p. 95-96, grifos meus). Com isto, a ascensão na carreira político-partidária¹³⁵, perpassada por interpelações com aspectos familiares, profissionais, escolares e sociais, envolvia desde “manifestações públicas em comícios com o uso dos recursos retórico-oratórios e mesmo da violência”, solidariedades ao grupo familiar, à facção partidária, ao chefe do partido, aos amigos e correligionários e à formação cultural e escolar elevadas (GRIJÓ, 1998, p. 144-145, p. 209).

O estudo de Gunter Axt, preocupado, principalmente, com a questão do intervencionismo estatal na sociedade e economia, propôs um novo olhar sobre o estado e seus governos, visualizando o poder como “produto de uma composição possível e variável entre forças ao mesmo tempo conflitantes e colaboradoras orquestradas ao sabor das notas dissonantes do sistema coronelista” (AXT, 2011, p. 158). Neste sentido, considerou que o “poder não pode ser avaliado como detentor de uma essencialidade racionalista”, não sendo apenas, produto de “**uma orientação filosófica** [...] precisa ser acompanhado também no que concerne a sua **prática diária**” e “enquanto produto da interação de forças sociais, num processo dialético onde o múltiplo age sobre o singular e vice-versa”. Diante disto, concluiu que o sistema político foi caracterizado pela “**rede de compromissos pessoais** do

do Sul no final do período imperial, percebendo um quadro caracterizado pelas “relações de clientelismo e patronagem” e suas diversas facetas: “perseguições pessoais, disputas entre famílias e facções locais, lutas por cargos e favores, entre outras”. O autor defende que muitos destes aspectos tiveram continuidade com o regime republicano, onde “boa parte das principais famílias do Rio Grande continuou influenciando direta ou indiretamente na política” (VARGAS, 2010, p. 138, p. 265).

¹³⁵ Estes aspectos encontram-se muito claro na análise das trajetórias de Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo empreendida no capítulo seguinte.

coronelismo”, em um “sistema excludente, de coerção, de barganha e de cooptação”, tendo o Estado sido “permeado por grupos de pressão” e, portanto, impossível de desconectar as instituições de poder e a burocracia estatal das formas de produção econômica, do tecido social, bem como das relações de poder daí emanadas (AXT, 2011, p. 34, p. 49, p. 416, grifos meus).

Segundo Axt, as místicas sobre o PRR cunhadas na época e reforçadas posteriormente pela historiografia, tais como, o “sacerdócio político no comando unipessoal de uma falange partidária disciplinada e consensualmente comprometida com um projeto progressista e civilizatório, pautado por diretrizes éticas e doutrinárias inabaláveis”, na prática “ocorreu de forma bastante mais complexa”, em um contexto repleto de tensões que pressupunham ao mesmo tempo “cooperação, competição e confronto”, condicionadas ao **“jogo de interesses privados e pessoais que agitavam a rede de sustentação do poder”**. Para o autor, a dita disciplina como um padrão jamais existiu, tendo em vista que no “interior do estado e no coração da prática política” as **“diretrizes programáticas, inspirados no positivismo [...] não passavam de predicas lançadas ao vento para justificar instrumentos constitucionais de controle e escamotear a face violenta”**. Dessa forma “como qualquer outro partido durante a República Velha [...] o PRR não passou de um **somatório de facções dirigidas por comandos pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromisso**” e “conforme os objetivos de preservação e fortalecimento do poder, fazia e desfazia alianças com os cabecilhas locais”, em decorrência dos “interesses personalizados” e “destituídos de compromissos ideológicos ou programáticos mais sólidos”. Neste quadro, um dos principais problemas interpretativos sobre tema se deveu ao fato de que os estudiosos preferiram “prestar mais a atenção na fala dos políticos da época [...] do que nos atos dos mesmos”, desconsiderando o descompasso do “discurso político e do plano das ideias em face da prática política” (AXT, 2011, p. 101-109, p. 22-29, grifos meu).

Em suma, é possível identificar que diversos autores sugeriram a importância de considerar estes aspectos e desenvolveram linhas de argumentos sobre sua influência na política partidária. Nesta ótica, destacam-se alguns pontos principais. Em primeiro lugar, a relevância de considerar que as tomadas de posição de aderência ou afastamento de um partido ou de uma causa significavam, além das preferências e simpatias político-ideológicas, um cálculo de risco sobre ganhos e perdas dos agentes, em um jogo que envolvia lealdades pessoais, benefícios e prestígios e que resultavam em ascensão ou queda nos espaços partidários e na carreira política. Elementos que devem ser tomados como fundamentais para compreender as opções assumidas pelos agentes no interior do mundo político.

Em segundo lugar, grande parte desses autores atentaram para os diferentes níveis de poder e a cadeia de relações pessoais que caracterizaram o complexo jogo político da época, em uma estrutura de relações, verticais ou horizontais, que envolviam práticas e recursos diversos e que iam desde o governo federal à política nos pequenos municípios, como por exemplo, “trocas de apoios”, “mobilizações de seguidores”, “dependências mútuas”, “concessão de favores pessoais”, “recrutamento e cooptação”, “redes de relações e compromissos pessoais”, “coerção e barganha”, “patronagem e clientela”, “mandonismo”, “uso da violência”, etc. Por outro lado, muitos pesquisadores consideraram este tipo de tema como prerrogativa de períodos eleitorais, quando na realidade, parecem ter contaminado o sistema em sua prática diária e em diferentes momentos, encharcando e atravessando os partidos e seus mecanismos de formação e atuação.

Em terceiro lugar, através da percepção e discussão destes elementos, alguns estudiosos foram capazes de problematizar muitos dos “mitos” preconizados por narrativas anteriores e enraizados na historiografia. Entre estes, destaca-se o fato de aceitar que, apesar da existência de determinadas peculiaridades regionais, o processo político-social do Rio Grande do Sul Republicano possuiu muitos pontos em comum com o quadro geral identificado no restante do Brasil, principalmente, no que diz respeito às relações coronelísticas e à presença de práticas clientelares e de patronagem no mundo político. Da mesma forma, através destas contribuições é possível avançar no debate sobre a ênfase exclusiva e acentuada na dimensão ideológica, assumindo que o plano das ideias, programas partidários e premissas ideológicas das lideranças, igualmente conviveram com diferentes recursos e relações, aspectos que acabaram sendo combinados e ajustados na prática política diária e nos diferentes níveis da luta pelo poder.

1.2. As oposições político-partidárias em análise: do processo de unificação à formação da Frente Única

Identificadas as principais linhas interpretativas e argumentativas estabelecidas pela historiografia sobre o sistema político partidário de maneira geral, interessa agora resgatar e problematizar as explicações construídas sobre duas conjunturas históricas específicas e interligadas: o processo de unificação e atuação das oposições político-partidárias durante a década de 1920 e a aliança entre os históricos adversários (PRR e PL) na formação da Frente Única, antes, durante e depois do contexto da revolta de 1930. Diante destes temas, assumidos como centrais para a compreensão da formação e atuação dos libertadores, cabe questionar de que forma diferentes estudiosos explicaram suas ocorrências e através de quais elementos e aspectos apoiaram-se para compreendê-los.

1.2.1. A atuação oposicionista durante a década de 1920

Nas interpretações propostas tanto por “historiadores não acadêmicos” quanto por estudiosos do âmbito universitário parece haver um consenso sobre alguns tópicos estabelecidos enquanto fundamentais para a compreensão do movimento de unificação dos grupos oposicionistas durante os anos de 1920. Dentre estes, destacam-se alguns: a centralidade da figura de Assis Brasil; a importância da conjuntura específica das eleições para presidente do estado do Rio Grande do Sul em 1922 e a consequente revolta de 1923; a composição heterogênea identificadas no meio oposicionista regional e as dificuldades encontradas por estes setores para sua união.

Em sua análise, Joaquim Osório assinalou as diversas tentativas de unificação entre os grupos congregados pelo combate a constituição de Castilhos, mas repelidos “**pelas divergências internas em torno do parlamentarismo**”. Sobre o nascimento do PL, identificou no dissídio entre governo federal e PRR durante a ocasião da Reação Republicana em 1922, o fator que “**determinou a união das oposições rio-grandenses**, antigos dissidentes republicanos e o Partido Federalista” para “em conjugação de esforços, darem combate a situação dominante no Estado”. Os ressentimentos de Arthur Bernardes seriam o responsável pela esperança dos opositores no âmbito estadual, configurando um “**instante propício**” para sua atuação (OSÓRIO, 1930, p. 65-67, p. 157-158, grifos meus). A mesma conjuntura favorável, é identificada por Victor Russomano e sua consideração de que o partido “fundado por Assis Brasil” teve início na “reeleição do Dr. Borges de Medeiros e na delicada situação do PR do Estado, em relação ao problema da eleição do Dr. Arthur Bernardes”, contexto que resultou em “uma grande explosão revolucionária” em 1923 (RUSSOMANO, 1932, p. 301).

De acordo com João Neves da Fontoura, o início de década de 1920 permitiu que as oposições, “sob a direção do grande Assis Brasil”¹³⁶, alcançassem espaços maiores, diante do cansaço frente ao governo de um mesmo partido e homem (FONTOURA, 1958, p. 167). Neste sentido, chama atenção para a conjuntura eleitoral de 1922 e a aliança entre “representantes de diversos matizes políticos”, onde a receptividade da campanha eleitoral “surpreendeu a todos nós, dirigentes republicanos”. Ao ponderar sobre as causas da guerra civil de 1923, diferentemente de muitos autores, discorda das acusações de fraude, considerando que os

¹³⁶ Ao explicar a ascensão das oposições, João Neves acaba recaindo nos personalismos e no destaque em torno de Assis Brasil, característica recorrente na grande maioria dos escritos. Segundo o autor, o líder “era um publicista, um doutrinador, um construtor de sistemas”, “prezava o seu ideal, não o abandonaria nunca, como indivíduo, mas recusava-se a suportar a obstinada incompreensão dos partidários”, “não o atraia os métodos ainda primitivos de realizar a política, de sentido militante” (FONTOURA, 1958, p. 306-307).

adversários buscaram utilizar-se da violência para atrair uma intervenção federal, tendo em vista que Assis Brasil “contava com excelentes amigos no Rio, São Paulo e outros Estados e soubera mobiliza-los em proveito de sua causa”, assim como os “íntimos de Bernardes não haviam esquecido as agruras da encanecida peleja [Reação Republicana], que o Sr. Borges de Medeiros realmente comandara. Daí muitos dos auxílios, de todo a natureza, que os revolucionários do Rio Grande iam recebendo” (FONTOURA, 1958, p. 270-287). Segundo autor, a partir daquele contexto iniciou-se uma nova demarcação no “campo partidário do Rio Grande”: de um lado PRR e de outro “os correligionários do Dr. Assis Brasil” e “dali em diante a luta cresceria em aspereza; um partido aguerrido disputaria todas as oportunidades para derrotar-nos” e, não fosse a formação da FU, possivelmente os opositoristas acabariam por “empolgar a administração do Rio Grande” (FONTOURA, 1958, p. 314, p. 167).

Além disto, Fontoura assinala para as dificuldades na realização de uma **“conciliação, aparentemente irrealizável, entre o parlamentarismo dos antigos federalistas e o presidencialismo de Assis Brasil”**¹³⁷. Segundo o autor, o PRR ficou na expectativa de desavenças entre “parlamentaristas e presidencialistas”, o que acabou não se confirmando, na medida em que o grupo, logo após a guerra civil de 1923, optou por, ao invés do lançamento imediato de um partido, o que “equivale a programa; programa impunha uma definição entre as duas formas de estrutura de governo”, se contentou em “arquitetar uma aliança para a disputa imediata das eleições”, com isto “reduziram quase a zero as zonas de atrito”. Por outro lado, destaca as dificuldades encontradas por Assis Brasil para definir os candidatos ao pleito eleitoral de 1924, “tinha, para isso, de fazer certos prodígios na química política, a fim de contentar inúmeros aspirantes e atender, ao mesmo tempo, os seus amigos do antigo Partido Democrático e aos federalistas” (FONTOURA, 1958, p. 302-310, grifo meu).

Além das contribuições de Fontoura, umas das principais interpretações sobre as oposições na década de 1920 encontra-se na obra de Mem de Sá, participante ativo daquele contexto. O autor destaca o movimento ocorrido “desde o pleito de 1922, Revolução de 1923 e as eleições de 1924 e 1927”, no qual as oposições promoveram “uma coligação transitória [...] integrada por federalistas de Gaspar e pela poderosa dissidência republicana de Assis” fornecendo uma direção para “conduzir as companhas revolucionárias e políticas, lideradas por Assis e Pilla”. Apesar de terem “cimentado, no sangue dos combates e nas agruras das

¹³⁷ Essa “conciliação irrealizável” entre os setores opositoristas é um dos principais alvos de análise em minha pesquisa. Para além das diferentes nuances sobre o tema, é possível destacar que essa visão também se encontra vinculada ao jogo político da época, tendo o PRR, por diversas ocasiões, insistindo na ideia de uma oposição heterogênea e antagônica em termos de ideias, o que deslegitimava sua existência enquanto partido único e pretensão de galgar o poder estadual. O tema encontra-se debatido no terceiro capítulo.

campanhas eleitorais, **mais do que sólida amizade, verdadeira coesão política**”, no momento de “redigir o documento básico – o Programa e Estatuto Partidário – **as divergências irreduzíveis da doutrina eclodiram** com a velha pujança de 40 anos de antagonismo” e “**apesar de todo sacrifício e sofrimento em comum, o impasse em torno das ideias era mais forte**”. A solução encontrada foi um programa que “inscreveria dois princípios, eleições indiretas e governo coletivo. Os demais seriam silenciados, e questões parlamentaristas em aberto, com seus adeptos podendo continuar propugnando por ele, mesmo dentro do partido”. Com isto, “o patriotismo e o ardor cívico haviam **superado o fosso, aparentemente intransponível**. Surgia o Partido Libertador, com Assis Brasil na presidência e Raul Pilla na vice” (SÁ, 1972, p. 67-69, grifos meus).

Outros autores centralizaram a compreensão da conjuntura nas causas e consequências da guerra civil de 1923. Na argumentação de Flores da Cunha, eram procedentes os protestos dos adversários sobre a fraude eleitoral realizada pela comissão de apuração liderada por Getúlio Vargas e sua “operação desonesta”, a “tramoia feita para declarar válida a eleição” de 1922¹³⁸. Não obstante, o autor não considera como “causa determinante da insurreição [...] tão-somente na calorosa celeuma levantada em torno do pleito”, haviam outros fatores, como por exemplo, o acúmulo de “queixas dos que, ou nunca admitiram o regime político instituído, ou dele se separaram, mais por motivos de incompatibilidade pessoal com o Dr. Borges [...] que, propriamente em virtude de divergências doutrinárias”. Além destes, aponta como motivo a “participação ativa dos republicanos rio-grandenses” na campanha da Reação Republicana em 1922 (FLORES DA CUNHA, 1979, p. 11-12, p. 201-202). Em sentido aproximado, Zeca Netto explicou a guerra civil em decorrência da fraude, assim como da “prepotência praticada por Dr. Borges” e do apoio recebido pelo “Presidente da República Dr. Bernardes, que desejava abater a vaidade de mando do Dr. Borges de Medeiros”, esperando “somente um movimento revolucionário” para “intervir nos assuntos políticos de nosso Estado” (NETTO, 1983, p. 64). Antero Marques igualmente relatou o sentimento entre os revolucionários de uma certeza sobre a intervenção federal, o que acabou se dissipando ao longo dos meses de batalha. Além disto, o autor deposita sua explicação principal do movimento na “reação social” ao ambiente de “positivismo” e “servilismo” causado pelo PRR, em um reencontro do Rio Grande com seu “passado e tradição” de lutas pela liberdade (MARQUES, 2005, p. 78-79, p. 30-31).

¹³⁸ É possível questionar as dimensões do relato do autor, tendo em vista que, no momento da escrita da obra, encontrava-se rompido com Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, este último responsável pela sua prisão durante o Estado Novo.

Para além do suposto problema da fraude, Arthur Ferreira Filho concentrou sua explicação no conflito de Arthur Bernardes com o PRR e o intuito de enfraquecer Borges através de “uma cirurgia incruenta [...] contando que o PF, reforçado por desertores do situacionismo, formaria um conjunto suficientemente capaz de modificar o panorama político rio-grandense” (FERREIRA FILHO, 1974, p. 208-209). De qualquer maneira, a temática de 1923 e seus aspectos correlatos permaneceu como ponto central para diferentes estudiosos: Costa e Silva assinalou para as divergências em torno da constituição estadual, aspecto que influenciou no movimento de reunião de “todas as antigas legendas dissidentes, democráticas e federalistas” e, posteriormente em 1923, o deslocamento do “o prélio político para o terreno da luta armada” (COSTA E SILVA, 1968, p. 146); igualmente preocupado com a composição das oposições, José Motta salientou a procedência das forças que compuseram o PL: “maragatos de 93, republicanos dissidentes de 1890-93 e ex-castilhistas, desgarrados do próprio PRR, juntando-se todos sob liderança de Assis Brasil” (MOTTA, 1989, p. 222).

Através das contribuições de “historiadores não acadêmicos” destacam-se alguns tópicos explicativos principais. Em primeiro lugar, a temática da revolta de 1923 enquanto acontecimento principal e definidor daquele momento histórico. O conflito foi explicado pelos autores, principalmente, pela ocorrência do dissídio entre Borges de Medeiros e Arthur Bernardes durante a campanha da “Reação Republicana”. Os “ressentimentos” de Bernardes teriam resultado na tentativa de desestabilizar o PRR e, por consequência, na “esperança de intervenção federal” por parte dos opositores durante o movimento armado. Além dessa explicação, destaca-se a identificação de uma suposta fraude no pleito eleitoral estadual de 1922, aspecto que teria contribuído para o movimento oposicionista adquirir maior consistência. Neste sentido, salienta-se a existência de um “instante propício” ou “conjuntura favorável” para a atuação das oposições. Em torno destes aspectos, é possível identificar uma tendência em interpretar os movimentos oposicionistas com base e em referência ao grupo situacionista, ignorando suas nuances, dinâmicas e elementos próprios, problema historiográfico já apontado anteriormente.

Um segundo aspecto recorrente trata-se da identificação entorno da centralidade e protagonismo de Assis Brasil, considerado como um aglutinador e condutor do processo oposicionista da década de 1920. Para grande parte dos autores, o líder, de maneira “excepcional” e “autodeterminada”, foi capaz de liderar de maneira “exclusiva” e “decisiva” aquele processo. Nesse sentido, me parece que, apesar da notável influência de Assis Brasil, um dos principais nomes da oposição naquele contexto, se faz igualmente necessário considerar

outras forças, agentes e aspectos no desenrolar daqueles acontecimentos, elementos que serão evidenciados nos próximos capítulos.

Por outro lado, os estudos igualmente destacaram outro fator primordial: a existência de uma “conciliação irrealizável” em decorrência do “fosso intransponível” de “impasse em torno de ideias” entre as diferentes tendências e lideranças oposicionistas, um dos principais aspectos presentes no movimento de fundação do PL, questões que serão oportunamente debatidas no terceiro capítulo.

Na historiografia acadêmica, estes e novos elementos foram refinados em uma roupagem teórica e metodológica mais elaborada. Ao abordar o tema da atuação dos setores oposicionistas, Joseph Love alertou para a ausência de espaço político “para três partidos” e a necessidade de “unificar dois grupos distintos (republicanos dissidentes e federalistas) que haviam se opostos tão amargamente no início dos anos de 1890” e que possuíam como ponto de união sua rejeição a “Carta Estadual baseada em Comte”. Além disto, destacou outro aspecto fundamental e até então pouco considerado pelos estudiosos: o aumento drástico de incidência da fraude e da violência política¹³⁹, fatores que provavelmente contribuíram na eclosão da guerra civil em 1923 (LOVE, 1975, p. 91, p. 141). Refletindo sobre o conflito, também alertou que o ano de 1922 significou um momento de depressão econômica para os estancieiros pecuaristas, mas que, entretanto, as considerações políticas estavam em primeiro plano já que “a permanência de Borges no poder foi anunciada antecipadamente como o *causus billis*” da revolta. Ainda sobre o conflito de 1923, Love assinalou a notoriedade recebida por uma nova geração de políticos rio-grandenses¹⁴⁰, tendo do lado oposicionista se destacado a figura de Baptista Lusardo (LOVE, 1975, p. 219-221).

Sobre o processo de unificação, Love buscou conectar o movimento à conjuntura política nacional através de dois argumentos principais. Primeira, a ideia de que a guerra civil de 1923, apesar de ter sido direcionada exclusivamente contra o PRR, insere-se no contexto de uma “série de revoltas que destruíram a República Velha”. Segundo, em sintonia com os argumentos amplamente presentes nos estudos anteriores, a percepção sobre relação dos grupos oposicionistas regionais com Arthur Bernardes: os primeiros apoiaram a candidatura de Bernardes e com isto tinham esperança da intervenção a seu favor no estado, tendo em vista

¹³⁹ Posteriormente, a constatação sobre este fator foi considerada nas investigações de Trindade (1979), Antonacci (1979) e Félix (1987).

¹⁴⁰ Diversos autores perceberam no conflito de 1923 um momento de projeção de novas lideranças, muito embora a maioria destes autores identifiquem esse movimento entre os partidários do PRR, como por exemplo, nas análises de Loiva Félix (1987, p. 143), Luciano de Abreu (1996, p. 20-21) e Luiz Alberto Grijó (1998, p. 163-168). Conforme pretendo demonstrar nos próximos capítulos, da mesma forma que no PRR ascenderam novas lideranças com um novo tipo de relação com os adversários, novos líderes libertadores emergiram com posturas aproximadas.

que Borges havia apoiado o candidato opositor ao presidente eleito. Além disto, o autor considerou que naquele movimento a oposição encontrava-se encorpada por federalistas e democratas republicanos de Assis Brasil, em um momento em que as “recordações da guerra federalista de 1893” e “as diferenças ideológicas” que haviam “tornado impossível, no passado, as uniões dos partidos de oposição” haviam sido superadas (LOVE, 1975, p. 216-217).

Com argumentos similares, Carlos Cortés avaliou que os movimentos oposicionistas foram de caráter “efêmeros e ineptos” até a década de 1920, momento em que encontraram uma conjuntura favorável na ocasião da disputa do PRR com Arthur Bernardes. Segundo o autor, o início dos anos 1920 significou a união entre “federalistas vingativos, democratas idealistas e libertários civis” que tinham uma “meta comum: por fim ao longo reinado de Borges de Medeiros e destruir a constituição de Castilhos”. Nesta conjuntura, destacou-se a participação de Assis Brasil e seu triplo papel de protagonismo: estancieiro, diplomata e líder político, e que através de seus “discursos e livros tornou-se renomado como defensor da democracia liberal constitucional e um dos mais proeminentes teóricos políticos da nação”, sendo o responsável pelo esboço do “programa liberal clássico” do PL. Na formação do partido, figuraram tanto defensores do presidencialismo (liderados por Assis) como defensores do parlamentarismo (liderados por Raul Pilla), sendo a divergência resolvida através do posicionamento oficial de que o programa não adotaria nenhuma das “filosofias políticas como dogma do partido”, cabendo à escolha individual de cada correligionário (CORTÉS, 2007, p. 35-41).

As contribuições de Maria Antonacci (1979; 1981) foram pioneiras e aprofundaram as discussões sobre o tema. Para a historiadora, o processo de unificação das oposições e as consequentes lutas políticas e armadas conectam-se ao panorama econômico dos anos 1920. Segundo ela, enquanto a expansão do capitalismo e as condições do mercado possibilitaram a prosperidade econômica, o “positivismo” atendeu as necessidades da classe dominante, manteve a hegemonia do PRR no governo estadual e, apesar das tensões e conflitos momentâneos, a estabilidade política permaneceu, não havendo “condições objetivas para a oposição se organizar efetiva e continuamente”. Com a crise econômica e a ausência de proteção ao setor pecuarista, os produtores encontraram no discurso oposicionista “uma alternativa de solução dos problemas”, assumindo novas formas de pressão e de organização com conotações político-partidárias (ANTONACCI, 1981, p. 22-34, p. 39-40, p. 53-57).

Sobre as razões que levaram os oposicionistas a obterem sucesso naquela unificação e não em outras tentativas durante a Primeira República, Antonacci compreende que “a coalização das oposições se devia as circunstâncias da conjuntura de 1921/1923, e não a uma dinâmica interna própria”, tendo sido “resultado das novas condições de luta política no Rio

Grande do Sul”. Neste sentido, é possível mensurar que sua interpretação retira do grupo a agência daquele contexto, ao afirmar que “se o movimento ganhou amplitude na conjuntura de 1921/23, conseguindo adesão e o apoio de importantes setores da sociedade rio-grandense” devia-se ao fato de que “o projeto do PRR não atendia mais aos interesses sociais” e foi incapaz de resolver as questões colocada, proporcionando adesão as novas formulações políticas, daí a receptividade da campanha pró-Assis” (ANTONACCI, 1980, p. 86-97).

Nesta seara, o estudo parece reduzir o movimento oposicionista em torno da mobilização dos pecuaristas, quando o primeiro era muito mais amplo e possuía uma trajetória e agenda própria, para além das demandas dos criadores e dos descontentamentos com o projeto econômico do PRR. Obviamente, as condições de crise e questionamento do projeto governista tiveram sua importância, mas o movimento político da oposição não deve ser reduzido a isto. Ademais, a própria autora ao longo de sua explanação apresenta dados que sugerem caminhos diferentes de sua hipótese, quando por exemplo, transcreve o manifesto da campanha das oposições, escrito por Raul Pilla e que expõem as motivações do movimento em uma crítica ao poder pessoal de Borges e a desproporção no exercício do poder, elementos que teriam sido apenas “acrescidos em função da crise econômica”. Da mesma forma, ao analisar especificamente as articulações para as eleições de 1922, destaca que a “crise apenas tornou possível a luta política, já que esta precisava ser realizada pela ação dos grupos políticos e a “orientação e disposição de ação” destes fundamentais para a mudança no movimento dos produtores¹⁴¹ (ANTONACCI, 1981, p. 82, p. 66).

Ainda sobre os grupos de oposição, a autora assinala para a cisão de Fernando Abbot e sua aproximação com o dissidente Assis Brasil em 1907 na tentativa de construir um partido único através de uma proposta unificadora com os federalistas, tendo a facção liderada por Antunes Maciel recusado a união, entendendo que representaria o sacrifício da doutrina parlamentarista e o desaparecimento do PF. Segundo a autora, neste momento o grau de homogeneidade e a capacidade de arregimentação e organização dos oposicionistas encontravam-se limitado a “círculo restrito, politicamente ineficiente e inconsequente” (ANTONACCI, 1981, p. 27-33). Além disto, uma das principais contribuições de Antonacci reside na identificação sobre a diversidade de grupos e lideranças envolvidos com a campanha de 1922: federalistas, liderados por Maciel Júnior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla, Moraes Fernandes e outros; os democratas, liderados por Assis e Abbot; e os dissidentes republicanos,

¹⁴¹ Neste e em outros momentos da sua análise, Antonacci flutua em um dilema entre a preponderância do político ou do econômico, embora este último encontre-se em maior evidência no seu texto. Conforme veremos a seguir, esta foi uma das principais críticas de Helgio Trindade à obra da autora.

como os Pinheiro Machado, Menna Barreto etc. Estes grupos, não dispendo de uma organização partidária comum, forjaram outros instrumentos de articulação, como a mobilização de contatos com chefes municipais e regionais. Além disto, os três grupos possuíam passados políticos diferentes, com tradição de luta própria e com divergências quanto a princípios de governo e programas partidários, já que democratas e dissidentes eram presidencialistas e os federalistas parlamentaristas. Entretanto, possuíam uma mesma base socioeconômica: eram fazendeiros (junto ao PRR compunham a classe dominante do estado) e possuíam objetivos em comum, a revisão da Constituição e o combate ao monopólio de poder (ANTONACCI, 1981, p. 66-73).

A análise de Helgio Trindade destacou o processo de esgotamento do modelo borgista de dominação e a intensificação na competição política durante a década de 1920, circunstância que criou condições de “ressocialização” da nova geração de membros do PRR, viabilizando a ascensão de ambas as famílias políticas nos anos de 1930 (TRINDADE, 1979a, p. 120). Neste ponto, o autor sugere a importância daquele contexto na reconfiguração dos arranjos político-partidários e de ascensão de novas lideranças. Sobre as oposições destaca dois aspectos principais: a conquista paulatina de espaço; e a dificuldade destes grupos em harmonizar um programa único, tendo em vista que reunia três tendências diferentes, na qual, “embora com um fundo comum ideológico de inspiração liberal”, havia uma difícil tarefa de “sistematizar todo o vasto ideário oposicionista dentro de um programa”, problema evidenciado pela presença de longas discussões entre “os defensores do parlamentarismo de tradição federalista e os filiados a posição doutrinária de Assis Brasil”¹⁴² (TRINDADE, 1979a, p. 168-169).

Um dos principais aspectos apresentados pelo autor diz respeito ao debate com as contribuições de Antonacci. Segundo ele, a autora assumiu como fator explicativo básico o desdobramento da crise econômica do após Primeira Guerra Mundial. Para Trindade, não se trata de negar a importância dos fatores econômicos ou atribuir ao político o peso decisivo, mas, em buscar as explicações na lógica política interna, evitando uma interpretação mecanicista do processo, já que os dados políticos preexistiram a crise econômica. Dessa forma, a reunião das oposições não se explica apenas pela conjuntura econômica e sim como resultado de um processo histórico de reestruturação dos “conservadores-liberais” através de diversas tentativas de reunião, tais como, o experimento frustrado de fundir o Partido Republicano Federal de Demétrio Ribeiro com o PF e a tentativa de aproximação de Abbot com os federalistas. Além

¹⁴² Nesta passagem é possível voltar ao questionamento proposto anteriormente acerca do esquema explicativo de Trindade: ainda que reconheçêssemos as diferentes posições no interior do grupo, principalmente, em torno do presidencialismo e parlamentarismo, ao identificarmos todas aquelas lideranças em um critério de “conservadores-liberais”, quais teriam sido as reais dificuldades de construção de um programa comum ao grupo? O processo de unificação oposicionista não deveria ter acontecido de maneira um pouco mais simples?

disso, é preciso atentar para aumento significativo da fraude e da violência política entre os anos de 1913 e 1927, aspecto que, para além da crise, contribuiu para a deflagração de uma guerra civil. Prosseguindo na discussão, o autor questionou a explicação de Antonacci sobre a impossibilidade do PRR em atender as demandas dos pecuaristas em decorrência da sua orientação positivista. Para Trindade, a explicação soa paradoxal, já que Borges de Medeiros representou o setor e encaminhou as reivindicações ao governo federal, sendo assim subentender-se-ia que os princípios positivistas teriam validade apenas no âmbito regional, sendo que “se fosse a ideologia que tivesse impedido a defesa dos interesses dos pecuaristas, isto implicaria em aceitar que a ideologia positivista estava acima dos interesses da classe em questão” e se “pecuaristas faziam parte também da classe dominante, como a ideologia que defendia seus interesses básicos poderia assumir uma posição passiva diante da crise?” (TRINDADE, 1979a, p. 153-157).

Por fim, o cientista político questionou se teria sido a conjuntura econômica o fator gerador da crise política ou seria a oposição que manipulou a crise para atingir seus objetivos políticos? Segundo ele, a reunificação dos grupos oposicionistas vincula-se mais ao esgotamento do sistema político do que as dificuldades do PRR em enfrentar os novos desafios econômicos. Em conclusão, alerta que a proposta de Antonacci tendeu a centrar a formação da coalização oposicionista em função de um processo eminentemente econômico, deixando transparecer que sem a crise econômica e as demandas da pecuária provavelmente não ocorreria a unificação eleitoral de 1922 e a revolta de 1923. Para o autor, seria mais plausível aceitar que, não deixando de reconhecer a existência da crise, seu papel ocorreu no sentido de acelerar e viabilizar um processo de estruturação das oposições que é anterior aos problemas econômicos de 1920 e que amadureceu lentamente ao longo de três décadas (TRINDADE, 1979a, p. 158-159).

Deste profícuo debate é possível destacar alguns aspectos importantes de serem avaliados. Um primeiro ponto, é de que Trindade ressalta a necessidade de considerar as diversas tentativas de aliança entre setores oposicionistas no Rio Grande do Sul em um processo de estruturação e unificação. O autor captou a permanência deste movimento e dinâmica interna, com aproximações e distanciamentos, até a concretização de fundação de um partido em 1928¹⁴³. Não obstante os méritos inegáveis desta contribuição, o estudo tangencia uma questão crucial do problema: por quais motivos as tentativas anteriores falharam e esta obteve

¹⁴³ O estudo de Trindade foi pioneiro na identificação destes movimentos de tentativas de aproximação política entre diferentes grupos oposicionistas. Muitos dos seus argumentos influenciaram a construção da proposta de estudo aqui desenvolvida.

sucesso? Por que a unificação ocorreu naquele momento e não antes? Quais fatores nos auxiliam na compreensão destes movimentos de aliança conjuntural? Estas questões permanecem em aberto na historiografia.

Outro aspecto instigante trata-se do posicionamento de Trindade ao refutar a explicação do “positivismo como impeditivo para a intervenção estatal e proteção de um setor específico”. Pode-se questionar se, ao sugerir que algumas tomadas de posição provenientes de orientação ideológica não são suficientes para compreender determinadas conjunturas e ao defender a dificuldade em “aceitar que a ideologia positivista estava acima dos interesses da classe”, o autor não estaria lançando dúvidas sobre seu próprio esquema interpretativo? É possível conceber o fator ideológico para explicar apenas alguns problemas e outros não, em alguns momentos acima dos interesses de classe e em outros não?

Outros estudiosos também objetivaram problematizar estes aspectos. A análise de Maria Izabel Noll destacou a conquista de espaço pelos oposicionistas através da presença de deputados na Assembleia, a candidatura de Assis Brasil em 1922, a revolta de 1923 e a criação da Aliança Libertadora em 1924. Inserindo-se no debate entre Trindade e Antonacci, Noll afirma que os fatores aglutinadores da oposição se encontravam tanto na incompatibilidade de alguns setores com a política borgista quanto na crise econômica. De acordo com a autora, o contexto representou uma “revitalização político-partidária que se estendeu com a participação dos oposicionistas nos levantes tenentistas de 1924 e culminou com a fundação do PL em 1928”, em um processo caracterizado pela tentativa de articulação entre gasparistas e assisistas. As oposições viveram um novo estágio através da fusão de seus princípios em um programa partidário, conduzido pelo “ideário de inspiração liberal” de Assis Brasil e resultando em uma “estrutura política mais ampla e competitiva”. Seu principal empecilho residiu na definição do programa partidário e em longos debates, mas que resultaram na “compatibilização dos princípios e dos interesses dos setores da oposição”. Nessa mesma conjuntura, Noll identificou a ascensão de uma nova geração de lideranças do PRR, caracterizada pelo convívio com os adversários e inserida em um momento de esgotamento do modelo de dominação baseado no “autoritarismo” da “ortodoxia positivista do castilhismo”. (NOLL, 1980a, p. 20-26).

Com visão aproximada à de Antonacci, a historiadora Sandra Pesavento procurou fornecer uma explicação para o contexto de crise econômica e conturbação política dos anos de 1920, destacando que o governo de Borges não atendeu com prioridade os problemas da pecuária, levando a crise econômica a evoluir para um confronto político. Neste sentido, oferece a explicação, bastante sucinta, de que “o problema da não-circulação do poder político no interior da classe dominante, tendo como pano de fundo a crise da pecuária, possibilitou esta

extrapolação da instância econômica para a instância política”. Este contexto foi caracterizado por diferentes projetos: o PRR defendia um “desenvolvimento multilateral (pecuária, agricultura, indústria, transportes)” e os opositores reivindicavam a prioridade do setor pecuário, aliado a necessidade de abertura política mediante a adoção do voto secreto (PESAVENTO, 1979, p. 219-220). Dessa forma, encontrava-se em jogo, “duas formas diferentes de condução da máquina política estadual”: “uma, libertadora, pugnado pelo liberalismo e democracia” e outra “defendendo formas centralizadoras e autoritárias de governo” (PESAVENTO, 1980, p. 85). Para a autora, a classe pecuarista era a única capaz de mobilizar-se politicamente e questionar o projeto governista, tendo o movimento de 1923 demonstrado a viabilidade da arrematamento e as possibilidades de enfrentamento¹⁴⁴ (PESAVENTO, 1979, p. 229).

Apesar de ter como objeto de análise o PRR, Céli Pinto também dissertou sobre os grupos oposicionistas e a guerra civil de 1923, assinalando que a mobilização em favor de Assis Brasil atingiu proporções populares e dividiu o estado em dois blocos bem delineados. A campanha contou com uma nova organização das oposições que se encontravam em crise econômica e não obtinham respaldo do governo, se inserindo em uma nova conjuntura política nacional, caracterizada pela ebulição de movimentos contrários ao “pacto oligárquico dominante”, como por exemplo, na campanha presidencial de 1921 e nos movimentos militares pós-1922. Diante deste quadro, a autora chama atenção para o aspecto crucial de que as oposições sul rio-grandenses não eram mais como haviam sido nos primeiros anos da República, apresentando um quadro de referência nacional que lhe dava um apoio mais sólido. Um dos principais pontos sugeridos pela análise, diz respeito ao “teor liberal do discurso oposicionista” que impediu o grupo de atingir parcelas mais amplas da população e de penetrar no debate das questões sociais e econômicas. Apesar de apresentarem um discurso “eminente crítico ao pacto que regia o país, não conseguiram superar a sua própria condição de oligarquia” (PINTO, 1986, p. 86-87, p. 107-108).

O estudo de Loiva Otero Félix considerou que “as condições objetivas que permitiram a união das oposições em torno de Assis Brasil delinear-se a partir da crise econômica do pós-guerra”, quando os setores da classe dominante não se sentiram atendidos e partiram para

¹⁴⁴ Em torno do argumento da autora é possível perceber uma tentativa de situar-se em um meio termo entre a determinação dos aspectos econômicos (crise da pecuária) defendido por Antonacci, e dos fatores políticos (esgotamento do modelo borgista, eficácia do regime autoritário e ascensão oposicionista) defendido por Helgio Trindade e, em menor medida, por Joseph Love. Não obstante, Pesavento parece estar mais propensa a concordar os argumentos da primeira, sugerindo a preponderância dos fatores econômicos, na medida em que defende que enquanto os interesses da classe dominante estadual encontraram-se satisfeitos “arrefeciam-se as divergências de caráter político” (PESAVENTO, 1980, p. 80).

a alternância do poder, disputando a orientação política estatal e exigindo a substituição de Borges de Medeiros. Embora o fator aglutinador fosse de ordem econômica, “a crise enfrentada pelos pecuaristas revestiu-se de feição política”, a conjuntura resultou na união de federalistas, democratas e republicanos dissidentes em torno de ideias como “reatamento histórico, regeneração dos costumes políticos, libertação do Rio Grande” e da preocupação com assuntos que interessavam ao Estado, como o atendimento e proteção da pecuária. Além deste entendimento, a autora destaca algumas características fundamentais a serem consideradas na conjuntura de 1923: a) foi uma luta de contestação ao borgismo e a continuidade da estrutura oligárquica de poder coronelista, com todas suas características de violências, arbitrariedades, corrupção etc.; b) foi uma luta de tropas coronelistas de representantes da classe dominante. O paradoxo é que os dois grupos possuíam na sua composição política representantes dos pecuaristas, com isto, todos possuíam interesses prejudicados com a política estatal, “ocorre que as vantagens políticas advindas do relacionamento dos ‘coronéis locais’ com o borgismo sobrepuja-se as possíveis perdas econômicas individuais”. Do outro lado estavam os opositoristas “em busca das vantagens políticas perdidas em 93” e ressentidos por “decepções de caráter econômico” em relação ao Estado; c) a projeção de heróis militares do conflito da mesma maneira que 1893, “novos coronéis” em ascensão de suas carreiras; d) o Pacto de Pedras Altas alterou a constituição estadual, embora o poder coronelista tenha se mantido forte e sobreviveu por mais uma década, mesmo após a revolta de 1930 (FÉLIX, 1987, p. 138-143).

Em suma e de maneira geral, nos estudos acadêmicos, o movimento de 1923 permaneceu no centro das interpretações, ao passo que novos elementos explicativos foram trazidos ao debate. Neste quadro, destaca-se duas correntes interpretativas principais: o enfoque e proeminência da ocasião da crise econômica do setor pecuarista no início dos anos 1920 e sua determinação sobre o ambiente político-partidário; e a aceitação de que as premissas político-ideológicas, com acréscimo dos fatores econômicos, estavam em primeiro plano naquele momento. Apesar da centralidade assumida por estas duas correntes, diversos outros aspectos foram adicionados às explicações: a identificação da ascensão de uma nova geração de lideranças políticas no estado; a percepção sobre o aumento da incidência da fraude eleitoral, da violência e o esgotamento de um modelo autoritário de governo de Borges de Medeiros; as considerações sobre os diferentes setores e tendências oposicionistas, suas origens e trajetórias durante a Primeira República (federalistas, democratas e dissidentes republicanos), bem como o histórico de antecedentes e tentativas de unificação desse meio; e a conquista paulatina de espaços políticos pelas lideranças contrárias ao PRR no cenário estadual e nacional.

Dessa forma, percorrendo os diferentes tipos de estudos desde “historiados não acadêmicos”, contemporâneos e partidários, até o advento das análises acadêmicas, é possível perceber a reincidência de alguns argumentos e aspectos explicativos sobre o processo de unificação oposicionista e a composição do PL. Neste quadro, é evidente a proeminência, quase que exclusiva, da conjuntura de 1922-1923, fundamentalmente entendida como determinada pelo conflito entre Borges de Medeiros e Arthur Bernardes e pela crise econômica que evoluiu para questionamento do projeto borgista de poder. Ambos os eventos foram os principais responsáveis pela construção de uma “conjuntura favorável” para a atuação das oposições e o surgimento de uma “brecha política” supostamente não encontrada em outros momentos.

Diante disso, muitos dos autores acabaram evidenciando em demasia os episódios de 1923, preocupando-se, essencialmente, em destacar as causas da guerra civil, permanecendo presos em um debate sobre a determinação político-ideológica ou econômica e não fornecendo maior atenção para a continuidade do mesmo processo e seu resultado com a formação do Partido Libertador e da Frente Única em 1929. Dessa situação decorreram alguns problemas. Primeiro, a pouca atenção para outros eventos e episódios fundamentais na atuação oposicionista, como por exemplo, o processo eleitoral de 1924, o envolvimento com os levantes tenentistas e as relações e alianças estabelecidas com outros grupos regionais de oposição, principalmente, o Partido Democrático de São Paulo. Segundo, a pouca preocupação, na maioria dos estudos, com as relações e trajetórias de cada um dos grupos oposicionistas, suas características, mobilizações, aproximações e afastamentos. É saliente que, na maioria das abordagens, as motivações para compreender os movimentos de oposição são buscadas fora dela, principalmente, no PRR e seus aspectos correlatos, sendo poucas as explicações aprofundadas sobre a trajetória e dinâmica dos grupos e lideranças oposicionistas. Neste sentido, é possível concluir que a maioria dos autores optou por compreender a temática sob a ótica dos situacionistas. Embora o posicionamento relacional entre os grupos mereça ser considerado e possua sua relevância na política partidária daquele contexto, outros aspectos e fatores precisam ser analisados, lacuna ainda a ser preenchida pela historiografia¹⁴⁵.

Outro aspecto recorrente, trata-se da centralidade assumida pela figura de Assis Brasil. De acordo com grande parte da historiografia, foi devido ao talento e o brilhantismo desta figura que os libertadores conseguiram unir-se em uma mesma frente partidária, sendo ele o responsável pela campanha de 1922, pela eclosão da guerra civil de 1923, pelas conquistas do

¹⁴⁵ Poucos são os trabalhos a analisar pontualmente a atuação das oposições na década de 1920 e a formação do PL. Dentre estes, é possível mencionar o breve artigo produzido por Luiza Kliemann (1981) e as dissertações de mestrado de José Kieling (1984) e Ericson Flores (2009).

Pacto de Pedras Altas, pela construção do programa partidário do PL e outras façanhas. Obviamente, não se trata de negar o papel de destaque desempenhado por esta liderança, central em diversos acontecimentos e problemas políticos daquele contexto, mas sim, de repensar a relevância de outros aspectos e lideranças, tendo em vista a projeção de uma nova geração de líderes no âmbito regional, fenômeno saliente durante aquele período.

Aliada a centralidade do principal líder libertador identificado pela historiografia, situa-se a percepção sobre a “heterogeneidade” e os “dissídios” ideológicos no seio oposicionista. O antagonismo entre parlamentaristas do PF e presidencialistas de Assis Brasil é apontado como principal dificuldade da formação do PL, problema parcialmente resolvido através das combinações realizadas por Raul Pilla e Assis Brasil. Apesar dos estudiosos alertarem para este movimento de acomodação entre “concepções” e “visões” diferentes, a maioria dos autores tangenciou a discussão do tema, permanecendo em aberto a compreensão sobre de que forma estes ditos projetos divergentes foram acomodados, assim como quais outros recursos e relações permitiram estabilizar a união no interior do partido. Para compreender esta questão, é preciso igualmente refletir sobre os significados e teor destes ditos “projetos antagônicos”, seus conflitos e aproximações, assim como as conveniências e interesses existentes entre as diferentes lideranças oposicionistas durante aquele contexto. Assumir esta posição não significa negar o papel das ideias e doutrinas na constituição do partido, mas sim, reconhecer que elas se mesclaram e adequaram em meio a diferentes agentes, interesses e relações. Ademais, é possível questionar se o dito “impasse de ideias parlamentarias e presidencialistas” teria sido tão decisivo assim nas dificuldades encontradas, ou se outros elementos também não exerceram impacto importante.

1.2.2. A Frente Única e a aliança entre republicanos e libertadores

Sobre o movimento de formação e atuação da Frente Única, diversos autores atentaram para o tema e ofereceram argumentos e explicações gerais, sem, contudo, proceder uma análise aprofundada sobre as motivações e implicações daquele movimento de aliança partidária entre os dois grupos políticos que rivalizaram ao longo de praticamente toda a Primeira República no Rio Grande do Sul. Além disto, é possível perceber que este não se trata de um dos assuntos ou acontecimentos favoritos nas investigações historiográficas. Dessa forma, sua abordagem geralmente foi feita de maneira breve e superficial, quase sempre com o objetivo de explicar os episódios da revolta de 1930 e de contextualizar os governos nacionais de Getúlio Vargas.

De acordo com Victor Russomano, o movimento de 1930 foi realizado em nome “da consciência liberal da Nação que via, mais uma vez, burlado, pelas camarilhas palacianas, o direito de escolher os seus governantes”. No Rio Grande do Sul, a ideia encontrou um campo fácil para expandir-se, facilitada pela formação da FU, “na qual os partidos Republicano e Libertador se apertaram, lealmente, as mãos, esqueceram velhos ódios e marcharam para a defesa dos ideais da Aliança Liberal”, a princípio na “tribuna do Parlamento, depois nos comícios, nas caravanas, na imprensa e nos campos de guerra”. Através daquele movimento, os partidos regionais entraram em uma “perfeita união de vistas das duas fortes correntes políticas” (RUSSOMANO, 1933, p. 309-315).

Em sua contribuição sobre o tema, Joao Neves da Fontoura identificou diversos episódios nos quais seria possível perceber a origem da, conforme os termos cunhados por Assis Brasil, “união sagrada” do “milagre da Frente Única”. Entre os fatores assinalados destacam-se os pleitos eleitorais para as sucessões presidenciais no estado em 1907 e 1922, “inicialmente propulsoras de um movimento que acabaria por transfigurar-se na Revolução de 1930”. Para o autor, especialmente a campanha nacional de 1921 é compreendida como as “raízes próximas” da Aliança Liberal, tendo em vista que durante estes dois movimentos, o “centro da gravidade e o comando real dos acontecimentos fora o Rio Grande do Sul”, a diferença estava em que, no primeiro momento, a política estadual não se encontrava unida como esteve no movimento posterior, sendo este o principal fator do sucesso da empreitada. A Aliança Liberal foi a sucessora da Reação Republicana, em um processo no qual apenas “os nomes e os candidatos variavam”, mas a “reinvidicação continuava a mesma” (FONTOURA, 1958, p. 301-307, p. 235, p. 296). Em outras palavras, a avaliação de João Neves se coloca no sentido de fornecer ao PRR o protagonismo destes diferentes episódios da história política nacional.

Sobre a aproximação com os adversários libertadores, o autor elenca alguns motivos responsáveis pela sua concretização. O principal deles, trata-se do crescimento de um “sentimento unitário na opinião rio-grandense” e a importância adquirida pelas expressões de “interesse”, “dever” ou “honra do Rio Grande”, que tinham para “os homens da nossa geração um sentido místico [...] nos consideramos soldados do Rio Grande, cavaleiros andantes da sua honra, servidores dos seus ideais” (FONTOURA, 1958, p. 330, p. 373). Além disto, destaca um sentimento de “descrença recíproca” dos grupos regionais frente à indiferença ou má vontade do centro, fazendo com que todos chegassem “instintivamente a mesma conclusão: o mal não se curaria dentro do Rio Grande, mas dentro do Brasil”. Outro fator elencado trata-se do papel desempenhado pelas “novas lideranças” e sua posição de protagonismo no interior de ambos os partidos. Entretanto, apesar de todos estes elementos unificadores, o autor igualmente destacou

as dificuldades encontradas na efetivação da união: “nunca vi nada que parecesse mais **impossível de materializar-se**”, entre os dois partidos “**havia barreira consideradas intransponíveis**” (FONTOURA, 1958, p. 81, p. 288, grifos meus).

Na concepção de Mem de Sá, a formação da FU e suas consequências devem ser entendidas como “complemento e desfecho natural das lutas anteriores da República Velha, sobretudo, a partir de 1922, 1923, 1924 e 1926”. De acordo com o autor, os libertadores apenas aceitaram a candidatura de Getúlio Vargas após “muitas resistências vencidas, mediante conversas, reuniões, líderes convincentes” e em prol dos “superiores interesses da democracia brasileira”. Para ele, a proeminência do movimento coube aos libertadores e sua trajetória histórica de lutas, “não fora o PL, não teria sido possível constituir-se a Frente Única”, assim como, não tivesse o partido “esposado a Revolução, impossível haveria sido estado, pois, amparado nos caudilhos e nas aguerridas hostes libertadoras, inexecutável teria sido qualquer movimento armado contra o governo central”. Diante deste quadro, salientou a dívida de Vargas com o partido, tendo em vista este ser o principal responsável pela sua ascensão ao poder nacional (SÁ, 1973, p. 75-86). Com linha argumentativa aproximada, José Patrocínio Motta ressaltou o protagonismo libertador, já que, segundo ele, sem estes “fazendo frente única com o PRR, jamais o Rio Grande se uniria, como se uniu, deflagrando a Revolução de 30”¹⁴⁶ (MOTTA, 1989, p. 222-223). Em sentido similar as divagações de João Neves, os autores igualmente vislumbram o protagonismo do movimento em decorrência de suas preferências político-partidárias.

Na explicação de Arthur Ferreira Filho, a aliança deve ser compreendida através da figura de Vargas e seu governo estadual, responsável pelo encerramento do “ciclo da dominação castilhista”, pois, embora eleito pelo PRR, “tomou logo a direção de um entendimento com os adversários tradicionais desse partido, visando a reconciliação dos rio-grandenses, mesmo com sacrifícios de pontos essenciais do programa partidário”. O governo varguista foi o responsável por estender a “mão ao PL, conquistando a simpatia dos adversários e abrandando a animosidade entre chimangos e maragatos, que vinha acirrada desde o pleito eleitoral de 1922”. Neste sentido, a figura de Vargas é vista como “pacificador, um apagador de incêndios”, anulando “na prática, as durezas do que restava da Constituição Castilhista” (FERREIRA FILHO, 1974, p. 223-228). Na mesma direção aponta as considerações de Motta sobre “o mérito inegável de Getúlio Vargas” em “abrandar os processos de repressão utilizados, desde

¹⁴⁶ Além disto, Motta defende que o movimento de 1930 foi responsável pela morte dos partidos tradicionais de PRR e PL, protagonistas daquele movimento e no qual a revolta teria “devorada seus filhos”, sendo Vargas o único “a colher os louros da vitória” (MOTTA, 1989, p. 222-223).

1890 até 1928”, resultando nas “graças das oposições gaúchas e as levou a realizar a Frente Única” e pela primeira vez, “os republicanos (situacionistas), com os maragatos e libertadores (oposicionistas), uniram-se em torno do Presidente do Estado” (MOTTA, 1989, p. 85).

Entre as abordagens “não acadêmicas” é possível elencar alguns argumentos importantes para a compreensão da FU. Em primeiro lugar, destaca-se a ênfase direcionada para aspectos relativos aos sentimentos de “dever”, “honra”, a “consciência liberal”, responsáveis pela realização do “milagre da união” entre os históricos adversários regionais em prol de um projeto nacional de “defesa da democracia brasileira” e “salvação da política e do Brasil”. Conforme veremos no terceiro capítulo, este era justamente o mote utilizado pelos políticos da época para justificar e legitimar o surgimento e continuidade da aliança entre os partidos. Ademais, muitos autores, tendo em vista sua proximidade e envolvimento com os partidos implicados no contexto, investiram em uma identificação e discussão sobre quem seria, libertadores ou republicanos, o verdadeiro detentor do protagonismo daquele movimento.

Em segundo lugar, diversos autores apontaram para a importância da nova geração de políticos em ascensão, principalmente, do destaque assumido pela figura de Getúlio Vargas, caracterizado pelo perfil de “conciliador” e “pacificador” perante os adversários históricos do seu partido, aspecto que teria sido fundamental para a aproximação entre os diferentes grupos e lideranças regionais. Apesar do destaque para determinadas lideranças, poucas são as menções sobre o papel desempenhado por novos agentes do PL, como Antunes Maciel Júnior, Baptista Lusardo e Raul Pilla. Conforme veremos nos próximos capítulos, estas figuras desempenharam igualmente um papel importante naquele contexto.

Nas abordagens acadêmicas, os principais fatores mantiveram-se e foram encorpados por novas explicações. De acordo com Joseph Love, a adesão dos libertadores ao movimento ocorreu a partir de promessas feitas por Vargas em fornecer mais cadeiras no congresso, realizar reforma eleitoral e garantir que não participaria do pleito sem a cobertura total dos seus antigos adversários. Do lado libertador, Assis Brasil aceitou as propostas e pela primeira vez na história da República, os políticos sul rio-grandenses uniram-se em torno de uma mesmo candidato e plataforma. Os princípios da Aliança Liberal, em grande parte, constituíam-se de uma versão retomada das reivindicações de Assis sobre representação minoritária, reforma judiciária e eleitoral e voto secreto (LOVE, 1975, p. 247-249). Sobre as movimentações militares de 1930, Love aborda minimamente o papel desempenhado pelos libertadores, se limitando a mencionar o fato de que Vargas teria adentrado ao Rio de Janeiro de uniforme militar e com lenço vermelho em “concessão simbólica” aos aliados do PL (LOVE, 1975, p. 261).

Segundo Carlos Cortés, dois fatores foram essenciais para compreender aquela conjuntura. Em primeiro lugar, a ascensão de “uma nova geração de líderes gaúchos, amadurecidos e endurecidos pela disputa e pelas tropelias dos violentos anos que culminaram na Revolução de 1930”. Na interpretação do autor, este processo não se limitou exclusivamente ao PRR, contando igualmente com outros líderes de destaque, como por exemplo, Raul Pilla, Francisco Antunes Maciel e João Baptista Lusardo. O segundo fator, reside na centralidade de Getúlio Vargas, “gênio na arte de firmar compromisso” e detentor de relações de amizade com os adversários, caracterizado pela imagem de político reconciliador, moderado e disposto a concessões aos inimigos, além da habilidade em fazer acordos e manipulações. Diante destas características varguista e da renovação interna vivida pelo PRR, Assis Brasil foi capaz de convencer seu partido a apoiar a Aliança Liberal, em uma plataforma eleitoral que defendeu “demandas democrático-libertadoras de reforma eleitoral e de liberdades civis como também de reforma social”. Muito embora o conceito de voto secreto “subvertesse a doutrina de Castilhos sobre voto público e eleições supervisionadas”, “apesar disso, de um dia para o outro, os partidários de Castilhos, transformaram-se em fervorosos democratas constitucionalistas” (CORTÉS, 2007, p. 42-50). Esta interpretação sugere o problema debatido anteriormente acerca das mudanças de posições e movimentos de aproximação entre amigos e inimigos para além da dita “coesão” e “coerência” de projetos ideológicas e ao sabor de um momento favorável e interesses e oportunidades em comum. Neste sentido, o PRR passou a apoiar projetos estranhos aqueles que defendia até 1930 e os libertadores aceitaram alinharem-se com aqueles que havia continua e fervorosamente criticado. Conforme veremos nos próximos capítulos, estas atitudes permearam as condutas das lideranças políticas ao longo de todo o período em análise e são elementos centrais na constituição de um *modus operandi*.

Para Helgio Trindade, a formação da FU correspondeu a um processo de “reconciliação das oligarquias” através da reaproximação de lideranças conservadoras-autoritárias e conservadoras-liberais em uma aliança com o objetivo de fornecer suporte a candidatura nacional de Getúlio Vargas, com isto, o movimento não significou a dissolução das estruturas partidárias e nem a superação da clivagem político-ideológico que persistiu durante todo o período. A explicação para esta aproximação relaciona-se com a ascensão de uma “nova geração de líderes do PRR” que possuíam larga experiência de convivência com a oposição na Assembleia, além de uma concepção política, se não menos autoritária, pelo menos mais liberta em relação a possibilidade de existência e manifestação dos opositores. Segundo o autor, a união entre os partidos situava-se fora das disputas estaduais e dentro de um quadro político nacional e, portanto, amplo para abrigar os grupos conflitantes, guiados por um ideal de reforma

nacional que estava acima dos interesses partidários imediatos. Nesta reflexão, afirma que “por pertencerem ambas correntes (autoritários e liberais), à oligarquia estadual, a defesa dos seus interesses ao nível sócio-político e econômico concretizava-se neste momento dentro das propostas da Aliança Liberal”¹⁴⁷ (TRINDADE, 1979a, p. 167-169).

Em sentido aproximado, igualmente refletindo sobre a busca por projeção na política nacional, Loiva Félix assinalou para o fato de que a “divisão política” entre situação e oposição “enfraquecera, o Rio Grande, colocando distante das pretensões ao poder central”. Neste sentido, Vargas voltou-se para o “projeto de articular a formação da Frente Única” e fortalecer o estado no contexto de disputa nacional (FÉLIX, 1987, p. 157-158). Da mesma forma, o estudo de Luciano de Abreu destacou a relevância em considerar que estas lideranças advinham do mesmo setor social e possuíam interesses similares, como por exemplo, o objetivo de conquistar o poder federal (ABREU, 1996, p. 97).

A explicação de Maria Izabel Noll também apontou para os elementos da reconciliação oligárquica, embora identifique o protagonismo daquela conjuntura nas hostes do PRR, enquanto os libertadores, segundo ela, teriam aderido ao movimento “basicamente por dois fatores ideológicos”: “a garantia da reforma eleitoral e a representação minoritária dada por Vargas”. Novamente, as orientações ideológicas aparecem como elemento central, e até mesmo o único possível, para explicar os problemas políticos. Na explicação da autora, ignora-se, por exemplo, a ambição dos libertadores em projetar-se nacionalmente e o vislumbre de alcançar esferas de poder¹⁴⁸, tendo em vista a histórica exclusão do grupo destes espaços. Além disto, segundo a autora, neste contexto é possível identificar a existência de um “padrão da lógica oligárquica”, diante da qual os grupos mais jovens, como por exemplo, a “ala radical do PRR” (Osvaldo Aranha, João Neves e outros), estariam “menos viciado na máquina oligárquica” e ainda que se encontrassem “vinculados por laços de classe aos políticos tradicionais” apresentaram “recursos maiores de atuação partidária e maior flexibilidade na articulação com novos grupos”¹⁴⁹, aspecto que igualmente favoreceu a reunião da FU (NOLL, 1980a, p. 34-40).

¹⁴⁷ É interessante notar que a explicação do autor para o alinhamento dos interesses entre PRR e PL através da FU, parece ir contra sua própria tese das clivagens político-ideológicas. Nesta, as lideranças e partidos são compreendidas como divididas por posturas e visões antagônicas. Por sua vez, ao explicar sua aliança, o autor investe no argumento de que pertenciam a uma mesma oligarquia e estavam alinhados na defesa dos mesmos interesses políticos e econômicos.

¹⁴⁸ O próprio texto de Noll sugere esta consideração no momento em que analisa a troca de correspondências entre Raul Pilla e Getúlio Vargas, na qual o primeiro denunciava o “fechamento da possibilidade de participação política a grupos como o PD e PL”, justificando o rompimento dos libertadores com o governo provisório devido a frustração das expectativas em “receber alguma parcela do poder” (NOLL, 1980a, p. 64).

¹⁴⁹ Estas considerações permitem reflexões instigantes para pensar a tese proposta. Não seriam estes novos líderes também “políticos tradicionais”? Tendo em vista que fizeram suas carreiras no interior deste sistema, de que forma estariam “menos viciados pela máquina oligárquica”? Não seria mais adequado pensarmos em uma lógica de

A ideia de “reconciliação de setores da classe dominante” encontra-se igualmente presente no argumento de Maria Antonacci. Segundo ela, a cisão no interior da classe dominante que preencheu todo o espaço político ao longo do período, começou a ser superada na década de 1920 graças as dificuldades econômicas provenientes da crise do pós-guerra e as emergentes pressões das massas urbanas, aspectos que induziram aos partidos a entrarem em um novo processo de atuação, ultrapassando as tradicionais divergências e desenvolvendo formas de ação de caráter aglutinador. Este processo que perdurou ao longo dos anos 1920 apresentou dois movimentos fundamentais: a convergência dos grupos de oposição através da campanha de 1922, da formação da AL e do PL; e o processo de reconciliação da classe dominante, propulsionada a partir do Pacto de Pedras Altas, do lançamento da candidatura de Vargas a presidência estadual em 1928 e da formação da FU (ANTONACCI, 1981, p. 115-116).

Em sentido aproximado, Sandra Pesavento argumentou que Vargas ascendeu ao poder com uma política orientada para o atendimento direto e imediato dos produtores e salvação da pecuária através da criação do banco do estado, a redução de tarifas ferroviárias, a coibição o contrabando e entre outros aspectos¹⁵⁰. Diante desta nova política econômica, “os interesses de ambas as facções da classe dominante foram atendidos” o que tornou “mais fácil uni-las”, concretizando-se com a formação da FU e atenuando, em partes, o antigo “problema da não circulação do poder político no interior daquela classe” (PESAVENTO, 1980, p. 88-90). Com reflexão similar sobre o atendimento dos interesses econômicos das classes dominantes, Gunter Axt considerou o processo de “recomposição das forças políticas e econômicas, a partir de fins da década de 1920”, o qual, segundo sua interpretação, deve ser compreendido através do “processo de intervenção do Estado na economia e na interface daí resultante com a sociedade” (AXT, 2011, p. 404).

Outros autores apontaram para argumentos alternativos aos até então destacados. A centralidade de Vargas, recorrente nas explicações sobre o tema, foi refutada por Céli Pinto. Segundo a autora, não deve “ser atribuída a coincidência ou a personalidade de Vargas a união destas forças em torno de sua candidatura à Presidência da República em 1929”. As explicações para o problema estariam no PRR e seu discurso antioligarquico capaz de incorporar interesses

“novas lideranças” inseridas em um “velho padrão oligárquico”? E, por outro lado, o que de novo é possível identificar em suas condutas e comportamentos? Este debate permite aprofundar o entendimento sobre um padrão de concepções e práticas das elites republicanas durante o contexto das primeiras décadas do século XX.

¹⁵⁰ É interessante perceber que, assim como para o caso das oposições e o episódio de 1923, novamente aqui o âmbito econômico de atendimento de soluções aos problemas da pecuária é chamado ao debate como determinante na política e grande responsável pela formação da FU e a superação das divergências partidárias.

sociais diversos e que permitiu ao grupo liderar o movimento de 1930 (PINTO, 1986, p. 107). Igualmente problematizando “as virtudes do mito Vargas”, Luciano de Abreu questionou a ideia de conceber esta figura como “empreendedor” e “conciliador”, pressupostos amplamente difundidos na imprensa político-partidária durante o final da década de 1920. Para o autor, o caráter de unanimidade de Vargas como presidente estadual foi uma construção do jornal *A Federação* e a fabricação de uma imagem idealizada sobre um político ideal para governar. Esta ideia tinha como objetivo manter uma suposta unidade no interior do PRR e convencer os setores oposicionistas sobre sua legitimidade, tendo os próprios adversários buscado desmistificar esta visão (ABREU, 1996, p. 66-67, p. 87-88).

Por sua vez, Nelson Boeira identificou no contexto da década de 1920 um momento em que os “antagonismos doutrinários dissolviam-se aceleradamente” (BOEIRA, 1980, p. 51), em um quadro no qual algumas máximas positivistas foram abandonadas pelas novas lideranças, aspecto que contribuiu para a aproximação com os grupos rivais. Igualmente considerando a conjuntura da década de 1920, Luiz Alberto Grijó destacou a emergência política dos membros da “geração de 1907”, principais agentes no papel de “mediadores” em três momentos fundamentais: na aproximação do PRR com os libertadores; nas articulações político-eleitorais da Aliança Liberal; e nas articulações político-militares do golpe de 1930. Estes líderes ocuparam posições político-partidárias “de frente” no âmbito regional e nacional, o que os credenciou para a mobilização daqueles episódios, com destaque para Vargas. Este último, em decorrência de sua posição de relativo distanciamento com o “faccionismo militarizado imperante” no estado e seu posicionamento de assumir um novo estilo de conciliação e aproximação com os libertadores, foi um dos principais artífices da união, em um quadro de afastamento de Borges de Medeiros, fonte dos principais conflitos no cenário político. Além disto, outros agentes teriam desempenhado papel importante nestas mediações, como Oswaldo Aranha pelo lado do PRR, e Francisco Antunes Maciel Júnior e Baptista Lusardo pelo PL (GRIJÓ, 1998, p. 163-167, p. 189-199).

Ainda de acordo com Grijó, a “frente interpartidária” criada pelos sul rio-grandenses se inseriu na política nacional como uma unidade direcionada para possibilidade de que um rio-grandense pudesse assumir a presidência da República, isto apenas cinco anos depois dos confrontos armados nos quais as mesmas facções se enfrentaram durante a chamada Revolução de 1923. A estruturação desta unidade buscava transcender o paroquialismo e repousava sobre uma “espécie de regionalismo recém constituído”. Neste sentido, “em nome de ‘interesses do Rio Grande do Sul’ e de “reformas liberais” de caráter “vago e impreciso” foi costurado um acordo político-eleitoral visando a campanha presidencial de 1929. Através de uma “espécie de

regionalismo apartidário militarizado, fatalista e agressivo” construiu-se um “novo princípio identitário” de “riograndenizar o Brasil” (GRIJÓ, 1998, p. 191-199, p. 222).

Diante das contribuições sobre a FU é possível estabelecer algumas conclusões. Em primeiro plano, destaca-se o protagonismo recorrentemente identificado em torno da figura de Getúlio Vargas e suas qualidades de “pacificador” e “conciliador” durante seu mandato como presidente do Rio Grande do Sul¹⁵¹, principal responsável pela construção de um novo tipo de relação com os adversários, diferente daquela conduzida por Borges de Medeiros e constantemente criticada pelos opositores. Estas “qualidades” e posicionamentos de Vargas teriam resultado em uma conciliação e aproximação com os libertadores, inaugurando uma nova fase no âmbito político estadual. Em paralelo a isto, diversos autores apontaram para a nova geração de políticos sul rio-grandenses em ascensão durante aquele contexto, muito embora a tendência majoritária tenha sido avaliar exclusivamente aqueles nomes vinculados ao PRR (João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e outros), esquecendo da participação de lideranças libertadoras, também parte de numa renovação geracional e artífices daquele movimento, como Raul Pilla, Baptista Lusardo, Antunes Maciel e outros. Além disto, é comum o entendimento pelos estudiosos acerca de um movimento de enfraquecimento da influência doutrinária do “positivismo” ou do “castilhismo” entres os membros dessa nova geração, condição que igualmente teria auxiliado no apaziguamento das disputas e no entendimento entre os rivais.

Outro tema recorrente nas explicações trata-se da ideia de “reconciliação oligárquica”, ou seja, a união entre membros de uma mesma classe dominante, afastados durante um certo período de tempo em diferentes partidos, em decorrência da defesa de projetos divergentes e da luta por espaços e posições de poder. De acordo com os argumentos analisados, esta separação foi superada graças ao estabelecimento de interesses mais amplos e que transcendiam aos problemas e disputas partidárias regionais, como a defesa de reformas nacionais e de pautas ideológicas voltadas para o “liberalismo”. Diante desta expectativa, libertadores e republicanos foram capazes de superar seus longos anos de divergências e uniram-se em uma mesma frente e causa com objetivo de conquistar o poder nacional. Nesse sentido, percebe-se que, em alguma medida, a ideia de “salvação nacional” ou de “riograndenizar o Brasil”, amplamente propagada pelos políticos contemporâneos da época, acabou sendo incorporada pelos estudiosos como uma das principais fontes interpretativas sobre o tema.

¹⁵¹ Este parece ser mais um exemplo de argumentos retirados do jogo político-discursivo da época e, posteriormente, apropriados e reafirmados pela historiografia, tendo em vista que são muitos os exemplos de autores a insistirem nesta característica.

Por último, apesar de todos os aspectos apresentados, os grupos oposicionistas, assim como as nuances de sua aproximação com os adversários do PRR, permaneceram pouco elucidados e com interpretações que não deram conta de explicar o complexo quadro político do final da Primeira República, temáticas a serem abordadas ao longo dos próximos capítulos. Diante desta prospecção, cabe agora analisar de maneira aprofundada o grupo libertador e sua atuação política, com enfoque para seu perfil e composição social, quem eram suas lideranças, as relações pessoais estabelecidas entre elas, de que forma e através de quais recursos atuaram politicamente, quais os interesses e motivações em jogo durante aquele contexto e quais as nuances das aproximações estabelecidas com o PRR e com outros partidos políticos. Através destes elementos é possível elucidar melhor o sistema político brasileiro de maneira geral, bem como compreender a participação dos libertadores na Frente Única, na deflagração da revolta de 1930, no término da Primeira República e no governo nacional de Vargas nos anos posteriores. Por este caminho seguem os próximos capítulos.

Capítulo 2. O Partido Libertador e suas lideranças: perfil coletivo e estudo de trajetórias

Conforme abordado no capítulo anterior, o elemento ideológico não deve ser compreendido como único caminho possível para compreender o funcionamento do jogo político e as escolhas e atitudes de seus jogadores, havia igualmente outros elementos e recursos influenciando as práticas e comportamentos neste contexto. Da mesma forma, determinadas lideranças de realce, como por exemplo, Assis Brasil, não devem ser compreendidas como descoladas da sociedade ou artífices exclusivos dos acontecimentos e movimentos encabeçados pelos grupos e partidos políticos. Embora alguns nomes tenham se projetado de forma mais acentuada do que outros, estes agentes relacionaram-se entre si, compartilharam postos de chefia, atuaram em conjunto, estabeleceram alianças com outros grupos e líderes, e projetaram suas carreiras através da obtenção, acúmulo e utilização de determinados capitais ao longo de suas trajetórias.

Guiado pelo entendimento de encontrar caminhos alternativos para compreender a política da Primeira República e o processo de formação e atuação do PL e buscando ir além dos tradicionais argumentos apresentados pelos estudiosos do tema¹⁵², cabe agora avaliar quais outros aspectos são possíveis de serem identificados através da análise dos libertadores e sua participação na política regional e nacional. Nesta seara situa-se a análise da biografia coletiva do grupo e o estudo de trajetórias de algumas de suas principais lideranças.

Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo central analisar o *background social* do PL, atentando para as origens e percursos sociais de suas principais lideranças, com o intuito de compreender, principalmente, quem eram os chamados libertadores, quais suas bases e composições socioeconômicas, seus trajetos de formação estudantil e atuações profissionais, suas regiões geográficas de influência e itinerários e experiências na política partidária. Trata-se de, através da avaliação destas características, traçar um perfil coletivo do grupo afim de problematizar os aspectos e relações que influenciaram em sua visão de mundo e foram acionados em sua prática política, assim como compreender os elementos que serviram como elo de aproximação e comunhão entre eles, atentando para a forma como cada um destes agentes constituiu sua carreira no mundo político e por quais razões ascenderam aos principais postos de comando no interior do partido.

¹⁵² Conforme exposto no capítulo anterior, não se trata aqui de refutar ou ignorar as diversas contribuições historiográficas fornecidas sobre o tema ao longo de décadas de pesquisas, mas sim, propor outras visões e argumentos que deem conta da análise de algumas nuances e problemas históricos ainda pouco elucidadas pelos estudiosos.

O capítulo encontra-se estruturado em duas partes principais. Na primeira delas, procedo uma análise prosopográfica em torno do “núcleo de poder central do partido”¹⁵³, com o intuito de delimitar tendências gerais em torno do perfil coletivo das lideranças libertadoras, ao mesmo tempo em que estabelecendo reflexões e comparações com outros grupos de elites políticas. No segundo momento da análise, a investigação direciona-se para o estudo das trajetórias de três lideranças consideradas como principais chefias do grupo¹⁵⁴ e exemplos significativos para a compreensão da formação e atuação dos libertadores durante os anos de 1920 e 1930: Joaquim Francisco de Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo.

2.1. Uma análise prosopográfica do Partido Libertador: gerações, origens sociais e geográficas, formação estudantil, ocupação socioprofissional, experiências e atividades político-partidárias

Antes de mais nada cabe evidenciar que o método das biografias coletivas, ou prosopografia, não é o objetivo central da investigação¹⁵⁵. A proposta desenvolvida baseou-se em uma breve delimitação e problematização do perfil coletivo das principais lideranças do PL através dos subsídios fornecidos pela metodologia, considerando as fontes e recursos disponíveis e conduzido por um entendimento de que método atua como “apenas um momento da operação historiográfica [...] nunca seu fim” (HEINZ, 2006, p. 12). Dessa maneira, concebe-se aqui a prosopografia como um instrumento importante, combinado com o estudo de trajetórias, para abordar e compreender alguns dos aspectos levantados pelo problema de análise e expostos ao longo da discussão nesse capítulo.

No desenvolvimento da biografia coletiva dos libertadores, o estudo iniciou através da delimitação do grupo a ser pesquisado, selecionado a partir de uma mescla entre o critério posicional e relacional¹⁵⁶. Em termos posicionais, considere os indivíduos que assumiram

¹⁵³ Por “núcleo de poder central” entende-se os membros das comissões e diretórios centrais da AL e PL e aqueles indicados para compor chapa eleitoral oficial do grupo no pleito aos cargos de deputado federal e senador nas eleições ocorridas entre os anos de 1922-1933.

¹⁵⁴ Estas três lideranças aparecem, tanto na historiografia como na documentação analisada, como principais chefias da agremiação. Da mesma forma, conforme veremos a seguir, a repetição de seus nomes na ocupação de diferentes postos de poder no interior do partido também reforça sua proeminência no grupo.

¹⁵⁵ A prosopografia é aqui encarada como metodologia de apoio para abordar alguns aspectos referentes ao problema de análise. Além dos elementos analisados pela biografia coletiva empreendida, diversos recortes de grupo e variáveis de poderiam ter sido incluídas, mas, acabaram sendo deixadas de fora, tais como: a inclusão de deputados estaduais e chefias partidárias municipais, o acréscimo de outras variáveis no questionário sociológico (relações de parentesco e casamento, posicionamentos ideológicos, participação em instituições e espaços de consagração social, etc.). Esta ampliação implicaria em maior volume de dados, tempo de coleta e novas fontes, aspecto que diante dos interesses e condições de pesquisa se tornariam inviáveis.

¹⁵⁶ A utilização destes critérios é proveniente de uma tradição de estudos sobre elites na área da Ciência Política. O critério posicional diz respeito aos indivíduos que ocupavam posições formais de mando dentro da estrutura de

postos de poder na Comissão Executiva e Diretório Central das agremiações fundadas pelo grupo (AL e PL) entre os anos de 1922-1933, ou seja, aqueles que efetivamente tomaram as principais decisões e exerceram posições de chefias sobre os seus demais partidários. Além destes, adicionei aqueles que se enquadram em um critério reputacional: agentes indicados pelo partido na composição das chapas eleitorais para a disputas aos cargos de deputado federal e senador, processo que derivava da indicação dos correligionários durante os congressos partidários ou via consulta aos diretórios municipais, posteriormente, confirmada e endossada pelo diretório central, ou seja, em um processo que indicava os níveis de influência e prestígio acumulados por aqueles mais lembrados e escolhidos como representantes por e entre seus pares.

Através da combinação destes critérios, o grupo delimitado resultou em uma listagem de quarenta e quatro membros:

Tabela 1. Lista de membros do Núcleo de Poder Central do Partido Libertador

NOME	CARGOS E POSIÇÕES OCUPADAS NO PARTIDO
1. Adalberto Correia	Candidato a deputado federal (1930)
2. Alberto José de Araújo Cunha	Candidato a deputado federal (1930)
3. Alberto Pasqualini	Candidato a deputado nacional constituinte (1933)
4. Alexandre da Silva Lisboa	Comissão Executiva da AL (1924-1928); Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
5. Álvaro Costa	Diretório Central do PL (1928-1931)
6. Anacleto Firpo	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
7. Antônio Baptista Pereira	Candidato a deputado federal (1924)
8. Armando Peterlongo	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
9. Armando da Silva Tavares	Diretório Central do PL (1928-1931)
10. Arthur Caetano da Silva	Candidato a deputado federal (1924); Candidato a deputado federal (1927)
11. Arthur Pinto da Rocha	Candidato a deputado federal (1924)
12. Bruno de Mendonça Lima	Candidato a deputado nacional constituinte (1933)
13. Camilo de Freitas Mércio	Diretório Central do PL (1928-1931); Candidato a deputado nacional constituinte (1933)

determinada organização ou grupo; por sua vez, o caráter reputacional engloba aqueles que se situam como mais conhecidos, mencionados ou indicados em circunstâncias diversas. Sobre o tema ver (CODATO, 2015, p. 16-20).

14. Carlos Alfredo Simch	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
15. Dário Centeno Crespo	Diretório Central do PL (1928-1931)
16. Edgar Luís Schneider	Candidato a deputado nacional constituinte (1933)
17. Edmundo Berchon des Essartes	Comissão Executiva da AL (1924-1928)
18. Ernesto Medici	Diretório Central do PL (1928-1931)
19. Euclides Minuano Freitas de Moura	Candidato a deputado nacional constituinte (1933)
20. Felipe Nery Portinho	Diretório Central do PL (1928-1931)
21. Fernando Fernandes Abbot	Comissão Executiva da AL (1924-1928)
22. Firmino da Silva Torelly	Comissão Executiva da AL (1924-1928); Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
23. Francisco Antunes Maciel Júnior	Candidato a deputado federal (1924); Candidato a deputado federal (1927); Candidato a deputado federal (1930)
24. Frederico Guilherme Ludwig	Diretório Central do PL (1928-1931)
25. Gabino Prates da Fonseca	Diretório Central do PL (1928-1931)
26. Honório Lemes da Silva	Comissão Executiva da AL (1924-1928)
27. João Baptista Lusardo	Diretório Central do PL (1928-1931); Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935); Candidato a deputado federal (1924); Candidato a deputado federal (1927); Candidato a deputado federal (1930)
28. João Gonçalves Vianna Filho	Candidato a deputado nacional constituinte (1933)
29. Joaquim Francisco de Assis Brasil	Comissão Executiva da AL (1924-1928); Diretório Central do PL (1928-1931); Diretório Central do PL (1933-1935); Presidente Honorário do PL (eleito em 1931); Candidato a senador (1924); Candidato a deputado federal (1927); Candidato a deputado nacional constituinte (1933)
30. José Antônio Netto (Zeca Netto)	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
31. José Félix Garcia	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
32. Lafayette Cruz	Candidato a deputado federal (1924)

33. Lucídio Ramos	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
34. Luís Mércio Teixeira	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
35. Oscar Carneiro da Fontoura	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935); Candidato a deputado nacional constituinte (1933)
36. Plínio de Castro Casado	Candidato a deputado federal (1924); Candidato a deputado federal (1927); Candidato a deputado federal (1930)
37. Raimundo Gonçalves Vianna	Diretório Central do PL (1933-1935);
38. Raul Pilla	Diretório Central do PL (1928-1931); Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935); Candidato a deputado federal (1930, substituído)
39. Sebastião de Oliveira	Diretório Central do PL (1928-1931)
40. Theobaldo Fleck	Diretório Central do PL (1931-1933)
41. Urbano Garcia Filho	Diretório Central do PL (1928-1931); Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
42. Waldemar Mendes da Silva Ripoll	Diretório Central do PL (1933-1935)
43. Walter Só Jobim	Diretório Central do PL (1931-1933); Diretório Central do PL (1933-1935)
44. Wenceslau Pereira de Escobar	Candidato a deputado federal (1924); Candidato a deputado federal (1927)

Após a delimitação do grupo, defini algumas variáveis de informações que me interessavam identificar. Para cada um dos membros foi elaborada uma ficha-questionário biográfica¹⁵⁷ com as seguintes informações: “Nome”; “Nascimento e Falecimento” (Data e Local); “Filiação” (Nome do pai e da mãe); “Origem Socioeconômica” (dados, quando disponíveis, sobre a ocupação econômica e identificação do *status* social da família); “Escolaridade” (percursos escolares do ensino básico ao superior, com ênfase principal neste último); “Ocupação Profissional/Atividade Econômica” (atividades desenvolvidas pelos agentes, quando foram localizadas mais de uma ocupação destacou-se aquela entendida como principal em sua carreira e igualmente tomou-se nota das demais); “Experiências e atividades políticas” (levantamento de todas as experiências, espaços e participações em esferas com relação ao mundo político, por exemplo: atuação em jornais partidários, chefias partidárias

¹⁵⁷ A guisa de exemplo do levantamento e organização dos dados, ver a Anexo A – Ficha biográfica de Raul Pilla.

municipais, indicação para concorrer a cargos públicos; apoio ou participação em revoltas armadas; composição de diretórios partidários; participação em acontecimentos chaves, etc.); “*Partidos Políticos*” (lista de filiação e envolvimento diversos com partidos políticos, com ênfase central no período de 1889-1937); “*Cargos ocupados*” (lista dos cargos públicos ocupados ao longo de sua trajetória); e “*Observações Gerais*” (espaço destinado a preencher com outras informações relevantes, tais como: participação em instituições de consagração social, vínculos de amizade ou inimizades com determinados agentes, obras publicadas, etc.).

Após a compilação das informações para cada um dos agentes, os dados foram sistematizados e quantificados. Os resultados foram cruzados e problematizados na identificação do *background social* e perfil coletivo das lideranças do grupo, com intuito de apontar tendências e regularidades nas origens e comportamento social e político presentes em suas trajetórias. Em paralelo a isto, as informações foram cotejadas com dados fornecidos por outros pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo de diferentes grupos de elites políticas. Nesse sentido, foram previamente selecionadas algumas contribuições com objetos de análise aproximados aos libertadores¹⁵⁸ e com objetivo de visualizar similaridades e diferenças entre o PL e outros casos de elites e/ou partidos políticos.

Os resultados obtidos pela biografia coletiva do núcleo de poder central dos libertadores apontam para algumas tendências importantes de serem colocadas em discussão, com destaque para os seguintes tópicos: aspectos gerais da composição social do grupo; o componente geracional; as origens familiares e socioeconômicas; a formação estudantil e ocupação profissional; as regiões e municípios sedes de atuação política; e os itinerários de atividades e experiências político-partidárias percorridas ao longo de suas carreiras.

Os primeiros elementos a serem debatidos dizem respeito aos aspectos mais gerais das origens e composição social das lideranças do PL. Apesar do grupo ter sido um dos primeiros partidos políticos no Brasil Republicano a levantar a bandeira da inclusão do voto feminino e discutir o tema da participação das mulheres na política¹⁵⁹, os quarenta e quatro membros do

¹⁵⁸ Destacam-se às seguintes contribuições que serviram como referências de discussão: o estudo de Joseph Love sobre a biografia coletiva das elites políticas de São Paulo durante a Primeira República (LOVE, 1982); as contribuições de Luiz Alberto Grijó e Luciano de Abreu sobre as trajetórias dos integrantes da chamada “geração de 1907” do PRR (GRIJÓ, 1998; ABREU, 1998); a pesquisa de Marcela Ferrari sobre as elites políticas da província de Córdoba na Argentina (FERRARI, 2006; 2010); o estudo de Surama Pinto sobre os políticos do Rio de Janeiro (PINTO, 2011); e a análise de Victor Figueiredo sobre elites políticas mineiras (FIGUEIREDO, 2017).

¹⁵⁹ O programa do PL, reformulado nos anos de 1930, incluiu o voto feminino. De acordo com Baptista Lusardo, ele era “muito partidário do voto feminino”, considerava “que as mulheres eram, para o partido, para a política para o País, tão uteis quanto os homens” (CARNEIRO, 1978, p. 45). O Arquivo Assis Brasil apresenta algumas correspondências entre o líder libertador e associações de mulheres em debates sobre temas políticos e a questão do voto feminino, ver: Carta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para Assis Brasil e Antunes Maciel,

núcleo de poder eram homens. Da mesma maneira, não encontrei nenhum registro sobre a presença de correligionárias filiadas formalmente na agremiação¹⁶⁰. Ao que tudo indica, apesar da defesa da abertura do sufrágio para as mulheres, as portas do Partido Libertador, em sintonia com sua época, encontravam-se fechadas para o gênero feminino.

As informações relativas à etnia dos indivíduos são extremamente escassas. Ao que tudo indica¹⁶¹, a maioria absoluta era composta por homens brancos (ver, por exemplo, fotografia 1). Conforme observa Joseph Love, os líderes dos partidos políticos na Primeira República provinham geralmente de um círculo limitado “de famílias estreitamente ligadas por laços consanguíneos ou de casamento, frequentando os mesmos colégios e faculdades e propensas a adotar valores culturais europeu”, em geral, seus membros eram recrutados “dentro das mesmas camadas sociais, cuja identidade era dada por experiências e valores partilhados em comum e por padrões de carreira muito semelhantes” (LOVE, 1982, p. 215). Para abordar esse assunto um indicativo relevante pode ser encontrado nas origens e descendências dos sobrenomes. Nessa análise, foi possível identificar a procedência dos sobrenomes de quarenta e três deles, diante dos quais destaca-se a hegemonia dos descendentes de portugueses, contando com vinte e três casos (53,48%), números bastante próximos aos encontrados por Love para as elites paulistas (LOVE, 1982, p. 216-217). Além desta, destaca-se outras procedências: sete descendentes de espanhóis (16,7%), sete de italianos (16,7%), quatro com sobrenomes alemães (9,3%), um francês (2,32%) e um inglês (2,32%). Dessa forma, é possível perceber uma multiplicidade de origens, contudo, inseridas em um padrão “europeizado”, tônica da elite social e política brasileira na Primeira República.

Cabe destacar que não identifiquei nenhum caso de nascimento fora do país, sendo todos estes agentes nascidos no Brasil. Os locais de nascimentos apontam para um forte elemento de homogeneidade de pertencimento regional no interior do grupo. Dos trinta e nove membros possíveis de encontrar registros sobre sua naturalidade, trinta e oito¹⁶² constam como nascidos

Rio de Janeiro, ago. 1923; Carta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 8 abr. 1931. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS. Voltarei a esta questão no capítulo seguinte.

¹⁶⁰ Não obstante, é possível identificar outras atividades desempenhadas por mulheres junto aos libertadores, principalmente, por esposas de lideranças, tais como, a atuação como enfermeiras na Cruz Vermelha durante movimentos armados, a organização de eventos e campanhas de arrecadação de fundos para o partido ou determinada causa, a organização de ligas femininas em apoio a candidatos, etc.

¹⁶¹ Em minha dissertação de mestrado analisei o “Álbum dos Bandoleiros”, álbum fotográfico impresso publicado em homenagem aos rebeldes de 1923 e aos vultos mais proeminentes da oposição ao PRR no início da década de 1920 (DAL FORNO, 2015). Dos quarenta e quatro membros em análise, vinte e dois deles tiveram suas fotografias reproduzidas naquela publicação, sendo que todos estes aparentam ter a pele branca, sugerindo o perfil tradicional do grupo.

¹⁶² Um caso passível de discussão é o de José Antônio Netto, nascido na fronteira brasileira com o Uruguai e diante do qual os registros biográficos divergem sobre a localidade real de seu nascimento.

no Rio Grande do Sul (97,43%) e apenas um na Bahia (2,57%). Neste sentido, é possível indicar que a esmagadora maioria possuía estreitos vínculos e identificação com as características e problemas do seu estado natal. Da mesma maneira, sugere-se as raízes do pertencimento e do dito sentimento de “regionalismo” que emergiu com a FU e a Revolta de 1930, aspecto amplamente destacado pela historiografia e já visitado no capítulo anterior. Os chefes do PL eram todos sul rio-grandenses, com exceção de Alexandre da Silva Lisboa, nascido em Salvador e que na condição de médico do Exército foi transferido para o Rio Grande do Sul, sendo alocado na cidade de Alegrete aonde construiu sua carreira profissional e política.

A religião professada pelos libertadores, dado os limites da pesquisa, não foi abarcada nas variáveis biográficas. Todavia, é possível indicar que, diante dos padrões da época identificados por outros pesquisadores (LOVE, 1982, p. 218-219), possivelmente a maioria fosse de católicos, embora constem registros pontuais sobre posturas alternativas, como no caso de Guilherme Ludwig, descendente de alemães e professante da religião luterana. De qualquer maneira, o tema da religião aponta para os posicionamentos heterogêneos do grupo ao longo de sua trajetória. Durante as eleições federais de 1924, o arcebispo católico de Porto Alegre, Dom João Becker, teve seu nome cogitado pelos correligionários e foi convidado para concorrer ao cargo de senador pela AL. O clérigo recusou o convite alegando um conflito entre a política e sua posição na Igreja¹⁶³. Por outro lado, conforme veremos no próximo capítulo, durante a década de 1930, o PL optou por não assumir as reivindicações católicas em seu programa e plataforma eleitoral, refutando a defesa oficial de temas como a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas e a proibição do divórcio. O posicionamento do partido gerou descontentamento de alguns correligionários e resultou no afastamento¹⁶⁴ dos setores religiosos e na perda direta de eleitorado para o PRL, grupo que oportunamente decidiu por assumir estas posições (NOLL, 1980, p. 130-131).

De maneira geral, diante destas características mais básicas das lideranças libertadoras, o seu perfil se encontra bastante próximo daquele identificado por Love e Barickman em sua análise sobre as elites políticas de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo durante o mesmo período. Entre os setecentos e cinquenta e três membros analisados pelos autores, “apenas uma

¹⁶³ Carta do Arcebispo Dom João Becker para a Aliança Libertadora, Porto Alegre, 18 fev. 1924; Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

¹⁶⁴ Raul Pilla, em cartas enviadas para Firmino Torelly e Mem de Sá, questionou as declarações de correligionários que iam contra as orientações oficiais do partido e sondou a opinião de outras lideranças sobre a questão religiosa. Carta de Raul Pilla para Firmino Torelly, Buenos Aires, 14 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para Mem de Sá, 15 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

era mulher, pouquíssimos casos de “não-brancos” e a maioria esmagadora se declarava católico” (LOVE & BARICKMAN, 2006, p. 85-86).

Outro elemento fundamental em torno das origens e da composição social refere-se ao ano de nascimento dos integrantes do grupo. Para a realização deste levantamento, o grupo foi classificada em torno de três grupos geracionais com uma delimitação temporal artificialmente estabelecida à guisa de suscitar reflexões. A primeira geração refere-se aos nascidos entre os anos de 1850 a 1869, ou seja, que se encontravam na vida adulta quando do surgimento do regime republicano e com uma trajetória política consolidada e alcançado a velhice no momento de formação do PL em 1928. A segunda geração é relativa aos nascidos antes do estabelecimento da República, entre os anos de 1870-1889, e na qual se encontra a faixa etária que atingia maturidade em paralelo aos primeiros anos do regime e consolidava sua participação na vida política durante o final dos anos 1920. A terceira geração vincula-se aos indivíduos com nascimento durante o período de 1890-1910, lideranças nascidas durante o regime republicano e que iniciavam ou estavam com uma carreira em ascensão no mundo político regional e nacional durante as décadas de 1920 e 1930.

Em torno dos quarenta e quatro agentes foi possível obter informações sobre quarenta deles. A segunda geração (1870-1889) obteve o maior número de incidências, correspondendo a dezesseis membros, o equivalente 40%. Entre estes, sete nasceram na década de 1870 e nove nasceram durante a década de 1880. A terceira geração (1890-1910), ala mais jovem dos libertadores, obteve a segunda posição com números muito próximo ao grupo vencedor: contou com quinze aparições (37,5%), dos quais doze nasceram na década de 1890 e apenas três na primeira década do século XX. Por fim, a primeira geração (1850-1869), relativa aos veteranos do partido, apresentou o menor número, contando com nove representantes, o equivalente a 22,5% dos dados obtidos. Neste subgrupo cinco nasceram na década de 1860 e quatro nos anos de 1850.

Os resultados apontam para algumas constatações interessantes. Primeiro, um equilíbrio de proeminência entre a segunda e terceira geração de lideranças, ambas com, respectivamente, dezesseis e quinze membros, e que reunidas equivalem à 77,5%. Em segundo lugar, a presença, em bem menor número, dos membros da primeira geração. Nesse sentido, o padrão apresentado diverge daquele observado em outras regiões do Brasil, onde se destacou a proeminência da geração de elites políticas nascidas antes dos anos de 1870 (LOVE & BARICKMAN, 2006, p. 87; PINTO, 2011, p. 43).

Se afunilarmos ainda mais esta divisão, assumindo como referência central apenas as décadas de nascimento, a grande vencedora estaria na terceira geração, com doze integrantes

nascidos durante os anos de 1890, principal corte etário do grupo. Apesar da situação de equilíbrio entre as duas últimas gerações, a ala dos mais jovens parece ter paulatinamente despontado no núcleo de poder partidário ao longo da trajetória do grupo. Estes aspectos se tornam mais evidentes se olharmos atentamente para o Partido Libertador durante a passagem dos anos de 1920 para a década de 1930. Este período significou um movimento de progressiva ascensão de nomes vinculados a terceira geração e nascidos nos anos de 1890. Lideranças como Raul Pilla e Baptista Lusardo passaram a concentrar e assumir os principais postos de chefia do grupo, em substituição a líderes veteranos da primeira geração, dentre eles Assis Brasil e Edmundo Berchon des Essartes.

Por sua vez, a segunda geração, de maior recorrência na quantificação geral, possuiu como característica central a presença de nomes que percorreram os anos de 1920 e 1930 com u estabilidade na ocupação e indicação de postos de poder do grupo. Este é o caso, por exemplo, de Alexandre da Silva Lisboa, Plínio de Castro Casado e Francisco Antunes Maciel Júnior, figuras recorrentes nos principais espaços de poder do grupo.

A ênfase em torno da segunda e terceira geração também sugerem tópicos relevantes sobre a temática das oposições no Rio Grande do Sul e a política regional de maneira geral. A primeira constatação é de que a grande maioria destes agentes, dado a sua época de nascimento, não presenciou ou possuiu envolvimento direto com a Revolta de 1893, guerra civil sanguinária que opôs federalistas e republicanos e que deixou marcas de ódio e ressentimento na política partidária durante muitos anos (LOVE, 1975, p. 77-78). A relação com este tipo de experiência pode ser considerada com elemento importante na formação de uma geração de políticos relativamente mais tolerantes com seus adversários, aspectos igualmente percebidos por outros pesquisadores a partir da análise do PRR (CORTÉS, 2007, p. 42-45). Este fator, possivelmente contribuiu na efetivação da Frente Única entre libertadores e republicanos em 1929. No mesmo sentido de mudança geracional, Luciano de Abreu assinalou para o “abrandamento” das posições ideológicas positivistas nas tomadas de posição de líderes mais jovens em contraposição aos líderes mais antigos do PRR (ABREU, 1998, p. 32-33). O mesmo pode ser pensado para jovens libertadores de origem federalista, como Raul Pilla, de convívio mais ameno com os adversários.

Além disto, a ala jovem do PRR, também chamada como “geração de 1907” ou segunda geração de republicanos, composta por nomes como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e outros, tinha seus membros nascidos no período entre os anos de 1880 e 1894, tendo a grande maioria adquirido notoriedade política durante e partir da década de 1920 (GRIJÓ, 1998, p. 6, p. 184). Do lado libertador, percebe-se recortes similares: a maior parte dos

membros das duas últimas gerações projetaram-se politicamente através da atuação em determinados movimentos, como as eleições de 1922, a Revolta de 1923 e os levantes tenentistas. Neste contexto, os “jovens libertadores” souberam se utilizar da participação em eventos políticos de grande repercussão no âmbito regional e nacional, enquanto um recurso de projeção em seu currículo político e de ascensão aos postos de poder partidário, concorrendo e, em algumas situações, superando as “velhas lideranças”.

O momento turbulento da década de 1920, ou a crise dos “anos de 1920” (VIZENTINI, 1983), significou uma iniciação na política e nos conflitos regionais para diversos novos agentes, muitos deles ainda bastante jovens e que viriam, em um futuro próximo, a ocupar e exercer postos de lideranças no interior do seu partido. Dessa forma, é possível vislumbrar no contexto transformador daquela década uma espécie de evento ou contexto fundador e propulsor destas novas gerações. Conforme aponta Jean-François Sirinelli, este fenômeno vincula-se aos “efeitos de idade e de geração”

compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador autônomo [...] as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação sua bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida (SIRINELLI, 1998a, p. 255).

A partir dessa conjuntura, determinados agentes (principalmente aqueles nascidos na terceira geração) passaram a adquirir proeminência no ambiente partidário regional e alcançar projeção na política nacional. Além disto, o elemento de renovação geracional nos cargos de chefia do PL também sugere a capacidade de absorção e abertura a novos membros, característica não muito comum nos partidos daquele período. Ao analisar as comissões executivas do PRP, Joseph Love constatou a dificuldade do partido em transferir poder para novas gerações, tendo seus quadros constantemente sido marcados pela liderança dos mais velhos. Por outro lado, no partido paulista de oposição, o Partido Democrático, a data média de nascimento dos membros da chefia era de 1890 (LOVE, 1982, p. 227). Diante disto, é possível aventar a ideia de uma relativa abertura e renovação de quadros político-partidários em grupos de oposição, aspecto ocorrido, possivelmente, devido as dificuldades e problemas existentes na formação e atuação destes grupos, bem como o fechamento de portas encontrados nas hostes do situacionismo. Da mesma forma, é perceptível a importância destas “novas lideranças” para o grupo libertador, demonstrando que, para além do protagonismo exercido por Assis Brasil, amplamente destacado pela historiografia e debatido ao longo do primeiro capítulo, ocorreu um movimento de renovação e projeção de novos nomes que desempenharam similar importância na atuação do grupo.

Outro tópico importante de ser investigado trata-se das origens socioeconômicas do grupo. Apesar da dificuldade em obter informações, identificar e classificar o *status* de algumas famílias, é possível sugerir alguns comentários sobre o tema. Dos trinta e três indivíduos possíveis de mapear algum tipo de informação, vinte deles podem ser considerados como provenientes de setores abastados da sociedade (família de grandes estancieiros, charqueadores, comerciantes com fortuna destacada etc.), compondo 60,60%. Esse grupo caracteriza-se, principalmente, pela presença de herdeiros de patrimônios relevantes, como largas extensões de terras no interior do estado e vinculados aos tradicionais troncos familiares do Rio Grande do Sul. Neste segmento encontram-se figuras, tais como, José Antônio Netto (vinculado a família dos Netto, ricos estancieiros de Camaquã); Joaquim Francisco de Assis Brasil (herdeiro de vastos campos de terra espalhados pelo interior do estado), Camilo de Freitas Mércio e Luís Mércio Teixeira (provenientes do núcleo familiar dos Mércio, abastados estancieiros de Bagé).

Diante do tema, Victor Figueiredo, ao analisar a composição social dos “extrachapas”, membros que concorriam a cargos sem a indicação oficial do Partido Republicano Mineiro, concluiu que boa parte deles estavam diretamente vinculados “às tradicionais parentelas mineiras [...] que a revelia do partido da situação, as relações parentais foram capazes de respaldar o envio de alguns indivíduos para um dos cargos mais cobiçados pela elite” (FIGUEIREDO, 2017, p. 70). O autor sugere a importância dos laços e pertencimentos familiares na ascensão política, principalmente, no contexto adverso vivido por grupos e lideranças afastados das benesses do partido situacionista. Neste quadro, os recursos e relações obtidos por fazer parte de uma “boa família” poderiam relativamente ser capazes de suprir a ausência de um partido forte e abrir determinadas portas no mundo político.

Na mesma classificação, treze membros provinham de famílias que classifiquei como portadoras de recursos ou *status* “médios” (pequenos ou médios proprietários rurais, imigrantes italianos e alemães que se dedicaram ao comércio urbano ou a pequena propriedade rural, funcionários públicos etc.). O segmento alcançou 39,40% daqueles possíveis de se obter informações. Este é o caso de alguns nomes, tais como: Raul Pilla, filho de imigrantes italianos proprietários de um armazém comercial em Porto Alegre; Edgar Schneider, filho de imigrantes alemães igualmente dedicados ao comércio na capital e João Gonçalves Vianna Filho e Walter Jobim, ambos filhos de funcionários público.

Como era de se esperar, nenhum membro pôde ser identificado em um quesito de *status* “baixo”, tendo em vista o caráter elitista da política brasileira da Primeira República, reduzida a um círculo restrito de homens com posses. Ademais, apesar da simplificação presente na generalização entre “médios” e “abastados”, cabe destacar que é possível perceber que as

famílias da grande maioria destes agentes possuía recursos financeiros de alguma importância, tendo em vista as oportunidades proporcionadas a seus descendentes, em uma sociedade extremamente marcada pela desigualdade, na qual aproximadamente 61% da população era analfabeta (AMARAL, 2013, p. 63) e onde o diploma de ensino superior era algo acessível a pouquíssimos brasileiros. Nesse quadro de dificuldades, algumas famílias foram capazes de oferecer aos seus filhos a possibilidade de frequentar boas escolas, de transferir-se de localidade para cursar o ensino superior e de ser capaz de se manter longe da propriedade familiar ao longo de cinco anos ou mais para a conclusão do curso.

Outro ponto interessante de ser destacado é a presença de troncos familiares abastados e de tradição na política do Rio Grande do Sul. Este vínculo familiar possivelmente contribuiu para que nomes como Zeca Netto, Luiz Mércio, Felipe Portinho, Antunes Maciel Júnior e outros, se projetassem politicamente e ascendessem aos melhores postos da agremiação. Nesse sentido, a presença de determinados sobrenomes nas fileiras partidárias possivelmente funcionava como uma “relação de mútua necessidade entre os indivíduos e os partidos”, em similar sentido ao percebido por Marcela Ferrari para as elites argentinas do mesmo período (FERRARI, 2010, p. 540). Nesse cenário, os indivíduos estavam interessados nos recursos coletivos oferecidos pela organização partidária, e com o objetivo de ascender em sua carreira, ampliar seus capitais e eleger-se para algum cargo público através da legenda. Por sua vez, os partidos almejavam os diferentes recursos materiais e humanos que os indivíduos recrutados traziam consigo e através disto, procuravam reconvertê-los em prol do sucesso da agremiação.

Além disto, o tema em debate permite indagar sobre uma espécie de “rótulo historiográfico” colado em torno das oposições sul rio-grandenses, enquanto genericamente reduzidas ao elemento identitário de vínculo exclusivo com o mundo pecuarista da zona da campanha sul rio-grandense, em comparação ao PRR, considerado como representante de elite ascendente de outras regiões geográficas e das camadas médias urbanas (PINTO, 1986, p. 10). Os dados biográficos levantados¹⁶⁵ sobre o PL demonstram uma diversificação em termos de origens socioeconômicas bastante relevantes para compreender os pontos de partida dos percursos sociais dos libertadores em suas carreiras políticas. Alguns deles, evidentemente devido a hegemonia de determinados setores socioeconômicos na política da Primeira República, encontravam-se profundamente enraizados com o ramo da pecuária. Contudo, as origens e interesses sociais dos libertadores não estavam apenas “sedimentados na grande propriedade e na pecuária” (CAMARGO, 1983, p. 26). Diversos outros membros provinham e

¹⁶⁵ Conforme veremos a seguir, a procedência geográfica e zona de atuação política destas lideranças também corroboram este argumento.

desempenhavam atividades em diferentes meios, tais como: Armando Peterlongo, industrial da serra que deu continuidade aos negócios do pai na produção de vinhos e champanhe da “Vinícola Armando Peterlongo & Cia Ltda”; Guilherme Ludwig que dedicou-se ao ramo industrial e comercial¹⁶⁶ na cidade de Novo Hamburgo; e Anacleto Firpo, comerciante e negociante em Pelotas.

Conforme aponta Joseph Love, diante do predomínio dos estancieiros nos partidos de situação e oposição, o crescente papel da população colonial nas atividades econômicas do Estado não se confirmou na política (LOVE, 1971, p. 138-140). Além disto, segundo Boris Fausto, tanto no PL quanto no PRR é possível identificar “uma composição de velhos oligarcas [...] e alguns jovens que surgem no interior das agremiações partidárias, mais como equipe de substituição do que de ruptura”. A grande maioria destas lideranças apresentava um comportamento político “de indiferença, senão de hostilidade, às reivindicações específicas” de setores industriais (FAUSTO, 1997, p. 57-59). Apesar da relevância dos apontamentos destes dois historiadores, os libertadores apresentaram indícios de que estes agentes e ramos começavam a se inserir nos espaços de poder e encontraram alguma possibilidade, ainda que pequena, de participação na política partidária. O que não quer dizer que os libertadores¹⁶⁷ tenham assumido plenamente reivindicações ligadas ao setor industrial ou ao setor colonial de imigrantes, da mesma maneira que não foram compostos apenas pelos interesses da pecuária.

Em termos de formação no ensino superior foi possível obter dados de trinta e nove indivíduos¹⁶⁸. Entre aqueles investigados, trinta e quatro (87,18%) possuíam título superior e apenas cinco não apresentaram diploma algum (12,82%). Daqueles com formação superior, dezoito contavam com a graduação em Direito (52,94%), sendo que seis destes pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, cinco pela de São Paulo, quatro pelo Rio de Janeiro, um por Lisboa em Portugal e dois sem informação de local e período do curso. Por sua vez, outros quinze membros possuíam formação em Medicina (44,12%), seis deles no Rio de Janeiro, três em Porto Alegre, três na Bahia e três sem informações sobre a instituição; por fim, tem-se apenas um caso com titulação em Farmácia (2,94%), graduado na cidade de Porto Alegre.

Diante destes números é possível identificar um perfil com características similares aquelas observadas por Surama Pinto para o caso das elites políticas no Rio de Janeiro:

¹⁶⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 1, 14 out. 1929, p. 7.

¹⁶⁷ O jornal partidário chegou a afirmar que o grupo era formado por “representantes de todas as classes sociais”. Ver: ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 665, 26 dez. 1931, p. 3.

¹⁶⁸ Quando da ocorrência de mais de uma formação ou do curso em diferentes instituições optou-se por selecionar aquela em que o agente exerceu profissionalmente, assim como a instituição ou curso em que realizou sua formatura.

predomínio dos cursos de Direito e Medicina, tradicionais desde o Império, e a frequência às instituições brasileiras em detrimento das estrangeiras, resultando em um contato entre os membros da elite e no estabelecimento, em muitos casos, de redes de relações (PINTO, 2011, p. 45-47). Além disto, destaca-se a centralidade do diploma superior, enquanto uma condição “*sine qua non* para o acesso à elite” (LOVE, 1982, p. 127), tema já amplamente debatido pela historiografia brasileira, principalmente, acerca do predomínio assumido pelos bacharéis em Direito na política partidária e nos altos postos de poder (LOVE, 1982; CORADINI, 1995; CARVALHO, 2011).

Apesar da relevância do capital escolar, é importante destacar que, segundo o alerta de Jonas Vargas, a ausência do diploma de ensino superior, apesar de fechar algumas portas de acesso para os grandes espaços políticos, não vetava por completo o acesso à política, coexistindo com outros métodos de obtenção de prestígio e ascensão nesse meio (VARGAS, 2010, p. 96). Não à toa, alguns libertadores de autoridade no meio partidário não possuíam qualquer diploma, como por exemplo, Honório Lemes. Da mesma maneira, é necessário considerar que este tipo de recurso por si só, conforme problematizado por Odaci Coradini, não é capaz de explicar todos os aspectos daquele contexto, tendo em vista que os usos sociais do diploma escolar, principalmente, a inserção do seu portador em um conjunto de redes de relações, era o que consagrava uma posição social e indicava o valor real de um título na sociedade brasileira (CORADINI, 1995, p. 13).

O curioso em perceber nos dados é a presença destacada do título de Medicina, quase que equivalente aos formados em Direito, aspecto que não parece ter sido uma situação típica na política nacional do período. Joseph Love e Bert Barickman, reunindo informações sobre as elites de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, chegaram à conclusão de que 70% possuíam títulos em Direito, sendo apenas 8% em Medicina (LOVE & BARICKMAN, 2006, p. 79). Em termos de presença expressiva de médicos, apenas o caso do Partido Democrático de São Paulo guardou aproximação com a composição dos libertadores: o grupo contou como uma presença destacada de médicos em suas comissões executivas, bem acima daquela apresentada por seus rivais do PRP (LOVE, 1982, p. 230).

Esta situação também permite uma comparação com as lideranças do PRR¹⁶⁹: dos sete nomes da “geração de 1907” analisados por Luiz Alberto Grijó, seis possuíam título em Direito e apenas um deles, Lindolfo Collor em Farmácia (GRIJÓ, 1998, p. 6). Ademais, se pensarmos

¹⁶⁹ Infelizmente, até o momento nenhum estudo dedicou-se a realizar uma análise prosopográfica do PRR ao longo da Primeira República, investigação que traria diversas contribuições ao estudo da política do período, assim como serviria de elemento de comparação instigante para pensar os libertadores.

nas principais lideranças do PRR, essa tônica se mantém: Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado e outros eram todos formados em Direito, sendo poucos os casos de médicos, dentre eles, Ramiro Barcellos e Carlos Barbosa Gonçalves.

A presença de médicos entre os libertadores impele a realizar algumas reflexões sobre os motivos e consequências desta peculiaridade. Um primeiro ponto possível de ser explorado trata-se do conflito de posicionamento entre a categoria médica e os governos estaduais do PRR sobre o tema da chamada “liberdade profissional”¹⁷⁰, problemática recorrente na sociedade sul-rio-grandense do início do século XX. De acordo com Felipe Vieira, a questão, presente já na Constituição de 1891 e defendida ao longo dos governos de Castilhos e Borges de Medeiros, apoiava-se na ideia de que o Estado não deveria interferir sobre o exercício de nenhuma profissão. Dessa forma, para exercer a profissão de médico, bastava qualquer pessoa realizar sua inscrição na Diretoria de Higiene do Estado, abrindo a possibilidade tanto para diplomados, quanto para os chamados “médicos práticos” e curandeiros, sejam eles de origens nacionais ou estrangeiros. O problema levou muitos médicos a organizarem-se e estabelecer uma crítica sistemática ao partido situacionista através de congressos, publicações e reuniões (VIEIRA, 2009, p. 33-40). Na liderança deste processo de crítica ao governo estadual estavam nomes que viriam a ser chefias do PL, dentre eles, Gabino da Fonseca, Raul Pilla e Argemiro Dornelles. Ademais, através da convocatória para formação do sindicato médico no Rio Grande do Sul é possível visualizar esta aproximação entre a categoria e o partido¹⁷¹. Da mesma forma, as preocupações dos profissionais se fizeram presentes em charges e editoriais publicados pelo órgão de imprensa dos libertadores ao longo do tempo¹⁷².

Neste cenário, é interessante perceber que, no mesmo momento em que PL e PRR se aproximaram em Frente Única durante o final da década de 1920, igualmente o Sindicato dos Médicos optou por abandonar sua atitude hostil em relação ao governo estadual (VIEIRA, 2009, p. 45-46). Ou seja, é notável uma combinação de interesses e críticas de setores da classe médica com o grupo político opositor no âmbito estadual, fazendo com que muitos dos médicos viessem a construir vínculos com o PL, aderindo e militando no partido.

Para além dos conflitos e divergências sobre esta temática, aspecto que igualmente contribuiu na aproximação dos estudantes e formados em Medicina com o oposicionismo, pode ser identificado no convívio, aproximação e relações pessoais estabelecidas ao longo de suas

¹⁷⁰ Uma discussão mais aprofundada sobre tema pode ser encontrada nas investigações de Lizete Kummer (2002), Felipe Vieira (2009) e Diego Devincenzi (2012).

¹⁷¹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 483, 20 mai. 1931, p. 1

¹⁷² ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 557, 14 ago. 1931, p. 3; n. 558, 15 ago. 1931, p. 1.

trajetórias estudantis e profissionais. Muitos destes médicos foram colegas ao longo da faculdade ou cursaram contemporaneamente as mesmas instituições de ensino, à exemplo de Raul Pilla e Walter Jobim. Outros atuaram e frequentaram os mesmos espaços enquanto colegas de trabalho: no corpo médico da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, como Edmundo Berchon, Urbano Garcia e outros membros do PL; no quadro de docentes da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde conviveram Raul Pilla e Raimundo Gonçalves Vianna; e na Sociedade Médica do Rio Grande do Sul, fundada e dirigida por nomes como Gabino Fonseca e Sebastião de Oliveira. Dessa forma, a sociabilidade construída em torno da medicina, possivelmente contribuiu no estabelecimento de laços e vínculos que foram convertidos na e para a política, principalmente, no processo de adesão e ascensão de muitos destes personagens no meio oposicionista regional, resultando na sua incorporação ao Partido Libertador.

Em sintonia com o tema da formação superior, identifiquei a ocupação profissional dos membros do grupo. Nessa listagem foi possível obter dados sobre quarenta e dois membros. Estes apresentaram como sua principal atribuição¹⁷³: dezesseis na área da advocacia (38,1%), doze como médicos (28,58%), sete dedicam-se a atividades relativas às propriedades rurais (16,66%), seis atuaram como comerciantes e/ou industriais (14,28%) e um deles como militar (2,38). Estes números reforçam os tópicos já destacados anteriormente: o equilíbrio entre advogados e médicos no interior do grupo; e a diversidade de categorias de ocupação socioeconômicas no meio oposicionista gaúcho em contraposição à comum identificação historiográfica sobre estancieiros e pecuaristas. Tendo em vista que, conforme problematizado pelo estudo de Carlos Rangel, o “lastro social” do PL atraiu novos setores sociais emergentes, como profissionais liberais, funcionários públicos e operariado urbano (RANGEL, 2001, p. 29).

A presença destacada de algumas profissões, dentre elas o predomínio de advogados, médicos e proprietários rurais encontram-se igualmente presentes em outros estudos, como nas elites políticas da província de Córdoba na Argentina entre os anos de 1916-1930 (FERRARI, 2006, p. 153) e nos políticos do Rio de Janeiro (PINTO, 2011, p. 51). Além da presença dominante de profissionais liberais, também foi possível identificar que dezoito deles desempenharam duas ou mais ocupações de maneira concomitante, características presentes, por exemplo: na atuação enquanto advogado e proprietário rural assumida por Antunes Maciel Júnior, Lucídio Ramos e outros; as atribuições de médico e proprietário rural de Edmundo

¹⁷³ No levantamento da ocupação profissional, quando da ocorrência de mais de uma categoria por parte do agente, optei por, no primeiro momento, destacar aquela mais constante ao longo de sua trajetória e de maior menção na documentação pesquisada. Posteriormente, arrolei todas as outras funções exercidas, sendo constante a identificação de diferentes atribuições e funções para alguns casos.

Berchon, Luis Mércio Teixeira e Oscar Carneiro da Fontoura; a presença simultânea nas atividades de médico e professor de Raul Pilla e Raymundo Gonçalves Vianna; de militar e professor de Lafayette Cruz; e as atividades de advogado e industrial de Araújo Cunha. Além disto, grande parte destes agentes desempenhou, em paralelo as suas atribuições profissionais, a colaboração, efetiva ou sazonal, em órgãos de imprensa da época, como por exemplo, Assis Brasil, Arthur Pinto da Rocha, Arthur Caetano da Silva, Antunes Maciel, João Gonçalves Vianna, João Baptista Lusardo, Raul Pilla, Waldemar Ripoll, dentre muitos outros. Na medida em que a atuação na imprensa igualmente era compreendida como importante recurso de obtenção de prestígio político e de projeção de determinada liderança.

Conforme argumenta Joseph Love, refletindo sobre o caso das elites políticas de São Paulo, a maior parte destes agentes possuía mais de uma profissão prática, com isto não “apenas da política vivem os políticos paulistas”, possuindo, em média, quase três ocupações além daquela de “homem público” (LOVE, 1982, p. 221). Em sentido similar, ao analisar as atividades de algumas lideranças do PRR, Luiz Alberto Grijó concluiu que estes não eram “*apenas* estancieiros, eram *também* estancieiros”, combinando sua atividade rural com a ocupação de cargos públicos ou partidários, ou ainda na prestação de serviços técnicos de apoio jurídico ou médico (GRIJÓ, 1998, p. 43). Além destas situações elucidadas por Love e Grijó, cabe destacar outras possibilidades neste cenário de múltiplas ocupações e vínculos com a política. Neste sentido, a documentação oferece um exemplo interessante: Francisco Antunes Maciel Júnior, membro de abastada família da cidade de Pelotas, em carta dirigida a Assis Brasil queixava-se da sua situação financeira em decorrência de ter abandonado seus negócios pessoais para assumir o cargo de deputado federal pelo PL, com isto solicitava novamente a presença de seu nome na chapa para concorrer à reeleição¹⁷⁴. A reclamação de Maciel pode ser lida, por um lado, com uma certa “chantagem” e forma de convencer o presidente do partido a colaborar e atuar na inclusão de seu nome entres os deputados indicados pela sigla, assim como pode ser entendida como indício da situação daqueles que viviam “pela e para a política”, principalmente, nos casos de ocupação de cargos públicos federais que demandavam deslocamentos regionais e atribuições na capital federal, impedindo a permanência, mesmo que por um curto período de tempo, em sua cidade de atuação profissional e sede de seus negócios familiares. Nesta mesma lógica situa-se o exemplo de Anacleto Firpo, membro do grupo libertador, comerciante e que queixava-se haver perdido todos os seus rendimentos devido ao envolvimento com as lutas partidárias (CARNEIRO, 1977, p. 110).

¹⁷⁴ Cartas de Francisco Antunes Maciel para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 31 jan. 1926; Rio de Janeiro, 28 mar. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Este padrão de determinadas profissões na política e das múltiplas ocupações concomitantes pode ser explicado, entre muitos fatores, pela sua relação com a obtenção e acúmulo de diferentes recursos, principalmente, de prestígio e capital social. Segundo Surama Pinto,

atividades como o exercício da advocacia e da medicina no espaço da cidade permitiam a seus praticantes desenvolver uma ampla rede de relações e clientela. Ser médico, numa época em que epidemias eram constantes e o acesso da população a esses profissionais não era oferecido a contento pelo Estado, representava a possibilidade de criar, de forma alternativa à simples distribuição de empregos, vínculos de gratidão com a população. O mesmo se pode dizer em relação a ação de advogados, num contexto em que a justiça era parcial, cara e inacessível a todos (PINTO, 2011, p. 69).

Conforme veremos na trajetória de Baptista Lusardo, a descrição acima se encaixa em sua atuação como médico na cidade de Uruguaiana. Além disto, os resultados obtidos na análise prosopográfica apontam para a diversidade de atividades exercidas pelos agentes, fator que também sugere a ampla possibilidade de construção de bases e relações sociais em diferentes espaços. A circulação permitida pelo acesso a locais variados possivelmente contribuiu no estabelecimento de um conjunto de contatos pessoais, amigos, colegas de profissão, clientes, alunos, pacientes, sócios etc. Estes recursos eram tanto convertidos e utilizados em favor da carreira política do portador das relações, como representavam um dos fatores a influenciar nos interesses e opções partidárias assumidas pelos agentes ao longo de sua trajetória.

Essa problemática pode ser visualizada através das trocas de correspondências existentes nos acervos de Assis Brasil e Raul Pilla. Nestas missivas com diferentes contatos, temas relativos a ocupação profissional e negócios financeiros (questões relativas a propriedade rural de Assis ou a atuação de médico e professor de Pilla) vinham costumeiramente acompanhadas de assuntos político-partidários ou sobre eleições. Este é o caso, por exemplo, do telegrama enviado pelo comerciante Abelardo Veiga a Assis Brasil, comunicando o envio dos produtos encomendados pela granja de Pedras Altas, ao mesmo tempo em que aproveitando-se da ocasião para manifestar seu apoio e voto nos candidatos da AL¹⁷⁵. Ou de Anacleto Firpo que relatava para Assis Brasil os trabalhos eleitorais pelo interior do Estado, assim como comunicava o envio de um trator, a situação da mesada dos filhos e a remessa de vacinas solicitada¹⁷⁶. No mesmo sentido, situam-se as correspondências entre Raul Pilla e seu amigo Argemiro Dornelles, colega na Faculdade de Medicina e liderança federalista e libertadora na cidade de São Borja. Em suas trocas de mensagens, os assuntos se misturavam: conselhos pessoais, solicitação de favores para familiares, ideias sobre casos de pacientes,

¹⁷⁵ Telegrama de Abelardo Veiga para Assis Brasil, Pelotas, 3 mai. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

¹⁷⁶ Carta de Anacleto Firpo para Assis Brasil, Pelotas, 9 jul. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

estabelecimento de clínicas e compra de produtos e aparelhos, concomitantemente com comentários sobre atuação partidária e política de maneira geral¹⁷⁷.

Outra variável importante para compreender o perfil coletivo dos libertadores trata-se da região ou zona de atuação das lideranças. Para o desenvolvimento desta análise, o estado do Rio Grande do Sul foi dividido em seis regiões geográficas¹⁷⁸: capital (englobando Porto Alegre e seus municípios vizinhos); região da serra (Caxias, Garibaldi, Taquara, etc.); região oeste (Alegrete, Rosário do Sul, São Gabriel, Uruguaiana, etc.); região norte (Passo Fundo, Erechim, Cruz Alta, etc.); região sul (Pelotas, Camaquã, Bagé, etc.); e região central (Santa Maria, Cachoeira do Sul, etc.). Com base nestas regiões identifiquei a sede de atuação política e zona de influência principal de cada um dos líderes partidários, sendo possível obter informações sobre quarenta e dois membros¹⁷⁹.

Os resultados obtidos apresentam tendências interessantes: treze membros possuíam sua atuação estabelecida região da Capital (30,95%), sendo doze em Porto Alegre e um no município de Novo Hamburgo; onze líderes tinham como sua sede a zona sul do estado (26,19%), cinco em Pelotas, três em Bagé, dois em Camaquã e um em Rio Grande; por sua vez, oito atuavam na região oeste (19,04%), sendo dois no município de São Gabriel, dois em Uruguaiana, um em Alegrete, um em Rosário do Sul, um em Dom Pedrito e um em Quaraí; quatro membros apresentaram como bases políticas a zona norte (9,52%), dois em Cruz Alta, um em Passo Fundo e outro em Erechim; a região central contou com três representantes (7,14%), sendo dois em Cachoeira do Sul e um em Santa Maria; a zona da serra teve dois líderes (4,76%), provenientes dos municípios de Garibaldi e Taquara. Além destes, localizei apenas um membro com atuação fora dos limites estaduais e com sede no Rio de Janeiro (2,40%).

O fator que mais se destaca é a proeminência do entorno de Porto Alegre como cerne de poder dos libertadores. Esta proeminência da capital como centro político foi também identificada nos casos do PRP (LOVE, 1982, p. 230) e das elites políticas da província de Córdoba na Argentina (FERRARI, 2006, p. 158). A centralidade da capital estadual pode ser explicada por diferentes motivos. A cidade era o centro comercial, econômico e urbano de

¹⁷⁷ Carta de Argemiro Dornelles a Raul Pilla, São Borja, 3 fev. 1922; Carta de Raul Pilla para Argemiro Dornelles, Porto Alegre, 6 jun. 1922. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS

¹⁷⁸ A delimitação se deu por motivos geográficos e políticos. Por exemplo: a cidade de Bagé, comumente identificada por outros estudiosos como “Campanha”, me pareceu que, diante da proximidade de suas lideranças com as de Pelotas, seria mais adequada na categoria de “Sul”. Outros autores propuseram algumas delimitações aproximadas e/ou com pequenas variações (LOVE, 1975, p. 5; FÉLIX, 1987, p. 45-46; AMARAL, 2013, p. 89).

¹⁷⁹ Cabe destacar que a definição não ocorreu como simples transposição do local de nascimento com zona de atuação. Procurei, analisando individualmente cada caso, combinar informações e identificar o principal ponto de referências destes líderes. Contudo, na maioria das ocasiões as escolhas dos agentes foram pela atuação no próprio município de origem.

maior proeminência no estado, local sede da burocracia estatal, das faculdades de Direito e Medicina e de outras instituições relevantes. Da mesma forma, também era o espaço no qual se encontrava a sede do Diretório Central, a redação do jornal partidário oficial, onde ocorriam os principais encontros dos membros do diretório e eram definidas as principais deliberações aos correligionários. O local também foi palco do segundo congresso partidário, ocorrido em 1931. Além disso, era a zona de atuação de alguns dos chefes mais proeminentes, tais como, Raul Pilla, Firmino Torelly, Edgar Schneider e Plínio Casado. Por último, cabe também considerar que a política realizada na capital foi responsável pela iniciativa possível de ser considerada como embrionária do movimento libertador: a candidatura de Assis Brasil ao governo estadual em 1922, ocorrida a partir da mobilização iniciada por lideranças da cidade.

No segundo lugar do *ranking* das regiões geográficas situa-se a zona sul, reduto historicamente importante para os oposicionistas no estado. Segundo João Neves da Fontoura, a cidade de Bagé “continuava a ser, como no passado, a capital das oposições gaúchas” (FONTOURA, 1963, p. 303). O município era zona de atuação de importantes líderes: Assis Brasil, uma das principais referências do grupo e que tinha sua sede na granja de Pedras Altas, então distrito daquela cidade e ponto de reuniões e deliberações partidárias; a família Mércio, ícones do federalismo regional e com raízes no local; entre outros. Além disto, foi constantemente escolhida como palco das decisões mais importante do grupo: sede do Pacto de Pedras Altas, colocando um fim a Revolução de 1923; e do congresso de fundação do partido em 1928. Com isto, indicando a relevância estratégica da região para os libertadores e a importância de alguns líderes locais para a formação e mobilização do grupo.

Na mesma região, outro município possuía grande importância: Pelotas, sede de um dos grupos de correligionários mais atuantes, tais como, Anacleto Firpo, Antunes Maciel, Bruno Mendonça Lima, Edmundo Berchon e Urbano Garcia. A cidade também era local de um dos órgãos de imprensa de maior prestígio e longevidade na causa oposicionista, o jornal *O Libertador*, aspectos que tornavam o local espaço de influência central nos interesses e decisões assumidas pelo partido.

Outras regiões igualmente possuíam seus representantes e sua importância no núcleo de poder central dos libertadores. Esta diversidade de municípios representados permite lançar dúvida sobre tradicional explicação historiográfica de que a oposição ao PRR estaria, fundamentalmente, vinculada a região da campanha, tradicional reduto de estancieiros liberais do período imperial, enquanto o PRR englobaria setores médios urbanos e uma dita burguesia ascendente do norte do estado (FRANCO, 1962, p. 195-196; PINTO, 1986, p. 10, p. 23). Da mesma forma, os dados obtidos permitem problematizar interpretações recorrentes em torno do

caso PL, segundo as quais, o grupo possuía sua tradição predominantemente na zona da campanha (NOLL, 1980, p. 261), com uma força “limitada ao sul e oeste do estado”, enquanto “o norte, o centro, a capital e as demais regiões do Rio Grande do Sul, ainda viviam a hegemonia republicana” (FLORES, 2009, p. 25). Conforme é possível perceber no levantamento realizado, de diferentes regiões provinham os líderes que faziam oposição ao partido situacionista: da capital com mais força, seguidos da zona sul e do oeste, mas, também respaldados, em menor medida, por lideranças do centro, do Norte e da serra. Esta presença espalhada pelo território regional sugere uma preocupação do grupo em alastrar suas áreas de influências por diferentes localidades em busca de respaldo e bases políticas mais sólidas para confrontar o PRR, partido dominante em grande parte do estado. Tendo em vista que, segundo demonstra o levantamento de desempenho eleitoral por municípios realizado por Helgio Trindade e Maria Izabel Noll, houve um notável crescimento dos libertadores na maioria das regiões, indicando o surgimento de um equilíbrio de forças político-partidárias durante o final dos anos de 1920 e início de 1930 (TRINDADE & NOLL, 1991, p. 49-51).

Outro elemento crucial de ser debatido no perfil coletivo dos libertadores é o histórico de filiações partidárias dos seus membros¹⁸⁰. De acordo com as informações possíveis de serem levantadas em torno da trajetória dos quarenta e quatro membros¹⁸¹: vinte e quatro deles (54,54%) participaram de dois partidos políticos diferentes; dezesseis filiaram-se apenas na AL/PL (36,36%); oito deles agregaram-se a três agremiações diferentes (18,18%) e apenas um deles fez parte de quatro partidos (2,27%). Dessa forma, mais da metade das lideranças libertadoras, ao longo de suas trajetórias entre os anos de 1889 e 1937, participaram de mais de uma agremiação, indicando a existência de um ambiente político-partidário caracterizado por adesões e rompimentos durante as carreiras das elites políticas do Rio Grande do Sul.

Nesse itinerário de vínculo com diferentes partidos, o percurso de maior incidência foi a transição do Partido Federalista para o Partido Libertador; à primeira vista este movimento pode ser entendido como óbvio, tendo em vista que a grande parte dos federalistas aderiu ao novo partido oposicionista no estado. Contudo, ao contrário do que normalmente costuma-se afirmar na historiografia sobre o tema, a agremiação federalista não deixou de existir devido a

¹⁸⁰ No levantamento destes dados optou-se por compreender a Aliança Libertadora e Partido Libertador como um só partido. Além disso, para a quantificação decidi por considerar apenas os percursos partidários existentes do início do período republicano até o golpe do Estado Novo em 1937. Tendo em vista que alguns destes agentes fizeram parte tanto de partidos durante o período imperial quanto das novas agremiações surgidas partir da década de 1940.

¹⁸¹ Cabe destacar as dificuldades em encontrar registros sobre o tema, sendo assim as estatísticas delimitadas nesse assunto não devem ser entendidas como definitivas, apenas como indicativos de determinadas tendências, tendo em vista a possibilidade de encontrar outros vínculos partidários de algumas lideranças, sobre as quais, até o presente momento, se tem poucas informações.

fundação do PL, tendo muitas lideranças rejeitado o novo grupo e optado por continuar militando no seu partido, o que é o caso de lideranças como Gaspar Saldanha, Antônio Moraes Fernandes, a família Cabeda e entre outros¹⁸². Nesse sentido, embora tenha sido uma transição ligeiramente natural, ela igualmente significou um processo de escolha pessoal por mudança de sigla partidária, postura negada por muitos adeptos.

A participação no PRR antes de filiar-se ao PL apareceu em sete ocasiões. Este movimento pode ser considerado um rompimento mais brusco, tendo em vista a circunstância de passagem direta do situacionismo ao oposicionismo. Todavia, cabe destacar que parte dos indivíduos que realizaram esta opção já vinham atuando como dissidentes do grupo situacionista há algum tempo antes de aderir aos libertadores, caso, por exemplo, de Fernando Abbot e Assis Brasil, afastados do PRR desde as primeiras décadas do regime republicano e que ao longo dos anos de 1920 envolveram-se na formação do grupo libertador.

Outra ocorrência de destaque é o rompimento com o PL para agregar-se ao PRL do interventor estadual Flores da Cunha. Na maioria destes casos, os indivíduos deixaram o grupo para ingressar diretamente nos postos de chefia do novo partido. Este é o caso, por exemplo, de Theobaldo Fleck e José Antônio Netto, onde ambos se afastaram do diretório central dos libertadores no início dos anos de 1930 para ingressar no diretório do outro partido. O mesmo movimento ocorreu com outras lideranças, como Dário Crespo, Francisco Antunes Maciel Júnior e Arthur Caetano da Silva¹⁸³.

Além destes casos, alguns itinerários são particularmente interessantes. O advogado Arthur Pinto da Rocha foi membro do PRR, cindiu com este e aderiu ao PF, vindo posteriormente a integrar o PL. O líder de Pelotas, Francisco Antunes Maciel Júnior foi figura proeminente entre os federalistas, aderiu aos libertadores e posteriormente migrou para o PRL. A trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil apresentou o maior trânsito e envolvimento partidário: foi uma das principais lideranças nos anos iniciais do PRR, dissentiu de Júlio de Castilhos, saiu do partido e ajudou a fundar o Partido Democrático com Fernando Abbot, posteriormente, liderou a fundação do Partido Libertador e também auxiliou na formação do Partido Democrático Nacional.

Diante desse quadro geral é possível identificar a existência de uma possibilidade, aparentemente entendida como legítima na visão dos agentes da época, e que envolvia a

¹⁸² Ver capítulo III.

¹⁸³ Outro fato curioso da formação do PRL é a adesão recebida de Gaspar Saldanha, líder federalista que rejeitou a adesão aos libertadores por acreditar que o grupo significaria a morte dos ideais de Gaspar Silveira Martins e que na década de 1930 ingressou nas fileiras do partido criado por Flores da Cunha.

possibilidade de trocas, rompimentos e aderências a distintos partidos e projetos políticos a partir de diferentes circunstâncias e nuances conjunturais. Essa tendência permite lançar dúvida sobre o usual argumento de fidelidade e adesão irrestrita a um partido político, já oportunamente debatido na análise historiográfica apresentada no capítulo anterior e sugerida por diversos textos (SÁ, 1973, p. 69, p. 100; FERREIRA FILHO, 1974, p. 185). Neste sentido, Carlos Cortés afirma que

A lealdade ao partido era sagrada. Mudar de partido era interpretado como traição, e aceitavam somente durante os breves períodos de transição e instabilidade partidária. Para aqueles que cometiam o pecado de trocar de partido, os gaúchos aplicavam o termo “vira casaca” ou “melancia” (CORTÉS, 1974, p. 31).

A partir dos dados obtidos percebe-se que a questão era mais complexa e os ditos “pecados” de rompimento poderiam eventualmente ocorrer. O vínculo a determinado partido não se tratava de uma posição estática e envolvia uma série de outros interesses e circunstâncias presentes no horizonte de possibilidades vividas pelas lideranças. Neste sentido, cabe considerar que, conforme argumenta Surama Pinto para o caso do Rio de Janeiro, “para esses políticos, a lealdade à pessoas e à palavra empenhada era mais importante do que a lealdade ao partido”, resultando na transitoriedade de agremiações (PINTO, 2011, p. 100). Esta constatação ilumina outro tópico fundamental: a importância de considerar, para além do elemento programático de adesão por ideias e projetos em torno de determinado partido, a presença de outros fatores, interesses e oportunidades que igualmente foram influentes nesse processo de escolhas e envolvimento político-partidário. Conforme afirma Gunter Axt, as “alianças entre lideranças partidárias podiam ser dissolvidas ou recompostas, conforme interesses personalizados, destituídos de compromissos ideológicos ou programáticos mais sólidos” (AXT, 2011, p. 108-109).

Outro tópico importante diz respeito às experiências na política e o envolvimento com o oposicionismo até o momento de obtenção de postos de poder no interior do Partido Libertador, aspecto que auxilia a compreender de que maneira e por quais fatores alguns líderes foram capazes de alcançar as principais posições no interior do partido. Das informações possíveis de obter sobre a trajetória dos indivíduos em análise¹⁸⁴ observa-se algumas tendências gerais. Em primeiro lugar, percebe-se que poucos deles haviam exercido algum cargo público antes de ascender aos postos de chefia partidária, apenas dez (22,72%) possuíam este elemento em seu currículo, dentre eles, estavam Arthur Caetano da Silva, Arthur Pinto da Rocha, Fernando Abbot, Francisco Antunes Maciel Júnior, Assis Brasil, Plínio Casado e Wenceslau Escobar,

¹⁸⁴ O já referido destaque fornecido pelo “Álbum dos Bandoleiros” aos vinte um dos integrantes igualmente aponta para a centralidades destes personagens na política oposicionista daquele momento.

todos com histórico de deputados por diferentes partidos. Além destes, Felipe Portinho e Zeca Netto possuíam a experiência na função de Delegado de Polícia e Lafayette Cruz atuou como secretário do Ministro de Guerra. Neste quadro, é importante lembrar das condições enquanto opositoristas vivida por muitos dos membros do grupo ao longo de suas trajetórias, situação que dificultava o acesso a muitas das oportunidades e cargos disponíveis. Não à toa, grande parte dos cargos obtidos pelos nomes mencionados acima foram conquistados quando eles se encontravam vinculados ao situacionismo, com exceção dos casos de Arthur Caetano, Maciel Júnior e Escobar, deputados eleitos sob a sigla do Partido Federalista.

Por outro lado, foi possível identificar que trinta (68,18%) possuíam alguma experiência prévia em termos de âmbito partidário (chefia de partidos nos seus municípios, participação como representante ou delegado municipal em congressos partidários estaduais, indicação para compor chapa de partidos, participação nos diretórios centrais de diferentes agremiações e etc.). Através dessas informações é possível indicar que grande parte dos membros do núcleo de poder central possuíam níveis relevantes de liderança política nos quadros locais. Este aspecto possivelmente significou um recurso importante entre os correligionários e credenciou determinados nomes a pleitear por espaços nos altos postos de poder partidário, assim como as tão cobiçadas indicações para fazer parte da chapa oficial da sigla nos processos eleitorais. Neste quadro, o caso libertador se aproxima daquilo identificado por Marcela Ferrari para grupos de elites argentinas em que “a participação previa em cargos públicos, municipais ou provinciais, contava menos que a atividade no interior dos partidos”, como por exemplo, a “participação em comitês, secretário, diretórios etc.” (FERRARI, 2006, p. 168-169).

Outro elemento recorrente nas carreiras destas lideranças foi a implicação com a Revolta de 1923, momento político já assinalado como um importante acontecimento de efeito geracional. Do grupo em análise possível de obter algum dado sobre o assunto, trinta e um membros (70,45%) tiveram algum envolvimento com a guerra civil, seja através da participação direta na luta armada, seja no apoio e defesa do movimento através da imprensa ou de campanhas de arrecadação de fundos e armamentos. Nesse sentido, a “prestação de serviços à causa” pode ter sido considerada um requisito crucial para o acesso a determinadas posições, tendo em vista a recorrência na documentação analisada de argumentos com esta lógica (os “excelentes serviços prestados a nossa causa”, os “sacrifícios ao partido e as ideias” e etc.) e como mecanismo de legitimar politicamente os méritos de determinado nome¹⁸⁵. Segundo

¹⁸⁵ Em carta, Felipe Portinho expunha a Assis Brasil o seu entendimento de que o mais importante nas indicações entre os correligionários estava em selecionar aqueles de “longa tradição de serviços e sacrifícios pela causa da

observou Loiva Otero Félix para o caso de chefes locais do PRR, a revolta de 1923 forneceu a projeção de determinados “heróis militares” que, aos moldes de 1893, ascenderam politicamente após a participação no conflito (FÉLIX, 1986, p. 142-143). Desta forma, servir a causa oposicionista em diferentes e dificultosos momentos anteriores a formação do PL, assim como durante a atuação do partido, parece ter sido uma das condições vitais para a obtenção dos melhores postos.

O último tópico de discussão diz respeito a repetição e o monopólio exercido por determinados nomes nos altos postos partidários. Neste entendimento, é preciso considerar que o critério de sucesso “não precisa ser definido em termos do mais alto posto ocupado”, mas, sim “pelo número de posições ocupadas” (LOVE & BARICKMAN, 2006, p. 90-91). Somadas as aparições nas chapas eleitorais federais e nos cargos das comissões e diretórios centrais alguns nomes se destacam, dentre eles: Baptista Lusardo e Assis Brasil com seis aparições cada; Raul Pilla com quatro; Alexandre da Silva Lisboa, Firmino Torelly, Urbano Garcia Filho e Antunes Maciel Júnior cada qual com três postos assumidos. Através da presença de um pequeno grupo de nomes mais destacados é possível identificar a existência de um círculo de poder no núcleo central do PL, no qual gravitavam determinadas figuras principais e que influenciavam profundamente nas principais escolhas e tomadas de posição do coletivo. O levantamento destes nomes reforça o já destacado papel de centralidade identificado em três das principais chefias da agremiação: Assis Brasil, Lusardo e Pilla, e que terão sua trajetória analisada a seguir. A guisa de ilustração, os três primeiros aparecem no centro da fotografia do de um encontro partidário em 1933.

Diante do exposto até aqui, ainda que pese as dificuldades em estabelecer um perfil definitivo sobre o grupo, haja visto a presença de múltiplos líderes com diferentes percursos e experiências, ainda assim é possível se aproximar de algumas tendências gerais sobre origens e composição social, itinerários, comportamentos e práticas, traços que boa parte destes agentes, em alguma medida, compartilharam ao longo de sua vida. Estes elementos oferecem pistas fundamentais para a compreensão acerca da constituição de um *modus operandi* desta elite política e que é peça chave para compreender o processo de formação e atuação do PL e a construção da Frente Única. Por outro lado, igualmente auxiliam na reflexão sobre as linhas argumentativas apresentadas pela historiografia e destacadas no capítulo anterior.

liberdade”. Carta de Felipe Portinho a Assis Brasil, Cruz Alta, 6 mar de 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS. O tema será analisado no capítulo III.

Fotografia 1. Reunião do Partido Libertador



Sentados ao centro: João Baptista Lusardo, Raul Pilla e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Fonte: Acervo Fotográfico do NUPERGS.

A grande maioria das lideranças do grupo eram homens, brancos e apresentaram descendências e sobrenomes de origem europeia. De maneira geral, provinham de famílias abastadas ou médias da sociedade, algumas com largos recursos financeiros e outras com relativamente menores, mas todas com expedientes suficientes para fornecer os meios necessários para a construção das carreiras estudantis, profissionais e políticas de seus descendentes. Ademais, muitos dos libertadores pertenciam a troncos familiares tradicionais da política e sociedade gaúcha, aspectos que, possivelmente, favoreceram sua inserção e ascensão no meio político regional. Dessa forma, o perfil em torno de características sociais mais básicas identificado encontra-se bastante próximo aqueles apresentados por diferentes grupos político-partidários do mesmo período, principalmente, nos casos de Minas Gerais e São Paulo. Nestes termos, os libertadores também se encontravam bastante próximos aos seus históricos adversários do PRR: embora divididos no espectro político-partidário, compartilhavam da condição de pertencimento a uma classe dominante, desta forma, possuíam interesses similares ao nível sócio-político e econômico (TRINDADE, 1979a, p. 169), dividiam uma mesma visão de “conservadorismo socioeconômico” (NOLL, 1980, p. 80) e partilhavam dos mesmos valores e concepções de política e sociedade (GRIJÓ, 1998, p. 141). Estes elementos, juntamente a

outros, devem ser tomados como centrais para a compreensão do processo de aproximação de ambos os partidos na FU.

Em termos geracionais, foi possível perceber que as lideranças do PL foram em ampla maioria nascidos em um período próximo ou após o estabelecimento da República, com isto, eram relativamente jovens, possuindo entre 25 a 40 anos e com uma carreira iniciante ou média na política partidária durante o momento de fundação do PL em 1928. Esta característica colocou o grupo em diferença perante grande parte dos agrupamentos partidários do Brasil na Primeira República, com destaque para o caso do PRP. Estes, em sua ampla maioria, foram caracterizados pela hegemonia de lideranças mais velhas, nascidas no período anterior a 1870. Por outro lado, esta propriedade aponta para a possibilidade de abertura política no interior da agremiação, assim como de renovação das elites políticas no Rio Grande do Sul, movimento também possível de ser percebido nas hostes do PRR ao longo dos anos de 1920 e 1930.

Não obstante, esta renovação das elites permaneceu marcada pela existência de um “padrão oligárquico”, aspecto já problematizado pelo estudo de Maria Izabel Noll. Muito embora as novas lideranças apresentassem “recursos maiores de atuação partidária e maior flexibilidade na articulação com novos grupos” (NOLL, 1980, p. 39-40), o que parece ter sido o caso de agentes tanto de PL quanto PRR, como Baptista Lusardo, Raul Pilla, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor. Ainda assim, se tratava de novas lideranças inseridas em velhas oligarquias, ou seja, ainda influenciadas pelos padrões de comportamento e formas de atuação política usuais nos tradicionais partidos políticos durante as primeiras décadas do Brasil Republicano.

A formação no ensino superior e a ocupação profissional demonstrou a centralidade do diploma universitário nas elites políticas e um profundo equilíbrio entre advogados e médicos no interior do núcleo de poder do partido. O título e a profissão de médico mostraram-se, em comparação a outros grupos, muito mais presentes e impactantes. Neste sentido, a presença e o papel dos médicos no PL foram uma das características mais marcantes e singulares do partido. Além disto, a presença de diferentes profissões e ocupações socioeconômicas permitiu lançar dúvidas sobre o argumento usual acerca das origens e comportamentos dos grupos de oposição identificados pela historiografia. O exemplo dos libertadores mostrou que, embora muitas das lideranças do grupo atuassem no setor pecuarista, esta nem sequer foi a atividade predominante entre as principais chefias da agremiação. Ela conviveu com diferentes atribuições e perfis profissionais, sugerindo a complexidade do assunto e a necessidade de maiores cuidados com determinadas classificações estanques.

Por outro lado, estes atributos forneceram indícios importantes que reforçam as hipóteses apresentadas ao longo da tese: os vínculos e relações pessoais, familiares e profissionais, aos moldes daqueles presentes na construção de sociabilidades entre os médicos do grupo, foram tão importantes quanto a simpatia de ideias na formação e atuação dos partidos políticos e na comunhão e militância dos agentes em seu interior. Dessa forma, tomar posição de um “liberal”, “parlamentarista”, “positivista” ou “presidencialista” e professar estes princípios, parece ter desempenhado similar influência nas práticas e condutas do que ter estabelecido amizade com determinado líder durante a faculdade de medicina, ser colega de profissão na Santa Casa de Misericórdia ou participar em um conjunto de associações e publicações de classe.

O perfil coletivo dos libertadores também apresentou elementos tradicionais na composição das elites do seu tempo, tais como: a condição elementar do título superior para o acesso e atuação no meio político; a presença expressiva de bacharéis em Direito nos principais postos de poder do grupo; as múltiplas ocupações e negócios desempenhados por políticos de maneira concomitante a sua atuação como “homem público”; e a atuação e colaboração em jornais como uma importante credencial.

Em termos de regiões geográficas de influência e bases políticas identifiquei a centralidade de algumas zonas principais no Rio Grande do Sul. A região metropolitana de Porto Alegre emergiu como espaço privilegiado de atuação dos libertadores. Com números próximos a ela figuraram, respectivamente, as zonas sul e oeste, ambos espaços importantes de atuação e recrutamento de lideranças partidárias. Todavia, o grupo apresentou uma heterogeneidade e diversificação expressiva em termos de ocupação das zonas e projeção de líderes, dispondo de representação em cada uma das áreas investigadas. Esta constatação sugere a ampla base de suporte construída em todo o território regional, aspecto fundamental na construção de uma competitividade frente aos até então adversários do PRR. Da mesma forma, estes dados possibilitaram questionar as tradicionais explicações historiográficas sobre as origens geográficas dos grupos opositoristas como exclusivamente oriundos da região da campanha¹⁸⁶. Conforme foi possível perceber, as zonas de atuação e recrutamento do PL eram bem mais amplas e diversificadas do que a simples redução ao espaço da campanha ou sul do estado.

O mapeamento do perfil coletivo em termos de experiências e trajetórias na carreira política demonstrou uma tendência de ambiente político-partidário caracterizado pela possibilidade de rompimentos e mudanças entre correligionários. Este aspecto pode ser

¹⁸⁶ Além dos tradicionais estudos já citados anteriormente e que defenderam este argumento, algumas investigações surgidas em um período mais recente têm reiterado esta visão (RANGEL, 2009, p. 12, p. 25).

visualizado através dos itinerários da maioria dos agentes, marcados pela participação em, geralmente, mais de um partido ao longo do período. Esta constatação sugere um questionamento e maior cuidado interpretativo perante o argumento sobre a lealdade partidária excessiva durante o período, demonstrando a existência de um quadro um pouco mais complexo e fragmentado no processo de adesão e rompimento entre elites e grupos. Com isto, a já referida coesão e vinculação inviolável em torno de doutrinas de um partido por parte dos analistas emerge como passível de maiores debates. A opção de romper com determinado partido e aderir a outro diante de determinadas circunstâncias, interesses ou oportunidades, assim como a ruptura, afastamentos e inimizades, eram possibilidades viáveis e legítimas no horizonte de possíveis vislumbrados pelas lideranças.

Sobre as experiências de carreiras demonstrei que a participação prévia em cargos públicos não exerceu influência tão destacada na conquista de postos de poder no interior do grupo, embora fosse um elemento de distinção relevante naquele contexto, mas, ainda assim, não tão marcante para um grupo que sofria dos problemas inerentes a sua condição de oposição no sistema político da Primeira República. Por outro lado, determinados outros aspectos foram a chave para o sucesso e a projeção no meio libertador. Dentre eles, a participação anterior em outros órgãos de chefia partidária e a atuação prévia como liderança em âmbito local. No mesmo sentido, o rol de “serviços prestados a causa”, principalmente, em relação ao envolvimento e participação direta com a guerra civil de 1923, deve ser entendido como critério imprescindível na “meritocracia” dos libertadores. Por fim, detectei a recorrência de determinados nomes que aparecem em sucessivas ocasiões nos principais postos e indicações do grupo. Lideranças como Assis Brasil, Baptista Lusardo, Raul Pilla, Alexandre da Silva Lisboa, Francisco Antunes Maciel Júnior, Firmino Torelly e Urbano Garcia Filho despontaram como principais estrelas na constelação de chefes do partido.

Além do mapeamento e discussão do perfil, origens e comportamento do próceres libertadores, outro objetivo central da biografia coletiva foi problematizar os interesses, escolhas e relações por detrás da retórica políticas destas lideranças, buscando apontar caminhos alternativos aos já amplamente apresentados pela historiografia política e, com isto, encontrar elementos que servissem de subsídio para refletir sobre os aspectos que levaram determinadas lideranças a se reunirem no PL, ou ainda, a se aproximarem dos seus adversários históricos em prol de determinada conjuntura ou oportunidade. Conforme o identificado através da análise prosopográfica, estas questões demandam respostas complexas a partir da análise de diferentes aspectos relativos aos recursos e características presentes e atuantes no mundo

político do Brasil Republicano, assim como vinculam-se a determinadas visões de mundo e formas de conceber e atuar na política assumidas pelos agentes envolvidos naquele contexto.

Neste ponto, a biografia coletiva ofereceu elementos instigantes para a reflexão em torno do problema de pesquisa. O primeiro deles, diz respeito a maneira com que origens familiares e sociais, a vivência de experiências em comum e os itinerários de convivência em diferentes espaços contribuíram nas escolhas e interesses políticos de muitos agentes. Os libertadores provinham de setores da sociedade muito próximos, suas famílias conheciam umas às outras, muitos deles, frequentaram os mesmos bancos escolares e conviveram durante anos nas mesmas instituições, outros foram colegas de trabalho ou frequentaram as mesmas entidades e associações e por vezes os mesmos locais de trabalho. Estes elementos de sociabilidade e construção de vínculos pessoais merecem serem considerados como uma das principais características das elites políticas e amplamente influentes nas adesões partidárias dos agentes.

Um segundo ponto, diz respeito a relevância do elemento geracional e a formação de uma geração de políticos com experiências, vivências, visões de mundo e formas de conceber e atuar na política com características aproximadas. Esta face dos libertadores torna-se evidente ao refletirmos em torno de alguns aspectos principais, como por exemplo, o afastamento da temática da revolta federalista, a projeção conquistada através da atuação na conturbada década de 1920 e o convívio com os adversários políticos no congresso federal. Além disto, quando colocados em comparação, a ala dos “jovens libertadores” com os membros da chamada “geração de 1907” do PRR, é possível identificar alguns dos motivos de aproximação entre eles e que levaram ao afastamento das antigas disputas partidárias para a formação da Frente Única, em um contexto de relativa renovação na política regional e de ascensão de novos nomes nos principais postos dos tradicionais partidos políticos. Todavia, conforme assinalado ao longo do capítulo, as “novas lideranças”, apesar de apresentarem algumas novidades em termos de conduta e prática política, permaneciam vinculadas a um “velho padrão oligárquico”, ainda marcado por traços de violência, opção por pegar em armas para solucionar problemas políticos, uma visão elitista da política, um conjunto de valores sociais conservadores, etc.

Os elementos identificados também suscitam reflexões acerca de um *modus operandi* das elites políticas e que auxiliam a compreender melhor os movimentos e motivações que levaram a formação do PL e o surgimento FU, bem como a lógica preexistente por detrás das tomadas de posição das lideranças partidárias. Este *modus operandi* encontra-se vinculado a conformação de um *habitus* que age como matriz de percepções, de apreciações e de ações (BOURDIEU, 1995, p. 87), atuando na interiorização de valores, normas, princípios sociais e sistemas de classificações que presidem as escolhas e ações (ORTIZ, 1994, p. 15). Neste quadro

de experiências, possibilidades, limites, condições e necessidades que orientam os modos dos agentes de perceber e agir no e sobre o mundo, talvez lideranças do PL e seus adversários do PRR estivessem mais próximo do que usualmente concebido pela historiografia sobre o tema. Apesar dos diferentes vínculos partidários e a defesa de diferentes projetos e programas ideológicos, em termos de perfil e comportamento social, oposição e situação possuíam muitos elementos em comum: de maneira geral provinham dos mesmos segmentos sociais, frequentavam os mesmos espaços de formação estudantil e atuação profissional, conviviam nos mesmos espaços de sociabilidade e muitas das principais lideranças foram colegas de congresso federal por durante muitos anos. Estes e outros elementos possivelmente condicionaram a conduta de uma nova geração de políticos, elemento que tornou relativamente menos problemática a composição de uma aliança entre os dois partidos rivais.

Para avançar ainda mais nas linhas interpretativas sugeridas até o presente momento, cabe agora investigar de maneira aprofundada as trajetórias de Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo, compreendendo de que maneira e através de quais capitais estes agentes construíram suas carreiras e atuaram no mundo político, atributos que permearam a composição e atuação do Partido Libertador, tendo em vista a centralidade destes líderes no processo de formação do grupo e em seu envolvimento com os principais acontecimentos políticos da época.

2.2. Os libertadores em três trajetórias: Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo

A fim de problematizar os dados levantados na biografia coletiva e aprofundar o entendimento sobre a formação e atuação do PL e de suas lideranças, cabe observar os itinerários sociais percorridos pelos principais nomes do núcleo de poder central do partido. Antes disto, cabe realizar alguns esclarecimentos pontuais. Em primeiro lugar, não se trata aqui de produzir um estudo biográfico em torno dos personagens em destaque, mas, sim, problematizar alguns aspectos e recortes específicos dos itinerários percorridos e que guardam relações com a construção de posições de liderança no âmbito político-partidário e suas contribuições no Partido Libertador.

Além disto, através destes casos pretende-se analisar as múltiplas facetas da política e sociedade daquele contexto histórico, compreendendo os mecanismos de organização, composição e práticas dos grupos e agentes específicos. Ao colocar em evidência a atuação destas lideranças objetiva-se entender um pouco melhor o funcionamento do jogo político do Brasil Republicano, suas regras, possibilidades, estratégias e recursos acionados pelos jogadores, assim como elucidar sobre o *modus operandi* desta elite política, características

fundamentais para a compreensão das escolhas e interesses assumidos pelos agentes ao longo do período.

Para o estudo das trajetórias em questão foram consultadas algumas fontes importantes de serem destacadas. Para os casos de Assis Brasil e Raul Pilla contei com o suporte dos documentos existentes em seus respectivos arquivos particulares. Para Baptista Lusardo não foi possível localizar acervos pessoais, lacuna que foi superada parcialmente através das contribuições fornecidas pela biografia produzida por Glauco Carneiro sobre o político, assim como os documentos de sua autoria existentes em acervos de outros políticos. Além da consulta basilar nos acervos pessoais, busquei subsídios de informações em outros suportes: notícias de jornais da época; contribuições de memorialistas contemporâneos aos personagens; e escritos de biógrafos ou estudiosos sobre a vida e atuações dos personagens.

Diante deste pano de fundo e com o objetivo de aprofundar a discussão apresentada na primeira parte desse capítulo, parto agora para análise da trajetória destas lideranças em destaque, tendo como enfoque principal o processo de construção destas lideranças políticas e sua atuação durante as décadas de 1920 e 1930 junto ao Partido Libertador.

2.2.1. As múltiplas facetas de um político: Joaquim Francisco de Assis Brasil, pecuarista, doutrinador, líder partidário, diplomata, parlamentar, ministro...

A figura de Assis Brasil pode ser considerada um dos principais nomes da política brasileira durante as primeiras décadas do regime republicano, “um dos mais talentosos dentre os republicanos gaúchos” (LOVE, 1971, p. 31). Propagandista da República, teórico da democracia e do presidencialismo, foi também deputado, diplomata, ministro e exerceu diversas funções e atividades, com destaque para sua contribuição em partidos políticos, dentre eles, o Partido Libertador. Segundo Paulo Brossard, uma de suas principais características foi o “espírito poliédrico”, sendo “homem de letras”, “homem público” e “agricultor” (BROSSARD, 1989, p. 345). Por sua vez, Carlos Reverbel caracterizou-o pela “multiplicidade dos seus dotes, a versatilidade de seu espírito e a diversidade de seus interesses e realizações”, como “poeta, teatrólogo, historiador, jornalista, orador, conferencistas e filólogo”, além de “doutrinador político”, eficaz nas “questões diplomáticas” e com talentosa “vocaçãõ agrícola” (REVERBEL, 1990, p. 30-31). Para além do tom elogioso dos biógrafos sobre sua multiplicidade de talentos e ofícios, cabe averiguar mais de perto alguns aspectos relativos aos diferentes recursos, relações, práticas e comportamentos apreendidos ao longo de sua trajetória, com destaque para as experiências e atividades desempenhadas durante a conjuntura das décadas de 1920 e 1930.

Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu em 29 de julho de 1857 no município de São Gabriel, interior do Rio Grande do Sul. Faleceu¹⁸⁷ no dia 24 de dezembro de 1938 em sua granja na localidade de Pedras Altas, naquela época pertencente ao município de Bagé e atualmente a Pinheiro Machado. Era filho de Francisco de Assis Brasil e Josefina de Bemsalinas. O casal teve outros doze filhos, dos quais nove sobreviveram (cinco homens e quatro mulheres). Entre todos os seus irmãos, Joaquim foi um dos principais herdeiros da extensa propriedade de terras familiar e o único a ter acesso aos bancos acadêmicos de sua época (REVERBEL, 1990, p. 10).

Fotografia 2. Assis Brasil discursando (sem data, possivelmente no ano de 1930)



Fonte: Arquivo Fotográfico do NUPERGS.

Sua formação estudantil se iniciou no Colégio São Gabriel em 1870, em seguida transferiu-se para Colégio Taveira Júnior na cidade de Pelotas e finalizou os estudos primários no Colégio Gomes em Porto Alegre. De acordo com Brossard, estas duas últimas escolas foram responsáveis pela “primeira fagulha republicana em seu pensamento” (BROSSARD, 1989, p. 20). Da mesma forma, Reverbel considera que ali ocorreu o acesso as ideias republicanas e abolicionistas, temas que “encontraram terreno fértil” em sua personalidade e influenciaram sua conduta (REVERBEL, 1990, p. 10). Logo em seguida, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se no ano de 1881. Durante a estadia na capital paulista conviveu com diversos nomes de uma geração de jovens republicanos, dentre eles, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima (pai de Bruno de Mendonça Lima, futuro companheiro do PL),

¹⁸⁷ O Arquivo Assis Brasil apresenta uma vasta documentação sobre seu inventário e testamento. Dentre suas diversas propriedades, destaca-se um campo em Alegrete de 6. 691 hectares, herdado pelo filho Joaquim, além das terras na Granja de Pedras Altas, em Uruguaiana, Herval e Santa Maria. “Inventário do Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil”, Pelotas, 30 nov. 1939. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Barros Cassal, Manoel Pacheco Prates (pai de Luiz Pacheco Prates, também membro do PL nos anos de 1920) e dentre outros. Além do amplo conjunto de relações pessoais estabelecidos durante os convívios na instituição, também entrou em contato com diferentes ideias em evidência naquele momento, dentre elas, o positivismo, darwinismo, materialismo e outras correntes de pensamento.

Juntamente com outros colegas acadêmicos participou da fundação do “Club 20 de setembro”, colaborou com a “Revista Federal” e dirigiu o jornal “A Evolução”. No mesmo contexto publicou seus primeiros escritos, dentre eles, as obras “Chispas” (1877), “A República Federal” (1881) e “História da República Rio-Grandense” (1882) (BROSSARD, 1989, p. 24-25). A partir dali o interesse e a habilidade com a escrita se fizeram presentes através de diversas publicações, desde livros e textos teóricos sobre sistemas políticos ou sobre temas relativos a agropecuária, passando por artigos em jornais e revistas, programas e documentos partidários ou manifestos políticos e de revoltas armadas.

Após a formatura, retornou ao estado natal e participou da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, ingressando definitivamente no mundo da política e atuando na divulgação dos ideais republicanos. Já nos primeiros anos do partido ganhou destaque através da eleição para deputado provincial em 1885, o primeiro e único deputado republicano eleito naquele momento. Posteriormente, já durante a vigência do regime republicano, tornou-se deputado constituinte em 1890¹⁸⁸ e em 1891 fez parte da junta que governou o estado do Rio Grande do Sul durante alguns meses.

Na mesma época casou-se com Maria Cecília Prates de Castilhos, irmã do amigo e correligionário Júlio de Castilhos. Com o falecimento prematuro da esposa, casou-se em segundas núpcias com Lídia de São Memede, nascida na Alemanha, filha de condes e companheira que esteve ao seu lado até o falecimento. Deste último casamento nasceram oito filhos, os quais, em sua grande maioria, dedicaram-se ao ramo de atividades rurais nas propriedades familiares pelo interior do estado (REVERBEL, 1990, p. 11-12).

Ainda no final do século XIX, Assis Brasil divergiu do ex-cunhado e correligionário Castilhos, rompendo com o PRR e se afastando parcialmente da vida partidária regional. De acordo com as recorrentes interpretações historiográficas, o rompimento ocorreu em decorrência de uma clara “divergência ideológica” (BROSSARD, 1989, p. 37) em decorrência

¹⁸⁸ Na ocasião da constituinte, Assis Brasil se desentendeu e foi desafiado para um duelo de honra por um deputado da Bahia. Segundo o relato da filha Cecília, o oponente, ao tomar conhecimento de que o pai era um ótimo atirador, solicitou a mudança da luta para o uso de espada, quando já se encontrava assentado o duelo por pistolas, com isto, o confronto acabou cancelado (ASSIS BRASIL, 1983, p. 85). Conforme veremos a seguir, situações similares de duelos armados pela honra foram vividas por Raul Pilla e Baptista Lusardo.

do “dogmatismo partidário” de Castilhos (REVERBEL, 1990, p. 34-35), aspectos explicitados na ocasião de elaboração da carta constitucional estadual. Por outro lado, Tassiana Saccol defende que o dissídio ocorreu não apenas em decorrência da divergência de ideias, mas, igualmente por motivos de interesses pessoais e rivalidades em torno de espaços de poder, em uma conjuntura em que os membros da família Assis Brasil acabaram sofrendo de um alijamento político por parte da facção comandada por Castilhos (SACCOL, 2018, p. 16, p. 47). De qualquer maneira, o rompimento com o PRR colocou Assis Brasil em paulatina rota de aproximação com os diferentes grupos de dissidentes e opositores ao PRR no Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XX.

Após a dissidência, Assis Brasil dedicou-se a atuação na diplomacia, atividade que desempenhou por durante muitos anos. Foi Enviado Extraordinário do Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires na Argentina no período de 1889 a 1891, atuou no serviço diplomático nas cidades de Lisboa, em Portugal, entre os anos de 1895 a 1898, em Washington, nos Estados Unidos, nos 1898 a 1903, e, posteriormente, novamente na capital argentina no período de 1905 a 1907 e, novamente, entre os anos de 1931 e 1933¹⁸⁹. No mesmo ano de 1933, foi nomeado delegado brasileiro na Conferência Monetária e Econômica em Londres¹⁹⁰.

Além da atuação na propaganda republicana e na diplomacia, uma das principais facetas de seu itinerário residiu no envolvimento com os assuntos da agropecuária e a modernização de suas concepções e práticas. Ainda no ano de 1895, na ocasião à serviço da diplomacia brasileira na Europa, participou da fundação e presidiu a “Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura” na cidade de Paris. Do seletivo grupo faziam parte figuras como Barão do Rio Branco, Santos Dummont, Rodrigues Alves, Edmundo Berchon (futuro companheiro de política libertadora) e outros. A inserção no meio dos criadores e produtores rurais resultou em uma ampla circulação através da atuação em diferentes atividades e instituições: participou ativamente em eventos e associações da área, na maioria das vezes realizando palestras ou dirigindo encontros e entidades, como por exemplo, nas atividades da Associação Rural de Bagé e da Sociedade Agrícola Pastoril de Pelotas, nos eventos do I Congresso das Associações Rurais do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, Congresso Rural de Santa Maria e na Biblioteca

¹⁸⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 426, 12 mar. 1931, p. 12; ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 647, 04 dez. 1931, p. 1; Documento oficial do governo argentino reconhecendo a nomeação de Assis Brasil como embaixador no país. Buenos Aires, 26 mar. 1931; Documento oficial do governo brasileiro decretando término da missão diplomática de Assis Brasil na Argentina, 18 jul. 1933. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

¹⁹⁰ Documento oficial do governo brasileiro nomeando Assis Brasil para o evento, Rio de Janeiro, 16 mai. 1933. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Agrícola Popular Brasileira; da mesma maneira, participou de encontros sobre o tema nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. Em torno do assunto também colaborou com artigos nas revistas “A Fazenda” do Rio de Janeiro (1922) e “A Estância” de Porto Alegre (1913-1915), além de ter publicado textos no jornal “Correio do Povo” e no “Almanaque da Livraria do Globo”. Com a experiência e o conhecimento adquirido sobre o tema, projetou a Granja de Pedras Altas, construída entres os anos de 1904 e 1913 com o objetivo de servir como estabelecimento modelo entre os criadores da época e colocar em prática as noções mais modernas da agropecuária (REVERBEL, 1990, p. 94-96).

Estes aspectos tornaram Assis Brasil, no entendimento de Paulo Brossard, “a mais autorizada voz nacional enquanto dissesse respeito à agricultura e à indústria pecuária” (BROSSARD, 1989, p. 135). Nesse sentido, é preciso considerar que a circulação e o prestígio¹⁹¹ entre os produtores, proprietários e profissionais da área, possivelmente foram reconvertidos em prol da construção de sua liderança e carreira política. Na medida em que, ao longo destas experiências, estabeleceu contatos com nomes de destaque entre as elites econômicas rio-grandenses, como por exemplo, os charqueadores pelotenses e estancieiros de Bagé. Não por coincidência, muitos dos nomes vinculados ao meio viriam a compor os quadros do Partido Libertador, entre eles, Edmundo Berchon e as famílias Antunes Maciel e Mércio. Ademais, foi justamente em torno destes aspectos, conforme identificou Maria Antonacci, que Assis Brasil foi capaz de servir como referência na articulação dos descontentamentos vividos pela classe dos pecuaristas durante a crise econômica no início dos anos de 1920, resultando na acirrada campanha eleitoral de 1922 e nos acontecimentos da revolta de 1923 (ANTONACCI, 1981, p. 54-56). Da mesma forma, a inserção no meio dos produtores rurais, aliada ao conhecimento e experiência sobre o tema, assim como as indicações políticas fruto da sua participação na Aliança Liberal, renderam o convite para assumir o cargo de Ministro da Agricultura do governo de Getúlio Vargas no início dos anos de 1930¹⁹².

Outro elemento saliente em sua trajetória diz respeito a participação na fundação e arregimentação de grupos partidários e movimentos políticos. De acordo com Brossard, a longa jornada de trabalhos com partidos (PRR, PRD, PDN e PL), encontra-se relacionada ao

¹⁹¹ Em carta, os “Engenheiros Agrônomos formandos de 1925” aclamavam Assis Brasil como “devotado profissional de nossa carreira”, convidando-o para ser o paraninfo da turma e realizar um discurso na solenidade de colação de grau. Carta dos Engenheiros Agrônomos formandos para Assis Brasil, Porto Alegre, 25 nov. 1925. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

¹⁹² A atuação na pasta encontra-se muito bem documentada no seu acervo particular. Tanto por documentos oficiais (Documento oficial do governo brasileiro nomeando Assis Brasil, Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Rio de Janeiro, 3 nov. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS); e correspondências com secretários e antigos membros da pasta (Carta de Assis Brasil para M. Paulo Filho, jul. 1931; Cartas de Mario Carneiro para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 25 mar., 23 abr., 22 jun.1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS).

entendimento que possuía acerca da centralidade destas instituições para o “normal funcionamento da vida democrática”¹⁹³ (BROSSARD, 1989, p. 317). Anos após a participação na formação do PRR, apoiou a candidatura dissidente de Fernando Abbot e auxiliou na fundação o Partido Republicano Democrático¹⁹⁴. Desta iniciativa nasceu a denominação de “democráticos republicanos”, comumente utilizada para se referir aos correligionários do grupo, em sua grande maioria seguidores das lideranças de Assis e Abbot, que se engajaram na articulação oposicionista responsável pelo surgimento do PL. Nesta conjuntura, atuou em uma das primeiras tentativas de unificação das oposições sul rio-grandenses através da proposta de reunião de PRD e PF. Neste episódio encontra-se uma situação emblemáticas das relações e oportunidades presentes na prática política das elites daquele contexto. De acordo com Maria Antonacci, Assis Brasil através de uma prévia de circular emitida para alguns de seus correligionários criticou o quadro político regional dividido entre duas tendências (PRR e PF), “uma das quais pratica a ditadura e a outra pretende retrogradar ao que de pior tinha o regime imperial – o parlamentarismo”. O amigo Fernando Abbot, antevendo o problema com o teor da mensagem aconselhou: “entendo que deverias **amenizar aquela expressão** (sobre o parlamentarismo) [...] Quer me parecer *ser conveniente evitar qualquer irritação de parte de elementos que poderão vir espontaneamente o seu concurso patriótico*” (ANTONACCI, 1981, p. 74, grifos meus). A pretensão de união acabou barrada pelo veto de algumas facções federalistas contrárias, todavia, o movimento pode ser considerado um indicativo importante sobre a lógica que regia as possibilidades de união entre diferentes facções e lideranças, caracterizada por uma mescla entre um “pragmatismo oportunista” e a defesa de determinadas ideias.

No início da década de 1920, Assis Brasil foi convidado por lideranças para concorrer ao pleito de presidente do estado contra a reeleição de Borges de Medeiros, dando início a uma nova tentativa de aproximação entre as tendências de oposição no Rio Grande do Sul. Nesta conjuntura, refletindo sobre sua candidatura como representante de um amplo conjunto de forças, argumentou que seu “nome” valeria “mais que um programa” e que aquele se tratava de um momento de “sobriedade em palavras e prodigalidade em ação” (ANTONACCI, 1981, p. 84). Além disto, considerava que “na luta que se trava entre democracia e ditadura não há lugar para a disputa de teses de partido” (TRINDADE, 1979, p. 160). Sobre a aceitação do seu nome

¹⁹³ Conforme veremos no próximo capítulo, a centralidade dos partidos políticos para o bom funcionamento da democracia republicana era uma das principais bandeiras defendidas pelo PL em seu jornal.

¹⁹⁴ A palestra proferida por Assis Brasil no Congresso de Santa Maria ocorrido em 22 de junho de 1908 na ocasião de fundação do partido foi transformada no livro “Ditadura, Parlamentarismo e Democracia” (ASSIS BRASIL, 1908).

e a justificativa apresentada sobressai, novamente, a coexistência da política das ideias em harmonia com o sentido pragmático e de oportunismo vinculado a momentos e interesses específicos que guiavam as condutas das elites políticas. Além disto, evidencia-se o prestígio e relevância que o “nome” de Assis Brasil assumiu entre as lideranças políticas daquele contexto¹⁹⁵: na ausência de um programa e de um partido formal entre todos aqueles reunidos no combate ao PRR em 1922, a presença de uma figura destacada, com um longo currículo e ampla circulação nos quadros regionais e nacionais, apresentava-se como um fator de legitimidade, capaz de justificar e mobilizar adeptos de diferentes facções.

A campanha eleitoral recebeu ampla aceitação¹⁹⁶ e conquistou o apoio de diversos segmentos sociais e de lideranças espalhadas pelo interior do Rio Grande do Sul¹⁹⁷, algo destacável, tendo em vista a dificuldade de encontrar um nome que satisfizesse todas as facções oposicionistas (KIELING, 1984, p.16-17). O resultado eleitoral decretou a derrota, embora sob acusações de fraude e invalidade dos números oficiais. Com a eclosão da revolta de 1923, o ex-candidato investiu em acionar os contatos de diferentes políticos e viajou ao Rio de Janeiro com o objetivo conseguir a intervenção do governo federal no estado¹⁹⁸. Não obtendo o efeito desejado, retornou ao estado e foi peça fundamental nas mediações de um acordo de paz. Conforme afirma Glauco Carneiro, o tratado recebeu o título de “Pacto de Pedras Altas”¹⁹⁹, como forma de homenagem do Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho ao líder, tendo em vista sua participação decisiva nas tratativas (CARNEIRO, 1977, p. 221).

Com o término da guerra civil, Assis Brasil investiu na luta através do confronto político-partidário²⁰⁰, com o objetivo de concretizar uma ambição antiga: a criação de um partido forte e coeso, que reunisse os diferentes grupos e lideranças de oposição, fosse capaz

¹⁹⁵ Este trata-se de um ponto de diferenciação importante entre as três trajetórias em análise: enquanto Assis Brasil apresenta uma carreira política consolidada nos anos de 1920, Raul Pilla e Baptista Lusardo encontravam-se dando seus primeiros passos.

¹⁹⁶ A campanha foi alvo de uma “oração” anônima, documento encontrado em meio aos papéis do seu arquivo pessoal com a seguinte mensagem: “Borges de Medeiros que estás no palácio, excomungado seja o teu governo, venha a nós o nosso Rio Grande, aniquilado seja o teu poder, tanto o temporal como o espiritual, a liberdade nossa que nos roubaste no-la dará o **grande Assis Brasil**...”. Ver: Padre Nosso dos Rio-Grandenses, s/autor, s /data e s/local, grifo no original. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

¹⁹⁷ Alguns exemplos deste apoio podem ser encontrados em: Manifesto de Apoio, Passo Fundo, 22 out. 1922; Ao eleitorado do município de São Borja, Junta Popular Pró-Assis Brasil, São Borja, 31 out. 1922; Telegrama e Manifesto de Apoio, Novo Hamburgo, 25 nov. 1922; Manifesto da Classe Operária de Rio Grande, Rio Grande, sem data; Manifesto dos “Mineiros” em favor de Assis Brasil, sem local e sem data. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

¹⁹⁸ A família de Assis Brasil fixou residência por um curto período em uma casa no bairro de Copacabana na capital federal. Segundo relato da filha, o trânsito de visitas e reuniões no local era tão intenso que a casa chegou a ser confundida como uma pensão e procurada por hóspedes interessados (ASSIS BRASIL, 1983, p. 58).

¹⁹⁹ Cópia da Ata de Pacificação enviada por Lafayette Cruz para Assis Brasil, Uruguaiana, 25 dez. 1923. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁰⁰ Estes elementos podem ser percebidos no seu manifesto lançado logo após a assinatura do pacto de paz. “Proclamação aos Libertadores do Rio Grande do Sul” (BROSSARD, 1989b, p. 267-274).

de defender algumas bandeiras principais e se projetar no cenário regional e nacional. Neste sentido, chefiou a formação da Aliança Libertadora em janeiro de 1924. Durante o congresso de fundação foi nomeado presidente da comissão executiva e indicado pelos correligionários para concorrer ao cargo de senador durante as eleições de maio. No pleito eleitoral acabou derrotado por Vespúcio de Abreu do PRR (44.024 votos contra 75.159). Não obstante, novamente as eleições foram alvo de protestos de fraude e invalidade do resultado oficial²⁰¹.

Ainda durante o ano de 1924, Assis Brasil apoiou os levantes tenentistas iniciados por militares rebeldes em São Paulo. Durante a revolta foi nomeado por Isidoro Dias Lopes e outros líderes militares enquanto “chefe civil da revolução”. Através do apoio ao levante estabeleceu laços com figuras do meio militar que perduraram durante muitos anos de sua trajetória²⁰². Em decorrência do envolvimento com a revolta, foi obrigado a exilar-se no Uruguai, estabelecendo uma propriedade na região de Melo, local que “passou a ser o centro da oposição brasileira fora do país” (BROSSARD, 1989, p. 210) e alvo de constantes e numerosas visitas de diferentes políticos, militares, deputados e colunas armadas (ASSIS BRASIL, 1983, p. 75-76). Neste período, publicou o manifesto “A Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul ao Paiz”²⁰³, documento que tinha como objetivo denunciar as mazelas do sistema político nacional e do Rio Grande do Sul e defender a legitimidade dos levantes rebeldes. Além deste, após o recebimento de diversas mensagens de carinho pela passagem de seu aniversário na condição em que se encontrava, editou a “Mensagem do Exílio”, publicação em agradecimento ao apoio dos correligionários e através da qual reafirmou a sua luta em defesa dos ideais de “justiça e libertação”²⁰⁴.

No ano de 1927, regressou ao Brasil e participou da reestruturação dos libertadores, tendo sido eleito deputado federal pela AL. Ainda durante este contexto, auxiliou em dois processos de fundação partidária: a formação do Partido Democrático Nacional e a

²⁰¹ Em carta para Plínio Casado e Antunes Maciel, Assis Brasil queixava-se da “falta de honestidade” do sistema eleitoral organizado pelo PRR. Neste sentido, solicitava aos deputados eleitos que apelassem aos órgãos competentes sobre as supostas irregularidades no preenchimento da vaga para senador. Carta de Assis Brasil para Plínio Casado e Francisco Antunes Maciel, Pedras Altas, 24 mai. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁰² A troca de correspondência com militares é recorrente no acervo pessoal, principalmente, com Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. Alguns exemplos: Carta de Isidoro Dias Lopes para Assis Brasil, Montevideo, 25 nov. 1924.; Carta de Assis Brasil para Isidoro Dias Lopes, Melo, 19 jan. 1926; Carta de Isidoro Dias Lopes para Assis Brasil, São Paulo, 16 nov. 1930. Carta de Miguel Costa para Assis Brasil, Libres, 30 set. 1927.; Carta de Luiz Carlos Prestes para Assis Brasil, Bolívia, 16 ago. 1927. Um aspecto interessante é que a relação não se baseou apenas em conspirações de revoltas. Por exemplo, Isidoro Lopes passou até mesmo a dar palpites sobre candidaturas apresentadas pelo PL, ver: Carta de Isidoro Dias Lopes para Assis Brasil, Libres, 3 jan. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁰³ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **A Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul ao Paiz**. Montevideu: s/e, 1925. Acervo de obras raras da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Outro exemplar encontra-se disponível no Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁰⁴ “Mensagem do Exílio”, Assis Brasil, Melo, Uruguai, 31 jul. 1925. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

transformação da AL em Partido Libertador. Neste último, foi o responsável por mediar, juntamente com Raul Pilla, as tratativas de congregar diferentes tendências no interior do novo partido. Na definição do programa partidário imperou a defesa do lema de “Representação e Justiça”²⁰⁵ e o cargo de presidente do diretório central coube a Assis Brasil, posto que também exerceu no Partido Democrático Nacional.

A formação do PDN encontra-se vinculada as relações de longa data estabelecidas com políticos paulistas, desde os tempos de acadêmico em Direito na cidade e que foram reforçados com a sua atuação como parlamentar pós-1927. Enquanto deputado aproximou-se de políticos vinculados ao Partido Democrático de São Paulo, assim como representantes de outros estados que igualmente se colocavam na oposição aos governos de Arthur Bernardes e Washington Luís. Destas relações, ideias e interesses em comum nasceu o partido que tinha como objetivo congregar opositoristas de diferentes unidades da federação.

No final da década de 1920, Assis Brasil engajou-se na campanha da Aliança Liberal. Durante esta conjuntura, foi um dos principais responsáveis por convencer os correligionários acerca dos benefícios da união com o PRR e da candidatura de Getúlio Vargas. De certa maneira, se colocou como um “fiador” do nome de Vargas, se responsabilizando pelo apoio ao líder republicano pelos libertadores. Segundo relato de Mem de Sá, Assis teria sido o “principal responsável por convencer os correligionários sobre o tema durante a reunião do diretório” (SÁ, 1973, p. 75). Em torno do assunto, orientou os colegas de partido a esquecerem das velhas divergências e aproximarem-se dos partidários do PRR em prol de objetivos maiores e na fortificação da Frente Única²⁰⁶.

Diante da derrota de Vargas no pleito federal, foi um dos principais defensores da continuidade da luta da Aliança Liberal, se contrapondo aos posicionamentos de líderes como Borges de Medeiros, favoráveis a aceitação da derrota²⁰⁷. Com a deflagração da revolta armada permaneceu no Rio Grande do Sul articulando politicamente o movimento e não se envolvendo no terreno de luta armada²⁰⁸. Após a vitória, foi indicado para o cargo de Ministro da Agricultura²⁰⁹ e, posteriormente, colaborou na Subcomissão de Reforma da Lei e Processo

²⁰⁵ De acordo com o programa do partido, o PL adotava o lema “Representação e Justiça” como “síntese das suas aspirações na atividade nacional e local”. “Programa e Lei Orgânica do Partido Libertador”, Porto Alegre, 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS. Estes aspectos serão oportunamente abordados no capítulo III.

²⁰⁶ Em carta, Felipe Portinho afirmava para Assis Brasil que vinha “seguindo, à risca, a sua orientação: em constante contato com nossos velhos adversários situacionistas, tenho me aproximado deles...”. Carta de Felipe Portinho para Assis Brasil, Cruz Alta, 21 dez, 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁰⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 124, 19 mar. 1930, p. 1; 22 mar. 1930, p.1; 24 mar. 1930, p. 1.

²⁰⁸ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 296, 07 out. 1930, p. 4; n. 297, 08 out. 1930, p. 1; n. 298, 09 out. 1930, p. 5.

²⁰⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 327, 12 nov. 1930, p. 1.

Eleitoral²¹⁰ (equipe responsável pela redação da nova legislação) e voltou a ser convocado para atuar no serviço diplomático na Argentina.

Com a ocupação dos cargos governistas e a progressiva ascensão de novas lideranças no interior do PL, acabou paulatinamente se afastando do centro das decisões do partido. Neste sentido, optou por não participar do congresso partidário de abril de 1931, justificando que não gostaria de presidir o encontro tendo em vista suas posições no governo²¹¹. Apesar disto, manteve-se reafirmando sua fidelidade ao grupo²¹², sendo encarado como um nome referencial e recebendo o título de presidente honorário da agremiação²¹³.

Um dos principais fatores que contribuíram para o paulatino afastamento do partido foi o posicionamento acerca das atitudes do governo provisório e as conspirações em torno da Revolta Constitucionalista de 1932. Ao contrário da grande maioria dos seus correligionários, optou pelo não rompimento com Vargas²¹⁴ e tomou posição contrária a quaisquer movimentos armados que atrapalhassem a nova ordem política instaurada no país. Durante este contexto, além não participar do segundo congresso do partido, optou por não participar também do terceiro, agendado para início do ano de 1933 em Rivera, alegando que não possuía mais posições formais no interior da agremiação e que o grupo dispunha de um presidente e um diretório capaz de tomar suas próprias decisões. Ademais, assinalava que o principal assunto a ser tratado no encontro dizia respeito às resoluções sobre o levante armado constitucionalista, tema sobre o qual sempre havia sido contra, entendendo a revolta como um movimento “contraproducente, destinado a prestigiar os elementos perturbadores e intrusos da Revolução de Outubro”²¹⁵.

Estas e outras declarações foram vistas com desconfianças pelas lideranças libertadoras, principalmente, por aqueles exilados em decorrência do apoio aos levantes. Raul Pilla, em carta para Anacleto Firpo, discutindo o comportamento de Assis, afirmava que “tens realmente motivos para estar triste. O nosso homem descarrilou de vez [...] um ídolo de tantos anos venerado que se esboroa”. Na leitura de Pilla, o fato não o surpreendia: “desde a reunião do Diretório, em outubro de 1930, na qual ele impôs a aceitação da ditadura Getúlio [...] a sua

²¹⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 543, 29 jul. 1931, p. 1; n. 566, 25 ago. 1931, p. 12.

²¹¹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 372, 07 de jan. 1931, p. 5.

²¹² ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 377, 13 jan. 1931, p. 3.

²¹³ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 460, 22 abr. 1931, p. 5

²¹⁴ Apesar de não romper com o governo, Assis Brasil manteve uma postura crítica, questionando suas posições e buscando pressioná-lo para a realização das promessas e do programa da Aliança Liberal. Ver: Carta de Assis Brasil para Getúlio Vargas, 26 out. 1930; Carta de Assis Brasil para Getúlio Vargas, Porto Alegre, 19 mar. 1932; Carta de Assis Brasil para Getúlio Vargas, Buenos Aires, 14 jul. 1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²¹⁵ Carta de Assis Brasil para Raul Pilla, Pedras Altas, 6 nov. 1932, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

trajetória tem sido descendente”²¹⁶. Segundo afirma Paulo Brossard, estas críticas resultaram em um dos momentos “mais amargos de sua vida pública”, no qual “muitos dos seus companheiros mal julgavam a sua orientação. São Paulo, a pátria do seu espírito, onde sempre fora festejado por amigos que vinham do tempo da Academia, viam-no com reserva pela posição assumida” (BROSSARD, 1989, p. 285, p. 303).

Apesar dos percalços partidários, Assis Brasil permaneceu com prestígio entre os libertadores. Para as eleições constituintes federais de 1933, foi indicado pela agremiação para concorrer ao cargo de deputado²¹⁷, mesmo contra sua vontade pessoal²¹⁸. Na ocasião acabou eleito²¹⁹ e assumiu o cargo, contudo, logo em seguida, renunciou diante da falta de sintonia com o partido e pela vontade de se afastar da vida pública de forma definitiva. Nesta ocasião, nem mesmo o apelo de diversos correligionários acerca da sua “imprescindível presença” na assembleia nacional e a “grave crise” que o afastamento poderia causar no partido²²⁰, foram suficientes para demovê-lo da decisão. Com o abandono da vaga na câmara federal, retornou a Pedras Altas, afastou-se de todas as atribuições políticas e manteve-se exclusivamente voltado para suas atividades rurais, vindo a falecer no ano de 1938.

Diante dos episódios e aspectos investigados ao longo da trajetória de Assis Brasil, é possível mensurar que a construção de sua liderança e o sucesso de sua carreira política foram fundamentadas em três aspectos centrais e que merecem ser destacados: a circulação por diferentes e múltiplos espaços sociais; o amplo conjunto de relações pessoais conquistado, acionado e ampliado ao longo dos anos²²¹; a capacidade intelectual como “doutrinador político” e o reconhecimento que obteve em torno do assunto.

Acadêmico de direito em São Paulo, diplomata em diferentes países, estancieiro e de grande trânsito em diferentes eventos e atividades relacionadas com a agropecuária, homem de letras, intelectual e escritor, parlamentar e ministro, presidente de associações e instituições diversas, redator e colaborador de diversos órgãos de imprensa etc. Todos estes diversos aspectos e experiências apontam para o acesso e circulação por diferentes espaços, instituições e segmentos sociais, e indicam a construção de um amplo reconhecimento em torno do seu

²¹⁶ Carta de Raul Pilla para Anacleto Firpo, Rivera, 16 mai. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²¹⁷ Telegrama de Raul Pilla para Assis Brasil, Rivera, 21 abr. 1933. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²¹⁸ Rascunho de Telegrama de Assis Brasil para Raul Pilla, sem local e sem data. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²¹⁹ Diploma de eleição para Deputado, Porto Alegre, 5 jul. 1933. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²²⁰ Carta de Urbano Garcia pelo DC do Partido Libertador para Assis Brasil. Pelotas, 15 fev. 1934; Manifesto da Mocidade Libertadora de Pelotas, Pelotas, 15 fev. 1934. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²²¹ A rede de contatos mantida por Assis Brasil também pode ser percebida através do diário de Cecília de Assis Brasil, sua filha e secretária. Nestes relatos é possível identificar as múltiplas visitas recebidas em Pedras Altas ou no exílio, desde correligionários, seguidores, admiradores, políticos, militares etc. Muitos destes, chegavam a se hospedar por durante semanas na residência da família (ASSIS BRASIL, 1983).

“nome”, tal qual o argumento utilizado durante a campanha eleitoral para o governo do estado em 1922. A legitimidade social conquistada pelo trânsito nestes espaços tornou Assis Brasil umas das figuras públicas de maior destaque e projeção no cenário regional e nacional. Estes aspectos foram conseqüentemente reconvertidos e mobilizados na ascensão de sua carreira política, tornando-o uma das principais lideranças do cenário das oposições no Rio Grande do Sul e resultando na obtenção de inúmeros postos de poder e de chefia partidária. Da mesma maneira, estes elementos foram canalizados em favor da formação e atuação do PL, tendo em vista a recorrente classificação, feita por parte de alguns contemporâneos, do grupo como correspondente ao “partido do Dr. Assis Brasil”.

O acesso e movimento no interior destes espaços forneceram a possibilidade de estabelecer e manter contatos com agentes fundamentais para atingir diferentes tipos de objetivos no mundo político. Neste sentido, é longa a lista de figuras proeminentes com quem Assis Brasil manteve relações pessoais²²². Esta malha de contatos se estendeu a políticos de diferentes unidades da federação: paulistas como Júlio Mesquita²²³, Paulo de Moraes Barros²²⁴, Paulo Nogueira Filho²²⁵ e Francisco Morato²²⁶; próceres da política mineira²²⁷ como Raul Soares, Antônio Carlos²²⁸, os Mello Franco²²⁹; além de outros nomes como Nereu Ramos²³⁰ em Santa Catarina e Café Filho em Natal. Neste sentido, é possível indicar que os vastos contatos espalhados por variadas regiões e entre diferentes partidos regionais, foram peça chave no processo de formação do PDN e nas mobilizações da Aliança Liberal, assim como foram fundamentais para a inserção dos libertadores nos diferentes movimentos e acontecimentos da política nacional daquele contexto.

²²² Além dos personagens já identificados ao longo do texto, o acervo pessoal de Assis Brasil também aponta para o estabelecimento de relações com diversas figuras: presidentes do Brasil, como por exemplo, Campos Salles e Rodrigues Alves; o industrialista Henry Ford nos Estados Unidos; Barão do Rio Branco; e o historiador e escritor Capistrano de Abreu.

²²³ Cartas de Júlio Mesquita para Assis Brasil, São Paulo, 16 mar. 1923, 22 mar. 1924, 17 jul. de 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²²⁴ Carta de Paulo de Moraes Barros para Assis Brasil, São Paulo, 6 mar. 1931, 20 mai. 1931, 20 jun. 1931. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²²⁵ Cartas de Paulo Nogueira Filho para Assis Brasil, São Paulo, 11 jun. 1928, 19 jul. 1928 e 4 dez. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS;

²²⁶ Carta de Francisco Morato para Assis Brasil, São Paulo, 19 fev. 1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²²⁷ No ano de 1912, um grupo de políticos mineiros forneceu a Assis Brasil o título de “Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais”, como forma de homenagem ao “seu amor por Minas”. Título de Cidadão Honório de Minas Gerais conferido ao Dr. Assis Brasil. Rio de Janeiro, 1 dez. 1912. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²²⁸ Carta de Assis Brasil para Antônio Carlos, São Gabriel, 11 mar. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²²⁹ Assis Brasil chegou inclusive a estabelecer alguns negócios rurais em sociedade com Virgílio Melo Franco na capital federal (ASSIS BRASIL, 1983, p. 145).

²³⁰ Cartas de Nereu Ramos para Assis Brasil, Florianópolis, 5 dez. 1927, 16 set. 1931, 22 mar. de 1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Não obstante, suas principais relações pessoais estavam circundadas entre as lideranças do Partido Libertador. Não à toa, o maior volume de documentos de seu acervo pessoal trata-se de troca de mensagens com correligionários do PL, indicando a centralidade que exercia no interior partido, bem como a ampla rede de contatos que possuía entre seus companheiros. Neste sentido, manteve vínculos estreitos com determinadas lideranças, tais como, chefes libertadores de movimentos armados: Honório Lemes²³¹, Felipe Portinho e Zeca Netto²³²; lideranças de maior projeção na chefia da agremiação, como Alexandre Lisboa, Firmino Torelly, Baptista Lusardo²³³, Raul Pilla e outros correligionários.

Da mesma maneira é possível destacar os laços com o grupo de correligionários da cidade de Pelotas, entre eles, Francisco Simões, Francisco Antunes Maciel, Urbano Garcia, Bruno Mendonça Lima²³⁴, Anacleto Firpo e Edmundo Berchon. Este último se tratou de um dos vínculos pessoais mais longevos identificados em sua trajetória, datados desde o final do século XIX. Berchon era médico e proprietário rural, atuou como um dos principais aliados de Assis Brasil na política regional da década de 1920 e foi companheiro em diversas organizações e encontros de pecuaristas. Além disto, os relatos do diário de Cecília de Assis Brasil demonstram a profunda ligação entre os dois: desde através da realização de visitas mútuas entre as famílias em suas respectivas propriedades de Pedras Altas e Pelotas; a atuação do amigo como médico das filhas de Assis Brasil; e as reuniões e encontros para debater assuntos de cunho político ou profissional (ASSIS BRASIL, 1983, p. 11, p. 68, p. 109, p. 175).

Em sentido similar, situa-se a figura de Anacleto Firpo. Segundo Carlos Reverbel, este “tornou-se auxiliar direto de Assis e um dos seus mais dedicados servidores” (REVERBEL, 1990, p. 120). O correligionário acompanhou o líder libertador durante o período no exílio durante os anos 1920, fixando residência em uma propriedade vizinha na região de Melo. A partir daí, atuou como seu secretário particular²³⁵ por durante muitos anos. A demonstração de

²³¹ Alguns exemplos: Carta de Assis Brasil para Honório Lemes, Berachi, 19 dez. 1924; Carta de Honório Lemes para Assis Brasil, Prisão do Quartel da Brigada Militar de Porto Alegre, 06 fev. 1927; Carta de Honório Lemes para Assis Brasil, Los Positos, 28 mar. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²³² Além da vasta correspondência trocada entre os dois, Netto é figura constante nos relatos do diário de Cecília de Assis Brasil, principalmente acerca de suas organizações de movimentos armados: “O Zeca Neto, sempre o mesmo homem, fumando os seus cigarrinhos, puxando o pigarro, esfregando as mãos e dizendo que o tempo está bom para uma invasãozinha...” (ASSIS BRASIL, 1983, p. 150).

²³³ Conforme os relatos de Cecília de Assis Brasil, Lusardo frequentemente aparecia na residência da família: “O dr. Lusardo, exuberante, expansivo, otimista e rachando de gordo, como sempre”, trazendo notícias, correspondências, realizando consultas e ouvindo a opinião de Assis Brasil (ASSIS BRASIL, 1983, p. 103-104, p. 165, p. 179-180).

²³⁴ Bruno era filho de Alcides Lima, colega de Assis Brasil dos tempos acadêmicos e de movimento republicano. Além do laço político-partidário, Bruno foi também o advogado na família após o falecimento do líder. Ver: Cartas de Bruno Mendonça Lima para Lydiá Assis Brasil, Pelotas, 9, 17 e 26 jun. de 1939; Nomeação de Bruno M. Lima como representante legal de Lydiá Assis Brasil, Pelotas, 5 ago. 1939. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²³⁵ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 360, 22 dez. 1930, p. 1.

lealdade entre ambos ocorreu em diversas ocasiões: durante a revolta de 1930, Firpo organizou um grupo de homens de sua confiança para fazer a segurança da granja de Pedras Altas²³⁶; já durante as conspirações para o levante de 1932, Firpo acabou sendo preso no Rio Grande do Sul e enviado ao Rio de Janeiro, Assis Brasil, afastado dos libertadores pela discordância sobre a revolta e ainda membro do governo provisório, mobilizou contatos para libertar o amigo²³⁷. Além disto, com o falecimento do antigo presidente do PL, Anacleto Firpo foi o único nome fora do círculo familiar a ser mencionado em seu testamento.

Diante do conjunto de relações, do estabelecimento da liderança e o volume do capital político de Assis Brasil, é possível perceber que, pelos menos até o início dos anos de 1930, grande parte dos assuntos que diziam respeito à condução dos interesses e atitudes dos libertadores, perpassaram pelo seu conhecimento e avaliação. Esta chefia dos negócios partidários pode ser percebida em diferentes aspectos: desde relatórios que recebia sobre a situação política e eleitoral nos municípios²³⁸; as informações encaminhadas para seu conhecimento sobre formação de núcleos locais da AL e do PL, quem eram seus chefes e os assuntos debatidos em reuniões²³⁹, além de diversos outros tópicos que passavam pela sua avaliação, consentimento e mediação. No mesmo sentido, atuou na orientação das atividades e posicionamentos assumidos pela bancada de deputados federais do partido. Em decorrência da falta de harmonia nas primeiras tomadas de posição dos parlamentares²⁴⁰, a bancada escreveu para Assis solicitando sua opinião sobre alguns princípios gerais a serem seguidos, a fim de tornar mais coesa a participação do grupo na câmara. Em resposta, Assis sugeriu algumas diretrizes, dentre elas, a nomeação de um “*leader*” entre os deputados e a necessidade de consultar o partido antes de tomar decisões, emitir posicionamentos doutrinários e estabelecer relações com o governo federal²⁴¹.

²³⁶ Carta de Anacleto Firpo para Assis Brasil e Lydia Assis Brasil, Pelotas, 2 out. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²³⁷ Telegrama de Assis Brasil para Flores da Cunha, Pedras Altas, 25 nov. 1932; Telegrama de Assis Brasil para Ministério da Agricultura, Pedras Altas, 25 nov. 1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²³⁸ Um ótimo exemplo neste sentido, trata-se do vasto conjunto de cartas enviadas Lafayette Cruz informado sobre a situação política e eleitoral durante o ano de 1924. Cartas de Lafayette Cruz para Assis Brasil, Porto Alegre, 3, 7 e 22 mar., 8 e 13 abr. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²³⁹ Alguns exemplos: Cópia da Ata de Reunião da Aliança Libertadora de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 28 mai. 1926; Cópia da Ata de Reunião da Aliança Libertadora de Porto Alegre, Porto Alegre, 24 jan. 1927; Cópia da Ata de Encontro do Centro Libertador de Caçapava, Caçapava, 23 out. 1927; Carta do Partido Libertador de Caxias para Assis Brasil, Caxias, 19 abr. 1928; Carta do Partido Libertador de São Borja para Assis Brasil, São Borja, 30 mai. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴⁰ Uma parcela dos deputados optou por romper com Arthur Bernardes e se colocar na oposição, atitude criticada pelos deputados Antunes Maciel e Lafayette Cruz. Telegrama de Lafayette Cruz e Antunes Maciel para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 6 nov. 1924; Telegrama de Assis Brasil para Lafayette Cruz e Antunes Maciel, Berachi, 14 nov. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴¹ Diretrizes de atuação aos deputados libertadores por Assis Brasil, Pedras Altas, 3 jul. 1924; Carta da Bancada de Deputados Libertadores para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 3 out. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Por outro lado, também atuou mediando a solução de intrigas entre correligionários e buscando contornar problemas desta ordem, como por exemplo, nas divergências de Fanfa Ribas²⁴² com outras lideranças do grupo; no descontentamento de Raul Pilla com as tratativas da revolta de 1930 protagonizadas por Antunes Maciel²⁴³; e nos afastamentos de Arthur Caetano²⁴⁴ e Antunes Maciel²⁴⁵ do partido.

Outro tópico relevante no mesmo tema, diz respeito ao fato de que, apesar de durante boa parte de sua trajetória não fazer parte do situacionismo político e, com isto, não apresentar a possibilidade de distribuição de cargos público e das vantagens e benesses da posse do aparelho estatal, Assis Brasil era constantemente interpelado para atender múltiplas demandas e pedidos, tais como: solicitações para intervir junto a autoridades competentes e solucionar problemas e imbróglis de amigos ou conhecidos²⁴⁶; favores para interceder junto a partidos políticos e atender interesses e pautas específicas²⁴⁷; solicitações para acionar suas relações em prol de indicações e nomeações de terceiros em cargos públicos²⁴⁸; pedidos de amparos e auxílios financeiros a correligionários em momentos de dificuldades²⁴⁹; a solicitação de manifestação pública de apoio político²⁵⁰. Ou até mesmo por parte de outros líderes libertadores, como Raul Pilla, que solicitava que Assis escrevesse a Assembleia dos Acionistas do ERG, indicando para os cargos de diretor e diretor suplente, ele próprio e Mem de Sá, “como eu não posso indicar a mim mesmo e não tenho outro remédio [...] conviria que enviasse uma carta...”²⁵¹. Em outro momento, Pilla também solicitou sua visita em Porto Alegre para colocá-lo “a frente do partido”, no qual sua “presença seria de grande vantagem”²⁵².

²⁴² Cartas de Assis Brasil para Fanfa Ribas, Melo, 2 e 16 ago. 1926; Carta de Fanfa Ribas para Assis Brasil, Bagé, 12 ago. 1926, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴³ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 18 set. 1930; Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, 24 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴⁴ Carta de Arthur Caetano para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 29 nov. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴⁵ Cartas de Francisco Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 19 e 16 dez. 1930.; Carta de Francisco Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 31 mar. 1932, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴⁶ Carta de Theodoro Brant para Assis Brasil, Porto União, 27 jun. 1927.; Carta de Prado Souza para Assis Brasil, Alegrete, 8 ago. 1928.; Carta de José Dotti para Assis Brasil, Antônio Prado, 21 out. 1931. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴⁷ Carta de M. Garcia Senna para Assis Brasil, Montevideo, 28 ago. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁴⁸ Telegrama de Frederico Azambuja para Assis Brasil, Alegrete, s/d; Carta de A. Cezar para Assis Brasil, São Paulo, 13 nov. 1930; Carta de Galeando de Revoredo para Assis Brasil, São Paulo, 8 ago. 1931; Carta de José Baptista para Assis Brasil, Porto Alegre, 1 ago. 1931. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS. No mesmo sentido, Cecília de Assis Brasil relata as dezenas de visitas que recebiam na residência da família, de pessoas interessadas em “cartas de recomendação” (ASSIS BRASIL, 1983, p. 54).

²⁴⁹ Carta de Fanfa Ribas para Assis Brasil, s/l e s/d. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁵⁰ Telegrama de Café Filho para Assis Brasil, Natal, 15 ago. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁵¹ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 27 abr. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁵² À exemplo disto, Raul Pilla, presidente da agremiação naquele momento, escrevia solicitando sua visita em Porto Alegre para colocá-lo “a frente do partido”, no qual sua “presença seria de grande vantagem”. Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 5 out. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Em suma, é possível concluir que o capital social de Assis Brasil foi um dos principais trunfos manejado na carreira política e igualmente colocado em favor do seu partido em diferentes ocasiões. Entretanto, ele não foi o único: o capital intelectual igualmente exerceu uma importância central em diferentes oportunidades. O talento como um “homem de letras” foi amplamente reconhecido e afamado em muitos momentos ao longo de sua trajetória, inclusive ao ponto de ser cogitado para fazer parte da Academia Brasileira de Letras, reconhecimento que acabou não se concretizando (REVERBEL, 1990, p. 87).

Especificamente sobre a temática das ideias políticas²⁵³, Assis Brasil materializou seu pensamento através de dezenas de obras²⁵⁴, livros, textos em jornais, programas de partidos²⁵⁵, e manifestos de revoltas. Em torno destes documentos é possível perceber a defesa de determinados princípios em sintonia com o pensamento liberal, com destaque para a centralidade da questão eleitoral e sua reforma, da importância do ajuste da representação proporcional e da garantia das oposições e minorias políticas, a confiança nos méritos do regime democrático e a luta pela remodelação da república no Brasil. Conforme salienta Cristina Buarque de Hollanda, o liberalismo de Assis Brasil baseava-se em uma forte crença na capacidade de que os meios políticos fossem capazes de modificar e moldar a índole do povo, assim como, por outro lado, a qualidade do governo evoluiria de acordo com as melhorias no seu sistema eleitoral (HOLLANDA, 2008, p. 32-33). Suas principais reivindicações e concepções foram personificadas através do lema “Representação e Justiça”, *slogan* que também se tornou símbolo das campanhas oposicionistas de 1922 e 1923 e uniu diferentes tendências políticas no processo de formação do PL.

Assis Brasil foi usualmente considerado pelos correligionários e, respectivamente por seus analistas e biógrafos, como um “doutrinador”, ou seja, um político que se propunha a teorizar sobre os diferentes aspectos e práticas relativos ao mundo político do Brasil Republicano e a partir disto influenciar as condutas de seus partidos e adeptos, moldando-as

²⁵³ Não é objetivo aqui aprofundar o debate sobre o pensamento político de Assis Brasil. Uma excelente análise sobre o tema, principalmente dos conceitos de “democracia representativa” e “república presidencial”, pode ser encontrada nos estudos de Cristina Buarque de Hollanda (2011) e Carmen Aita (2016). Algumas das ideias do PL serão abordadas no capítulo III.

²⁵⁴ O acervo particular de Assis Brasil traz uma listagem das obras publicadas e seus respectivos anos de edição e reedição. “Relações de Obras e Trabalhos publicados pelo Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil”. Sem autor, sem local e sem data. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS. No mesmo sentido, Paulo Brossard realizou uma compilação dos seus principais discursos e documentos políticos (BROSSARD, 1989).

²⁵⁵ O programa do Partido Democrático Nacional foi assinado por Assis Brasil, Paulo Moraes de Barros, Adolpho Bergamini, Francisco Morato, José Adriano Marrey Junior, Plínio Casado e João Baptista Lusardo. **Programa do Partido Democrático Nacional**, Rio de Janeiro. 21 de setembro de 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS. O mesmo programa foi adotado pelo Partido Libertador, igualmente sob a tutela de Assis Brasil.

para atingir determinados resultados. À respeito desta face “doutrinária”, Brossard afirma que o líder libertador foi

mais político de ideias que de manobras, táticas ou espertezas eleitorais. Desde os tempos da Faculdade nele predominava o doutrinador. Os livros que escreveu, ainda estudante, as conferências que proferiu, são trabalhos predominantemente doutrinários (BROSSARD, 1989, p. 109, grifo meu).

Obviamente, o talento como pensador teórico dos regimes políticos é evidente. Suas reflexões e comentários foram e continuam sendo amplamente referenciados e servindo como pauta dos debates sobre o sistema político brasileiro. Todavia, através do trecho em destaque é possível perceber a tentativa de construção de um antagonismo, ótica oriunda do próprio contexto da época, entre a política das ideias *versus* a das “manobras, táticas ou espertezas eleitorais”, classificando-os como dois universos de práticas e concepções políticas antagônicos e divididos. Conforme foi possível perceber durante o debate realizado no primeiro capítulo, e agora reforçado pela análise da trajetória de Assis Brasil, a atuação do líder político apresentou juntamente um pouco de cada um destes posicionamentos: refletiu e escreveu sobre doutrinas políticas, influenciou correligionários, grupos e governos com suas ideias; e, por outro lado, igualmente realizou alianças, manobras e conchavos em torno de determinadas conjunturas e em favor de interesses e oportunidades. Um exemplo elucidativo acerca da conexão entre estes “dois tipos de condutas” pode ser visualizado através do diálogo travado com Baptista Lusardo sobre as possibilidades de o PL apoiar a Aliança Liberal e a candidatura de Vargas²⁵⁶. Para Assis Brasil, apoiar seus antigos adversários teria um “preço”, este residia na aceitação e incorporação por parte da Aliança Liberal de alguns princípios presentes na plataforma dos libertadores, tais como, “o voto secreto”, a “implantação verdadeira do regime republicano democrático”, o acerto das “nossas finanças” e a elaboração de uma “legislação eleitoral que ponha o Brasil de acordo com as nações modernas” (CARNEIRO, 1978, p. 644). Nessa medida, a vitória de Vargas, com o apoio de Assis Brasil e seus correligionários, significaria a vitória daqueles ideais, assim como também significaria a ascensão dos libertadores, acostumados as fileiras de oposição, aos melhores postos e oportunidades junto ao poder federal. É justamente esta combinação de elementos que permite compreender as opções e práticas assumidas pelos agentes, assim como os motivos e ambições que permitiram a fundação do PL e oportunizaram a construção de uma aliança entre libertadores e republicanos.

Em resumo, os diferentes elementos identificados e destacados na trajetória de Assis Brasil, apontam para aquilo que Mario Grynszpan percebeu como a capacidade de “leitura e

²⁵⁶ As negociações para a formação da FU serão devidamente aprofundadas no próximo capítulo.

manipulação de códigos diversos” por determinado agente, aspectos vitais para o sucesso e projeção de uma carreira (GRYNSZPAN, 1990, p. 89). Conforme exposto ao longo da análise, o líder era um homem de muitas faces e portador de múltiplos recursos amplamente requisitados no mundo político, aspecto que foram vitais na construção de uma das mais destacadas figuras políticas do Brasil Republicano e um dos principais líderes do Partido Libertador.

2.2.2. “Difícil, senão impossível, seria cindir o médico e o professor do político”: a trajetória de Raul Pilla

Em 12 de junho de 1928, Fanfa Ribas, jornalista e membro do Partido Libertador, escreveu para Assis Brasil questionando o papel de chefia desempenhado por Raul Pilla no diretório central e sua condução frente ao projeto de organização de um órgão de imprensa oficial do grupo:

O seu prestígio político não dá para levar dois eleitores às urnas ou dois soldados ao campo das peijas; a sua eloquência tribunicia está por se manifestar [...] o seu **círculo de amizados** não vai muito além dos umbrais de sua casa de residência²⁵⁷

Através da carta o remetente evidenciava seu entendimento acerca de uma possível ausência de qualidades e atributos para o exercício da liderança partidária, requisitos entendidos como vitais para ser merecer aquela posição, tais como, o “prestígio político” exigido para mobilizar eleitores e homens armados; o talento da oratória na “eloquência tribunicia” para o convencimento de aliados e combate aos adversários; e o capital social em prol da aquisição e mobilização de um “círculo de amizados” amplo.

Diante do tema e das características percebidas na trajetória de Raul Pilla, é possível questionar sobre de que maneira, aquele filho de imigrantes italianos, de família sem histórico de vínculo ou proeminência na política partidária, composta por comerciantes sem laços importantes nos altos círculos sociais locais e sendo um homem inicialmente sem um amplo conjunto de relações influentes, conseguiu se inserir nos principais espaços de poder partidário e projetar-se em uma carreira política ascendente, construindo-se como uma das principais lideranças do PL ao longo das décadas de 1920 e 1930, em uma conjuntura na qual o partido possuía diversos outros chefes com maior destaque e portadores de múltiplos atributos mais relevantes aos até então apresentados no reportório do jovem Pilla.

²⁵⁷ Carta de Fanfa Ribas para Assis Brasil, Bagé, 12 jun. 1928, grifos meus. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Para compreender as diferentes facetas presentes na construção dessa liderança, cabe avaliar pontualmente alguns espaços e itinerários percorridos durante sua trajetória²⁵⁸, em uma biografia que pode ser caracterizada, principalmente, pelo envolvimento com a medicina, à docência e o mundo político, bem como a conexão existente entre três estes aspectos.

Raul Pilla nasceu em 27 de janeiro de 1892 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Faleceu no mesmo local no dia 7 de junho de 1973. Era filho de José Pilla e Judith Zenari Pilla, imigrantes italianos que se instalaram na capital rio-grandense e se dedicaram ao comércio com a inauguração de um armazém. Raul foi o terceiro filho entre doze, tendo um deles falecido ainda nos primeiros meses de vida. Segundo Antônio Bueno, José Pilla era um homem instruído que levava em consideração a importância do estudo para os negócios e sobrevivência da sua família, garantindo que todos os filhos frequentassem ao menos o ensino básico. Alguns deles foram além: Raul formou-se em medicina; Ângelo em engenharia química, dedicando-se ao empreendimento de uma fábrica de papel nos anos de 1920; e Remo estudou economia em Porto Alegre, passando por uma temporada nos Estados Unidos especializando-se em ciências agrícolas e posteriormente investiu, com o suporte financeiro familiar, em uma granja de criação de frangos (BUENO, 2006, p. 47-52). Apesar da família não apresentar posses de maior destaque, como aquelas identificadas nas trajetórias de filhos de grandes estancieiros, os Pilla possuíam um padrão de vida capaz de proporcionar a formação estudantil e uma margem de investimentos econômicos entre seus membros familiares.

Como estudante, Raul frequentou dois importantes centros de formação da capital gaúcha: o Colégio Júlio de Castilhos, entre os anos de 1903 a 1908, e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, durante o período de 1911 a 1916. Durante o período na faculdade conviveu com diversas figuras que seriam proeminentes na política, tendo sido eleito e presidido a “Federação Acadêmica”, órgão que reunia os diferentes estudantes de Porto Alegre²⁵⁹. O ambiente estudantil influenciou em sua ligação com outros aspectos: a adesão ao parlamentarismo e a militância no Partido Federalista; o vínculo com a medicina, principalmente o envolvimento com o ofício da docência na área; e o amor não realizado com Esther de Oliveira, filha do professor Olinto de Oliveira.

²⁵⁸ A sua biografia foi alvo de poucos estudos até o momento. Entre estes, destaca-se, sobretudo, a análise do seu pensamento político e sua atuação na câmara dos deputados após a reabertura do Estado Novo (BUENO, 2006; GAGLIETTI, 2007).

²⁵⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 28 jun. 1913, p. 5.

Fotografia 3. Raul Pilla votando nas eleições de 1935



Fonte: Acervo Fotográfico do NUPERGS.

A defesa do regime parlamentarista e o vínculo com o PF datam de muito cedo. Aos 17 anos aderiu ao grupo e, em seguida, passou a exercer a função de Secretário Geral do Diretório Central em Porto Alegre. Segundo seu relato, a aproximação com o partido ocorreu, principalmente, devido a influência exercida por Apeles Porto Alegre, professor de História no Colégio Júlio de Castilhos e paraninfo de sua turma de formandos. Na visão de Pilla, Apeles era o exemplo de “homem integro e cidadão exemplar” e, através das aulas ministradas sobre o formação da democracia moderna, exerceu “influência profunda [...] no ânimo dos discípulos”:

Tornei-me parlamentarista e, ao alcançar a maioria inscrevi-me no partido que, além de ter a seu crédito um nobre passado de lutas pela liberdade, desfraldara a bandeira da república parlamentar. Sem o querer, sem o saber sequer, *foi o velho Apeles, como chamávamos, o meu iniciador na vida política, ele foi quem me deu a orientação fundamental*, de que até hoje não me apartei (PILLA, 1949, p. 55-56, grifo meu).

Segundo o relato de Mem de Sá, Pilla foi “talvez único, desde moço, ainda nos bancos acadêmicos, já inteiramente devotado aos princípios do parlamentarismo” (MEM DE SÁ, 1973, p. 131). Dessa forma, a sua inserção político-partidária inicial pode ser compreendida a partir

das influências e afinidades pessoais, assim como em decorrência da atração por determinadas ideias e concepções presentes na doutrina parlamentarista.

Um segundo elemento importante trata-se da relação com a medicina. Graduado em Porto Alegre no ano de 1916, especializou-se na área de fisiologia e tornou-se livre-docente da disciplina na mesma faculdade através de concurso público no ano de 1924. Apesar do envolvimento com a política, permaneceu como professor durante boa parte de sua vida, apenas perdendo a cátedra por ocasião de um decreto de Getúlio Vargas durante o exílio em 1932²⁶⁰. Na área da medicina publicou diversos estudos²⁶¹ e colaborou com artigos em revistas especializadas, dentre elas, a publicação organizada pelo “Panteão Médico Rio-Grandense” (BUENO, 2006, p. 59).

A habilidade e o domínio da escrita, manifestados em textos científicos, igualmente foram utilizados na direção e colaboração com a imprensa diária, como através dos jornais *Diário de Notícias*, *Estado do Rio Grande*, *Correio do Povo*²⁶² e *O Globo*. A experiência e o reconhecimento obtido através deste meio, levava com que Pilla fosse constantemente solicitado pelos correligionários, ou assumisse autonomamente a tarefa, de organizar e dirigir órgãos de imprensa dos partidos em que esteve filiado. Estes episódios ocorreram desde as tentativas de articular a fundação de um órgão federalistas em Porto Alegre²⁶³, na perseverante busca por organizar os jornais dos libertadores²⁶⁴ e até mesmo no projeto de manter um veículo oficial da Frente Única nas condições adversas vividas durante a primeira metade de década de 1930²⁶⁵.

Estas preocupações sugerem a compreensão que possuía acerca da centralidade da imprensa como instrumento político e a importância deste recurso para a projeção de sua carreira. Segundo seu próprio entendimento, para ele, função do jornalista encontrava-se próxima aquela do professor, ambos entendidos como educadores e doutrinadores, sendo que o professor “doutrina a infância e a juventude” enquanto o escritor dos jornais “doutrina o povo”

²⁶⁰ Através das correspondências pessoais com seus pais e irmãos é possível acompanhar o imbróglio legal causado pelo afastamento docente durante o exílio. O problema levou o “Centro Acadêmico de Medicina” a encaminhar um manifesto ao governo federal contra a medida, indicando o prestígio do professor naquele meio. Ver: Manifesto do Centro Acadêmico de Medicina ao Ministério da Educação e da Saúde Pública, Porto Alegre, 4 out. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁶¹ “O som no tratamento da surdez” (tese de conclusão de curso, 1916); “Linguagem Médica” (Série de artigos, 1921-1922), “Da correlação de funções” (tese de livre-docência, 1924); “Funções da linguagem” (tese de cátedra, 1926); A liberdade de profissão e o Congresso Médico (artigo, 1927) (VIEIRA, 2009, p. 219).

²⁶² Pilla colaborou assiduamente e por durante muitos anos com o jornal através da coluna “Microscópio”, na qual abordava temas diversos, desde medicina, parlamentarismo, imprensa, justiça e democracia. O acervo completo dos artigos encontra-se disponível para pesquisa no Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁶³ Carta de Raul Pilla para Gaspar Saldanha, Porto Alegre, 6 set. 1921. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁶⁴ Carta de Mario Amaro para Raul Pilla. Porto Alegre, 22 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁶⁵ Carta de Raul Pilla para Antonio Cabello, Buenos Aires, 14 jan. 1933; Carta de Antonio Cabello para Raul Pilla, Rivera, 31 jan. 1933; Carta de Antonio Cabello para Raul Pilla, Livramento, 28 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

(PILLA, 1949, p. 56). Além do combate aos adversários, da conquista de apoio e reconhecimento através dos textos veiculados na imprensa, a atuação nos jornais, requisito importante aos aspirantes da política daquela época, desempenhou um papel importante em sua trajetória, podendo ser listada com um dos principais trunfos na construção do seu capital político e sua ascensão nos meios partidários de oposição. Conforme aponta Surama Pinto, a imprensa era mais um recurso fundamental na trajetória de um político, tanto “para explicar e tornar conhecidas ideias a respeito de temas colocados na agenda política do momento quanto para rebater acusações e responder a adversários”, além de que a “posição de dono ou editor de jornal conferia o acesso a uma extensa rede de favores e favorecimentos” (PINTO, 2011, p. 70).

Outro tema curioso foi o amor não correspondido por Esther de Oliveira, filha de Olympio Olinto de Oliveira²⁶⁶. No final da década de 1910, Pilla buscou uma aproximação com sua pretendente, tendo suas aspirações barradas pelo pai da moça. Os motivos que levaram a rejeição são desconhecidos, talvez em decorrência de questões de vínculo político ou de *status* social do então jovem médico, federalista e filho de imigrantes. De qualquer maneira, segundo os relatos apresentados por seus biógrafos²⁶⁷, o líder libertador conservou esse amor ao longo de sua vida e jamais constituiu família com outra mulher. Posteriormente, durante os anos de 1940, já com mais de cinquenta anos de idade, teve finalmente seu objetivo alcançado, casando-se com Esther no Rio de Janeiro (BUENO, 2008, p. 86, p. 200).

As dificuldades pessoais de Pilla em relacionamentos também podem ser compreendidas devido a sua conhecida falta de “capacidade de comunicação”. Segundo Mem de Sá,

sua má audição fazia-o um homem tímido, como é de regra acontecer. Escutando pouco, pouco também falava e, a não ser para um limitado número de amigos ou correligionários, não era um homem de fácil acesso, nem de participar mais intensamente da palestra. Além disto, não tinha gosto, nem propensão, para fazer agrados, amabilidades e louvores ou cair em expansões e amenidades. [...] nem sabia como proceder para atirar-lhes intimidade ou, mesmo, calor dos sentimentos (SÁ, 1982, p. 136).

No mesmo sentido, Paulo Moraes de Barros, em artigo na imprensa, destacou que “quem diria” que naquela figura “de moço desataviado, com precoces cabelos brancos, sem o dom de um verbo altiloquente, se aninhasse um intelecto iluminado por uma vidente conduta

²⁶⁶ Olinto de Oliveira era médico, professor da Faculdade de Medicina e com afinidades com o PRR. Apesar da relação de rejeição, as memórias de Pilla, “*Palavras de um professor*”, curiosamente, são dedicadas ao antigo professor (PILLA, 1949, p. 4), aspecto que talvez se explique pela tentativa de reestabelecer a aproximação com a família e sua própria amada ao final da década de 1940.

²⁶⁷ Neste ponto, os biógrafos parecem exagerar no impacto da relação nos caminhos assumidos pela trajetória de Pilla. Por exemplo, Bueno chega a afirmar que situação de amor frustrado foi fundamental na sua formação e carreira (BUENO, 2008, p. 86-7, p. 200-201).

de homens!”²⁶⁸. Estas limitações, sugestivas sobre as dificuldades da timidez e a falta de afetividades, também auxiliam a compreender os motivos que levaram Raul Pilla a se colocar costumeiramente fora dos holofotes políticos mais importantes, tendo em vista que durante boa parte de sua carreira optou por atuar nos bastidores da organização e direção dos partidos ao invés de projetar-se a voos mais altos através do pleito aos cargos no executivo e legislativo, o que viria a ocorrer apenas após a reabertura política do Estado Novo. Em uma oportunidade chegou a ser indicado pela legenda do PL para pleitear a câmara federal nas eleições de 1930²⁶⁹, contudo recusou sua candidatura em favor da inclusão do nome de Plínio Casado, argumentando que seus serviços deveriam ser prestados em Porto Alegre e não no congresso nacional, função que não teria nem “gosto, nem habilidade”²⁷⁰.

Conforme é possível perceber, os diferentes itinerários e espaços destacados apontam para um mesmo ponto de encontro: o mundo da política. De acordo com seus biógrafos, o tema deve ser considerado como central na sua trajetória de vida. Segundo Antônio Bueno, Raul Pilla pode ser caracterizado como um “político dedicado e polêmico” e um “intelectual” (BUENO, 2006, p. 14), por sua vez, Mauro Gaglietti considerou-o como um “militante” e “pensador político” (GAGLIETTI, 2007, p. 230).

Através de seu livro de memórias, Pilla afirma que em seu entendimento “político e professor” eram “duas atividades correlatas”, na qual o “professor aperfeiçoa o político e o político acresce o professor”. Da mesma maneira, compreendia que a medicina tinha uma “vocação cívica” e uma “função” e “caráter eminentemente social” devido ao “sacrifício constante que exige o seu reto exercício” (PILLA, 1949, p. 63-64, p. 13). Com o mesmo entendimento, certa vez recusou um convite do então interventor estadual Flores da Cunha, que desejava contar com seus conhecimentos técnicos no cargo de Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul. Diante desta condição, Pilla argumentou que “dada a posição especial” em que se encontrava, como líder do PL, “difícil, senão impossível, seria **cindir o médico e o professor do político**”²⁷¹.

As passagens acima apontam para as conexões existentes entre a medicina, a atuação como professor e a participação na política partidária, e de que forma estes espaços estiveram interligados na construção da sua liderança e colaboração no PL. Neste quadro, também cabe

²⁶⁸ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 465, p. 12.

²⁶⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 77, 22 jan. 1930, p. 1; ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 102, 20 fev. 1930, p. 1;

²⁷⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 79, 24 jan. 1930, p. 1;

²⁷¹ Diário de Notícias, Porto Alegre, 14 de jun. de 1935 apud NOLL, 1980, p. 179, grifo meu.

lembrar a já destacada presença expressiva de médicos nas fileiras libertadoras, aspecto que possivelmente contou com a contribuição de Pilla, nome de prestígio naquele meio profissional.

Ainda sobre sua compreensão da política, Pilla acreditava que ela se tratava de

ao mesmo tempo a mais bela e a mais feia, a mais nobre e a mais desprezível das atividades humanas. Tanto mais desprezível e feia nas suas deformações, quanto mais nobre e bela na sua pureza originária. Porque, se ela se pode definir a arte do bem comum, converte-se na arte do mal supremo, quando se deixa tomar da paixão do poder e esquece os seus altos objetivos (PILLA, 1949, p. 60).

Para ele, a “arte do bem comum” praticada pelos políticos encontrava-se vinculada a lógica da política das ideias *versus* a política dos interesses e da “paixão pelo poder”, já amplamente destacada ao longo do texto. A “boa política” era aquela identificada na sua própria conduta e do seu partido, guiados pelas ideias do parlamentarismo, a defesa das liberdades, das garantias ao voto livre etc. Por sua vez, a “má política” era aquela vislumbrada nos adversários e nas suas ambições de perpetuação no poder. Foi através desta ótica que atuou durante boa parte de sua vida como um opositor ao PRR, primeiro defendendo o PF e depois fazendo parte do PL. Todavia, posteriormente, acabaria se aproximando dos tradicionais adversários e principais alvo de suas críticas. Com a composição da FU, homens tão vilipendiados por ele, como Borges de Medeiros e João Neves da Fontoura, viriam a ser alguns de seus principais aliados.

Conforme destacado anteriormente, seu envolvimento com o mundo político iniciou-se muito cedo, ainda nos bancos acadêmicos durante a década de 1910. Contudo, foi nos anos 1920 que inaugurou sua participação mais efetiva nos acontecimentos políticos e ascendeu em termos de liderança partidária. Os primeiros passos neste segmento ocorreram no PF. Em parceria com correligionários de Porto Alegre buscou promover a reorganização o partido diante da situação de esfacelamento frente a dissidências internas promovidas pela facção liderada por Rafael Cabeda²⁷². Neste contexto, buscou encontrar soluções entre os partidários de diferentes localidades em prol de fortalecer a agremiação através da reorganização e restabelecimento da autoridade do diretório central²⁷³.

Ao que tudo indica, suas tentativas foram em vão, inclusive tendo momentaneamente optado por abandonar o diretório diante das dificuldades e intransigências. “O partido não foi capaz de fortalecer sua coesão e permaneceu repleto de conflitos faccionais internos. Entretanto, a ocasião serve como indicador de alguns atributos de liderança que começavam a despontar

²⁷² Sobre as dissidências no Partido Federalista, ver (ROUSTON, 2012).

²⁷³ Carta de Emilio Nunes para Raul Pilla, Pelotas, 6 abr. 1920; Carta de Raul Pilla para Argemiro Dornelles, Porto Alegre, 1 mai. 1920; Moção do Partido Federalista de Porto Alegre, Porto Alegre, 23 jul. 1920,; Carta de Wenceslau Escobar para o Partido Federalista de Porto Alegre, Rio de Janeiro, 7 set. 1920; Carta de Raul Pilla para Fanfa Ribas, Porto Alegre, 20 set. 1920. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

em seu perfil. Estes aspectos podem ser percebidos, por exemplo, através da troca de correspondências com líderes partidários pelo interior do estado, sobretudo Argemiro Dornelles na cidade de São Borja, Emilio Nunes em Pelotas e outros. Em sua grande maioria, tratava-se de chefias federalistas que se tornariam importantes aliados no interior do PL e que sugerem as redes de relações constituídas e acionadas ao longo de sua carreira política, sejam elas no interior do grupo federalista ou, posteriormente, no libertador.

No ano de 1922, ainda com pouca proeminência no meio político estadual, Pilla foi um dos responsáveis por levantar a possibilidade de candidatura de Assis Brasil nas eleições estaduais. Para isto, atuou em duas frentes principais. Por um lado, como representante do diretório federalista consultou os adeptos e núcleos partidários sobre a possibilidade de uma frente unificada entre os grupos de oposição, sondando os ânimos ao mesmo tempo em que procurando conquistar apoio para a causa, tendo encontrado ampla maioria de manifestações favoráveis ao movimento²⁷⁴. De acordo com Antonacci, os federalistas de Porto Alegre consultaram, todos os chefes “e responsabilidade ou prestígio eleitoral”, tendo apenas a facção de Antunes Maciel se posicionado contrária. Nas tratativas, Raul Pilla também atuou no contato e negociação direta com Assis Brasil, consultando-o sobre sua disponibilidade em aceitar a incumbência da candidatura²⁷⁵. A resposta recebida foi positiva, apenas com a condição de que fosse reunido um número razoável de assinaturas em apoio ao nome do postulante. A tarefa foi cumprida com a coleta de 110 assinaturas de próceres oposicionistas, tais como, Fernando Abbot, Walter Jobim, Armando Tavares e outros²⁷⁶. O manifesto foi publicado nas páginas do jornal *Correio do Povo* no dia 5 de outubro de 1922 (ANTONACCI, 1983, p. 70, p. 82).

O movimento político iniciado em 1922 pode ser considerado o precursor do Partido Libertador, fundado seis anos depois. Dessa forma, é possível mensurar que a estreia decisiva de Pilla em um ato político de maior projeção possivelmente tenha lhe rendido bons frutos no meio oposicionista estadual, contribuindo na obtenção e construção de recursos importantes no rol dos serviços prestados a causa das oposições, elementos identificados na análise prosopográfica.

Após a derrota nas urnas em 1922 e com a eclosão da Revolta de 1923, Pilla dedicou-se a organizar campanhas de arrecadação de fundos para auxiliar os grupos rebeldes, não se

²⁷⁴ Carta de Julio Magalhães para Raul Pilla, Santa Maria, 23 set. 1922; Carta do Diretório Federalista de Dom Pedrito para Raul Pilla e Alves Valença, Dom Pedrito, 2 out. 1922; Cartas de Alfredo Varela para Raul Pilla, Montevidéu, 18 e 21 out. 1922, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁷⁵ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 28 set. 1922. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

²⁷⁶ Lista de signatários favoráveis a candidatura de Assis Brasil. Porto Alegre, 1 out. 1922, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

envolvendo diretamente com o campo de batalhas. Aliás, neste assunto, Pilla encontrava-se bastante afastado de outras lideranças do seu tempo. Ao que tudo indica, o professor não compartilhava e nem dominava os códigos exigidos pelo mundo dos levantes armados e usos da violência como instrumento de resolução dos problemas políticos. A sua postura parecia ser outra, não demonstrando interesse por pegar em armas²⁷⁷, mesmo não tendo faltado oportunidades para engajar-se em lutas do tipo, como nos anos de 1923, 1924, 1925 e 1930. O único momento em que apresentou envolvimento direto no tema foi durante o levante constitucionalista de 1932, na qual, conspirou e mobilizou para a organização da revolta, atuando na compra de armamentos e no estabelecimento de contatos com militares, esforços que resultaram em fracasso.

Os recursos obtidos na política ao longo da década de 1920, garantiram um lugar proeminente no nascente PL em 1928, sendo eleito vice-presidente da agremiação e desempenhado um papel fundamental na mediação, juntamente com Assis Brasil, de uma fórmula capaz de agradar as diferentes facções em relação ao programa partidário. O resultado foi a manutenção da possibilidade de os parlamentaristas propagarem suas ideias. Ao longo da trajetória do partido, Pilla permaneceu com um dos principais defensores da vertente parlamentarista no interior da agremiação. Conforme veremos no próximo capítulo, o jornal *Estado do Rio Grande* defendeu abertamente os ideais parlamentaristas através de artigos editoriais, geralmente de autoria de Pilla, Waldemar Ripoll ou Mem de Sá (FLORES, 2009, p. 140). Além disto, a partir da refundação do PL após a abertura do Estado Novo, liderada por Pilla, a agremiação assumiu definitivamente o ideal parlamentarista.

Na vice chefia do partido e despontando como principal liderança do grupo na cidade de Porto Alegre, Raul Pilla passou a compartilhar as principais decisões do grupo com Assis Brasil. No contexto da organização do golpe de 1930, Raul foi inicialmente colocado a margem das discussões entre libertadores e republicanos sobre a conspiração, já que Antunes Maciel se projetou como representante do PL e estabeleceu os diálogos com Getúlio Vargas, mesmo sem o conhecimento e anuência prévia do diretório central do partido. O problema é revelador da falta de acesso de Raul Pilla em relação aos líderes do PRR, enquanto outros nomes, como Baptista Lusardo e o próprio Antunes Maciel, já apresentavam relações com próceres republicanos devido ao convívio no congresso federal, posição que estavam vedados a Pilla

²⁷⁷ Certa vez foi desafiado para um duelo armado de honra pelo militar Gashipo Chagas Pereira que se sentiu injuriado por algumas de suas declarações. O duelo acabou não ocorrendo devido a um acordo estabelecido pelos padrinhos dos dois lados, entre eles, Baptista Lusardo. Ver: “Ata firmada pelas testemunhas”. Buenos Aires, 8 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

naquele momento. Por sua vez, com a efetivação da FU o líder libertador foi paulatinamente conquistando o centro destas relações e estreitando seus laços com contatos importantes, antes adversários e agora aliados, tais como, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Borges de Medeiros.

Os primeiros anos da década de 1930 serviram na consolidação do seu papel de principal referência dos libertadores no Rio Grande do Sul, principalmente após a partida de Assis Brasil para o Rio de Janeiro para assumir cargo ministerial. Neste sentido passou a realizar intervenções para solucionar dissidências em diretórios municipais do partido²⁷⁸, assim como excursionou pelo interior do estado afim de fazer visitas e conferenciar com correligionários²⁷⁹.

Durante este contexto, juntamente com diversas lideranças políticas gaúchas, passou a divergir dos posicionamentos assumidos pelo governo provisório, principalmente, em decorrência do atraso em convocar eleições e elaborar a nova constituição federal²⁸⁰. Aliás, as suspeitas de Pilla sobre a conduta de Vargas eram anteriores aquele momento. Logo após a conquista do poder em outubro de 1930, em reunião do diretório central, Pilla defendeu o estabelecimento de uma junta provisória no comando da nação, enquanto Assis julgava legítimo a entrega da presidência a Vargas. De acordo com Mem de Sá, todo diretório votou em concordância com Assis e Pilla argumentou sozinho que o partido cometia um grave erro: “só os que não conhecessem de perto o Sr. Getúlio Vargas podem ter ilusões a seu respeito. Ele não merece fé.” (SÁ, 1981, p. 58). Situação similar ocorreu anos mais tarde, quando grande parte do diretório, dessa vez seguindo a opinião de Lusardo, optou por apoiar Vargas no golpe do Estado Novo, ficando Pilla na defesa do contrário.

Com o paulatino distanciamento em relação ao governo provisório, Pilla passou a atuar na campanha de reconstitucionalização através de duas frentes principais: colaborando assiduamente com a publicação de artigos de protesto na imprensa diária, principalmente no jornal “*O Estado do Rio Grande*”, onde ocupava o posto de diretor de redação e era um dos principais articulistas; e aproximando-se cada vez mais das lideranças do PRR na solidificação da atuação conjunta na FU, agora em uma nova frente de luta política. Em comunhão, líderes do PRR e PL realizaram constantes reuniões e publicaram manifestos apontando os erros do

²⁷⁸ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 175, 19 mai. 1930, p. 10; n. 17; n. 188, 3 jun. 1930, p. 12; n. 480, 16 mai. 1931, p. 9; n. 588, 22 set. 1931, p. 12; n. 590, 24 set. 1931, p. 5.

²⁷⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 329, 14 nov. 1930, p. 12; n. 364, 27 dez. 1930, p. 1; n. 434, 21 mar. 1931, p. 3; n. 436, 24 mar. 1931, p. 12; n. 444, 2 abr. 1931, p. 10, p. 12; n. 445, 4 abr. 1931, p. 12; n. 448, 8 abr. 1931, p. 12; n. 502, 14 jun. 1931, p. 12; n. 525, 8 jul. 1931, p. 1; n. 554, 11 ago. 1931, p. 10; n. 557, 14 ago. 1931, p. 2; n. 595, 30 set. 1931, p. 1

²⁸⁰ Já nos primeiros dias do ano de 1931, Raul Pilla expôs à Vargas o “mal-estar” existente no Rio Grande do Sul em decorrência das orientações tomadas pelo governo provisório. Carta de Raul Pilla para Getúlio Vargas. Porto Alegre, 2 jan. 1931. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

governo federal, bem como as exigências estipuladas para a retomada do apoio dos gaúchos a Vargas (NOLL, 1980, p. 86-88).

Com o rompimento definitivo com Vargas em apoio a Revolta Constitucionalista de 1932, Pilla atuou na conspiração de um levante armado no sul do país. De acordo com seu entendimento, havia uma “dívida dos gaúchos para com os paulistas”, na medida em que não forneceram o suporte prometido ao movimento iniciado em São Paulo, fruto da mudança de posicionamento de Flores da Cunha que acabou por abandonar os planos da revolta e manteve-se em apoio ao governo federal. Os paulistas solicitavam a “cooperação material do Rio Grande” com “brevidade e eficiência”²⁸¹ e acusavam as lideranças rio-grandenses de que mesmo “depois de dois meses de luta” não conseguiram “dominar a situação do Estado e enviar algumas tropas” para honrar os “compromissos” e a “defesa dos ideais” que uniam os dois estados²⁸². Diante do “débito” e em protesto aos posicionamentos de Vargas, as lideranças da FU, após o fracasso das articulações armadas no país, partiram para o exílio na Argentina e Uruguai, com o objetivo de reorganizar suas forças e mobilizar contatos em prol de um novo levante.

O período no exílio, entre os anos de 1932 e 1934²⁸³, embora possa representar um momento de isolamento político, serviu justamente como reforço do papel de liderança e dos laços com alguns líderes importantes. O amplo volume de correspondências²⁸⁴ relativo ao período em que esteve refugiado em Buenos Aires e Montevideu apontam para o aumento do seu capital político e o papel que assumiu enquanto centro das decisões da política regional durante os anos de 1930. Conforme afirma Bueno, durante o período, Pilla manteve o controle partidário, orientando e discutindo estratégias via cartas com correligionários (BUENO, 2006, p. 110). Mesmo afastado do país, o libertador manteve-se bem informado daquilo que acontecia no Brasil e em relação a situação dos seus companheiros que permaneceram no Rio Grande do Sul. Neste sentido, diversas lideranças lhe remetiam resumos e informações sobre o PL, a FU

²⁸¹ Carta de Francisco Morato a Raul Pilla, São Paulo, 8 set. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁸² Carta de Francisco Morato a Raul Pilla, São Paulo, 5 set. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁸³ Um fato curioso relativo ao exílio é o surgimento de um termo popular, utilizado até os dias de hoje no Rio Grande do Sul, de “pila” para referir-se a dinheiro. De acordo com Bueno, a origem da palavra remete-se a campanha realizado por correligionários para arrecadar recursos financeiros em auxílio aos exilados, principalmente, Raul Pilla (BUENO, 2006, p. 113).

²⁸⁴ O período relativo aos anos no exílio trata-se daquele com maior volume de documentos no arquivo particular de Raul Pilla.

e a situação política de maneira geral²⁸⁵, assim como recebia cópias de atas de reuniões, circulares e manifestos produzidos pelos correligionários²⁸⁶.

Da mesma maneira, manteve o diálogo permanente com líderes do PRR, principalmente João Neves da Fontoura, nome que passou a figurar como um de seus principais aliados e destinatário de um elevado número de suas correspondências pessoais²⁸⁷. A dupla transformou-se no foco central da conspiração por uma nova revolta, bem como principal responsável pela tomada das deliberações e posicionamentos oficiais da FU e dos exilados. Durante este mesmo contexto é importante destacar o afastamento de outros importantes líderes em decorrência de motivos diversos, como por exemplo, Assis Brasil que optou por não apoiar a nova onda de insurreições e Borges de Medeiros que acabou preso pelo governo federal. Todavia, é perceptível que, conforme apontado anteriormente na análise prosopográfica, tratava-se de um momento de renovação geracional no interior das elites políticas sul rio-grandenses e uma paulatina mudança entre os principais nomes que chefiavam os partidos tradicionais.

Além destes contatos, Pilla permaneceu em diálogo com lideranças militares sobre a organização da luta armada²⁸⁸, embora as negociações tenham surtido pouco efeito e não avançado para a concretização do movimento. Da mesma forma, manteve-se trocando informações com diversos políticos que igualmente encontravam-se na condição de exílio em diferentes localidades, principalmente, em relação a chefes políticos refugiados em Portugal²⁸⁹. Além da troca de mensagens com correligionários, aliados e militares, correspondia-se assiduamente com seus familiares, tratando de temas pessoais como os casamentos dos irmãos,

²⁸⁵ Alguns exemplos neste sentido podem ser encontrados em: Carta de Urbano Garcia para Raul Pilla, Pelotas, 2 set. 1932; Carta de Urbano Garcia e Bruno Mendonça Lima para Raul Pilla, Pelotas, 12 out. 1932.; Carta de Edgar Schneider para Raul Pilla, Porto Alegre, 20 out. 1932; Carta de Firmino Torelly para Raul Pilla, Porto Alegre, 31 dez. 1932; Carta de Raul Pilla para Mario Amaro da Silveira, Buenos Aires, 2 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Mem de Sá, 2 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Alfredo Simch, Buenos Aires, 9 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Firmino Torelly, Buenos Aires, 18 jan. 1933; Carta de João Gonçalves Vianna para Raul Pilla, Uruguaiana, 7 fev. 1933; Carta de Raul Pilla para Camilo Mércio, Rivera, 6 jun. 1933, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁸⁶ Alguns exemplos neste sentido podem ser encontrados em: Ata da Reunião de representantes da Frente Única, Porto Alegre, 11 e 29 out. 1932; Manifesto de Fundação da “Comissão Mixta da Frente Única”, Alegrete, 14 dez. 1932; Circular do Partido Libertador, Porto Alegre, 25 mar. 1933; Ata de Reunião da Frente Única, Rivera, 7 mai. 1933, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁸⁷ Alguns exemplos da extensa lista de correspondência entre ambos: Carta de João Neves da Fontoura para Raul Pilla, Rio de Janeiro, 15 e 16 jun. 1932; Carta de João Neves da Fontoura para Raul Pilla, Buenos Aires, 16 nov. 1932; Carta de Raul Pilla para João Neves da Fontoura, Buenos Aires, 26 fev. 1933; Carta de Raul Pilla para João Neves da Fontoura, Buenos Aires, 20 mar. 1933, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁸⁸ Carta do General Klinger para Raul Pilla e Borges de Medeiros, São Paulo, 8 set. 1932; Carta do Marechal Isidoro Dias Lopes para Raul Pilla, Lisboa, 11 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Cel. Turibio Gomes, Buenos Aires, 19 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Gal. Marcial Terra, Buenos Aires, 12 fev. 1933; Carta de Marcial Terra para Raul Pilla, Rivera, 12 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para Cel. Basilio Taborda, Buenos Aires, 19 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para Isidoro Dias Lopes, Buenos Aires, 4 abr. 1933, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁸⁹ Carta de Paulo Moraes de Barros para Raul Pilla, Lisboa, 13 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Paulo Moraes de Barros, Buenos Aires, 10 fev. 1933; Carta de Raul Pilla para Francisco Morato, Buenos Aires, 4 mar. 1933, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS;

saúde dos pais, negócios e propriedades da família, além de constantemente solicitar o envio de livros, roupas e dinheiro para seu mantimento nas condições adversas do exílio. Da mesma maneira, trocava ideias e opiniões sobre a situação política do país e as posturas assumidas pelos correligionários do Partido Libertador²⁹⁰. Neste sentido, embora os irmãos não atuassem no âmbito político-partidário, serviam como alguns dos principais e mais confiantes interlocutores do exilado.

Apesar da situação de referência política construída em torno de si, a atuação neste período resultou em diversas críticas por parte de correligionários, que o acusavam de assumir uma “condução personalista” no partido e que “devido a sua inabilidade” e “falta de experiência política” acabou arrastando o Rio Grande em uma revolta fadada a derrota, visto sua condição de “motim isolado e sem repercussão”²⁹¹. Da mesma maneira, foi atacado por uma suposta “cega ambição de mando” que induzia seus companheiros a “uma aventura, criminosa e impatriota”²⁹², guiando o partido apenas por “pontos de vistas pessoais”²⁹³ e uma “prepotência pessoal e tendenciosa de chefia”²⁹⁴. Segundo o relato de Antero Marques, participante daquela conjuntura política, Pilla era “tão ditatorial” quanto Borges de Medeiros, atuando de maneira “unipessoal em todas as suas manifestações dentro do PL” (MARQUES, 2005, p. 372).

As críticas sobre a dita “conduta autoritária” nos negócios partidários merecem algumas ponderações. É perceptível que em determinados momentos apresentou tomadas de decisão individuais sobre temas partidários, constantemente justificando estas posturas em decorrência da falta de tempo e de meios para convocar os correligionários para deliberarem sobre assuntos urgentes. Além disto, conforme veremos no próximo capítulo, também foi um dos defensores da proposta de fim das eleições prévias no interior do partido, argumentando que, ao contrário do que aparentemente se pudesse imaginar, esta não seria a forma mais democrática de escolha dos candidatos dentro do partido. Apesar disto, Pilla também atuou de forma preocupada em consultar os membros do diretório, além de organizar congressos e debater os problemas do grupo com os seus diferentes partidários. Nesse sentido, chegou inclusive a enviar um questionário aos correligionários, consultando sobre sua opinião a respeito de temas a serem

²⁹⁰ Carta de Beppin para Raul Pilla, Porto Alegre, 8 set, 1932; Carta de Beppin para Raul Pilla, Porto Alegre, 24 ou. 1932; Carta de Ângelo Pilla para Raul Pilla, Porto Alegre, 31 out. 1932.; Carta de Beppin a Raul Pilla, Porto Alegre, 5 dez. 1932.; Carta de Beppin a Raul Pilla, Porto Alegre, 4 jan. 1933.; Carta de Raul Pilla a Beppin, Buenos Aires, 18 jan. 1933; Carta de Raul Pilla aos pais e irmão, Buenos Aires, 17 jan. 1933, Carta de Raul Pilla a Remo Pilla, Buenos Aires, 15 fev. 1933; Carta de Raul Pilla a Angelo Pilla, Rivera, 6 jun. 1933, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS;

²⁹¹ Carta de Virgílio Rodrigues para Raul Pilla, Vacaria, 17 set, 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁹² Carta de A. Cesár para Cipriano da Silva, Taquari, 20 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁹³ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 723, 5 mar. 1932, p. 12.

²⁹⁴ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 802, 15 jun. 1932, p. 12.

defendidos oficialmente pelo partido, como por exemplo, o tipo de regime político a ser adotado, a opinião sobre sufrágio feminino, ensino religioso, divórcio, separação entre Igreja e Estado e questões sociais²⁹⁵. Por outro lado, a crítica de arrastar o Rio Grande para um levante armado com riscos de fracasso eminente, parece ter sido reconhecida pelo próprio líder ao longo do período, muito embora seja preciso destacar que, apesar da centralidade assumida naquele movimento, ele não foi o único responsável pelas disposições da FU em participar da revolta.

Apesar do ambiente de desconfiança e de acusações em relação a sua liderança, também recebeu elogios de membros satisfeitos com o seu papel. O deputado estadual libertador Luiz Pacheco Prates escreveu argumentando que apesar das dissidências, Pilla deveria “se orgulhar da coesão dos libertadores, no atual momento, todos obedientes a tua voz de comando”²⁹⁶. Em sentido similar, Urbano Garcia solicitava suas intervenções junto aos companheiros, “sua palavra é sempre necessária, como orientadora e amiga”²⁹⁷. Além disto, desde o início da década de 1930, Assis Brasil manifestava-se afirmando os atributos positivos que visualizava no seu sucessor na presidência do partido e defendendo a legitimidade da sua posição: “a chefia do partido está nas mãos de Raul Pilla. Não poderia estar em melhores”²⁹⁸.

De maneira geral, o envolvimento com o movimento de 1932 pode ser considerado uma das principais atuações de Pilla como protagonista nos acontecimentos políticos e como uma das lideranças referenciais entre os seguidores da FU. A atuação naquele período sugere alguns aspectos importantes de serem destacados para a compreensão dos problemas debatidos ao longo da tese. O primeiro deles, amplamente documentado em seu acervo pessoal, é a importância de rede de correligionários que um líder era capaz de mobilizar, o “círculo de amizades” apontando por Fanfa Ribas em suas críticas. Além do amplo volume de contatos, remetentes e destinatários, a troca de correspondências analisada também evidencia a importância de possuir amigos e correligionários de confiança e que se dispusessem a viajar por longas distâncias entre Argentina, Brasil, Paraguai etc., para transmitir as mensagens e os planos dos líderes exilados. O chamado “portador de confiança”, termo recorrente nas confabulações políticas naquelas situações, se colocava de extrema importância em um contexto de censura e espionagem exercido pelo governo de Vargas, aspecto que impossibilitava confiar nos correios e tornava fundamental encontrar “amigos leais e de confiança”.

²⁹⁵ Carta de Raul Pilla para Argemiro Dornelles, Porto Alegre, 5 mai. 1932, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁹⁶ Carta de Luiz Pacheco Prates para Raul Pilla, Quaraí, 10 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

²⁹⁷ Carta de Urbano Garcia para Raul Pilla, Pelotas, 10 jan. 1933, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS;

²⁹⁸ Carta de Assis Brasil para Raul Pilla, Pedras Altas, 8 jan. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Nesta seara de dificuldades desponta aquele que pode ser considerado um dos principais trunfos construídos na carreira de Raul Pilla: o capital social adquirido frente às lideranças do PRR. O estabelecimento de laços com João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Borges de Medeiros e outros, foi fundamental na ascensão e consolidação de Pilla como um dos principais representantes políticos no cenário regional e nacional dos anos de 1930. Por outro lado, estas relações também foram primordiais para a manutenção e fortalecimento da Frente Única. Se, em um primeiro momento, o antigo federalista e ferrenho opositor dos situacionistas sul-riograndenses não disponha de qualquer acesso e contato com estas chefias, sendo inclusive posto a margem das confabulações da Aliança Liberal, foi capaz de, paulatinamente, ir conquistando a acionando estas relações, aumentando o seu próprio capital político, assim como auxiliando a fortalecer os laços que mantinham unidos PL e PRR na mesma coalizão partidária.

A revolta planejada por Pilla e seus aliados fracassou. Sua derrocada pode ser explicada por diferentes motivos identificados na análise da documentação: as dificuldades encontradas pela indefinição de qual militar assumiria o comando armado do movimento, durante a chamada “questão coronelícia”, termo cunhado pelos exilados em suas mensagens²⁹⁹; a falta de recursos e pouco apoio conquistado pela Frente Única nesta empreitada, ficando seus líderes conspirando isolados e sem maior respaldo político e social; os problemas de divergências internas vividas entre os políticos gaúchos, tendo em vista que, por exemplo, Assis Brasil e Flores da Cunha não apoiaram o movimento, Borges de Medeiros encontrava-se preso, e no mesmo contexto surgia o PRL provando rachas e evasões no interior dos grupos tradicionais.

Com o fracasso da revolta e o posterior estabelecimento da anistia, Pilla retornou ao país e seguiu defendendo suas bandeiras e atuando junto aos libertadores, em movimentos de ora aproximação e ora afastamento com o governo federal de Vargas e o governo estadual de Flores da Cunha. No plano profissional, retomou sua cátedra na Faculdade de Medicina e os negócios de sua família. Logo em seguida, na ocasião do golpe do Estado Novo afastou-se provisoriamente da vida política, retornando apenas com a reabertura política para refundar o PL e ser a sua principal referência no cenário nacional, atuando como deputado federal e propagandista do parlamentarismo por durante sucessivas legislaturas entre as décadas de 1940 e 1960.

²⁹⁹ Ver, por exemplo: Carta de Raul Pilla para Otacílio Fernandes, Buenos Aires, 25 fev. 1933; Carta de Otacílio Fernandes para Raul Pilla, Libres, 23 fev., 6 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para João Neves da Fontoura, Buenos Aires, 26 fev., 20 mar. 1933; Carta de Glycerio Alves para Raul Pilla. 9 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para Glycerio Alves, Buenos Aires, 18 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para Cel. Basílio Taborda, Buenos Aires, 19 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para Basílio Taborda, Buenos Aires, 10 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

Em resumo, diante dos aspectos destacados, alguns capitais obtidos e acionados ao longo da trajetória de Raul Pilla desempenharam um papel fundamental em sua ascensão ao posto de um dos principais líderes do PL e figura proeminente no cenário político estadual e nacional. Diante deste quadro, o amigo e correligionário Mem de Sá, ao questionar-se sobre como Pilla se tornou um grande líder no meio político, apesar de apresentar algumas limitações, concluiu que sua jornada “substituiu os requisitos comuns, exigidos, aqui como em toda parte, para o exercício da liderança” e baseou-se, principalmente na

moral, no caráter, o devotamento e a fidelidade às ideias, a retilínea e infrangível linha de procedimento, a absoluta coerência da conduta, a pugnacidade, a paciência e obstinação em face das dificuldades, a vocação para o apostolado, a intransigência quanto a princípios, o rigorismo ético, o insuportável sentimento do dever, o espírito público pairando [...] A capacidade lógica de raciocinar, de analisar situação e problemas [...] de dissecar argumentos ou discursos dos adversários, esmagando-os, e anulando-os, jamais encontrei quem a tivesse maior. (SÁ, 1983, p. 138).

Para além do discurso apologético sobre a conduta e a coerência com o plano doutrinário, aspecto amplamente presentes em diversas análises políticas de contemporâneos, é possível adicionar outros componentes identificados ao longo da análise da trajetória da Pilla e que merecem ser considerados para o entendimento do tema. O primeiro deles diz respeito ao papel de médico e seu trânsito por instituições como a Faculdade de Medicina, os órgãos de representação da classe médica e as publicações na área, espaços identificados pela prosopografia como centrais no recrutamento das fileiras libertadoras. Além disto, a atuação como professor e o *status* de intelectual que recebia dos amigos e companheiros de partido e profissão possivelmente contribuíram para a legitimação e ascensão de sua atuação política. De forma similar a Assis Brasil, o médico Raul Pilla angariou prestígio através de seus textos de teor doutrinários na imprensa e em publicações diversas.

O seu foco de atuação na capital, principal núcleo de poder dos libertadores, também merece destaque neste processo. Conforme destacou Mem de Sá, Raul Pilla, por estar constantemente em Porto Alegre foi quem permanentemente exerceu o comando partidário (SÁ, 1973, p. 131). O local, sede dos principais órgãos partidários, carecia de lideranças com maior projeção, haja visto que os nomes mais proeminentes do grupo residiam pelo interior do estado, como em Pelotas, Bagé e Alegrete ou haviam se transferido para a capital federal para assumir cargos. A presença de uma chefia mediadora entre os diferentes líderes políticos regionais e nacionais no espaço da capital era de central importância para a formação e atuação do partido, função que Pilla soube capitanear para si e exercer.

No mesmo sentido, a preocupação e habilidade em relação a imprensa foram fundamentais. Em uma sociedade na qual os principais problemas e discussões eram fortemente

influenciadas pelos editoriais dos jornais diários, Pilla, que possuía amplo domínio e talento com a escrita, conseguiu projetar e mobilizar estes mecanismos como ferramenta de convencimento e obtenção de prestígio político-partidário, tendo em vista que os jornais foram sempre uma de suas preocupações e interesses principais. Por outro lado, esta característica contrabalanceou a falta de outro recurso similar e amplamente requisitado aos políticos da época: o talento da oratória e a relevância da realização de discursos imponentes, elementos que o jovem médico não apresentou em seu currículo. Neste quadro, a timidez e a falta de eloquência na oratória foram substituídas pelo talento e combatividade através da escrita.

Por fim, as relações estabelecidas com diferentes líderes, desde federalistas, libertadores e até mesmo antigos adversários do PRR ou militares e paulistas exilados, também foram um trunfo na construção de sua liderança e capital político. O conjunto de relações e a influência deste recurso possivelmente contribuíram para que Pilla se mantivesse por longos anos à frente da presidência do PL e se colocasse como um dos principais nomes da FU. O manejo de contatos com os históricos adversários, aspecto que não se tratava de algo fácil para a maioria dos libertadores, tratou-se de um elemento que Pilla soube conquistar e manipular em favor de diferentes pautas e objetivos políticos.

Por fim, retomando a crítica inicial feita por Fanfa Ribas acerca da ausência de alguns atributos no perfil do médico libertador, como por exemplo, a falta de prestígio político, a pouca eloquência do discurso e o escasso círculo de amigos, se o médico-professor descendente de italianos por ventura realmente não possuía alguns destes, soube construí-los ou contorna-los ao longo de sua trajetória. Caso contrário, possivelmente, não teria sido capaz de projetar-se em ascensão no ambiente político da época, tendo em vista que muitos destes elementos eram requisitos chaves para o sucesso no jogo político-partidário.

2.2.3. Entre conspirações e revoltas armadas: o deputado libertador Joao Baptista Lusardo

No ano de 1924, então com apenas 32 anos e novato no mundo político, João Baptista Lusardo foi indicado pela Aliança Libertadora para concorrer a uma das vagas de deputado nas eleições federais. O resultado das urnas apresentou seu nome como uma das mais expressivas votações, tanto entre os libertadores quanto republicanos (DAL FORNO, 2015, p. 165). De maneira similar ao ocorrido com Raul Pilla, Lusardo não possuía, pelo menos até meados da década de 1920, uma maior experiência e projeção nos quadros políticos de âmbito regional e nacional. Sendo assim, como explicar sua rápida ascensão neste universo? De que maneira despontou como um dos principais e mais combativos deputados no congresso federal? E,

ainda, de que forma se consolidou como um dos principais mediadores dos interesses libertadores no cenário nacional? Para elucidar estas questões e outros aspectos de sua atuação, cabe avaliar de que forma e através de quais recursos e relações construiu uma carreira ascendente e se constituiu com um dos principais líderes do PL na capital federal.

João Baptista Lusardo³⁰⁰ nasceu no dia 11 de dezembro de 1892 em Salto, distrito do município de Uruguaiana, interior do Rio Grande do Sul e região de fronteira com a Argentina. Faleceu no dia 1 de janeiro de 1982 em Porto Alegre. Era filho de Severo Luzardo e Margarida Aspestésguy. Os avós paternos eram imigrantes espanhóis e os avós maternos de origem francesa. A mãe veio a falecer ainda durante seus primeiros meses de vida, tendo sido criado, até os sete anos de idade, por uma tia. O pai voltou a casar-se outras duas vezes. Do primeiro casamento nasceram cinco filhos: João, Luísa, Joana, Alice e Aurora. Tanto o avô quanto o pai dedicavam-se ao transporte de mercadorias (trigo, farinha e outras) pela região da fronteira. O pai era um “homem de poucas letras, mas muito vivo” e, posteriormente, tornou-se “fazendeiro médio” na região de Uruguaiana, recebendo o título de “Coronel” pela Guarda Nacional. Apesar desta posição, seus familiares não possuíam envolvimento mais expressivo com a política partidária, embora Severo fosse eleitor dos republicanos, aspecto que, conforme aponta Glauco Carneiro, explica o fato da família ter passado pela tormenta da revolta de 1893 sem maiores prejuízos de vidas e propriedade (CARNEIRO, 1977, p. 43; p. 50-51).

A ampla maioria do seu conjunto familiar não possuía formação estudantil, ninguém antes de João Baptista havia obtido um título de ensino superior. Seu percurso escolar se iniciou em 1904 com os estudos primários no Colégio Santana em sua cidade natal. Em seguida, transferiu-se para o Colégio Marista de Santa Maria, onde foi colega de Eb Abbot (filho de Fernando Abbot) e Fernando de Carvalho (filho do Marechal Setembrino de Carvalho). Na companhia dos dois amigos acabou se envolvendo em uma fuga noturna do internato, episódio que resultou na expulsão da instituição. Em 1910, transferiu-se para Porto Alegre onde matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos com o objetivo de terminar os estudos interrompidos. Também na capital gaúcha deu início a formação superior na Faculdade de Medicina, a fim de alcançar o desejo da falecida mãe e o compromisso assumido pelo pai: fazer do filho homem médico. Por volta de 1913 transferiu sua matrícula para o Rio de Janeiro, formando-se na capital federal no ano de 1916. Durante o último ano de formação em medicina

³⁰⁰ A grafia do seu nome ainda hoje causa confusão. De acordo com Glauco foi um erro de registro, o “Luzardo” fora substituído por “Lusardo” e o desejo do pai de “João Batista” ficara registrado como “João Baptista” (CARNEIRO, 1977, p. 44). Apesar das divergências de registros nas fontes e estudos, utilizarei aqui a grafia de João Baptista Lusardo.

também ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, vindo a receber seu segundo título de ensino superior no ano de 1918. O “*doublé* de médico e advogado” (CARNEIRO, 1977, p. 25), desempenhou um importante papel de distinção social ao longo da sua trajetória. Em uma época em que, na grande maioria das vezes, bacharéis em direito e médicos dominavam os espaços políticos, exercer os dois papéis se tratava de um trunfo especial, garantidor de legitimidade e de acesso a diferentes círculos sociais e posições na política partidária.

Fotografia 4. João Baptista Lusardo durante embarque para Revolta de 1930.



Lusardo é o segundo, da esquerda para direita, no primeiro plano, segurando um chapéu.

Fonte: Arquivo Fotográfico do NUPERGS.

Após formado, Lusardo iniciou o trabalho na saúde pública do Rio de Janeiro e entre os anos de 1917 e 1918 participou do atendimento as vítimas das epidemias de peste bubônica e de gripe espanhola que assolaram a capital federal (CARNEIRO, 1977, p. 55). Ainda durante a estadia na cidade desenvolveu o interesse por outro ramo de atividade: os discursos proferidos pelos tribunos políticos nas galerias do senado e da câmara. No local, o jovem médico passava sucessivas horas assistindo as intervenções de homens como Rui Barbosa, Irineu Machado e outros, demonstrando, conforme aponta Glauco Carneiro, “desde aí, uma paixão incontrolável pela política” (CARNEIRO, 1978, p. 29). Esta viria a ser uma de principais características em seu comportamento e prática política: a eloquência dos discursos que o tornaram requisitado

pelos correligionários nos palanques, assim como a ampla fama adquirida através dos embates retóricos na câmara federal enquanto representante das minorias e durante os comícios nas campanhas eleitorais do PL e da Aliança Liberal.

No início do ano de 1919, Lusardo retornou a Uruguaiana e optou por dedicar-se exclusivamente a medicina. Pressionado por amigos e familiares inaugurou um consultório na cidade. Neste contexto, passou a estabelecer um conjunto de relações de amizades e inimizades e se envolver mais efetivamente nos principais acontecimentos do âmbito municipal. O primeiro ato neste sentido trata-se da sua participação no combate à peste bubônica surgida no município durante os primeiros meses de 1920. Devido a sua experiência com o tema no Rio de Janeiro e a complexidade da epidemia que fugia da alçada de muitos dos médicos dos quadros locais, Lusardo se tornou o consultor do programa de combate a peste municipal e auxiliou pessoalmente no atendimento a diversas vítimas. De acordo com seu depoimento colhido por Glauco Carneiro, durante aquele contexto “não houve casa em Uruguaiana que eu não entrasse. Para qualquer febre alta, dor na virilha, me chamavam. **Já tinha adquirido renome**” (CARNEIRO, 1977, p. 70, grifo meu). O trágico episódio na saúde pública fez do recém-formado protagonista, teve como duração aproximadamente seis meses e resultou na morte de mais de cem moradores da cidade (SILVA, 1999, p. 34).

Logo após o combate à epidemia, Lusardo, juntamente com outros jovens médicos, fundou a “Policlínica de Uruguaiana”, espaço dedicado a atendimentos na área da saúde e que disponibilizava horários gratuitos para consultas da população mais pobre. A iniciativa rendeu a instituição uma ampla circulação de pessoas, além de um destacado reconhecimento social dos profissionais envolvidos (CARNEIRO, 1977, p. 75). O quadro de projeção conquistado com a atuação no combate a peste, adicionada da notoriedade adquirida com a policlínica, proporcionou uma repercussão na carreira do médico no meio social e político na cidade de Uruguaiana. Neste quadro, cabe salientar que a conquista de prestígio e a facilidade de construção de clientela podem ser lidas como características recorrentes na atuação de médicos e que favoreciam o seu vínculo com o ambiente político (PINTO, 2011, p. 94). Conforme argumenta Marcela Ferrari,

os médicos, notáveis e respeitados, estavam em contato com todas as camadas sociais. A possibilidade de curar gerava prestígio a partir do exercício profissional – muitas vezes desinteressado – que se transferia para a gestão de influências importantes [...] capazes de recrutar adesões na sociedade ou que fossem cooptados pelos partidos políticos, dado o papel que desempenhavam de intermediários privilegiados entre os cidadãos, tanto no âmbito urbano como no rural (FERRARI, 2006, p. 150).

Conforme aponta Lúcia Silva, a participação na área da saúde rendeu uma “grande popularidade a Lusardo”, que a partir daí passou também a colaborar na imprensa federalista do jornal “*A Nação*”, consolidando as suas “condições para ingressar na política” (SILVA, 1999, p. 63). Nesse mesmo momento, ele e outros colegas da policlínica passaram a escrever artigos sobre a temática da “liberdade profissional castilhistas”, crítica recorrente entre os profissionais do ramo e que acabava contribuindo para a aproximação dos médicos com o oposicionismo político-partidário no estado. Os ataques sobre o tema, amplamente vinculados com uma contestação em torno das concepções defendidas pelo PRR, logo se transferiram para outro endereço: a administração municipal do partido situacionista e, mais precisamente, o intendente José Antônio Flores da Cunha.

Os afamados artigos contra um importante líder local do PRR resultaram em consequências imediatas. Em primeiro lugar, a aproximação cada vez maior com velhas lideranças federalistas que passaram a frequentar a clínica e pressionar o jovem médico em favor de sua aderência formal ao partido. Nesse sentido, o resultado obtido foi parcial: convenceram Lusardo a assumir a sociedade da propriedade do jornal partidário, assim como o compromisso de colaborar mais assiduamente com o combate ao situacionismo, contudo, não conquistaram sua filiação oficial ao Partido Federalista. Por outro lado, através do envolvimento direto com a imprensa oposicionista acabou convivendo com futuros companheiros de jornadas no PL, dentre eles Dário Crespo e João Gonçalves Vianna³⁰¹ (CARNEIRO, 1977, p. 80-84).

Os jovens colaboradores do jornal logo chamaram a atenção de Flores da Cunha e a partir daquele momento se iniciou uma acirrada disputa pessoal que permaneceu latente por durante muitos anos, colocando em confronto João Baptista e o chefe do PRR local³⁰². O clímax das animosidades ocorreu em 1922: ofendido por um artigo escrito por Lusardo, Flores desafiou-o para um duelo armado de honra, que foi prontamente aceito sob uma condição, a luta deveria ocorrer “até a morte”. Segundo o entendimento de Lusardo, o episódio se tratou de uma tentativa, por ideia de Osvaldo Aranha e Flores, de lhe dar um susto, desmoralizá-lo na sociedade local e fazer com que abandonasse a terra natal. De acordo com seu relato, aceitou o desafio e se colocou disposto a ir até as últimas consequências. Após diversas reuniões e

³⁰¹ A figura de Gonçalves Vianna aparece em diversos momentos de sua biografia, denotando as relações que existiam entre os dois libertadores: eram amigos de infância em Uruguaiana; contemporâneos no Rio de Janeiro, aonde Vianna foi o responsável pelo discurso no banquete em sua despedida; combateram juntos na revolta de 1923; e, por fim, militaram juntos no PL (LUSARDO, 1977, p. 59, p. 177).

³⁰² Flores da Cunha e Lusardo, além dos conflitos no âmbito local de Uruguaiana, cruzaram um o caminho do outro em diversos momentos: nas trincheiras rivais da revolta de 1923; nos embates parlamentares do final da década de 1920; na aproximação e aliança da FU, da Aliança Liberal e na conspiração conjunta de 1930; e na suposta “traição” de Flores aos conspiradores de 1932.

agendamentos para a realização do duelo, através do intermédio de amigos em comum, o combate acabou não chegando as vias de fato. O resultado foi que, conforme aponta com Glauco Carneiro, a postura do desafiado surpreendeu a todos e Lusardo saiu como uma espécie de “vitorioso simbólico” (CARNEIRO, 1977, p 26-31).

As intrigas entre os dois personagens do cenário político de Uruguaiiana não terminaram por aí. Em seguida, novamente em decorrência de publicações na imprensa federalista, Lusardo foi surpreendido enquanto frequentava uma barbearia por quatorze “capangas de Flores” que o cercaram e deram voz de prisão, sendo conduzido até a delegacia e colocado numa cela, onde permaneceu retido por algumas horas e, posteriormente, solto através da intervenção de amigos influentes (CARNEIRO, 1977, p. 115).

Diante dos aspectos destacados até o momento é possível indicar a construção de alguns recursos importantes na projeção inicial de Baptista Lusardo e sua liderança política: o prestígio social adquirido através da atividade como médico; a atuação na imprensa, requisito fundamental para aqueles pretendentes ao mundo político; e o capital simbólico obtido através do enfrentamento³⁰³ perante ao principal mandão dos quadros locais e promissor líder do PRR. Apesar destes fatores e da fama conquistada em nível sociopolítico local, Lusardo não apresentava até o momento nenhum envolvimento ou destaque no ambiente político-partidário das oposições em âmbito estadual, mais do que isso, nem mesmo era filiado ou militava em qualquer agremiação. Esta condição começou a mudar a partir das eleições para o governo do estado em 1922, momento em que aderiu explicitamente a campanha em favor de Assis Brasil.

O contexto eleitoral, além do pontapé inicial da vida partidária de Lusardo e sua adesão oficial às oposições regionais, também significou o início do estabelecimento de um forte laço de amizade com Assis Brasil. Segundo o relato do filho Luiz Alberto, Assis era o modelo político no qual o pai buscava inspiração e existia uma simpatia extraordinária entre eles, “tanto que pai seria por ele escolhido candidato a deputado federal”, “havendo na oposição figuras mais antigas que bem poderiam pleitear tal honra” (CARNEIRO, 1977, p. 120). A relação manteve-se durante grande parte da carreira de Lusardo que, posteriormente, enquanto parlamentar e líder partidário constante procurou em Assis Brasil a orientação para sua conduta e tomadas de posição no congresso federal³⁰⁴. Além disto, as visitas de Lusardo a Pedras Altas para conferenciar com o líder eram frequentes (ASSIS BRASIL, 1983, p. 179-180, p. 203).

³⁰³ De acordo com a narrativa do próprio Lusardo, o episódio ganhou repercussão estadual. Um exemplo disto é que, em 1922, quando apresentado a Assis Brasil pela primeira vez, o assunto inicial da conversa teria sido justamente a respeito do dito duelo (CARNEIRO, 1977, P. 126).

³⁰⁴ O acervo de Assis Brasil apresenta um amplo conjunto de troca de correspondências entre os dois líderes. Alguns exemplos: Carta de João Baptista Lusardo para Assis Brasil, Uruguaiiana, 10 fev. 1924; Carta de Assis

Após as eleições e com a eclosão da revolta de 1923, Lusardo aderiu a coluna armada comandada por Honório Lemes. Nesta recebeu a função de chefe do Estado Maior, indicação recebida com surpresa, tendo em vista ser um civil e não possuir experiências prévias com confrontos bélicos. Segundo seu próprio entendimento, a indicação teria ocorrido em decorrência de que Honório desejava um homem instruído para aconselhá-lo (CARNEIRO, 1977, p. 142-143). Durante a revolta, Lusardo participou na redação de telegramas, elaboração mensagens oficiais da coluna, ordens do dia, mediação de diálogos com as tropas etc. Além de atuar em diversos combates armados, principalmente contra as tropas comandadas por Flores da Cunha, quesito em que conquistou reconhecimento em decorrência das missões desempenhadas. Por outro lado, sua conduta também foi alvo de severas críticas e acusações por parte dos adversários, dentre elas, a de ser o responsável por atos de selvageria nos campos de batalhas, como a utilização da prática da degola³⁰⁵.

De qualquer maneira, com o papel desempenhado nas campanhas de 1922 e 1923 passou a ascender no meio político como um novo e promissor nome entre as oposições. De acordo com sua compreensão, duas pessoas o “ajudaram muito a subir” naquele momento: Honório Lemes, uma espécie de “iniciador” na arte de mobilizar homens e realizar revoltas armadas, e que se tornou seu compadre ao batizar a filha após a revolução; e Assis Brasil, que considerava como um “professor” e “mentor” no âmbito da política (CARNEIRO, 1977, p. 202-203). Além disto, a conjuntura auxiliou na construção de sua imagem como “um dos mais esforçados Libertadores”, “companheiro, amigo, soldado – ora prova de heroísmo, ora uma prova de dedicação”, crescendo o sentimento de simpatia entre os companheiros de luta (CARNEIRO, 1977, p. 238-240), elemento que, conforme exposto anteriormente na biografia coletiva dos libertadores, fazia total diferença na conquista de “méritos” para a ascensão no interior do grupo.

Durante o congresso de fundação da Aliança Libertadora em São Gabriel, participou como delegado representante de Uruguaiana³⁰⁶, sendo apresentado aos presentes como

Brasil para João Baptista Lusardo, Berachi, Uruguai, 15 dez. 1924; Carta de João Baptista Lusardo para Assis Brasil, Porto Alegre, 3 dez. 1925; Carta de João Baptista Lusardo para Assis Brasil, Porto Alegre, 12 mar. 1929; Carta de João Baptista Lusardo para Assis Brasil, Uruguaiana, 8 set, 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁰⁵ Em seu livro de memórias, Flores da Cunha acusa Lusardo de ter matado “com as próprias mãos, alguns pobres soldados”, além de degolar ou ordenar a degola de combatentes mercenários uruguaios (FLORES DA CUNHA, 1979, p. 89). Aspecto que o líder libertador nega, afirmando ter, inclusive, salvo vários adversários da morte: “– Sob minha palavra de honra [...] em qualquer luta, nunca participei de degolamentos. Nunca, nunca. Eu tinha outras responsabilidades, outra compreensão do que estava fazendo ali. E de quem eu era”. (CARNEIRO, 1977, p. 170-171, p. 191-192).

³⁰⁶ O nome de Lusardo foi escolhido pelas oposições coligadas de Uruguaiana através de reunião. Posteriormente, a escolha foi comunicada via correspondência para Assis Brasil. Carta das Oposições de Uruguaiana para Assis Brasil, Uruguaiana, 9 jan. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

“representante da coluna revolucionária [...] homem de Honório” (CARNEIRO, 1977, p. 179). Durante o encontro foi indicado para a chapa eleitoral como deputado federal pela nascente legenda. No processo de escolha entre os mais de oitenta correligionários presentes, recebeu vinte e três menções para representar o 2º círculo eleitoral, ficando atrás apenas de nomes como Antunes Maciel e Arthur Caetano (ambos com vinte e cinco votos), mas, superando figuras tradicionais do meio federalista, entre eles, o deputado estadual Alves Valença³⁰⁷.

Com o resultado de vitória nas urnas, iniciou sua carreira como parlamentar, função que exerceu novamente nas legislaturas de 1927-1930 e 1935-1937. Neste contexto, atuou como um dos principais interlocutores e articuladores dos interesses libertadores frente ao governo federal e as lideranças políticas de outros partidos, dentre eles, os próprios adversários do PRR. Nos primeiros momentos na câmara figurou como um dos mais combativos deputados de oposição ao governo de Arthur Bernardes. O então Presidente da República, de adversário irreduzível, posteriormente, veio a tornar um importante aliado nas conspirações da revolta de 1930. Nesta ocasião, após anos de rivalidades, o mineiro teria declarado em uma conversa particular com Lusardo que “**em política não há inimizades pessoais e nem definitivas**” (CARNEIRO, 1977, p. 252, grifo meu), “ela é assim mesmo: a política pode ser definida como a arte que une e separa os homens para este ou aquele propósito” (CARNEIRO, 1978, p. 97), sugerindo a centralidade aproximações conjunturais e oportunistas que caracterizavam as alianças entre as elites políticas daquele período, assim como para as possibilidades de aproximação estratégica com inimigos de outrora.

Ainda no ano de 1924, em companhia de diversos membros da AL, apoiou os levantes tenentistas iniciados por militares rebeldes em São Paulo contra o situacionismo político federal³⁰⁸. Neste contexto, Lusardo auxiliou a articular a abertura de uma frente de luta armada através da sublevação das guarnições militares estacionadas no Rio Grande do Sul. Por outro lado, manteve a sua linha de “deputado revolucionário”, denunciando os problemas identificados no governo Bernardes e se colocando como porta-voz do movimento dos tenentes, principalmente, através da divulgação de informações sobre marcha da Coluna Prestes pelo interior do Brasil. Durante a realização do movimento, o deputado recebia telegramas e correspondências secretas enviadas diretamente por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, em

³⁰⁷ A contagem dos votos pode ser consultada através das anotações a mão produzidas por Assis Brasil durante o congresso e salvaguardadas no seu acervo particular. Anotações do Congresso de São Gabriel, São Gabriel, s/d, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁰⁸ Maiores informações sobre a relação da AL com os tenentes em 1924 podem ser visualizadas em (DAL FORNO, 2016).

seguida, divulgava seu conteúdo no plenário da casa legislativa e em publicações de textos nas páginas do jornal “*O Globo*”³⁰⁹ (CARNEIRO, 1977, p. 252-259).

A atuação nos dois mandatos que antecederam a Revolta de 1930 (1924-1926; 1927-1930) consolidaram-no com o *status* de “deputado revolucionário” e um dos principais nomes da minoria ou da chamada “esquerda parlamentar” (termo cunhado na época para se referir aos deputados de oposição a política oficial do Catete). A atuação no congresso foi alvo de elogios por parte da imprensa e de correligionários, que destacavam sua “habilidade parlamentar”³¹⁰ e a “brilhante atuação na minoria” que resultavam nos “mais calorosos aplausos de todos os pontos do estado e do País”³¹¹. Além disto, figurou entre aqueles que mais falavam nas sessões legislativas, de acordo com um levantamento estatístico produzido pelo “*Jornal do Brasil*” e republicado nas páginas do “*Estado do Rio Grande*”³¹².

O cotidiano parlamentar também significou a conquista de um conjunto de relações pessoais que foram fundamentais nos avanços em sua carreira política. Nesse sentido, é curiosa a aproximação com Getúlio Vargas, até então um dos principais adversários dos libertadores. Segundo os relatos de Lusardo, durante sua primeira participação na assembleia foi surpreendido com um abraço do deputado pelo PRR: “- É um homem brigão, mas uma figura que merece o nosso respeito”. No decorrer do convívio no congresso foram estreitando a amizade, “ambos chegavam cedo à Câmara e frequentemente se detinham no exame da situação do Estado, do país, sem que as diferenças partidárias influíssem no externar de opiniões”, apresentando “muitos pontos de convergências”, acabaram estabelecendo “um acordo tácito” no qual “evitavam se digladiar diretamente nas discussões parlamentares, pelo menos em termos irreconciliáveis” (CARNEIRO, 1977, p. 243; p. 352, p. 253). Em seguida, com a ascensão de Getúlio ao cargo de Ministro da Fazenda do presidente Washington Luís, a relação permaneceu amistosa:

- Vez por outra eu ia conversar com o Getúlio e era recebido com solicitude. Essas coisas não desonravam a mim nem ao meu partido. Quando eu tinha alguma reivindicação, mostrava a ele: É preciso a nomeação do fulano; aquele não pode continuar por isso... [...] os meus correligionários sabiam das minhas relações com Vargas e aproveitavam... (CARNEIRO, 1977, p. 354).

³⁰⁹ Os artigos publicados originalmente no jornal encontram-se transcritos na íntegra na obra de Glauco Carneiro (1977, p. 259-284). Algumas das correspondências entre militares e Lusardo durante esta conjuntura possuem cópias no Arquivo Assis Brasil. Ver: Carta de Miguel Costa para João Baptista Lusardo, Goiás, 05 jul. 1925; Carta de Miguel Costa para João Baptista Lusardo, Goiás, 20 dez. 1925, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³¹⁰ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 46, 14 dez. 1929, p. 8

³¹¹ Carta de Francisco Simões para João Baptista Lusardo. Pelotas, 21 out. 1925. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³¹² ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 24, 19 nov. 1929, p. 7.

Da mesma maneira, foi através dos diálogos travados entre os deputados Baptista Lusardo, Plínio Casado, Lindolfo Collor e Flores da Cunha que se iniciaram as articulações para a aceitação, por parte do PL, do nome de Vargas no governo do Rio Grande do Sul. Na campanha para aquelas eleições, os libertadores acabaram se abstendo da participação e o PRR novamente eleito ao poder. Após a posse, Lusardo prontamente realizou uma visita ao Palácio do Governo, onde teria debatido, de maneira prematura, a questão da sucessão presidencial no Brasil (CARNEIRO, 1977, p. 359). Neste cenário, a relação de Lusardo com o líder do PRR sugere a construção de um capital social que transcendia ao Partido Libertador e antecedia o movimento de aproximação efetivo entre libertadores e republicanos na FU, aspecto que viria a ocorrer apenas alguns anos depois e em torno do qual o deputado libertador seria um dos principais artífices. Por outro lado, autonomamente, o deputado costurava relações pessoais em torno de si que, posteriormente, seriam amplamente utilizadas em seu favor e para além do seu partido, como por exemplo, no episódio de deflagração do golpe do Estado Novo, em que acabou se posicionando ao lado de Getúlio em rompimento com seu grupo partidário. Ademais, estas relações também favoreciam os demais libertadores, conforma sua própria declaração, os correligionários “se aproveitavam” destes laços que permitiam o acesso a diferentes espaços de poder e negociação política até então não frequentados pelo partido.

No estabelecimento desta teia de relações, encontrava-se os vínculos adquiridos com políticos de outras unidades da federação. Dentre eles, mineiros como Afrânio de Mello Franco e Antônio Carlos (CARNEIRO, 1977, p. 134-135). Os contatos de bastidores entre Lusardo e Mello Franco no congresso nacional fornecem indícios importantes para a compreensão do início das articulações de formação da Aliança Liberal. De acordo com Glauco Carneiro, os deputados libertadores foram sondados pelos políticos do Partido Republicano Mineiro sobre a possibilidades de os libertadores aderirem uma candidatura oriunda do PRR para o pleito nacional. Durante as negociações, Lusardo recebeu de Franco e Antônio Carlos a missão de consultar Assis Brasil e o diretório do partido sobre a indicação³¹³. Com esta missão, o deputado viajou ao sul e permaneceu uma semana na granja de Pedras Altas no aguardo das resoluções de Assis sobre o tema (CARNEIRO, 1978, p. 24-28).

O papel de deputado opositor ao governo Bernardes igualmente lhe rendeu amizade com Mauricio de Lacerda (CARNEIRO, 1977, p. 251). Lacerda era deputado pelo Rio de Janeiro e líder da minoria no congresso. Juntamente a ele, Adolfo Bergamini (também oriundo

³¹³ Os bastidores das articulações do PL na Frente Única serão alvo da análise do próximo capítulo. As conferências de Lusardo com os mineiros sobre o caso da sucessão presidencial da República receberam cobertura da imprensa. ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 23, 18 nov. 1929, p. 1; n. 26, 21 nov. 1929, p. 1; n. 48, 17 dez. 1929, p. 1.

do Rio de Janeiro) e outros representantes das minorias, formaram o “Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais” no congresso (CARNEIRO, 1978, p. 37). Anos mais tarde, no papel de chefe de polícia do Distrito Federal, Baptista Lusardo buscou manter a lealdade ao amigo, inclusive protelando por um bom tempo o mandado de prisão dos dois irmãos do político carioca envolvido com conspirações comunistas (CARNEIRO, 1978, p. 46-47, p. 124). Com vínculos mais aproximados ainda se colocou em relação aos políticos paulistas oriundos do recém surgido Partido Democrático. Segundo afirma Carneiro, por nomeação de Assis Brasil, Lusardo atuou como o responsável por representar os libertadores perante os aliados paulistas. Das relações entre os correligionários dos dois partidos de oposição, surgiu o Partido Democrático Nacional, com Baptista Lusardo assumindo postos no diretório central juntamente com Assis Brasil, Francisco Morato, Paulo de Moraes Barros, Paulo Nogueira Filho e outros³¹⁴.

A campanha da Aliança Liberal teve em Baptista Lusardo um de seus principais colaboradores. O deputado participou ativamente em diferentes frentes: foi membro da Comissão Executiva da campanha eleitoral juntamente com Mello Franco, Joao Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, J. J. Seabra e outros (CARNEIRO, 1978, p. 63); e participou da chamada “caravana liberal”, excursão formada por políticos aliancistas com o objetivo de realizar propaganda eleitoral nos estados do norte e nordeste durante os primeiros meses de 1929³¹⁵. Nos acontecimentos da caravana, dois aspectos principais relativos a sua atuação podem ser percebidos: a realização de discursos efusivos que inflavam multidões e acabaram se tornando peças de oratória famosas nos meios políticos da época, como por exemplo, o famoso discurso de recepção a Vargas no Rio de Janeiro após a vitória da revolta armada, em dezembro de 1930:

Quem vem lá? Quem vem lá é o Rio Grande do Sul na pessoa do Presidente Getúlio Vargas. É o Rio Grande do Sul convocado por Minas Gerais e Paraíba para o grande combate da democracia, para servir o Brasil e lhe dar um regime democrático justo (CARNEIRO, 1983, p. 211).

O discurso aponta para a capacidade retórica e a importância da oratória, da efusividade em palanques e palestras na construção das lideranças políticas, temas sempre requisitados e que Lusardo adquiriu amplo domínio, contribuindo em sua projeção e destaque no âmbito nacional. Ademais, o conteúdo do discurso sugere os elementos de justificação e legitimação assumidos por libertadores e republicanos sobre o movimento de 1930 e que serão debatidos

³¹⁴ Conforme é possível de perceber, determinados nomes de políticos paulistas são recorrentes nas trajetórias de Assis Brasil, Raul Pilla e Lusardo, indicando a proximidade e os laços entre estes e os libertadores ao longo dos anos de 1920 e 1930.

³¹⁵ A chamada “caravana democrática” ou “caravana da vitória” durou quase dois meses e recebeu ampla cobertura por parte do “*Estado do Rio Grande*”: ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 87, 3 fev. 1930, p. 1; n. 89, 5 fev. 1930, p. 12; n. 91, 7 fev. 1930, p. 1; n. 96, 13 fev. 1930, p. 1; n. 92, 15 fev. 1930, p. 5; n. 724, 19 mar. 1930, p. 2.

no próximo capítulo, com destaque para o papel do Rio Grande do Sul, ou seus políticos, no “combate da democracia em serviço do Brasil” e para “lhe dar um regime democrático justo”.

Um segundo fator importante na atuação do líder libertador naquela campanha diz respeito a presença da violência durante os comícios e passeatas, tendo inclusive sido alvo de boatos acerca de um possível assassinato durante suas viagens³¹⁶. Diante destas situações, Lusardo como figura experimentada no tema e manipulando a leitura destes códigos, soube conviver com as práticas de pressões, ameaças físicas e tiroteios entre aliancistas e seus adversários (CARNEIRO, 1978, p. 80-88).

Sobre a participação na campanha, cabe destacar os comentários de João Neves da Fontoura. Segundo o deputado republicano, Lusardo não foi apenas um dos mais eficientes colaboradores da candidatura, e fundamental para o apoio dos libertadores naquela empreitada, foi também um “dos mais fortes sustentáculos da campanha, na Câmara, nas ruas e, posteriormente, no terreno da conspiração e da marcha militar” (FONTOURA, 1963, p. 163). Em sentido aproximado, Lusardo caracteriza sua própria atuação como uma “baioneta no rim dos republicanos”, tendo em vista que, diante da postura vacilante de Vargas que acabava por desanimar alguns correligionários do PRR, o libertador buscou constantemente atuar como um “garantidor da participação do Rio Grande” (CARNEIRO, 1978, p. 97). Ainda segundo Fontoura, a posição assumida pelo deputado libertador se tratava do resultado de sua carreira construída nos anos de 1920:

Havendo **granjeado popularidade e simpatias** ao tempo que se bateu nos movimentos rebeldes de 1923 e nos seguintes, empregou todo **esse capital ao serviço da nossa causa** em 1929 e 1930. Mesmo os adversários o estimavam (FONTOURA, 1963, p. 163, grifo meus)

Neste sentido, é possível perceber de que maneira o acúmulo de determinados recursos e relações tornaram Baptista Lusardo cada vez mais estimado por seus pares no mundo da política, tanto nos círculos dos libertadores no Rio Grande do Sul, como perante os diferentes deputados e líderes que atuavam na capital federal. Estes e outros aspectos o credenciaram a assumir uma posição de destaque nos episódios que colocaram término a Primeira República do Brasil. Da mesma forma, sua “popularidade e simpatias” foram vitais para a atuação do PL, auxiliando o grupo a romper as barreiras regionais e se projetar nacionalmente através da participação nos movimentos de 1929-1930 e 1932.

Após a derrota eleitoral de Vargas, setores da Aliança Liberal engajaram-se na organização de um movimento armado. O deputado libertador participou ativamente das

³¹⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 91, 7 fev. 1930, p. 12; n. 92, 8 fev. 1930, p. 1; n. 93, 10 fev. 1930, p. 10, p. 12.

primeiras articulações para a não aceitação do resultado das urnas³¹⁷ e foi um dos principais conspiradores para o levante (CAMARGO, 1983, p. 31). Contudo, não participou ativamente da deflagração da luta armada, tendo em vista problemas de saúde, a realização de uma cirurgia e a necessidade um período de repouso em Uruguaiana, permanecendo afastado dos momentos decisivos da deflagração da revolta³¹⁸. Após sua recuperação, iniciou sua marcha para teatro dos combates³¹⁹: a pedido do General Góes Monteiro, organizou e mobilizou um regimento de 3.000 mil homens em sua cidade natal e dali seguiu em direção a São Paulo com o objetivo de fazer junção a outros destacamentos militares (Fotografia 4). Quando chegou ao local, a vitória dos revoltosos já se encontrava consumada e o governo federal deposto (CARNEIRO, 1978, p. 100-108).

Com o estabelecimento de Vargas como chefe do governo provisório, Lusardo recebeu o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal³²⁰. O convite teria ocorrido diante da necessidade do governo provisório em contar com um “homem enérgico e que **conheça a todos**, mas que saiba levar em conta as **conveniências políticas**” (CARNEIRO, 1978, p. 111, grifos meus). A justificativa é sintomática em relação as demandas do cargo em questão, bem como de dois requisitos cruciais para o sucesso no jogo político da época: o “conhecer a todos”, ou seja, o acesso a determinados indivíduos e o conjunto de relações pessoais que uma liderança era capaz de manejar para resolver problemas e atingir objetivos diversos; e o domínio das “conveniências políticas”, aspecto já amplamente destacado ao longo do texto e que aponta para o senso de oportunidade e traquejo com os meandros dos bastidores exigido aos políticos, uma espécie de estratégia existente no amago da política e que Mem de Sá classificou com o termo de “**hábil**” (SÁ, 1981, p. 64, grifo meu).

Segundo os relatos do líder libertador, durante o período também recebeu convites por parte de Vargas para assumir o Ministério da Agricultura e a Interventoria do estado de São Paulo, mas acabou recusando (CARNEIRO, 1978, p. 130), além dos boatos de que seu nome estava cogitado para assumir o Ministério da Justiça³²¹. Na chefia da polícia permaneceu até o rompimento dos políticos gaúchos com o governo provisório, quando solicitou sua exoneração

³¹⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 129, 25 mar. 1930, p. 1; n. 130, 26 mar. 1930, p. 1-2; n. 131, 27 mar. 1930, p. 1; n. 133, 29 mar. 1930, p. 1;

³¹⁸ Os problemas de saúde manifestaram-se inicialmente em maio de 1930. O deputado foi operado no Rio de Janeiro e partiu para um período de repouso em Uruguaiana. Após uma breve recuperação, os problemas retornaram em março de 1931. ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 173, 16 mai. 1930; n. 174, 17 mai. 1930, p. 1; n. 205, 23 jun. 1930, p. 1; Ano II, n. 418, 3 mar. 1931, p. 1; n. 440, 28 mar. 1931, p. 12.

³¹⁹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 297, 8 out. 1930, p. 1; n. 299, 10 out. 1930, p. 2; n. 300, 11 out. 1930, p. 1; n. 308, 21 out. 1930, p. 4; n. 310, 23 out. 1930, p. 3.

³²⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 320, 4 nov. 1930, p. 1; n. 321, 5 nov. 1930, p. 3;

³²¹ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 637, 23 nov. 1931, p. 1; n. 638, 24 nov. 1931, p. 1.

do cargo e regressou ao Rio Grande do Sul³²². No retorno participou dos trabalhos de conspiração de um novo levante armado em prol da reconstitucionalização e em apoio aos aliados paulistas. Na companhia de Borges de Medeiros, segundo suas palavras o seu “**companheiro de agora**”, realizou uma epopeia de fuga da polícia de Porto Alegre: vestido de padre escapou do hotel em que se encontrava sob vigia policial, em seguida, encontrou-se com o velho líder do PRR e escondidos em uma canoa atravessaram do cais do porto para a outra margem do rio Guaíba sob a vigilância das lanchas da Brigada Militar (CARNEIRO, 1978, p. 154-155, grifo meu). Dalí seguiram na tentativa de reunir homens e combater as tropas governistas pelo interior do estado como estratégia de auxiliar as tropas rebeldes em São Paulo. Em um destes combates, Borges de Medeiros acabou preso e Lusardo obrigado a fugir para os países vizinhos do Uruguai e Argentina.

No exílio tomou parte do “Comitê Revolucionário de Buenos Aires”, composto por Raul Pilla, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor. Nas conspirações promovidas pelo grupo, foi encarregado de uma missão especial: viajar para Lisboa em Portugal e convencer os líderes militares e os políticos exilados a aderirem o planejamento de um novo levante contra o governo varguista³²³. Segundo seu entendimento, sua escolha para a realização da missão ocorreu devido a sua “força como parlamentar, ex-chefe de polícia e revolucionário”, além da “permanente posição de amizade e apoio a São Paulo” (CARNEIRO, 1978, p. 168). Como é possível perceber, novamente, os recursos e relações manejados pelo líder libertador eram acionados em prol de determinado objetivo político coletivo. Em diferentes situações, seus capitais o credenciavam a desempenhar determinadas missões especiais.

Na viagem para Europa, apesar de alguns militares aceitarem a proposta e partirem em direção a Argentina para tramar a revolta, a estadia teve pouca efetividade, tendo em vista que o ambiente encontrado entre os exilados foi de completo desânimo e má vontade com o possível envolvimento em uma nova revolta. Além disto, os anos no exílio entre 1932 e 1934 representaram um “demorado período de sacrifícios para ele e sua família”, tendo perdido boa parte de seu patrimônio e economias ao jogar “tudo no caldeirão da política”. As dificuldades financeiras encaradas nos países vizinhos, levaram a constantemente solicitar auxílios do pai e de amigos deixados no Brasil (CARNEIRO, 1978, p. 168, p. 175). Para além dos problemas financeiros, os fracassos revolucionários, conforme argumenta Glauco Carneiro, resultaram em

³²² ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 722, 4 mar. 1932, p.1, p. 12; n. 723, 5 mar. 1932, p. 1, p. 3-4, p. 12

³²³ Em carta, Raul Pilla explicava a Paulo de Moraes Barros que a viagem de Lusardo para a Europa tinha como objetivo “servir de ponto de partida, para uma nova cruzada, de acordo com os elementos mais representativos do Exército e da política exilados”. Carta de Raul Pilla para Paulo de Moraes Barros, Buenos Aires, 10 fev. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

sérias frustrações e um choque de realidade em sua conduta. Após aquele momento viria a tomar posições diferentes e incompreendidas por seus companheiros de partido, como por exemplo, na ocasião do golpe do Estado Novo em que optou por permanecer ao lado de Vargas (CARNEIRO, 1978, p. 174).

Com o retorno do exílio, Lusardo elegeu-se novamente deputado federal em 1935. Logo em seguida, com o estabelecimento do Estado Novo, aliou-se a Vargas e iniciou carreira como Embaixador brasileiro no Uruguai e Argentina³²⁴, resultando no seu afastamento em relação aos antigos companheiros do PL. Durante os anos na embaixada, principalmente no período em solo argentino, estabeleceu uma íntima amizade com o casal Juan e Eva Perón, lideranças políticas daquela nação. Com o término do Estado Novo e a reabertura política, filiou-se ao Partido Social Democrático e foi eleito deputado federal em 1946. Manteve-se atuante na vida política e dela retirou-se apenas na década de 1960, quando passou a se dedicar exclusivamente aos negócios da agropecuária através de uma estância adquirida em Uruguaiana, vindo a falecer no ano de 1982.

De maneira geral, através dos traços biográficos destacados ao longo da análise é possível perceber alguns elementos importantes para compreender os sucessos e a ascensão de João Baptista Lusardo no jogo político do Brasil Republicano, bem como a sua contribuição para a arregimentação e atuação do PL. Um primeiro elemento importante foi a obtenção e utilização dos dois títulos profissionais conquistados: os diplomas em direito e medicina. Dois recursos essenciais aos aspirantes de participação nos altos círculos políticos. Neste sentido, graças a sua atuação como médico foi capaz de inicialmente projetar-se na sociedade de Uruguaiana do início dos anos 1920 e aproximar-se da política de oposição ao PRR no meio estadual. O diploma serviu não apenas como um requisito “*sine qua non*” para o ingresso na política, mas igualmente como um mecanismo de inserção e aproximação em relação a líderes políticos mais antigos, como por exemplo, nas amizades através da policlínica e na aproximação com chefias federalistas.

Outro elemento fundamental trata-se da sua participação em levantes armados. A reconhecida atuação na campanha de 1923 foi sua porta de entrada para o círculo de poder dos libertadores. Da mesma forma, os envolvimento com os levantes tenentistas de 1924, os enfrentamentos violentos da campanha eleitoral da Aliança Liberal e as conspirações armadas de 1930 e 1932, apontam para a manipulação de códigos amplamente requisitados em um ambiente político que, apesar dos avanços republicanos e relativas mudanças de posturas de uma nova

³²⁴ Sobre o tema, cabe destacar a pesquisa de Paulo Renan de Almeida sobre a atuação de Lusardo no chamado “Pacto ABC” (ALMEIDA, 1998).

geração de elites políticas, permanecia contaminado pelas disputas pessoais, usos da violência e golpes armados.

Um terceiro ponto importante foi a construção de uma carreira parlamentar e o prestígio enquanto deputado “revolucionário” e de oposição. O *status* adquirido com estes posicionamentos lhe rendeu renome no cenário nacional. Da mesma maneira, também permitiu o estabelecimento de relações pessoais nos bastidores da política e que foram fundamentais para a construção de determinadas alianças de enorme importância na sua trajetória e do Partido Libertador: a aproximação com Mauricio Lacerda, Adolfo Bergamini e outros políticos de oposição no cenário federal; os vínculos com os deputados mineiros, um dos aspectos que auxiliaram no acesso e participação dos libertadores às confabulações da Aliança Liberal; a mediação exercida pelo deputado em relação aos democráticos paulistas; e a aproximação com lideranças do PRR, principalmente, Getúlio Vargas e a importância central destes contatos amistosos para a construção da aliança entre libertadores e republicanos.

Estas podem ser considerados como algumas das principais características e aspectos identificados na atuação do libertador João Baptista Lusardo. Em suas próprias palavras ao definir sua atuação:

Me experimentei no começo de inana e não senti medo.

Não houve desafio que eu não aceitasse.

Não houve conspiração que eu não entrasse.

Não houve revolução que eu não fizesse.

Prossegui a minha guerra, a guerra do meu Estado, do meu país, na política e na diplomacia.

Se errei foi por ação. Não me omiti. (CARNEIRO, 1977, p. 24)

Através do tom peculiar de construção de uma imagem positiva e autoafirmação de sua trajetória através de elementos “heroicos” e romantizados, característica recorrentes nas reflexões e falas sobre si, é possível identificar a existência de uma leitura do mundo político voltada para a legitimidade da participação em revoltas, conspirações e movimentos armados, eventos compreendidos pelos agentes neles envolvidos como atividades legítimas e justificáveis em prol de interesses coletivos mais amplos. Estava postura encontrava-se calcada tanto em um culto a força e a violência como método de solução de problemas políticos através de golpes armados, característica recorrente na história do Brasil, assim como uma espécie de “messianismo”, de recorrente salvação do país por parte de líderes, possível de ser identificado nas elites políticas republicanas, elemento fundamental para compreender as posições e justificativas assumidas pelos políticos do Rio Grande do Sul na ocasião da Revolução de 1930.

Neste quadro, participar de conspirações, de conchavos de bastidores e mobilizar homens em levantes armados para realizar sublevações contra o situacionismo tornaram-se para figuras como Baptista Lusardo atividades quase que corriqueiras, “naturalizadas” no seu horizonte de atuação política, pertencente a uma espécie de “senso prático” de leitura e ação sobre o mundo político, tal qual problematizado por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2013). Estes elementos emergem como centrais na compreensão do *modus operandi* de uma elite política constituída pela conformação de um ideário liberal com tomadas de posição contaminadas por oportunismo e interesses conjunturais.

Em resumo, conforme as interpretações propostas ao longo desse capítulo, muitos dos elementos identificados na análise historiográfica merecem serem considerados com mais cautela e são passíveis de questionamento ao serem colocados em confronto com a realidade empírica. O primeiro deles, diz respeito ao consentimento de que as oposições no Rio Grande do Sul seriam majoritariamente vinculadas aos interesses e compostas por indivíduos oriundos da região da campanha e fundamentalmente ligados ao setor agropecuarista. Embora estas características estivessem presentes na composição do PL, e da mesma forma também possivelmente impactassem as hostes do PRR, a análise prosopográfica demonstrou uma diversidade de zonas de origem e atuação políticas das lideranças libertadores, assim como suas múltiplas profissões e vínculos socioeconômicos que iam além de simplesmente o mundo das estâncias da campanha rio-grandense.

A dita visão da “lealdade partidária” acima de qualquer custo igualmente não se confirmou no exemplo dos itinerários partidários percorridos pelos libertadores. No caso em análise foi possível identificar um trânsito acentuado por diferentes partidos, que iam desde mudanças da situação para oposição, de adesão do “positivismo” para o “liberalismo” e vice-versa. Ao que tudo indica, os agentes não possuíam maiores constrangimentos em alterar seus vínculos e posições político-ideológicas, mudando de lado diante de determinadas oportunidades ou situação mais vantajosas para sua carreira, ou ainda, diante de rompimentos de vínculos pessoais ou após se sentir desprestigiado no interior de uma agremiação. Embora a “fidelidade” aos ideais e projetos de determinado partido exercessem um impacto importante nas condutas destes agentes, esta faceta precisa ser considerada em paralelo a outros elementos igualmente relevantes no comportamento político.

Diante destas considerações, acredito que o estudo prosopográfico e a análise de trajetórias auxiliou a problematizar muito dos argumentos e limites historiográficos debatidos ao longo da tese. Da mesma maneira, as informações explicitadas através destas metodologias

permitiram conhecer um pouco melhor a composição e atuação dos libertadores, apresentando elementos que ajudam a compreender com mais profundidade os ditames da escolha de formação de um partido como o Libertador, agregando diferentes facções e lideranças em uma mesma sigla, assim como fornecendo indícios relevantes para a lógica que permitiu aproximação com os rivais históricos em uma coalização partidária.

Capítulo 3. A política libertadora em análise: mobilização, ideais, acordos e pragmatismos

Nos capítulos anteriores foi possível identificar os caminhos historiográficos percorridos para explicar o sistema político do Brasil na Primeira República e as interpretações sobre a atuação das oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul, a formação do PL e a composição da Frente Única. Avançando na análise, investiguei o perfil social do núcleo de poder central dos libertadores e a trajetória de alguns de seus principais chefes, compreendendo a construção dos recursos destas lideranças conectada com a atuação do grupo libertador. Nesse último capítulo me interessa aprofundar a análise da política libertadora através de suas propostas programáticas, sua atuação nos pleitos eleitorais, os acordos e alianças estabelecidos com outros grupos e políticos e o caráter pragmático de suas tomadas de posição, com o intuito de esclarecer o processo de formação e organização do partido e sua atuação nos principais acontecimentos regionais e nacionais durante aquele contexto. Da mesma forma, esta investigação permite aprofundar o entendimento sobre as concepções, estratégias e práticas empreendidas pelas lideranças do grupo e que auxiliam a compreender os modos de “ver” e de “fazer” política no Brasil Republicano.

O capítulo encontra-se estruturado em dois blocos de análise. Em um primeiro momento, investigo os bastidores da política libertadora através de alguns tópicos principais. O primeiro deles, diz respeito às marchas e contramarchas no processo de constituição do PL e seus primeiros anos de vida. Nesta conjuntura, é de suma importância avaliar os congressos partidários, momentos singulares para a compreensão dos bastidores e nuances da política libertadora. Através destes é possível visualizar o estabelecimento de alianças e conflitos internos, a ascensão e enfraquecimento de lideranças, as pautas e projetos em definição e a construção dos posicionamentos oficiais sobre diferentes temas e conjunturas. No mesmo tópico, avalio as estratégias de organização e disciplina dos correligionários empreendidas pelo diretório central, mecanismos fundamentais para o projeto de unificação das oposições e a conquista da coesão partidária.

O segundo tópico diz respeito ao programa partidário e os principais posicionamentos e concepções defendidas pela agremiação e seus líderes. Avaliar as principais ideias e projetos auxilia na reflexão sobre os pressupostos historiográficos recorrentes em torno do sistema político do Rio Grande do Sul, assim como permite aprofundar o entendimento sobre as concepções e visões de mundo dos libertadores. Nesta seara, destaca-se o intercâmbio de ideias, propostas e a atuação conjunta com outros grupos políticos, principalmente, os democráticos

paulistas. A participação dos libertadores nas disputas eleitorais também foi alvo de análise. Através de uma investigação geral dos processos eleitorais, problematizei as estratégias e práticas, destacando a importância destes momentos na trajetória do grupo. Neste contexto, avalei a temática eleitoral para além de simples comparecimento às urnas, assim como busquei superar o entendimento exclusivo de fraude e coerção. Me interessava saber como ocorria a formação das chapas eleitorais, de que forma se davam as negociações, aproximações e dissídios em torno de determinados candidatos, compreendendo a mobilização eleitoral em suas diferentes etapas, bem como os mecanismos de articulação encontrados para superar os percalços da condição de partido de oposição vivido pelos libertadores por durante boa parte do período.

No segundo grande bloco do capítulo, a investigação se voltou para a aliança política promovida por PL e PRR. Neste cenário, me preocupou investigar de que forma e diante de quais interesses e circunstâncias foi formada e mantida a Frente Única a partir de 1929. Sobre o tema, tratava-se de descobrir como ocorreu, por parte dos libertadores, o estabelecimento de laços com lideranças republicanas, de que forma esta aliança foi justificada e mantida, como os dissídios foram contornados e quais as consequências e significados de sua realização.

Através da análise destes dois blocos espero construir um entendimento mais aprofundado acerca da política libertadora e do sistema político-partidário de maneira geral, avançando para a elaboração de um quadro explicativo com outros elementos para além do enfoque exclusivo no plano ideológico. Com este intuito, as páginas que se seguem propõem um cruzamento entre as ideias e projetos defendidos pelo Partido Libertador e suas principais lideranças, com suas leituras e estratégias de atuação no jogo político, assim como suas práticas e comportamentos revestidos de estratégias pragmáticas, produção de alianças conjunturais e acordos de bastidores intraelites.

3.1. Os bastidores da política libertadora: congressos, programa e pleitos eleitorais

O processo de criação de uma frente unificada de oposicionistas no Rio Grande do Sul, reunindo federalistas, democratas e dissidentes do PRR, tratou-se de um movimento de maturação que percorreu grande parte da década de 1920. A partir da aliança nas eleições estaduais de 1922, as lideranças contrárias ao PRR embarcaram em diversas lutas coletivas: reunidos fizeram a Revolta de 1923; em janeiro de 1924, ainda no calor dos acontecimentos da guerra civil, fundaram a AL; novamente reunidos em armas, participaram dos levantes tenentistas; sob a sigla da AL lançaram-se nas eleições para o congresso federal durante os

pleitos de 1924 e 1927; durante estes anos enfrentaram a hegemonia dos republicanos em diversos pleitos locais; e finalmente, no início de 1928, o grupo se transformou de uma “liga política” para um partido político definitivo.

De acordo com José Fernando Kieling, o PL não nasceu apenas como um novo nome para a Aliança Libertadora, mas foi a conclusão de um processo de articulação promovido por diversas tendências políticas (KIELING, 1984, p. 87). O novo partido, apesar da diversidade de lideranças e facções em seu interior, emergiu com um histórico de mais de cinco anos de campanhas e pautas em comum. Em sua gênese, possuía a complexa condição de conviver com divergências e possibilidade de rupturas eminentes, mas, igualmente, de convergências e vínculos de solidariedade. De acordo Assis Brasil,

Na situação de pouca solidez dos laços que uniam os Libertadores, mais atraídos entre si pelo **sentimento de hostilidade contra o adversário comum do que por vínculos positivos e bem definidos de ideias, planos de administração e de governo**, via claro o perigo da dispersão e do desmoronamento [...]. Preferia um compasso de espera, que nos permitisse a lenta sedimentação das **afinidades profundas que nos aproximavam, a organização, enfim, de um partido** cujo programa seria estulto tentar improvisar (ASSIS BRASIL apud ANTONACCI, 1981, p.86, grifo meu).

Através das palavras do líder libertador, são perceptíveis os interesses conjunturais que moveram os agentes naquele momento: a oportunidade de reunir forças para enfrentar um adversário em comum, alcançar maiores sucessos no jogo político estadual e projetar-se no cenário nacional. Por outro lado, destaca-se a permanência de discordâncias sobre aspectos que poderiam acarretar no fracasso da união. Segundo Mem de Sá, os “federalistas de Gaspar” e os “republicanos de Assis” haviam “cimentado, no sangue dos combates e nas agruras das campanhas eleitorais, **mais do que sólida amizade, verdadeira coesão política**” (SÁ, 1973, p. 67, grifo meu). O relato chama atenção para os laços que foram sendo construídos por políticos de diferentes origens e tendências, e que contribuíram para que, fosse possível passar de uma aliança provisória para um partido. Neste contexto, a construção de vínculos de afinidades pessoais, de “sólida amizade” e “irmandade” foram cruciais para a constituição do grupo, tendo em vista que o próprio termo “Libertador” tinha como intuito congregar os diferentes adeptos e apagar as diferenças que separavam os democratas e dissidentes republicanos dos federalistas (KIELING, 1984, p. 18).

Conforme foi possível identificar na análise prosopográfica, os libertadores possuíam alguns traços comuns entre suas lideranças, aspectos que possivelmente contribuíram para superar dificuldades e sedimentar adesões. Seus próceres eram todos homens, brancos e boa parte provinha de setores abastados da sociedade, com origens e relações familiares

proeminentes. Em termos de geração, em média eram jovens (25-40 anos) e com uma carreira política em ascensão. A sua maioria se dividiu entre advogados e médicos que possuíam suas bases políticas e profissionais espalhadas pelo interior do estado, mas, principalmente nos eixos Porto Alegre e Pelotas. O passado político dessas lideranças era múltiplo e muitos eram experimentados em mais de um partido. Apesar disto, poucos eram aqueles que possuíam experiência em cargos eletivos, mas, muitos ocupavam postos de poder partidário em seus municípios e tinham no currículo a participação na revolta de 1923. Neste quadro, fatores geracionais, de origens geográficas e familiares, de trajetórias estudantis e ocupações socioeconômicas, provavelmente foram fundamentais no processo de consolidação partidário através do convívio, experiências e relações pessoais estabelecidas entre as lideranças libertadoras.

Além dos elementos que aproximavam, as diferenças também se faziam presentes. Ainda durante a guerra civil de 1923, Felipe Portinho, respondendo às críticas de Menna Barreto, argumentou que não cogitava distinguir em seus companheiros de luta “se são assististas, dissidentes, pica-paus [...] ou maragatos. Penso só que são irmãos e companheiros de causa, nada, absolutamente mais nada”. Diante disso, lamentava “as intrigas” que faziam com que mais se incomodasse “com os amigos e companheiros [...] que propriamente os adversários”³²⁵. Durante este mesmo contexto, até mesmo o pacto de paz trouxe divergências entre os correligionários, já que os próceres de Pelotas não aceitaram a condição de permanência de Borges de Medeiros no poder³²⁶.

Os problemas de divergências também se manifestaram através dos posicionamentos da primeira bancada de deputados federais. Na câmara, o grupo assumiu prontamente uma postura crítica frente ao governo Arthur Bernardes, com exceção de Antunes Maciel que divergiu e se afastou dos companheiros. Segundo ele, os motivos de seu posicionamento, “não foram de ordem doutrinária”, mas devido ao fato de estar “ligado” a Bernardes “por episódios anteriores” e ter recebido seu auxílio no “reconhecimento de deputado”. Neste sentido, possuía uma estima muito afetuosa e seu “sentimentalismo quiçá doentio, porém sempre nobilíssimo” o privou de hostilizar o presidente da República³²⁷. Além das dificuldades de homogeneizar os posicionamentos dos deputados, a questão permite identificar os elementos operantes no jogo político e influenciando as decisões das lideranças. Apesar das divergências de

³²⁵ Carta de Felipe Portinho para Menna Barreto, Erechim, 3 abr. 1923. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³²⁶ Aos libertadores do Rio Grande do Sul por Edmundo Berchon, Urbano Garcia, Francisco Simões, Leopoldo Soares e Emilio Nunes. Pelotas, 17 dez. 1923. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

³²⁷ Carta de Antunes Maciel para Fanfa Ribas, Rio de Janeiro, 13 dez. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

posicionamentos entre Bernardes e libertadores, estes últimos pela anistia dos rebeldes tenentistas e o primeiro mantendo o país em estado de sítio, ainda assim, Maciel, em decorrência de um vínculo pessoal, de gratidão e reciprocidade pelo auxílio na posse como deputado, optou por permanecer ao lado de Bernardes. Anos mais tarde, o mesmo Bernardes, tão hostilizado pelos libertadores, se tornou um importante aliado na Aliança Liberal e nas revoltas de 1930 e 1932. Por sua vez, Antunes Maciel, ao final do mandato, afastado do partido, oportunamente tentou “retornar ao seio dos companheiros”³²⁸, argumentando que aspirava a reeleição e seria “hipocrisia” negar, mas gostaria da inclusão do seu nome na chapa apenas como “testemunho da renovação da confiança dos chefes e companheiros”. Além disto, mostrou-se preocupado com uma possível má impressão de Assis Brasil sobre suas visitas e contatos, como forma de conseguir a indicação, lamentando que o “julgasse capaz de bater à porta dos meus chefes, para os mortificar com a súplica de uma candidatura”³²⁹. Seja qual for os interesses do deputado, o acontecimento revela que colocação na chapa era um momento fundamental para uma carreira política e Antunes Maciel, de forma perspicaz, procurou esquecer das divergências e reatar os laços com os seus correligionários.

Outro problema central emergiu durante os anos 1920: a questão programática em torno do parlamentarismo propagado pelo Partido Federalista. Muitas das lideranças oriundas deste grupo não aceitavam abandonar seus tradicionais ideais e temiam pela morte do velho partido com a unificação promovida. Segundo Raul Pilla, era preciso respeitar aqueles que gostariam de reservar o direito de propagar por seu ideário e manter sua liberdade de ação, assim como concordava com os que identificavam na fundação do PL uma real possibilidade de término do legado federalista³³⁰. Por outro lado, no entendimento de Annibal Barros Cassal, existia uma “grande analogia na parte que se refere a ação doutrinária” dos federalistas e as propostas de Assis Brasil, sendo que na absorção de uma corrente por outra não haveria “qualquer prejuízo de doutrina” se fosse encarado “**de modo mais prático e positivo as imensas teses**”. Para ele, era preciso não se deixar levar por “abstrações teóricas”, sendo que os problemas da irregularidade partidária das oposições no Rio Grande do Sul estariam na

restrita **consideração do passado**. Os partidos, nessa região propícia e afeita as pelejas, tiveram sempre, além de sua idealidade, exagerado respeito e veneração pelas tradições heroicas da “coxilha” [...] **As adaptações e reformas de seu catecismo político encontraram sempre tenaz resistências pelas suas tendências conservadoras.**

³²⁸ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 31 jan. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

³²⁹ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 28 mar. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³³⁰ Carta de Raul Pilla para Dinarte de Oliveira, Cidreira, 9 fev. 1928. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

Na sua visão, estas dificuldades haviam sido parcialmente superadas com a “oportunidade de estreitar laços de solidariedade entre todas as correntes políticas que combatiam a ilegitimidade da situação governamental”. Diante disso, caberia aos libertadores se afastar daqueles que “se estiolam na contemplação mística do passado e na **estagnação da sua intolerância doutrinária**”³³¹. A crítica, possivelmente direcionada para as facções federalistas, aponta para as intransigências doutrinárias de uns, enquanto que para outros, como o autor da carta, era preciso superar as intolerâncias de ideias, em um quadro onde era possível até mesmo identificar pontos de aproximação e convergências entre as diferentes tendências. Conforme aponta Helgio Trindade, alguns preceitos de Assis Brasil caracterizavam-se como parte de um “ideário político conservador-liberal, o aproximando do, embora parlamentarista, Partido Federalista” (TRINDADE, 1979, p. 152).

No mesmo contexto, muitas lideranças envolvidas com os levantes tenentistas foram obrigadas a se exilar nos países vizinhos nos anos de 1924-1926, com isto, fragmentando a agremiação e embaraçando seu projeto de unificação. Com o término dos levantes, o retorno do exílio e o contexto de realização de uma nova eleição para deputado federal proporcionaram um momento de rearticulação através de dois assuntos principais: a criação de um partido político definitivo em substituição a AL; e a adesão dos libertadores ao movimento de formação de uma agremiação de caráter nacional.

Na leitura de Barros Cassal, havia um “prenúncio de dissolução partidária” em decorrência daqueles que “sobrepunham interesses pessoais aos da comunidade partidária”. A solução para a “insubordinação” estava na criação de regras e orientações mais efetivas através da oficialidade de um partido. Na medida em que, até então, os frágeis laços e crises vinham sendo contornados pela “solidariedade indiscutida dos correligionários” em torno a “vigorosa personalidade” de Assis Brasil³³². Da mesma forma, Mario Amaro da Silveira defendia uma “campanha de reorganização partidária” capitaneada pela figura de Assis, diante da necessidade de “conjugação esforços, contando com companheiros fiéis que, embora dissentindo algumas vezes, saibam acatar as resoluções tomadas, colocando os interesses da causa acima das competições pessoais”. Nesse sentido, transmitiu o conselho dos companheiros de Porto Alegre: a criação de um partido regional com todos os elementos libertadores, com um programa aos moldes do “presidencialismo norte-americano **em consórcio** com o

³³¹ Carta de Annibal Barros Cassal para Assis Brasil, Rivera (Uruguai), 27 fev. 1927. grifos meus. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³³² Carta de Annibal Barros Cassal para Assis Brasil, Rivera (Uruguai), 27 fev. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

parlamentarismo inglês”³³³. No mesmo sentido, Honório Lemes informou para Assis Brasil que estava “obedecendo o pedido” de “entender-me com os nossos elementos, na criação do Partido Nacional ou Libertador [...] tenho percorrido várias localidades [...] e todos são unânimes na criação do referido Partido, tanto democratas como federalistas”. Além disto, relatava que estava conseguindo com que os “elementos” de Paulo Labarthe, até então críticos da união, “em sua maioria nos acompanhem”³³⁴.

Ao longo da conjuntura dos anos de 1924-1928 é possível identificar diversos problemas no interior do grupo e que iam muito além de debates e dissidências ideológicas. Conforme identificou Surama Pinto, em muitas ocasiões, o cerne dos conflitos no interior dos partidos não tinha como elemento central as divergências de cunho ideológico, outros elementos faziam-se presentes, tais como, os “interesses de ordem programática, ou seja, a luta pelo poder de influência na indicação dos candidatos para a composição das chapas” (PINTO, 2011, p. 233). Neste sentido, as marchas e contramarchas na construção de um partido único dos libertadores enfrentou dificuldades de origens diversas: a presença de diferentes facções e chefias com disputas e interesses pessoais; os conflitos pelas melhores posições no grupo; as diferentes opiniões sobre adesão ou afastamento de determinados movimentos políticos; a desmobilização com envolvimento em lutas armadas; os limites impostos pela condição de grupo opositor; a fraca organização eleitoral; e a ausência de uma chefia e autoridade no controle partidário.

Por outro lado, o grupo também encontrou soluções e pontos de apoio: a articulação promovida pelas chefias de maior prestígio, mobilizando seguidores e adeptos; os interesses e lutas em comum dos diferentes setores e que permitiam concordâncias em termos de objetivos e posicionamentos; o volumoso capital de Assis Brasil como um nome capaz de centralizar a reorganização dos libertadores; a atuação dos deputados como um ponto de referência nas bandeiras levantadas; e as solidariedades e vínculos pessoais de estima criados ao longo dos anos 1920.

Ao que tudo indica, as afamadas divergências sobre o parlamentarismo estiveram presentes, mas não significaram um ponto de discórdia tão candente, alguns adeptos inclusive acreditavam ser possível acomodá-la, tendo em vista a existência de aspectos em comum. Embora fosse algo importante para muitos próceres federalistas, outros fatores também atuaram no sentido de promover a discórdia entre os libertadores, assim como colaboraram na sua coesão e unificação. O que significa que o processo de formação e atuação dos libertadores não

³³³ Carta de Mario Amaro da Silveira para Assis Brasil, Porto Alegre, 11 mar. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS, grifo meu.

³³⁴ Carta de Honório Lemes para Assis Brasil, Santa Maria, 27 ago. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

deve ser reduzido a este elemento, tendo em vista que enquanto correligionários como Mario Amaro propunham um “consórcio” e debate profundo para encontrar uma concordância, outros, como Honório Lemes, utilizavam do seu prestígio como chefe de movimentos armados para convencer os federalistas mais desconfiados.

Durante este período, os deputados libertadores articularam-se em parceria com outros políticos de oposição no Rio de Janeiro e São Paulo na busca por congregar esforços em um movimento político nacional. A comissão executiva da AL se manifestou considerando a criação do Partido Democrático Nacional “auspicioso” e homogêneo, tendo em vista que o seu programa incluía todas as “teses liberais” dos libertadores³³⁵. Com este entendimento, a chefia questionou as juntas e lideranças municipais sobre o tema. Em resposta, a AL de Porto Alegre definiu “absoluta solidariedade e consciente obediência” para que Assis Brasil decidisse sobre o assunto³³⁶. Seguindo este exemplo, diversos outros órgãos municipais manifestaram seu consentimento para a criação da agremiação nacional³³⁷. O grupo federalista se declarou favorável a “uma estreita cooperação” diante da “perfeita coincidência entre as suas tendências liberais”. Mas, advertiu sobre a impossibilidade de ser “chegar a uma fusão completa [com os democráticos paulistas]”, tendo em vista os problemas de “ordem doutrinária e prática”, a ausência de “algumas ideias fundamentais” e a falta de “precisão do programa”. Sua opinião era de “cooperação, sem que isto implique, porém, na renúncia dos seus tradicionais princípios”³³⁸. A AL de Montenegro, por exemplo, não concordou com uma incorporação total nem com a fundação de um partido, defendendo que a AL se mantivesse nas “bases em que foi fundada”, podendo causar no erro de se assumir um programa que traria o afastamento de alguns adeptos³³⁹. Esta mesma posição foi defendida por Arthur Caetano, importante liderança federalista e ex-deputado federal, que discordou da formação do partido e do vínculo com os democráticos paulistas em substituição aos antigos ideais federalistas³⁴⁰. Anos mais tarde, o dissidente reconheceu que as restrições não procediam e que o esforço em formar uma agremiação nacional, a qual julgava inviável, haviam produzido efeitos benéficos ao país³⁴¹.

³³⁵ *Memorandum* da reunião da Comissão Executiva da AL, Melo (Uruguai), 18 mai. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³³⁶ Manifestação da AL de Porto Alegre, Porto Alegre, 8 mai. 1926, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³³⁷ Por exemplo: Manifesto da AL Caxias do Sul, Caxias do Sul, 19 mar. 1927; Manifesto da AL Guaíba, Guaíba, 31 mar. 1927; Manifesto da AL de São Leopoldo, São Leopoldo, 4 abr. 1927; Manifesto da AL Garibaldi, Garibaldi, 5 abr. 1927. Manifesto da AL de Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio da Patrulha, 6 abr. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³³⁸ Manifestação do Diretório Central do Partido Federalista, Porto Alegre, 3 mai. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³³⁹ Manifesto da AL Montenegro, Montenegro, 7 abr. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁴⁰ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 45, 23 fev. 1928, p. 3; Ano XXIV, n. 66, 18, mar. 1928, p. 2.

³⁴¹ Carta de Arthur Caetano para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 29 nov. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Antunes Maciel defendeu a não realização do congresso de fundação do partido, pois significaria o enfraquecimento da Aliança, para ele muito mais forte do que um partido³⁴². Refletindo sobre o assunto, concluiu que

Os nossos correligionários, em geral assomados por arrebatamentos perdoáveis em quem luta há tantos anos e não sabe ou não pode dominar os impulsos adregos do temperamento, parece que não se dão o trabalho de raciocinar. No querem porque querem se firmar, **como se em política fosse possível agir sem calma, sem cálculo, sem manhã, sem o senso de oportunidade**³⁴³

Com este argumento defendeu a estratégia de esperar pelas deliberações dos adversários em torno da sucessão de Borges de Medeiros, para então os libertadores agirem em um terreno mais confortável. Na leitura e linha de atuação do deputado, de vasta experiência no PF, AL e no congresso federal, a maioria dos libertadores na ânsia por fundarem um partido, não estava agindo com “cálculo” e “senso de oportunidade” em relação às circunstâncias e possibilidades do momento político, estratégia fundamental na conduta das elites políticas. Neste cenário, a “noção de estratégia” deve ser entendida “enquanto produto do senso prático”, no qual os “envolvidos no jogo” encontram-se em “permanente invenção, face a necessidade de continua adaptação às diversas situações” (FANAIA, 2010, p. 19).

A maioria dos libertadores concordou com o vínculo a um partido nacional, mas, desejou manter sua autonomia e concentrar seus esforços no âmbito regional, voltando suas energias para transformação da AL e a superação dos seus problemas internos. Em manifesto, a AL de Porto Alegre clamou pela união: “a nossa dispersão tem sido a causa do despotismo de nossos governos. Unidos e conscientemente disciplinados alcançaremos em breve o nosso grandioso objetivo”³⁴⁴. No mesmo sentido, a Comissão Executiva defendeu que “união está, pois, o futuro da oposição rio-grandense e, quiçá, de todo o Brasil”, identificando naquele momento a “transformação, necessária e fatal, em um partido único, com um só corpo de doutrinas, um só programa, uma só bandeira”³⁴⁵.

Em circular encaminhada aos correligionários antes de assumir a vaga de deputado federal em 1927, Assis Brasil considerou “**uma realidade a existência do Partido Libertador**”, dependendo apenas da sanção de um congresso. Diante desta circunstância, orientava os correligionários a entrarem em plena atividade de reorganização dos diretórios

³⁴² Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 22 jul. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁴³ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 22 jul. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁴⁴ Manifesto da AL de Porto Alegre, Porto Alegre, dez. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁴⁵ Carta da Comissão Executiva da AL Porto Alegre para Assis Brasil, Porto Alegre, 11 abr. 1927.

municipais e de levantamento de todos eleitores a alistar³⁴⁶. Neste cenário, é possível identificar que diversas lideranças e facções³⁴⁷, mesmo antes da realização do congresso oficial de 1928, já se referiam ao grupo em termos “Partido”, restando formalizar esta situação e gerir os conflitos que poderiam ocorrer com a mudança no *status* da agremiação.

3.1.1. “Um verdadeiro Partido ou um simples ajuntamento eleitoral?”: congressos, reuniões e disciplina partidária

O congresso de fundação do PL foi convocado pela Comissão Executiva da AL para ocorrer durante o mês de março de 1928 na cidade de Bagé. A convocatória era justificada pela necessidade de discussão de uma série de questões vitais para o futuro das oposições no Rio Grande do Sul. Embora a ideia de fundação de um partido e seu vínculo com o PDN já fossem assuntos consolidados, algumas questões permaneciam em aberto. Quem seriam os responsáveis pela chefia da agremiação? Qual o formato de sua direção? Qual seria o programa adotado e como agradar as correntes presidencialistas e parlamentaristas? Os federalistas aceitariam a adesão a um novo partido em substituição a sua tradicional agremiação? Estas e outras questões pairavam no pensamento das lideranças e se colocavam como cruciais para a definição do seu futuro.

Antes do conclave, as principais lideranças haviam se reunido apenas uma vez, durante o encontro de São Gabriel em janeiro de 1924, logo após o término da revolta de 1923 e com o objetivo de deliberar sobre a continuidade da sua luta. Neste, decidiu-se pela união através de uma coligação específica e visando a participação nas eleições federais de maio (DAL FORNO, 2015, p. 148-149). Com esta escolha, protelava-se a criação de um partido para uma ocasião mais oportuna e confortável. Ademais, ao longo dos anos de 1920, o grupo permaneceu disperso e fragmentado, com as tomadas de decisões se limitando aos poucos membros da Comissão Executiva, dentre eles e principalmente, Assis Brasil.

O “momento oportuno” chegou no início de 1928. Conforme argumentou Mem de Sá, “não era possível permanecer com uma simples Aliança, provisória e, portanto, precária. Impunha-se a criação de um Partido” (SÁ, 1973, p. 67), tendo em vista que quase quatro anos haviam se passado desde o surgimento da AL e muitos episódios ocorridos entre os libertadores e no cenário político brasileiro. Durante este intervalo de tempo, o grupo acumulou

³⁴⁶ À Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, *Memorandum-Circular* por Assis Brasil, Melo (Uruguai), 15 mai. 1927. grifo meu. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁴⁷ Carta do PL de Livramento para Assis Brasil, Santana do Livramento, 15 jul. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

participações em eleições municipais, estaduais e federais. Aderiu a revoltas armadas. Estreitou vínculos com grupos de outras regiões. Getúlio Vargas assumiu o governo do estado em substituição a Borges de Medeiros. Arthur Bernardes foi substituído por Washington Luís no executivo nacional. O ciclo de levantes tenentistas havia acabado e muitas lideranças militares estavam no exílio. Os deputados libertadores haviam conquistado projeção e estabeleceram múltiplas relações no congresso, inclusive com os adversários do PRR. O movimento das minorias parlamentares se expandiu com as articulações dos democráticos paulistas e a fundação do PDN.

Dias antes do congresso, em entrevista ao “*Correio do Povo*”, Assis Brasil declarou que a formação de um partido era “a continuação do tradicional espírito de insubmissão rio-grandense a qualquer mandonismo ou despotismo”, destacando a importância de renovação no comando da agremiação, substituindo a chefia da AL devido ao “cansaço dos velhos” e a “necessidade de oferecer oportunidades à revelação de capacidades no seio do partido”. Segundo ele, o congresso havia sido convocado para atender três objetivos: deliberar sobre a atitude frente ao PDN; votar o regimento interno do novo partido; e eleger uma autoridade suprema³⁴⁸. A principal apreensão girou em torno de qual seria o posicionamento dos federalistas, principalmente, no sentido de não aceitar uma completa adequação aos ideais dos democráticos nacionais. Nesse sentido, Arthur Caetano, dias antes da realização do encontro, proferiu duras críticas aos democráticos, acusando Francisco Morato de ser um “defensor da monarquia” e Mauricio de Lacerda de “comunista”, além de afirmar ser o dever dos federalistas se manterem fiéis as suas “velhas bandeiras”³⁴⁹. Por outro lado, Felipe Portinho, outro federalista de destaque, orientou os seus correligionários a deixar os princípios parlamentaristas “**em espera**” para o dia em que fosse possível cravar a “bandeira no coração do brasileiro através da propaganda e do esforço patriótico”. Segundo ele, o momento exigia “estarmos unidos marchando em frente única”, por isso pedia “união, união e cada vez mais união”³⁵⁰.

Muito antes da realização do encontro, as lideranças federalistas já debatiam o assunto. Ainda em 1925, os membros do PF de Pelotas, através de um manifesto com dezenas de assinaturas, reafirmavam “solenemente sua integral solidariedade com a Aliança Libertadora, chefiada pelo exímio patriota Sr. Dr. J. F. de Assis Brasil”, destacando que “**sem quebra do nosso princípio**” e “fiéis ao nosso sábio programa”, “pensamos que [...] **nada nos separa**, na política do Estado, dos outros núcleos partidários que, como o nosso, combatem a situação

³⁴⁸ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 45, 23 fev. 1928, p. 1.

³⁴⁹ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 45, 23 fev. 1928, p. 4.

³⁵⁰ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 48, 26 fev. 1928, p. 2, grifo meu.

dominante”³⁵¹. Em outubro de 1927, diversos líderes do PF se reuniram em Porto Alegre para debater sobre a fusão e Raul Pilla colocou para votação duas moções, uma de aprovação da fundação de um partido, caso a questão fosse formulada em um futuro congresso das oposições, e outra de reprovação. A primeira terminou aprovada e o programa sugerido pelo PDN aceito por reunir **“todos os postulados de uma sã política liberal e democrática”**³⁵².

Por outro lado, um grupo de federalistas optou por não tomar parte e jamais aceitou a nova agremiação. Moraes Fernandes, liderança de Porto Alegre, mesmo convidado ao congresso de Bagé, optou por não comparecer e definiu sua posição como de “separação absoluta”³⁵³. A sua cisão provinha desde o surgimento da AL em 1924. Na ocasião, Emilio Nunes argumentou que a recusa de Fernandes em estabelecer qualquer vínculo com os libertadores, não se devia a **“convicções partidárias e sim pelo desrespeito**, por não ter sido convidado a tomar parte no pacto de paz [de Pedras Altas]”. Além disto, chamava atenção para que a apresentação do nome de Wenceslau Escobar como candidato à deputado federal terminaria por “minguar a ação dissolvente” entre os federalistas³⁵⁴. Embora isolado politicamente, o grupo manteve-se contrário ao PL, até mesmo durante a Aliança Liberal e a Revolta de 1930. Os dissidentes optaram pelo apoio à candidatura de Júlio Prestes, posicionamento que rendeu profundas críticas no órgão de imprensa libertador, acusando-os de “reacionários” e “federalistas perrepistas”³⁵⁵.

O caso de Moraes Fernandes apresenta mais um indício dos elementos que influenciavam as escolhas dos agentes. Apesar da justificativa quase sempre calcada em “ideias” e “princípios” haviam questões de “honra” e disputa por espaços de poder que igualmente regiam as tomadas de decisões. Diante do problema, Nunes aconselhou Assis Brasil a incluir Wenceslau Escobar na chapa da AL, como estratégia, imbuída da mesma lógica, de diminuir os dissídios e atrair boa parte dos seus seguidores. Sob a mesma ótica é possível incluir a dissidência de Arthur Caetano que optou por se afastar do grupo alegando divergências de “ideias”.

³⁵¹ Manifesto Partido Federalista de Pelotas, Pelotas, 15 nov. 1925. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS, grifos meu.

³⁵² Documentos relativos a reunião do Partido Federalista de Porto Alegre, Porto Alegre, 30 out. 1927; Carta de Mario Amaro da Silveira para Assis Brasil, Porto Alegre, 15 de dezembro de 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS. Grifos meus.

³⁵³ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 56, 7 mar. 1928, p. 9.

³⁵⁴ Carta de Emilio Nunes para Assis Brasil, Porto Alegre, 29 fev. 1924, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS, grifo meu.

³⁵⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 3, 24 out. 1929, p. 3; n. 7, 29 out. 1929, p. 1; n. 12, 4 nov. 1929, p. 3; n. 21, 14 nov. 1929, p. 1; n. 22, 16 nov. 1929, p. 1; n. 28, 23 nov. 1929, p. 2; n. 30, 26 nov. 1929, p. 1; n. 34, 30 nov. 1929, p. 1.

Além disto, as articulações revelam a existência de uma espécie de grande “guarda-chuva liberal” sob o qual era possível congregiar todos os adeptos e justificar adesões a determinados princípios e postulados. No entendimento dos líderes, era plausível colocar alguns elementos “em espera” e focar naquilo que havia de pontos similares. Nisso tudo, não haveria “quebra de princípios” ou incongruências e todos poderiam ser reunidos em uma mesma “sã política liberal e democrática”. Conforme veremos a seguir, similar manobra retórica foi amplamente utilizada para defender a Frente Única e a Aliança Liberal.

Às vésperas da abertura do congresso, a expectativa era de que “salvo poucos imprevistos, os federalistas ingressariam no novo partido”, aceitando o seu programa e “aguardando a ocasião oportuna quanto ao princípio parlamentarista”. Tendo o próprio “*leader* da corrente federalista [Raul Pilla]”, declarado que o “novo partido já poderia se considerar como formado, pois dependia apenas de uma fórmula”³⁵⁶. A fórmula era a inserção de algum tipo de possibilidade de defesa do parlamentarismo no novo programa, tendo em vista que a proposta apresentada por Assis Brasil era a de assimilação integral do código assumido pelo PDN. Momentos antes da abertura do congresso, chefes do PF realizaram uma reunião prévia e elaboraram uma declaração de voto em favor do novo partido. Nela, afirmavam “aprovar o programa” devido ao fato de “**conter uma grande parte e a mais urgente parte dos seus princípios, sem prejuízo, porém, de oportuna integração** dos seus tradicionais ideais”. O documento contou com a assinatura de mais de noventa membros, dentre eles, Raul Pilla, Firmino Torelly, Alexandre Lisboa, Felipe Portinho, Oscar Fontoura e até mesmo aqueles mais receosos com a agremiação, como Antunes Maciel e Wenceslau Escobar³⁵⁷. A proposta de acordo também incluía uma “fórmula conciliatória”, com o intuito de encontrar um ponto de harmonização entre o novo programa e os ideais federalistas. A fórmula, batizada como “emenda Pilla”, sugeria um acréscimo pontual ao documento, propondo a defesa da figura do presidente da República, mas, ampliando os poderes do parlamento, em uma espécie de mescla de posicionamentos em prol da unidade e força partidária. O documento foi previamente apresentado para Assis Brasil que concordou com os termos³⁵⁸.

Anos mais tarde, através de artigo editorial do “*ERG*”, os libertadores rediscutiram a questão, destacando que o documento elaborado no congresso era “um *programa mínimo*, isto é, consigna apenas os pontos em torno dos quais **se pode fazer o acordo [...] assegurado o**

³⁵⁶ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 53, 03 mar. 1928, p. 1.

³⁵⁷ “Declaração de Voto”. Bagé, s/d. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS; CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 54, 04 mar. 1928, p. 1, grifo meu.

³⁵⁸ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 5, 03 mar. 1928, p. 1.

apoio de todas as correntes intrapartidárias". Diante do tema, questionavam os "federalistas sinceros e conscientes" se "**haveria conveniência para a causa que defendem em cindir e enfraquecer**" o PL ou "pelo contrário, seria mais acertado utilizar integralmente, **em benefício da causa comum**"³⁵⁹. Para os redatores do jornal, aqueles que procurassem "enfraquecer" o partido em decorrência de "falsos dissídios doutrinários" estariam causando um desserviço a causa parlamentarista e "servindo as suas paixões e nunca suas ideias"³⁶⁰, além de contribuir para uma crise desnecessária no interior do grupo.

As manifestações das lideranças federalistas, o acordo realizado durante o congresso e as ponderações posteriores realizadas na imprensa, são elementos significativos da essência do PL. Em primeiro lugar, demonstram que, apesar de pequenas discordâncias em termos programáticas, os diferentes grupos e lideranças concordavam na maioria dos pontos ideológicos. Os federalistas entendiam que as ideias defendidas por Assis Brasil e presentes no programa do PDN continham "uma grande parte e mais urgente de seus princípios". Além disto, os agentes partilhavam de algumas concepções recorrentes em sua época, tais como: a defesa do liberalismo econômico; a necessidade de reformas constitucionais no Rio Grande do Sul e no Brasil, principalmente na legislação eleitoral; a luta pela anistia dos exilados; e a defesa do federalismo e da autonomia dos estados. Tudo isto, poderia ser ajustado debaixo de um grande "guarda-chuva liberal".

Ademais, conforme afirma Maria Antonacci, os federalistas já haviam vivido experiências similares. Em 1897 e 1898, Silveira Martins aconselhou seus correligionários a fazerem campanha a favor de Campos Salles, "**deixando de lado a doutrina parlamentarista**". Em 1908, visando a ação conjunta com os democratas, o grupo sugeriu adiar novamente a defesa do parlamentarismo por "**razões e conveniências políticas**". A coalizão com outros grupos não era uma questão fechada, mas dependia do momento político, das circunstâncias favoráveis a uma convergência de forças tendo em vista um objetivo comum (ANTONACCI, 1981, p. 79, grifos meus). Dessa forma, em minha concepção, apesar de eventuais desacordos sobre o tema, o conflito "ideológico" em torno do parlamentarismo não foi tão decisivo nas definições partidárias, conforme o argumento sugerido por outros estudiosos do tema (TRINDADE, 1979, p. 168; NOLL, 1980, p. 25). Obviamente, ele existiu e impactou os debates e rumos da política libertadora, mas pôde ser acomodado através de interesses em pauta. Conforme argumentou Antunes Maciel, as "restrições de ordem puramente doutrinárias" entre

³⁵⁹ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 696, 3 fev. 1932, p. 3, grifos meu.

³⁶⁰ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 699, 6 fev. 1932, p. 3

os libertadores não embaraçavam “o desdobramento da ação partidária” conjunta³⁶¹. Para além dos “falsos dissídios doutrinários” destacados pela imprensa libertadora, havia outros ajustes e problemas mais importantes de serem resolvidos.

Este aspecto sugere um segundo ponto: a capacidade das elites em realizar acordos e negociações contemporizadoras nos bastidores. Antes mesmo do congresso se iniciar, a grande maioria dos federalistas já havia deliberado sobre o assunto e decidido sua posição. Da mesma maneira, Assis Brasil já havia tomado conhecimento e aceito o mecanismo. Durante as sessões coletivas do congresso bastava ratificar e legitimar as posições já previamente negociadas pelas principais chefias. O fundamental neste processo estava na capacidade das lideranças em contemporizar e mediar acordos hábeis que evitassem rupturas e permitissem uma atuação solidária entre as diversas facções.

A realização do congresso contou com mais de 220 delegados (representantes municipais da AL e de diferentes grupos políticos), em número muito superior aos 80 representantes no encontro de 1924. As sessões foram presididas pelos membros da Comissão Executiva da AL e o evento foi acompanhado por uma caravana de representantes do PDN³⁶². Ao longo de três dias de trabalhos, os congressistas debateram temas centrais para a organização do partido. Um deles, foi a votação e aprovação do “Projeto da Resolução N. 1”³⁶³. O documento apresentou artigos principais: o primeiro, definiu o término da missão da AL, com o entendimento de ter alcançado sua missão inicial e diante do novo objetivo de cooperar com a vida política nacional “**evitando**, ao mesmo tempo, **o funesto isolamento** a que habitualmente” viviam das oposições gaúchas, declarava fundado oficialmente o PL; o segundo, adequou o programa ao assumido pelo PDN desde 1927, com acréscimo da “emenda Pilla”; o terceiro, previu a autonomia regional dos libertadores diante de suas tradicionais reivindicações; o quarto, definiu a adoção do lema de “Representação e Justiça” como síntese das aspirações; e o quinto, abordou componentes de caráter regional, tais como, a luta pela harmonização da constituição estadual com a brasileira e a proposição de alguns elementos para o seu aperfeiçoamentos³⁶⁴.

³⁶¹ Carta de Antunes Maciel para Fanfa Ribas, Rio de Janeiro, 13 dez. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁶² Mauricio de Lacerda e Paulo Nogueira Filho, posteriormente, publicaram livros de memórias onde relatam a excursão ao Rio Grande do Sul e suas impressões sobre o congresso libertador (LACERDA, 1931, p. 43-50; NOGUEIRA FILHO, 1965, p. 217-232).

³⁶³ Na documentação do Arquivo Assis Brasil encontra-se um manuscrito com anotações a mão de uma possível primeira versão das duas resoluções que fundaram o PL. O documento nº 1, por exemplo, aparece inicialmente sem a “emenda Pilla”.

³⁶⁴ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 55, 06 mar. 1928, p. 7-8, grifos meu.

Voltarei as principais ideias do programa libertador nas próximas páginas. Por ora, cabe destacar algumas impressões sobre o documento. Em primeiro lugar, destaca-se o anseio dos libertadores em romper com o “funesto isolamento” na política nacional. Esta posição justificava a adesão aos democráticos nacionais e a construção de um movimento de oposição nacional, na medida em que o vínculo com o PDN era também entendido como uma “forma de projeção” (RANGEL, 2001, p. 26). O documento também aponta para a manutenção de algumas bandeiras presentes desde a campanha de 1922, como o enfoque nas reformas constitucionais, a necessidade de aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro e a preocupação central com os problemas regionais.

O segundo documento foi o “Projeto de Resolução N. 2”, responsável pela lei orgânica partidária. O estatuto definia alguns aspectos básicos para o funcionamento da agremiação: a chefia por um Diretório Central, composto por dez membros, mais um presidente e um primeiro e segundo vice-presidente que poderiam ser externos, além de secretário, tesoureiro e suplentes, eleito de três em três anos e com sede na capital estadual; o órgão deveria se reunir, pelo menos, uma vez ao ano para deliberar sobre temas pertinentes; delimitava a realização de um congresso partidário ao fim de cada triênio em local previamente indicado, com delegados representantes de cada município e afim de discutir assuntos diversos; orientava sobre a organização dos Diretório Municipais, o cadastro de correligionários e a contribuição ao caixa do partido; definia que o grupo deveria concorrer a todas as eleições, municipais, estaduais e federais, sendo a escolha de seus candidatos realizada através de uma eleição prévia com voto secreto, convocada e organizada pelo DC, cabendo a este último proclamar os nomes indicados³⁶⁵.

O terceiro ponto foi a eleição do DC. Na votação dos delegados, o diretório foi constituído da seguinte maneira: “dr. Raul Pilla (191 votos), dr. Álvaro Costa (181 votos), dr. Urbano Garcia (178 votos), dr. Gabino Fonseca (175 votos), Guilherme Ludwig (173 votos), dr. Baptista Lusardo (172 votos), coronel Sebastião Oliveira (171 votos), dr. Ernesto Médici (160 votos), general Felipe Portinho (160 votos), dr. Camilo Mércio (143 votos), Armando Tavares (113 votos) e dr. Dário Crespo (91 votos)”. Em reunião interna, os membros do diretório escolheram Raul Pilla como seu presidente e Urbano Garcia como vice³⁶⁶. Posteriormente, em decorrência de rearranjos internos, Assis Brasil foi convidado para assumir a presidência, Pilla passou para 1º vice e Garcia para 2º.

³⁶⁵ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 55, 6 mar. 1928, p. 7.

³⁶⁶ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 56, 7 mar. 1928, p. 7.

Com o encerramento do evento, os federalistas, em sua grande maioria, aderiram a nova agremiação. Com este objetivo, os membros do diretório do PF de Porto Alegre renunciaram aos seus postos e doaram todo o acervo do seu órgão para o diretório libertador³⁶⁷. Por outro lado, lideranças como Moraes Fernandes, a família Labarthe, José Júlio Silveira Martins e outros, jamais aceitaram a incorporação e, embora com pouca repercussão, mantiveram vivo o PF. Da mesma maneira, a fundação do PL foi amplamente criticada pelos adeptos do PRR. Segundo o jornal “*A Federação*”, havia “divergências radicais no seio da assembleia heterogênea e murmurosa” de formação de um “partido assentado em transigências recíprocas e dependendo da coesão de grupos perfeitamente diferenciados”. Para os republicanos, o grupo nascia como um “partido sem programa”, já que não era nem presidencialista e nem parlamentarista, e era visto como uma “acomodação de homens”. Além disto, criticaram o nome de “libertador”, como a “persistência de uma mentalidade estreita e má, de um propósito de violência e de rebeldia”, “uma revivescência rubra, uma ameaça” que orgulhava em se batizar com o “sangue” das lutas travadas em 1893 e 1923³⁶⁸.

O congresso demonstrou alguns aspectos relevantes sobre a situação dos libertadores. Em primeiro lugar, o evento coroou a liderança de Assis Brasil como principal referência do grupo. Além de presidir todos os debates e decisões, o chefe terminou eleito presidente da agremiação, mesmo diante da recusa em ser reconduzido a postos chefia. Ademais, viu se tornar realidade o seu objetivo de construção de um partido que reunisse os oposicionistas gaúchos e estivessem inseridos em um movimento nacional. O encontro também aponta para o crescente prestígio de Raul Pilla. Ele foi o autor da fórmula responsável por encontrar um ponto de conciliação entre os federalistas e manter a questão parlamentarista viva. A habilidade política em conciliar as duas vertentes no interior do grupo e de negociar a questão entre seus pares e Assis Brasil possivelmente contribuiu para que seu nome recebesse o maior número de votos na eleição para o DC. Neste quadro, com a nova agremiação também emergiu uma nova liderança política que, paulatinamente, viria se tornar um de seus principais nomes.

Além disto, é perceptível que muitas das deliberações tomadas no congresso já chegaram encaminhadas. Previamente, os correligionários articulavam-se para fazer prevalecer a suas posições e conquistar apoios. Foi assim na escolha pela transformação definitiva da AL em partido, na decisão final de adesão dos federalistas e nos rumos programáticas. Obviamente, muito se encontrava em jogo nos debates estabelecidos e diversas questões permaneciam em aberto. Da mesma forma, era necessário autenticar as decisões tomadas perante a maioria dos

³⁶⁷ CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 72, 26 mar. 1928, p. 12.

³⁶⁸ A Federação, Porto Alegre, Ano XLV, n. 55, 7 mar. 1928, p. 1.

correligionários e fazia parte do jogo manter os ares democráticos para que todo e qualquer adepto se sentisse legitimado a intervir. As negociações em torno do programa também sugerem a importância das articulações e a destreza de algumas lideranças na condução deste processo. Se o grupo de federalistas não tivesse realizado acordos prévios e encontrado um caminho que agradasse seus correligionários, possivelmente o congresso teria sido esvaziado, dado o amplo número de seguidores dessa corrente. Por outro lado, se Assis Brasil não tivesse cedido e aceito a mudança proposta, as chances de fracasso igualmente seriam enormes.

Após o término do congresso, o diretório central passou a orientar a organização de órgãos municipais³⁶⁹. Neste quadro, buscava superar os interesses e rivalidades pessoais e faccionais, que tão mal fizeram a outros partidos de oposição, vide exemplo dos federalistas e suas dificuldades. Ademais, a própria AL denunciava a dificuldade em fazer com que as deliberações da chefia fossem acatadas pelos múltiplos líderes locais.

Em decorrência de dissídios surgidos nos primeiros anos de vida do partido, os redatores do “*Estado do Rio Grande*” questionaram a sua essência: “um verdadeiro Partido, com um **programa de ideias a propagar e realizar, ou um simples ajuntamento eleitoral, obediente unicamente a preconceitos e preferências pessoais?**”³⁷⁰ A provocação insinua a persistência de uma ótica presente ao longo do período, sobre a qual venho insistindo ao longo do estudo, entre dois modos supostamente antagônicos de se fazer política, ou duas concepções sobre o que seria um partido político “verdadeiro”. Conforme veremos a seguir, esta linha argumentativa esteve amplamente presente no jornal partidário, utilizada na maioria das ocasiões para atacar os adversários e legitimar as próprias posições assumidas³⁷¹, ou seja, faziam parte e eram instrumentos do jogo político. Ademais, a crítica do editorial se dava em decorrência das disputas pessoais que ameaçavam a ordem e estabilidade da agremiação. Estas dissidências eram quase sempre brotadas em decorrência da disputa por postos e posições. Neste contexto, disciplinar os adeptos dentro de determinados princípios e regras foi uma das principais preocupações da chefia partidária.

Em carta para Assis Brasil, Raul Pilla resumiu a principal missão do diretório: “organização de todas as formas de atividade”, “vencer os hábitos mais ou menos anárquicos da nossa gente” e desenvolver a “educação política, coisa que também nos falta”. Na mesma

³⁶⁹ Carta do PL de Bagé para Assis Brasil, Bagé, 7 abr. 1928; Carta do PL de Caxias para Assis Brasil, Bagé, 19 abr. 1928; Carta do PL de Garibaldi para Assis Brasil, Garibaldi, 23 abr. 1928; Carta do PL de São Borja para Assis Brasil, São Borja, 20 mai. 1928; Carta do PL de Vacaria para Assis Brasil, Vacaria, 25 mai. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁷⁰ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 87, 3 fev. 1930, p. 3, grifos meu.

³⁷¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 61, 3 jan. 1930, p. 3; Ano II, n. 534, 18 jul. 1931; Ano III, n. 764, 25 abr. 1932, p. 3.

correspondência, destacou a escolha de Edgar Schneider para a secretaria do DC por possuir todas as credenciais políticas: “advogado residente aqui e redator do Correio do Povo”, “moço culto, modesto, de ambicioso e já experimentado em nossas lutas políticas”. Além disto, forneceu detalhes das articulações nos bastidores da política libertadora, tais como: a garantia da eleição de Lafayette Cruz para o diretório municipal de Porto Alegre, apesar da “multiplicidade de chagas”; a excursão que faria na cidade de Gravataí, “afim de trazer ao grêmio alguns velhos federalistas, que continuam a ler pela cartilha do Wenceslau...”, e em outras localidades “onde a oposição caia-se em completo abandono”³⁷². Com o mesmo objetivo, Baptista Lusardo também excursionou pelo interior do estado³⁷³.

A correspondência fornece a leitura de Pilla sobre os predicados identificados em um correligionário e tidos como essenciais para a atuação na política dos libertadores, aspectos que corroboram os elementos destacados na biografia coletiva do grupo. Além disto, apresenta subsídios sobre o funcionamento do “subterrâneo da política” dos libertadores, como as articulações para eleger amigos nos diretórios e a utilização do seu capital, através de excursões e contatos pessoais para cooptar adeptos. Todavia, o ponto principal do documento encontra-se na ressalva sobre a necessidade de disciplinar correligionários. Sobre o tema, o entendimento dos libertadores era de que um “partido político sem disciplina” se transformaria em um “simples ajuntamento eleitoral, sem consciência de sua missão superior e incapaz de resistir aos agentes dispersivos”³⁷⁴. Neste sentido, um dos principais esforços residiu na organização do “caixa partidário”, fundo financeiro que servia para reunir contribuições com o intuito de arcar com as despesas de vida útil partidária. De acordo com os apelos, devia-se organizar o partido em cada município com sedes e funcionários capazes de atender os correligionários e fornecer “informações ou esclarecimentos; organizar e controlar os serviços de propaganda e de arregimentação eleitoral”. Para isto, era preciso um “aparelhamento financeiro” baseado no cadastro e contribuição efetiva de cada correligionário, o “dever de todos os libertadores”³⁷⁵.

Ainda em 1927, Lafayette Cruz exclamou para Assis Brasil as dificuldades do AL de Porto Alegre em conseguir arrecadação da sua “boa gente”. As cifras alcançadas mal conseguiam arcar com o aluguel da sede partidária e não possibilitavam uma “propaganda sistemática” para a qualificação eleitoral. Apesar disto, a sede estava “se tornando um centro de convivência dos nossos amigos” e o grupo fazendo esforços para iniciar o cadastro

³⁷² Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 6 abr. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁷³ CP, Porto Alegre, ANO XXXIV, n. 73, 27 mar. 1929, p. 7-8.

³⁷⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 91, 7 fev. 1930, p. 3.

³⁷⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 107, 26 fev. 1930, p. 3.

eleitoral”³⁷⁶. Da mesma maneira, Firmino Torelly clamou por maiores esforços, pois a caixa era a “alma de qualquer agremiação”³⁷⁷. Outro correligionário, Ladislau Amaro, solicitou a intervenção do “prestigioso nome” de Assis Brasil para cobrar os companheiros que haviam prometido auxílio financeiro ao jornal do partido e não compareceram³⁷⁸. No mesmo sentido, Raul Pilla queixou-se de que “poucos são os diretórios que até agora tem contribuído”, não visualizado outra maneira, “senão apelar para o prestígio do ilustre chefe” para que contatasse “pessoas encarregadas de subscrição e aos companheiros que julgar mais conveniente”³⁷⁹. Além do déficit financeiro, Pilla queixava-se de recair sobre seus ombros todas as atividades do diretório, tendo em vista que o secretário encarregado era “uma negação completa, não por lhe faltarem talento e cultura, mas por ser um desorganizado e, digamos o termo, vadio”³⁸⁰.

No entendimento do órgão de imprensa, não bastava um partido ter um belo e oportuno programa”, mister era “também saber lhe insuflar o movimento e a vida”, ou seja, todas as atividades partidárias, como propagar ideias na “tribuna dos comícios ou nas colunas de imprensa”, “eleger representantes”, “preparar os cidadãos para exercerem a sua função eleitoral” demandavam “não só energia, mas também dinheiro”³⁸¹. Embora, ideias fossem a essência de um partido, precisavam de meios que promovessem a sua ação para influir na realidade do país e superar sua condição de mera abstração³⁸². Neste quadro, “o bom libertador” era aquele que contribuía continuamente com sua agremiação³⁸³. Entretanto, os “deveres partidários” não paravam por aí. O “*ERG*” publicou uma listagem contendo dez itens a serem seguidos e intitulada de “Os Mandamentos do Bom Libertador”:

1º - Inscrever-se regularmente no Partido; 2º - Concorrer regularmente para a caixa partidária; 3º - Comparecer a todas as reuniões do Partido; 4º - Alistar-se como eleitor e sustentar a chapa do Partido em todos os pleitos; 5º - Assinar o jornal oficial do Partido e difundi-lo; 6º - Utilizar todas as ocasiões para a propaganda dos ideais do Partido Libertador; 7º - Nada pedir ao Partido para si e tudo dar pelos ideais do Partido; 8º - Pautar tanto a vida pública como particular segundo os princípios morais pregados pelo Partido; 9º - Aceitar os cargos como postos de sacrifício e não pleiteá-los como honorarias; 10º - Ser leal com os companheiros e tolerante mas firme com os adversários.³⁸⁴

As regras envolviam as mais diferentes etapas e aspectos da vida de seus membros, desde o alistamento e contribuição, propagação de ideias, defesa de posições e propaganda em

³⁷⁶ Carta de Lafayette Cruz para Assis Brasil, Porto Alegre, 7 jul. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁷⁷ Carta de Firmino Torelly para Assis Brasil, Porto Alegre, 4 ago. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁷⁸ Carta de Ladislau Amaro para Assis Brasil, Porto Alegre, 23 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁷⁹ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 16 out. 1928, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁸⁰ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 15 jun. 1929, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁸¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 184, 29 mai. 1930, p. 3.

³⁸² *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 450, 10 abr. 1931, p. 3.

³⁸³ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 612, 22 out. 1931, p. 3.

³⁸⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 639, 25 nov. 1931, p. 2; *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 639, 25 nov. 1931, p. 2; n. 659, 18 dez. 1931, p. 12

diferentes espaços sociais, o comparecimento em encontros, congressos e eleições, a assinatura do jornal oficial e a lealdade aos companheiros. Estes aspectos indicam que, pelo menos no projeto da chefia do PL, a vida político-partidária dos agentes estava muito além da interação e participação apenas em momentos eleitorais, extrapolando para os mais diferentes tempos e espaços dos itinerários e experiências sociais de seus correligionários. A listagem também sugere uma espécie de guia de “serviços a serem prestados”, requisitos básicos para receber recompensas (postos, indicações e acúmulo de capitais) e, conseqüentemente, ascender internamente na agremiação.

Dessa forma, o seu cumprimento gerava expectativas, como por exemplo, nas frustrações do correligionário Fanfa Ribas, o qual possivelmente se considerava um “bom libertador” e merecedor de recompensas. Este, em carta para Simões Lopes Filho, confessou ter seu “brio ofendido” pela “postergação de um direito legítimo”. Segundo ele, nada adiantava ter atuado por anos nos jornais oposicionistas, “para **servir, durante a vida inteira**, de escada aos **monopolizadores das posições do Partido**” e julgava-se “**esquecido na distribuição dos postos**”³⁸⁵. O caso chegou ao conhecimento de Assis Brasil através de Adolpho Pena: “o nosso querido Fanfa anda meio aborrecido por não ter sido incluído o seu nome para a chapa de deputados [...] é claro que ele não tem razão; os lugares eram poucos e os candidatos muitos... impossível satisfazer a todos”. Diante da situação, pediu que Assis escrevesse uma carta para amenizar a situação³⁸⁶.

Esta preocupação em organizar e disciplinar a massa partidária encontrava-se vinculada a trajetória dos libertadores. Os adeptos da agremiação provinham de diferentes grupos e facções ao longo da Primeira República, os quais possuíam interesses e ambições diversas, sendo que todos pleiteavam pela conquista das melhores posições dentro do partido, em um contexto no qual “os lugares eram poucos e os candidatos muitos”. Neste sentido, é preciso considerar que o PL, assim como os demais partidos da Primeira República, também se caracterizou por um “somatório de facções dirigidas por comandos pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromisso” (AXT, 2011, p. 104). Estes compromissos geravam expectativas, gratidões e frustrações, e gerir estas nuances era uma das principais atribuições e preocupações do DC.

Nos planos das chefias também estava a construção da “Casa do Partido”, com o intuito de reunir a redação do jornal partidário e os diretórios de Porto Alegre e Central em uma mesma

³⁸⁵ Carta de Fanfa Ribas para Ildefonso Simões Lopes Filho, s/l, 2 fev. 1927. grifos meu. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS,

³⁸⁶ Carta de Adolpho Pena para Assis Brasil, Caxias do Sul, 2 jul. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

sede. Para Raul Pilla, a obra elevaria “o prestígio da agremiação”³⁸⁷, assim como serviria para reunir as principais lideranças em um mesmo local, congregando os correligionários e facilitando seus contatos e articulações na capital. Apesar do empenho e diante das dificuldades financeiras, o projeto acabou não se concretizando.

Outra característica recorrente da agremiação foram as reuniões entre os membros do DC para discutir temas urgentes. De acordo com a lei orgânica, o órgão deveria se reunir, ao menos, uma vez por ano para deliberar sobre assuntos diversos e durante determinadas ocasiões, a chefia foi convocada para tomar decisões importantes, como por exemplo, nas tratativas sobre o apoio a Aliança Liberal³⁸⁸ e na definição a respeito de tomadas de posições mais críticas em relação ao governo Vargas³⁸⁹. Ademais, os encontros também eram marcados por intrigas e disputas internas, como as críticas de Raul Pilla sobre o secretário do órgão³⁹⁰ e o alerta de Antunes Maciel de que Baptista Lusardo deveria comparecer em reunião do DC para pleitear em favor de Plínio Casado, “como merece, no meu franco entender, apesar das acusações que lhe fazem os de Porto Alegre”³⁹¹.

Apesar do fato de que as principais deliberações da agremiação perpassavam pelas opiniões das lideranças reunidas no DC, a política libertadora não se limitou exclusivamente a elas. Associações de correligionários como a “Mocidade Libertadora”, “Centro Libertador Honório Lemes”, “Centro Libertador Pedro Moacyr” e diversas outras, também possuíam uma importância na organização e mobilização partidária, além de serem importantes fontes de recrutamento de novos líderes³⁹². Estas entidades eram responsáveis pela organização de comícios, passeatas, festividades, organização do eleitorado e publicação de manifestos. As reuniões organizadas pelas entidades eram exaltadas como uma “oportunidade para uma cordial e expressiva reunião”, “congregando correligionários cuja diversidade de ocupações profissionais os conserva habitualmente sem contato espiritual”, contribuindo na “unidade moral” e na “harmonia e cooperação partidária”³⁹³. Conforme afirma Ricardo Pacheco, as associações se constituíram como espaços de sociabilidade e eram fundamentais para a

³⁸⁷ Carta de Raul Pilla e Firmino Torelly para Assis Brasil, Porto Alegre, 5 nov. 1931. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁸⁸ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 74, 18 jan. 1930, p. 1; n. 75, 20 jan. 1930, p. 3; n. 76, 21 jan. 1930, p. 1.

³⁸⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 617, 29 out. 1931, p. 1; n. 618, 30 out. 1931, p. 12; n. 619, 31 out. 1931, p. 1, p. 3; ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 728, 11 mar. 1932, p. 12; n. 814, 23 jun. 1932, p. 3.

³⁹⁰ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 15 jun. 1929, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁹¹ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 14 jan. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³⁹² Neste sentido, por exemplo, Waldemar Ripoll e Alberto Pasqualini adquiriram enorme prestígio com a formação e mobilização da “Mocidade Libertadora”, grupo que reunia acadêmicos e teve importante atuação no final dos anos 1920. Anos mais tarde, ambos viriam a fazer parte do DC.

³⁹³ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 211, 30 jun. 1930, p. 3.

mobilização do eleitorado, aonde se misturavam e se encontravam pessoalmente, candidatos e eleitores, dirigentes e partidários (PACHECO, 2004, p. 19, p. 213).

Três anos depois do primeiro congresso, o PL voltou a se reunir em um novo encontro na cidade de Porto Alegre no mês de abril de 1931. No hiato do triênio, a vida partidária havia mudado acentuadamente: o partido encontrava-se agora aliado aos detentores do poder, como membros da FU e da Aliança Liberal haviam auxiliado a colocar Vargas no governo federal e, por consequência, Flores da Cunha na interventoria estadual. Por outro lado, emergia o descontentamento em torno das condutas assumidas pelo governo provisório, principalmente, com a demora em convocar eleições para uma nova constituinte, o tratamento destinado aos aliados paulistas e as aproximações com os grupos tenentistas. De acordo com o “*ERG*”, a importância do congresso residia na relevância da escolha dos novos nomes do diretório central, a necessidade de realização de algumas mudanças na lei orgânica partidária, os debates sobre as transformações vividas no Brasil e o imperativo de o partido permanecer atento ao abandono de alguns ideais por parte do governo³⁹⁴. Uma das principais pautas estava em analisar “as virtudes e os defeitos do novo regime” e os “problemas que no momento absorvem as atenções no país”³⁹⁵. Neste sentido, Raul Pilla, em circular aos diretórios municipais, solicitou a indicação de questões que deveriam ser debatidas durante o encontro³⁹⁶.

O congresso se iniciou no dia 15 de abril de 1931. Da mesma maneira que o encontro anterior, contou com a presença de democráticos, representados por Paulo Moraes Barros, Antônio Feliciano e o acadêmico Paulo Lourenço³⁹⁷. Na manhã de instalação dos trabalhos, o DC reuniu-se com o intuito de realizar as “sessões preparatórias” de credenciamento dos delegados e redação da proposta de reforma na Lei Orgânica. O documento acrescentou uma série de novos artigos além de complementar os já existentes. Dentre as principais mudanças estavam maiores esclarecimentos sobre organização dos diretórios municipais e dos fundos financeiros partidários, incluindo uma cláusula de que os correligionários com “cargos eletivos” deveriam colaborar com 10% dos seus vencimentos. Além disto, deliberou sobre as responsabilidades do DC nos pedidos de expulsão da sigla e a averiguação sobre dissídios e desrespeito ao programa e as normas. O principal ponto de alteração residiu no processo de escolha dos candidatos, delimitando que para os cargos eletivos federais e estaduais a escolha ocorreria diretamente pelo diretório central³⁹⁸, em uma mudança bastante significativa, tendo

³⁹⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 410, 21 fev. 1931, p. 3.

³⁹⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 448, 8 abr. 1931, p. 3.

³⁹⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 331, 18 nov. 1931, p. 5.

³⁹⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 453, 14 abr. 1931, p. 1.

³⁹⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 454, 15 abr. 1931, p. 1-3.

em vista que até então o processo ocorria via eleições prévias pelos correligionários em congresso ou através de indicações.

O encontro foi presidido por Baptista Lusardo, responsável pelo discurso de abertura e seguido pela fala de Raul Pilla. Aos dois líderes também coube a realização dos discursos de encerramento. Em suas orações, ambos realizaram um balanço da vida partidária e destacaram o grave momento vivido³⁹⁹. Ao longo dos debates, algumas divergências surgiram. A primeira delas se deu em torno do regimento de funcionamento do congresso, o qual, por sugestão de Pilla, delimitou o tempo de fala e a participação de cada correligionário. O libertador Faria Correa discordou da ideia, considerando a limitação em dez minutos uma imposição “draconiana” incompatível com “o liberalismo sempre pregado e defendido pelo PL”. Outros correligionários reclamaram da possibilidade de falar apenas uma vez sobre um assunto ou de ser necessário tomar cuidado com a linguagem. Todavia, o principal ponto de desentendimento residiu na reformulação da Lei Orgânica, especialmente no formato de escolha dos candidatos.

A proposta de mudança data de um momento anterior ao congresso, debatido através de artigos editoriais do “*ERG*” e possivelmente escritos por Raul Pilla, um dos principais defensores do mecanismo. Segundo estes, não bastava que os candidatos fossem os preferidos pela massa partidária, deveriam ser “os mais aptos no exercício do cargo, sob pena de prejudicarem os interesses do partido e, mais do que isso, da nação”, tendo em vista que “não raro serem preferidos os ambiciosos sem valor e sem escrúpulos, aos indivíduos de valor real e indiscutível correção moral”. As eleições prévias, apesar de parecerem a forma “mais democrática”, haviam falhado e não traduziam “realmente a vontade dominante”⁴⁰⁰. Em substituição, propunha-se a “livre escolha pelo diretório central”, órgão plenamente capaz de “fazer as melhores indicações”, por ser a “mais alta expressão da confiança partidária”, possuir uma “visão do conjunto”, ser “obrigado a satisfazer os interesses gerais” e deter conhecimento sobre os “mais adequados aos postos”⁴⁰¹.

Waldemar Ripoll se manifestou radicalmente contra a medida, caracterizando-a como “quebra à democrática orientação libertadora” e defendendo que a escolha através do congresso e indicação dos delegados municipais era ainda a melhor forma de conhecer os valores do partido, já que até mesmo os representantes do DC poderiam estar envoltos a “paixões” e que o formato acarretaria a problemas semelhantes aos vivido pelo PF. No mesmo sentido, Pacheco Prates comparou-a com os critérios seguidos pela “carta ditatorial de 14 de Julho”, tão criticada

³⁹⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 455, 16 abr. 1931, p. 1-3.

⁴⁰⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 428, 14 mar. 1931, p. 3.

⁴⁰¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 431, 18 mar. 1931, p. 3.

pelos libertadores. Raul Pilla defendeu a feição democrática e fez longa explanação sobre seus benefícios, concluindo que “se os congressistas não tinham confiança no Diretório” deveriam solicitar a sua “extinção”. De maneira intermediária, Armando Peterlongo e Faria Correa defenderam que se encontrasse uma “forma conciliatória” para agradar as duas correntes. A mudança acabou aprovada em uma disputa bastante apertada: 76 votos a favor e 55 contras⁴⁰².

O evento também foi responsável pela elaboração de moções com a manifestação oficial do partido sobre temas do momento político. A primeira delas, definiu a condição de solidariedade à Vargas mediante alguns requisitos: a realização da reforma eleitoral, sua promulgação no mais breve espaço de tempo e a realização de uma constituinte nos moldes democráticos e de acordo com os compromissos assumidos pela revolta de 1930. Outra moção exigiu do interventor estadual Flores da Cunha uma solução para casos de conflitos municipais entre libertadores e republicanos, tendo em vista que estes problemas repercutiriam “profundamente na harmonia dos partidos rio-grandenses”. Apesar das pressões em torno de Vargas e Flores, a maioria manifestou-se pela manutenção da FU⁴⁰³ e sugeriu apoio ao governo provisório, reconhecendo seus esforços na solução dos problemas do país, mas aguardando pela realização do programa da revolução liberal. Por iniciativa de Pilla, outra moção defendeu solidariedade ao PD em sua crítica ao governo do interventor João Alberto. O tema foi igualmente alvo de discussões: João Jacinto Costa manifestou-se contrário ao posicionamento, por não condizer com os interesses do partido e ir contra um “companheiro de todos os tempos, como o tenente João Alberto, para amparar o Partido Democrático de São Paulo”; Ribeiro Horta e Catharino Azambuja, defenderam que o problema paulista era um caso regional e não dizia respeito aos libertadores; Raul Pilla, por sua vez, esclareceu que os democráticos eram uma ala do PDN, assim como o PL, portanto, “companheiros de ideais” e da “mesma causa”. A questão foi colocada para votação, sendo aprovada por 108 votos contra 31⁴⁰⁴.

Uma das últimas atividades foi a escolha do novo DC. Na votação, Raul Pilla foi o mais votado (145 votos), seguido de Zeca Netto (123), Walter Jobim (122), Luiz Teixeira Mércio (122), Baptista Lusardo (117), Alfredo Simch (114), Lucidio Ramos (113), Alexandre Lisboa (112), Armando Peterlongo (106), Urbano Garcia (104), Félix Garcia (103), Theobaldo Fleck (102), Oscar Fontoura (101), Firmino Torelly (98) e Anacleto Firpo (91). Posteriormente, a reunião interna elegeu Raul Pilla para sua presidência, Baptista Lusardo como 1º vice e Urbano

⁴⁰² ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 456, 17 abr. 1931, p. 1-3.

⁴⁰³ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 456, 17 abr. 1931, p. 5.

⁴⁰⁴ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 457, 18 abr. 1931, p. 1-3.

Garcia como 2º. Além disto, Lusardo foi escolhido como representante do partido junto ao governo federal⁴⁰⁵ e Assis Brasil aclamado presidente honorário da agremiação⁴⁰⁶.

Um aspecto evidente nas deliberações trata-se da tentativa de reforçar a autoridade e concentrar grande parcela de poderes nas mãos do DC através de mecanismos que evitassem dissídios entre os correligionários, como os descontentamentos com candidaturas e as divergências de posicionamentos sobre temas polêmicos, além de organizar e hierarquizar institucionalmente a agremiação, evitando conflitos e interesses faccionais. Em termos de lideranças, é possível identificar a proeminência cada vez maior adquirida por Pilla e Lusardo. Por outro lado, Assis Brasil, embora afastado do grupo pelas ocupações junto ao governo federal, continuou detendo um importante prestígio. Outro aspecto perceptível é um processo de renovação nas hostes libertadoras, aspecto já evidenciado com a análise prosopográfica. Dentre os membros mais ativos nos debates situavam-se aqueles mais jovens, como por exemplo, Waldemar Ripoll e Mem de Sá.

De forma similar ao primeiro congresso, os arranjos foram previamente orquestrados pelas lideranças. A reformulação do formato das escolhas é um exemplo significativo do assunto. Meses antes do congresso, Raul Pilla ventilou a questão e defendeu seu posicionamento através da imprensa. Curiosamente, nas semanas que antecederam o encontro, o líder excursionou pelo interior do estado, possivelmente no intuito conquistar apoio dos delegados municipais. Além disto, o aspecto definidor de muitas das propostas também estava vinculado ao capital do proponente. No caso da definição do manifesto em apoio aos democráticos paulistas isto fica muito claro. Segundo Catharino Azambuja, apesar das divergências entre os correligionários sobre o tema, a moção acabaria aprovada, tendo em vista que “o sr. Raul Pilla é **um nome querido no seio do partido**, pela sua grande autoridade moral, pelos seus dotes de espírito e pela sua autoridade de incontestável chefe. **Daí, já dar como certa sua aprovação**”⁴⁰⁷.

Por fim, em 1933 os libertadores se reuniram para a realização de um último congresso antes da dissolução pelo Estado Novo. O encontro ocorreu na cidade de Rivera no Uruguai em abril de 1933, em um momento de grande adversidade, tendo em vista o contexto de rompimento com Flores da Cunha e Getúlio Vargas e as consequências do apoio a revolta constitucionalista. Apesar das dificuldades, o encontro marcou a rearticulação dos libertadores

⁴⁰⁵ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 459, 21 abr. 1931, p. 1.

⁴⁰⁶ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 458, 20 abr. 1931, p. 1-2.

⁴⁰⁷ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 457, 18 abr. 1931, p. 2, grifos meu.

para a disputa da Assembleia Constituinte e a continuidade e consolidação da FU como força política unitária e de oposição⁴⁰⁸.

O evento contou com quarenta e três representantes de sessenta e três municípios do estado, com destaque para a participação da “ala jovem” do partido. Apesar da situação vivida pelo grupo, os debates realizados definiram alguns pontos importantes sobre o futuro da agremiação e suas tomadas de posição mais imediata: a eleição do novo diretório central; a manifestação oficial pela solidariedade irrestrita à causa constitucionalista; a denúncia sobre a situação das perseguições vividas no Brasil; a rejeição de concessões as reivindicações em torno da questão religiosa; a readequação do programa partidário sobre a temática da questão social; a definição das candidaturas para a Assembleia Constituinte; e a situação das conspirações militares⁴⁰⁹.

3.1.2. Representação, Justiça e o “guarda-chuva Liberal”: o programa e os posicionamentos político-ideológicos do Partido Libertador

Durante a realização dos três congressos, um tema esteve constantemente em pauta: o programa assumido pelo PL. Em linhas gerais, este documento reproduziu o conteúdo definido pelo PDN, o qual havia sido amplamente influenciado pelos princípios assumidos pelo Partido Democrático de São Paulo e pelas orientações da antiga Aliança Libertadora, com destaque para Assis Brasil. Além do seu passado histórico de lutas oposicionistas no âmbito regional, é neste de quadro de circulação de princípios, projetos e vínculos políticos que as ideias defendidas pelo PL precisam ser consideradas, tendo em vista seu nascimento irmanado com as duas agremiações democráticas em um contexto de articulação dos grupos de oposição à nível nacional.

O PD⁴¹⁰ foi fundado na capital paulista em fevereiro de 1926 por dissidentes do PRP e outros grupos de oposição. Em seus quadros figuraram nomes como Antônio Prado, Francisco Morato, Reinaldo Porchat, José Marrey Junior, Paulo Nogueira Filho e Paulo de Moraes Barros. Em sua grande maioria, eram fazendeiros e profissionais liberais. Segundo Plínio Ramos, a agremiação acolheu algumas das “aspirações renovadoras” de Assis Brasil e da Aliança Libertadora (RAMOS, 2010, p. 3). De acordo com Joseph Love, os democráticos paulistas, na

⁴⁰⁸. Alguns estudiosos oferecem elementos importantes para a compreensão do encontro e a situação política dos libertadores naquele momento (NOLL, 1980, p. 119; CASTRO, 1980, p. 69; RANGEL, 2001, p. 105).

⁴⁰⁹ Telegrama de Raul Pilça para Assis Brasil, Rivera, 16 abr. 1933; Moção aprovada pela Assembleia Extraordinária do Partido Libertador, Rivera, 19 abr. 1933; Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Rivera, Montevideú, 21 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁴¹⁰ O processo de formação e atuação dos democráticos paulistas foi alvo dos relatos memorialísticos de Paulo Nogueira Filho (NOGUEIRA FILHO, 1965).

situação de grupo minoritário na política do seu estado, compartilhavam com os gaúchos das mesmas reclamações sobre as fraudes praticadas pelos situacionistas (LOVE, 1971, p. 243). Conforme Maria Prado, o partido recebeu adesão daqueles que o vislumbravam como único canal de participação possível, além do seu discurso caracterizado por um “ideário democrático-burguês” com bandeiras reformistas e moralizadoras, tais como, “dicotomia entre oligarquia e democracia”, “salvacionismo da república desvirtuada”, “remodelar costumes políticos”, “trazer a ‘verdadeira’ democracia” e “republicanizar a República” (PRADO, 1984, p. 73-75).

Conforme é possível perceber, existia uma mútua influência e intercâmbio de ideias entre democráticos paulistas e libertadores sul-rio-grandenses, com reivindicações, sugestões e propostas muito próximas. O programa paulista de 1926 apresentou pontos de comparação com as bandeiras levantadas pela AL de 1924 e, depois, inclusas no programa do PL em 1928, dentre elas, a defesa da reforma constitucional, do voto secreto, uma relativa preocupação com a questão social e forte ênfase na independência dos magistrados. Por outro lado, a lei orgânica da agremiação paulista apresentou uma estrutura organizativa mais detalhista acerca da estrutura partidária e suas funções, diferentemente daquele assumida pelos gaúchos, de caráter mais simples e objetivo⁴¹¹.

Esta sintonia de posicionamentos deu origem a um movimento que tinha como objetivo ser de caráter nacional, materializado na formação do PDN. Segundo Joseph Love, os argumentos de Assis Brasil sobre as reformas no Brasil interessavam as facções minoritárias de SP e da capital federal, contribuindo para a aproximação e formação de um partido (LOVE, 1971, p. 228-229). Em correspondência para Assis Brasil, Antônio Prado manifestou seu apoio a AL, destacando que seu partido estaria “sempre ao lado” e com esperança de que pudessem, em conjunto, “agir para a realização do seu ideal político”. Em declaração aos aliados, Prado destacou os “ideais democráticos” de “saneamento do eleitorado e arregimentação partidária” compartilhado pelos grupos, destacando que estavam “inteiramente de acordo tanto nos fins [...] como nos meios empregados” e a “comunhão de ideias e de ação” representava “a tradição de sentimentos de amizade que sempre existiram entre Rio-Grandenses e Paulistas”⁴¹². Durante o processo de articulação do PDN, Antônio Prado escreveu a Assis Brasil, parabenizando-o pela eleição ao congresso federal, acreditando que sua presença permitiria “um mais estreito

⁴¹¹ Lei orgânica e Programa do Partido Democrático de São Paulo. Publicação oficial do Diretório Central. Sem data e sem local. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴¹² Carta de Antônio Prado para Assis Brasil. Rio de Janeiro, 24 jun. 1926; Declaração do Partido Democrático a Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul por Antônio Prado, Rio de Janeiro, 24 jun. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

entendimento em favor dos ideais pelos quais nos batemos”⁴¹³. Em outra mensagem, destacou a “boa semente lançada” e a necessidade de tornar “realidade a formação de um Partido Nacional Democrático”, acompanhando “ansioso os passos que os amigos dão para esse fim”⁴¹⁴.

No mesmo contexto, Assis Brasil escreveu aos correligionários empolgado com o movimento iniciado em São Paulo para a “formação de um partido nacional liberal”, “consagrado ao aperfeiçoamento da Constituição, das leis e dos costumes”. Após ler os documentos publicados pelo PD, declarou ter ficado com a “melhor impressão” e que diante de tantos pontos em comum, o projeto parecia ter sido feito de “acordo” com os libertadores. Na leitura do líder, aquela era uma “oportunidade única “e “feliz para todos os elementos liberais do Rio Grande do Sul saírem do impasse regional em que se acham encurralados”. O entusiasmo com o movimento era tanto que pressionou os companheiros no sentido de que caso se recusassem a aderir ao movimento seria obrigado a voltar ao seu “doutrinarismo isolado”⁴¹⁵.

Através de correspondência para Reynaldo Porchat, Assis Brasil solicitou informações sobre quem era o autor do programa que o encantou com a “**maneira de salvar as susceptibilidades doutrinárias**”, principalmente a de “parlamentarismo versus presidencialismo”. Sobre o tema, declarou partilhar da mesma opinião: o Brasil deveria ter instituições originais a fim de “**conciliar todos os espíritos são e justos**” para que fosse possível superar o debate e enterrar essa “maduresa de Parlamentarismo e Presidencialismo”. No seu entendimento, as experiências destas duas formas deveriam nos ensinar apenas a necessidade do governo representativo, com o intuito de evitar o anarquismo e a ditadura. Nas ideias partilhadas residia “**o ponto de interação dos passos de todos nós, liberais, republicanos [...] que não devemos continuar, por inercia ou por divergências de *lana caprina*, a deixar o campo aos exploradores sem ideais nem escrúpulos**”⁴¹⁶.

Ao longo dos anos, as lideranças estreitaram cada vez mais seus laços através da atuação conjunta. O líder Paulo Nogueira Filho afirmou que o grupo paulista estava “inabalável” ao lado de Assis Brasil e “pronto para cumprir as suas ordens”⁴¹⁷. Neste sentido, por exemplo, em meio ao confuso momento político nacional de 1930, solicitaram aos libertadores “instruções que orientem e animem os democráticos paulistas”⁴¹⁸.

⁴¹³ Carta de Antônio Prado para Assis Brasil. Rio de Janeiro, 4 fev. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴¹⁴ Carta de Antônio Prado para Assis Brasil. Rio de Janeiro, 12 set, 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴¹⁵ Carta de Assis Brasil para Firmino Torelly, Melo (Uruguai), 19 abr. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴¹⁶ Carta de Assis Brasil para Reynaldo Porchat. Melo (Uruguai), 26 abr. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴¹⁷ Carta de Paulo Nogueira Filho para Assis Brasil, São Paulo, 19 jul. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴¹⁸ Carta de Homero Vargas para Assis Brasil, Porto Alegre, 31 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Em um cenário de união pela atuação enquanto minoria parlamentar, com objetivos em comum e laços entre deputados, a aproximação entre libertadores e democráticos também ocorreu em decorrência da sintonia programática entre ambos. Este movimento não se limitou aos dois estados e outros agrupamentos de caráter “democrático liberal” tentaram se articular, como por exemplo, nas tentativas de Nereu Ramos em formar um partido em Santa Catarina⁴¹⁹, nas articulações de Café Filho no Rio Grande do Norte⁴²⁰, o surgimento do Partido Democrático do Maranhão⁴²¹ e movimentos similares na Paraíba⁴²².

Em 21 de setembro de 1927 surgia o Partido Democrático Nacional, fundado no Rio de Janeiro e reunindo deputados federais da AL, do PD e de outros grupos políticos de oposição. O programa foi assinado por Assis Brasil, Plínio Casado e João Baptista Lusardo, além de Adolfo Bergamini (do Distrito Federal) e os paulistas Paulo de Moraes Barros, Francisco Morato e José Marrey Junior. O documento contava com dez itens que, em resumo, defendiam: os princípios liberais e democráticos para promover a regeneração dos costumes políticos; a revisão constitucional para realizar as adaptações demandadas pela vida contemporânea; o voto secreto para assegurar a independência do eleitorado, além de medidas “acauteladoras do alistamento, do escrutínio, da representação proporcional, da apuração e do reconhecimento”; medidas em favor da questão social, para garantir a todas as classes o direito de “interferir na direção dos negócios públicos” e garantir “leis protetoras do trabalho, da cooperação e da assistência”; a independência do magistério e a criação de um órgão integral para instrução e educação; o equilíbrio orçamentário; o resguardo e vitalidade da magistratura, com independência de “qualquer poder político”; o combate “as oligarquias estaduais” para assegurar a “autonomia dos membros da Federação e o restabelecimento do mérito da lei, da honestidade e da responsabilidade na administração pública”; e propagar tanto na política interna quanto internacional “sentimentos de ética, de equidade, de solidariedade continental e de confraternização humana”⁴²³.

O documento sugere um programa bastante tímido e com linhas muito gerais de concepções e atuação. Baseava-se em um liberalismo vago e amplo, mas, com algumas

⁴¹⁹ Carta de Nereu Ramos para Assis Brasil. Florianópolis, 5 dez. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴²⁰ Telegrama de Café Filho para Assis Brasil, Natal, 15 ago. 1928; Carta de Café Filho para Assis Brasil, Recife, 30 nov. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

⁴²¹ Carta do Diretório Estadual do Partido Democrático do Maranhão para Assis Brasil, São Luiz, 22 mar. 1928, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴²² Carta de José Pessoa de Britto para Assis Brasil, Paraíba, 8 out. 1928; Cópia da ata de fundação do Diretório Provisório do Partido Democrático Nacional na Paraíba, Paraíba, 23 set. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴²³ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. **Partido Democrático Nacional** – Programma e Commentarios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 3-6. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Central PUCRS; Cópia do Programa do Partido Democrático Nacional, com anotações a mão. Rio de Janeiro, 21 set. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

inovações pontuais, dentre elas, a revisão constitucional da república brasileira, as mudanças em torno da legislação eleitoral, uma preocupação com a questão social e um enfoque aprofundado sobre a necessidade de independência política dos membros do judiciário. As ideias de Assis Brasil possivelmente foram decisivas na elaboração do documento, desta forma, seria difícil imaginar que as mesmas diretrizes não fossem aceitas pelos libertadores na fundação do partido em âmbito regional, já que a maioria destes temas era alvo de discussões e apreciações por parte dos oposicionistas gaúchos há muitos anos. Além disto, posteriormente, as linhas assumidas pelos democráticos nacionais seriam o cerne da campanha eleitoral da Aliança Liberal.

Com a fundação do PDN, os libertadores intensificaram os trabalhos de articulação para a formação do seu próprio partido. Nesse quadro, Assis Brasil propôs a reprodução do programa democrático nacional, e os federalistas, apesar de aceitarem estes princípios, defenderam o acréscimo de alguns postulados. O ponto principal da versão libertadora encontra-se no artigo II e a introdução da seguinte medida: “eleição do Presidente da República pelo Congresso Nacional; comparecimento e responsabilidade dos ministros perante o Congresso”. Além disto, o programa reservou a autonomia regional, aspecto que possivelmente se tratou de um requisito daqueles que não concordavam com a adequação completa ao grupo nacional. O conteúdo programático ainda respeitou a tradição dos seus elementos através do reconhecimento da “liberdade em cada um de seus membros para aventar, discutir e propor os meios que julgar preferíveis para a obtenção do ideal comum”. O programa também consagrou a adoção do lema “Representação e Justiça” como síntese de suas aspirações na atividade nacional e local. Por “Representação” se entendia a realização de reformas no sistema eleitoral, alistamento automático de todos os cidadãos habilitados a votar, implementação do voto secreto, apuração escrupulosa dos votos e representação proporcional. Enquanto por “Justiça” considerava-se a defesa da autonomia do poder judiciário frente ao poder político⁴²⁴.

Da mesma maneira que o programa nacional, o libertador assumir linhas bastante gerais, se aprofundando em pouquíssimos assuntos. A guisa de comparação, um exemplo interessante encontra-se no PRL. Segundo Maria Helena Castro, a imprecisão do programa do PRL “tinha o calculado efeito de não excluir tendências, de contornar problemas, de omitir definições para permitir arranjos políticos” e com isto incorporar tradicionais princípios das facções rio-grandenses (CASTRO, 1980, p. 63). Embora se refira a um grupo no poder, estas considerações são relevantes para pensar a necessidade do programa libertador em englobar diferentes setores

⁴²⁴ PARTIDO DEMOCRÁTICO NACIONAL, Programa. PARTIDO LIBERTADOR, Programa e Lei Orgânica. Porto Alegre, 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS; CP, Porto Alegre, Ano XXIV, n. 55, 06 mar. 1928, p. 7-8.

de oposição, com o objetivo de obter adesões, evitar exclusões, omitir aspectos que fossem empecilhos e contornar virtuais dissídios.

Além destas linhas gerais estipuladas no programa oficial, é relevante analisar as interpretações e comentários fornecidos pelos correligionários através de seus posicionamentos e de artigos publicados pelo órgão de imprensa partidário, manifestações que aprofundaram as principais ideias defendidas pela agremiação e em voga no cenário político. Neste contexto, entre os principais tópicos identificados estavam: a ênfase sobre a importância e a necessidade dos partidos políticos para a vida democrática e republicana do Brasil; a defesa do parlamentarismo; o destaque para as reformas na legislação eleitoral e a relevância do voto; os debates sobre a questão social; a relação entre Igreja e Estado; as garantias em torno da liberdade de imprensa; e, por fim, a “boa” e a “má” política.

Uma das principais opiniões voltou-se para o destaque aos partidos políticos. Estas instituições eram entendidas como “forças ativas no equilíbrio democrático”⁴²⁵, “verdades coletivas, em ação constante, que dão perfil às sociedades erguendo o nível moral e mental das nações”⁴²⁶, essenciais “na vida dos países democráticos”⁴²⁷ e no “controle” e “fiscalização” dos processos eleitorais e dos governos⁴²⁸. A existência dos grupos partidários seria uma forma de diminuir os males do “personalismo”, um dos fatores de “ruína do passado”, vinculado a “a campanha em torno de nomes”, “interesses e paixões”. Segundo este entendimento, seria justamente a ausência de “partidos organizados”, enquanto “sínteses populares” e fornecendo ao “regime essa superior feição democrática”⁴²⁹, um dos grandes males da Primeira República. Contudo, a “falta de partidos políticos verdadeiros” e a existência de “organizações sem ideais e sem princípios, que exploram a administração pública”, teriam suas exceções, como era o caso, obviamente, do próprio PL e do PD⁴³⁰.

Outro alerta importante sobre o tema foi a defesa da formação de partidos nacionais. No novo panorama político estabelecido pós 1930, não bastava “que se organizem partidos novos nos estados e que os já existentes saiam da sua força de hibernação”, existia uma necessidade “imperiosa para a federação brasileira: a formação de partidos nacionais”, sendo “muitos dos males do antigo regime” explicados pela “falta de organizações capazes de integrar a consciência regional numa grande consciência nacional”. Neste quadro ideal. “a controvertida

⁴²⁵ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 591, 25 set. 1931, p. 3

⁴²⁶ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 392, 30 jan. 1931, p. 3

⁴²⁷ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 470, 5 mai. 1931, p. 3

⁴²⁸ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 591, 25 set. 1931, p. 3

⁴²⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 558, 15 ago. 1931, p. 3

⁴³⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 350, 10 dez. 1930, p. 3

questão de representação dos estados não teria a importância que lhe atribuem”, tendo em vista que “seriam os partidos e não os estados os que se defrontariam no amplo cenário parlamentar”⁴³¹. Neste contexto, os libertadores também divergiram de algumas opiniões correntes, como aquelas defendidas por lideranças militares⁴³² vinculadas ao “Clube 3 de outubro”⁴³³ em torno da temática da representação classista. Na concepção dos libertadores, os partidos se diferenciavam dos órgãos de classe: enquanto os últimos eram “uma soma de interesses individuais”, que defendiam “antes de tudo a si mesmo”; os partidos visavam “o interesse comum”. Estes últimos, “por mais diversos que sejam seus programas há sempre uma inspiração comum, que lhes permite colaborar facilmente”, enquanto as classes “terão sempre um caráter de competição” pelos diferentes interesses de cada uma delas⁴³⁴. Ademais, enquanto as classes seriam “uma organização fechada”, sem “possibilidade de renovação”, os partidos eram “organização abertas” e da qual ninguém é obrigado a fazer parte ou manter-se filiado⁴³⁵.

Sobre o tema, Raul Pilla, em carta para Assis Brasil, questionou se o PL “deveria transigir” no tocante a questão classista. Segundo seu entendimento: “**sob o ponto de vista doutrinário**, eu não transigiria, mas, **sob o ponto de vista da tática política** já não sei o que dizer...”⁴³⁶. A indagação é emblemática sobre as estratégias e adequações do plano das ideias em torno da prática e do pragmatismo político, ou o “ponto de vista da tática”. Apesar do plano teórico estabelecido e defendido oficialmente pelo partido em seu programa e através de seu órgão de imprensa, na prática política havia sempre a possibilidade de se realizar concessões e recuos em prol de outros fatores.

O PL igualmente divergiu da criação das Legiões Revolucionárias e a tentativa destas em substituir os partidos políticos tradicionais, criticando as posturas assumidas pela organização como “milícias fascistas” e de “guerra”, consideradas como “inimigos dos partidos”⁴³⁷. De acordo com Maria Izabel Noll, Raul Pilla, apesar dos objetivos das legiões em orientar a opinião do povo dentro dos princípios liberais, não a via com bons olhos, defendendo

⁴³¹ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 722, 4 mar. 1932, p. 3

⁴³² O PL enviou um questionário a João Alberto indagando sobre suas opiniões sobre temas diversos. Questionário a João Alberto pelo Diretório Central do Partido Libertador, Porto Alegre, 6 dez. 1930. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS,

⁴³³ Organização fundada em fevereiro de 1931 no Rio de Janeiro por representantes do movimento tenentista e defendendo pautas como o nacionalismo, direitos, garantias as classes populares, planejamento econômico; desapropriação e nacionalização, direitos e benefícios trabalhistas; estabilização dos funcionários públicos (FAUSTO, 1997, p. 102-103).

⁴³⁴ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 748, 5 abr. 1932, p. 3.

⁴³⁵ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 763, 22 abr. 1932, p. 3.

⁴³⁶ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 8 mai. 1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴³⁷ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 337, 25 nov. 1930, p. 3; n. 348, 8 dez. 1930, p. 3; n. 363, 26 dez. 1930, p. 3; n. 382, 19 jan. 1931, p. 3; n. 412, 24 fev. 1931, p. 1; n. 418, 3 mar. 1931, p. 3; n. 423, 9 mar. 1931, p. 3.

a inutilidade de sua criação no Rio Grande do Sul, onde existiam dois partidos tradicionais e com programas definidos, além de refutar qualquer organização política militarizada (NOLL, 1980, p. 60). Estas concepções, também partilhadas por setores do PRR, revelam a preocupação dos políticos gaúchos com a progressiva influência dos militares no governo provisório, em uma tentativa de assumir para si o protagonismo nos rumos do país⁴³⁸ (CASTRO, 1980, p. 49; NOLL, 1980, p. 45-47).

Outro tema que figurou nos debates da imprensa libertadora foi o parlamentarismo. Neste cenário, é preciso lembrar que boa parte dos editoriais eram escritos por Raul Pilla, ardoroso defensor do parlamentarismo. Segundo o jornal, a eleição para a presidência da República através da nomeação pelo Congresso Nacional seria uma “opinião assentada” no PL, correspondendo diretamente ao seu programa e de acordo com as tradições das oposições rio-grandenses⁴³⁹. Buscando legitimar a escolha pela posição parlamentarista entre os correligionários, o “*ERG*” realizou um apanhado histórico da questão, destacando que ela estava presente desde o tratado político de Gaspar Silveira Martins que originou o PF, passando pelo programa de Assis Brasil elaborado em 1908, o qual previa uma revisão constitucional em torno da questão da “eleição do presidente pela Câmara”, e chegando até o PL como “uma síntese da nossa evolução”⁴⁴⁰. O sistema parlamentarista seria “o mais democrático” dos processos de designação do chefe do executivo, na medida em que o parlamento era “o mais perfeito órgão da vontade nacional”, “o que mais fielmente espelha os sentimentos populares”⁴⁴¹ e que “permite uma escolha mais acertada” e de “acorde com o cargo”⁴⁴². Apesar de o presidente não ser eleito “diretamente pelo povo”, o formato permitiria uma “influência popular indireta, mas contínua”⁴⁴³. Além disto, o mecanismo seria uma forma de banir um dos males constitucionais brasileiros, a “ditadura do poder executivo”, na medida em que o congresso poderia cassar a nomeação do representante. A opinião era justificada pelas décadas de regime republicano que demonstraram a “imprestabilidade” dos moldes presidencialistas e “hipertrofia do poder executivo”⁴⁴⁴.

A questão da abertura ao parlamentarismo no programa partidário manteve os adeptos em constante questionamentos sobre o tema. Em carta para Assis Brasil, Raul Pilla declarou

⁴³⁸ Os libertadores se defenderam das acusações de querer “impor os seus postos de vista à nação brasileira, por bem ou mal”. Ver: *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 684, 19 jan, 1932, p. 3

⁴³⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 426, 12 mar. 1931, p. 3.

⁴⁴⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 501, 10 jun. 1931, p. 3.

⁴⁴¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 144, 11 abr. 1930, p. 3

⁴⁴² *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 173, 16 mai. 1930, p. 3

⁴⁴³ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 427, 13 mar. 1931, p. 3

⁴⁴⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 150, 19 abr. 1930, p. 3

que estava recebendo “diversas interpelações de antigos federalistas acerca da questão parlamentarista”, as quais procurava “**com habilidade lhes satisfazer os desejos, sem nada comprometer**”⁴⁴⁵. Em outra ocasião, um grupo de correligionários, dentre eles Armando Tavares, Waldemar Ripoll e Carlos Alfredo Simch, encaminhou um ofício ao DC, manifestando-se a favor do parlamentarismo e realizando dois questionamentos: “se a questão parlamentarista” era “considerada questão aberta no Congresso de Bagé, para ser discutida em tempo oportuno?” e “se, em razão dos acontecimentos da revolução de 3 de outubro, no sentido de preparar e orientar a opinião, **é oportuna a ventilação do problema?**”. A resposta foi de que a questão era considerada em aberto, poderia ser discutida e que o momento de construção de um novo regime era “evidentemente oportuno ventilar a questão” e os parlamentaristas possuíam o “direito de fazer propaganda das suas ideias”. Neste quadro, o PL saberia “encontrar uma fórmula que, **sem comprometer a unidade da nossa agremiação, permita a adequada representação das diversas correntes**”⁴⁴⁶.

As diferentes opiniões sobre o assunto no interior do partido também eram utilizadas pelos “eternos inimigos” que não perdiam uma “oportunidade de tentar uma investida contra sua quebrantável unidade”, exigindo constantes explicações da chefia. De acordo com o “*ERG*”, o PL comportava a totalidade dos federalistas, “exceto alguns que, por mal-entendidos escrupulosos ou por questões de ordem puramente pessoal, se abstiveram”. Todos estes consentiram com o novo partido “quando viram assegurado em o novo programa as suas ideias capitais, como eleição do presidente da República pelo Congresso e a responsabilidade parlamentar dos ministros” e, além disso, lhes foi reservado o “direito de propugnar oportunamente pela integração” das suas concepções. Dessa forma, no programa estavam reunidas “duas peças importantíssimas do regime parlamentarista”, restando apenas a inclusão da “dissolução do parlamento pelo governo”⁴⁴⁷ e faltando muito pouco para pudesse ser identificado como um “parlamentarismo clássico”. Com isto, não haveria motivos de queixas daqueles que defendiam estas ideias e muito menos espaço para intrigas sobre o assunto⁴⁴⁸.

Em paralelo ao parlamentarismo, um dos principais temas foi a reforma do sistema eleitoral brasileiro. Calejados por experiências problemáticas nas urnas, o grupo assumiu nas modificações da legislação uma de suas principais bandeiras. Sobre o assunto, três tópicos são

⁴⁴⁵ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 20 jun. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS, grifo meu.

⁴⁴⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 499, 8 jun. 1931, p. 16, grifos meus.

⁴⁴⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 696, 3 fev. 1932, p. 3

⁴⁴⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 699, 6 fev. 1932, p. 3

centrais: os problemas eleitorais do regime republicano; a instituição do voto secreto e obrigatório; e a ampliação do sufrágio para o sexo feminino.

No entendimento dos libertadores “a verdade do voto” era uma das principais questões a serem resolvidas, tendo em vista que a democracia brasileira era “incapaz de manifestar a opinião popular”. Uma das medidas necessárias era prover de “segurança” ao cidadão que comparecia as urnas, livrando-o da fraude, do suborno e da compressão⁴⁴⁹. A falsificação do sufrágio significava a oscilação de todas as bases do regime republicano, representando a causa mais geral e profunda da crise das instituições na década de 1920⁴⁵⁰. A superação desta condição encontrava-se na observação da experiência de outros países e na implementação de determinadas medidas⁴⁵¹. Um primeiro passo era reformar a “viciosa legislação eleitoral” através do escrutínio “obrigatório e rigorosamente secreto, para que nele possa ter expressão a consciência do eleitor”. Com estas garantias seria assegurada a confiança do eleitor em comparecer às urnas e ter seu voto respeitado, bem como garantida a verdade e a liberdade do sufrágio de maneira geral⁴⁵². Além disto, o voto obrigatório servia para tornar o ato de comparecer às urnas mais do que um simples direito individual, um dever social, uma obrigação coletiva para sanar o mal da indiferença e falta de consciência cívica do povo brasileiro⁴⁵³. Em torno do tema, um manifesto da AL de Porto Alegre em 1927 alertava para a importância das medidas através do *slogan* “voto secreto: consciência e dignificação. Tudo pela elevação moral e cívica do cidadão. Voto a boca de urna: humilhação e suborno. Tudo pelo legítimo e verdadeiro governo democrático”⁴⁵⁴.

Outra mudança pregada estava na garantia do voto proporcional, visando a “justa representação de todas as opiniões ponderáveis no seio das assembleias legislativas”, evitando o regime exclusivo de maioria e permitindo a fiscalização e colaboração da minoria. O tema já vinha de longa data no Rio Grande do Sul: Assis Brasil divagou sobre ele e o incorporou no programa de seu Partido Democrata em 1908, os federalistas defendiam-no em seu programa e o PRR chegou a colocar em prática alguns aspectos. Ou seja, “todos os partidos políticos do Rio Grande já tiveram, pois, os seus compromissos em relação ao voto proporcional”⁴⁵⁵.

⁴⁴⁹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 51, 20 dez. 1929, p. 3

⁴⁵⁰ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 64, 7 jan. 1930, p. 3.

⁴⁵¹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 522, 4 jul. 1931, p. 3.

⁴⁵² ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 277, 15 set. 1930, p. 3.

⁴⁵³ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 590, 24 set. 1931, p. 3.

⁴⁵⁴ Manifesto da AL de Porto Alegre, dez. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁵⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 185, 30 mai. 1930, p. 3.

O voto feminino também figurou como uma das reivindicações. Apesar da questão não aparecer no programa oficial, diversos correligionários manifestaram-se a favor do tema⁴⁵⁶. Em declaração à imprensa, Baptista Lusardo defendeu que o partido “há muito se bate pela instituição do voto feminino”, vislumbrando uma situação de “desigualdades de direitos políticos entre homens e mulheres”, situação inexistente em países de elevada “cultura política e social”⁴⁵⁷. O editorial do jornal argumentou que não se podia negar as mulheres “o direito de interessar-se pela coisa pública e intervir na sua gestão”, defendendo a “completa igualdade de direitos políticos”. Todavia, defendiam que o tema fosse resolvido por uma assembleia constituinte e não por um decreto do governo provisório. Além disto, tinham o receio de que a ideia não possuísse um consenso na opinião pública e que “até mesmo maior parte das mulheres lhe sejam infensas”, já as “legislações e costumes” ainda estavam “a margem da ideia”⁴⁵⁸.

Em torno do problema, o “*ERG*” promoveu um “concurso de opinião feminina”, no qual as leitoras eram convidadas a manifestar suas apreciações e concorrer a prêmios. Entre os questionamentos levantados estava a opinião sobre o voto feminino⁴⁵⁹. A enquete dividiu profundamente as participantes, algumas favoráveis e outras absolutamente contrárias⁴⁶⁰. O resultado premiou a leitora Maria Machado por seu conjunto geral de respostas. Sobre o sufrágio, a vencedora argumentou que lhe parecia um “passo precipitado” com “funestas consequências”, já que acarretaria a quebra de harmonia e infelicidade dos lares. Por sua vez, a melhor resposta sobre especificamente o voto coube a Gladis Vianna. Segundo esta, a mulher possuía o direito de “escolher o candidato de sua preferência” e que ela “julgar mais competente”. Mas, acreditava que estas não deveriam ser elegíveis para nenhum cargo, já que sua missão principal estava no âmbito do “lar”⁴⁶¹.

Ainda sobre o tema, o jornal publicou em sua capa do dia 17 de março de 1931 um mapa destacando os países em que as mulheres ainda não estavam habilitadas a votar, evidenciando o atraso brasileiro⁴⁶². Em outro momento, após o decreto eleitoral que finalmente ampliou o sufrágio, o jornal publicou uma charge com duas mulheres se preparando para “receber o

⁴⁵⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 425, 11 mar. 1931, p. 3.

⁴⁵⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 424, 10 mar. 1931, p. 1.

⁴⁵⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 610, 20 out. 1931, p. 1.

⁴⁵⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 29, 25 nov. 1929, p. 16.

⁴⁶⁰ *ERG*, Porto Alegre, n. 35-60, 2 dez. 1929 a 2 jan. 1930.

⁴⁶¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 69, 13 jan. 1930, p. 10.

⁴⁶² *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 430, 17 mar. 1931, p. 1.

homem [Assis Brasil] que me deu o direito de voto”⁴⁶³, em uma tentativa de imputar ao líder libertador o protagonismo da conquista do direito⁴⁶⁴.

A temática eleitoral também foi responsável por desgastar as relações com o governo Vargas. Os libertadores defendiam a chamada imediata de novas eleições no formato das mudanças defendidas pela plataforma da Aliança Liberal⁴⁶⁵. O governo passou a protelar cada vez mais as deliberações sobre assunto, causando profundo estranhamento nas chefias do PL⁴⁶⁶. O novo código eleitoral foi finalmente decretado em 24 de fevereiro de 1932, após mais de quinze meses da vitória na revolta armada⁴⁶⁷. No documento⁴⁶⁸, Assis Brasil contribuiu ativamente e algumas pautas foram finalmente atingidas: estava instituído o voto secreto e obrigatório e expandido o direito ao sufrágio para as mulheres.

Outra preocupação programática voltou-se para a necessidade de atentar para a “questão social” e os protestos da classe trabalhadora, superando a tradicional conduta “reacionária e violenta repulsa governamental” que reduzia o assunto a um “mero caso de polícia” no qual “todos os comícios e manifestações proletárias” recebiam “como habitual resposta, a intervenção da força”, em um posicionamento “anacrônico” e “antidemocrático”⁴⁶⁹. Sobre o tema, o correligionário Félix Contreiras Rodrigues elogiou as posições assumidas pelo PL, mas advertiu que não bastava que o programa estatuasse sobre o assunto, convinha “dar-lhe calor pela interpretação e pelos comentários”. Para ele, “urgia melhorar a sorte dos trabalhadores nacionais”, mas, evitar uma “inversão de papéis por meio da ditadura proletária”. Cabia ao PL incorporar “o elemento do trabalho” através da defesa das “leis de salários, de férias, horas de trabalhos, aposentadoria, pensões etc.”⁴⁷⁰. Em resposta as ponderações do companheiro, o editorial do jornal destacou a importância de o Brasil assimilar as conquistas do proletariado universal e evitar o “mal da propaganda comunista”, considerada como “ideias subversivas e doutrinas exóticas e estapafúrdias”⁴⁷¹.

Conforme Raul Pilla, o programa libertador recebia críticas “por seu muito vago” no tocante ao assunto, havendo entre os adeptos até mesmo aqueles que preconizavam “uma

⁴⁶³ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 649, 7 dez. 1931, p. 1.

⁴⁶⁴ Sobre o processo de conquista do voto feminino através das articulações dos parlamentares e do movimento organizado feminino e sufragista, ver: KARAWEJCZYK, 2013.

⁴⁶⁵ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 369, 3 jan. 1931, p. 3.

⁴⁶⁶ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 352, 12 dez. 1930, p. 3.

⁴⁶⁷ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 715, 25 fev. 1932, p. 1.

⁴⁶⁸ Sobre especificamente o novo código eleitoral e a contribuição de Assis Brasil, ver JOBIM, Hiléria Silésia da Cruz. **Assis Brasil e o código eleitoral de 1932**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1977.

⁴⁶⁹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 63, 6 jan. 1930, p. 3.

⁴⁷⁰ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 261, 27 ago. 1930, p. 3.

⁴⁷¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 262, 28 ago. 1930, p. 3.

orientação nitidamente socialista”. Em sua opinião, confessava não ter “pensamento assentado, a respeito da conveniência de se [inelegível] na coisa”⁴⁷². Em seguida, no congresso libertador de 1933, o grupo aprofundou os debates sobre a questão e reformulou seu programa.

Diante dos posicionamentos, é perceptível que o partido inovou ao afastar a temática da questão policial e reconhecer as demandas e dificuldades do proletariado como um problema político. O espaço destinado no jornal partidário, intitulado a “Coluna Operária”, reproduzindo notícias e informes sobre os trabalhadores, demonstra uma visão relativamente mais aberta sobre o tema. Além disto, o grupo recebeu com muitos elogios a iniciativa de criação do Ministério do Trabalho pelo governo Vargas⁴⁷³. De acordo com o relato de Mem de Sá, o partido teria sido o primeiro no Brasil a incorporar o elemento da questão social em seu programa (SÁ, 1971, 69-70), dado questionável, tendo em vista que os próprios democráticos paulistas já o abordavam em seu estatuto dois anos antes.

De qualquer maneira, se por um lado o grupo apresentou avanços no tratamento da questão e estava alinhando com aqueles que propunham novas soluções, por outro, demonstrou a tradicional preocupação com a ascensão do comunismo e sua possível influência no Brasil. Neste sentido, encontra-se, por exemplo, a reação ao Manifesto de Luís Carlos Prestes aderindo à doutrina⁴⁷⁴. Cabe lembrar que Prestes foi um importante aliado dos libertadores em suas lutas armadas nos anos 1920, além de ser um correspondente pessoal de Assis Brasil em debates sobre o cenário político brasileiro.

De acordo com Daniel Aarão Reis, em dezembro de 1927 durante o exílio na Bolívia, Prestes recebeu a visita de Astrogildo Pereira, dirigente do Partido Comunista Brasileiro⁴⁷⁵ e foi apresentado com livros marxistas. A partir daquele contexto, o militar teria passado a questionar suas próprias convicções e estabelecer laços com o comunismo e os comunistas, até que em maio de 1930 publicou o manifesto aderindo publicamente a estas posições (AARÃO REIS FILHO, 2014, p. 113-121, p. 135). Em declarações à imprensa, Baptista Lusardo, um dos principais defensores da Coluna Prestes no congresso federal, afirmou que as novas ideias do militar estavam em “inteiro desacordo com as necessidades brasileiras” e que “ele e o Partido Libertador” lamentavam que o antigo aliado “tenha abandonado os ideais de seus velhos companheiros de revoluções”. Em editorial, o PL também lamentou que o “grande ídolo das

⁴⁷² Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 8 mai. 1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁷³ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 346, 5 dez. 1930, p. 3.

⁴⁷⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 185, 30 mai. 1930, p. 1.

⁴⁷⁵ O partido, fundado no início dos anos de 1920, possuía pouca repercussão e adeptos até aquele momento. Além disto, conviveu com a repressão policial e a clandestinidade imposta pelo governo federal.

populações” e “esperança de redenção” caíra na “loucura comunista”⁴⁷⁶. No entendimento dos libertadores, embasados nas palavras de Assis Brasil, “a democracia liberal” ofereceria “as melhores soluções” para as questões políticas e sociais⁴⁷⁷, sendo que o fundamental e mais urgente era “extirpar o mal” de um país governado por um “bando de exploradores” para depois cuidar das condições do trabalho⁴⁷⁸. A solução estaria em uma “revolução liberal”, afastada dos perigos “muitíssimos mais graves” de uma “revolução comunista”⁴⁷⁹.

Outro tópico revestido de polêmica diz respeito aos debates sobre a relação entre Igreja e Estado, o ensino religioso e a influência da crença católica. Para o grupo, a lei de separação entre Igreja e Estado, instituída pelo regime republicano, era responsável por “quarenta anos de paz religiosa”⁴⁸⁰ e não deveria ser alterada. Não competia ao Estado “intervir em assuntos religiosos”, sua função era a de garantir a “liberdade de consciência” e, embora, a religião católica fosse a maioria entre a população, não era possível privilegiar um ou outro credo⁴⁸¹. Com o mesmo argumento, entendia-se que o ensino religioso traria “a constante luta de paixões”, já que cada “qual tem a sua fé e frequenta o seu templo”⁴⁸² e apesar do valor educativo das religiões, o “lar e o templo” eram locais mais apropriados para sua realização⁴⁸³. Mesmo no contexto eleitoral de 1933, diante da pressão do eleitorado católico, o PL manteve seu posicionamento em defesa da plena liberdade de consciência, não aceitando a defesa de nenhuma doutrina religiosa e optando pela manutenção do estado laico, posicionamento que resultou na perda de apoio e uma forte campanha de crítica por parte da Liga Eleitoral Católica (NOLL, 1980, p. 122, p. 131).

Com o estabelecimento do governo provisório e o surgimento de polêmicas envolvendo perseguições a determinados jornais, a temática da liberdade de imprensa se tornou alvo de acalorados debates. Segundo os libertadores, a função da imprensa era a de “órgão legítimo” da “opinião pública”, “elemento inestimável de cooperação”⁴⁸⁴, sendo o “mais poderoso instrumento de difusão mental”⁴⁸⁵. O tema resultou em uma das principais críticas a Vargas e contribuiu para o rompimento. No entendimento do grupo, a “revolução elaborada e amadurecida na consciência do povo, veio em nome de um regime de livre opinião” e coagir e

⁴⁷⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 186, 31 mai. 1930, p. 1, p.3.

⁴⁷⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 189, 4 jun. 1930, p. 1.

⁴⁷⁸ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 204, 21 jun. 1930, p. 3.

⁴⁷⁹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 211, 30 jun. 1930, p. 3.

⁴⁸⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 350, 10 dez. 1930, p. 3.

⁴⁸¹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 396, 4 fev. 1931, p. 3.

⁴⁸² ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 476, 12 mai. 1931, p. 3.

⁴⁸³ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 675, 8 jan. 1932, p. 3.

⁴⁸⁴ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 552, 08 ago. 1931, p. 3.

⁴⁸⁵ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 576, 5 set. 1931, p. 3.

censurar a imprensa era “retornar ao velho regime” e “amordaçar a opinião do país” uma falência do “nobre sentido” da Aliança Liberal⁴⁸⁶. A crítica também se dirigiu aos interventores estaduais que “censuravam numa incoerência de pasmar”, sendo que estes eram os mesmos homens que haviam integrado o “restaurador movimento de outubro”⁴⁸⁷.

Outro tema recorrente nas divagações foi a discussão sobre dois tipos de política e políticos, dualidade sempre presente na retórica dos correligionários e que, conforme venho destacando, influenciou amplamente as interpretações historiográficas posteriores. Segundo esta ótica, de um lado, estavam os partidos caracterizados e conduzidos por princípios e ideias, preocupados apenas com o bem comum e os interesses da nacionalidade. Na outra margem, estavam os grupos identificados com os interesses materiais e a corrupção, caracterizados pela “política dos conchavos e das gorjetas”⁴⁸⁸. Nesta visão sobre o mundo político, haveria dois tipos ou formas completamente antagônicas de ser e atuar: “a política” *versus* “a politicalha”, a primeira a mais “alta síntese da atividade humana”, garantidora do “progresso e bem-estar da coletividade”, a segunda “mesquinha, de interesses subalternos”⁴⁸⁹. O tema, obviamente, dizia respeito a uma visão de si e do outro, do seu próprio partido e aliados em contraposição aos adversários. Sob esta ótica, a grandeza e a legitimação do PL residiam nas suas “ideias”, “programa” e “consciência de uma missão a cumprir”, o qual possuía uma “finalidade fora de si mesmo e superior aos interesses particulares dos seus membros”, “um verdadeiro partido de ideias”⁴⁹⁰.

Esta construção retórica emergia de forma ainda mais efusiva durante momentos de confronto político, como por exemplo, durante a campanha da Aliança Liberal e a avaliação em torno das práticas e da orientação assumida pelo situacionismo federal. Na leitura do “*ERG*”, a campanha eleitoral de 1930 colocou em confronto duas “nítidas e irreconciliáveis” mentalidades políticas, aquela identificada na Aliança Liberal e a promovida pelos políticos do Catete⁴⁹¹. A fim de problematizar estes postulados e compreendê-los como instrumentos do jogo político, basta lembrar que, poucos anos antes da campanha liberal, estas mesmas acusações e classificações dividiam libertadores e republicanos, críticas que a partir daquele momento eram esquecidas e direcionadas para outros adversários. Da mesma maneira, Maria Ligia Prado encontrou similar lógica retórica no discurso do PD de SP contra os adversários do

⁴⁸⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 399, 07 fev. 1931, p. 3.

⁴⁸⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 417, 2 mar. 1931, p. 3.

⁴⁸⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 19, 12 nov. 1929, p. 2.

⁴⁸⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 534, 18 jul. 1931, p. 3.

⁴⁹⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 657, 16 dez. 1931, p. 3.

⁴⁹¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 209, 6 jun. 1930, p. 3.

PRP. Para os democráticos haveria uma oposição “entre *interesses políticos e ideais democráticos*”, no qual a “política se igualava ao que havia de mais ‘atrasado’ no país; a política era praticada pelos inimigos, pelos perrepistas”, enquanto que os “democráticos estavam do lado da razão, da cultura e da civilização, propugnavam por ideias” (PRADO, 1986, p. 84).

De maneira geral, os temas de cunho programático debatido pelos libertadores apontam para a existência de um grande guarda-chuva liberal capaz de comportar tanto os diferentes setores fundadores do PL, quanto as múltiplas tendências de opinião existente no interior da Aliança Liberal. No sentido de que a utilização e divagação em torno da defesa de termos como “liberalismo”, “liberais”, “democráticos”, “democracia” era lançada de forma vaga e maleável, justamente com o objetivo de congregar os diferentes agentes envolvidos nas lutas políticas e evitar polêmicas doutrinárias mais acentuadas. Além disto, o jornal partidário, por durante muito tempo divulgou uma opinião contundente acerca de temas sobre os quais nem todos os correligionários concordavam ou possuíam a mesma convicção, como por exemplo, a questão parlamentarista. O grupo responsável pela publicação, que tinha em Raul Pilla um dos seus principais artífices, construiu a ideia de que aquele era o pensamento oficial e definitivo da agremiação, semeando o encaminhando para uma solução definitiva da questão mantida em aberto desde o programa de 1928. Não à toa, com a refundação do partido pós Estado Novo, a agremiação viria a assumir única e oficialmente estes posicionamentos.

3.1.3. Os libertadores vão às urnas: da escolha de candidaturas às estratégias e mecanismos de atuação eleitoral

O PL nasceu extremamente vinculado com a temática das eleições, visto a importância dos pleitos estaduais de 1922 e federais de 1924 em sua articulação inicial. Primeiramente concebida como uma frente eleitoral de opositoristas, a reunião dos libertadores foi paulatinamente se encaminhando em direção a um partido político, enquanto continuou permeada pela participação nas urnas. A lei orgânica do grupo surgiria concorrer à todas as disputas em seus diferentes níveis e o lema de “Representação e Justiça” na defesa de reformas eleitorais apontam para a importância e valorização da temática na agremiação. Neste sentido, avaliar os aspectos em torno da ação eleitoral dos libertadores é ponto fundamental para compreender sua atuação durante os anos de 1920 e 1930. Da mesma maneira, o tema permite conhecer com mais profundidade o *modus operandi* de suas lideranças, na medida em que os diferentes aspectos em torno da realização dos pleitos emergiam como um dos principais momentos da vida política partidária republicana e que envolviam estratégias, alianças, tomadas de posição e articulações diversas.

Apesar das recorrentes denúncias sobre fraude e arbitrariedades na realização das eleições, em poucas oportunidades o PL deixou de apresentar candidatos e comparecer às urnas. Entre os anos de 1922-1933, a sua participação é bastante expressiva: na disputa do governo estadual em 1922; no pleito aos cargos legislativos federais em 1924, 1927, 1930, 1933; nas candidaturas para deputado estadual em 1926; nas disputas pelos cargos municipais em diversas localidades ao longo do período; e na participação da Aliança Liberal nas eleições presidenciais em 1930. Uma das poucas ocasiões em que o grupo se absteve ocorreu na disputa para o governo do Rio Grande do Sul em 1928, quando Getúlio Vargas substituiu Borges de Medeiros como representante do PRR. Esta ausência, mais do que um desinteresse, deve ser entendida como acordo tácito estabelecido entre as lideranças dos dois partidos em concordância com o nome de Vargas como fiador de um novo momento político. Conforme veremos na segunda parte do capítulo, a conjuntura foi uma espécie de abertura de portas para as negociações e aproximações que resultariam na FU. Ademais, o momento foi caracterizado pela reorganização dos libertadores e estruturação do nascente PL, conjuntura onde fatalmente seriam derrotados pelo organizado e mobilizado PRR. Nos casos de abstenções municipais, estas bem mais corriqueiras, a ausência pode ser compreendida de forma diferente. Além das faltas de garantias, violências e fraudes ocorridas pelo interior, não concorrer as urnas também era uma forma de desqualificar a vitória adversária e protestar contra os problemas do sistema eleitoral.

Esta constatação inicial sobre a centralidade do processo eleitoral entre os libertadores aponta para a importância do tema durante as primeiras décadas do regime republicano, aspecto que vai de encontro às discussões historiográficas empreendidas nos últimos anos⁴⁹². Estes vêm destacando a relevância da competição política, da questão da representação, dos partidos e do voto, e, com isto, desenhando um quadro mais complexo, diferentemente da caricatura de um sistema marcado apenas pela fraude, violência, clientelismo, ausência de direitos e eternização das oligarquias no poder (FERREIRA; PINTO, 2017, p. 437). Conforme apontam Ricci e Zullini, nem tudo se resumiu a fraude e coerção, havendo níveis de competição através de diferentes aspectos: desde o controle das máquinas administrativas estaduais; de uma “dinâmica competitiva” nas diferentes fases do processo eleitoral; no “mercado de transação de votos” e a conquista de sufrágios pela via clientelística através da concessão de favores pessoais sem que o eleitor estivesse numa posição de subordinação; o papel da imprensa na divulgação das

⁴⁹² Dentre estas contribuições é possível destacar algumas (HOLANDA, 2009; PINTO, 1998, 2016; BARBOSA, 2013; RICCI & ZULLINI, 2014, 2016; FONSECA, 2016; FIGUEIREDO, 2017; VISCARDI & FIGUEIREDO, 2019).

posições político-ideológicas, dos editais para alistamento, listas de mesários, locais de votação, apresentação dos candidatos e convocação para comparecer às urnas; ou ainda, na campanha eleitoral de rua (RICCI & ZULINI, 2016, p. 198-223). Em sentido similar, Victor Figueiredo questionou a ideia de “congelamento de disputas eleitorais”, destacando que ao invés de “cartas marcadas”, o processo eleitoral era “portador de uma razoável competição, com regras específicas, e com múltiplos participantes, cada com qual com suas estratégias” (FIGUEIREDO, 2017, p. 19, p. 30).

No processo de participação nas eleições, a primeira etapa, e uma das mais importantes, consistia na definição da chapa eleitoral suportada pelo partido. A atividade gerava longas discussões entre os correligionários e era sempre assunto delicado, tendo em vista que a busca pelas posições estimulava os diferentes líderes que se julgavam merecedores das melhores indicações. O processo envolvia desde as lideranças municipais, os postulantes aos cargos, seus seguidores e apoiadores, os diretórios municipais e o diretório central, todos imbuídos de ver seus nomes de preferência oficializados. Além de evitar maiores dissidências, as definições também perpassavam pela realização da leitura do momento político e a avaliação sobre aqueles mais capazes de representar os interesses partidários. Não à toa, ao longo dos anos, alguns nomes, apesar da lei orgânica vedar a reeleição, foram continuamente convocados, dentre eles, Antunes Maciel, Assis Brasil e Baptista Lusardo. A certeza em torno destas figuras, devia-se ao fato de deterem um volumoso capital político e social, o que significava respaldo eleitoral em suas bases locais e regionais, assim como contatos e prestígio na capital federal, além de serem experimentados na prática legislativa e exímios conhecedores das regras e do funcionamento do jogo político no Rio de Janeiro. Diante destas condições, dificilmente seriam alvo de questionamentos por parte dos correligionários, não teriam êxito nas urnas e possuíam menos chances de sofrer a “degola” pela Comissão de Poderes⁴⁹³. Conforme expôs o correligionário João Giuliano, “entrar em competição com o Lusardo, neste Círculo, é quase um suicídio, dado o formidável e merecido prestígio daquele grande batalhador”⁴⁹⁴. Ou ainda, segundo os argumentos de Antunes Maciel, sobre a “imprescindível” presença de Assis Brasil no congresso federal: “vale mais termos menos deputados, com o seu nome à frente da bancada, do que mais sem ele”⁴⁹⁵.

⁴⁹³ As “degolas” consistiam na prática de eliminar deputados indesejáveis ao situacionismo federal através da chamada “Comissão de verificação de poderes”, órgão dentro do próprio legislativo e responsável por reconhecer a legalidade dos candidatos diplomados.

⁴⁹⁴ Carta de João Giuliano para Assis Brasil, Cruz Alta, 14 jan. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁹⁵ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 31 jan. 1926. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Para as próprias lideranças postulantes às indicações, o nome nas listas das candidaturas significava uma posição singular. No entendimento de Antunes Maciel, sua indicação na chapa valeria “tanto quanto a posse da cadeira de deputado”⁴⁹⁶. O fato de ser lembrado e indicado pelos companheiros e referendado pela chefia por si só se tratava de uma distinção honorífica que colocava determinados nomes acima dos demais. Além disto, “ter o nome do seu candidato ou o próprio nome indicado pelo partido e sufragada pelos eleitores arregimentados era a chance de obter acesso a bens públicos e distribuí-los entre correligionários” (PINTO, 2011, p. 98).

Até o ano de 1931 a escolha dos candidatos era realizada por meio de indicações prévias dos diretórios locais ou via votação em congresso, cabendo ao DC contabilizar, ponderar e dar a palavra final. O processo também variou em decorrência das circunstâncias de cada pleito. Durante as eleições de 1924, os candidatos foram escolhidos durante o Congresso da AL através do voto secreto dos delegados municipais e a definição da comissão executiva. Nesta ocasião, foram incluindo automaticamente aqueles mais lembrados pelos delegados⁴⁹⁷ e a chapa contou com oito candidatos para a deputação federal e um para senatoria, quantia um pouco maior daquela geralmente apresentada ao longo do período. O número possivelmente se explique pela tentativa de agradar uma quantidade máxima de correligionários, diante da situação de recém fundação da AL e sua prudência em evitar dissídios com as facções e chefias internas.

Por outro lado, nos pleitos de 1927 e 1930, a opção foi por um menor número de candidatos. Em proclamação lançada em janeiro de 1927, a chefia da AL, após consultar “todos os elementos de informação dos núcleos locais e as conveniências do partido”, convocou os correligionários a sufragarem os nomes indicados pelo partido: pelo 1º distrito, Plínio Casado e Wenceslau Escobar; pelo 2º, Arthur Caetano e Baptista Lusardo; e no 3º, Antunes Maciel e Assis Brasil⁴⁹⁸. Na ocasião de 1930, o DC do PL anunciou as seguintes candidaturas: Adalberto Correa e Plínio Casado no 1º círculo; Baptista Lusardo no 2º; e Araújo Cunha e Antunes Maciel no terceiro⁴⁹⁹. A diminuição do número de candidatos deve ser compreendida, principalmente, em decorrência da estratégia de acumulação de sufrágios, prática costumeira nos grupos de oposição. A Lei Rosa e Silva previa o acúmulo de votos e à divisão distrital, ampliando as chances e o percentual de vagas ocupadas pelas minorias, tendo em vista que um mesmo eleitor poderia, por exemplo, votar três vezes no mesmo nome (FIGUEIREDO, 2017, p. 40-41). Se

⁴⁹⁶ Carta de Antunes Maciel para Fanfa, Amado, Ernesto e Viza, Pelotas, 6 fev. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁹⁷ Anotações do Congresso de São Gabriel, São Gabriel, s/d, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁹⁸ Proclamação da Comissão Executiva da Aliança Libertadora, Melo (Uruguai), 30 jan. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁹⁹ ERG, Porto Alegre, Ano 1, n. 102, 20 fev. 1929, p. 1-2.

em 1927 os libertadores encontravam-se fragilizados pelas lutas armadas e com um fraco alistamento eleitoral, logicamente cabia diminuir o número de candidatos, evitando a dispersão e concentrando votos em determinadas figuras. Apesar de ser uma estratégia perspicaz, as chapas curtas e o acúmulo de votos também possuíam riscos, como a delicada possibilidade de deixar de fora algum nome proeminente e causar dissidências no meio partidário, fato que, conforme visto anteriormente, aconteceu com Fanfa Ribas e Arthur Caetano.

Além destes aspectos, outro fator entrava em negociação e fazia parte das estratégias de definição das candidaturas: os acordos e cálculos de riscos em referência as candidaturas dos adversários. Conforme veremos na segunda parte do capítulo, a definição da chapa de 1930 perpassou por, além das nuances usuais e internas do partido, um acordo com o PRR diante do apoio a Aliança Liberal. Desta forma, a definição das jogadas empreendidas pelos libertadores também transcorria pela sondagem e avaliação dos movimentos empreendidos pelos outros concorrentes, no sentido daquilo que era exigido Antunes Maciel como o “cálculo” e “senso de oportunidade” em matéria de política.

As eleições envolviam múltiplas estratégias, agentes e interesses em disputa, o que tornava o contexto eleitoral sempre repleto de tensões e expectativas dos seus variados participantes. Neste processo, o DC escrevia aos representantes municipais solicitando a indicação de nomes seguindo um critério de distinção pela “inteligência, pela cultura, pela integridade e pelo ardor cívico” e evitando “motivos de ordem pessoal”, já que os cargos eletivos eram para os “mais capazes”. Ao órgão central cabia avaliar os nomes e pronunciar seu “*verdictum*”, levando em consideração “antes, de tudo, a interpretação do momento político”⁵⁰⁰. Os nomes sugeridos pelas lideranças locais eram geralmente noticiados pela imprensa libertadora⁵⁰¹, com isto, amplamente conhecidos e gerando expectativa na manifestação final da chefia partidária.

Refletindo sobre as candidaturas em 1924, Felipe Portinho externou a Assis Brasil sua opinião de que não fossem seguidos critérios apenas de “mérito pessoal e capacidade intelectual”, já que todos os nomes lembrados eram portadores destes atributos. Mas, diante do “reduzido número de lugares e de uma avultada plêiade de companheiros com capacidade notória”, era preciso selecionar também pela “longa tradição de serviços e sacrifícios pela causa”. Para ele, diversos itens deveriam ser ponderados: a atuação na assembleia estadual; a defesa dos “preceitos liberais”; a “estima” e “prestígio” nos municípios; os “laços de parentesco”; o “destaque no meio intelectual”; e a consideração sobre o “crescido número de

⁵⁰⁰ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 75, 20 jan. 1930, p. 3, grifo no original.

⁵⁰¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 59, 31 dez. 1929, p. 5; n. 63, 06 jan. 1930, p. 5; n. 66, 9 jan. 1930, p. 6.

companheiros” e “amigos” que seria prudente não descontentar⁵⁰². Da mesma forma, Firmino Torelly, ao elogiar os nomes escolhidos para o pleito de 1927, visualizava nos candidatos o “o grande valor representativo em o nosso meio social” e a conciliação dos “interesses” da “comunhão política”⁵⁰³.

Após o lançamento da chapa oficial, cabia ao DC justificar suas decisões. Na argumentação apareciam elementos como a dispensa “de qualquer apresentação”, os “serviços assinalados” ao partido e as características de “inteligências esclarecidas e equilibradas, culturas sólidas e brilhantes, patriotismo indesmentidos, convicções arraigadamente liberais...”⁵⁰⁴. A alegação seguia o padrão de legitimar as preferências longe de qualquer ordem pessoal ou de interesses materiais, bem como qualquer conchavo interno, destacando o desprendimento, os princípios e valores visualizados nos candidatos. Apesar disto, as chapas nem sempre eram bem recebidas. Em alguns casos resultavam em sérias divergências. Honório Lemes manifestou à Assis Brasil seu descontentamento na formação da chapa para deputação estadual de 1926: “uma chapa tão desconsertada que nem posso atribuir para que ela foi adotada, sendo que nela surgiram verdadeiros **nomes desconhecidos** em nosso partido” e “**sem nenhum serviço**”, alertando que se o fato se repetisse “na eleição para Deputado Federal”, o partido ficaria “**em frangalhos**”⁵⁰⁵.

Para compreender melhor os elementos apresentados até aqui, cabe atentar para o caso das eleições de 1930. Em carta para Raul Pilla, Assis Brasil apresentou suas considerações sobre a formação da chapa, alertando para o fato de que “**cada vaga que se abre é criado um pomo de discórdia**” e o único remédio para isto estava na “observação rigorosa” da lei orgânica, tendo em vista que “os desgostos, despeitos, decepções” eram inevitáveis mas não teriam “força para abalar os sólidos alicerces”. Segundo ele, o número de candidatos ao congresso federal deveria ser seis, já que grupo compunha “evidentemente mais de um terço do eleitorado alistado”, sugerindo dois nomes por distrito, cuidando para não haver “**preconceito algum sobre a procedência de nenhum dos membros**”, sendo prudente “**fazer que aparecessem** tanto representantes do antigo Federalismo como das outras facções juntas”. Os nomes deveriam ser ditados pelos diretórios locais, enquanto ao diretório central “fica, entretanto (e legalmente) **um grande elastério, para evitar**, por exemplo, acúmulo de candidatos em uma **região** com esquecimento de outros, preferências por **nomes de família**”

⁵⁰² Carta de Felipe Portinho para Assis Brasil, Cruz Alta, 6 mar. 1924, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁰³ Carta de Firmino Torelly para Assis Brasil, Porto Alegre, 4 ago. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁰⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 77, 22 jan. 1930, p. 3.

⁵⁰⁵ Carta de Honório Lemes para Assis Brasil, Los Pocitos, Uruguai, 28 mar. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS, grifos meus.

etc.". Sobre o fator reeleição, embora não fosse contrário, recomendava “evitar dificuldades domésticas” e em caso de empates selecionar aqueles que ainda não haviam servido. Neste quadro, indicava seus nomes de preferência: Plínio Casado, por ter “prestado dentro e fora da Câmara, serviços substanciais ao partido e é um nome nacional respeitado e acatado”; Baptista Lusardo, “bravo na luta armada e tem sido no Parlamento uma figura empolgante, inspirando ao mesmo tempo simpatia e respeito ao próprio adversário”; e Raul Pilla, como chefe do Partido “não pode ficar de fora” e seus conselhos seriam fundamentais no Rio de Janeiro. O restante dos nomes deveria ser de modo a haver dois federalistas e dois democratas diante do “**mérito e a conveniência partidária**”⁵⁰⁶.

Após ouvir os conselhos de Assis e as sugestões dos diretórios municipais, o DC publicou sua decisão final acompanhada de uma nota explicativa. No caso do primeiro círculo, Raul Pilla recebeu 13 indicações, Raymundo Gonçalves Vianna 11, Wenceslau Escobar 6, Adalberto Correa e Edgar Schneider 5 cada. Tendo em vista o conhecimento prévio sobre a recusa de Vianna e o fato de Schneider já atuar como deputado estadual, o DC escolheu Pilla (o mais votado), e teve de optar entre Escobar e Correa, tendo escolhido o último em uma votação interna. Nas definições do segundo círculo, a seleção foi simples, decidindo por apenas um candidato: Baptista Lusardo, alvo de 24 indicações e muito acima de qualquer outro nome. A situação do terceiro distrito foi mais complexa: a primeira escolha recaiu sobre Antunes Maciel, o mais indicado (24); para a segunda vaga optou-se pela exclusão de Demétrio Xavier, segundo nome mais indicado (12), em decorrência de intrigas com outros correligionários, restando a definição entre Barros Cassal (8 votos) e Araújo Cunha (7 votos), decidindo-se pelo último⁵⁰⁷.

É possível perceber que, para além das indicações municipais, havia uma intervenção do diretório central na decisão final. Em determinadas ocasiões não bastava ter os votos da maioria pelo interior do estado, era preciso o consentimento dos pares que ocupavam os postos da chefia estadual. A atitude do DC era justificada pelas funções do órgão em “corrigir” o que as “indicações preliminares possam ter de inconsulto ou **inconveniente aos interesses do Partido**”⁵⁰⁸. Na definição interna protagonizada pela chefia, entrava em cena uma série de aspectos que iam muito além da justificativa oficial: o currículo e os méritos de cada correligionário; as intrigas e afinidades pessoais que eram “convenientes” ou “inconvenientes”;

⁵⁰⁶ Carta de Assis Brasil para Raul Pilla, Pedras Altas, 8 jan. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁰⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 87, 3 fev. 1930, p. 3.

⁵⁰⁸ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 79, 24 jan. 1930, p. 3, grifo meu.

o discernimento para evitar dissídios e contentar diferentes procedências partidárias; o peso de determinadas famílias; as origens regionais, etc.

Os nomes escolhidos em 1930 causaram ampla repercussão. A imprensa do Rio de Janeiro recebeu com surpresa a exclusão de Assis Brasil e Plínio Casado⁵⁰⁹. A ausência de Demétrio Xavier, preterido internamente pelo DC, causou críticas por parte dos correligionários de Dom Pedrito que gostariam de ver seu chefe local na lista, muito embora, o próprio postulante tenha tratado de amenizar as dissidências⁵¹⁰. Os correligionários de Caxias do Sul questionaram o desrespeito ao preceito de rotatividade com os casos de Plínio Casado e Baptista Lusardo. Em resposta, Raul Pilla argumentou que Casado foi excluído por não ter recebido nenhuma indicação dos diretórios municipais e não pela questão da reeleição, enquanto a repetição de Lusardo era justificada pela unanimidade em torno de seu nome⁵¹¹. As polêmicas em torno do caso levaram o jornal partidário a manifestar-se oficialmente sobre o tema. Em artigo, argumentou que os nomes eram escolhidos pelos diretórios municipais e o DC apenas reunia as indicações e escolhia os “mais capazes de satisfazer a conveniência partidária”. Caberia aqueles que desejavam a presença de Casado ter influído “junto aos diretórios municipais”. Para solucionar o assunto, o órgão confessou uma estratégia empreendida por Raul Pilla nos bastidores: já disposto a não aceitar a sua própria candidatura e desejando a inclusão de Casado, Pilla protelou sua renúncia para depois da reunião do diretório, tendo em vista que se a fizesse naquele momento acabaria substituído por algum outro nome arrolado nas indicações prévias. Em outras palavras, buscou agir “de maneira a tornar possível, dentro das normas partidárias a apresentação *extraordinária* do sr. Plínio Casado”⁵¹². Posteriormente, a renúncia foi oficializada e o DC consultou os diretórios municipais à respeito da aceitação do substituto⁵¹³.

A questão sugere que escolha dos candidatos era tão problemática, que nem mesmo o jornal do partido, espaço de transmitir coesão e uniformidade de pensamento e ação, era capaz de esconder as querelas. O “*ERG*” publicou ainda uma série de outros artigos debatendo os critérios da direção e a necessidade de disciplina entre os correligionários. Em um deles, os redatores criticaram o “critério localista” de membros que acreditavam ser um “direito” ter o candidato de sua localidade incluído⁵¹⁴. Da mesma forma, censuravam “os personalismos”, destacando que as pessoas possuíam “uma importância secundária”, frente aos princípios e

⁵⁰⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 79, 24 jan. 1930, p. 3.

⁵¹⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 82, 28 jan. 1930, p. 3.

⁵¹¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 79, 24 jan. 1930, p. 3.

⁵¹² *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 80, 25 jan. 1930, p. 3.

⁵¹³ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 83, 29 jan. 1930, p. 1; n. 84, 30 jan. 1930, p. 1; n. 86, 1 fev. 1930; n. 87, 3 fev. 1930, p. 1; n. 88, 4 fev. 1930, p.1; n. 89, 5 fev. 1930, p. 1; n. 90, 6 fev. 1930, p.1; n. 102, 20 fev. 1930, p. 1.

⁵¹⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 86, 1 fev. 1930, p. 3.

objetivos de interesse público⁵¹⁵. Neste sentido, questionavam se o PL seria “uma agremiação de princípios ou uma agremiação de pessoas?”⁵¹⁶. Cabia aos correligionários a “observação da disciplina partidária” e o acatamento “das deliberações legitimamente assentadas”⁵¹⁷.

Em paralelo a definição das candidaturas e dos apoios e alianças eleitorais, ocorria a mobilização do eleitorado e a propaganda dos aspirantes. O primeiro passo residia no alistamento dos eleitores. Esta etapa era crucial para o sucesso nas urnas, na medida que apenas através dela era permitido exercer o voto, assim como oferecia uma prévia da quantidade de sufrágios que cada partido poderia contar, daí a grande preocupação em providenciar tudo em torno da sua realização. Para o alistamento era necessário comprovar saber ler e escrever e atestar maioridade civil, e após a Lei Rosa e Silva de 1904, atestar residência no local. O processo legal cabia ao juiz de direito municipal, figura geralmente contaminada pelas disputas partidárias locais. Daí decorriam as dificuldades e facilidades encontradas por diferentes grupos para alistar seus correligionários, na medida em que o controle sobre esta etapa significava um primeiro momento de luta entre governistas e oposicionistas (RICCI; ZULINI, 2016, p. 202-206). O processo de alistamento perpassava, principalmente, pela atuação dos centros e correligionários envolvidos na inscrição dos eleitores. Para isto, a chefia partidária sugeria a nomeação de responsáveis por cuidarem permanentemente das inscrições em cada localidade, “fazendo incluir os nossos e requerendo a exclusão dos adversários indebitamente alistados”. Para atingir este objetivo era fundamental o caixa partidário e Assis Brasil sugeria que cada libertador, “homem ou mulher”, fornecesse sua contribuição, tendo em vista que para a vitória da causa dois quesitos eram fundamentais: “fazer eleitores e fundos”⁵¹⁸.

Nos preparativos para as eleições de 1930, Baptista Lusardo chamou atenção para o momento único e a “magnífica oportunidade” para a ampliação do alistamento eleitoral diante do otimismo e mobilização política da conjuntura. Em sua compreensão, a preocupação principal deveria ser apenas uma: “**qualificar, qualificar, qualificar.**”⁵¹⁹. No mesmo sentido, Firmino Torelly avaliou que “o entusiasmo no momento é sempre o melhor fator de boas qualificações”⁵²⁰, e boas qualificações significavam bons resultados nas urnas. O processo de alistamento demandava recursos financeiros e humanos, além da dependência de momento de

⁵¹⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 81, 27 jan. 1930, p. 3.

⁵¹⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 87, 3 fev. 1930, p. 3.

⁵¹⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 91, 7 fev. 1930, p. 3.

⁵¹⁸ À Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, *Memorandum-Circular* por Assis Brasil, Melo (Uruguai), 15 mai. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵¹⁹ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 28 jul. 1929. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS, grifo no original.

⁵²⁰ Carta de Firmino Torelly para Assis Brasil, Porto Alegre, 4 ago. 1927.

entusiasmo e mobilização dos adeptos. Na medida em que, alistamentos ruins eram sempre vistos como a principal causa de fracasso. Os anúncios repetidamente veiculados na imprensa enfatizavam a sua relevância: “Como rio-grandense, tens o dever de ser com cidadão. Como bom cidadão, tens que ser eleitor. ALISTA-TE e VOTA...”⁵²¹; “Não basta que o atual momento cívico te empolgue. Não é suficiente que o teu entusiasmo se traduza em palavras. Antes de mais nada ALISTA-TE para que possas votar”⁵²². Os prazos de inscrição também eram supra destacados: “se não tiveres obtido tua inclusão até esta data, não poderás votar [...] e assistirás de braço cruzado a grande pugna cívica”⁵²³; “Dirija-se, SEM PERDA DE TEMPO, aos centros de alistamento”, “Não hesites, pois, um instante, rio-grandense. Trata de te qualificar enquanto ainda podes fazê-lo. Não te tornas, voluntariamente, indigno da glória imortal do civismo gaúcho”⁵²⁴. No caso das eleições de 1930, o entusiasmo do momento e o trabalho conjunto de libertadores e republicanos apresentou um resultado inédito na história do Rio Grande do Sul, tendo sido incluídos mais de 350 mil eleitores no processo de alistamento⁵²⁵.

As edições diárias da imprensa também alertavam para que os cidadãos “à véspera da batalha”, examinassem “o estado de suas armadas: verifica se possuis o seu título eleitoral” ou solicite a segunda via⁵²⁶. Para evitar confusão divulgava-se constantemente os candidatos oficiais a serem sufragados em cada círculo eleitoral⁵²⁷, os centros de informações nos quais os poderia se obter informações⁵²⁸ e orientava-se sobre o trabalho dos mesários⁵²⁹. Além disso, a imprensa também servia na divulgação da realização de comícios públicos, meetings internos em centros partidários, banquetes de homenagens a políticos, agendamento para a acolhida de candidatos no cais do porto e manifestações de apoio no espaço urbano. Todas estas atividades faziam parte de uma ampla mobilização e articulação empreendida durante os pleitos eleitorais.

As mobilizações igualmente perpassavam pelo acionamento e atuação das chefias no âmbito municipal. Camilo Mércio, liderança federalista em São Gabriel, em carta para Fernando Abbot, garantia que ele e seus “amigos” estavam dispostas a assumir qualquer “deliberação que for tomada” em relação aos candidatos, não estando dispostos a “alistar entre aqueles que, porventura, possam criar embaraços e dificuldades a Comissão Executiva”⁵³⁰.

⁵²¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 16, 8 nov. 1929, p. 8.

⁵²² ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 17, 9 nov. 1929, p. 1.

⁵²³ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 16, 8 nov. 1929, p. 12.

⁵²⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 51, 20 dez. 1929, p. 8-9.

⁵²⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 102, 20 fev. 1930, p. 8.

⁵²⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 86, 1 fev. 1930, p. 5.

⁵²⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 90, 6 fev. 1930, p. 1; n. 91, 7 fev. 1930, p. 2; n. 102, 20 fev. 1930, p. 1.

⁵²⁸ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 98, 15 fev. 1930, p. 5.

⁵²⁹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 90, 6 fev. 1930, p. 1.

⁵³⁰ Carta de Camilo Mércio para Fernando Abbot, São Gabriel, 31 mar. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Lafayette Cruz relatava que Fidêncio Mello Filho estava “disposto a ir até Palmeira, para tentar arregimentar a nossa gente lá”, já que “dispõem lá de bons amigos e é pessoa de estima e confiança do nosso bravo e abnegado Leonel Rocha”. Com isto, solicitava que Assis lhe escrevesse uma carta com autorização para facilitar o trabalho com os eleitores. Da mesma maneira, Antunes Maciel destacava a figura de Urbano Garcia em Pelotas, “é o nosso chefe local, o que mais gente leva as urnas⁵³¹”.

Com a proximidade do dia do pleito tratava-se de convocar os eleitores para o comparecimento nas urnas. Não bastava alistar e mobilizar, era preciso garantir a presença no dia da votação, já que o ato não era obrigatório. Em convocação, o jornal “*ERG*” salientava: “Um voto? Que é um voto? É um passo dado no caminho da regeneração nacional [...] não há desculpas para quem se deixar ficar em casa no dia 1º de março. Concidão! Cumpre o teu dever...”⁵³². Às vésperas da votação, a mensagem era intensificada:

Libertadores, a postos, pela redenção da República! Votai em Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice-presidente da República; votai, para deputados federais, em Adalberto Corrêa e Plínio de Castro Casado; em João Baptista Lusardo; e em Francisco Antunes Maciel e Alberto de Araújo Cunha, respectivamente no 1º, 2º e 3º distritos eleitorais em que se divide o Estado⁵³³.

Apesar de não obrigatoriedade do voto, os libertadores insistiam no “ato cívico” da participação, um dever de todos aqueles que desejavam mudanças. Era preciso convencer os eleitores da importância e da segurança em comparecer às urnas e fazer valer sua opinião. Na medida em que o “bom libertador” era aquele que, além de estar alistado, “suportava a chapa do partido” em todos os pleitos.

Apesar dos esforços empreendidos nestas etapas, também havia múltiplos problemas e dificuldades. Em circular lançada em junho de 1924, a direção da AL incentivou os correligionários a concorrerem nas eleições municipais, como uma “obrigação cívica indeclinável”, mas, respeitava as abstenções em casos de violências extremas e faltas de garantias diante da “imoralidade, da coação, do bico de pena”⁵³⁴. No contexto de 1927, a grande maioria dos correligionários era pessimista e considerava inviável a participação devido à situação conturbada em muitos municípios⁵³⁵. Neste sentido, a AL de Santo Ângelo considerou que concorrer as urnas seria “expormos com toda a certeza nosso partido e nossos candidatos a

⁵³¹ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 22 jul. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵³² *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 106, 25 fev. 1930, p. 1.

⁵³³ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 109, 29 fev. 1930, p. 2.

⁵³⁴ Circular N. 2 - As Juntas Municipais por Assis Brasil pela Comissão Executiva da Aliança Libertadora, Pedras Altas, 20 jun. 1924. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵³⁵ Carta da AL de Dom Pedrito para Edmundo Berchon, Dom Pedrito, 1 ago. 1927; Carta da AL de Bagé para Edmundo Berchon, Bagé, 26 jun. 1927; Carta da AL de Rio Grande para Edmundo Berchon, Rio Grande, 28 jul. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

um inevitável fiasco”⁵³⁶. O correligionário Antônio de Mello alertou que em alguns distritos “a eleição é humanamente impossível”, tendo em vista os casos de “espancamentos, assalto a propriedade e assassinatos”, levando os eleitores a “abdicar ideias ou abandonar lares”⁵³⁷.

Assis Brasil reconheceu que a maioria dos correligionários era contrário ao comparecimento, porém confiava nas forças libertadoras capazes de eleger representantes para combater “eficazmente os abusos dos usurpadores”⁵³⁸. Da mesma forma, Gabino Fonseca e seus companheiros porto-alegrenses entendiam que, embora dificilmente atingissem uma ampla votação, o grupo não deveria ficar “sem representação” que permitisse “falar constantemente ao país”⁵³⁹. Por sua vez, Antunes Maciel destacou que seus companheiros de Pelotas, “apesar do desanimo [...] começaram a trabalhar e darão o mais que puderem, em sufrágio, sem embargo das profundas dificuldades”⁵⁴⁰, mas, alertava que as urnas, “longe de esmaltar o nosso prestígio” poderiam “patenteiar um sufrágio pobre, desestimulante...”⁵⁴¹. Com visão diferente, Adolpho Pena e seus companheiros de Caxias do Sul eram otimistas e julgavam proveitoso comparecer às urnas, dada a relevância da criação do “habito do eleitor em cumprir esse elementar dever das democracias” em “familiarizar-se com o exercício do voto”, assim como de “conservar a disciplina partidária e intensificar o alistamento eleitoral (o que só em vésperas de eleições se costuma fazer)” e a possibilidade de “manter sempre viva, no espirito de todos, a ideia de uma vitória”⁵⁴².

O desanimo dos correligionários estava vinculado, principalmente, ao problema das fraudes e falta de garantias ao eleitorado, cenário recorrente nos municípios do interior do estado. De acordo com os estudos de Joseph Love e Helgio Trindade, a fraude e a violência política aumentaram dramaticamente durante os anos de 1920 (LOVE, 1971, p. 141; TRINDADE, 1979, p. 154). Na cidade de Bagé, por exemplo, os libertadores publicaram um relatório sobre todas as dificuldades encontradas: alistamentos irregulares por parte do situacionismo através do uso de atestados falsos de maioria; o sumiço dos livros de qualificação quando opositoristas desejavam se inscrever; uso de grupos armados para ameaçar e coagir eleitores; promessas de remissão de impostos para ganhar votos; rondas de

⁵³⁶ Carta da AL de Santo Ângelo para Alexandre Lisboa, Santo Ângelo, 1 ago. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵³⁷ Carta de Antonio V. de Mello para Assis Brasil, Cruz Alta, 1 fev. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵³⁸ Carta de Assis Brasil para Fanfa Ribas, Melo (Uruguai), 2 ago. 1926.

⁵³⁹ Carta de Gabino Fonseca para Assis Brasil, Porto Alegre, 27 jan. 1927. Arquivo Assis Brasil,

⁵⁴⁰ Carta de Antunes Maciel para Fanfa, Amado, Ernesto e Viza, Pelotas, 6 fev. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁴¹ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 22 jul. 1927, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁴² Carta da Aliança Libertadora de Rio Pardo para Assis Brasil, Rio Pardo, 9 ago. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

tropas armadas próximas as sessões eleitorais; e autoridades facilitando “aos mortos e ausentes votarem”⁵⁴³.

De maneira geral, as eleições representavam esta ambiguidade entre os anseios, a necessidade e as dificuldades. Por um lado, se fazia necessário manter a representação no congresso federal e garantir presença na política nacional, assim como os pleitos eram oportunidade de denunciar as mazelas do sistema e as supostas arbitrariedades dos adversários, além de configurarem um momento único para ventilar ideias, projetar lideranças e mobilizar adeptos, aspectos que resultavam diretamente no crescimento e consolidação do partido. Por outro lado, concorrer as urnas também significava gasto de recursos materiais, possibilidades de rupturas e dissídios internos e a deflagração de momento de violências frente aos adversários. Ademais, participar de um pleito com suas conhecidas limitações poderia resultar em derrotas acachapantes, aspecto que, conseqüentemente, ocasionaria em desânimo, desmobilização e desmoralização dos correligionários.

Os resultados eleitorais nem sempre saíam de forma positiva aos libertadores, embora o grupo tenha apresentado uma trajetória ascendente em número de votos e eleitores ao longo do período (TRINDADE, 2004, p. 59-66), modificando o quadro de confrontos até então desiguais entre oposições e PRR durante as primeiras décadas republicanas no Rio Grande do Sul. Nas palavras de João Neves da Fontoura, “dali em diante a luta cresceria em aspereza” e os libertadores disputariam “todas as oportunidades” para derrotar o grupo de Borges de Medeiros (FONTOURA, 1958, p. 314). Neste cenário, o PL conquistou o poder em alguns municípios, dentre eles, Dom Pedrito, Taquara e São Gabriel, ou ao menos, pressionou os republicanos a partilharem dos postos, como no caso de Bagé. Em nível federal, embora tenham constantemente se amparados na cláusula das minorias para garantir sua presença no congresso, mantiveram constante sua representação. O espaço adquirido através da eleição e atuação de seus parlamentares foi peça chave na atuação e projeção do grupo.

O prestígio eleitoral crescente também serviu para garantir o número de votos prometidos pelos gaúchos à Aliança Liberal. Em comunhão, PL e PRR garantiram mais de 300 mil votos a Getúlio Vargas, em uma cifra muito acima do esperado (LOVE, 1971, p. 250). De acordo com o jornal libertador, de maneira aproximada, libertadores teriam garantido 82 mil votos e republicanos 190 mil, além de outros 20 mil votos daqueles não identificados com nenhum partido⁵⁴⁴. Se o número não serviu para dar a vitória nas urnas, auxiliou no argumento

⁵⁴³ Relatório de Carlos Brasil sobre eleições na cidade de Bagé, Bagé, 22 mar. 1927. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁴⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 113, 6 mar. 1930, p. 3.

em torno de um suposto anseio popular por mudanças, aspectos que legitimou a opção por um golpe armado. Ademais, o expressivo número contribuiu para demonstrar aos políticos do sul a força que possuíam na união, assim como a importância em manter viva essa aliança para atingirem objetivos em comum. Tema para debate na segunda parte do capítulo.

3.2. O “milagre da união sagrada”: a aliança com o Partido Republicano Rio-Grandense e a atuação da Frente Única

O ano de 1929 significou um momento singular em que libertadores e republicanos, tradicionais adversários, superaram suas velhas divergências e realizaram um acordo inédito em prol da candidatura de Getúlio Vargas, “uma aliança tão surpreendente que foi chamada de milagre” (ANTONACCI, 1981, P. 44-45). Para compreender este acontecimento, uma reflexão de Assis Brasil serve como porta de entrada:

Não insultemos o adversário, não vilipendamos o inimigo de hoje: ele é a **matéria prima de que daremos o amigo de amanhã; não há uma linha de separação** de um lado da qual estejam todos os compatriotas bons – e do outro todos os maus⁵⁴⁵.

A máxima de que inimigo de hoje poderia se tornar o amigo de amanhã era partilhada por diversos políticos da época: Arthur Bernardes defendia que em política inexistiam “inimizades definitivas” (CARNEIRO, 1977, p. 252), enquanto Getúlio Vargas ficou conhecido pela hábil leitura sobre a importância de aproximações com adversários projetando futuras combinações (LOVE, 1975, p. 236; CORTÉS, 2007, p. 42). Em 1929, PL e PRR viveram na prática estas avaliações. Em linhas gerais, a união considerada tanto por contemporâneos quanto por alguns estudiosos como algo “impossível de se concretizar”, tratou-se, inicialmente, de uma aliança político-eleitoral visando o apoio coletivo a Aliança Liberal. Todavia, sua existência foi sendo prolongada e atualizada conforme os lances conjunturais da política: após a derrota nas urnas manteve-se ativa para a realização da revolta de 1930 e para a organização do governo provisório; em seguida, foi reatualizada e modificada com seu paulatino deslocamento para a oposição durante os anos de 1930.

A coligação ocorreu poucos anos após os dois grupos se colocarem em campos opostos de luta armada durante o conflito estadual de 1923 e os lances tenentistas de 1924-1926. Além disto, conforme amplamente destacado pelos analistas e já observado nos capítulos anteriores, existiria um contundente “fosso ideológico” dividindo os dois blocos políticos. Diante destes aspectos, como explicar esta união? O que levou as lideranças de ambos os partidos, calejadas

⁵⁴⁵ Assis Brasil – Pensamentos, sem data e sem local, grifo meu. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

em ataques mútuos na imprensa, nas tribunas, em revoltas e nas urnas, a realizarem uma aliança? De que forma foi possível manter este acordo por durante tantos anos? Como foram contornados dissídios e justificado estes posicionamentos? As respostas para estas perguntas são peças fundamentais para a compreensão da atuação do Partido Libertador e do *modus operandi* de suas lideranças.

Para compreender a FU é preciso retroceder alguns anos antes do lançamento da Aliança Liberal, tendo em vista a importância do histórico de articulações políticas empreendidas internamente no Rio Grande do Sul ao longo das primeiras décadas do regime republicano. Apesar da relação conflituosa entre PRR e grupos de oposição, não era necessariamente uma novidade a aproximação entre eles, ou pelo menos a tentativa dela. No ano de 1892, o chefe federalista Silveira Martins e o líder do PRR Júlio de Castilhos, por intermédio de um amigo em comum, reuniram-se com o intuito de pacificar o estado. Durante o encontro, ambos estipularam suas propostas, Silveira Martins, por exemplo, sugeriu que fosse elaborada uma nova constituição estadual, “fazendo as ideias de um e outro **concessões**”. O encontro acabou fracassando e o federalista teria declarado uma das frases mais marcantes da política gaúcha: “**ideias não são metais que se fundem**” (FRANCO, 2013, p. 150-152, grifos meus). Além disto, dissidentes republicanos, após o rompimento com a chefia do PRR, constantemente buscaram se articular com outros grupos políticos e formular novas alianças (SACCOL, 2019, p. 177-179). No grupo libertador é possível identificar diversos próceres com passagem pelo situacionismo, dentre eles, Arthur Pinto da Rocha, Assis Brasil, Fernando Abbot e Plínio Casado. Estes aspectos sugerem que talvez o fosso que dividia os “dois lados” da política não fosse tão contundente assim, e as fronteiras que dividiam as agremiações sofriam de fluxos migratórios constantes.

Conforme visto no primeiro capítulo, para diversos estudiosos, o Pacto de Pedras Altas significou o início de um processo de “reconciliação oligárquica” e abriu as portas para entendimentos posteriores. Da mesma maneira, um dos principais aspectos identificados como responsável pelo apaziguamento político residiu na substituição de Borges de Medeiros por Getúlio Vargas no governo do estado, renovando os quadros do poder e permitindo a construção de relações mais amistosas com os opositoristas (LOVE, 1975, p. 242; PESAVENTO, 1979, p. 225; TRINDADE, 1979, p. 166-167; NOLL, 1980, p. 23-24; FÉLIX, 1987, p. 157-158; GRIJÓ, 1998, p. 200). Segundo Joseph Love, foram diversos os avanços promovidos por Vargas no governo estadual: obtenção de concessões econômicas do governo federal; aumento da produção; criação do Banco do Rio Grande do Sul; instrumento de concessão de crédito aos charqueadores etc. Aliado a isto, encontra-se a pacificação política através de concessões aos

libertadores, com a garantia de eleições honestas em municípios em que estes eram fortes e convite para visitá-lo no palácio do governo, algo nunca jamais cogitado por Borges de Medeiros (LOVE, 1975, p. 24, p. 238-241);

Outro tópico importante bastante lembrado pela historiografia refere-se a ascensão de uma nova geração de políticos no contexto da Aliança Liberal (LOVE, 1975, p. 233-234; TRINDADE, 1979, p. 169; ABREU, 1996, p. 20-21; GRIJÓ, 1998, p. 190-191; VISCARDI, 2012, p. 300-301). A grande maioria dos pesquisadores vislumbrou este protagonismo na chamada “geração de 1907” ou “segunda geração de republicanos” do PRR. Nesta ótica, o modo de fazer política assumido por figuras como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e outros teria sido um fator decisivo, aspectos que contribuíram na realização de um entendimento com o PL e na participação dos gaúchos no movimento liberal. No entendimento aqui proposto, além de considerar a relevância do papel exercido pelas novas lideranças no PRR, se faz igualmente necessário incluir neste processo as novas figuras libertadoras. Nomes como Baptista Lusardo, Antunes Maciel e Raul Pilla também se encontravam na linha de frente do seu partido e apresentaram uma atuação destacada neste processo. Da mesma maneira que seus novos aliados, os “jovens libertadores” pareciam não se preocupar em estabelecer e utilizar combinações com antigos adversários para atingir objetivos e interesses conjunturais.

Para muitos estudiosos, estas novas lideranças teriam assumido as rédeas da política dos seus partidos em substituição as velhas lideranças como Borges de Medeiros e Assis Brasil. Segundo Grijó, o acordo foi implementando por “novas lideranças emergentes de ambos os lados que passaram a circular principalmente em torno de Getúlio Vargas” (GRIJÓ, 1998, p. 199). Conforme veremos a seguir, embora não estivessem no centro das negociações daquele movimento, os dois velhos chefes permaneceram exercendo influência e muitas das decisões passando por sua aprovação.

Além destes aspectos é preciso ter em mente as nuances da política do Rio Grande do Sul em relação ao cenário nacional. Um ponto fundamental diz respeito ao fortalecimento das suas bancadas de deputados. Além da tradicional presença do PRR, a década de 1920 representou o comparecimento constante de representantes do PL na câmara federal. Os libertadores, aliados a democráticos paulistas e outros parlamentares de oposição ao Catete, demarcaram seus posicionamentos e passaram a fazer cada vez mais barulho no cenário nacional. Por seu turno, o PRR manteve sua forte bancada, uma das mais numerosas do país e com quadros passando por um processo de renovação. Esta situação significou o fortalecimento político do Rio Grande do Sul como um todo, além da construção de relações pessoais que se

toraram decisivas, como por exemplo, os laços de amizade estabelecidos entre Vargas e Lusardo. Conforme expõem Helgio Trindade, a nova geração do PRR possuía uma experiência de convivência com a oposição na Assembleia e uma concepção política, “se não menos autoritária que seus líderes, pelo menos mais liberta no que se refere a possibilidade de existência e manifestação das oposições” (TRINDADE, 1979, p. 169).

O histórico de participação dos gaúchos nos processos de sucessão presidencial também merece consideração. Apesar de Rio Grande do Sul não ter “feito” nenhum presidente, contribuiu e forneceu apoio em diversas ocasiões para fazê-lo. Esta posição peculiar, além de fazer dos políticos do estado uma espécie de “fiel da balança”, também contribuiu para a construção da expectativa de que em algum momento sua hora chegaria. Finalmente, no término dos anos 1920, o Rio Grande havia “encontrado a sua vez” (CAMARGO, 1980, p. 23). Além disto, é preciso considerar as críticas à condução de Washington Luís e seu PRP do processo de sucessão, descontentando, principalmente, as lideranças de Minas Gerais. A quebra das regras do processo sucessório causada pelo chefe do executivo descontentou as lideranças oligárquicas e reconfigurou o cenário do poder, tendo em vista que, conforme salientou Cláudia Vscardi, um dos momentos mais delicados do sistema político na Primeira República encontrava-se nos pleitos de sucessão presidencial, contexto que demandava arranjos e obedecia um conjunto informal de regras e de princípios norteadores compartilhados pelos integrantes do jogo político (VISCARDI, 2012, p. 50-51).

Estes diferentes fatores culminaram com as articulações promovidas por setores políticos descontentes com a candidatura do paulista Júlio Prestes e na formação da Aliança Liberal. Neste contexto, uma das principais bases de sustentação da empreitada liberal esteve na Frente Única formada no Rio Grande do Sul.

3.2.1. Costurando acordos e contornando dissídios: novas alianças e velhas divergências em Frente Única

Um dos mecanismos centrais nas negociações para a formação da Frente Única foram os encontros e acordos promovidos pelas suas principais lideranças. Os primeiros esforços neste sentido podem ser visualizados nas articulações protagonizadas pelos deputados federais entre os meses de junho e julho de 1929. Os parlamentares promoveram reuniões, trocaram ideias e manifestaram-se publicamente sobre a possibilidade de uma candidatura de oposição e que contasse com a solidariedade de PL e PRR. De acordo com os relatos de João Neves da Fontoura, “na primeira linha dos que preconizaram vantagens de uma aproximação” estava Baptista Lusardo. O deputado libertador acreditava que a exclusão do Rio Grande do Sul do

poder federal devia-se à sua divisão interna. Durante sua estadia na câmara federal nos anos 1920, se “afeiçoou ao Sr. Getúlio Vargas” e passou “ostensivamente à propaganda da necessidade de fazerem causa comum”. Conforme narra o republicano, Lusardo possuía uma estratégia perspicaz para aproximar os dois grupos: em viagens a Porto Alegre, visitava Vargas no palácio do governo, “se demorando em longas charlas” e, em seguida, fazia questão de passar na redação do jornal “*Correio do Povo*” para dar publicidade a conversa (FONTOURA, 1963, p. 301-302). Segundo os relatos do próprio Lusardo, no congresso federal estreitou seus laços com o amigo republicano, prática que seus correligionários tinham conhecimento (CARNEIRO, 1977, p. 253). Por sua vez, Vargas também tratou de “diluir aquelas prevenções recíprocas” e amenizar as relações com os adversários. O “namoro” promovido com os libertadores consistia em pequenas atitudes, como enviar representantes do governo para cumprimentar deputados que chegavam a capital, recebê-los cordialmente no palácio etc. (FONTOURA, 1963, p. 301-302).

Em meados de 1929 as conversações entre libertadores e republicanos adquiriram contornos mais expressivos. A partir das negociações iniciadas pelas lideranças de Minas Gerais⁵⁴⁶ em torno da sucessão presidencial, os deputados de PRR e PL passaram a promover encontros e discutir a possibilidade da candidatura de um nome saído dos seus quadros. Em um destes casos, Lusardo encontrou Flores da Cunha no Rio de Janeiro para debater a ação conjunta de suas bancadas e uma possível aceitação dos libertadores de um candidato oriundo do PRR⁵⁴⁷.

Em carta para Assis Brasil, o deputado libertador descreveu suas articulações com deputados do PRR e PRM. Segundo ele, uma candidatura proveniente destes grupos assumiria o compromisso da anistia e do voto secreto, muito embora os republicanos ainda tivessem uma, segundo suas próprias palavras, “cocegzinha” em aceitar o tema. Diante destes postulados, acreditava que os pontos de vista dos libertadores sairiam “vitoriosos”, elemento que por si só justificaria uma atitude do partido em adotar a candidatura liberal. No seu entendimento, o momento político era excepcional para os correligionários e nenhum outro serviço seria maior que os benefícios de concorrer com o “extraordinário e justificado prestígio para a frente única do nosso Estado”⁵⁴⁸.

Na mensagem destaca-se as concessões doutrinárias que os republicanos estariam supostamente dispostos a fazer em troca de apoio. De acordo com Carlos Cortés, ainda que o

⁵⁴⁶ As articulações iniciais da Aliança Liberal foram protagonizadas por Minas Gerais através de, principalmente, a figura de Antônio Carlos e os deputados da bancada mineira na câmara federal. Virgílio de Mello Franco narrou as articulações através do seu livro de memórias (FRANCO, 1980).

⁵⁴⁷ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 172, 23 jul. 1929, p. 1.

⁵⁴⁸ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

voto secreto subvertesse “a santificada doutrina de Castilhos do voto público e das eleições supervisionadas”, apesar disso, “de um dia para o outro, os partidários de Castilhos transformaram-se em fervorosos democratas constitucionalistas” (CORTÉS, 2007, p. 44-45). Segundo aponta Cláudia Viscardi, as medidas incorporadas pela Aliança não poderiam ser recusadas pelas lideranças mais tradicionais, “sob pena de não agregar amplo leque de adesões” (VISCARDI, 2012, p. 308). Como consequência, os libertadores acabaram se tornando o “fator decisivo na definição do perfil ideológico” assumido pela plataforma liberal (CAMARGO, 1980, p. 26).

Em seguida, o deputado libertador e algumas lideranças do PRR reuniram-se com as chefias de Minas Gerais nas dependências do Hotel Glória no Rio de Janeiro. Após o encontro, Lusardo declarou à imprensa que seu estado natal, “dentro de uma unanimidade moral e política”, marcharia “**unido num só bloco indivisível** para a conquista dos ideais nacionais” e que o momento não permitiria vacilações, não havendo “mais partidos em jogo, mas tão somente **esta causa sagrada para nós: o Rio Grande do Sul**”. Questionado se o PL havia estabelecido condições para o acordo, afirmou que seus partidários não se “moviam por interesses pequeninos” e as conversações ocorriam no “**terreno superior das ideias**”⁵⁴⁹. O mesmo encontro também reuniu representantes dos democráticos paulistas em conversa com João Neves e Osvaldo Aranha. Neste diálogo, os grupos chegaram à conclusão de que não havia “**incompatibilidade alguma entre os programas**” do PD e da Aliança Liberal⁵⁵⁰.

Em meio a estas negociações, outro encontro no Rio de Janeiro reuniu dois velhos amigos apartados pelos conflitos no âmbito regional: Adalberto Correa e Flores da Cunha. O libertador realizou uma visita ao deputado do PRR em sua residência no Hotel Glória. Chegando lá, teria sido recebido com surpresa e declarado de forma emocionada que apenas “o Rio Grande nos reconciliaria”. Em seguida, os dois teriam se abraçado e chorado. De acordo com o jornal “*Correio do Povo*”, “se alguma coisa se pudesse dizer da união dos rio-grandenses, nesta hora, este fato bastaria, como de maior eloquência”⁵⁵¹.

Este contexto de aproximação também foi caracterizado pela construção de uma sintonia de tomadas de posição entre os parlamentares. No âmbito federal, os deputados se manifestaram favoráveis a concessão da anistia aos rebeldes exilados e comunicaram a Vargas sua atitude: “os representantes do Rio Grande do Sul, **sem distinção de cores partidárias** [...] têm nessa

⁵⁴⁹ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 178, 30 jul. 1929, p. 1, grifos meu.

⁵⁵⁰ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 179, 31 jul. 1929, p. 1-2, grifos meu.

⁵⁵¹ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 178, 27 jul. 1929, p. 10-11.

conjuntura **uma só opinião e uma só voz**⁵⁵². Com a mesma harmonia, os representantes passaram a atuar na câmara estadual, como nas opiniões de Edgar Schneider e Othelo Rosa⁵⁵³ ou nas visitas coletivas de representantes no palácio do governo⁵⁵⁴.

No Rio Grande do Sul, Francisco Antunes Maciel passou a estabelecer encontros com Getúlio Vargas. De acordo com o libertador, através de um relato concedido a João Neves da Fontoura, ele foi surpreendido com um chamado de Osvaldo Aranha para conferenciar com o presidente do estado (FONTOURA, 1963, p. 305). Entre os dias 25 a 27 de julho, os políticos mantiveram reuniões reservadas na sede do governo. O resultado foi relatado através de documentos enviados para a apreciação de Assis Brasil. O teor da conversa devia ser mantido em sigilo e Maciel transmitiu apenas para Anacleto Firpo que avisaria Assis Brasil, Raul Pilla e Gabino Fonseca (membros do DC). Mesmo dando início às negociações, Maciel deixou claro que não possuía “poderes de quem quer que seja para propor ou sequer lembrar alvitres” e diante da “missão de tanta e tão delicada responsabilidade” solicitou que as deliberações fossem transpostas para o escrito.

Através dos documentos é possível perceber o teor das combinações colocadas em prática. O representante libertador foi convocado para servir como intermediário entre Vargas e os dirigentes do PL, “no sentido dos necessários entendimentos para a grande campanha na aliança Minas-Rio Grande”. No primeiro momento, Vargas argumentou não poder fazer declarações precisas, já que sua candidatura ainda não era oficial. No entanto, estava propenso a aceitar a indicação, prevendo que o estado inteiro o apoiaria, tendo em vista as conquistas “materiais e sociais” do seu governo. Além disto, acreditava que os libertadores ficariam satisfeitos pelo seu “passado” e pelas declarações que viria a dar para fortalecer a aproximação. Da mesma forma, destacou que “no tocante **ao aspecto dos princípios**” não seria “**difícil conciliar, ser lhes agradável**”, na medida em que havendo “sinceridade de propósito” e “um **objetivo comum**” não existiriam “grandes embaraços para **encontrar fórmulas satisfatórias**”. Por outro lado, o que preocupava o seu partido eram os casos locais “delicados” e “extremados de radicalismo e paixões”. Com o intuito de demonstrar a “absoluta lealdade dos seus desígnios”, se comprometeu em encontrar soluções para alguns conflitos municipais, de modo a estabelecer um “*modus vivendi* honroso para ambos”.

Com o objetivo de adiantar algumas sugestões para servirem como base de um acordo, Maciel redigiu oito pontos de “aspirações e compensações” para que o PL trouxesse “seu

⁵⁵² CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 174, 25 jul. 1929, p. 1, grifos meu.

⁵⁵³ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 41, 9 dez. 1929, p. 8.

⁵⁵⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 51, 20 dez. 1929, p. 7.

contingente para a frente única”: a) anistia ampla; b) reforma eleitoral aos moldes do sugerido pelos libertadores; c) providencias na relação magistratura e partidos políticos; d) providencias para encaminhar “progressivamente a conciliação entre os atuais partidos rio-grandenses”; e) providencias que assegurem a unidade dos componentes da FU nas eleições federais de 1930, evitando disputa de cadeiras de deputados entre os partidos e devendo ser pré-estabelecido o número de vagas para cada; f) compromisso de levar a união até, no mínimo, depois da vitória eleitoral, “sob pacto de honra e reciproca lealdade”; g) escolha do sucessor de Vargas no governo estadual deveria ser de um nome “bem aceito pela oposição [...] continuador da obra de pacificação e labor”; h) formação de um conselho de cinco membros (dois do PL, dois do PRR e Vargas) para resolver qualquer assunto que surgisse em “prejuízo da unidade da aliança”⁵⁵⁵.

Na leitura de Joseph Love, as negociações com os libertadores estavam vinculadas a uma estratégia de Joao Neves para obter a maioria dos votos com uma cifra expressiva em Minas Gerais e no Rio Grande. Para isto, precisavam dos antigos adversários regionais e realizaram promessas para atraí-los, como mais cadeiras no congresso, reforma eleitoral e a garantia de que o PRR não disputaria o pleito sem a sua cobertura total. Além disto, esta situação também dizia respeito a um receio de que caso em caso de derrota, os paulistas usariam o PL para punir o PRR (LOVE, 1975, p. 245-247).

Em uma segunda reunião, Maciel comunicou as conversas com seus correligionários em torno dos pontos sugeridos. Por seu turno, Vargas reafirmou que necessitava do pronunciamento oficial o mais rápido possível, pois “faltando-lhe a frente única” desistiria da candidatura. Após a conversa, Maciel telegrafou para Assis Brasil⁵⁵⁶. Na mensagem, comunicou que o presidente estadual condicionava sua candidatura em estar “seguro” da solidariedade dos libertadores, urgindo uma definição. Segundo Maciel, a bancada de deputados já havia manifestado “apoio indefectível” e outras lideranças como Pilla, Gabino Fonseca e Armando Tavares estavam “**acordes [...] mediante naturais compensações**”⁵⁵⁷. Em um terceiro encontro, ficou definido que um emissário iria a Pedras Altas conferenciar com Assis Brasil e que Antunes Maciel aguardaria pela resolução definitiva do diretório central⁵⁵⁸.

⁵⁵⁵ Resumo da reunião entre Antunes Maciel e Getúlio Vargas, Porto Alegre, 25 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁵⁶ Resumo da reunião entre Antunes Maciel e Getúlio Vargas, Porto Alegre, 26 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁵⁷ Telegramas de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 26 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS, grifo meu.

⁵⁵⁸ Resumo da reunião entre Antunes Maciel e Getúlio Vargas, Porto Alegre, 27 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

De acordo com os relatos fornecidos por Baptista Lusardo, apesar de Assis Brasil ser favorável ao acordo, temia o posicionamento dos seus correligionários. Segundo ele, havia ainda “muito luto” devido aos conflitos de 1893 e 1923 e pedir o apoio a um republicano era “duro, muito duro”. Seria necessário “conversar com os borgistas e com o Getúlio e saber as condições pelas quais ficaremos agrupados [...] vamos ver o que o Partido Republicano vai nos oferecer”. Nesta linha teria definido seu posicionamento:

“é preciso ser frio, nós e os outros também nos vendemos, **somos vendáveis; na vida pública, todo homem se vende, depende do que é oferecido como moeda.** Uns, não é desses que vou falar, porque são a escória da sociedade, vendem-se por dinheiro [...] permutas de interesse público, nós precisamos disso e daquilo e poderemos trocar pelo que vocês querem. Vamos apoiar, mas isto tem um preço (CARNEIRO, 1977, p. 643-644).

Segundo os relatos, Assis Brasil identificou nas principais reivindicações do PL sua “moeda” de negociação: a adoção do voto secreto, implantação do verdadeiro regime republicano democrático, ajuste das finanças, legislação eleitoral que ponha o Brasil de acordo com as nações modernas e voto feminino (CARNEIRO, 1977, p. 644). Para o chefe libertador tratava-se de garantir a hegemonia dos preceitos ideológicos do grupo naquela empreitada eleitoral e em um futuro governo liberal. De acordo com Aspásia Camargo, em termos ideológicos, as reivindicações de libertadores e democráticos paulistas acabaram dominando a campanha da Aliança Liberal, em um contexto caracterizado por “genéricos preceitos liberais e interesses imediatos de composição política” através da formação de um grande “conglomerado liberal” (CAMARGO, 1980, p. 27-28).

Logo após estas conversações, o DC do PL se reuniu na cidade de Bagé entre os dias 31 de julho e 1 de agosto⁵⁵⁹. Segundo os relatos de João Neves da Fontoura, em torno daquilo que havia apurado com os libertadores, durante o encontro a resolução em aderir o nome de Vargas “se deu fundamentalmente a Assis Brasil”. Diante de uma correspondência que recebeu de Raul Pilla, João Neves afirma que durante as eleições estaduais em 1928 havia “disposição do PL” para concorrer as urnas, mas Assis Brasil defendeu e tornou vitorioso seu ponto de vista de que “os libertadores deviam recebê-la com benevolente expectativa e abster-se”. Da mesma maneira ocorreu na FU: “o cérebro foi Assis, que tudo preparou”. Na reunião do diretório, havia apenas duas pessoas em defesa de Vargas: Assis e Lusardo. Contudo, “os argumentos e a autoridade do chefe vergaram, porém, as resistências” (FONTOURA, 1963, p. 304). De acordo com Mem de Sá, Assis Brasil, “longe de ser caloroso o seu entusiasmo pelo candidato”, acreditava que

⁵⁵⁹ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 178, 30 jul. 1929, p. 16.

“se tinha de render a **conveniência da solução**, tendo em mira os superiores interesses da democracia brasileira”, enquanto que muitos correligionários não concordavam com a solução e apenas “depois de muitas resistências vencidas, mediante conversas, reuniões, líderes convincentes” deram seu aceite (SÁ, 1973, P. 75, grifo meu).

De acordo com o jornal “*Correio do Povo*”, na reunião os libertadores aceitaram as condições propostas e indicaram Raul Pilla e Gabino Fonseca para membros de uma comissão que viria a resolver questões surgidas no seio da FU⁵⁶⁰. Em seguida, Assis Brasil comunicou a decisão para Vargas, afirmando a decisão partidária de apoiar o movimento de reivindicações liberais, “julgando satisfatórios os compromissos de honra já assumidos pelos elementos responsáveis, bem como pelo mesmo candidato em relação aos pontos essenciais do seu programa” e destacando que defenderia o mesmo posicionamento na convenção do PDN. Em resposta, Vargas celebrou o ato que honrava seu nome e confirmava a “expressiva unanimidade de opinião do Estado”, comprovando que no Rio Grande do Sul não havia “questões regionais” quando se tratava dos “interesses gerais do Brasil”⁵⁶¹. Através de entrevista à imprensa, o chefe libertador complementou a justificativa, argumentando que o partido não votava “em homens, mas em ideias e em princípios”, sendo que a candidatura apresentava “todas as teses substanciais e mais urgentes” do PL: “anistia ampla, alistamento automático, representação proporcional, voto secreto e independência da magistratura”⁵⁶².

Ao que tudo indica, diversos elementos entraram em jogo nas barganhas estabelecidas entre libertadores e republicanos. A defesa de determinadas ideias foi uma delas, representadas principalmente nas bandeiras da reforma eleitoral e da concessão de anistia. Conforme é possível notar nas palavras dos líderes, não seria tão difícil “conciliar”, “encontrar fórmulas satisfatórias” através de “naturais compensações”. Neste quadro, uma das “moedas de troca” foram as propostas de reformas tidas como imprescindíveis pelo programa libertador. Aspectos que, apesar de entrar em conflito com a doutrina do PRR (como o voto secreto), não constrangeram seus líderes em serem adotadas. Através destas e outras concessões, os republicanos conquistaram o apoio dos libertadores para sua candidatura, aspecto que significava acesso ao suporte dos demais elementos do PDN.

No acordo também é perceptível o estabelecimento de “compromissos de honra” em torno das garantias do aprofundamento das relações de paz e harmonia entre os dois partidos, construindo um terreno mais seguro para os libertadores atuarem. Da mesma forma, apareceram

⁵⁶⁰ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 181, 2 ago. 1929, p. 1.

⁵⁶¹ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 182, 3 ago. 1929, p. 2.

⁵⁶² CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 184, 6 ago. 1929, p. 7.

as negociações sobre as vagas para os cargos parlamentares e as exigências do PL em assegurar algum grau de influência na escolha do próximo candidato ao governo estadual. Além disso, os líderes possivelmente tinham ambição de ver, além do triunfo de suas ideias, a ascensão ao poder de alguns de seus homens. Após os “sacrifícios” do apoio a um nome do PRR, era natural a expectativa de receber algum cargo a nível federal ou estadual.

Todavia, muitos correligionários, inclusive dentro do DC, apresentaram resistências ao acordo. Segundo José Kieling, seria possível identificar três tendências no interior do PL: os que apoiaram integralmente a FU; os que se colocaram em campo neutro; e aqueles que se colocaram radicalmente contra⁵⁶³ (KIELING, 1984, p. 122-126). No mesmo sentido, Luciano de Abreu questionou o caráter de unanimidade apresentado pela historiografia sobre o tema (ABREU, 1998, p. 97). Alguns libertadores, como Anacleto Firpo, alertaram Assis Brasil sobre as expectativas dos companheiros em torno da candidatura: “apesar de não esquecerem que o Antônio Carlos foi o *leader* do Bernardes, preferem votar nele a votar no Getúlio”⁵⁶⁴. Fanfa Ribas foi ainda mais radical: “nada temos de comum com o partido do sr. Borges de Medeiros [...] Não! A **frente única é uma mentira, é uma hipótese absurda, é um impossível**”⁵⁶⁵. Segundo ele, não seria possível apoiar o candidato republicano diante da permanência dos casos locais sem solução⁵⁶⁶. Em entrevista à imprensa, Assis Brasil admitiu que FU não constituía no Rio Grande do Sul uma “unanimidade absoluta”, tendo em vista as “pequenas dissidências locais”, mas que estas não modificavam “o aspecto da questão”⁵⁶⁷.

Ainda durante estas articulações iniciais, emergiram divergências entre os dois partidos. Raul Pilla criticou as protelações do PRR no lançamento da candidatura: “nada mais espero do Presidente no terreno político [...] é um prisioneiro do Partido Republicano e do seu chefe”. Apesar do otimismo e elogios de alguns correligionários, acreditava que “a mentalidade” dos republicanos não havia mudado, sendo “o Sr. Getúlio Vargas quem menos nos governa”, acusando-o de sofrer interferência direta de Borges de Medeiros. Da mesma maneira, temia que a subida de Vargas para o plano federal pudesse ser “um desastre, já que o governo estadual ficaria nas mãos de Borges, Firmino Paim ou Osvaldo Aranha”, este último um “politiqueiro”⁵⁶⁸.

⁵⁶³ De acordo com os relatos de João Neves da Fontoura, do lado do PRR pode se perceber similares reações. Alguns correligionários foram “igualmente hostis” e as resistências foram vencidas pela “corajosa atitude dos respectivos chefes” (FONTOURA, 1963, p. 306).

⁵⁶⁴ Carta de Anacleto Firpo para Assis Brasil, Pelotas, 6 jun. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

⁵⁶⁵ Correio do Sul, Bagé, 25 jun. 1929. Retirado de: KIELING, 1984, p. 116, grifo meu.

⁵⁶⁶ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 196, 18 ago. 1929, p. 5.

⁵⁶⁷ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 191, 14 ago. 1929, p. 1.

⁵⁶⁸ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 15 jun. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Outro problema residiu na definição das vagas para o congresso federal e o desejo libertador por seis lugares. Assis Brasil relatou que Joao Neves e Aranha o procuraram para discutir o assunto. Na conversa, Neves argumentou que seria difícil o PRR ceder mais de cinco lugares, pois desejava reeleger todos seus representantes. Apesar disto, Assis acreditava que o PRR não iria “cometer a injustiça de nos privar do que é nosso” e os “bons aliados” perderiam uma ótima oportunidade de demonstrar “a sinceridade com que se uniram a nós”, devendo até mesmo tomar a iniciativa de colocar à disposição “a cadeira disponível no Senado”. Neste quadro, defendia que “não seria atentar contra a Frente Única” apresentar um candidato ao senado do PL, pelo contrário, “seria mesmo um estímulo para fazermos comparecer todo o nosso eleitorado”. Sobre o tema, indicou que Raul Pilla era o “homem com autoridade para trocar pensamentos com os diretores do Partido Republicano”⁵⁶⁹. Por sua vez, Antunes Maciel relatou o compromisso republicano em abrir as vagas, mas, “Pilla nada tinha assentado com Aranha”, por isso tomou a liberdade de falar francamente com Vargas por ser seu “antigo camarada”⁵⁷⁰. Em carta para Vargas, comentou a notícia que alarmava os seus companheiros de que o PRR “não corresponderia a expectativa do seu **leal aliado nem às necessidades da Frente Única, no momento de constituir a sua chapa á deputação federal**”. O tema era considerado fundamental para o “êxito integral do auspicioso conagraçamento da família rio-grandense” e seria prudente evitar o “enfraquecimento”, “desmentir expectativas, semeando queixas”: “forçoso é que, de lado a lado, tudo empenhamos, no sentido de aparecer, lá fora, cada dia mais compacta e firme a argamassa que nos uniu...”⁵⁷¹.

O PRR acabou cedendo apenas cinco vagas, desagradando muitos libertadores que, conforme visto anteriormente, tiveram de realizar manobras internas para satisfazer os correligionários e evitar dissídios. Além disto, o PL desistiu de lançar seu senador e se absteve de sufragar a vaga. Posteriormente, o tema foi utilizado por adversários, tendo em vista os poucos votos concedidos ao senador do PRR, o que teria “comprometido a Frente Única”. Em defesa, o “*ERG*” argumentou que a aliança se dera em torno da candidatura ao executivo e cada partido possuía autonomia para os demais cargos. Além disto, destacava que os libertadores poderiam ter lançado um senador, mas não o fizeram para que o “fato não fosse malevolamente explorado”⁵⁷².

⁵⁶⁹ Carta de Assis Brasil para Raul Pilla, Pedras Altas, 8 jan. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁷⁰ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 14 jan. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁷¹ Carta de Antunes Maciel para Getúlio Vargas, Pelotas, 14 jan. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁷² *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 124, 19 mar. 1930, p. 3

Apesar de alguns conflitos, os grupos passaram a realizar atividades em conjunto, como por exemplo, comícios em Porto Alegre reunindo lideranças⁵⁷³ e eventos no interior do estado, como em Erechim com a presença em um mesmo palanque de Felipe Portinho e Osvaldo Aranha⁵⁷⁴. Além disto, atuaram de forma interligada na preparação eleitoral através de centros partidários⁵⁷⁵ e membros do PL passaram a participar de homenagens públicas a líderes republicanos, como nas manifestações em favor de Flores da Cunha⁵⁷⁶ e João Neves da Fontoura⁵⁷⁷.

Sobre este primeiro momento de formação da FU alguns aspectos necessitam ser evidenciados. A articulação ocorreu a mercê da oficialidade dos partidos e encabeçada por determinadas lideranças, aspecto possível de ser identificado nos encontros de Maciel com Vargas, nos contatos de Lusardo na capital federal e nas consultas extraoficiais a Assis Brasil. O diretório, autoridade máxima da agremiação, apenas se reuniu para ratificar aquilo que já estava encaminhado, apesar de que sua decisão contrária pudesse atrapalhar o acordo. Ademais, em nenhum momento os diretórios e líderes locais foram consultadas sobre os termos do pacto. Diante disto, a FU deve ser entendida como um acordo intra-elite partidária, com compromissos estabelecidos pelos próceres dentro da chefia dos seus respectivos grupos. Os próprios libertadores reconheciam que o conagraçamento ocorreu “de cima para baixo, da direção para a massa e encontrou, por isso, não leves resistências”⁵⁷⁸. Segundo Glauco Carneiro, a união não foi tanto nas massas, mas nas lideranças, encontrando aversão nos partidários do interior (CARNEIRO, 1977, p. 54). No pequeno núcleo responsável pelas aproximações e negociações, estava não apenas na figura de Getúlio Vargas com seu dito “perfil conciliador”, mas diversos outros nomes como Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves da Fontoura. Este último, por exemplo, era vice-presidente do estado e líder da bancada do PRR na câmara federal, sendo um dos aliados mais elogiados pelos libertadores. De acordo com Aspásia Camargo, o contexto da Aliança Liberal evidenciou a importância destes políticos como “mediadores estratégicos”, agentes articuladores em seus estados que atuavam nos bastidores e que eram em geral mais jovens e hierarquicamente abaixo dos próceres oligárquicos, mas de acesso direto aos patriarcas ou governantes, graças a relações pessoais ou cargos de confiança que exerciam (CARMARGO, 1980, p. 19).

⁵⁷³ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 178, 27 jul. 1929, p. 14;

⁵⁷⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 26, 21 nov. 1929, p. 14.

⁵⁷⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 98, 15 fev. 1930, p. 2.

⁵⁷⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 68, 11 jan. 1930, p. 1, n. 69, 13 jan. 1930, p. 2; Ano II, n. 337, 25 nov. 1930, p. 7.

⁵⁷⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 102, 20 fev. 1930, p. 2, n. 104, 22 fev. 1930, p. 1, p. 3.

⁵⁷⁸ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 657, 16 dez. 1931, p. 3.

As articulações também apontam para a importância de não excluir a participação de Borges de Medeiros e Assis Brasil, igualmente influentes naquele processo. Os dois principais chefes permaneceram como “oráculo” dos correligionários, orientando e fornecendo o aval para as negociações em curso. Não à toa, recebiam cópias de correspondências de tudo aquilo que envolvia a preparação da FU. Conforme aponta Boris Fausto, os “velhos oligarcas” e suas estâncias continuaram servindo como local de “articulações e indispensável beija-mão” (FAUSTO, 1997, p. 57). Apesar disto, o corte geracional desempenhou uma função essencial, tendo em vista que foram os mais jovens que tomaram as decisões definitivas e acabaram arrastando as velhas lideranças para a radicalização do movimento. Para Bóris Fausto, o movimento da Aliança Liberal representou “uma composição de velhos oligarcas da política estadual e alguns jovens que surgem no interior das agremiações partidárias, mais como equipe de substituição do que de ruptura”. Neste quadro, jovens como Virgílio Melo Franco, José Américo, Osvaldo Aranha, Baptista Lusardo, apesar de não apresentarem “diferenças ideológicas essenciais com os velhos oligarcas” deles se distanciavam pela “disposição de alcançar o poder pelo caminho das armas” e a possibilidade de contar com o apoio dos tenentes e das classes médias (FAUSTO, 1997, p. 128).

Após a derrota eleitoral da Aliança Liberal, a FU passou por um momento de reavaliação sobre sua continuidade e de conspiração para a realização de um levante armado. Enquanto os libertadores eram firmemente favoráveis a deflagração de uma revolta, apostando “mais nas armas do que nas urnas” (FERREIRA FILHO, 1974, p. 228), os republicanos se dividiam e contemporizavam a situação. Neste contexto, Baptista Lusardo promoveu encontros com Getúlio Vargas para deliberar sobre a manutenção dos “compromissos firmados”⁵⁷⁹. Por outro lado, as posições assumidas por Borges de Medeiros acabavam decepcionando os aliados. Em sua capa de 19 de março de 1930, o “*ERG*” comparou as declarações do chefe republicano com as de Assis Brasil: o primeiro defendia que o pleito havia ocorrido “lisamente, em perfeita ordem”; e o segundo argumentava que não havia, como nunca houvera antes, “eleições no Brasil”⁵⁸⁰. Baptista Lusardo e Plínio Casado afirmaram que as palavras de Borges não representavam o pensamento do Rio Grande do Sul⁵⁸¹, o órgão libertador definiu os pronunciamentos “como a injeção de morfina”⁵⁸² e as críticas proliferaram-se entre os correligionários⁵⁸³.

⁵⁷⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 131, 27 mar. 1930, p. 1; n. 131, 28 mar. 1930, p. 1.

⁵⁸⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 124, 19 mar. 1930, p. 1.

⁵⁸¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 125, 20 mar. 1930, p. 1.

⁵⁸² *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 131, 27 mar. 1930, p. 3.

⁵⁸³ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 126, 21 mar. 1930, p. 1; n. 127, 22 mar. 1930, p. 1.

Em carta para Assis Brasil, Raul Pilla lamentou o fato de o PRR não apresentar uma “orientação segura”, com posicionamentos confusos e Borges de Medeiros dava “a impressão de estar com o miolo mole”⁵⁸⁴. Nos meses seguintes, Pilla insistiu na desconfiança em torno das promessas feitas por Osvaldo Aranha e nas falhas de Vargas⁵⁸⁵. Neste quadro resumia a “situação de incerteza”: “precisamos que essa gente do governo resolva se faz ou não o movimento”⁵⁸⁶. No mesmo sentido, o jornal libertador reclamou da “densa cerração sobre o campo do Partido Republicano” e as declarações contraditórias de seus líderes, se fazendo necessário que ficasse “de uma vez por todas claramente definida a atitude do partido e do governo”⁵⁸⁷. Lusardo igualmente relatou as dificuldades e o “cerco que a ala esquerda do PRR teve de pôr no Chimango Velho [Borges de Medeiros], para então, concordar com que o Rio Grande cumprisse os compromissos”⁵⁸⁸.

Nas confabulações para a revolta armada e a manutenção da FU entraram novamente em cena os conchavos de Antunes Maciel e Getúlio Vargas. Este último encaminhou, por intermédio do amigo libertador, um manifesto a ser lançado e que desejava contar com a apreciação de Assis Brasil⁵⁸⁹. Vargas solicitou que o aliado se dirigisse aos seus correligionários para que auxiliassem “dedicadamente [...] em colaboração com os Republicanos e demais elementos aliados, na grande obra em que o Rio Grande se empenhará”. O relatório da conversa deveria ser mostrado a Flores, Lusardo, Aranha e Pilla⁵⁹⁰. Em um novo encontro, Vargas argumentou que o Rio Grande não estava preparado para um levante, faltando material de guerra e dinheiro, o que não significava “abandonar a ideia da revolução”, mas “esperar por um tempo mais propício e elementos mais fortes”. Com isto solicitava que os libertadores não o isolassem de suas confabulações. Segundo Maciel, cedo ou tarde a revolta explodiria e seus companheiros a fariam com auxílio de oficiais revolucionários e outros aliados. Seja qual fosse o posicionamento dos republicanos, os deputados do PL iriam declarar não reconhecer Júlio Prestes como presidente eleito e iniciar uma rebelião no estado. Questionado qual seria a reação do governo estadual neste caso, Vargas assentou: “o mínimo, de neutralidade, senão de cooperação”⁵⁹¹.

⁵⁸⁴ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 27 abr. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁸⁵ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 8 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁸⁶ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 12 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁸⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 261, 27 ago. 1930, p. 3.

⁵⁸⁸ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Uruguaiana, 8 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

⁵⁸⁹ Cópia de documento enviado por Getúlio Vargas para Assis Brasil, Porto Alegre, 18 jun. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹⁰ Relatório de reunião com Getúlio Vargas por Antunes Maciel, Porto Alegre, 18 jun. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹¹ Relatório de reunião com Getúlio Vargas por Antunes Maciel, Porto Alegre, 2 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Em carta de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas, remetida em cópia para Assis Brasil, o chefe do PRR alertou para a importância de “evitar-se a calamidade de uma explosão revolucionária”. Mas, caso as atitudes apaziguadoras fossem em vão e a revolta ocorresse da mesma forma, o posicionamento dos republicanos deveria ser de “não defender o poder federal”, mas “também não comprometer o Rio Grande oficial, como dirigente ou coparticipante do movimento”, tendo em vista a função do Estado de “manutenção da ordem e da lei”. Definia, portanto, uma “atitude passiva, mas simpática, não a combatendo de nenhum modo e não a tolhendo na sua liberdade de ação”. Não obstante, mantinha sua solidariedade a qualquer decisão tomada por Vargas diante do seu cargo e dos compromissos assumidos⁵⁹².

Enquanto Maciel considerava o cenário “animador”, Pilla permaneceu cético aos posicionamentos do PRR⁵⁹³. Para ele, Vargas não pensava “absolutamente em reação armada” e estava “apenas procurando temporizar”⁵⁹⁴. Embora crescesse a “pressão da opinião e dos amigos” para que tomasse uma atitude, o líder republicano apenas iria “arrastado” para a luta⁵⁹⁵. No mesmo sentido, o correligionário Ladislau Amaro percebia a “a situação de incertezas” com seus “requintes de cinismo [...] avanços e recuos. Os compromissos nada valem: são, pelos profissionais da política, revogados com a mesma facilidade com que pouco antes os selaram...”⁵⁹⁶. Na visão de Maciel apesar de não receber de Getúlio “a palavra categórica do assentimento definitivo”, os trabalhos estavam em “rearticulação, ativamente, para desfazer o movimento”⁵⁹⁷. Em seguida, o deputado libertador viajou ao Rio de Janeiro transmitindo informações para Lindolfo Collor e outros políticos. Segundo ele, tudo estava sendo “feito por ordem e conta do governo do Estado”. Contudo, lamentava as posições de Borges de Medeiros, recuando “quando tantos elementos se encontram amarrados por compromissos sérios”. Da mesma forma, lamuriava que os seus serviços de ligação entre Assis e Vargas estavam lhe rendendo inimizades dos “companheiros se queixam da minha reserva e me atribuem intuítos misteriosos”⁵⁹⁸.

O movimento armado que deveria ocorrer na efeméride do 7 de setembro, acabou adiado. Em carta para Anacleto Firpo, Maciel declarou que estava tudo pronto para “o estouro” e o ambiente em Porto Alegre era de “intensa expectativa”⁵⁹⁹. Em seguida, comunicou que os

⁵⁹² Cópia de carta de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas, Irapuázinho, 20 jun. 1930. Enviada para Assis Brasil e outros líderes em 1 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹³ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 20 jul. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹⁴ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 8 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹⁵ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 13 jul. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹⁶ Carta de Ladislau Amaro para Assis Brasil, Porto Alegre, 23 jul. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹⁷ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 29 jul. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹⁸ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 25 ago. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹⁹ Carta de Antunes Maciel para Anacleto Firpo, Porto Alegre, 6 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

mineiros haviam concordado em protelar a deflagração por mais alguns dias, devido a expectativa criada⁶⁰⁰. Em nova carta para Assis Brasil, avisou que os libertadores estavam trabalhando “em numerosas incumbências” e o levante vinha sendo organizado com a preocupação em “dar-se o golpe com o mínimo de prejuízos de vidas”⁶⁰¹.

Em paralelo a atuação de Antunes Maciel, Baptista Lusardo também desempenhou um papel fundamental. Conforme visto em sua trajetória, ele se considerava uma “baioneta no rim dos republicanos”, empurrando-os para a realização do movimento. Além disto, o líder libertador era experimentado em revoltas armadas e conhecia os caminhos de uma conspiração. Neste sentido, Lusardo foi um dos principais incentivadores da opção pela luta armada. Muito antes dos resultados eleitorais⁶⁰², já se mostrava taxativo em suas posições “meu pensamento íntimo: isto vai desfechar numa grande revolução” e “quem nos levará a luta armada é o próprio sr. Washington Luís” com sua “já conhecida mentalidade de reacionário”. Segundo ele, a situação tensa criada pelas declarações violentas, os boatos de estado de sítio, a censura na troca de mensagens, a vigilância sobre os mineiros, tudo isso contribuía para seu entendimento de que uma revolta armada poderia ocorrer. Neste sentido, seria prudente que os líderes do PL “tenham conhecimento disto e troquem ideias sobre o futuro”⁶⁰³. Apesar de atuar intensamente nas conspirações, Lusardo acabou ficando à parte da deflagração do levante, tendo em vista seu estado de saúde em 1930. Segundo ele, mesmo em recuperação, manteve-se fazendo contatos e atuando em prol do movimento todos os dias⁶⁰⁴.

O protagonismo exercido por Antunes Maciel nas *démarches* da FU estremeceu as relações internas no PL. Pilla, vice-presidente do partido e principal chefia na capital estadual, sentia-se excluído das deliberações e “fazendo papel de idiota”⁶⁰⁵. Neste quadro, acusou o companheiro de se colocar como “direto representante do nosso presidente” junto ao governo. Esta seria uma das razões pelas quais a direção partidária vinha sendo colocada “quase alheia ao que de mais importante se resolve”. Diante disto, desabafou que apesar não possuir “ vaidades e ambições”, não aceitava ocupar “posições falsas”, ou era a “mais alta autoridade do Partido em Porto Alegre e tenho predicados para desempenhar o cargo” ou não as possuía e deveria “renunciar suas “funções em mãos mais competentes”⁶⁰⁶. Em resposta, Maciel argumentou que

⁶⁰⁰ Carta de Antunes Maciel para Anacleto Firpo, Porto Alegre, 7 set. 1930, grifo no original. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

⁶⁰¹ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 18 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁰² Conforme destaca Viscardi, a ideia de uma luta armada já era aventada pelos chamados “tenentes civis” em meados de 1929 (VISCARDI, 2012, p. 313).

⁶⁰³ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 28 jul. 1929. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁶⁰⁴ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Uruguaiana, 8 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁰⁵ Carta de Raul Pilla para Anacleto Firpo, Porto Alegre, 28 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁰⁶ Carta de Raul Pilla para Antunes Maciel, Porto Alegre, 28 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

a acusação de “estar usurpando atribuições” era “inteiramente improcedente”. Se dizia chateado por ter trabalhado tanto para o “ideal revolucionário” e receber críticas “em vez do reconhecimento”. Segundo ele, estranhava que o “companheiro e amigo”, não tenha procurado se entender de forma fraterna e optasse pelo envio de “uma carta abespinhada, fundada em melindres que não feri [...] excessivos e intempestivos”, tendo em vista que sua atuação era “desde o início da Frente única”, com o “conhecimento e beneplácito” de Pilla como um “elemento ligador entre o nosso preclaro chefe, Dr. Assis Brasil, e o presidente Getúlio Vargas”⁶⁰⁷. Na tréplica, Pilla insistiu: “a questão capital não respondestes de maneira decisiva: apresentastes-vos, ou não, como enviado especial e direto do presidente do nosso Diretório junto ao governo do estado?”⁶⁰⁸. Em paralelo, também questionou Osvaldo Aranha sobre a situação. Segundo ele, faltando poucos dias para a revolta e apesar de ser a máxima autoridade do PL, nada sabia a seu respeito. A conclusão que chegava era de se tratar de uma tentativa de afastar os libertadores de “qualquer influência, transforma-lo num simples caudatário da revolução e quiçá, leva-lo a ruína pela absorção dos seus elementos mais ativos”, tendo em vista que aqueles que vinham atuando nos preparativos eram “sempre diretamente, por uma ação pessoal” de Aranha⁶⁰⁹.

O médico também relatou o problema para Assis Brasil. Segundo ele, vinha sofrendo “pressão partidária” e “frequentemente interpelado por companheiros” que estranhavam a direção estar alheia dos passos de Maciel. Além disto, desconfiava de Aranha e suas declarações sobre o “perigo da nossa influência nessa coisa toda”. Dessa forma, não poderia cruzar os braços frente ao “evidente alheamento” em que se encontrava o partido⁶¹⁰. Da mesma forma, Maciel deu sua versão sobre o “incidente em que envolveu a susceptibilidade exagerada do vice-presidente”. Para ele, o momento era “de grandes lances, de sagradas preocupações” para estar dirimindo “mesquinhos conflitos de jurisdição”, com isto solicitava que Assis suspendesse “o seu juízo” até a remessa de cartas em defesa da “incriminação ingrata e maninha”⁶¹¹.

Apesar das intrigas as conspirações tiveram continuidade. No dia 1º de outubro, uma comitiva de deputados estaduais do PL e PRR realizou uma visita ao palácio do governo em Porto Alegre. De acordo com o “*ERG*”, o ato “deixou de ser o cumprimento de um protocolo político para **simbolizar a unidade moral do povo rio-grandense**”, manifestando que “no Rio Grande, existe **um só pensamento [...] uma única e definitiva orientação** no tocante ao

⁶⁰⁷ Carta de Antunes Maciel para Raul Pilla, Porto Alegre, 28 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁰⁸ Carta de Raul Pilla para Antunes Maciel Porto Alegre, 28 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁰⁹ Carta de Raul Pilla para Osvaldo Aranha, Porto Alegre, 28 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶¹⁰ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 24 set. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶¹¹ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 18 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

momento nacional”⁶¹². Três dias depois, Vargas lançou o manifesto convocando os conterrâneos para a luta: “Não foi em vão que o nosso Estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um dos seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico”⁶¹³. Conforme demonstrei a seguir, o discurso estava sintonia com os elementos retóricos de legitimação da FU.

No desenrolar dos vinte e um dias de movimento armado, a maioria dos libertadores permaneceu no Rio Grande do Sul. A Legião Honório Lemes, grupo armado organizado por correligionários na capital, e a Coluna organizada por Zeca Netto não participaram dos conflitos. Apenas o destacamento comandado por Baptista Lusardo viajou para linha de frente em São Paulo, chegando ao local no dia em que o conflito havia terminado. Segundo Maria Helena de Casto, apesar do PL ser prontamente favorável a reação armada, acabou marginalizado dos processos decisórios, embora alguns de seus correligionários tivessem se engajado pessoalmente nas articulações (CASTRO, 1980, p. 47). Com a vitória na revolta armada, a FU havia chegado ao executivo nacional e finalmente amarrado “os cavalos no obelisco: os filhos do general Flores da Cunha e outros bravos gaúchos, tornaram em realidade a famosa profecia”⁶¹⁴. Da mesma forma, cumpria-se a promessa metafórica de Baptista Lusardo em “fazer um churrasco sobre os ramos do café”⁶¹⁵.

Apesar da vitória e da chegada ao poder em conjunto, durante o período de articulação da Aliança Liberal e de conspiração armada, libertadores e republicanos continuaram disputando na justiça o reconhecimento ou contestação de resultados eleitorais municipais, assim como persistiram as denúncias em torno das práticas de violência e perseguição no interior do estado. Conforme visto anteriormente, a resolução dos conflitos locais e a pacificação política estadual entrou diretamente nas negociações da FU. Segundo Luciano de Abreu, estes problemas evidenciavam que, apesar do discurso de conciliação e paz vivido no amago da FU, permaneciam as práticas coronelistas como violência e a fraude eleitoral (ABREU, 1996, p. 79-80). Os chamados “casos municipais” levaram os libertadores a concluir que “toda a eleição” que o partido vencida “se transforma infalivelmente em ‘caso’”⁶¹⁶, fruto da “velha e retrograda mentalidade situacionista”⁶¹⁷. Muitos destes problemas

⁶¹² ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 291, 1 out. 1930, p. 3, grifos meus.

⁶¹³ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 293, 4 out. 1930, p. 1

⁶¹⁴ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 321, 5 nov. 1930, p. 5

⁶¹⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 301, 13 out. 1930, p. 3;

⁶¹⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 157, 28 abr. 1930, p. 3.

⁶¹⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 175, 19 mai. 1930, p. 1.

foram parar no Supremo Tribunal Federal⁶¹⁸. De acordo com Raul Pilla, os “mais sólidos direitos” estavam sendo “burlados”, sendo “natural que a desconfiança e a revolta” emergissem no interior do PL, comprometendo “gravemente a disciplina partidária”⁶¹⁹ e causando diversas situações de descontentamentos com os republicanos⁶²⁰. Segundo ele, apesar das “boas intenções do governo do estado”, as suas “fraquezas” residiam no “conflito entre a orientação do presidente e a mentalidade reinante no Partido”, culpando, principalmente, Borges de Medeiros⁶²¹ e concluindo que o governo esperava mais do “espírito de renúncia” dos libertadores do que “das boas intenções” dos seus próprios correligionários⁶²². Diante dos problemas, Assis Brasil alertou Osvaldo Aranha sobre a repercussão na FU e na eleição de Vargas: os “meus amigos, qualquer caso honrarão palavra empenhada, sufragando qualquer nome devidamente indicado; mas não poderão evitar grande dispersão de votos”⁶²³.

Na cidade de Santa Cruz do Sul, segundo o “*ERG*”, após por duas ocasiões as autoridades locais perceberem que perderiam o pleito, manobram para anulá-lo. Após imbróglia judicial, o Supremo Tribunal ordenou que fossem empossados os candidatos libertadores⁶²⁴. A falta de atitude do PRR em acatar a decisão resultou em severas críticas: “na situação atual, em que o Rio Grande está empenhado numa campanha decisiva para os seus destinos e para os destinos do Brasil” e na qual “se aliaram nobremente os dois partidos [...] constitui **verdade crime de alta traição**”. Apesar de reconhecer os esforços do governo estadual para solucionar o problema, lamentava-se a falta da “palavra suprema do partido republicano” em coibir e punir seus adeptos⁶²⁵.

As eleições de Taquara foram caracterizadas como “a mais escandalosa”, diante da exclusão de centenas de eleitores e a utilização de recursos de fraude. O conselho municipal não reconheceu a vitória opositora e o Supremo Tribunal, por “influência de Firmino Paim” (senador pelo PRR), confirmou o ato. Diante disto, o jornal libertador questionou como seria possível exigir que o eleitorado do PL local, “oprimido, esbulhado, vilipendiado” fornecesse votos ao candidato republicano? O caso levou as chefias dos partidos a assinarem um acordo, no qual o intendente do PRR seria retirado do cargo e um nome de fora indicado. Os

⁶¹⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 9, 31 out. 1929, p. 1; n. 12, 4 nov. 1929, p.7; n. 145, 12 abr. 1930, p. 3; n. 153, 23 abr. 1930, p. 3n. 32, 28 nov. 1930, p. 1; n. 40, 7 dez. 1929, p. 1.

⁶¹⁹ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 1 out. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶²⁰ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 13 set. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶²¹ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 16 out. 1928, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶²² Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 13 set. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶²³ Telegrama de Assis Brasil para Osvaldo Aranha, São Gabriel, 19 nov. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶²⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 24, 19 nov. 1929, p. 9; n. 24, 20 nov. 1929, p. 2.

⁶²⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 27, 22 nov. 1929, p. 3.

republicanos não cumpriram o acordo, gerando uma nova crise entre os dois partidos⁶²⁶. Raul Pilla acusou Paim de ser o “inspirador das vergonhosas manobras”⁶²⁷. A indignação era ainda maior devido vigência da aliança: “havia a frente única [...] houve pedidos, ponderações no sentido do acordo. Tudo, porém, inútil. Os homens não deram valor algum a palavra empenhada”⁶²⁸. O fracasso das tratativas levou Pilla a cogitar sua renúncia do DC como forma de protesto⁶²⁹. No seu entendimento, se os republicanos não honrassem o acordo, teria de deixar a vice-presidência, pois havia sido com essa promessa que venceu a “relutância do D. de Taquara em aceitar o proposto”⁶³⁰. O “ruidoso caso” exigiu a manifestação pública de Assis Brasil e Baptista Lusardo⁶³¹ e a solução veio apenas após o estabelecimento do governo provisório e a nomeação do libertador Theobaldo Fleck⁶³².

No município de São Pedro, alertava-se para “preparação do esbulho dos candidatos eleitos” por parte do intendente local⁶³³. De acordo com o “*ERG*”, as autoridades deliberaram não abrir a maioria das mesas eleitorais e anular aquelas que haviam funcionado. A situação fazia recordar “os sombrios tempos” em que “tudo se resolvia ao sabor do chefe municipal” em uma “velha e surrada lógica coronelicia”⁶³⁴. O órgão cobrou da chefia do PRR um posicionamento⁶³⁵ e tratou o caso como uma “mácula” que fatalmente repercutiria sobre toda a política rio-grandense⁶³⁶. As violências na cidade de Palmeira das Missões também preocupavam a chefia do PL. As repressões, arbitrariedades, “crimes e violências monstruosas” levaram os libertadores a elaborarem um memorial dos acontecimentos e entregarem ao interventor Flores da Cunha e o Supremo Tribuna Federal⁶³⁷. Naquele “mais infeliz município do Estado”, imperaria o “regime do banditismo oficializado” pelas autoridades chefiadas pelo intendente do PRR Vazulmiro Dutra, no qual os libertadores tinham seus lenços vermelhos arrancados pelos próprios agentes da lei⁶³⁸ ou até mesmo eram assassinados devido a sua procedência partidária⁶³⁹. Segundo o “*ERG*”, os republicanos locais pareciam ter ficado a

⁶²⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 75, 19 mai. 1930, p. 10.

⁶²⁷ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 16 out. 1928, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶²⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 176, 20 mai. 1930, p. 3

⁶²⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 177, 21 mai. 1930, p. 1.

⁶³⁰ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 27 abr. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶³¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 181, 26 mai. 1930, p. 10.

⁶³² *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 325, 11 nov. 1930, p. 8; n. 333, 20 nov. 1930, p. 10.

⁶³³ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 145, 12 abr. 1930, p. 2; Ano I, n. 148, 16 abr. 1930, p. 4.

⁶³⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 153, 23 abr. 1930, p. 3.

⁶³⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 154, 24 abr. 1930, p. 1; n. 157, 28 abr. 1930, p. 1.

⁶³⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 150, 19 abr. 1930, p. 3.

⁶³⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 351, 11 dez. 1930, p. 2.

⁶³⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 352, 12 dez. 1930, p. 3.

⁶³⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 559, 17 ago. 1931, p. 10.

margem da evolução e da união das correntes políticas⁶⁴⁰. As ocorrências levaram o governo do estado a enviar o chefe de polícia estadual para investigar os arbítrios⁶⁴¹. Em seguida, Baptista Lusardo viajou até o município para conferir a situação⁶⁴². O problema também causou ruídos nas relações amistosas travadas entre a imprensa partidária dos aliados: o jornal libertador rebateu a acusação de “*A Federação*” sobre as possíveis “explorações irritantes” sobre o caso, criticando a postura do órgão republicano na “infeliz defesa” dos culpados⁶⁴³.

Os conflitos no âmbito municipal apareciam como obstáculos para a FU e denunciavam a fragilidade da união para além dos conchavos de suas elites. Se as principais lideranças se empenhavam em relações amistosas e uma atuação conjunta em prol de interesses em comum, as bases locais permaneceram contaminadas de conflitos e velhas formas de fazer política. Na cidade de Piratini, os libertadores declaravam que diante das confusões nas eleições locais ainda não havia sido “possível estabelecer a frente única dos dois partidos”⁶⁴⁴. Em Cruz Alta, os correligionários lançaram um manifesto comunicando sua decisão em sufragar Getúlio Vargas, mas que mantinham suas restrições ao PRR no âmbito municipal⁶⁴⁵. Em Taquara, lamentava-se os “grosseiros insultos” proferidos por republicanos “em plena vigência da frente única”⁶⁴⁶. Em São Francisco de Paula, correligionários denunciavam aqueles “que não cumprem as finalidades da Frente Única”, diante do impedimento de autoridades para a formação de um batalhão civil do PL na revolta de 1930⁶⁴⁷. Em Novo Hamburgo, o libertador Guilherme Ludwig reclamou sobre as dificuldades e a falta de harmonia entre os grupos⁶⁴⁸.

Com o estabelecimento do governo provisório, o interventor estadual Flores da Cunha passou a nomear novos prefeitos em substituição aos antigos intendentes. Na maioria dos casos, os chefes locais permaneceram os mesmos, frustrando as expectativas dos libertadores: “decepção profunda causada pelo critério rigorosamente conservador trazido pelo ilustre interventor [...] uma ducha de água gelada”⁶⁴⁹. Os correligionários de Livramento receberam com espanto o novo prefeito, exigindo sua revogação como condição para manutenção da FU na localidade⁶⁵⁰. Nas cidades de Santo Ângelo e Alfredo Chaves, lamentava-se o fato de que o

⁶⁴⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 394, 2 fev. 1931, p. 3.

⁶⁴¹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 377, 13 jan. 1931, p. 3.

⁶⁴² ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 796, 2 jun. 1932, p. 8; n. 797, 3 jun. 1932, p. 5.

⁶⁴³ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 787, 21 mai. 1932, p. 3.

⁶⁴⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 15, 7 nov. 1929, p. 2.

⁶⁴⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 92, 8 fev. 1930, p. 5.

⁶⁴⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 97, 14 fev. 1932, p. 3.

⁶⁴⁷ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 329, 14 nov. 1930, p. 2.

⁶⁴⁸ Telegrama de Guilherme Ludwig para Assis Brasil, Novo Hamburgo, 25 out. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁴⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 343, 2 dez. 1930, p. 3.

⁶⁵⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 344, 3 dez. 1930, p. 12.

“regime de parentesco” não havia sofrido alteração, persistindo as nomeações em decorrência dos vínculos familiares⁶⁵¹. Com a manutenção das mesmas figuras e a repetição de práticas no poder local, os libertadores chegavam a conclusão de que a única mudança ocorrida era a “do nome de intendente para prefeito”⁶⁵².

Diante dos múltiplos casos, é possível perceber que as rivalidades entre PRR e PL permaneceram presentes ao longo de todo o período da vigência da FU e em suas diversas fases. Contornar estes problemas não era uma tarefa fácil. Antunes Maciel comunicou a Pilla que Vargas desejava a “colaboração” e “boa vontade” dos libertadores para conseguir “dos correligionários, nas localidades, menos aferro as questões municipais, cujo desfecho ainda está por advir, para evitar atritos, em detrimento da união geral⁶⁵³. Da mesma forma, relatou para Assis Brasil, a permanência de casos causados por “correligionários encrencadores”, diante dos quais “seria conveniente” a palavra do líder, em “público ou intramuros” para liquidar “de vez, os últimos ecos de tais campanhas”⁶⁵⁴. No mesmo sentido, avisou que Flores da Cunha estava “magoado com a campanha incessante” de alguns libertadores contra o seu governo. Segundo Maciel, havia um grupo de correligionários em Porto Alegre “cuja preocupação constante” era de “breçar a Frente única”. Neste quadro, criticou o jornal do partido, ligado ao referido grupo e responsável pela “situação tensa”. O problema deveria ser solucionado “sob pena de ficar perdida a unidade”, diante disto solicitava a “palavra soberana” de Assis afim de “cessar a campanha aludida” que poderia ter efeitos “muito graves, para a consolidação da obra revolucionária”⁶⁵⁵. Na maioria das situações os casos locais eram abafados ou contornados com o intuito de não atrapalhar o andamento da FU, e algumas situações surgidas no ano de 1928 apenas foram resolvidas em 1932. Na tentativa de encontrar soluções e evitar rompimentos mais drásticos, entrava em cena o papel das lideranças e seus capitais, como nos acordos promovidos por Pilla em Taquara e a necessidade da palavra de Assis Brasil.

Apesar dos conflitos, a FU parece ter sido capaz de suscitar acontecimentos difíceis de serem imaginados em outros momentos da política regional. Alguns exemplos são extremamente simbólicos neste sentido. Dentre eles, a participação do PL nas homenagens a Júlio de Castilhos promovidas por republicanos em Porto Alegre⁶⁵⁶. O jornal do PRR noticiou que republicanos e libertadores estavam “reunidos em torno do monumento da Praça Marechal

⁶⁵¹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 354, 15 dez. 1930, p. 2.

⁶⁵² ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 369, 3 jan. 1931, p. 2.

⁶⁵³ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 20 mai. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁵⁴ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 19 dez. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁵⁵ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 26 dez. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁵⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 3, 24 out. 1929, p. 10.

Deodoro” para prestar “significativa homenagem à memória do Patriarca”. A presença de Raul Pilla era “uma atitude de incontestável nobreza para os seus sentimentos de patriotismo”⁶⁵⁷. Outro ato similar pode ser visualizado na utilização de “lenços encarnados com o retrato do Dr. Getúlio Vargas”⁶⁵⁸, misturando a cor dos libertadores com a imagem de um republicano. No mesmo sentido, na vitória do levante armado, Vargas teria chegado no Rio de Janeiro de uniforme militar e com lenço vermelho em concessão simbólica aos aliados (LOVE, 1975, p. 361). Além disto, diversas outras atitudes e acontecimentos apontam para estes aspectos: as manifestações elogiosas dos libertadores ao jornal “*A Federação*”⁶⁵⁹, órgão do PRR que tanto difamou e atacou seus companheiros; a publicação de entrevistas de Borges de Medeiros acompanhadas por enormes retratos nas capas do “*ERG*”⁶⁶⁰; uma carta de um “castilhistas” no interior do estado, elogiando a condução de Raul Pilla e fazendo votos para a manutenção da sua aliança com o PRR⁶⁶¹; a realização de elogios efusivos a próceres republicanos, como João Neves da Fontoura, visto como o “mais belo representante do ideal rio-grandense”, “o mais simpático dos políticos gaúchos”⁶⁶²; e a construção de acordos para uma “candidatura de conciliação” nos municípios, como a chapa mista em Bagé, na qual PRR ficaria com a intendência e PL com a vice⁶⁶³.

3.2.3. Justificando e reatualizando compromissos: a retórica de legitimação da FU e sua continuidade no pós-1930

Além dos aspectos destacados até aqui, outros problemas e preocupações emergiram durante o processo de articulação e continuidade da FU. Neste contexto, coube a chefia do PL justificar e legitimar a existência e os objetivos da aliança, assim como remediar os conflitos e convencer os descontentes. Conforme o próprio Assis Brasil teria declarado a Baptista Lusardo, era necessário “justificar, doutrinar os homens, a fim de que entendam o nosso ponto de vista” (CARNEIRO, 1977, p. 643). Neste cenário residia a importância do texto jornalístico, enquanto meio fundamental através do qual os políticos expressavam uma retórica convencional, capaz de fazer vale suas posições frente a seus pares (BARBOSA, 2014, p. 212).

⁶⁵⁷ *A Federação*, Porto Alegre, Ano XLVIII, n. 272, 25 nov. 1931, p. 3.

⁶⁵⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 22, 16 nov. 1929, p. 14.

⁶⁵⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 60, 2 jan. 1930, p. 4.

⁶⁶⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 526, 9 jul. 1931, p. 1; n. 643, 30 nov. 1931, p. 1.

⁶⁶¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 818, 28 jun. 1932, p. 5.

⁶⁶² *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 641, 27 nov. 1931, p. 3.

⁶⁶³ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 2, 15 ou. 1929, p. 8; n. 48, 17 dez. 1929, p. 3; *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 67, 10 jan. 1930, p. 9; n. 69, 13 jan. 1930, p. 15.

Em artigo publicado no “*ERG*”, o partidário Joaquim Duval destacou que a união entre as duas agremiações “de ideias diferentes e que, por vezes, já se empenharam em luta sangrenta” era algo “patriótico e surpreendente”⁶⁶⁴. No mesmo sentido, o editorial evidenciou que sua significação era “muito maior que a de um simples episódio eleitoral” e apesar de parecer uma reunião momentânea por um “objetivo comum”, o fato era “muito mais profundo e permanente”, representando o advento de uma “nova mentalidade política” e superando a “barreira intransponível de ressentimentos, de perversões, de odiosidades...”⁶⁶⁵. Seguindo a mesma linha argumentativa, Antunes Maciel afirmou que a destruição das muralhas que dividiam os partidos gaúchos era um “milagre”, “fruto de genuíno patriotismo” e realizado para resolver a “crise da democracia brasileira”⁶⁶⁶. Em discurso, Assis Brasil assegurou que os dissídios regionais deveriam ser esquecidos por um “pacto de honra e de sangue” pela “libertação do Brasil”⁶⁶⁷. Esta visão também era partilhada por lideranças do PRR como João Neves da Fontoura que acreditava que a “união sagrada” não era apenas um “coeficiente eleitoral”, mas a realização de um “compromisso” com os destinos da República⁶⁶⁸.

. Nesta ótica, a FU era explicada como uma “ideia excelsa e soberana” ligada à “regeneração” e “salvação da pátria brasileira”⁶⁶⁹. Esta linha de argumentos repousou em uma espécie de salvacionismo das elites gaúchas em torno do regime republicano e da história do Brasil. Não à toa, termos como “milagre”, “união sagrada”, “missão superior”, foram constantemente utilizados na retórica que justificava a FU e todos aqueles “sacrifícios” realizados pelos políticos e partidos do Rio Grande do Sul em prol da salvação dos destinos da nação. Neste quadro, tratava-se de inculcar uma ideia de que o projeto da FU transcendia os limites e interesses partidários mais imediato e que as lideranças de PRR e PL estavam fazendo algo “muito maior”, “histórico” e “patriótico” do que as tradicionais disputas políticas da Primeira República. Em outros termos, conforme identificou Luiz Alberto Grijó, apelava-se para uma espécie de “espécie de regionalismo apartidário militarizado, fatalista e agressivo” (GRIJÓ, 1998, p. 222).

Outro ponto fundamental na legitimação da unidade entre os políticos sul-rio-grandenses foi o argumento em torno da suposta atitude “abnegada” e desprendida de interesses por parte dos seus líderes. Nesta linha, entendia-se que a FU e Aliança Liberal haviam sido formadas em

⁶⁶⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 3, 24 out. 1929, p. 3.

⁶⁶⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 16, 8 nov. 1929, p. 3.

⁶⁶⁶ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 188, 10 ago. 1929, p. 5.

⁶⁶⁷ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 185, 7 ago. 1929, p. 7.

⁶⁶⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano I, n. 115, 8 mar. 1930, p. 3.

⁶⁶⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 723, 5 mar. 1932, p. 3.

prol de “certas reivindicações de princípios” e não para “obter vantagens e conquistar posições”⁶⁷⁰. Para os libertadores, isto explicaria o dito “milagre”:

unimo-nos ao adversário da véspera, não para compartilhar posições, mas para realizar um certo número de princípios. E agora continuamos unidos para preservar o verdadeiro caráter da revolução nacional e para assegurar definitivamente no Rio Grande um ambiente de tolerância e liberdade⁶⁷¹.

Através destes termos, propagou-se uma visão de que PL não estava preocupado com a “conquista de posições”, mas com a “realização de certos princípios”, o que explicaria a associação com os antigos adversários⁶⁷². Seria “**por estarem em jogo ideias fundamentais** que os libertadores puderam aliar-se aos republicanos, para sustentarem, primeiro pelo voto e depois pelas armas, o nome do prócere republicano”⁶⁷³. Nas palavras de Baptista Lusardo, em discurso no congresso do PL: “nós fizemos a Frente Única – admirável milagre nas frases de Assis Brasil [...] e nunca foi objeto das nossas palestras o mais leve intento de proveitos materiais ou cargos”⁶⁷⁴. Na mesma direção apontam os artigos publicados no jornal republicano “*A Federação*”. Segundo estes, no Rio Grande do Sul havia a especificidade da luta entre partidos “adversários acirrados no terreno das ideias”. Partindo desta premissa situava-se o “espetáculo majestoso da frente única”, realizado “em prol da República e contra os deturpadores do regime”. No processo de união não havia “abdicações doutrinárias” e os dois partidos marchavam “lado a lado, na vanguarda do liberalismo brasileiro, dando arras de elegância moral e superioridade política”⁶⁷⁵.

Os elementos presentes no discurso partidário demonstram uma busca contínua por reafirmar que não se tratava de cargos ou posições de poder, mas sempre por princípios e ideias. Não estava em jogo o acesso a postos de comando da República, mas a reformulação e “salvação do regime pelos ideais liberais salvacionistas dos abnegados políticos rio-grandenses”. Estes aspectos, evocados repetidamente, serviam para justificar a aproximação entre republicanos e libertadores, colocar em evidência a campanha eleitoral da Aliança Liberal e legitimar o movimento de 1930. Da mesma maneira, estes elementos seguiam a tradicional estratégia de justificar condutas e práticas a partir do elemento ideológico, utilizando-se de manobras retóricas para validar determinados posicionamentos e esconder posturas que não interessavam deixar transparecer. Tratava-se apenas de realçar sua orientação diante de uma

⁶⁷⁰ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 44, 12 dez. 1929, p. 3.

⁶⁷¹ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 664, 24 dez. 1931, p. 3, grifos meu.

⁶⁷² ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 665, 26 dez. 1931, p. 3.

⁶⁷³ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 827, 8 jul. 1932, p. 3, grifo no original.

⁶⁷⁴ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 456, 17 abr. 1931, p. 2.

⁶⁷⁵ A Federação, Porto Alegre, Ano XLVI, n. 205, 31 ago. 1929, p. 3.

sólida base doutrinária, um grande “conglomerado liberal”. Isto não quer dizer que os projetos e descontentamentos perante o regime político não importassem e fossem vitais para a mobilização daquelas lideranças. Obviamente, elas faziam parte daquele contexto e, justamente por isto mesmo, eram enfatizados com toda força afim de esconder qualquer outra interpretação sobre a luta em jogo.

Outro tópico constantemente evocado diz respeito a uma “unidade de vistas” e a existência de uma sintonia de posicionamentos entre PRR e PL sobre diferentes temas e acontecimentos do momento político. Esta “unidade de propostas”⁶⁷⁶ foi contemplada e divulgada em exaustão. Conforme visto anteriormente, a defesa de pautas em comum pelos deputados federais, as concessões no terreno dos princípios por parte de Vargas e as exigências de Assis Brasil foram aspectos centrais na articulação inicial e igualmente sugerem a tentativa de elaborar uma imagem de “unidade de pensamento” entre os dois partidos, evitando dissídios regionais internos e projetando-se como uma força coesa ao restante do país.

Mesmo após as eleições de 1930, o PL insistiu na “sinceridade” na adoção dos princípios liberais entre os dois partidos e a permanência da FU na “solidariedade de ideias em comum” e no ambiente “mais elevado e sereno” criado no estado⁶⁷⁷. Em outra ocasião, o órgão publicou em sua capa uma declaração de João Neves da Fontoura reafirmando este entendimento: “A Aliança Liberal ainda está de pé. E os partidos Republicano e Libertador continuam **a marchar de mãos dadas, irmanados por um ideal – a libertação do Brasil**”⁶⁷⁸. Ao comparar as entrevistas proferidas por Raul Pilla e Borges de Medeiros sobre a situação política durante o ano de 1931, o jornal elogiou a “unidade de vistas dos partidos”⁶⁷⁹. Em outro momento, destacou a “perfeita harmonia” sobre a necessidade de formação de novos partidos no Brasil em contraposição a opinião de setores governistas que rejeitavam estas iniciativas⁶⁸⁰. Da mesma maneira, enfatizou-se as declarações do chefe do PRR sobre a necessidade de eleições constituintes, posicionamento compreendido como uma demonstração da “unidade de pensamento e ação que se manifestou durante a campanha eleitoral, se fortaleceu na luta armada e se prolongou depois da vitória”⁶⁸¹.

Conforme aponta Maria Izabel Noll, no contexto pós-1930, as lideranças da FU passaram a partilhar das mesmas interpretações sobre o momento político e reforçar sua

⁶⁷⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 44, 12 dez. 1929, p. 3.

⁶⁷⁷ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 134, 31 mar. 1930, p. 3.

⁶⁷⁸ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 230, 22 jul. 1930, p. 1, grifo meu.

⁶⁷⁹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 526, 9 jul. 1931, p. 1, p. 12; n. 528, 11 jul. 1931, p. 12; n. 530, 14 jul. 1931, p. 12; n. 535, 20 jul. 1931, p. 1.

⁶⁸⁰ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 417, 2 mar. 1931, p. 3.

⁶⁸¹ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 618, 30 out. 1931, p. 3.

solidariedade neste campo (NOLL, 1980, p. 70, p. 80). Nessa medida, é possível perceber que a aliança, inicialmente de caráter eleitoral, foi paulatinamente sendo moldada e se ajustando às circunstâncias e problemas surgidos no horizonte político. Diante disto, demarcar a sintonia de posicionamentos se tornou, acima de tudo, um mecanismo de garantia da sobrevivência e da influência daqueles agentes nos rumos da política nacional.

Com a alçada de Vargas ao poder nacional, a posição dos libertadores foi de fornecer diretrizes de orientação ao governo provisório com base nas promessas da Aliança Liberal. Neste sentido, Assis Brasil escreveu para o novo presidente expondo seu ponto de vista e as linhas gerais a serem seguidas⁶⁸², além de lembrar que “não fosse o PL”, o republicano não estaria na presidência da República (SÁ, 1973, p. 85). Com o mesmo intuito, o “*ERG*” publicou uma série de artigos com o objetivo de guiar a conduta do governo provisório para que este pudesse merecer o “leal e desinteressado apoio” dos libertadores⁶⁸³. Por outro lado, antes mesmo da vitória nas armas, Raul Pilla demonstrou sua preocupação com os rumos da revolta e discordava da ideia de Assis Brasil de que Vargas deveria assumir o poder. Embora reconhecesse a vantagem que isso teria em “dar ao movimento um cunho legal e afastar a ideia de uma ditadura militar”, era favorável a uma “junta revolucionária”, tendo em vista o momento do país e a “situação de real e geral desprestígio” do republicano⁶⁸⁴. Além disto, alertava que o grupo não poderia “confiar na lealdade, nem no desinteresse” dos aliados⁶⁸⁵. De acordo com Mem de Sá, Assis Brasil utilizou do seu “imenso prestígio” para defender a posse de Vargas, enquanto Pilla discordou, afirmando que “só podia se iludir” com Getúlio aquele que não o conhecesse, “era dissimulado e não merecia confiança, nem fé. Uma vez sentado na cadeira presidencial, dela não sairia senão à força” (SÁ, 1973, p. 82-84).

Além desta desconfiança, o momento após a vitória militar foi de reavaliação dos limites e possibilidades de continuidade da FU. Segundo os libertadores, com a vitória na revolta, ainda não findava a função da união, “faltava realizar a parte mais dificultosa, a concretização dos ideais”⁶⁸⁶. Neste novo cenário, a FU passou a ser entendida como “garantia da revolução e da própria nacionalidade”⁶⁸⁷ e, com isto, alcançando outro patamar: “a princípio uma simples coligação eleitoral de caráter passageiro” com a “marcha dos acontecimentos” se “transformou

⁶⁸² Carta de Assis Brasil para Getúlio Vargas, Pelotas, 26 out. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁸³ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 301, 13 out. 1930, p.3; n. 303, 15 out. 1930, p. 3; n. 305, 17 out. 1930, p. 3; n. 306, 18 out. 1930, p. 3; n. 307, 20 out. 1930, p. 3; n. 309, 22 out. 1930, p. 3; n. 313, 27 out. 1930, p. 1; n. 328, 13 nov. 1930, p. 3.

⁶⁸⁴ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 24 set. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁸⁵ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 5 out 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁸⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 361, 23 dez. 1930, p. 3.

⁶⁸⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 360, 22 dez. 1930, p. 3.

numa necessidade nacional”, constituindo-se como “uma das mais sólidas bases em que esteia o liberalismo brasileiro”⁶⁸⁸. Em declaração à imprensa, Baptista Lusardo afirmou que seria “mister” mantê-la, já que era a “pedra fundamental da nova república”⁶⁸⁹. Neste sentido, a “ação rio-grandense” deveria ser a “síntese nacional”, responsável pela remodelação da República e para um “regime novo e uma pátria melhor”, pois “assim exigia o Rio Grande o Brasil”⁶⁹⁰.

Durante este contexto, o “*ERG*” também comemorou a “profunda transformação na política rio-grandense” diante da nomeação de libertadores para cargos no governo. O fato demonstra que estava “definitivamente encerrada” a “época da competição partidária”, entrando em vigor o “regime de colaboração, iniciado pelo leal e desinteressado apoio dos libertadores a candidatura de Getúlio Vargas”⁶⁹¹. O contexto significou a ascensão de muitos libertadores a postos de destaque, atendendo parcialmente as expectativas de partilhas do poder e permitindo ao grupo projetar suas reivindicações de dentro do governo provisório.

Da mesma forma que nas articulações de 1929, a reatualização da FU e definição dos seus novos rumos perpassaram pela realização de encontros entre suas principais lideranças. Estas articulações de bastidores, além de permitirem uma visão aprofundada sobre os problemas políticos surgidos no pós-1930, são reveladoras da composição da aliança e o *modus operandi* de suas elites. Dentre os diversos encontros, aqueles realizadas na cidade de Cachoeira, reduto político de Borges de Medeiros, foram emblemáticos e decisivos. O primeiro deles, classificado pela imprensa libertadora como a “reunião” que passaria “a história”, congregou o chefe do PRR, Raul Pilla, João Neves e Flores da Cunha. A confraternização definiu que “a frente única, **mais que nunca consolidada**” faria “**sentir suas diretrizes** na situação geral da nação”⁶⁹². O “*ERG*” destacou que aquela era a primeira vez, após a famosa reunião de Júlio de Castilhos e Silveira Martins, que se encontravam “pessoalmente os chefes das duas tradicionais agremiações políticas”. O “memorável encontro entre os srs. Borges de Medeiros e Raul Pilla”⁶⁹³ serviu para reafirmar que os grupos permaneciam “mais do que nunca unidos em torno do mesmo ponto de vista superior”, desejando apenas “a verdadeira organização da democracia brasileira”⁶⁹⁴. De acordo com Carlos Cortés, o longo hiato de encontros envolvendo as chefias de cada partido estadual “refletia a historicamente intensa luta política entre os gaúchos” (CORTÉS, 2007, p. 65-66).

⁶⁸⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 657, 16 dez. 1931, p. 3.

⁶⁸⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 394, 2 fev. 1931, p. 1.

⁶⁹⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 418, 3 mar. 1931, p. 3.

⁶⁹¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 335, 22 nov. 1930, p. 2.

⁶⁹² *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 631, 16 nov. 1931, p. 12, grifo meu.

⁶⁹³ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 633, 18 nov. 1931, p. 1.

⁶⁹⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 632, 17 nov. 1931, p. 3, p. 12.

Em outra ocasião, reuniram-se Borges, Pilla, Lusardo e Sinval Saldanha. O episódio resultou na publicação, na capa do órgão de imprensa libertador, de uma fotografia das lideranças acompanhada de uma simbólica declaração de Borges de Medeiros: “A frente única é hoje não só **uma questão de honra**, mas também de **salvação** para o Rio Grande e o Brasil”⁶⁹⁵. Dias depois, as mesmas lideranças, acompanhadas de outros correligionários, reuniram-se no palácio do governo em Porto Alegre com o intuito de deliberar sobre a situação e emitir uma nota oficial⁶⁹⁶. O episódio representou outro momento significativo: o reencontro de Assis Brasil com Borges de Medeiros após décadas de rompimento de relações. A ocasião era aguardada com expectativa, já que se tratava da “primeira vez após alguns decênios” que iriam “encontrar-se os dois preclaros chefes”. No primeiro contato estabelecido na rua Duque de Caxias, após um aperto de mãos silêncio, Borges deu início a conversa: “Dr. Assis...”. Prontamente foi interrompido pelo velho companheiro: “deixamos de parte os 40 anos em que vivemos separados e voltemos a nossa intimidade da propaganda republicana. Chama-me Assis”. Borges, surpreso, teria respondido: “Sim, trate-me do mesmo modo. Como folgo em vê-lo”. Na leitura do jornal, na confraternização entre os dois chefes estava mais um “exemplo da grandeza d’alma e o profundo civismo do povo rio-grandense, que põem de lado velhos dissídios para colaborar na grandeza do Brasil!”⁶⁹⁷. Além da utilização do evento para contribuir na retórica do desprendimento e interesses superiores que guiavam os líderes políticos, assim como da “união inquebrantável” da FU, a ocasião é reveladora da possibilidade, permanentemente em aberto na vida político-partidária, de rompimentos e afastamento, mas, igualmente de alianças e reaproximações pessoais.

Após as reuniões, Assis Brasil telegrafou para Vargas comunicando os pontos de vista de PL e PRR⁶⁹⁸ e Raul Pilla e Borges de Medeiros redigiram um documento com sete “sugestões” administrativas que correspondiam o “mínimo das aspirações da opinião rio-grandense” sobre o momento político. O documento situava-se como uma espécie de ultimato para o governo receber o apoio da FU e dentre suas principais exigências constava a punição dos militares responsáveis pelo empastelamento do jornal no Rio de Janeiro, a elaboração de novas leis que garantissem a liberdade de imprensa e um decreto imediato dando início ao alistamento eleitoral⁶⁹⁹. Em seguida, uma nova reunião em Cachoeira contou com a presença de Assis Brasil, Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha. De acordo com o órgão

⁶⁹⁵ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 724, 7 mar. 1932, p. 1, grifo meu.

⁶⁹⁶ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 727, 10 mar. 1932, p. 1; n. 728, 11 mar. 1932, p. 1

⁶⁹⁷ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 730, 14 mar. 1932, p. 1, p. 3, p. 7

⁶⁹⁸ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 734, 18 mar. 1932, p. 1,

⁶⁹⁹ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 735, 19 mar. 1932, p. 1.

libertador, o encontro servia como “uma orientação e uma síntese” da “vontade expressa, da opinião rio-grandense” e não se tratava de uma reunião de homens, mas, sim de “um convergir de forças, o cumprimento de mandatos da opinião”⁷⁰⁰.

Em resposta as articulações promovidas pelos frente unistas, o governo provisório agenciou tentativas de arranjos através do envio de Osvaldo Aranha ao Rio Grande do Sul. O emissário conferenciou com Raul Pilla em Porto Alegre e, em seguida, se dirigiu a Cachoeira encontrar com Borges⁷⁰¹. Dali partiu para Pedras Altas para falar com Assis Brasil⁷⁰². Retornando para o Rio de Janeiro levou consigo Antunes Maciel⁷⁰³, que em seguida viria a romper com os libertadores para ficar ao lado do governo. Em carta para Assis Brasil, Raul Pilla comentou as negociações estabelecidas por Aranha e sua tentativa de trazer os partidos gaúchos para o lado de Vargas através de algumas “concessões”⁷⁰⁴. A excursão também foi alvo de uma charge no “*ERG*”, na qual figuravam dois homens conversando: “– Mas, afinal, que veio fazer o Aranha? - O Aranha veio ver se **tenteia** o Rio Grande”⁷⁰⁵.

Em paralelo aos encontros, os libertadores constantemente manifestaram seu descontentamento com os rumos do governo provisório e sua demora em convocar novas eleições⁷⁰⁶. A pressão pela constituinte se transformou na principal pauta dos correligionários⁷⁰⁷, chegando ao ponto de se questionarem se Rio Grande do Sul havia “lucrado com a revolução”⁷⁰⁸. O desgaste da relação com o governo ocorreu gradualmente entre os anos de 1931-1932, em um contexto que pode ser caracterizado por múltiplos recuos, acompanhados de tentativas de aproximações, declarações críticas intercaladas por elogios e apoios, rompendo apenas com a deflagração da revolta constitucionalista em São Paulo. Tudo isto, apesar do tom apaziguador de Assis Brasil e seu intento de mediar uma solução conciliatória entre os partidos e Vargas⁷⁰⁹.

⁷⁰⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 741, 28 mar. 1932, p. 1, p. 3.

⁷⁰¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 753, 14 abr. 1932, p. 1.

⁷⁰² *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 758, 16 abr. 1932, p. 1,

⁷⁰³ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 762, 21 abr. 1932, p. 12.

⁷⁰⁴ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 8 mai. 1932. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁷⁰⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 761, 20 abr. 1932, p. 1, grifo no original.

⁷⁰⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 321, 6 dez 1930, p. 3; n. 371, 6 jan. 1931, p. 3; n. 384, 21 jan. 1931, p. 3;

⁷⁰⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 401, 10 fev. 1931, p. 3; n. 412, 24 fev. 1931, p. 3; n. 415, 27 fev. 1931, p. 3; n. 422, 7 mar. 1931, p. 3; n. 471, 6 mai. 1931; n. 477, 13 mai. 1931, p. 3; n. 503, 12 jun. 1931, p. 3; n. 565, 24 ago. 1931, p. 3; Ano III, n. 616, 28 out. 1931, p. 3; n. 627, 11 nov. 1931, p. 3; n. 628, 12 nov. 1931, p. 3; n. 645, 2 dez. 1931, p. 3; n. 649, 7 dez. 1931, p. 3; n. 652, 10 dez. 1931, p. 3; n. 655, 14 dez. 1931, p. 3.

⁷⁰⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano II, n. 405, 14 fev. 1931, p. 2.

⁷⁰⁹ Cópia de carta de Assis Brasil para Getúlio Vargas, Buenos Aires, 14 jul. 1932; Cópia de carta de Assis Brasil para Flores da Cunha, Buenos Aires, 18 jul. 1932. Carta de Assis Brasil para Raul Pilla, Buenos Aires, 20 jul. 1932 Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

Um dos principais aspectos evocados pelos líderes para justificar o rompimento, foi aquilo que era classificado como a “honra em jogo”. Estas posições podem ser lidas como uma preocupação com a sobrevivência das lideranças do PRR e PL no cenário político e sua proeminência na condução do governo provisório, tendo em vista que cada vez mais perdiam espaços nos postos e orientações. De acordo com Maria Helena Castro, havia uma nítida frustração com o governo e sua postura de fugir tanto das práticas políticas tradicionais (a oligarquia gaúcha deveria ser o grupo favorito nos privilégios e favores governamentais), quanto a realização da plataforma da Aliança Liberal pela qual se fez o movimento armado. Os membros da FU esperavam que sua maciça presença nos cargos federais fosse revertida em benefícios e lhe valesse uma decisiva influência no poder central, o que acabou não ocorrendo (CASTRO, 1980, p. 48-50).

Outro problema central foram as sucessivas crises entre os políticos paulistas e o governo federal, principalmente em decorrência dos descontentamentos dos membros do PD, tradicionais aliados dos libertadores e partícipes da Aliança Liberal. Ainda em dezembro de 1930, os democráticos já demonstravam desconfiança com o ambiente em seu estado e os rumos contrários ao “espírito civilista da revolução”⁷¹⁰. Vencida a luta armada e sendo o braço civil da revolta em São Paulo, os líderes esperavam receber o governo do seu estado, expectativa frustrada com a nomeação do interventor militar João Alberto e de diversos outros membros tenentistas na administração estadual. Depois disto, as relações entre paulistas e o governo permaneceram caracterizadas por movimentos de afastamentos e conciliação em negociações constantes pela nomeação de interventores⁷¹¹. Ao longo deste processo, os libertadores permaneceram em apoio aos seus tradicionais aliados⁷¹². No início do ano de 1932, a situação se agravou e o PD rompeu com situacionismo federal⁷¹³. Em seguida, o grupo se aliou ao PRP na formação de uma frente única em prol da reconstitucionalização do país e na defesa da autonomia de São Paulo⁷¹⁴. Com a FU paulista as animosidades com o governo provisório e os militares aumentaram cada vez mais⁷¹⁵, levando a eminência de um conflito⁷¹⁶, finalmente deflagrado no mês de julho com a revolta constitucionalista⁷¹⁷.

⁷¹⁰ Carta de Paulo Moraes de Barros para Assis Brasil, São Paulo, 7 dez. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁷¹¹ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 425, 11 mar. 1931, p. 1; n. 426, 12 mar. 1931, p. 3, n. 447, 7 abr. 1931, p. 1, Ano III, n. 630, 14 nov. 1931, p. 1, p. 3; n. 633, 18 nov. 1931, p. 1.

⁷¹² ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 442, 31 mar. 1931, p. 3; n. 447, 7 abr. 1931, p. 3; Ano III, n. 673, 6 jan. 1932, p. 3.

⁷¹³ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 672, 5 jan. 1932, p. 1; n. 673, 16 jan. 1932, p. 2-3; n. 690, 26 jan. 1932, p. 1.

⁷¹⁴ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 706, 15 fev. 1932, p. 1; n. 708, 17 fev. 1932, p. 1.

⁷¹⁵ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 733, 17 mar. 1932, p. 1; n. 734, 18 mar. 1932, p. 1.

⁷¹⁶ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 793, 30 mai. 1932, p. 1, p. 3.; n. 794, 31 mai. 1932, p. 1.

⁷¹⁷ A chamada “Revolta Constitucionalista de 1932” ocorreu entre os meses de julho a outubro de 1932 com focos de conflito em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Sobre o movimento, ver: NOGUEIRA FILHO,

Além das sucessivas crises no estado paulista, vistas com profundo desgosto pelos libertadores, o episódio do empastelamento do “*Diário Carioca*”, jornal do Rio de Janeiro atacado por oficiais do Exército no dia 25 de fevereiro de 1932, também influenciou no afastamento dos políticos gaúchos. O periódico, após a publicação de críticas ao “Clube 3 de outubro” foi atacado por oficiais do Exército e encerrou sua circulação. Diante do acontecimento, a chefia do PL exigiu providências e punição imediata dos culpados⁷¹⁸. O episódio era mais um no conjunto de críticas que os políticos do Rio Grande do Sul possuíam em relação aos militares e sua influência nos rumos da política nacional. De acordo com Baptista Lusardo, havia uma clara “preponderância dos tenentes” nas posições do governo e a confusão nos posicionamentos oficiais era proposital para entravar a constituinte⁷¹⁹. Segundo Raul Pilla, Juarez Távora, João Alberto e Osvaldo Aranha estavam tentando criar um “fascismo brasileiro” com as legiões revolucionários, destruindo a “obra da revolução” e conduzindo “o país ao descalabro completo”⁷²⁰. A aproximação cada vez maior entre Vargas e tenentes também era ridicularizada pela imprensa libertadora. Em uma fotografia retirada do jornal “*A Noite*” e publicada no “*ERG*”, Vargas figura sentado em uma cadeira tirando um cochilo e, atrás dele, um militar permanece em vigília do seu sono. A legenda da imagem é emblemática: “A ditadura dorme... e os tenentes velam”⁷²¹.

Este conjunto de problemas e críticas desembocou na chamada “crise dos demissionários”, na qual membros do PL e PRR que possuíam cargos no governo federal solicitaram oficialmente seu desligamento. Dentre estes, estava João Neves da Fontoura (ex-consultor jurídico do Banco do Brasil), Ariosto Pinto (ex-membro do Conselho de Contribuinte), Sérgio de Oliveira (ex-diretor da Carteira predial da Caixa Econômica Federal), Aníbal Barros Cassal, (ex-diretor da Imprensa Nacional), João Baptista Lusardo (ex-chefe de polícia do Distrito Federal) e Lindolfo Collor (ex-Ministro do Trabalho)⁷²². De acordo com o jornal libertador, os representantes foram “obrigados a deixar os seus postos” diante das atitudes do governo, no qual o “Rio Grande já não podia continuar endossando todos os erros, todos os desatinos”⁷²³. O caso do jornal foi considerado apenas “uma faísca deflagradora da carga

Paulo. **A guerra cívica – 1932**. Rio de Janeiro: Jose Olympo Editora, 1966; SILVA, Helio. **1932: a guerra paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981; DONATO, Hernani. **História da Revolução de 1932**. São Paulo: IBRASA, 2002.

⁷¹⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 716, 26 fev. 1932, p. 1; n. 721, 3 mar. 1932, p. 3

⁷¹⁹ Carta de Baptista Lusardo para Raul Pilla, Rio de Janeiro, 16 nov. 1931. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷²⁰ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 3 dez. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁷²¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 753, 11 abr. 1932, p. 12.

⁷²² *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 722, 4 mar. 1932, p. 1, p. 12; n. 723, 5 mar. 1932, p. 4.

⁷²³ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 723, 5 mar. 1932, p. 3.

explosiva que há muito se vinha acumulando”⁷²⁴ e, segundo os libertadores, havia um ambiente de profunda “divergência” e no qual a FU, por mais de uma vez, expressou, “em caráter cordialmente amistoso, as suas queixas e advertências”, porém “tudo em vão”⁷²⁵. O ponto central das discordâncias estava, principalmente, na falta de empenho e clareza no assunto do retorno ao regime constitucional⁷²⁶. Em entrevista à imprensa, Lusardo listou os erros cometidos: as escolhas equivocadas de interventores em São Paulo; influência dos grupos militares no governo com a formação das legiões e os fatos ocorridos em Minas Gerais, onde aliados do PRM foram preteridos por militares; e a rejeição de todos os conselhos e advertências oferecidos pelos líderes frente-unistas⁷²⁷.

Em maio de 1932, Vargas publicou um manifesto à nação e fixou data para as novas eleições, agendadas para dali um ano⁷²⁸. Apesar de finalmente apresentar avanços no problema tão criticado, os libertadores repreenderam o longo prazo para a realização do pleito, concluindo que o “ilustre ditador” amava “a ditadura”⁷²⁹. No mesmo momento, agravou-se a situação em São Paulo e o “*ERG*” classificou a situação como em “uma encruzilhada”: Vargas deveria “definir-se de maneira decisiva” ficando “de vez com os que pretendem escravizar São Paulo e, com ele, o Brasil, ou os abandona, retomando os antigos compromissos assumidos para com a nação brasileira”⁷³⁰.

Além das divergências diretas com Vargas, os libertadores entraram em colisão com Osvaldo Aranha, Ministro da Fazenda, braço-direito do chefe do executivo e de fortes vínculos com os militares. Em declarações à imprensa, Baptista Lusardo acusou Aranha de ser o responsável pelas sucessivas crises políticas, o enfraquecimento da FU, a intervenção na política mineira e o favorecimento aos militares em São Paulo. O republicano, sentindo-se ofendido, escreveu para Lusardo contestando as afirmações⁷³¹. Em seguida, Aranha também foi o pivô de uma crise interna no PL que resultou na dissidência do deputado Adalberto Correa.

Antes deste fato, Correa já vinha realizando críticas sistemáticas a condução de Raul Pilla no partido, o qual, segundo seu entendimento, estaria “enfraquecendo o governo provisório, firmado em pontos de vista pessoais”, promovendo uma campanha de constitucionalização que era prejudicial a “obra revolucionária”⁷³². O fato levou Pilla a

⁷²⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 735, 19 mar. 1932, p. 3.

⁷²⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 740, 26 mar. 1932, p. 3.

⁷²⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 743, 30 mar. 1932, p. 3.

⁷²⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 734, 18 mar. 1932, p. 2.

⁷²⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 776, 7 mai. 1932, p. 1; n. 782, 16 mai. 1932, p. 1-3.

⁷²⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 785, 19 mai. 1932, p. 3.

⁷³⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 792, 28 mai. 1932, p. 12.

⁷³¹ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 750, 7 abr. 1932, p. 1-2.

⁷³² *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 723 5 mar. 1932, p. 12.

manifestar-se e, alertando para a disciplina partidária e para o risco de eventuais aproximações com o “Club Três de Outubro”, grupo antagônico ao programa, às tradições liberais e à orientação política dos libertadores⁷³³. Em seguida, circularam boatos de que Correa estaria estreitando laços com o grupo dos tenentes e sendo cotado para ser o novo interventor de Santa Catarina com a aprovação destes⁷³⁴. Em junho de 1932, Adalberto acusou a redação do jornal libertador de forjar telegramas e notícias sobre uma suposta demissão de Osvaldo Aranha do Ministério da Fazenda com o intuito de desestabilizar o governo federal⁷³⁵. Diante do caso, publicou um manifesto rompendo com o partido e acusando Pilla de “enganar seus próprios companheiros”, forjando “falsidades” e usando “truques” para ludibriar o Rio Grande e o país para “atirá-los contra os drs. Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e contra a Revolução”. Segundo ele, o presidente do PL optou por fazer acordos com o “famigerado chefe do Partido Republicano” e com o “PRP, os inimigos da Revolução”, e virou as costas para Vargas, “o formador da Frente Única” e “mais elevada expressão da Revolução”, com o qual os libertadores tinham “solenes compromissos”⁷³⁶. Em resposta, o “*ERG*” reafirmou a veracidade das informações publicadas e questionou a conduta do dissidente, o qual estaria tentando de todas as formas chamar atenção para suas críticas à chefia partidária, chegando ao ponto de tentar provocar “um escândalo” com o caso das supostas notícias falsas⁷³⁷.

Logo em seguida, o jornal chegou à conclusão de que Correa era apenas “instrumento inconsciente de mãos ocultas”, manejado com o intuito de atingir o “prestígio” do PL. As manobras teriam sido realizadas por pessoas do Ministério da Fazenda, sob “conselho e autorização” de Osvaldo Aranha. Diante do fato, Pilla telegrafou para Aranha afirmando que “o receber o golpe, que bateu em vão, adivinhei donde partia. Agora tenho a certeza”⁷³⁸. Em resposta Aranha afirmou que não estava surpreso de lhe atribuírem “a responsabilidade de tudo e de todos” e quem precisava dar explicações era o chefe libertador. Na réplica, Pilla insinuou que se atribuíam-lhe “sempre a responsabilidade de todos os erros” era porque “o deve, pois quando não os pratica, os encampa”⁷³⁹. Nas discussões, Correa também telegrafou refutando a dita influência sobre seus atos e responsabilizando exclusivamente Pilla por todos os problemas.

⁷³³ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 756, 14 abr. 1932, p. 1.

⁷³⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 768, 28 abr. 1932, p. 1.

⁷³⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 807, 15 jun. 1932, p. 12; n. 808, 16 jun. 1932, p. 1;

⁷³⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 808, 16 jun. 1932, p. 9.

⁷³⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 809, 17 jun. 1932, p. 3.

⁷³⁸ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 810, 18 jun. 1932, p. 1, p. 3.

⁷³⁹ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 811, 20 jun. 1932, p. 1.

A troca de telegramas continuou, Aranha esperando pela “correção da injustiça” e Pilla reafirmando ser “vítima de uma trama indecorosa”⁷⁴⁰.

No mesmo contexto, outro dissídio importante envolveu Antunes Maciel. Os posicionamentos assumidos por este nos anos de 1930 renderam múltiplas críticas por parte dos correligionários. Quando atuava no âmbito estadual foi acusado de ser “um secretário infeliz, com a única preocupação de cortejar o interventor”⁷⁴¹. O diretório local de Rio Pardo manifestou descontentamento com a atitude de Maciel em se colocar ao lado daqueles que hostilizavam os libertadores, contrariando as posições oficiais do partido⁷⁴². Com as relações cada vez mais estremecidas, o ex-deputado pediu demissão do cargo de Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul e solicitou desligamento do partido, justificando estar alheio e em divergência com as deliberações da “atual direção”⁷⁴³. Após o lamento de alguns correligionários, Raul Pilla esclareceu que havia sido o próprio dissidente que, “preferindo ficar com a Ditadura” se declarou “desligado do Partido”⁷⁴⁴. No mesmo sentido, o “*ERG*” publicou uma nota reafirmando que não era o DC responsável pelo fato, mas sim o dissidente que se autodefiniu como tendo encerrado “os compromissos que o prendiam as correntes partidárias do Estado”⁷⁴⁵. Em artigo intitulado “As razões do Sr. Antunes Maciel”, o órgão libertador comentou a “terceira ou quarta vez” que o mesmo se afastava, criticando o abandono da agremiação que “apesar de seus deslizes partidários, sempre lhe deu as melhores posições”. Segundo o jornal, para Maciel, tudo se resumiria “na pessoa do sr. Getúlio Vargas”, tendo abandonando família e amigos “para acompanhar o novo Messias”. Em suma, apontavam que o dissidente “mais uma vez abandonou o seu Partido, não por motivos de princípios, que esses nenhuma importância tem para ele, mas por causa de ordem pessoal, como é do seu feitio”⁷⁴⁶.

Com o levante armado iniciado pelos paulistas para derrubar Vargas e convocar uma nova constituinte nacional, o cenário de rompimento da FU com o governo provisório tomou contornos definitivos. Na capa do dia 13 julho de 1932, o diário publicou um manifesto assinado por Raul Pilla e Borges de Medeiros aderindo oficialmente a revolta⁷⁴⁷. O manifesto resultou no fechamento do jornal libertador e na tentativa malograda de convulsionar o estado em auxílio

⁷⁴⁰ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 813, 22 jun. 1932, p. 1.

⁷⁴¹ Carta de Cacildo Koch para Assis Brasil, Porto Alegre, 26 dez. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

⁷⁴² *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 789, 24 mai.1932, p. 9.

⁷⁴³ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 814, 23 jun. 1932, p. 12; n. 822, 2 jul. 1932, p. 1.

⁷⁴⁴ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 824, 5 jul. 1932, p. 12.

⁷⁴⁵ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 826, 7 jul. 1932, p. 12.

⁷⁴⁶ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 827, 8 jul. 1932, p. 3.

⁷⁴⁷ *ERG*, Porto Alegre, Ano III, n. 830, 13 jul. 1932, p. 1. Após este número, o jornal não retornou ao funcionamento em decorrência da censura governista e a falta de recursos internos, apesar dos diversos esforços empreendidos pelos membros do órgão. Ver: Carta da Comissão do Estado do Rio Grande para o Diretório Central do Partido Libertador, Porto Alegre, 25 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

aos paulistas. Com o episódio, diversas lideranças da FU acabaram exiladas em países vizinhos e Borges de Medeiros preso e enviado para o Recife.

O conturbado momento político e a circunstância da FU como um bloco de oposição provocaram decisivas reformulações nas máquinas partidárias tradicionais e um realinhamento de forças e alianças no interior da política regional e nacional. De acordo com Aspásia Camargo, o contexto significou um “marco depurador das antigas oligarquias e dos tenentes” (CAMARGO, 1983, P. 38). Da mesma maneira, Pandolfi e Grynszpan identificaram o alijamento das elites civis e militares com a marginalização ou depuração de atores vitoriosos em 1930 através de processo que não foi linear, mas com redefinições constantes de esquemas de alianças (PANDOLFI; GRYNSZPAZN, 1997, p. 8, p. 22). Neste contexto, alguns vínculos dos libertadores foram reforçados e outros se deterioraram. Flores da Cunha passou a ser visto como o “traidor” da FU⁷⁴⁸ e Getúlio Vargas de “herói liberal” e “salvador da democracia” passou a “ditador implacável” e “inimigo dos partidos gaúchos”. Por outro lado, João Neves recebeu de Raul Pilla a autorização para representar os interesses do PL perante as demais correntes políticas na capital federal⁷⁴⁹ e, posteriormente, se transformou em um dos principais parceiros de conspiração no exílio. Da mesma forma, Borges de Medeiros, o mais criticado dos republicanos, foi consagrado com sua elogiada atuação na tentativa de levante em 1932.

No meio interno libertador as peças igualmente passaram por decisivas reformulações. Alguns nomes mantiveram-se fiéis ao partido e emergiram como principais representantes no na FU, dentre eles, Raul Pilla, que aumentou seu capital político enquanto principal liderança no DC e de estreitos vínculos com líderes republicanos, e Baptista Lusardo, até então com cargo público na capital federal e que optou pelo rompimento com Vargas em defesa dos seus companheiros. Já outros nomes acabaram absorvidos pela máquina estatal e afastando das orientações partidárias. Além dos já citados casos de Antunes Maciel e Adalberto Correa, Plinio Casado foi indicado para o Supremo Tribunal Federal e se retirou da vida política, e Assis Brasil transitou entre o Ministério da Agricultura, a colaboração com o novo código eleitoral e o desempenho de missões fora do país. Sobre este último, é possível aventar que o seu envio para o serviço diplomático, para além de sua experiência e talento na área, também se tratasse de uma tentativa do governo provisório em intervir e retirar da cena político-partidária um dos principais nomes da Aliança Liberal, importante liderança do PL e do PDN.

⁷⁴⁸ A conduta de Flores da Cunha foi alvo de um livro escrito por João Neves da Fontoura e publicado durante o exílio com contundentes acusações ao interventor (FONTOURA, 1933).

⁷⁴⁹ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 775, 5 mai. 1932, p. 1.

Outro fator de impacto no seio libertador ocorreu em decorrência das adesões ao PRL de Flores da Cunha. O novo partido buscou manter suas posições de poder e reunir aqueles que haviam sido expulsos ou rompidos por discordarem do PRR e PL (TRINDADE, 1979, p. 183). Conforme indicado na análise prosopográfica, a troca do PL pelo PRL ocorreu com diversos membros do núcleo de poder central libertador. Ao analisar os nomes que compuseram as chapas da nova agremiação para deputados federais e estaduais de 1933 e 1934 é possível identificar a extensa lista de próceres do PL: Heitor Anne Dias, Demétrio Mércio Xavier, João Fanfa Ribas, Argemiro Dornelles, Gaspar Saldanha, Adalberto Corrêa, Francisco Antunes Maciel, Dário Crespo, Adolpho Pena, Arthur Caetano e Favorino Mércio⁷⁵⁰.

De acordo com o jornal “*A Federação*”, que na nova conjuntura se transformou em órgão do PRL, os ex-libertadores teriam aderido ao partido devido ao seu programa mais amplo⁷⁵¹. Apesar da tradicional argumentação em torno das ideias, os motivos das dissidências foram diversos. Para além dos preceitos liberais da nova agremiação, um dos fatores encontrase na conduta assumida pela chefia do PL, principalmente de Raul Pilla, em insistir no rompimento com Vargas, no apoio aos paulistas e na deflagração de uma guerra civil contra o governo que havia auxiliado a compor. Este foi, por exemplo, o motivo explícito de rompimento de Adalberto Correa e Antunes Maciel. Outro elemento está vinculado aos interesses pragmáticos das elites políticas. O PRL já nascia como grupo no poder e naquele momento tinha muito mais a oferecer do que os partidos da FU. O correligionário Ladislau Amaro alertou Raul Pilla sobre as pressões que o PRL fazia nos correligionários do interior, ameaçando de demissões de cargos e oferecendo benefícios e posições pela sua adesão. Segundo ele, diversos companheiros já haviam aceitado as ofertas e aguardavam “a paga que lhes é devida”, como por exemplo, Dario Crespo que receberia a secretaria da Fazenda estadual e Demétrio Xavier e Fanfa Ribas, contemplados com vagas no banco do estado⁷⁵². Da mesma maneira, Pacheco Prates criticou os “falsos companheiros e maus elementos” que aceitavam os subornos, “aproveitadores das situações para galgarem posições e avançarem nos cargos públicos”, tendo ele próprio recebido a oferta de um cargo, a sua escolha, na alta administração do Estado⁷⁵³.

Apesar da delicada situação vivida, o deslocamento do PL e PRR para a oposição significou um reforço da aliança entre os grupos, já que foi justamente neste momento em que encontraram uma maior consolidação de seus vínculos e uma atuação conjunta mais efetiva. Os

⁷⁵⁰ *A Federação*, Porto Alegre, Ano L, n. 156, 6 de jun. 1933, p. 3.

⁷⁵¹ *A Federação*, Porto Alegre, Ano L, n. 3, 3 de jan. 1933 p. 3

⁷⁵² Carta de Ladislau Amaro para Raul Pilla, Porto Alegre, 4 dez. 1932. Arquivo Raul Pilla. NUPERGS.

⁷⁵³ Carta de Luiz Pacheco Prates para Raul Pilla, Quaraí, 10 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla. NUPERGS.

partidos chegaram a fundar um órgão de imprensa da Frente Única na cidade de Rivera no Uruguai (RANGEL, 2001, p. 105). Em solo estrangeiro também realizaram seus congressos partidários, ocorridos no mesmo local e data, promovendo o intercâmbio de pautas e rediscussões dos seus respectivos programas⁷⁵⁴. De acordo com Castro, nos congressos de Rivera, a orientação principal foi o engajamento na disputa eleitoral e a reorganização da FU em todos os níveis. A partir dali a campanha foi realizada toda em conjunto, “a ponto dos comícios reunirem sempre oradores dos dois partidos” e a “aliança das cúpulas” conseguiu se impor “as bases partidárias”, tendo em vista que até então havia apenas mobilizado seus adeptos “para efeitos nacionais” (CASTRO, 1980, p. 69-70).

Durante este contexto alguns correligionários chegaram até mesmo a cogitar a fusão completa entre os dois partidos. O libertador Britto Velho relatou ter conversado com companheiros dos dois grupos sobre a ideia “muito bem recebida” de fundação de um único e grande partido⁷⁵⁵, tendo em vista que as “divergências” já não eram mais “intransponíveis” e a vitória contra o governo Vargas dependia desta unificação⁷⁵⁶. No entendimento de Raul Pilla, a ideia parecia prematura e causaria deserções importantes, por isto, defendia outra “fórmula”, a da “aliança com um programa mínimo comum”⁷⁵⁷. Com isto, discordava dos correligionários que gostariam de elaborar um “verdadeiro programa de partido” da FU e considerava “mais prudente” a realização de “um acordo puramente eleitoral, em vez de propriamente político”⁷⁵⁸. O aspecto que mais lhe preocupa eram as diretrizes assumida por este programa, apesar de concordar com algumas ideias de João Neves e Borges de Medeiros, o tema que considerava “capital não poderia entrar no programa”, tendo em vista que “seria exigir muito dos republicanos” que aceitassem a formula parlamentar, muito embora Neves fosse favorável a “um meio termo”⁷⁵⁹.

Em carta para Mauricio Cardoso, Pilla sugeriu que o programa contemplasse apenas “certos princípios básicos”, não havendo como encarar algumas questões naquele momento, tendo em vista que “dentro de cada um dos partidos” existiam “discrepâncias já por si difíceis de reconciliar”: o PRR com castilhistas mais ferrenhos e correntes mais “modernas” e os libertadores com presidencialistas e parlamentaristas. Diante disto, questionava “como

⁷⁵⁴ Carta de Raul Pilla para João Neves da Fontoura, Buenos Aires, 20 abr. 1933; Carta de Raul Pilla para Borges de Medeiros, Rivera, 23 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁵⁵ Carta de (?) Augusto Fontoura para Raul Pilla, Porto Alegre, 7 out. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁵⁶ Carta de Carlos de Britto Velho para Raul Pilla, Porto Alegre, 8 dez. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁵⁷ Carta de Raul Pilla para Carlos de Brito Velho, Buenos Aires, 17 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Mario Amaro, Buenos Aires, 25 jan. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁵⁸ Carta de Raul Pilla para João Neves da Fontoura, Buenos Aires, 20 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁵⁹ Carta de Raul Pilla para Mario Amaro, Buenos Aires. 27 fev. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

encontrar um comum denominador ideológico” sem que se fosse “além das generalidades”, concluindo que era mais acertado “**ladear**” o problema, “limitando-se o acordo ao aspecto puramente eleitoral”, “do que propriamente doutrinário”⁷⁶⁰. Em resposta, o republicano divergiu e considerou o programa não apenas possível, mas “fundamental a vida dos dois partidos rio-grandenses”⁷⁶¹.

Em mais um capítulo de renegociação das possibilidades da FU, a aliança passou por divergências internas de posicionamentos. Os membros que permaneceram no Brasil insistiram na organização política e eleitoral. Em reunião realizada na casa de Mauricio Cardoso em Porto Alegre decidiram pela continuidade da FU “com maior firmeza e mais íntima união”, discutindo “os princípios” para sua ação “mediante concessões recíprocas de ambos os partidos”. Com este intuito, fundaram uma Comissão Central diretiva com cinco membros de cada agremiação. Pelos libertadores foram indicados Mario Amaro da Silveira, Raymundo Gonçalves Vianna, Alfredo Simch, Gabino Fonseca e Edgar Schneider. A mesma iniciativa deveria ser realizada nos âmbitos municipais⁷⁶². Em nova reunião, os próceres definiram sua atitude como exclusivamente de fins partidários e eleitorais, afastados de qualquer conspiração armada⁷⁶³. De acordo com Edgar Schneider, por iniciativa de Mario Amaro, os correligionários estavam tentando recompor a FU, com o intuito de evitar que a dispersão partidária assumisse maiores proporções⁷⁶⁴. Em seguida, o grupo emitiu uma circular aos diretórios locais, informando a formação da comissão e solicitando a criação de órgãos locais para dirigir e intensificar o alistamento eleitoral⁷⁶⁵. Pedido que foi prontamente atendido⁷⁶⁶. Neste cenário, os membros no Brasil não vislumbravam “outro meio de luta senão o voto”, compreendendo que, diante da falta de ambiente e recursos, qualquer movimento armado estaria fadado ao fracasso⁷⁶⁷. Além disto, articularam-se para “desviar os companheiros exilados do caminho que poderia ser a ruína”, temendo que Pilla pudesse ser arrastado para um algum erro que apenas aumentaria “o poderio da ditadura”⁷⁶⁸.

⁷⁶⁰ Carta de Raul Pilla para Mauricio Cardoso, Buenos Aires, 22 mar. 1933, grifo meu. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶¹ Carta de Maurício Cardoso para Raul Pilla, Porto Alegre, 13 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶² Relatório de Reunião da Frente Única, Porto Alegre, 11 out. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶³ Ata da Reunião da Frente Única, Porto Alegre, 29 out. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶⁴ Carta de Edgar Schneider para Raul Pilla, Porto Alegre, 20 out. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶⁵ Circular da Comissão Central Mista de libertador, Porto Alegre, 1 dez. 1932. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶⁶ Fundação do Grêmio Cívico Frente Única Santa-Mariense, Santa Maria, 9 dez. 1932; Manifesto de fundação da Comissão Municipal da Frente Única de Alegrete, Alegrete, 14 dez. 1932; Fundação do Diretório da FU em Jaguarão (Carta de Raul Pilla para Hermes Affonso, Buenos Aires, 17 jan. 1933). Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶⁷ Carta de Urbano Garcia para Raul Pilla, Pelotas, 16 jan. 1933; Carta de Alcides Pinto para Raul Pilla, Jaguarão, 27 jan. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁶⁸ Carta de Urbano Garcia para Mario Amaro, Pelotas, 18 fev. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

Por sua vez, o grupo dos exilados, centralizado em Pilla, Lusardo, Anacleto Firpo e Waldemar Ripoll⁷⁶⁹ e seus aliados do PRR, persistiu nas articulações⁷⁷⁰. Pilla confidenciou para Mem de Sá que não compreendia como os companheiros ainda confiavam “em eleição e constituinte”, criticando a comissão mista por estar “muito inclinada a satisfazer as exigências do clero” e ressaltando que a “ação verdadeira” deveria ser outra⁷⁷¹. Segundo ele, havia sido “vencido” no Diretório na defesa da desistência das urnas⁷⁷², mas acreditava que a censura, prisões, perseguições e violências demonstravam não haver ilusões com eleições e que os companheiros estavam “padecendo de um daltonismo espiritual” com demasiado otimismo⁷⁷³. Em seu ponto de vista, havia apenas “uma saída: a revolução”, já que a “gente que nos governa hoje é simplesmente um bando de criminosos. A não ser que se produza um milagre, hoje ou amanhã, sós ou acompanhados, teremos de recorrer às armas”⁷⁷⁴. Em manifesto aos correligionários, lembrou das responsabilidades dos partidos gaúchos diante do fracasso das promessas liberais de 1930, do concurso armado de 1932 e a importância de “resgatar a dívida de honra para com a nacionalidade escravizada e escarnekida”, solicitando a colaboração para o “Tesoura da Libertação” em prol das articulações dos exilados⁷⁷⁵.

As conspirações permaneceram ativas por durante boa parte dos anos de 1932 e 1933. Raul Pilla manteve articulações intensas com João Neves da Fontoura⁷⁷⁶ e contatos com militares de oposição⁷⁷⁷ e políticos paulistas exilados na Europa⁷⁷⁸. Enquanto isto, Vargas e

⁷⁶⁹ Ripoll foi um dos conspiradores mais ativos, acabou assassinado por adversários durante o exílio. Sobre o crime, ver (RANGEL, 2001).

⁷⁷⁰ Carta de Raul Pilla para Anacleto Firpo, Buenos Aires, 21 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Anacleto Firpo, Buenos Aires, 29 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Baptista Lusardo, Rivera, 30 abr. 1933; Ata de reunião de lideranças da FU no exílio. Rivera, 7 mai. 1933; Carta de Raul Pilla para Baptista Lusardo e João Neves, Rivera, 17 mai. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷¹ Carta de Raul Pilla para Mem de Sá, Buenos Aires, 2 jan. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷² Carta de Raul Pilla para Firmino Torelly, Buenos Aires, 18 jan. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷³ Carta de Raul Pilla para Mario Amaro, Buenos Aires, 7 fev. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷⁴ Carta de Raul Pilla para Paulo de Moraes Barros, Buenos Aires, 4 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷⁵ Apelo aos correligionários da Frente Única, por Raul Pilla. Buenos Aires, 20 jan. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷⁶ Carta de Raul Pilla para João Neves da Fontoura, Rivera, 15 nov. 1932; Carta de João Neves para Raul Pilla, Buenos Aires, 16 nov. 1932; Carta de João Neves para Raul Pilla, s/local, 25 nov. 1932; Carta de João Neves para Raul Pilla, Buenos Aires, 1 dez. 1932; Carta de Raul Pilla para Alfredo Simch, Buenos Aires, 10 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para João Neves e Otacílio Fernandes, Montevideú, 8 fev. 1933; Carta de Raul Pilla para João Neves, Buenos Aires, 20 fev. 1933; Carta de Raul Pilla para João Neves, Buenos Aires, 26 fev. 1933; Carta de João Neves para Raul Pilla, Punta del Inca, 26 fev. 1932; Carta de João Neves a Raul Pilla, Punta del Inca, 4 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para João Neves, Buenos Aires, 6 mar. 1933; Carta de João Neves para Raul Pilla, Punta del Inca, 18 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷⁷ Carta de Isidoro Dias Lopes para Raul Pilla, Lisboa, 11 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Cel. Turíblio Gomes, Buenos Aires, 19 jan. 1933; Manifestação dos militares exilados, Lisboa, 31 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Gal. Marcial Terra, Buenos Aires, 12 fev. 1933; Carta de Raul Pilla para Isidoro Dias Lopes, Buenos Aires, 4 abr. 1933; Carta de Raul Pilla para Basílio Taborda, Buenos Aires, 10 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷⁸ Carta de Raul Pilla para Paulo de Moraes Barros, Rivera, 15 nov. 1932; Carta de Paulo Moraes de Barros para Raul Pilla, Lisboa, 12 jan. 1933; Carta de Raul Pilla para Paulo de Moraes Barros, Buenos Aires, 10 fev. 1933;

Flores da Cunha seguiram monitorando de perto os líderes e vigiando as fronteiras sulinas. Diante disto, muitas das correspondências trocadas eram elaboradas em códigos e com a utilização de pseudônimos com o intuito de driblar a censura e os espões do governo⁷⁷⁹.

Com o insucesso das articulações, aliado a pressão dos correligionários em prol da luta através das urnas, os exilados optaram por aguardar o pleito para “ver que rumo tomam as coisas”⁷⁸⁰. Em seguida, iniciaram conversas sobre a possibilidade de entendimento e anistia com Flores da Cunha⁷⁸¹ e retornaram ao país. As eleições para a constituinte nacional ocorridas em maio de 1933 foram caracterizadas pelas reclamações dos frente-unistas perante supostas irregularidades no pleito e pela esmagadora vitória do PRL, decepcionando profundamente republicanos e libertadores⁷⁸².

De maneira geral, este contexto sugere alguns elementos importantes de serem destacados. Em primeiro lugar, aponta para as adversidades como um importante fator de aprofundamento da coesão no interior da FU, auxiliando para reafirmar simbolicamente a força dos dois partidos como um bloco político unitário. Durante este contexto, a aliança passou por uma nova etapa de rearranjo e rearticulação, permeada pelos elementos recorrentes em sua trajetória de composição e atuação: as concessões recíprocas entre os dois grupos; os vínculos, articulações e conchavos promovidos por seus principais líderes; e contorno de divergências a partir de interesses e objetivos conjunturais.

Além disto, o momento político e as tomadas de posição da FU sugerem elementos instigantes na reflexão sobre as práticas das elites políticas. João Neves da Fontoura, ao abordar a fundação do Partido Economicista, destacou a importância do grupo ser encarado com a “simpatia necessária pelos partidos do Rio Grande, aos quais quer ficar politicamente ligado na luta próxima”, concitando Pilla a “**evitar atritos doutrinários**”, tendo em vista que o novo partido poderia prestar “**muitos serviços, no posto de vista em que estamos colocados**”⁷⁸³. O prócer republicano também chamou atenção para a importância em marcar a “diretriz retilínea” da FU na “babel da segunda república”, em um quadro onde pouco importava “que os contrários marchem para a direita ou a esquerda, para baixo ou para cima. Aos membros da FU caberia

Carta de Raul Pilla para Francisco Morato, Buenos Aires, 4 mar. 1933; Carta de Raul Pilla para Paulo de Moraes Barros, Buenos Aires, 4 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁷⁹ Carta de Raul Pilla para Mario Amaro, Buenos Aires, 2 jan. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS. Esta prática foi muito bem analisada por Rangel (2001).

⁷⁸⁰ Carta de Raul Pilla para Anacleto Firpo, Rivera, 30 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁸¹ Carta de Raul Pilla para Fernando Caldas, Rivera, 2 mai. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁸² Carta de Raul Pilla para Urbano Garcia, Buenos Aires, 5 mai. 1933; Carta de Bittencourt Azambuja para Raul Pilla, Passo Fundo, 8 mai. 1933; Carta de Raul Pilla para Anacleto Firpo, Rivera, 10 mai. 1933; Carta de Mario Amaro para Raul Pilla, Porto Alegre, 16 mai. 1933. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁸³ Carta de João Neves para Pilla, Rio de Janeiro, 17 mai. 1932, grifo meu. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

no máximo “fazer pequenas inflexões para [...] não sermos inacessíveis a combinações, que representam vitórias mais ou menos uteis a comunhão”⁷⁸⁴. Por outro lado, Raul Pilla, ao ser questionado sobre uma possível união com setores tenentistas adeptos do parlamentarismo, afirmou que não convinha a “aliança, não obstante uma certa afinidade ideológica aparente”, tendo em vista que aqueles eram “os piores inimigos que temos. Depois de nos utilizar, não trepidarão em trair-nos”⁷⁸⁵. Estas combinações sugerem a importância dos elementos relativos ao pragmatismo oportunista e as estratégias empreendidas pelas lideranças partidárias. Para alcançar sucesso em determinadas empreitadas políticas, era preciso realizar “pequenas inflexões”, não ser “inacessível a combinações uteis” e calcular as possibilidades e problemas em determinadas alianças. Estes elementos insinuam um *modus operandi* recorrente ao longo dos diversos acontecimentos e posicionamentos assumidos pelas lideranças partidárias.

No novo cenário político surgido após a constituinte de 1933, PRR e PL, embora enfraquecidos pelas dissidências e pelo exílio, continuaram reunidos e atuando como um instrumento de pressão aos governos estaduais e federais dentro das regras legais do jogo político. Os anos que seguiram até o golpe do Estado Novo podem ser caracterizados pelos embates entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas e pela lógica que conduzia as atitudes daquelas lideranças políticas: A FU ora demonstrava uma aproximação com Flores da Cunha no governo estadual; ora pendia para Vargas no governo federal; ora distanciava-se e criticava ambos através de posicionamentos conjunturais e pragmáticos em decorrência de seus interesses e objetivos.

Finalmente, com o derradeiro golpe de 10 de novembro de 1937 e a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, o Partido Libertador e a Frente Única foram dissolvidos. Os libertadores dividiram-se entre aqueles que preferiram ficar ao lado dos detentores do poder e compor a ditadura varguista e os que preferiram se afastar da vida política. As tomadas de posição de seus principais chefes representam muito bem esta situação: João Baptista Lusardo, oportunamente optou por ficar ao lado de Vargas; Raul Pilla escolheu o afastamento da política e a reclusão na vida profissional, retornando para refundar o Partido Libertador com a redemocratização nos anos 1940. Por fim, Assis Brasil faleceu no ano de 1937, coincidentemente quando se encerrou o governo provisório e se iniciou um novo regime político no país, com a morte de um dos principais líderes políticos da Primeira República também findava um período da história política brasileira.

⁷⁸⁴ Carta de João Neves da Fontoura para Borges de Medeiros e Raul Pilla, Rio de Janeiro, 16 jun. 1932, grifo meu. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁷⁸⁵ Carta de Raul Pilla para Alfredo Simch, Buenos Aires, 9 jan. 1933, grifo meu. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou o processo de formação e atuação do Partido Libertador e de suas principais lideranças ao longo da década de 1920 e início dos anos de 1930, compreendendo, principalmente, os comportamentos e práticas de seus agentes, mecanismos aqui identificados como chave para entender as diferentes nuances e aspectos do sistema político-partidário brasileiro. Enquanto considerações finais e com o intuito de reafirmar os argumentos apresentados ao longo do texto, cabe retomar algumas das principais conclusões desenvolvidas em cada um dos capítulos propostos.

O primeiro capítulo identificou e problematizou as principais linhas argumentativas seguidas pela historiografia sobre o sistema político durante a Primeira República ao início dos anos de 1930. Através da análise das diferentes contribuições sobre o assunto, desde autores contemporâneos aos fatos, passando por historiadores não profissionais e chegando nas pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico, foi possível identificar a presença de alguns elementos centrais nas explicações construídas. Estes elementos acabaram influenciando profundamente as investigações que se detiveram a analisar ou descrever as oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul.

Dentre os principais argumentos identificados sobressaiu a preponderância do elemento ideológico e o papel de protagonismo exercido pelas lideranças políticas. Nesta perspectiva, destacou-se uma narrativa que classificou os partidos e líderes do Rio Grande do Sul como guiados única e exclusivamente por “ideias e princípios”, com isto, afastados das mazelas e problemas que contaminaram a política brasileira ao longo do período. Estas duas “linhas mestres” foram centrais para a construção das mais diferentes interpretações fornecidas, como por exemplo, nas explicações sobre o processo de formação do Partido Libertador, caracterizadas pelo enfoque excessivo na atuação de Assis Brasil e na discussão sobre os conflitos e dificuldades em conciliar parlamentarismo e presidencialismo no programa partidário. Da mesma maneira, as análises sobre a aliança com o PRR foram permeadas pela ênfase no perfil “conciliador” de Getúlio Vargas e a ideia de construção de um “projeto liberal de salvação da república brasileira” empreendido pelas elites políticas gaúchas. Por outro lado, durante este mesmo contexto muito pouco se averiguou sobre a importância dos libertadores nas tratativas da Frente Única, na campanha da Aliança Liberal e na revolta de 1930.

A principal consequência da hegemonia de alguns elementos nas explicações historiográficas foi a sobrevalorização de determinados aspectos e o pouco enfoque concedido para outros, compreendidos até então como pejorativos ou menos nobres, como por exemplo,

as relações e vínculos pessoais, os capitais das lideranças, as trocas de favores, patronagem, a luta pelo poder etc. Estes elementos alternativos foram entendidos ao longo desse estudo como centrais para compreender o mundo político e, conseqüentemente, profícuos para explicar a composição e prática política do PL e suas lideranças.

Estes argumentos também influenciaram na construção de um visão de singularidade e superioridade na trajetória histórica dos sul-rio-grandenses em comparação aos demais estados da federação. Os partidos e políticos do estado seriam mais “politizados”, apresentariam uma “fidelidade partidária e ideológica” mais destacada e um “corpo de doutrinas e principais” mais coerente e coeso. Conforme visto, estes argumentos faziam parte do contexto histórico em análise e eram também instrumentos e faziam parte do jogo político-partidário, formas de legitimar a si e criticar os adversários, mas que, igualmente, acabaram contaminando as análises políticas e históricas posteriores.

No segundo capítulo identifiquei a composição social dos libertadores, com o objetivo de avançar no debate iniciado no capítulo anterior acerca das linhas argumentativas fornecidas pela historiografia. Com o intuito de compreender melhor a inserção das lideranças libertadoras no seu contexto sociopolítico, assim como suas práticas e comportamentos, realizei uma biografia coletiva do núcleo de poder central da agremiação através de alguns indicadores principais.

De maneira geral e sucinta, as lideranças libertadores podem ser delimitadas através do seguinte perfil: homem branco, nascido no Rio Grande do Sul, com recursos econômicos importantes e com vínculos familiares proeminentes na sociedade gaúcha. Com idade entre 25 e 40 anos no final dos anos de 1920, com diploma de ensino superior adquirido nas faculdades brasileiras, atuando como advogado ou médico em Porto Alegre ou Pelotas ao mesmo tempo em que desempenhando funções em jornais e/ou propriedades rurais. Era um indivíduo experimentado na política partidária, geralmente havia participado de mais de uma agremiação, desempenhado cargos de chefia partidária em suas zonas locais, era veterano da revolta de 1923, mas com pouca ou nenhuma experiência em cargos eletivos estaduais ou federais. Conforme visto, este perfil sugere elementos que aproximavam os libertadores de determinados outros grupos (vide a importância do diploma superior e do patrimônio familiar, similar aos demais partido estaduais), mas também apontam para singularidades que os afastavam (por exemplo, a maciça presença de médicos, encontrada apenas nos democráticos paulistas, e seu fator de renovação geracional, muito pouco presente em partidos situacionistas do período).

No mesmo capítulo investiguei as trajetórias das três chefias consideradas, em sintonia com as indicações historiográficas e dos elementos identificados nas fontes e no levantamento

prosopográfico, como principais nomes do partido. Através da atuação de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Raul Pilla e João Baptista Lusardo averigui as nuances da construção de suas lideranças, atentando para os principais capitais adquiridos e acionados ao longo destes percursos, elementos cruciais para a compreensão da ascensão política de um cada destes agentes no meio político-partidário e os reflexos destes itinerários na vida do Partido Libertador.

Neste sentido, conectei seus itinerários pessoais com o processo de formação e atuação do partido, compreendendo as contribuições desempenhadas no processo de constituição do grupo e em sua participação nos principais acontecimentos políticos da época. Neste quadro, foi possível perceber que, apesar dos libertadores se colocaram enquanto uma agremiação referencial em termos de ideário liberal e de confrontação ao projeto do PRR, haviam outros importantes elementos identitários que uniam as diferentes facções oposicionistas, tais como, principalmente, o papel exercido por determinadas lideranças que angariavam simpatias e seguidores e eram fundamentais para a coesão e mobilização do grupo.

Além disto, percebi a relevância de determinadas relações e posições assumidas por estas lideranças nos acontecimentos em que o grupo esteve envolvido, como por exemplo, na aproximação com o PRR e a participação na Aliança Liberal, nos vínculos com os demais grupos oposicionistas durante a constituição do Partido Democrático Nacional e na lealdade aos paulistas durante a participação na Revolta de 1932. Neste contexto é possível aventar que o capital social adquirido e acionado, tanto no âmbito partidário interno (por exemplo, a construção de laços pessoais no interior do PL; a importância das relações e o prestígio de Assis Brasil no meio dos pecuaristas ou de Raul Pilla com a classe médica e os federalistas), quanto nas alianças estabelecidas na política regional (aproximação e construção de acordos com deputados e lideranças do PRR praticadas por Lusardo) e no contexto nacional (os vínculos com os políticos de oposição de outros estados e demais deputados federais), são de suma importância para compreender as escolhas e movimentos assumidos pelos libertadores durante as décadas de 1920 e 1930.

Através do exemplo dos libertadores, propus alguns comentários sobre a recorrência de determinadas práticas, comportamentos e concepções presente no universo das elites políticas do Brasil Republicano durante as primeiras décadas do século XX. Neste quadro, identifiquei a existência de um *modus operandi* dos agentes, caracterizado fundamentalmente pela lógica do “pragmatismo oportunista” (PINTO, 2011, p. 196). Ao colocar no centro da reflexão este conceito foi possível compreender algumas das atitudes e estratégias presentes na atuação dos políticos daquela época, tais como: o senso de oportunidade e os movimentos de aproximações ou de rompimentos estratégicos e conjunturais empreendidos pelas lideranças; a importância

das relações pessoais, de ser um “homem de contatos”, “conhecer a todos” e possuir um “bom círculo de amigos”; o destaque da política dos bastidores e o trânsito nestes espaços para atingir determinados objetivos ou posições; e a utilização da retórica ideológica como mecanismo de legitimação em torno determinadas práticas, investindo na construção de uma roupagem de “política das ideias” para justificar escolhas e interesses e afastar críticas; o tom conciliador das posições com o intuito de evitar dissídios e rompimentos e procurar obter constantemente consensos e adequações.

Ao longo do terceiro capítulo concluí que tanto a constituição do PL quanto o estabelecimento da aliança na FU foram caracterizados por múltiplos fatores, recursos e relações, em um complexo quadro que se encontra intimamente vinculado à prática política das principais chefias dos grupos partidários, aspectos que estruturavam e eram estruturados por uma lógica de concepção e atuação no mundo político, assinalada essencialmente pelo pragmatismo oportunista e o estabelecimento de alianças conjunturais.

O processo de formação do PL entre os anos de 1922-1928 perpassou por diversos elementos que atraíram e afastaram as lideranças partidárias e suas respectivas facções. Neste quadro, o plano ideológico, tão destacado pela historiografia, foi um pouco mais complexo: envolveu a ênfase em elementos programáticos em comum, já que nem tudo dividia “parlamentaristas” e “presidencialistas” e ambos se sentiam abrigados por um amplo “guarda-chuva liberal-democrático”; apresentou negociações que envolviam conciliações, concessões, mescla e adequação de pressupostos doutrinários, através do abafamento de assuntos inconvenientes, em situações onde as lideranças não demonstravam maiores poderes em estabelecer acomodações e tomar posições aparentemente “contraditórias”, em um quadro caracterizadas pelas habilidades e cálculos estabelecidos por seus líderes. Desta forma, o fator ideológico, embora tenha causado embaraços na gestação do grupo, foi superado sem maiores conflitos e através da habilidade de seus principais líderes em estabelecer acordos.

Ademais, a formação partidária conviveu com diversos outros problemas, alguns deles até mais sérios que os conflitos programáticos, como por exemplo, as dificuldades em organizar e disciplinar os correligionários pelo diretório central, os embaraços causado pelos interesses pessoais de chefes faccionais e os problemas em atender os anseios por indicações aos melhores postos e posições de poder entre todos os correligionários que se julgavam merecedores. Neste sentido, definir uma lista de nomes para disputar as eleições à deputado federal era tão problemática quanto oficializar determinados pontos no programa partidário.

Os congressos promovidos pelo partido revelaram de que forma ocorreu a integração de diferentes adeptos e facções, principalmente, em relação a anexação dos grupos federalistas. Os

encontros também apontam para aspectos cruciais na trajetória do partido, tais como: a ascensão de determinados líderes ao longo do período, com destaque para Pilla e Lusardo; o surgimento de nomes no meio político-partidário e sua renovação geracional; os posicionamentos e discordâncias surgidas no seio do grupo sobre diferentes temas e momentos políticos; e os arranjos e alianças intrapartidárias promovidos por determinados chefes.

A análise do plano programático libertador auxiliou na identificação de um amplo “guarda-chuva liberal”, capaz de legitimar a congregação de diferentes setores e agentes em torno de alguns pontos principais que tornavam uma união possível. Neste quadro, insere-se o intercâmbio de ideias e propostas com outros grupos de oposição espalhados pelo Brasil, principalmente, os democráticos paulistas, principais aliados dos libertadores ao longo do período. O programa partidário do PL estabelecido com o congresso de 1928 foi definido em linhas muito gerais e vagas, baseado, principalmente, nas diretrizes assumidas pelo PDN, no lema de “Representação e Justiça”, nas preocupações regionais, na luta por um revisionismo constitucional e nas adequações e concessões em torno do parlamentarismo.

Além disto, diversos outros temas emergiram como centrais no ideário dos correligionários, com destaque para o entendimento sobre a relevância dos partidos políticos na democracia brasileira, a necessidade de reformas na legislação eleitoral, o tratamento da questão social, religiosa e da liberdade de imprensa e a discussão sobre os valores da “boa” e da “má” política. Desta forma, se a temática do parlamentarismo foi relevante no plano doutrinário do partido, ela não foi a única e conviveu com diversos outros tópicos importantes. Paulatinamente, o grupo também se caracterizou pela defesa de algumas bandeiras principais e, em determinada medida, inovadoras para o seu tempo: como a defesa contundente da reforma eleitoral com a proposta de voto obrigatório, secreto e sua ampliação para as mulheres; e um tratamento mais aberto em relação a questão social. Estas bandeiras foram também o cerne da campanha da Aliança Liberal. Todavia, por outro lado, o partido também se manteve ligado a pautas tradicionais do seu contexto: uma visão e interesse ainda bastante regionalista e elitista do sistema político; a preocupação e crítica ao comunismo; e a defesa de levantes armados como mecanismo de solução dos problemas políticos.

O tema das eleições foi uma constante na trajetória do grupo, revelando a importância do assunto no coração do sistema político republicano, bem como os limites e possibilidades em se fazer política de oposição durante aquele período. A participação nos pleitos envolveu estratégias e recursos diversos que se iniciavam com a definição das chapas oficiais suportadas pela agremiação, momento repleto de negociações, interesses e dissídios entre os correligionários; passavam pelo alistamento dos votantes, atividade fundamental e que envolvia

uma mobilização através da campanha partidária e do acionamento de chefias e seus seguidores pelo interior do estado; até o momento de comparecimento nas urnas e a pressão e expectativa na apuração dos resultados oficiais. Tudo isto envolvia um longo processo de competição partidária que exigia ampla mobilização de esforços e recursos das lideranças.

Apesar destes elementos indicarem que as eleições não se limitaram exclusivamente a fraude e a violência, tônica usualmente reconhecida pelos analistas do tema, estas situações também foram recorrentes e impactantes na atuação dos libertadores, tendo em vista os diversos casos de denúncias promovidas pelo partido em torno das dificuldades encontradas frente aos grupos situacionistas, mesmo durante a vigência da FU. Este cenário é mais um elemento revelador das dificuldades e desafios em se fazer política oposicionista nas primeiras décadas do regime republicano.

Através da análise empreendida identifiquei alguns fatores para a compreensão da composição e atuação da Frente Única. Um primeiro elemento importante encontra-se nos diálogos e acordos promovidos pelos deputados federais dos dois partidos, vide os laços entre Getúlio Vargas e Baptista Lusardo e as reuniões coletivas organizadas pelas bancadas de PL e PRR na capital federal. Neste sentido, o fator geracional foi fundamental. Embora Borges de Medeiros e Assis Brasil tenham permanecido exercendo influência nas tomadas de posição dos grupos, o protagonismo das aproximações e tomadas de posição coube aos “jovens” líderes em ascensão no seus respectivos quadros partidários. Tanto a famosa “geração de 1907” do PRR, amplamente visitada pela historiografia, quanto os “jovens libertadores”, pouco valorizados por grande parte dos estudiosos, desempenharam um papel de protagonismo no ocaso da Primeira República e nos conflitos políticos do início dos anos de 1930.

Outros fatores importantes daquela conjuntura foram as confabulações de bastidores promovidas pelas lideranças partidárias, como nos encontros de Antunes Maciel e Getúlio Vargas ou as consultas pessoais realizadas à Assis Brasil. Através destas reuniões eram discutidas concessões, garantias, exigências, promessas e recompensas em torno da coligação entre os dois partidos. Neste cenário é perceptível que o processo de construção da aproximação se tratou de um acordo de elites, ou seja, um movimento da cúpula dos partidos e sem qualquer respaldo de base popular, nem ao menos com a participação ou consulta das chefias e diretórios partidários locais.

Da mesma forma, a aliança deve ser entendida como fruto do oportunismo de ambos os lados. A leitura do jogo político e o senso de oportunidade foi fundamental e deve ser lida em suas diferentes frentes: os libertadores ansiavam por melhores chances no jogo do poder, buscando um terreno mais seguro, longe das dificuldades e limitações do habitual

oposicionismo para propagar suas ideais e alçar suas lideranças aos principais postos e cargos; os republicanos, escaldados com os conflitos com seus adversários, procuravam uma base mais tranquila para sua vitória a nível nacional e sabiam que precisavam do contingente opositor para triunfar. Ademais, pelos cálculos eleitorais da Aliança Liberal a possibilidade de vitória passava, centralmente, pela votação unânime e expressiva no Rio Grande do Sul.

Se os adeptos do PRR conheciam os caminhos e meandros das articulações para uma campanha ao Catete, para os libertadores o fato de formar uma frente de coalização com outros grupos e lideranças não era novidade, tendo em vista que o próprio partido surgiu daquilo que também se denominou como uma ‘frente única’ durante os anos de 1920. Da mesma maneira, o grupo provinha de experiências de articulações a nível federal com outros grupos de oposição através da organização do Partido Democrático Nacional.

Cabe destacar que a FU não ocorreu de maneira unânime no interior dos partidos. Muitos correligionários foram contrários à sua efetivação e se mantiveram críticos em relação a aproximação com os adversários da véspera. Além disto, apesar dos esforços de coesão e cooperação entre as direções do PRR e PL, ao longo dos anos de 1929-1933, os velhos conflitos em âmbito local permaneceram latentes, como por exemplo, nos afamados “casos municipais”, situações reveladoras dos limites e dificuldades em se fazer aquela aliança.

Diante da permanência destes conflitos foi essencial justificar e legitimar o pacto diante dos correligionários e da sociedade. Para isto, os políticos valeram-se de algumas manobras retóricas difundidas através de discursos nas tribunas, colunas de imprensa, comícios e convencimento pessoal de adeptos e seguidores. Esta manobra baseou-se em elementos, tais como: a ênfase na ideia de “milagre” e de uma “união sagrada” entre os dois partidos gaúchos; a visão sobre um “salvacionismo”, “messianismo” e “abnegação” dos líderes frente a democracia e a república brasileira; a ideia de “unidade de vistas” reinante no Rio Grande do Sul, onde todos estavam imbuídos de uma só linha de pensamento e ação. Os argumentos serviam para reforçar a união e apagar as diferenças e conflitos ainda existentes, assim como responder as críticas dos adversários e justificar os posicionamentos da Aliança Liberal na campanha eleitoral e, posteriormente, no movimento armado de 1930.

A FU permaneceu ativa até sua extinção com o Estado Novo em 1937. Neste período passou por uma série de momentos de reavaliação e ressignificação de suas atividades, ou seja, seus rumos e contornos jamais estiveram pré-definidos e a aliança e seu horizonte de atuação foi sendo reatualizada conforme os lances conjunturais da política e as necessidades de ambos os partidos e seus líderes. Inicialmente concebida como um acordo eleitoral provisório em torno da candidatura de Getúlio Vargas ao Catete, o acordo manteve-se com o intuito de promover a

luta de 1930, depois se reorganizou para compor o primeiro governo varguista, e, em seguida, passou por sucessivas metamorfoses com a passagem para a oposição ao governo provisório, a adesão ao levante de 1932, a realização de novas conspirações no exílio e a participação coletiva nas eleições de 1933-1934.

A conjuntura dos anos de 1930 significou uma remarcação de posições e redefinição das alianças e agentes no interior dos partidos e nos postos de poder no Brasil Republicano. O caso libertador é sintomático desta situação. O grupo se fragmentou acentuadamente ao longo do processo, convivendo com dissidências e rupturas de correligionários que divergiram da chefia do DC e optaram por se manter ao lado dos detentores do poder a nível estadual e federal. Por outro lado, determinados nomes do PRR, como João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros, se tornaram os principais aliados dos libertadores, em um contexto onde a FU, de uma aliança temporária, tornou-se um fator de sobrevivência política para as novas lideranças e suas velhas oligarquias.

Em suma, ao longo do processo de formação e atuação do PL, as diferenças de posicionamento sobre presidencialismo e parlamentarismo, acabaram sendo acomodadas em favor de determinadas conjunturas, interesses e conveniências. Por outro lado, aspectos, tais como, rompimento de um laço de lealdade entre correligionários, a não obtenção de uma posição ou posto aguardado como forma de retribuição aos serviços prestados ao grupo e as disputas pela presença na chapa eleitoral oficial parecem ter sido bem mais conflitantes no seio libertador. Da mesma maneira, além do plano ideológico, outros elementos auxiliaram a construir o sentimento de coesão no meio libertador, como por exemplo, os vínculos de amizade, as laços familiares e profissionais, o convívio em determinadas instituições e associações, os percursos estudantis em comum e o prestígio em torno de determinadas chefias.

Na compreensão da gestação e mobilização dos libertadores, ao contrário da forma geralmente concebida pela historiografia, a condução e ênfase em torno da figura de Assis Brasil não explica tudo. Apesar do líder ter evidentemente desempenhado um papel central ao longo dos anos e tenha centralizado boa parte das decisões e orientações aos correligionários, sua ascendência dividiu espaço com outros nomes de relevo na constelação partidária, dentre eles, Raul Pilla, Baptista Lusardo e o grupo de chefes de Pelotas.

De maneira geral, todos estes elementos faziam parte de uma forma de conceber e atuar no mundo político presente no *modus operandi* das elites políticas brasileiras do período, um comportamento caracterizado, essencialmente, por posturas pragmáticas e oportunistas diante de determinadas conjunturas e objetivos. No horizonte daquelas elites, o inimigo de hoje poderia se tornar o amigo de amanhã, assim como posicionamentos e combinações poderiam

ser feitas ou desfeitas ao sabor do momento. Esta lógica regeu boa parte das escolhas e atitudes dos libertadores, assim como de seus inimigos e/ou amigos ao longo dos anos de 1920 e 1930. No mesmo sentido, estes recursos e relações estiveram presentes na gênese da Frente Única e nas confabulações da Aliança Liberal. Com isto, demonstrando que para jogar o jogo da política no Brasil Republicano e sair como grande vencedor, conforme assinalou Antunes Maciel, era preciso agir com “manhã”, com “cálculo” e “senso de oportunidade”.

Referências Bibliográficas

ABREU, L. A. **Getúlio Vargas: a construção de um mito**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

_____. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ABREU, Martha. GOMES, Ângelo de Castro. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. In: **Tempo**, n. 26, vol. 13, jan. 2009

AITA, Carmen. **Liberalismo & república: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil**. Porto Alegre: PUC, 2007. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007).

ALMEIDA, Paulo Renan de. **Perón - Vargas – Ibáñez. Pacto ABC: raízes do Mercosul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ALVES, Francisco das Neves. **O tribuno do império: Gaspar da Silveira Martins sob o prisma da imprensa**. Rio Grande: FURG, 2001.

AMARAL, Sandra Maria do. **O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: as oposições na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 229-253.

_____. **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AARÃO REIS FILHO, D. **Luis Carlos Prestes, um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDUPF, 2003.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, Rio Grande do Sul. **Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discurso e atuação política na Assembleia Provincial**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2013.

AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. **Métis (UCS)**, Caxias do Sul, v. 1, n.1, p. 39-70, 2002.

_____. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____. O Coronelismo Indomável: O Sistema de relações de poder. In: AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritus, 2007.

_____. (Org.). **As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. **Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.

BAK, Joan Lamayson. **Some antecedentes of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The Case of Rio Grande do Sul, 1890-1937**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Yale University, EUA, 1977.

BAKOS, Margaret. **Porto Alegre e Seus Eternos Intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. **Júlio de Castilhos: Positivismo, abolição e república**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. **Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas na Primeira República**. Juiz de Fora: UFJF/Funalfa, 2013.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa - Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: MAUADX, 2007.

BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. **Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil**. University of Pittsburgh, Ph.D, 1991.

BEZERRA, Marcos. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BIAVASCHI, Márcio. O coronelismo na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1903-1928). **Justiça & História** (Impresso), v. 7, p. 15-47, 2009.

_____. **Relações de poder coronelistas nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.

_____. O positivismo do Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; FÉLIX, Loiva Otero (org). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002, p. 237-246.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Seculo – Edições, Sociedade Unipessoal, Lda, 1984.

_____. Pensar a política. Tradução para fins didáticos de Penser la politique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, p. 2-3, junho, 1988.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Respuestas**. Por una antropologia reflexiva. Grijalbo: México, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus, 1996.

_____. (1980). O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 183-191.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: USP, 2008.

_____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BROSSARD, Paulo. **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1989.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: GUIMARÃES, Manoel (org.). **A Revolução de 30, seminário internacional**. Brasília: UNB, 1983.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 6ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Maria Helena de. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

CODATO, Adriano. Metodologia para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. "Grandes famílias" e elite "profissional" na medicina no Brasil. **Cadernos de ciência política (série: pré-edições)**, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

_____. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a 'crise da medicina' no Rio Grande do Sul. **História, ciências e saúde – Manguinhos**, IV (2):265-286, jul.-out., 1997.

_____. A formação da elite médica no Brasil e seu recrutamento: confronto com o caso francês. **Cadernos de ciência política (série: pré-edições)**, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 11, 1998.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930 – 1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

COSTA E SILVA, da Riograndino. **Notas à margem da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1968.

CUNHA, Alexandre M. “Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira”. **História (São Paulo)**. Vol. 25, nº 1, 2006, p. 226-246.

DAL FORNO, Rodrigo. **O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: Uma análise de Política e Imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

_____. A Revolta Tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 97, p. 157-174, 2017.

DAL FORNO, Rodrigo; LAPUENTE, Rafael (orgs.). **Clássicos de história política: o Rio Grande do Sul e a Primeira República**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

ELBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

ELMIR, C. P. Olhares sobre si e o outro: as várias faces do Coronelismo. **Cadernos de Estudos do PPG em História** (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, p. 24-49, 1993.

_____. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 1995.

_____. Cartas ao Coronel: a construção da dependência e sua legitimação pelos subalternos. **Territórios e Fronteiras** (UFMT), v. 2, p. 249-266, 2009.

ELMIR, C. P.; MACHADO JUNIOR, C. S. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2011). In: Raquel Glezer. (Org.). **Do passado para o futuro**. Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, v. 1, p. 275-290.

FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

_____. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e historiografia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

_____. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. **Revista Estudos Leopoldenses**, UNISINOS-São Leopoldo-RS, v. 28, p. 67-88, 1992.

FERRARI, Marcela. Dirigentes políticos cordobeses nos tempos da república verdadeira, 1916-30: uma aproximação prosopográfica. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Prosopografia e História Política: algumas aproximações. In: **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan-jun. 2010, p. 529-550. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/3469>. Acessado em: 26 jul. 2018.

FERREIRA, Marieta M.; PINTO, Surama. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 23, p. 25, 2017.

FIGUEIREDO, Vitor. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)**. Curitiba: CRV, 2017.

FLORES, Ericson. **Um posto de combate e uma tribuna de doutrina: o Partido Libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932)**. Passo Fundo: UPF, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

FONSECA, Pedro César Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: **Fundamentos da Cultura Rio-Grandense**. Porto Alegre, Fac. Filosofia - UFRGS, 1962.

_____. **A guerra civil de 1893**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. **A pacificação de 1923: as negociações de Bagé**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. **Porto Alegre: guia histórico**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

_____. **O Partido Federalista do Rio Grande do Sul (1892-1928)**. Cadernos de História, Memorial do Rio Grande do Sul, 2006.

_____. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau, BOEIRA, Nelson. **República velha (1889- 1930)**. Passo Fundo: Méritos, v. 3, 2007.

_____. **Dicionário político do Rio Grande do Sul 1821-1937**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

_____. **Júlio de Castilhos e sua época**. 5ed. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2013.

FREIRE, Américo. Três personagens e a história da Primeira República. In: Angela de Castro Gomes; Alda Mourão. (Org.). **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, v. 1, p. 225-242.

GAGLIETTI, Mauro. **Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. A “Estância de São Pedro”: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 139-159.

_____. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Rio de Janeiro: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

_____. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HEINZ, Flávio; LOVE, Joseph. Entrevista com Joseph L. Love. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 32, n.32, p. 165-177, 2003.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEINZ, Flávio. (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HEINZ, Flávio. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo *Who's Who* em pesquisa prosopográfica. In: Flávio Heinz. (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011;

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

HENTSCHKE, Jens. **Positivismo ao estilo gaúcho**: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

HOLANDA, Cristina Buarque de. **Modos de representação política**: o experimento da Primeira República. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.

JANOTTI, Maria de Lurdes. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KANAN, Maria Cecília. O Estado do Rio Grande e os libertadores: 1929-1932. In: TRINDADE, Helgio (Org.). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). Tese (doutorado em história), UFRGS, Porto Alegre, 2013.

KIELING, José Fernando. **Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)**. São Paulo: USP, 1984. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

KLIEMANN, Luiza H.S. A articulação da oposição gaúcha (1924-1930). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUC, v. VII, n. 1-2, p. 89-100, jul.-dez. 1981.

KORNWEIBEL, Richard. **Júlio de Castilhos and the Republican Party of Rio Grande do Sul**. Tese. Santa Bárbara: University of Califórnia, 1971.

KUMMER, Lizete. A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República. **Dissertação** (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2002. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LAGO, Luiz Aranha C. do. **Oswaldo Aranha, o Rio Grande e a Revolução de 1930**: um político gaúcho na República Velha. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. Uma pesquisa 'brasilianista' no Rio Grande do Sul: 50 anos depois - Entrevista com Carlos Cortés, autor de *Gaucho Politics in Brazil*. **Aedos** (Online), v. 7, p. 546-551, 2015.

_____. **Com a espada de Dâmocles: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

_____. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEÃO, Lúcio Antônio Rodrigues. **A disputa pelo poder no Rio Grande do Sul: a participação estrangeira no conflito de 1923**. Passo Fundo: UPF, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

MARTINY, Carina. **Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município". Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MÜLLER, Geraldo. Periferia e dependência nacional: estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. 1972.

NOLL, Maria Isabel. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul - 1928-1937**. Porto Alegre, UFRGS, 1980.

_____. O processo político partidário - 1928/1937. In: TRINDADE, Héglio (Org.). **Revolução de 1930 - partidos e imprensa partidária**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Atica, 1994.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **A vaga sombra do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 1920.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. O Voto como Adesão. In: CANEDO, Leticia (Org.). **O Sufrágio Universal.** Rio de Janeiro: Estação Liberdade, 2005.

_____. Política Ambígua. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). **Política Ambígua.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2010.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). **Política Ambígua.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2010.

PANDOLFI, Dulce; GRYNZSPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia e Política.** UFPR, 1997, n. 9, p. 7- 23.

PEREIRA, Ledir de Paula. **O Positivismo e o Liberalismo como base doutrinária das Facções Políticas Gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1923.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

_____. **Elites Políticas e a Construção dos Estados Federativos na Primeira República em Perspectiva Comparada: São Paulo e Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PESAVENTO, Sandra. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-255.

_____. **RS: A economia e o poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **Borges de Medeiros.** Porto Alegre: IEL, 1990.

_____. O velho/novo positivismo. In: GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete (org). **Revisitando o positivismo.** Canoas: Editora La Salle, 1998. p. 59-64.

PEZAT, Paulo Ricardo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. **Anos 90 (UFRGS)**, v. 13, p. 255-285, 2006.

PICCOLO, Helga. **A política Rio-Grandense no II Império (1868-1882).** Porto Alegre: UFRGS, 1974.

_____. A História do Rio Grande do Sul: uma História em Processo de Revisão e Elaboração. O movimento republicano no século XIX - 1a. Parte. **Revista Brasileira de História,** Porto Alegre, n.4, p. 233-242, 1982.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo.** Porto Alegre: LPM, 1986.

_____. Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 5, n. 8, p. 83-111, 1987.

PINTO, Surama Conde Sá. Revisitando " Velhas " Questões: Coronelismo e Clientelismo na Primeira República Brasileira. **Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo**, Vitória - ES, v. I, 1998.

_____. **Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A Democracia Ilustrada: o Partido Democrático Brasileiro de São Paulo (1926-1934)**. São Paulo: Ática, 1986.

RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Democrático de São Paulo (PD). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

RANGEL, Carlos R. R. **Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)**. Passo Fundo, UPF: 2001.

REZENDE, Suzana. **Vargas e Borges: o local e o regional na política gaúcha (1913-1917)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jacqueline. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

_____. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (Org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: PUCRS, 2016. v. 1, p. 195-225.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

ROUSTON JR., Eduardo. **“Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito”**: a atuação federalista na Assembléia dos Representantes (1913-1924). Porto Alegre: PUC, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2012.

SACCOL, Tassiana. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil, década de 1880**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. **De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHWARTZAMN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Brasília: UNB, 1982.

_____. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2015.

SILVA, Lúcia Silva e. Coronéis da fronteira: um olhar sobre a “getulização” do Brasil. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 1999. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Babel do Novo Mundo**: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava; Niterói: Edunicentro; Eduff, 2011.

_____. Sobre 'aqueles que mandam no lugar': coronelismo, dominação e resistência na região serrana do Rio Grande do Sul durante a Primeira República. **Saeculum** (UFPB), v. 26, p. 149-168, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

_____. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1998a.

_____. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998b.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Pol.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TARGA, L. R. P. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: TARGA, L. R. P. (Org.). **Gaúchos e paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996.

_____. Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA (Org.). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1998

TAUFER, Paulo Roberto. Partido Libertador: formação e atuação política. **Dissertação** (Mestrado em História). Unisinos, São Leopoldo, 2008.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979a, p. 119-191.

_____. **Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1889-1937**. Porto Alegre: Sulina, 1979b.

TRINDADE, Helgio (Org.). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980.

TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições, 1823-1990**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

_____. **Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

VARGAS, Jonas M. **Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM, 2010.

VÉLÉZ RODRIGUEZ, Ricardo. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Porto Alegre: EST, 1980.

_____. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

VIEIRA, Felipe. “Fazer a classe”: identidade, representação e memória na luta do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943). **Dissertação** (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

VISCARDI, Cláudia. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

_____. **Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017.

VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino de. **A república revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

VIZENTINI, Paulo Gilberto. **O Rio Grande do Sul e a Política Nacional: da Frente Opositora Gaúcha de 1922 à Revolução de 1930**. Porto Alegre: Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

_____. **Os Liberais e a Crise da República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LISTAGEM DE FONTES HISTÓRICAS:

1. ARQUIVOS E DOCUMENTOS PESSOAIS:

- a. *ARQUIVO ASSIS BRASIL*. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- b. *ARQUIVO RAUL PILLA*. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://cedap.ufrgs.br/jspui/handle/20.500.11959/462>. Acesso em 16 mar. 2020.
- c. *ARQUIVO FLORES DA CUNHA*. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- d. *ARQUIVO ANTUNES MACIEL*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>. Acesso em 16 mar. 2020.
- e. *ARQUIVO GETÚLIO VARGAS*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>. Acesso em 16 mar. 2020.

2. BIOGRAFIAS, MEMÓRIAS E RELATOS DE CONTEMPORÂNEOS

ALMEIDA, João Pio de. **Borges de Medeiros**: subsídios para o estudo de sua vida e sua obra. Porto Alegre: Globo, 1928.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. Prefácio. In: FONTOURA, João Neves da. **A jornada liberal**. V.1. Porto Alegre: Globo, 1932.

ASSIS BRASIL, Cecília. **Diário de Cecília Assis Brasil**. Org. por Carlos Reverbel. Porto Alegre: L&PM, 1983.

BELLOMO, Harry R. **Dicionário biográfico sul-rio-grandense**. Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Porto Alegre: ESTedições, 2006.

BRITTO, Victor de. **Gaspar Martins e Júlio de Castilhos**: estudo crítico de psychologia política. Porto Alegre: Livraria Americana, 1908.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. **Raul Pilla**: aspectos de uma biografia política. Porto Alegre: PUC, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2006.

CAMPOS, Emílio de. **Júlio de Castilhos**: sua ação política e social no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Rotermond, 1903.

CARNEIRO, Glauco. **Lusardo – O último caudilho**. v.1: Revolução de 1923. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. **Lusardo – O último caudilho**. v.2: Entre Vargas e Peron. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. **João Baptista Lusardo. Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

CAVALARI, Rossano Viero. **Dicionário de Cruz Alta**: histórico e ilustrado. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2011.

CIVITA, Victor. **Borges de Medeiros**: 1863-1961. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

DOURADO, Ângelo. **Os voluntarios do martyrio: factos e epizodios da guerra civil**. Pelotas: Livraria América, 1896.

DUARTE, Olympio. **Excavações históricas**: Gaspar Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1933.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da revolução Rio-Grandense de 1893**. Porto Alegre: Globo, 1920.

_____. **30 anos de ditadura rio-grandense**. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

_____. **História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974**. Porto Alegre: Globo, 1974.

_____. **Nomes tutelares do ensino rio-grandense.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Departamento de Assuntos Culturais, Secretaria da Cultura do RS, 1977.

_____. **Revoluções e Caudilhos.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

_____. **Memórias.** Porto Alegre: EST, 1999.

FLORES DA CUNHA, José Antônio. **A Campanha de 1923.** Brasília: Senado Federal, 1979.

FONTOURA, João Neves da. **Accuso!** Rio de Janeiro: s/e, 1933.

_____. **Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo.** Porto Alegre: Globo, 1958.

_____. **Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930.** Porto Alegre: Globo, 1963.

FRANCO, Virgílio Alvim de Melo Franco. **Outubro, 1930.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

JAQUES, Paulino. **Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira.** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1960.

LACERDA, Maurício de Caminha. **Segunda República.** Rio de Janeiro: F. Bastos, 1931.

LESSA, Barbosa. **Borges de Medeiros.** Porto Alegre: Tchê! 1985.

MARQUES, Antero. **Mensagem a Poucos e do Ibirapuitã ao Armistício.** Porto Alegre: Edigal, 2005.

MARTINS, José Júlio Silveira. **Silveira Martins.** Rio de Janeiro: São Benedicto, 1929.

MEDEIROS, Borges de. **O Poder Moderado na República Presidencial.** Recife: S. A. Diário de Pernambuco, 1933.

MEDEIROS, Poty. **Borges de Medeiros: alguns aspectos de sua vida.** Porto Alegre: s/e, 1961.

NETTO, José Antônio. **Memórias do General Zeca Netto.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

MIRANDA, Francisco. **Defesa do Dr. Borges de Medeiros: Presidente do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Canton & Bayer, 1923.

MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: 1889-1891.** Porto Alegre: Tip. Thurmann, 1939.

_____. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II.** Porto Alegre: Nova Prata, 2005.

MOURA, Euclides. **O vandalismo no Rio Grande do Sul.** Pelotas: Universal, 1892.

MOTTA, José do Patrocínio. **República Fratricida**: Revoluções Rio-Grandenses de 1835-1932. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideias e Lutas de um burguês progressista**: O Partido Democrático e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Jose Olympo Editora, 1965.

ORICO, Oswaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1935.

OSÓRIO, Pedro Luís. **Assis Brasil**. Porto Alegre: Tchê! 1986.

OSÓRIO, Joaquim Luis. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

PILLA, Raul. **Catecismo Parlamentarista**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

_____. **Palavras de um professor**. Rio de Janeiro: Diretório de Imprensa Nacional, 1949.

PORTO, José Mariano. **Apontamentos biographicos de Gaspar da Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1891.

REVERBEL, Carlos. **Assis Brasil**. Porto Alegre: IEL, 1990.

ROCHA, Arthenisa. **J. F. de Assis Brasil**: interpretações. Santa Maria: UFSM, 1995.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Globo, 1928.

RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande do Sul**. Pelotas: O Globo, 1932.

_____. **História constitucional do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1976.

SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

_____. **Tempo de Lembrar**: Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SOARES, Mozart Pereira. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: IEL, 1991.

_____. **O positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE, Ed UFRGS, 1997.

SOUZA, J. P. de Coelho. **O pensamento político de Assis Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.

TUBINO, Soares. **Gonçalves Vianna e seu universo poético**. Uruguaiana: Gráf. Comercial Sul, 1988.

WERNECK, Américo. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

3. JORNAIS

a. *O ESTADO DO RIO GRANDE*, Porto Alegre, 1929-1932. Núcleo de Pesquisa em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

b. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, 1922-1933. Núcleo de Pesquisa em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

c. *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 1922-1933. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em : <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 16 mar. 2020.

ANEXOS

Anexo A – Ficha biográfica de Raul Pilla

Nome: Raul Pilla

Nascimento e Falecimento (Data e Local): 27/01/1892 em Porto Alegre/RS - 07/06/1973 em Porto Alegre/RS
Filiação: José Pilla e Jovina Zenari Pilla
Origem Socioeconômica: Família de imigrantes italianos e comerciantes.
Escolaridade: Colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre/RS (1903-1908); Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1911-1915)
Ocupação Profissional/Atividade Econômica: Médico e Professor
Região de atuação: Metropolitana (Porto Alegre)
Experiências e atividades políticas: Secretário do Diretório Central do PF em Porto Alegre (1909); Redator do Manifesto em favor da candidatura de AB (1922); Participou da Revolução de 1923; Delegado por diversos municípios no Congresso de São Gabriel (1924); Membro do Diretório Central do Partido Libertador (1928), Vice-Presidente do PL (1928); Presidente do PL (1931-1937); Fundador e Diretor do <i>Estado do Rio Grande</i> (1929-1932); Colaborador do <i>Correio do Povo</i> e <i>Diário de Notícias</i> (Décadas de 1920 e 1930); Participou da Frente Única, Aliança Liberal e Revolução de 1930; Liderou o Movimento Constitucionalista no RS (1931-1932); Foi exilado e conspirou por nova revolta na Argentina e Uruguai (1933-1934); Refundou e liderou o PL após a abertura do Estado Novo.
Partidos Políticos: Partido Federalista; Aliança Libertadora; Partido Libertador
Cargos públicos: Deputado na Assembleia Constituinte Estadual pelo PL (1934); Secretário de Agricultura do RS (1936); Deputado na Assembleia Constituinte Federal pelo PL (1946); Deputado Federal pelo PL (1946-1967)
Observações Gerais: Presidente do Conselho da Federação Acadêmica (Porto Alegre, 1913); Livre-Docente da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1924-1932); Perdeu a cátedra por decreto de Vargas quando estava exilado; Publicou diversas obras sobre medicina e parlamentarismo; Causou diferentes dissidências por sua condução na chefia do Diretório pós 1930.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br